Universidade Estadual de Londrina

SILMARA CARNEIRO E SILVA

A SOCIEDADE CIVIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ/PR:

TRAJETÓRIA DE SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

Londrina
2014

SILMARA CARNEIRO E SILVA

A SOCIEDADE CIVIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ/PR:

TRAJETÓRIA DE SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, em nível de Doutorado, na Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social e Política Social.

Profa. Orientadora: Dra. Olegna de Souza Guedes.

Londrina
2014

Catalogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586s Silva, Silmara Carneiro e.
A sociedade civil no município de Carambeí/PR : trajetória de suas relações com o poder público municipal / Silmara Carneiro e Silva. – Londrina, 2014.
383 f. : il.

Orientador: Olegna de Souza Guedes.
Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Sociedade civil – Teses. 2. Participação política – Teses. 3. Democracia – Teses. 4. Administração municipal – Teses. 5. Serviço social – Teses. I. Guedes, Olegna de Souza. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36:321.7

SILMARA CARNEIRO E SILVA

A SOCIEDADE CIVIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ/PR:
TRAJETÓRIA DE SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

_____
Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

_____
Profa. Dra. Lucia Cortes da Costa
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

_____
Profa. Dra. Márcia Pastor
Universidade Estadual de Londrina – UEL

_____
Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Londrina, 17 de novembro de 2014.

Dedico este trabalho a minha família.

Ao Cesar, à Garida e ao Albari:

Amados meus!

AGRADECIMENTOS

***A Deus**, fonte de uma força infinita que me carrega e me orienta em meio à tanta dificuldade encontrada no caminho da vida.*

***À minha família "Cesar, Garida e Albari"** tríade que se constitui minha fonte de amparo inalienável na qual encontro o real sentido da minha existência neste mundo. Amo vocês.*

***À minha professora orientadora Dra. Olegna de Souza Guedes** pela sobriedade, dedicação e compromisso demonstrados ao me orientar. Com seu imenso conhecimento me oportunizou o amadurecimento teórico-filosófico necessário ao processo de doutoramento. Muito Obrigada!*

***À professora Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz** pela amizade, admiração e apreço construídos ao longo de nossa convivência. Obrigada por me apresentar ao nosso querido Antonio Gramsci e aos gramscianos. Obrigada!*

***À professora Dra. Lucia Cortes da Costa** por ser aquela que me instigou a investigar a realidade de Carambeí quando fui sua orientanda de TCC na graduação em Serviço Social e por me oportunizar uma base sólida para a minha formação em pesquisa.*

***À professora Dra. Márcia Pastor** pelos momentos de aprendizado que oportunizou durante as suas aulas no doutorado e por ter aceitado participar como banca avaliadora tanto na qualificação, como na defesa. Fico imensamente grata.*

***Ao professor Alfredo Aparecido Batista** pela contribuição no processo de avaliação da minha tese.*

***À professora Dra. Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira** pelas ricas contribuições no processo de qualificação da tese.*

***Aos demais professores do Doutorado** pela contribuição durante as aulas e demais oportunidades de aprendizado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da UEL.*

***Ao Francisco**, da Secretaria dos Programas de Pós-Graduação do CESA/UEL, pela disponibilidade em sempre nos apoiar quando necessário.*

***Aos colegas de turma das disciplinas realizadas no Programa,** pelas experiências partilhadas durante este árduo, porém, importante processo de construção de conhecimento.*

***À Universidade Estadual de Londrina**, por ter me acolhido neste momento de minha carreira acadêmica e me oportunizado gratuitamente a conquista do Doutorado.*

***Aos sujeitos de pesquisa**, pela participação e protagonismo no processo de construção da presente tese.*

"Eis uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, a não ser prevenir e premunir os leitores ávidos pela verdade. Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos."

(KARL MARX, 2013, p. 93).

SILVA, Silmara Carneiro. **A sociedade civil no município de Carambeí/Pr:** trajetória de suas relações com o poder público municipal. 2014. 383 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

A presente pesquisa se concentra no estudo das relações entre sociedade civil e o Estado no âmbito do poder público municipal, seja para investigar os aspectos que corroboram para a cooptação da sociedade civil, com vistas à potencialização dos interesses dos grupos dominantes, seja para investigar aspectos, que no sentido contrário à dominação, potencializem canais de afirmação da sociedade civil, os quais podem ser mais próximos ou mais distantes de uma perspectiva democrática. A pesquisa dedica-se à investigação da presente temática no âmbito da realidade do município de Carambeí/Paraná, a partir de uma análise à luz da perspectiva gramsciana. Seu objeto centra-se na análise dos aspectos de afirmação da sociedade civil carambeiense em suas relações com o poder público municipal. Nele, tem-se como objetivo identificar como se reafirmam interesses particularistas, corporativas e de dominação de classe ou, em concomitância com esses, ensaiam-se a abertura de canais de exercício democrático. A este objetivo, soma-se a necessidade de: analisar a gênese e conformação sócio-histórica da sociedade civil na ordem burguesa; refletir sobre particularismos e corporativismos da sociedade civil como movimento de afirmação da burguesia no Brasil; identificar aspectos que permitam analisar a inscrição da sociedade civil no município de Carambeí, na sua relação com o poder público municipal. A metodologia da pesquisa é qualitativa e o processo investigativo é composto pelas etapas: bibliográfica, documental e de campo. Para esta última etapa utilizou-se os seguintes instrumentos: formulário de dados, entrevista semiestruturada e análise, com base na análise hermenêutico-dialética. Os sujeitos da pesquisa são representantes de organizações da sociedade civil local e de partidos políticos que compuseram e ou compõem o legislativo e o executivo municipal. A amostra foi composta por 12 sujeitos de pesquisa: 9 (nove) representantes das organizações da sociedade civil e 3 (três) de partidos políticos. A partir das trajetórias da participação política da sociedade civil, marcadas por movimentos contraditórios de cooptação na sua relação com o poder público municipal, reflete-se sobre os aspectos que concorrem para estabelecer canais de sua afirmação, que podem ser mais próximos ou mais distantes de uma perspectiva democrática. Assim, pretende-se agregar novos elementos teórico-práticos e analíticos ao debate acadêmico sobre as relações da sociedade civil com os poderes públicos municipais no Brasil e contribuir de forma particular com a elaboração de uma análise crítica sobre a afirmação da sociedade civil no município de Carambeí/Paraná.

Palavras-chave: Sociedade civil. Participação política. Democracia. Poder público municipal.

SILVA, Silmara Carneiro. **Civil society in the city of Carambeí / PR:** trajectory of their relations with the municipal government. 2014. 383 p. Thesis (PhD in Social Policy and Social Services) - State University of Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

The present research focuses on the study of Relations Between Civil Society And State not Scope of municipal government , BE to investigate aspects corroborate Para que cooptation of civil society with a view to empowering the interests of the dominant groups, aspects BE Pará investigate , which facing away from domination, leverage Statement Channels Civil Society , which can be Nearest OU More distant from a Democratic perspective.The research is devoted to the investigation of this issue within the reality of the city Carambeí/Paraná, from a review in light of Gramscian perspective. Its object is focused on the analysis of aspects of asserting carambeiense civil society in its relations with the municipal authorities. In it, is the thesis aims to identify how reaffirm particularistic, and corporate interests or class domination, concomitantly with these, rehearse the opening up of democratic exercise channels. To this end, sum up the need to: analyze the genesis and sociohistorical shaping of civil society in bourgeois order; reflect on particularism and corporatist civil society movement as affirmation of the bourgeoisie in Brazil , to identify ways to report on the registration of the company civilian in the city of Carambeí in its relationship with the municipal authorities . The research methodology is qualitative. The investigative process comprises the steps of research: literature, documentary and field. For this last step we used the following instruments: form- data, semi-structured interviews and analysis, based on a hermeneutic- dialectical analysis. The research subjects are representatives of local civil society organizations and political parties that composed and or make up the legislative and municipal executive. The sample was composed of 12 research subjects. Nine (9) representatives of civil society and three (3) political party organizations. From the trajectories of political participation of civil society, marked by contradictory movements of cooptation in its relationship with the municipal government, is reflected in this thesis on aspects that contribute to establish his claim of channels, which may be closer or more far from a democratic perspective. Thus, we intend to add new theoretical-practical and analytical to the academic debate on the relationship between civil society and the municipal governments in Brazil and help elements in a particular way with the development of a critical analysis on the claim of civil society in the municipality of Carambeí / Paraná.

Keywords: Civil society. Political participation. Democracy. The municipal government.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapeamento dos Espaços democráticos participativos criados pelo PPM de Carambeí – 2014 230
Quadro 2 – Natureza Institucional das Organizações Pesquisadas – Carambeí – 2014 248

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação do exercício político democrático das organizações da SSC na relação com o PPM, na visão dos sujeitos pesquisados, por temáticas – Carambeí – Paraná – 2014.....319
Gráfico 2 – Avaliação panorâmica do exercício político democrático municipal, na Visão das Lideranças Pesquisadas – Carambeí – Paraná – 2014 331

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sexo dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014.....248
Tabela 2 – Faixa etária dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014 249
Tabela 3 – Escolaridade dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014 250
Tabela 4 – Áreas de atuação, por nível de escolaridade dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014.....250

LISTA DE SIGLAS

ACBH	Associação Cultural Brasil-Holanda
AASEC	Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí
ACAPEL	Associação Carambeiense dos Catadores de Papel
AEEC	Associação da Escola Evangélica de Carambeí
ALN	Ação de Libertação Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APHC	Associação Parque Histórico de Carambeí atuante na área da cultura
APROEC	Associação de Proteção ao Excepcional de Carambeí
ASSEC	Associação dos Estudantes de Carambeí
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
COOPAM	Cooperativa Ambiental de Carambeí
COOPERCAR	Cooperativa Carambeiense de Trabalhadores e Reciclagem de Resíduos
COOPTUR	Cooperativa Paranaense de Turismo
CPTK	Casa Padre Theodorus Kopp
DEM	Democratas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GADAC	Grupo de Apoio aos Alcoólicos de Carambeí
IER	Igreja Evangélica Reformada de Carambeí
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OSC	Organização da Sociedade Civil
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PFL	Partido da Frente Liberal

PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Pacifista Brasileiro
PPM	Poder Público Municipal
PR	Partido da República
PROSAR	Programa de Assistência Social Rural
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
PRP	Partido Republicano Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partidos dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RFCC	Rede Feminina de Combate ao Câncer
ROTARY	Rotary Clube de Carambeí
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional
SINDISERV	Sindicato dos Servidores Públicos de Carambeí
SINTAC	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes e Derivados e Rações Balanceadas de Castro, Carambeí e Região – Paraná
SINTRACOOSUL	Sindicato dos Trabalhadores de Cooperativas de Carambeí e Região Sul do Paraná
SCC	Sociedade Civil Carambeiense
SOSCAR	Associação do Voluntariado Carambeiense – SOS Carambeí
TELEPAR	Companhia de Telecomunicações do Paraná
UDN	União Democrática Nacional
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE 23

1.1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: ASPECTOS PARA A CRÍTICA DE UMA RELAÇÃO DE AFIRMAÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA 25

1.2 DOIS ASPECTOS DE SUSTENTAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA: CIDADANIA E DEMOCRACIA 40

1.3 SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: UM CAMPO DE TENSÕES! 55

1.3.1 Relações entre sociedade civil e 'revolução passiva' 69

1.4 O ESTADO AMPLIADO A GUISA DE SUAS POSSIBILIDADES 81

1.4.1 O problema da 'correlação de forças' 92

CAPÍTULO II: A AFIRMAÇÃO LIBERAL-BURGUESA DA SOCIEDADE CIVIL EM CARAMBEÍ NOS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO BRASILEIRO 102

2.1 O IDEAL REPUBLICANO E A GÊNESE DA SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE 107

2.2 O DESENVOLVIMENTO DA 'COLÔNIA HOLANDESA' E A FORMAÇÃO DAS 'VILAS' EM CARAMBEÍ NOS MARCOS DA REVOLUÇÃO PASSIVA NO BRASIL 128

2.2.1 A 'colônia' holandesa de Carambeí e o processo de industrialização brasileiro 130

2.2.2 A formação das 'vilas' e o processo de expansão econômica e socioterritorial de Carambeí 149

2.3 A CONFORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE NO ÂMBITO DA AMPLIAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO 160

2.3.1 Gênese e formação dos primeiros aparelhos privados de hegemonia em Carambeí 174

2.3.2 A ampliação dos aparelhos privados de hegemonia em Carambeí e a sua introdução na política institucionalizada 185

CAPÍTULO III: A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: COOPTAÇÕES E CONQUISTAS.....208
3.1 A SOCIEDADE CIVIL EM CARAMBEÍ A GUISA DE SUA MUNICIPALIZAÇÃO.....215
3.2 AS PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS DAS LIDERANÇAS DA SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE 244
3.2.1 O protagonismo da sociedade civil e a crença na democracia liberal 251
3.2.2 A afirmação econômica e a defesa de direitos e cidadania no município.....277
3.2.3 Ensaios do exercício político democrático em Carambeí: perspectivas em debate.....304

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....335

REFERÊNCIAS.....360

APÊNDICES 378
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 379
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE DADOS APLICADOS E ROTEIRO DAENTREVISTA APLICADOS AOS REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE CARAMBEÍ.....380

INTRODUÇÃO

A proposta da presente pesquisa de investigar as trajetórias da sociedade civil carambeiense - SCC na sua relação com o poder público municipal - PPM construiu-se a partir de um processo investigativo acerca de aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais que concorrem para a formação e desenvolvimento do município de Carambeí/Paraná. Esse processo - construído durante a trajetória acadêmica da pesquisadora nos níveis de graduação, pós-graduação (mestrado) na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG permitiu evidenciar os seguintes aspectos: a configuração de um poder local institucionalizado[1] que se impunha como hegemônico, com relações particularistas e corporativistas junto da sociedade civil, favorecendo a manutenção de seus próprios interesses, em detrimento dos demais interesses presentes nos espaços de participação no âmbito do PPM; a expectativa de representantes da sociedade civil com relação a perspectivas ideopolíticas, socioculturais e de desenvolvimento voltadas à realização de ações alternativas de fortalecimento das políticas públicas e da afirmação da representação política dessa instância política município e, ainda, expectativas com relação a possibilidades de ampliação de espaços democráticos no município, mesmo que institucionalizados. Compunha-se, com tais expectativas, uma tessitura de críticas e a indicação de novos caminhos para a melhoria das relações entre Estado e sociedade civil no âmbito do PPM.

Esses aspectos nos levaram a indagar sobre o processo que os constituíram; incitaram-nos a identificar como se constituíram as trajetórias das relações da sociedade civil com o PPM que concorrem (ou não) para o fomento da política democrática no município. Eis, então, o problema dessa pesquisa e que nos leva a seguinte hipótese: na trajetória histórica da SCC em suas relações com o PPM, existem aspectos a serem desvelados que concorrem para estabelecer canais de afirmação dos interesses liberais burgueses no âmbito da política democrática local.

Considera-se que tais questionamentos advindos da realidade pesquisada, são pertinentes à área do serviço social, pois nos incitaram a aprofundar a análise

[1] Compreende-se por poder local institucionalizado o conjunto de espaços de participação democrática instituídos no âmbito do PPM. O que significa considerar o executivo municipal, o legislativo municipal e os conselhos municipais gestores de políticas públicas e de garantia de direitos, etc., tendo em vista que tais espaços concretizam na esfera municipal os pressupostos da democracia representativa e da democracia participativa, materializando em tal esfera a relação Estado/sociedade civil.

de temáticas relacionadas a um campo de pesquisa em desenvolvimento no Brasil, no âmbito da profissão.

A temática das relações entre o Estado e a sociedade civil afirma-se desde as últimas décadas do século XX como um campo de pesquisa profícuo à área das ciências sociais aplicadas no país e encontra no Serviço Social um grupo de autores dedicados a seu aprofundamento, num viés de interpretação crítico da realidade[2], o qual se dispõe a desvelar os argumentos ideológicos da concepção e análise da sociedade civil e do Estado. Portanto, o estudo proposto nesta tese, não se faz descolado deste campo de investigação; encontra-se inscrito nesta dinâmica teórico-política própria dos estudos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais aplicadas no país e comunga do interesse de fazer parte do conjunto de reflexões e conhecimentos deste campo de pesquisa.

O objeto da pesquisa centra-se na análise dos aspectos de afirmação da SCC em suas relações com o PPM. Nele, busca-se identificar como tais relações reafirmam interesses particularistas, corporativas e de dominação de classe ou, em concomitância com esses, ensaiam a abertura de canais de exercício democrático. A este objetivo, soma-se a necessidade de: analisar a gênese e conformação sócio-histórica da sociedade civil na ordem burguesa; refletir sobre particularismos da sociedade civil como movimento de afirmação da hegemonia burguesia no Brasil; identificar aspectos que permitam analisar a inscrição da sociedade civil no município de Carambeí.

No decorrer do processo de pesquisa adota-se uma perspectiva sócio-histórica, pautada no método do materialismo histórico dialético de K. Marx. A pesquisa é de cunho qualitativo, com utilização de dados quantitativos, como subsídios para as análises. Conforme Minayo (2006, p. 22) “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia”.

O processo metodológico foi composto por três fases: bibliográfica, documental e de campo.

---

[2] Destaca-se neste campo de pesquisa alguns autores de tradição marxista gramsciana, como Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Álvaro Bianchi e no Serviço Social, em especial, Ivete Simionatto e Maria Lúcia Duriguetto, como autores que têm se debruçado ao estudo da realidade brasileira à luz da interpretação gramsciana.

A fase bibliográfica foi composta por uma revisão de literatura pautada na obra de marxiana e marxista, optando-se pela interpretação gramsciana como orientadora das análises acerca das relações entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade.

A fase documental buscou suprir a necessidade de levantar dados e informações históricas, políticas, culturais, sociais e institucionais que delimitam as trajetórias percorridas pela SCC na sua relação com o PPM, desde as origens da formação do espaço local até a criação do município de Carambeí aos dias atuais. Esta pesquisa utilizou referências bibliográficas, documentos de órgãos oficiais; legislações, informações publicadas em websites das organizações da SSC, bem como do PPM e demais documentos sobre questões relativas ao município de Carambeí e às diferentes temáticas que atravessam o objeto da pesquisa.

A terceira e última fase do processo de investigação foi construída a partir de pesquisa de campo, na qual houve a aplicação de formulário de dados e entrevista semiestruturada. Nesta fase, foram delimitados os sujeitos da pesquisa, representantes de diversas organizações da SCC, considerando-as conforme a concepção gramsciana, como aparelhos privados de hegemonia[3]. São assim, portadoras reais da relação de unidade-distinção entre a sociedade civil e a sociedade política, aos moldes da noção de Estado Ampliado, conforme a mesma corrente interpretativa.

Inicialmente, era a intenção selecionar para a amostra da pesquisa aquelas organizações da SCC que estivessem, necessariamente, representadas nos conselhos municipais gestores de políticas públicas[4]. Entretanto, optou-se por considerar este apenas um dos critérios da seleção da amostra, uma vez que tais espaços, embora de suma importância no processo democrático, somam-se a um conjunto de relações mais complexas da realidade social e portando devem ser analisados no âmbito de uma trama de relações democráticas mais amplas. Não se exclui com isso a relevância destes espaços democráticos no conjunto das relações

[3] Os ‘aparelhos privados de hegemonia’ são aquelas organizações políticas da sociedade civil (partidos, igrejas, sindicatos, escolas, etc.). Tais instituições, na interpretação gramsciana, possuem a função política de exercer a direção hegemônica sobre os diferentes estratos de classe na sociedade. Sua atividade se inscreve na política cultural na perspectiva de construir o consenso na ‘sociedade civil’, com vistas a angariar condições político-culturais, econômicas e sociais favoráveis à manutenção do domínio político estatal, exercido pela classe dominante na forma de ‘hegemonia couraçada de coerção’ ou seja, enquanto ‘sociedade política’. (SEMERARO, 1999).

[4] Conforme Tatagiba (2002) *“Os conselhos gestores de políticas públicas são, portanto, espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais.”*

democráticas contemporâneas no Brasil, pois estes se despontam como parte do saldo positivo do processo de redemocratização, na perspectiva da renovação democrática. Embora prenhes das mesmas relações particularistas inerentes ao certame democrático liberal-burguês, os conselhos tornam-se atualmente um dos espaços democráticos estratégicos à luta de contra hegemonia, quando encarados como coadjuvantes de uma luta contra hegemônica mais ampla, a qual nasce do conjunto organizativo dos grupos de resistência no interior da luta de classes na sociedade.

Com esta compreensão, optou-se por selecionar, no âmbito da SCC, organizações de diferentes naturezas institucionais (associações, sindicatos, entidades assistenciais, clubes de serviços, etc.) atuantes em distintas áreas no município (assistência social, cultura, educação, saúde e trabalho, etc.), as quais se constituíram ao longo do desenvolvimento SCC no decorrer do século XX e início do século XXI.

Foi necessário abandonar os critérios formais de delimitação da amostra e realizar uma reflexão acerca da trajetória histórica da SCC, para se chegar ao conhecimento do conjunto de suas organizações. Neste processo de reflexão, no qual se identificou a gênese e a trajetória da formação da sociedade civil em Carambeí, chegou-se à conclusão de que esta foi concebida em meio ao desenvolvimento de dois delineadores geopolíticos da região: sendo estes: a “colônia” e as “vilas”. Essas singularidades do movimento da realidade da sociedade civil em Carambeí figuraram, então, como categorias empíricas e a elas articularam-se as categorias teóricas. Nesse processo passou-se à análise da correlação de forças existentes no município de Carambeí, a partir dos interesses presentes nas organizações da sociedade civil local, por entre a “colônia” e as “vilas” do município.

Tal processo de análise, conforme visto anteriormente, partiu de uma reflexão histórica das trajetórias de organização da SCC, (realizada no decorrer do capítulo II), onde foi possível ainda identificar as diferentes organizações da SCC em face de suas relações estruturais e superestruturais no decorrer da história de Carambeí e analisar as suas vinculações com um e outro grupo pertencente aos respectivos elementos geopolíticos locais, que se caracterizaram como delineadores da dinâmica da formação da SCC ao longo do século XX.

Na sequência, refletiu-se sobre a dinâmica atual da correlação de forças em presença no âmbito da SCC, identificando-se, inicialmente, a crença das lideranças

das organizações da SCC na perspectiva democrática liberal, a qual se pauta no protagonismo da sociedade civil em face do regime político instituído. Com isso, se introduz a discussão sobre a identificação das diferentes tendências de afirmação democrática presentes na esfera pública municipal em Carambeí.

Convencionou-se particularizar as tendências em meio às relações entre a estrutura e superestrutura[5] locais, por entre as perspectivas democráticas liberais e aquelas que em sentido contrário, convergem para a afirmação de uma democracia radical e ou de "massas". Em meio a tais perspectivas, conforme os pressupostos teóricos sustentados durante esta tese estaria situada a correlação de forças em presença na SCC, a qual converge tanto para a complementaridade como para a contraditoriedade das relações entre sociedade civil e sociedade política na ordem democrática liberal. Considera-se que no âmago da constituição da ordem democrática compõe-se o complexo processo de formação da noção de Estado Ampliado de Antonio Gramsci, no qual aos moldes de Bianchi (2006) revela-se uma trama de relações de unidade-distinção, entre a estrutura e a superestrutura, modernas.

Por meio desta compreensão, buscou-se a identificação dos movimentos de cooptação e ou conquista no exercício político democrático em Carambeí, no qual as organizações da SCC se relacionam com o PPM, sejam aquelas vinculadas aos interesses da "colônia" sejam aquelas que no sentido contrário defendem os interesses das "vilas". Buscou-se identificar, nessa relação, se o interesse liberal-burguês da "colônia" estaria ou não se reproduzindo, ideologicamente, a partir desta, como universal a todo o conjunto da sociedade civil local, em detrimento da pluralidade de interesses presentes e em desenvolvimento no interior das "vilas", ou se, no sentido contrário, a perspectiva da defesa de direitos e de cidadania estaria se fortalecendo no município. Deste modo se demarcaram as diferentes posições na correlação de forças municipais, frente ao debate democrático. Neste sentido, analisou-se se tais posições se constituem a favor de uma política democrática a partir de interesses voltados à afirmação econômica dos grupos a que se encontram vinculados e ou voltadas ao fortalecimento do exercício do debate democrático radical.

[5] Ressalta-se que tais conceitos são utilizados no decorrer da tese em suas acepções gramscianas. Nesta perspectiva "A estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção." (GRAMSCI, 2013, p. 250).

Os critérios para a seleção da amostra da pesquisa foram os seguintes: seleção das OSC, que se relacionam com o PPM, tanto por meio dos espaços democráticos representativos e ou participativos, a partir da municipalização de Carambeí.

Dos espaços democráticos representativos, a seleção se deu com base nos 3 (três) partidos políticos[6] que ao longo dos anos de gestão municipal em Carambeí, obtiveram maior representatividade no PPM, considerando os cargos legislativos e a eleição para prefeito. Foram eles: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido da Social Democracia (PSDB) e o Democratas (DEM).

Dos espaços democráticos participativos o principal critério foi a formação de uma amostra plural. Assim, a seleção se deu com base nos seguintes critérios: seleção de organizações de naturezas jurídicas variadas (clube de serviços associação, sindicato, entidades assistenciais, etc.), e de diversas áreas de atuação (saúde, assistência social, educação, trabalho, cultura etc.); com a previsão formal e ou experiência de participação nos conselhos gestores de políticas públicas municipais e o reconhecimento de um trabalho efetivo no município pelas próprias lideranças entrevistadas, seguindo-se uma metodologia de 'bola de neve'. Assim, por esses critérios, chegou-se a 9 (nove) organizações: 1 (um) clube de serviços – Rotary Clube de Carambeí (ROTARY), atuante no município em diversas áreas (saúde, educação, assistência social; 2 (dois) sindicatos – o Sindicato dos Trabalhadores de Cooperativas de Carambeí e Região Sul do Paraná (SINTRACOOSUL) e o Sindicato dos Servidores Públicos de Carambeí (SINDISERV); 4 (quatro) associações - Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí (AASEC), atuante na área da assistência social e educação, Associação do Voluntariado Carambeiense – SOS Carambeí (SOSCAR), atuante nas áreas de assistência social e saúde, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), atuante nas áreas de saúde, educação e assistência social e a Associação Parque Histórico de Carambeí (APHC), atuante na área da cultura; 2 (duas) entidades assistenciais – a Casa Padre Theodorus Kopp (CPTK), atuante na

[6] Foram selecionados para participar da pesquisa sujeitos representantes dos partidos políticos que tiveram candidatos eleitos a prefeito e ou com maior número de candidatos eleitos a vereadores nas cinco gestões municipais. Em razão da existência de coligações, nestes casos, o partido político selecionado foi o de filiação do candidato eleito.

área da assistência social e o Grupo de Apoio aos Alcoólicos de Carambeí (GADAC), atuante nas áreas de assistência social e saúde.

Desta forma, a amostra totalizou-se por 12 (doze) organizações da SCC, entre partidos políticos e demais organizações.

Tendo em vista que as trajetórias da sociedade civil nas suas relações com o PPM se constituíram a partir da emancipação política de Carambeí, a pesquisa de campo foi realizada tendo como base o corte longitudinal que delimitou o contexto histórico, político, socioeconômico e cultural específico no qual o objeto da pesquisa se desenvolve. Assim, cronologicamente a pesquisa de campo teve como foco a análise de trajetórias da sociedade civil no período histórico que compreende desde o ano 1995 até o ano de 2014.

A técnica de análise adotada nesta pesquisa foi a análise de dados por categoria desenvolvida com base na análise hermenêutico-dialética, (MINAYO, 2006). Esta técnica se propõe interpretar a realidade, a partir da construção de categorias que norteiam a reconstrução do objeto à luz do referencial teórico construído, apresentando os resultados da pesquisa inscritos em “um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações”. (MINAYO, 2006, p. 26).

O texto da tese foi estruturado em 3 (três) capítulos. No primeiro objetivou-se analisar a gênese e conformação sócio-histórica da sociedade civil na ordem burguesa e, para tanto, refletiu-se, neste capítulo, sobre esse processo frente à idealização do Estado Moderno, como instância política soberana no modo de produção capitalista. No segundo, objetivou-se apreender particularismos presentes na sociedade civil carambeiense, analisando-os nas suas relações com o movimento de afirmação da hegemonia burguesia no Brasil, o que nos levou a estruturá-lo de forma a destacar aspectos que concorrem à configuração de uma dinâmica de realidade sócio-histórica que pode ser apreendida à luz das temáticas da revolução passiva e Estado Ampliado no Brasil. O terceiro e último capítulo, que se aproxima da conclusão dessa tese, versou sobre as trajetórias da relação entre a sociedade civil e o PPM em Carambeí, apontando os movimentos de cooptação e de conquista empreendidos nessa relação durante o contexto democrático brasileiro. Para tanto, elegeram-se categorias aproximativas que contribuíram para a explicitação das contradições presentes nas relações entre as organizações da SCC e o PPM, em

face aos marcos sócio-históricos da construção da hegemonia liberal-burguesa na região e ainda mediante as diferentes perspectivas democráticas presentes no exercício político democrático no município.

Com os resultados da presente pesquisa pretendeu-se contribuir com a sociedade civil carambeiense apresentando neste processo uma análise do exercício político democrático no município, a partir de uma reflexão da gênese e formação da sociedade civil local e dos diversos elementos neles contidos historicamente: econômicos, ideopolíticos e socioculturais, os quais impactam, hodiernamente, nas relações democráticas locais.

Além da contribuição específica ao município de Carambeí, a pesquisa visou contribuir para o debate acadêmico no âmbito da produção de conhecimento sobre a democracia nos poderes públicos municipais, explorando em especial a sua relação com a sociedade civil. Tem-se como preocupação contribuir ainda para a desmistificação de diferentes aspectos que envolvem as relações entre o Estado e a sociedade civil no âmbito dos poderes públicos municipais no Brasil, investigando seus limites e possibilidades diante da construção hegemônica da democracia no país.

CAPÍTULO I

PARA UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL NA CONTEMPORANEIDADE.

> *"[...] essa sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro palco da história, e como é absurda a concepção histórica anterior que omitia as relações reais, limitando-se às ações grandiosas dos príncipes e dos Estados." (MARX E ENGELS, itálico nosso).*

Considerando-se o percurso teórico e sócio-histórico necessário à compreensão da dimensão política da sociedade civil na contemporaneidade[7], trata-se inicialmente, neste capítulo, sobre a construção da hegemonia burguesa, em face da natureza e constituição da sociedade civil na modernidade, como substrato para a análise da idealização do Estado Moderno, enquanto instância política soberana no modo de produção capitalista. Nesta idealização, a lógica do capital, inscrita no conflito de interesses e presente nas bases das relações estabelecidas entre as classes sociais no capitalismo, é forjada e, em seu lugar, comparecem as concepções dos homens em estado de natureza (expressas nas teorias contratualistas); a universalização da cidadania, (justificada pelo idealismo hegeliano) e a democracia liberal, (enquanto 'regras do jogo' do liberalismo burguês) na modernidade.

Assim, reflete-se neste capítulo como a sociedade civil se instituiu, no bojo do argumento liberal, enquanto mecanismo de afirmação da propriedade privada no Estado Capitalista, tratando de suas acepções no jusnaturalismo, no idealismo hegeliano e na crítica marxiana, a fim de apresentar, por meio de uma reflexão sócio-histórica, os pressupostos teóricos necessários à compreensão de sua dimensão política na contemporaneidade.

No século XX, o Estado passou a acenar politicamente por uma maior abertura à participação política da sociedade civil, indicando que na correlação de forças estabelecidas historicamente pela luta de classes, o Estado se ampliou, abrindo novas possibilidades para a construção da hegemonia burguesa. Inscreve-se nesse processo a questão da sociedade civil e da participação política como um

---

[7] A contemporaneidade é parte constituinte da modernidade. Compreende o período histórico a partir de 1900, século XX. (SEVERINO, 1994).

campo de tensões, no qual emerge a noção do Estado Ampliado, concebida a partir da perspectiva gramsciana.

Nogueira (2005, p. 132) afirma que

> A participação política inclui, complementa e supera tanto a participação eleitoral, quanto a participação corporativa. Não colide com elas, nem as rejeita como algo 'menor', muito ao contrário. O simples ato de votar sempre é, aliás, em maior ou menor medida, uma forma política de participação, assim como uma ação em defesa de interesses. [...] A participação propriamente política, porém, realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado. Ela é, assim, uma prática ético-política, que tem a ver tanto com a questão do poder e da dominação quanto com a questão do consenso e da hegemonia, tanto com a força quanto com o consentimento, tanto com o governo quanto com a convivência [...].

Assim, diante da dinâmica assumida pela dimensão política da sociedade civil assumida em seus processos de participação na contemporaneidade (em face do desenvolvimento do capitalismo e da democracia no ocidente) e tomando como parâmetro os conceitos de sociedade civil, hegemonia e Estado Ampliado (a partir da perspectiva gramsciana[8]), compreende-se que a luta de classes, a imposição das regras do mercado e a idealização do Estado como instância soberana perante a sociedade, foram e continuam sendo, desde os albores da modernidade,[9] elementos

[8] Para entender a obra gramsciana é necessário considerar que o ponto de partida e pano de fundo da reflexão histórico-crítica de Antônio Gramsci (1891-1937), filósofo e militante sardo durante a Itália fascista, foram os acontecimentos histórico-políticos e econômicos do período de transição, entre o século XIX e o século XX, a partir dos quais construiu suas referências teórico-filosóficas e ético-políticas, consolidando-se como um importante teórico comunista crítico no ocidente (LOSURDO, 2006) e uma referência para a discussão do conceito de sociedade civil entre os teóricos marxistas contemporâneos.

[9] No período em que se dá a gênese e a consolidação da modernidade ocorrem inúmeras transformações na sociedade, nas quais se destacam grandes processos revolucionários europeus. Dentre esses processos iniciados entre o final do século XVII e século XVIII, assiste-se os primeiros contornos do capitalismo que vinha se estabelecendo desde o século XV, com a crise do feudalismo e a da transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista mercantil (SEVERINO, 1994), juntamente com as primeiras orientações políticas e filosóficas de sustentação à nova sociedade que se avistava. Para Berman (1982) a modernidade possui três fases: a primeira com início no século XVI vai até o final do século XVIII, fase na qual as pessoas ainda não faziam senso algum do que lhes havia acometido. A segunda fase que se inicia com a grande onda revolucionária de 1790 e vai até o final do século XIX, na qual as pessoas começam a constituir um sentimento em relação aos processos históricos que passam a revolucionar os vários níveis da vida: o econômico, o social, o político, o cultural. Ainda nesta fase, no século XIX a aura é de se viver em dois mundos, pois a modernidade não havia ocorrido por inteira, o que se vivencia apenas no século XX, quando se define o início da terceira e última fase da modernidade, na qual "[...] o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramo-nos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade." (BERMAN, 1986, p. 10, 11). Destaca-se o Humanismo, o Renascimento e o Iluminismo como movimentos históricos que obtiveram grande influência sobre as dimensões cultural, filosófica, científica e política na sociedade. Estes movimentos, cada um à sua maneira, expressam a transformação dos valores societários, durante o período de transição, em que a velha ordem social dava lugar para uma nova ordem societária que pressupunha uma mudança geral na forma e no estilo de vida em sociedade.

centrais para se debater criticamente sobre a hegemonia da classe burguesa no âmbito do Estado Moderno, bem como para identificar aspectos de afirmação da sociedade civil, que no efervescer de diferentes processos de participação política se despontem como mais ou menos distantes de uma perspectiva democrática na contemporaneidade.

1.1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: ASPECTOS PARA A CRÍTICA DE UMA RELAÇÃO DE AFIRMAÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA.

Devido à gênese da sociedade civil no âmago da construção hegemônica do projeto burguês na modernidade, faz-se necessário para a interpretação de sua dimensão política na contemporaneidade, uma reflexão sobre a construção da hegemonia[10] da classe burguesa, como substrato para a análise da idealidade presente na concepção de soberania[11] do Estado Moderno no modo de produção capitalista, a fim de desmistificar os elementos presentes no real, que desvelam as contradições presentes na inscrição da sociedade civil no bojo da formação do Estado Democrático de Direito.

Tem-se que nas relações sociais capitalistas na modernidade os conflitos imanentes à estrutura capitalista se revelam no âmbito superestrutura. Nesta, um ‘campo de tensões’ emerge entre os diferentes grupos sociais, ideologias e projetos presentes na sociedade civil. Inscrito nesta dinâmica, o Estado afirma-se como uma instância política soberana capaz de suprimir os conflitos de classe, em nome da imposição de um projeto político, economicamente interessado em afirmar o domínio de uma classe social sobre a outra.

Como modo de produção fundante e hegemônico em toda a história da sociedade moderna, o capitalismo, conforme Marx (2013), impõe à lógica das

---

[10] Segundo Gruppi (1978, p. 1) “A hegemonia diz respeito à direção da sociedade num determinado contexto ou período histórico. Cabe ressaltar que o conceito de hegemonia “deriva do grego eghestai, que significa 'conduzir', 'ser guia', 'ser lider'; ou também do verbo eghemoneuo, que significa 'ser guia', 'preceder', 'conduzir', e do qual deriva ' estar à frente', 'comandar', 'ser o senhor'.”

[11] Constituindo-se ponto fulcral para a filosofia política moderna, a soberania tem sido apontada desde os teóricos clássicos, até os contemporâneos como fundamental para a compreensão do Estado, como instância política legítima e universal na modernidade. Com a expressão soberania do Estado busca-se, sobretudo, assinalar a preeminência do grupo político – o Estado, seu ascendente hierárquico – sobre os demais grupos sociais internos ou externos com os quais se defronta e afirma a cada passo, e que são do ponto de vista interno as comunidades humanas como a igreja, a escola, a família, etc., e do ponto de vista externo a comunidade internacional. (BONAVIDES, 2007, p. 137). A soberania do Estado, portanto, no dizer de Bonavides (2007, p. 137) “[...] diz respeito por consequência à questão dos elementos e características do poder estatal que o distinguem, [...] dos demais poderes e instituições.”

relações sociais, a dinâmica da relação capital e trabalho, na qual a divisão da sociedade em classes e a geração da mais valia têm como contraponto, na configuração histórica, política, social e cultural da modernidade, a desigualdade material entre os sujeitos na coletividade. É esta desigualdade que se torna velada na idealidade do Estado Moderno, quando visto como universal e soberano na sociedade.

Compreende-se, portanto, que para a afirmação hegemônica da burguesia na modernidade foram necessárias a idealização e a consolidação do Estado moderno como instância política soberana perante a sociedade. Através dele, a cidadania e a democracia constituíram-se aspectos jurídico-políticos, necessários à demarcação da universalização do individualismo burguês.

No caminho histórico-político percorrido pelas classes sociais na modernidade se inscrevem as contradições imanentes à sociedade civil e a sua afirmação perante o Estado Moderno. Vela-se, nesse processo, a construção da hegemonia burguesa na ordem capitalista. No universo marxiano[12] e, apoiando-se na perspectiva gramsciana, (incluída no respectivo universo), compreende-se hegemonia como:

> [...] um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico; mas essa dimensão é episódica e, normalmente, a hegemonia se resume num tipo de dominação que é predominantemente (ainda que não inteiramente) consensual. (SECCO, 2006, p. 43, 44).

A partir deste conceito, faz-se necessário desvelar os elementos presentes no âmbito da sociedade civil e nas manobras jurídico-políticas construídas pela burguesia para se afirmar como classe hegemônica na modernidade, ou seja, para liderar e dirigir a sociedade capitalista moderna. Parte-se do pressuposto que a hegemonia burguesa se estabelece tanto pela sua afirmação como classe dominante, perante os demais grupos sociais, no âmbito da estrutura, como também ao se favorecer com o estabelecimento de manobras jurídico-políticas, no âmbito da superestrutura, em face de sua relação com o Estado Moderno, concebido, no plano das ideias, como uma instância separada e superior à sociedade civil.

---

[12] Segundo Secco (2006, p. 43) “No universo conceitual do marxismo contemporâneo, a hegemonia é geralmente entendida como a capacidade que uma classe, uma fração ou conjunto de frações de classe, um grupo social ou mesmo um partido tem de dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente a sua direção. Entende-se muitas vezes uma classe que é hegemônica como também dominante, ou seja, aquela que conduz a toda a sociedade [...].”

Concebe-se ainda que a sociedade civil[13], em sua gênese nas relações modernas e em sua complexificação na contemporaneidade, constitui-se uma instância econômico-política inscrita nas relações de forças estruturais e superestruturais, como um 'campo de tensões' no qual as classes sociais fundamentais (capital e trabalho) estabelecem uma relação de forças, por meio da qual em equilíbrios instáveis, a classe dominante – a burguesia - tem se mantido hegemônica historicamente.

A gênese da construção da hegemonia burguesa no âmbito da modernidade se inscreve, portanto, no âmbito da sociedade civil. Esta, na sua relação de unidade-distinção entre a estrutura e a superestrutura, eleva a burguesia, em sua individualidade, à condição de classe dirigente, pela via jurídico-política, tornando-a universal no âmbito do Estado.

A pluralidade e contraditoriedade de interesses econômicos e políticos são elementos constitutivos da sociedade civil e a inscrevem, no plano das ideias, como polo diverso do Estado, que na sua idealidade se delineia como instância política legítima e universal da modernidade[14]. Acima da historicidade humana o Estado aparece

> [...] fetichizado, como entidade acima de qualquer antagonismo, representante do conjunto da sociedade, investido de uma aparência natural, exterior, acima dos interesses particulares, como se tivesse vida própria e não fosse produto dos antagonismos de classe. (RIDENTI, 2001, p. 94).

A construção desse fetiche deita suas raízes, no século XVII, sobretudo, na doutrina do jusnaturalismo[15] na qual o Estado é idealizado como uma instituição

---

[13] Conforme Coutinho (2006, p. 29) "O conceito de sociedade civil é certamente uma das mais importantes e originais criações da filosofia política de Gramsci. Embora o autor dos Cadernos do cárcere utilize neste caso a tradução neolatina de um termo já empregado por Hegel e por Marx**, parece-me indiscutível que ele elabora um conceito profundamente original, com o qual tenta denotar uma nova esfera do ser social.** (negrito nosso)."

[14] Marshall Berman (1982), filósofo estadunidense de orientação marxista, em seu livro *"Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade" sobre este período da história tratado em sua obra – a modernidade – descreve* o seguinte. "Existe um tipo de experiência vital — experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida — que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como "modernidade". Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, 'tudo o que é sólido desmancha no ar'". (BERMAN, 1986, p. 9).

[15] Nas interpretações contratualistas elaboradas pelos autores: Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean Jaques Rousseau (1712-1778), o Estado é considerado uma instituição que se constitui a partir da

formada por um pacto societário (celebrado por meio de um contrato· entre os homens) para por fim ao estado de natureza e constituir um estado civil, (no qual todos convivessem em condições de paz, segurança e reciprocidade[16]) garantindo-lhes a sua própria conservação[17].

Sob a interpretação jusnaturalista, a sociedade civil tem sua gênese no momento da formulação do 'contrato' que, na tradição contratualista, dá origem ao corpo político - caracterizado como um estado civil, em contraposição ao estado de natureza. Assim, no jusnaturalismo, a sociedade civil é considerada como sinônimo de sociedade política – de Estado, propriamente dito. (WEFFORT, 2001). Desta forma, a estrutura argumentativa do jusnaturalismo servirá para justificar, no plano ideal, a concepção contratualista da gênese da sociedade civil na modernidade.

Com base na referida estrutura argumentativa, os teóricos jusnaturalistas Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jaques Rousseau constroem distintas interpretações teóricas acerca da sociedade civil, que mesmo diferenciadas em seu conteúdo, seguem a mesma lógica estrutural argumentativa, a que concebe a sociedade civil como resultado de um contrato firmado entre os indivíduos ao fundar o Estado (WEFFORT, 2001)[18]. Neste ideário, a gênese do Estado é ocultada e este

---

construção de um pacto entre os homens, para mediar e ou regular seus conflitos. Estes autores constroem suas interpretações sobre a necessidade do Estado, com base na tese de que o mesmo nasce a partir da formação de um contrato celebrado entre os homens. A finalidade do referido contrato é garantir a necessária convivência entre os homens a partir de uma dada direção política. O argumento contratualista de constituição do Estado é utilizado como justificativa no pensamento liberal-burguês, para tornar o Estado Liberal uma instância soberana e universal na sociedade moderna, constituindo as bases da formação ideológica de sua concepção, nas quais se funda "[...] um corpo de representações e de normas através do qual os sujeitos sociais e políticas se representarão a si mesmo e à vida coletiva." (CHAUÍ, 2006, p. 30).

[16] Conforme Marx (2010, p. 50) "A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito da polícia, no sentido de que o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade." O egoísmo, inerente aos interesses do homem da esfera privada, por meio do Estado burguês logra êxito na garantia e defesa de seus interesses. Transportados para a esfera pública e legitimados no âmbito do Estado, os interesses egoístas do homem burguês, tornam-se, paradoxalmente, universais para toda a sociedade, cuja efetividade se dirige ao atendimento de suas próprias necessidades, em detrimento do atendimento das necessidades humanas, enquanto ente genérico. Portanto, "A segurança é, antes, a *asseguração* do seu egoísmo." (MARX, 2010, p. 50).

[17] Para o liberalismo a vida, os bens e a propriedade constituem os direitos naturais do homem, em seu estado de natureza, portanto anteriores à constituição do próprio Estado, cabendo a este último zelar pela sua preservação, ou seja, pela sua segurança. Esta, por sua vez compreende a finalidade última do Estado na sociedade burguesa, que para garantir a preservação dos direitos do homem deve assegurar a segurança de seus bens e de sua propriedade, assegurando, assim a preservação da vida do homem, na sua condição de burguês.

[18] Se para a interpretação hobbesiana (1588-1679), a sociedade civil se consolidou como um estado de segurança, no qual os indivíduos deixam de viver "a guerra de todos contra todos" para viver num estado no qual sua preservação é garantida (HOBBES, 1979); para a interpretação liberal clássica elaborada por John Locke (1641-1704) constituiu-se um estado de paz e assistência mútua entre os homens, que considerados livres e iguais buscam a garantia e a defesa de sua propriedade privada. (LOCKE, 1960). Em Rousseau (1712-1778), diverso dos dois primeiros teóricos, a sociedade civil é constituída justamente pela noção de desigualdade entre os homens. É o estado no qual os homens deixam de viver harmoniosamente, no seu estado de natureza, e passam a viver um em contraposição ao outro. Cada um defendendo o que passa a considerar seu – a sua propriedade. Assim, a sociedade civil torna-se o reino da desigualdade. (ROUSSEAU, 1973).

ocultamento se faz necessário para dar sustentação a um novo modo de produção – o capitalismo[19].

Sob o ideário liberal-burguês[20], que tem sua gênese em uma das perspectivas contratualistas, a defesa da propriedade privada se constituiu a base da ideologia capitalista para a institucionalização de um tipo específico de Estado, que no plano jurídico[21] e político, mistifica-se enquanto uma instância soberana - superior e acima da sociedade civil, em meio às contradições econômicas, políticas e sociais nela presentes. E é sob esta moldura que o binômio sociedade civil/Estado figura como uma constituição estritamente burguesa, visto que protege os interesses particulares da respectiva classe. Travestida de uma determinada universalidade, a burguesia ocupa-se do formalismo do Estado para se afirmar perante a outra classe – a trabalhadora. Assim, esse universalismo formal, inerente ao Estado Moderno, pode ser traduzido materialmente pelo particularismo liberal. (NAVES, 2008).

O Estado é, portanto, criado pela classe dominante para se afirmar como classe hegemônica, perante os demais grupos sociais presentes na modernidade nascente. Nesta, a perspectiva do Todo, inerente ao cidadão antigo - partícipe da cidade grega - se desconstrói e no lugar da concepção de “animal político” de Aristóteles nasce um homem cujo agir interessado deixa de ser o bem comum e passa a se constituir pelo interesse privado.

Lebrun (2004, p. 38) afirma que o princípio da modernidade se deu

> [...] quando a *comunidade* não mais é entendida como congregação de homens que são diretamente encarregados de zelar pelo funcionamento do Todo, mas como uma congregação de homens (*societas*), a quem seus próprios afazeres ocupam demais para que possam dedicar-se aos interesses do Todo, e que, por isso, devem ser *protegidos* pela instância política, em vez de *participarem* dela.

---

[19] Sob as bases do liberalismo clássico e sob a influência do Humanismo (séc. XV), do Renascentismo (séc. XVI) e do Iluminismo (séc. XVIII a XIX) as transformações geradas pelas efervescências econômicas, políticas e ideológicas do referido período de transição, culminaram entre outros grandes eventos históricos, na Revolução Industrial (1780) na Inglaterra e na Revolução Francesa (1789). Estes eventos históricos foram dois grandes marcos desse processo de transformação que resultou na afirmação de uma nova ordem societária. As lutas políticas empreendidas pela classe burguesa (revolucionária) resultaram na gênese de uma nova sociedade – a sociedade capitalista moderna. (HOBSBAWM, 2005).

[20] A discussão da soberania associada à defesa da propriedade tem sua primeira expressão em John Locke e constitui-se a base do liberalismo. Trata-se, portanto, de um ideário vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista na sociedade moderna. Em meio ao frenético desenvolvimento do capitalismo, o Estado Moderno foi, então, se modificando em sua estrutura e funções e tomando corpo, enquanto Estado capitalista.

[21] Naves (2008) afirma que a representação jurídica expressa pelo Estado perante a sociedade é fundada na “[...] separação entre o Estado e a sociedade civil, separação essa que provém da distinção jurídica entre o público e o privado, de modo que, ao se constituir uma esfera pública – o Estado -, esfera pela qual se exprime a vontade geral, em contraposição a uma esfera privada – a sociedade civil -, esfera pela qual se exprimem os interesses particulares em conflito, a ideologia jurídica pode excluir da órbita estatal toda a representação de classe – entendida como representação de interesses particulares -, já que, por definição, por ser público, o Estado não pode ser a expressão de vontades e interesses privados (de classe). (NAVES, 2008, p. 81, 82).

Deflagra-se, portanto, a natureza do Estado Moderno como uma instituição de defesa de interesses econômico-corporativos de determinado grupo de proprietários – a burguesia – cujo interesse maior constitui-se a defesa da propriedade privada, mas que, paradoxalmente, se impõe como universal, na medida em que universaliza a individualidade burguesa, para toda a sociedade[22].

Conforme Marx (2007, p. 75)

> Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.

Forja-se, nesse processo, uma sociedade civil fictícia, tida como inferior ao poder estatal. Assim, a burguesia garantira a sua legitimidade, enquanto classe dirigente, se impondo como hegemônica no novo contexto que emergira socialmente, por meio da afirmação do Estado burguês, como soberano – detentor do poder necessário à defesa da propriedade privada e, consequentemente, do modo de produção capitalista.

O Estado moderno, portanto, se constitui idealmente como responsável por mediar, na sua relação público/privado, os conflitos entre os homens, uma vez que desde os albores da modernidade, se faz crer que o respectivo conflito deriva do homem em estado de natureza, no qual os interesses individuais tendem a prevalecer sobre os interesses da comunidade, enquanto "[...] congregação de homens encarregados de zelar pelo Todo" (LEBRUN, 2004, p. 38). Vela-se, na idealidade, a real natureza dos conflitos - a divisão de classe no capitalismo – e, o Estado, se legitima como árbitro das relações sociais. A finalidade do Estado Moderno, portanto, se consagra, pela via liberal, na defesa dos direitos naturais do homem, traduzidos na Declaração dos Direitos do Homem, de 1793, como "[...] a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade."

Conforme aponta Costa (2006, p. 28)

[22] O egoísmo inerente aos interesses do homem da esfera privada, que através do Estado logra êxito na garantia e defesa de seus interesses, que transportados para a esfera pública e legitimados no âmbito do Estado, tornam-se, paradoxalmente, direitos universais, cuja efetividade se dirige ao atendimento das necessidades provenientes do egoísmo do homem burguês, em detrimento do atendimento das necessidades humanas, enquanto ente genérico.

> As contradições da ordem burguesa vão constituir a particularidade do Estado Moderno. As características centrais do Estado moderno podem ser identificadas na idéia de soberania do poder e na sua autonomia baseada no uso da razão; a legitimidade do contrato social e as distinções entre a esfera pública e a esfera privada.

Embora sejam contraditórias as manobras ideopolíticas e jurídico-institucionais de sustentação do Estado Moderno enquanto instituição soberana no capitalismo, tais manobras vão encontrar explicação teórica no idealismo hegeliano[23], cuja preocupação fora justificar a lógica de organização do sistema capitalista, por meio do desenvolvimento da ideia absoluta do Estado[24], pelo qual se constrói metaforicamente a possibilidade do indivíduo participar do Estado, por meio da sua concepção enquanto 'sujeito de direitos'.

Hegel (1997) contrapõe-se aos contratualistas não aceitando que o Estado se funda a partir da celebração de um contrato entre os indivíduos. Concebe o Estado como fundamento e resultado do desenvolvimento do espírito humano, e a sociedade civil, por sua vez como derivada do Estado; como um estágio de seu desenvolvimento, objetivado na história. Por meio desta interpretação, Hegel (1997) legitima, teoricamente, a concepção jurídico-política do Estado enquanto instância soberana, superior e acima da sociedade[25]. Dele, os indivíduos participam, apenas sob a metáfora de um sujeito de direitos abstrato – *citoyen*. Oculta-se, nesta metáfora, o seu papel como representante de uma classe social - o *bourgeois*, mas

---

[23] Vivendo no período que compreendeu o final séc. XVIII e o início do séc. XIX, Hegel teve a oportunidade de acompanhar, no movimento sócio histórico europeu, a consolidação do capitalismo imperialista e monopolista, sob as bases material e filosófica que pautaram as grandes revoluções na Inglaterra e na França. Influenciado pelas conquistas históricas da modernidade, instituídas jurídico e formalmente pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, através da qual houve a universalização da cidadania na modernidade, Hegel passa a defender uma perspectiva filosófica na qual o ápice do desenvolvimento societário, culmina na conquista da emancipação política, portanto uma emancipação nos limites do capitalismo. Hegel (1997) ao justificar a lógica da organização societária moderna aos moldes capitalistas contrapõe-se aos contratualistas não aceitando que o Estado se funda a partir da celebração de um contrato entre os indivíduos.

[24] Em Hegel (1997) a sociedade civil se constitui uma das fases de objetivação da ideia de Estado na história. A sociedade civil é, portanto, resultado da fragmentação da família, enquanto primeira razão moral do Estado e mediada pelas corporações, segunda razão moral do Estado, instituições estas representativas do interesse particular dos indivíduos e de suas respectivas classes. Em sua evolução até o Estado, Hegel (1997) sustenta que o espírito humano alcança sua plena realização, conquanto Marx (2012) contrapõe-se e reverte os pressupostos idealistas ao afirmar que do ponto de vista material se verifica o alcance do pleno desenvolvimento humano, apenas a uma das classes – a burguesa, posto que esta se ocupa de apropriar-se da propriedade da outra classe – a trabalhadora, posto que, devido as condições materiais de sua existência na sociedade civil a torna impossibilitada de alcançar o pleno desenvolvimento humano. Exclui, portanto, a classe trabalhadora, da oportunidade de tornar-se materialmente livre por meio do Estado, questão esta que foi alvo da crítica marxiana aos princípios da filosofia do Direito de Hegel.

[25] Georg Wilheim Friedrich Hegel (1770-1831) foi o primeiro dos teóricos modernos a conceituar separadamente o Estado da sociedade civil. Ao acompanhar a afirmação do Estado burguês, a preocupação de Hegel centrou-se em demarcar o movimento de objetivação tanto do Estado, quanto da sociedade civil. Na interpretação hegeliana a concepção do Estado e da sociedade civil se objetiva na história, contudo se origina e se universaliza através da ideia. Hegel propôs-se, então, a descrevê-los a partir do movimento histórico de desenvolvimento e consolidação do capitalismo. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p. 31).

paradoxalmente, lhe atribui a possibilidade de participar do Estado, em sua idealidade – como cidadão. Neste modelo, "[...] a vida política se declara como um simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa." (MARX, 2010, p. 51), mas mistifica-se como universal. Marx (2010), na análise desse processo, deflagrou a manobra jurídica elaborada para camuflar a natureza ideológica das interpretações teóricas de base liberal, que confirmam a sociedade civil como o reino da liberdade individual[26] e cuja estrutura é funcional ao desenvolvimento do capitalismo e à afirmação do Estado de Direito como a instituição mantenedora da ordem do capital.

Conforme se verifica em Hegel (1997), a sociedade civil e o Estado perfazem momentos diferentes de um único plano, denominado de 'moralidade objetiva'.[27] Neste, a sociedade civil, (como instituição particular) evolui para o Estado, atingindo, assim, a universalidade (própria da natureza estatal). Para o idealismo hegeliano, em sua ontologia formal, o Estado constitui-se resultado e fundamento, em cujo processo, no plano da moralidade objetiva, ocorre a objetivação da "Ideia" na história (que em sua finitude) se expressa na família e na sociedade civil. Os membros da sociedade civil, por sua vez, são representados pelas corporações. Estas instituições são consideradas por Hegel (1997) mediadoras entre os interesses particulares presentes na sociedade civil e a universalidade inerente ao Estado. Indivíduo, família, sociedade civil e Estado nesta perspectiva conformam os pilares de sustentação do desenvolvimento da totalidade do processo histórico, no qual a 'certeza moral' fundamenta-se na afirmação e desenvolvimento da sociedade aos moldes do capitalismo e não fora dela.

Enquanto resultado da evolução integral do espírito humano, o Estado é, assim, interpretado especulativamente pelo idealismo hegeliano - a esfera máxima da liberdade no âmbito da história universal. (HEGEL, 1997).

A individualidade presente na hegemonia burguesa é, portanto, travestida pelo idealismo hegeliano, de universalidade e, nesta nova manobra, o Estado

---

[26] Ver esta análise na obra "A questão judaica" de K. Marx, onde o autor refere-se à possibilidade de liberdade para além do indivíduo limitado a si mesmo. (MARX, 2010).

[27] "Através da divisão da sociedade civil, a moralidade objetiva imediata evolui, pois, até o Estado, que se manifesta como o seu verdadeiro fundamento. Esta evolução é a prova científica do conceito do Estado, e não há outra. Se o desenvolvimento do conceito científico chega o Estado como a um resultado, quando ele a si mesmo se dá como o verdadeiro fundamento, é porque tal mediação e tal ilusão se anulam a si mesmas na imediateidade. É por isso que, na realidade, o Estado é, em geral, o primeiro. Na sua intrinsecidade, a família desenvolve-se em sociedade civil, e o que há nestes dois momentos é a própria ideia do Estado." (HEGEL, 1997, p. 215, 216).

burguês permanece aparentemente universal, incorporando em sua idealidade a figura do sujeito de direitos - cidadão.

Marx (2008), no prefácio de sua obra *"Contribuição à crítica da economia política"*, ao buscar uma explicação para as relações jurídicas e as formas do Estado, refere-se às conclusões de seus estudos sobre a obra *"Princípios da Filosofia do Direito",* de Hegel.[28] Explica que estes o conduziram a perceber que

> [...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de 'sociedade civil'". (MARX, 2008, p. 47).

Neste trecho, Marx (2008) desmistifica a concepção hegeliana de que a sociedade civil é fundada pelo Estado, esclarecendo que esta tem suas raízes nas condições materiais de existência. Portanto, as contradições da soberania do Estado Moderno, devem ser estudadas a partir da constituição da sociedade civil e dos nexos causais que são velados pelas lacunas do ideário liberal-burguês, cujo objetivo é a construção da hegemonia burguesa. Neste processo, de desmistificação dos argumentos liberais burgueses (Marx, 2008) inverte a concepção hegeliana na qual o Estado constitui-se o campo da universalidade, para explicitar que se trata de uma instituição derivada dos interesses presentes na sociedade civil.[29]

Em Hegel (1997) verifica-se que o Estado Político se confunde com a sociedade civil, quando esta última (para participar da sociedade política), separa-se

---

[28] Marx (2010), sem deixar de reconhecer a importância do contratualismo e do idealismo hegeliano na análise da estruturação, afirmação, desenvolvimento e justificação da sociedade moderna, retratou a importância da interpretação rousseauniana para a afirmação das relações democráticas, ante ao sistema aristocrático-liberal imanente ao regime político monárquico constitucional, defendido pelas classes dominantes na Europa da primeira metade do século XIX. (ENDERLE, 2005 in MARX, 2010). Entretanto, ao superar a crítica da política e contrapor-se às perspectivas idealistas, Marx dedicou-se em compreender as múltiplas determinações que compunham o movimento sócio-histórico e as suas determinações na estrutura política moderna, para interpretá-lo criticamente à luz de pressupostos apreendidos a partir das relações econômicas empreendidas pelas classes sociais - capital e trabalho - no âmbito da estrutura capitalista. Tal compreensão crítica estrutural se afirmava como parte de seu projeto político revolucionário. Inscrita nesse contexto da gênese e desenvolvimento da sociedade burguesa e do Estado Moderno a interpretação marxiana se configurou não somente como uma crítica às interpretações de cunho idealistas e contratualistas que fundaram as bases teóricas e ideológicas para a afirmação da modernidade capitalista e para a consolidação do Estado Moderno enquanto instituição universal e soberana perante a nova sociedade, mas tratou-se da elaboração de uma crítica radical à estruturação ideopolítica moderna, mediante a análise e compreensão da anatomia do capitalismo, enquanto sistema econômico dominante na modernidade e da crítica do Estado moderno como instância política soberana, por meio da qual o Estado Capitalista é destronado de sua soberania política, para ser interpretado em suas bases materiais, nas quais se torna evidente a sua funcionalidade à ordem geral do capital e à afirmação da hegemonia burguesa na modernidade.

[29] A esse respeito ver Enderle (2005, p. 20) in (MARX, 2010).

de si mesmo; aliena-se de sua natureza ontológica, para que - enquanto derivação da Ideia absoluta do Estado, justaposta à instituição estatal, se confunda com a sociedade política, ao mesmo tempo em que se mantêm separada - enquanto esfera do privado, do ponto de vista real.

Verifica-se, portanto, que a elevação da dimensão particular da sociedade civil ao universal e a identificação do indivíduo concreto[30] com uma determinação abstrata - por que alheia à sua posição privada - se dá, apenas, do ponto de vista ideal, conservando-se o conteúdo particular presente na singularidade do interesse individual, próprio da anatomia da sociedade civil. Diante desta inversão realizada por Hegel (1997) que parte do real concreto para o real ideal, próprio da ontologia formal hegeliana, Marx (2010, p.133), afirma: é "[...] um absurdo colocar uma exigência que deriva apenas da concepção do Estado político enquanto existência separada da sociedade civil, uma exigência que deriva apenas da representação *teológica* do Estado político."

Marx (2010) constata que a concepção hegeliana acerca da dimensão política da sociedade civil no Estado moderno se assenta sob uma contradição, desmistificando, portanto, os nexos causais que se mantinham presos nas lacunas dos argumentos de defesa do Estado como instituição soberana na modernidade e abre caminhos para desvelar as manobras jurídico-políticas que pautam a construção da hegemonia burguesa, no âmbito da sociedade civil, em face da idealização do Estado.

Ao caracterizar a sociedade civil do ponto de vista de sua finitude objetiva, Hegel (1997) a identifica como uma esfera inerente ao indivíduo concreto, na qual este busca a satisfação de seus interesses e a defesa da propriedade e onde a independência e autonomia individual são presenças marcantes no âmbito das relações estabelecidas pelos sujeitos privados. Em meio à estrutura, nessa análise hegeliana, os indivíduos mantêm sistemas de dependências recíprocas entre si, que se determinam pelo livre-arbítrio e pela obra da sua vontade[31]. Com efeito, do ponto

---

[30] O indivíduo só adquire uma realidade quando entra na existência, isto é, na particularidade definida: por isso deverá ele limitar-se exclusivamente a um domínio particular da carência. Neste sistema, a disposição moral objetiva consiste na probidade e na honra profissionais e, graças a elas, cada um faz de si membro de um elemento da sociedade civil, por sua determinação individual, pela sua atividade, sua aplicação e suas aptidões. É enquanto tal que cada um se mantém e só por intermédio do universal se subsiste na vida e se é reconhecido tanto na própria representação como na dos outros. (HEGEL, 1997, p. 184).

[31] "Contém a sociedade civil os três momentos seguintes:

A - A mediação da carência e a satisfação dos indivíduos pelo seu trabalho e pelo trabalho e satisfação de todos os outros: é o sistema das carências;

de vista da moralidade objetiva, ou seja, da ideia objetivada na realidade, Hegel (1997) assume a definição da sociedade civil no âmbito da finitude dos interesses dos indivíduos concretos. Assim, a particularidade subjetiva é tida por Hegel (1997) como a alma da sociedade civil. Entretanto, ao relacioná-la com o Estado, tal característica finita é negligenciada e a sociedade civil converte-se em Estado, assumindo novamente a sua natureza ontológica formal no âmbito da estrutura política ideal, sem deixar de ser finita, do ponto de vista material. Esta condição imposta por Hegel à sociedade civil contribui para tornar intocada a instância do Estado em sua idealidade, servindo de justificativa para a manutenção das manobras político-jurídicas da burguesia para afirmar-se como classe hegemônica. Ao interpretar o Estado como campo de universalidade e a sociedade civil como determinada por esta unidade universal, a tese hegeliana encontra na crítica marxiana a sua antítese.

Em sua crítica, Marx (2010, p. 133) afirma que “A sociedade civil é a sociedade política *real*.” Com esta afirmação, tem-se a desmistificação da separação do Estado Político e da sociedade civil defendida pelo idealismo hegeliano.

Conforme Marx e Engels (2005, p. 63, 64)

> O termo ‘sociedade civil’ apareceu durante o século XVIII, quando as relações de propriedade não correspondiam mais à comunidade antiga e medieval. **A sociedade civil, como tal, só pode se desenvolver com a burguesia;** no entanto**, a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todos os tempos a base do Estado e do resto da superestrutura idealista**, sempre tem sido indicada por esse mesmo nome.

Para o marxismo, a sociedade civil abrange toda a troca material entre os indivíduos em determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas e, o Estado, por sua vez, é resultante da dinâmica da sociedade civil, enquanto uma instituição de defesa e operacionalização dos negócios da classe dominante – a burguesia. A sociedade civil comparece como a esfera da liberdade universal, ao passo que o Estado se torna para a burguesia, a instituição garantidora da liberdade nos limites da liberdade de mercado e a universalidade nos limites da particularidade burguesa.

B - A realidade do elemento universal de liberdade implícito neste sistema é a defesa da propriedade pela justiça;

C - A precaução contra o resíduo de contingência destes sistemas e a defesa dos interesses particulares como algo de administração e pela corporação.” (HEGEL, 1997, p. 173).

A crítica marxiana aos direitos do cidadão moderno refere que a junção dos direitos humanos propagados pela Declaração dos Direitos do Homem de 1793, garante a formação das bases de sustentação para o desenvolvimento da sociedade burguesa, que aliou a defesa da liberdade, pensada a partir do limite do homem isolado e egoísta da esfera privada, ao direito à propriedade que o autoriza a se utilizar a seu bel prazer de tudo aquilo que se apropriou, através do usufruto de seu direito à liberdade no âmbito da sociedade de mercado.

Tais elementos construídos pelo ideário liberal-burguês na modernidade, à luz da crítica marxiana, revelam o conteúdo ideológico presente na acepção da sociedade civil sob as determinações do modelo de soberania que se consolidou no Estado Moderno e deflagra as manobras político-jurídicas adotadas pela burguesia para a construção de sua hegemonia, pela via de uma revolução política.

Limitada à parcialidade da esfera política, a revolução política[32] (burguesa) se configurou como uma revolução parcial, cuja manobra foi fundar a separação entre o Estado e a sociedade civil, no âmbito do processo político, extirpando deste processo as determinações de natureza material. Ora, para Marx (2010, p. 12)

> A 'sociedade civil' já é 'uma esfera privada, ou seja, separada do e oposta ao Estado. Para adquirir importância e eficácia políticas, deve deixar de ser o que é, ou seja, deixar de ser privada. Esse ato político é uma transubstanciação total', através da qual a sociedade civil deve renunciar completamente a ser ela própria.

Negligencia-se que a sociedade civil (burguesa) se desenvolvera anterior à estrutura ideológica e política do Estado; que a sociedade civil fora o palco no qual as forças revolucionárias da burguesia conquistaram a emergência das forças produtivas necessárias para a afirmação do capitalismo como sistema econômico vigente na nova ordem social nascente, passando a demandar a falência da velha ordem política para afirmar-se ideológico e politicamente na sociedade.

Abstraindo ideologicamente da sociedade civil, as suas dimensões econômica e política, tornaram-na universalmente subsidiária e submissa ao Estado, ocultando, portanto, a sua natureza histórica e material e mantendo-a reclusa aos limites da ordem do capital, na medida em que em tal ideário a sociedade civil continua restrita

---

[32] "A *revolução política* decompõe a vida burguesa em seus componentes sem revolucionar esses mesmos componentes nem submetê-los à crítica. Ela encara a sociedade burguesa, o mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados, do direito privado, como *o fundamento de sua subsistência*, como um *pressuposto* sem qualquer fundamentação adicional, e, em consequência, como *sua base natural*." (MARX, 2010, p. 53).

ao reino da propriedade privada, da exploração da classe trabalhadora e da liberdade de mercado. Conforme Wood (2011, p. 217)

> Uma das maneiras de se caracterizar a especificidade da ‘sociedade civil’ como uma forma social particular única no mundo moderno – as condições históricas particulares que tornaram possível a distinção moderna entre Estado e sociedade civil – é dizer que ela constituiu uma nova forma de poder social, em que muitas funções coercitivas que pertenceram antes ao Estado foram deslocadas para a esfera ‘privada’, a propriedade privada, a exploração de classe e os imperativos de mercado. Em certo sentido, trata-se da privatização do poder público que criou o mundo historicamente novo da ‘sociedade civil’.

Marx e Engels (2005) afirmam que a sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro palco da história. Consideram que na história se definem os contornos e os significados da sociedade civil; e é, por ela, que seus fundamentos e pressupostos explicativos são identificados. Portanto, seus contornos, significados, fundamentos e pressupostos explicativos servem de base para a elaboração das diferentes interpretações teóricas e conceituais que buscam revelar sua natureza e compreender a sua constituição ontológica, desde a antiguidade clássica à modernidade.

Assim, depreende-se que a classe dominante, enquanto sociedade civil real, ao ocupar o Estado real, traveste-se de Estado Ideal a fim de sustentar mediante suas relações com a classe dominada um universalismo, que somente em seu estado idealizado é real, vez que não é a essência de sua derivação no estado real objetivado – no qual se verifica a real hegemonia da classe burguesa perante os demais grupos sociais.

Depreende-se, portanto, que em contraposição às determinações da ontologia formal hegeliana, Marx (2010) analisa as relações entre Estado e sociedade civil identificando o caráter particularista da universalidade presente na interpretação de Hegel (1997). As contradições presentes na interpretação hegeliana são desveladas a partir do conteúdo histórico material que compõe os fundamentos da crítica marxiana, acerca dos princípios da filosofia do direito de Hegel. Conforme vimos, em Marx (2010), a sociedade civil é vista como palco da história e, o Estado, por sua vez, é tido como uma instituição derivada e representativa dos interesses particulares das classes dominantes em uma determinada época histórica e, portanto, concebe-se efetivamente como uma instituição de natureza classista e não universal.

Conforme explicitado por Marx e Engels (2008) no *'Manifesto do Partido Comunista'* publicado pela primeira vez em 1848 na Inglaterra[33], a sociedade civil não se constitui uma parte do Estado e não deriva de sua unidade abstrata universal como em Hegel. Diferentemente,

> A sociedade civil abrange **toda troca material** dos indivíduos dentro de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange **todo o comércio e indústria** de uma determinada fase e, por isso, **é mais ampla que o Estado e a nação**, se bem que, por outro lado, **é necessário, frente ao exterior, afirmar-se como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado**. (MARX E ENGELS, 2005, p. 63, 64, negrito nosso).

Nesta passagem, tornam-se explícitas as funções ideológicas e políticas assumidas pela afirmativa de que a sociedade civil é separada idealmente do Estado, enquanto um momento de seu desenvolvimento objetivado na história, mas que se funde à universalidade estatal ao evoluir à sua dimensão suprema.

Com a leitura crítica das manobras lógicas empreendidas por Hegel (1997) em sua Filosofia do Direito, acerca da sociedade civil na sua relação com a sociedade política, Marx (2010) fornece subsídios para a real compreensão da natureza das relações entre tais instituições, revelando-se, com efeito, como se definem as relações entre as classes sociais presentes na ordem societária moderna do Estado, pondo à baila os elementos presentes nos nexos causais materiais, que até então permaneciam velados pelos argumentos presentes nas interpretações teóricas próprias do ideário liberal-burguês.

O Estado se revelou para Marx (2007) como instituição protetora da propriedade privada[34], que em detrimento da defesa da vontade geral, proposta por

---

[33] No contexto histórico em que Marx e Engels publicaram o *"Manifesto do Partido Comunista"* (1848) – a Inglaterra da década de 1840 se engendrava na fase concorrencial do capitalismo. Assim, compreende-se que restringir a sociedade civil aos limites de um Estado e ou uma nação, satisfazia a uma necessidade dos Estados Nacionais, frente ao exterior naquele momento histórico em que Marx e Engels escreveram. Depreende-se disso, que a constatação dos autores, refere-se a uma manobra política e ideológica necessária ao protecionismo inglês, em face do curso do desenvolvimento e da expansão das forças produtivas mundiais e não uma expressão da realidade tal como a sociedade civil se desenvolve no capitalismo. Destarte, faz-se importante destacar que Marx e Engels (2005) apontaram naquele contexto da Inglaterra da primeira metade do século XIX, o que vinha a ser futuramente um dos pontos fulcrais na discussão da sociedade civil em face do desenvolvimento do capitalismo mundial e da sua relação com a afirmação, fortalecimento e ou fragilização da soberania dos Estados Nacionais, frente às determinações do capitalismo, nas várias fases que alcançou, desde os albores da modernidade.

[34] Reitera-se, sob esta lógica, a ideologia que proclama a propriedade privada, conforme propunha Locke (1979), como resultado da apropriação que resulta da ação humana sobre a natureza. Para este autor, tal propriedade caracteriza-se como uma extensão do corpo humano, através da apropriação dos bens naturais, pela via do trabalho. Conforme o disposto no *Segundo Tratado sobre o Governo*, Locke (1979, p. 48) afirma "[...] Deus mandando dominar, concedeu autoridade para a apropriação; e a condição da vida humana, que exige trabalho e material com que trabalhar, necessariamente introduziu a propriedade privada." A propriedade privada é interpretada como um direito natural, concedida ao homem que pela natureza "[...] fixou bem a medida da propriedade pela extensão do trabalho do homem e conveniências da vida". (LOCKE, 1979, p. 48). Assim, tal

Rousseau; perfaz uma ilusão que resume a sociedade civil, em sua forma política burguesa. Ou seja, a vontade universalizada no Estado é a vontade universal da classe burguesa.

> Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real *[realen],* na vontade *livre.* (MARX, 2007, p. 76).

A classe trabalhadora, que também é parte constitutiva da sociedade civil na moderna sociedade capitalista, não encontra no universalismo do Estado, a particularidade universal de suas demandas reais, advindas da lógica das relações de produção e reprodução da força de trabalho, no capitalismo. “Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos os sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política”. (WOOD, 2011, p. 35).

Como se verifica na interpretação de Marx e Engels (2005), uma das funções ideológicas do Estado constitui-se na defesa e afirmação da soberania dos Estados Nacionais, mediante o desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial (tornando universal o particularismo burguês e, barrando, com isso a capacidade de expansão e desenvolvimento da sociedade civil - que interpretada sob suas bases ontológicas materiais - possui plenas capacidades de desenvolver-se universalmente). Bloqueia-se, desta forma, na sociedade civil, o que Hegel (1997) caracterizaria por um movimento de universalismo universal; movimento este verificado na interpretação marxiana – como de transição da ordem capitalista para uma nova ordem social - a sociedade comunista.[35]

Verifica-se que a compreensão dos elementos ideológicos presentes em torno da interpretação da origem da sociedade civil no âmbito do Estado Moderno foi de

---

propriedade é legitimada na sociedade moderna nascente como um direito do homem, anterior ao próprio Estado, cabendo a este, enquanto instância política, zelar pela sua proteção.

[35] Em 1875, em sua *“Crítica do Programa de Gotha”,* Marx descreve o que compreendia ser a realidade histórica na fase superior do comunismo. “Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’ (MARX, 2012, p. 31. 32).

fundamental importância para a construção das bases argumentativas da crítica marxiana, uma vez que nesta se encontra a análise dos elementos ideológicos presentes nas interpretações idealistas que suplantam a realidade material e as suas contradições. Com efeito, a crítica marxiana serviu de sustentação para a superação da interpretação da sociedade civil, como polo separado e inferior o Estado, como defende a concepção liberal clássica, e também, para superar a interpretação idealista hegeliana, que a entende como derivada do Estado. Outrossim, servira como ponto de partida para descaracterizar o Estado enquanto instituição soberana, na medida em que apresenta materialmente as contradições reais entre a idealidade e a realidade objetiva, por entre os conceitos de sociedade civil, hegemonia, soberania e Estado. Neste processo, tornou-se evidente a construção da hegemonia burguesa como necessária à concepção de soberania do Estado na modernidade.

Tal compreensão é fundamental para a análise do problema da hegemonia, que se constitui o elemento central da estratégia gramsciana para se pensar a transição do capitalismo para o socialismo. (COUTINHO, 2012), numa fase de desenvolvimento do capitalismo, em que a sociedade moderna se complexificou - tanto em suas bases estruturais como na superestrutura – a contemporaneidade.

1.2 DOIS ASPECTOS DE SUSTENTAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA: CIDADANIA E DEMOCRACIA.

No âmbito das relações entre o Estado e sociedade civil configura-se a luta de classes que é determinada pela perversa lógica de dominação e exploração inerente ao modo de produção capitalista e que carrega em si, todas as contradições desse modo de produção. É nela que se expressa a efervescência ideológica presente na dinâmica da sociedade civil. O conjunto de ideologias processado em seu interior converge na formulação de estratégias a serem assumidas pelos diferentes grupos sociais na superestrutura política - seja para conservá-la - conforme o sistema jurídico-político instituído; seja para transformá-la - por meio da construção de uma nova hegemonia[36]. Nesta correlação de forças contraditórias de conservação-transformação, os grupos sociais lutam pela hegemonia.[37]

[36] Os sistemas modernos de políticas democráticas se medem justamente pela capacidade de desenvolver uma ampla e dinâmica sociedade civil que permita expressar plenamente as aspirações e a participação dos diferentes setores da vida coletiva. (SEMERARO, 1999, p. 69, 70).

[37] Segundo Coutinho (2011) a construção da hegemonia possui uma fase mais estritamente política, na qual se estabelecem as relações de forças políticas na passagem da estrutura para as superestruturas complexas.

Cravados num debate político e ideológico que emana da natureza e da dinâmica inerente à luta de classes que se dá na esfera produtiva no capitalismo e, reproduzidos, de forma alienada, no âmbito da esfera política, o par “cidadania e democracia”, passa a ser cultuado religiosamente no Estado burguês, como garantidor das condições necessárias para o desenvolvimento da sociedade moderna. Entretanto, carrega em si, contradições desde a sua gênese, ao seu desenvolvimento e consolidação na modernidade. Contradições estas, que estão intimamente relacionadas à afirmação ideológica referente à noção de soberania do Estado no modo de produção capitalista.

Os dois aspectos, cidadania e democracia, se constituem como elementos da ideologia burguesa que perpassam as diferentes doutrinas de interpretação da soberania, transformando-se num dos principais elementos de discussão da ciência política[38]. Tais doutrinas mistificam as relações entre Estado e sociedade civil, por meio de movimentos ideológicos que velam as reais condições do homem em sua condição de classe na sociedade, para estabelecer subsídios que permitam a construção de um processo de reconciliação, no qual o homem se traveste da própria idealidade do Estado soberano[39]. Assim, o homem comunga com o Estado de uma soberania forjada. Essa comunhão se constrói por doutrinas, que oscilam, por entre a doutrina teocrática - subdividida na doutrina da natureza divina dos governantes, na doutrina da investidura divina e na doutrina da investidura providencial[40] e as democráticas – subdivididas em doutrina da soberania popular e em doutrina da soberania nacional[41] (BONAVIDES, 2004).

---

[38] Desde as interpretações contratualistas, abre-se um debate acerca de sua origem. Bonavides (2004) apresenta duas doutrinas de interpretação da soberania do Estado Moderno. São elas: as doutrinas teocráticas, e as doutrinas democráticas.

[39] É assim que o ‘povo’ pode aparecer na ideologia burguesa no exercício de sua ‘soberania’, e a democracia pode apresentar todos os seus títulos de legitimidade. É suficiente escutar o discurso triunfante da ideologia democrática para nos convencermos da inexcedível confiança burguesa nas massas: o ‘povo’ decide sobre tudo ... tudo, menos sobre o que está verdadeiramente em jogo, sobre o que para ser ‘jogado’ exige que se elabore, no laboratório secreto do direito, as figuras desses atores imaginários que parecem preencher todos os espaços vazios da política – os cidadãos. (NAVES, 2008, p. 83).

[40] Nas doutrinas teocráticas, a origem da soberania é Deus, havendo distinção entre elas em relação à condição do governante. Na primeira, que se refere à natureza divina dos governantes, este é partícipe da divindade. Na doutrina da investidura divina, o governante não mais é divino, entretanto ocupa uma posição que possui esta natureza e na doutrina da investidura providencial, se conserva apenas a premissa em relação ao poder, para a qual a origem da soberania está no poder de Deus, mas o governante e a posição política ocupada por ele se resumem na observância do bem comum. (BONAVIDES, 2007).

[41] Conforme dispõe Bonavides (2007), nas doutrinas democráticas justifica-se que a origem do poder emana do povo. Entretanto, há uma diferença na forma como a soberania é distribuída e ou se compõe em meio ao povo. Na doutrina da soberania popular, da qual tanto Hobbes, como Rousseau são expoentes, a soberania está em cada um dos indivíduos. Nestes autores, a soberania aparece fragmentada e é por meio da participação política individual que ela se constrói e se faz presente no Estado, como esfera coletiva, seja para justificar a monarquia, na interpretação hobbesiana, seja qualquer forma de governo construída a partir da vontade geral, para

Subsumidas pelo modelo de soberania, as contradições da cidadania e da democracia revelam as contradições próprias da sociedade capitalista, em seu conjunto. Constituem, nesta discussão, como elementos para a análise do controle ideológico[42], realizado pela burguesia, no âmbito da luta de classes no capitalismo.

Assim, a ideologia dominante, inserida na estrutura estatal conforma suas doutrinas no âmago da ideologia oficial do Estado, legitimando-se como universal perante a sociedade. Dahl (1988) retrata como a ideologia oficial se engendra nas diferentes estruturas de funcionamento do sistema e ainda como ela diminui o hiato entre a realidade e a ideologia.

> Uma ideologia oficial altamente desenvolvida contém normalmente padrões para avaliar a organização, as políticas e os líderes do sistema, e também uma descrição idealizada do modo como o sistema funciona – versão que diminui o hiato entre a realidade e o objetivo prescrito pela ideologia. (DAHL, 1988, p. 63).

A ideologia burguesa, como a ideologia oficial do Estado moderno, ocultou em suas lacunas as contradições do capitalismo[43]. Como resultado da diminuição do hiato entre a realidade e o objetivo prescrito pela ideologia, obteve-se a exclusão da natureza das relações sociais no mundo da produção e da propriedade privada, da divisão de classes e das consequências da mais valia, do conteúdo explícito do discurso político burguês.

Compreende-se, portanto, que nas lacunas do discurso ideológico liberal-burguês reservam-se elementos teórico-políticos inerentes a uma história de luta, de exclusão e de exploração da classe trabalhadora, que embora seja protagonista de

---

Rousseau. No que se refere à doutrina da soberania nacional esta cumpria o papel de limitar o poder de participação direta da autoridade popular, mediante a necessidade de dar legitimidade jurídica à participação da sociedade civil no Estado, limitando, portanto o pleno exercício do poder popular. Nesta doutrina, nasce a figura de 'nação' como substitutiva do lugar do indivíduo como titular de soberania, no Estado. "A nação assim constituída, se apresenta nessa doutrina como um corpo político vivo, real, atuante, que detém a soberania e a exerce através de seus representantes." (BONAVIDES, 2007, p. 142).

[42] Quatro pontos são elencados por Dahl (1988, p. 64) em relação a um sistema ideológico, são eles: "Em primeiro lugar, à medida que se desenvolve uma ideologia política claramente reconhecível e articulada, varia enormemente de um sistema político para outro. [...] Em segundo lugar, nenhuma ideologia é completamente integrada, ou internamente consistente. As ideologias não são necessariamente estáticas: novas situações criam a necessidade de novos objetivos, ênfases e explicações. [...] Em terceiro lugar, as ideologias dominantes provavelmente nunca são aceitas uniformemente por todos os membros do sistema. [...] Em quarto lugar, há sempre quem rejeite a ideologia dominante." Este quadro referente à caracterização de um sistema ideológico, no qual se verifica que a ideologia encontra-se sempre em movimento, respondendo às movimentações da realidade. Para manter uma ideologia como dominante é necessário uma série de articulações capazes de equilibrar o poder, em meio ao jogo de interesses presentes na sociedade, atingindo-se legitimidade e alcançando uma posição de autoridade, frente ao pluralismo presente nas relações sociais.

[43] De acordo com Dahl (1988) o desenvolvimento da doutrina oficial no Estado Moderno alcançou o estabelecimento de padrões de avaliação apropriados à manutenção dos interesses burgueses e à manutenção de suas políticas e lideranças que, associada a uma construção idealizada do funcionamento do sistema aos moldes liberais, foi capaz de manter as classes dominantes no poder, apesar e além dos hiatos entre a realidade e os objetivos prescritos pela ideologia oficial.

tais lutas[44], nem sempre é reconhecida no cenário político, desta forma. Ao contrário, o que se põe na sociedade moderna é uma estrutura política e ideológica – o Estado burguês, construída na e pela lógica capitalista como suporte à manutenção da dominação burguesa. Esta, conforme visto, se legitima sob um modelo de soberania imposto universalmente pelas classes dominantes na modernidade, no qual os aspectos cidadania e democracia se consagraram como elementos imanentes à ordem burguesa no capitalismo.

A liberdade, nos moldes liberais[45], caracterizada pelo poder de agir sem depender de autorização de outra pessoa, ou seja, como liberdade individual, se constitui um eixo de sustentação da concepção de cidadania na modernidade. De forma similar, a burguesia nascente, calcada nos ideais liberais, construiu na modernidade uma concepção de cidadania a partir dos valores de 'liberdade' e 'igualdade' aos moldes como estes se consolidaram no decurso da Revolução Francesa; ou seja, calcados na igualdade formal como ponto de partida. Esta deriva-se da necessária defesa de um aspecto supostamente constitutivo dos homens, a igualdade natural, sob a qual se sustenta que estes, por um ato de vontade, firmam um contrato entre si e fundam o Estado[46], tornando-se iguais, perante o mesmo[47].

A definição de cidadania atrelada à liberdade conforma a noção de igualdade, na mesma matriz de pensamento liberal[48]. A este respeito, Wood (2011, p. 183) afirma:

---

[44] Na medida em que a classe trabalhadora se organiza politicamente, ela busca se contrapor à ideologia burguesa, se utilizando do conteúdo existente nas lacunas da ideologia oficial para combate-la, combatendo assim, invariavelmente, senso comum traduzido ideologicamente em bom senso inerente ao imaginário coletivo e uma época, tendo em vista que o senso comum "[...] revela-se um amálgama de diversas ideologias tradicionais e da ideologia da classe dirigente [...]" (PORTELLI, 2002, 26).

[45] No capitalismo a liberdade, como liberdade de mercado, sustenta as relações humanas enquanto resultantes da capacidade de agir do homem em prol do alcance de seus interesses individuais, do acúmulo de riquezas e de capital.

[46] Este deve agir como protetor da propriedade privada, quando os compromissos contratuais não forem reciprocamente cumpridos.

[47] Kuntz (1997) ao retratar a relação entre a liberdade e a igualdade, aponta que no liberalismo "A idéia de liberdade se explicita com a noção de igualdade, isto é, de indiferenciação de poder. É necessário conceber os homens como iguais para vê-los como livres. Há um vínculo entre as duas idéias, e a da liberdade só é compreensível por uma referência à outra. (KUNTZ, 1997, p. 6)."

[48] A defesa da propriedade e consequentemente o direito à segurança se afirma no argumento liberal sobre a concepção de liberdade como o "[...] direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem." (MARX, 2010, p. 49). Assim, na modernidade burguesa o "[...] direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo." (MARX, 2010, p. 49). O direito humano da liberdade é, portanto, base para a manutenção e a defesa da propriedade. É efetivado na medida em que garante as condições necessárias para o homem – *bourgeois* - defender-se, defendendo a manutenção da lógica das relações sociais sob as bases do capitalismo e da ideologia liberal-burguesa, fundada a partir dos argumentos do liberalismo.

> [...] a tendência da doutrina liberal de representar os desenvolvimentos históricos que produziram a cidadania formal como nada além de uma ênfase na liberdade do indivíduo – a libertação do indivíduo de um Estado arbitrário, bem como das restrições da tradição e das hierarquias normativas, da repressão comunitária ou das exigências da virtude cívica – é indesculpavelmente tendenciosa.

A cidadania resulta, entretanto, de tensões existentes entre os princípios da liberdade e da igualdade no capitalismo. É o seu distanciamento e separação da esfera econômica, que assegura o seu formalismo[49]. Conforme Faleiros (2010, p. 275)

> A construção da cidadania é um processo histórico no bojo da modernidade e do capitalismo, ao mesmo tempo como lutas e conquistas e construção de pactos e acordos que se expressam nas leis e nas instituições e, por isso mesmo, ele pode sofrer reveses e retrocessos [...].

Embora a cidadania se conceba no âmbito de um processo de luta, a sua expressão formal no Estado Moderno desloca as contradições inerentes ao conflito social, presente na relação entre o capital e o trabalho, esvaindo-a, sob a sua concepção formal. Deflagra-se, portanto, o ponto de partida para a universalização da cidadania na modernidade. Neste universalismo, a cidadania à classe dos trabalhadores é traduzida no formalismo das leis e das instituições do Estado Moderno. Negligencia-se, na cidadania formal, a desigualdade material entre as classes sociais que se mantém intocada na democracia moderna[50].

Conforme Wood (2011, p. 183) “A desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é atributo essencial da democracia moderna.”

A desigualdade material é, portanto, naturalizada e não entra no critério de cidadania nas democracias capitalistas modernas. Torna-se, assim, socialmente constituinte e politicamente aceita, sob o argumento de que todos os indivíduos possuem igual liberdade de apropriação[51], através da utilização de suas

---

[49] Conforme Faleiros (2010, p. 279) “No conflito social com o proletariado, a constituição do Estado de Direito como pacto e como lei se torna o eixo de organização da vida em sociedade e do processo de fabricação do sujeito cidadão na modernidade burguesa.”

[50] A desigualdade entre as classes se justifica na interpretação liberal, apenas pelo nível de azar ou de sorte que cada indivíduo logra em meio à estrutura de mercado. Não importa, nesta base argumentativa, a posição do indivíduo no âmbito da esfera produtiva. Reis (2006), tratando das desigualdades resultantes no capitalismo, afirma: “Estas são traduzidas na sociedade de classes – um tipo particular de estratificação social, que difere da sociedade baseada em casta ou *status* – precisamente em função da operação do princípio de mercado.”

[51] O binômio ‘igualdade e liberdade’, resumido na concepção liberal de igual liberdade entre todos os homens na modernidade, se torna o substrato para as relações entre Estado e sociedade. A igualdade e a liberdade vistas como princípios**,** e não como finalidade do Estado, tornam a sociedade moderna terreno fértil para o desenvolvimento capitalista e a ascensão da burguesia industrial nascente, na qual a questão da desigualdade passa a ser interpretada como determinada pela forma como cada cidadão livre se estabelece econômico e

capacidades e habilidades pessoais, traduzidas na realização do trabalho, enquanto atributo necessário à sua sobrevivência.

A noção de igualdade, inerente ao *status* de cidadania no Estado Moderno, revela uma democracia política que garante igualdade formal aos cidadãos, sob as bases de uma desigualdade socioeconômica entre os homens. Conforme Marx (2010, p. 45)

> Os membros do Estado político se constituem como religiosos mediante o dualismo de vida individual e vida como gênero, de vida em sociedade burguesa e vida política; o homem se constitui como religioso, quando se comporta em relação à vida estatal, que se encontra além de sua individualidade real, como se esta fossa sua verdadeira vida; ele é religioso, na medida em que, nesse caso, a religião representa o espírito da sociedade burguesa, a expressão da divisão e do distanciamento entre as pessoas.

Como postula a crítica marxiana, o sujeito, considerado membro do Estado político, assume a figura do cidadão – de sujeito de direitos e não do indivíduo limitado. Destitui-se, portanto, o indivíduo, de sua particularidade de classe - seja da condição de proprietário de capital, seja de proprietário de mão de obra - para constituir-se um sujeito universal, na sua condição de cidadão. Camufla-se, desta forma, a contingencialidade e a finitude, inerente à condição singular do homem, enquanto indivíduo concreto. Exclui-se, portanto, a representação de classe quando o 'sujeito de direitos' participa da instituição estatal como cidadão. A noção de reivindicação de classe é, assim, descaracterizada, vigorando a categoria jurídica do 'direito' no âmbito da comunidade política moderna.

Sobre a finalidade da política moderna, Marx (2010, p. 51) destacou que "[...] até nos momentos do seu entusiasmo juvenil levado ao extremo pela pressão das circunstâncias, a vida política se declara como um simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa."

Conforme Naves (2008, p. 83)

---

socialmente no âmbito das relações de mercado, uma vez que este se constitui solo de formação e desenvolvimento das relações sociais no capitalismo. Não há, portanto, no do Estado Liberal de Direito uma preocupação com as desigualdades sociais. Há sim a defesa da condição de liberdade e igualdade dos cidadãos perante o Estado, como princípio estruturador das relações. Ademais, para o liberalismo, as desigualdades sociais tornam-se justificadas institucionalmente, uma vez que revelam concretamente os resultados econômicos de cada indivíduo na sociedade. Não entra no argumento, a questão de pertencimento de classe. Assim, cada indivíduo através de seu esforço próprio, se utiliza da obra de suas mãos para adquirir propriedade. Conforme Faleiros (2010, p. 285) "Locke volta-se para a compreensão do governo como suporte da relação entre trabalho e propriedade, por meio da garantia da liberdade. Afirma que a fonte do poder está na apropriação da natureza pelo trabalho, devendo-se assegurar a riqueza de quem 'trabalhe mais', 'com mais inteligência', o que significa naturalizar a desigualdade, tornando-a socialmente constituinte."

> Ao só franquear o acesso ao Estado aos indivíduos na condição de cidadãos, a ideologia jurídica permite que se constitua o vínculo que possibilita a passagem da sociedade civil ao Estado, ou melhor, a ideologia jurídica vai permitir que se estabeleça o meio de expressão no estado, sob a forma de interesse geral, dos diversos e contraditórios interesses particulares que se chocam na sociedade civil, e que por força dessa 'ultrapassagem' negam a sua determinação particular.

Na crítica marxiana, no Estado Moderno, a cidadania constitui-se um mecanismo para a realização do homem egoísta. O cidadão – *citoyen* possui, nesta lógica, uma posição servil ao homem tido propriamente como verdadeiro – *o bourgeois*. (MARX, 2010). É um Estado em que:

> [...] nenhum dos pretensos direitos do homem ultrapassa o homem egoísta, o homem enquanto membro da sociedade burguesa, isto é um indivíduo separado da comunidade, voltado para si mesmo, unicamente preocupado com seu interesse pessoal e obedecendo a seu arbítrio privado. (MARX, 1969, p. 39).

Sobre uma estrutura econômica construída a partir de duas classes sociais, o cidadão torna-se sinônimo do homem comum, um contraponto aos capazes de imprimir a direção política ao Estado. Afirma-se, assim, uma estrutura jurídico-política que garante a afirmação de uma classe sobre a outra. Deflagra-se a natureza de classe do Estado Moderno.

Na sociedade capitalista, cabe ao Estado regular as relações e condições de trabalho presentes no âmbito da esfera privada, tendo em conta que um mínimo é assegurado ao trabalhador, jurídico-formalmente, na condição de cidadão, para que ele permaneça na condição de trabalhador. Wood (2001, p. 173) afirma que

> O poder do capitalista de se apropriar da mais-valia dos trabalhadores não depende de privilégio jurídico nem de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem propriedade, o que os obriga a trocar sua força de trabalho por um salário para ter acesso aos meios de trabalho e de subsistência.

Nesta perspectiva, a igualdade formal e a condição de liberdade se reproduzem na dinâmica social, de forma verticalizada, na relação entre o capital e o trabalho. Embora o trabalhador obtenha a titularidade dos direitos à liberdade e à igualdade como cidadão perante o Estado, tais direitos não encontram efetividade nas relações capitalistas, pois o trabalhador necessitará da mediação do Estado para a sua efetivação, na condição de cidadão – sujeito portador de direitos.

Engels e Kautsky (2012) em um artigo denominado “O socialismo jurídico” publicado pela primeira vez em 1887, afirmavam, desde então, que

> A classe trabalhadora – despojada da propriedade dos meios de produção no curso da transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e continuamente reproduzida pelo mecanismo deste último na situação hereditária de privação de propriedade **– não pode exprimir plenamente a própria condição de vida na ilusão jurídica da burguesia. Só pode conhecer plenamente essa condição se enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas**. (ENGELS E KAUTSKY, 2012, p. 21, negrito nosso).

Com a compreensão de que é necessário enxergar a realidade sem as ‘coloridas lentes jurídicas’ Engels e Kautsky (2012, p. 47) afirmam ainda que “Toda classe em luta precisa, pois, formular suas ‘reivindicações jurídicas’”. Tal afirmação sustenta-se no que Marx (2012) havia proposto em sua *“Crítica do programa de Gotha”* (1875), quando reconhece que os processos sociais são mais importantes que os programas dos partidos, valorizando a autonomia da classe trabalhadora perante o Estado. Entretanto, não deixa de sustentar que as reivindicações políticas não são inócuas; são necessárias, num contexto econômico e político no qual a luta política não deve ser abandonada, conquanto compreendida, como canal de resistência à hegemonia burguesa, posto que esta se assentara no Estado para o alcance desta condição histórica.

A conquista de direitos nos limites do capitalismo sintetizam as estratégias do capitalismo em tornar mais plurais e inclusivas as democracias liberais, na medida em que acolhem demandas da sociedade, que se afirmam em posições ideopolíticas de caráter reformistas. Não se trata, pois, de negar a ampliação de direitos e da participação política da sociedade civil no âmbito do Estado, na sociedade capitalista. Trata-se apenas de entender que a ampliação dos direitos e a pluralização da participação não significa a conquista da superação da desigualdade material entre os homens. Naves (2012), tratando das demandas jurídicas da classe operária, afirma que esta “[...] deve apresentar demandas jurídicas *ao mesmo tempo* que deve recusar o campo jurídico.” (NAVES, 2012, p. 2012).

Numa sociedade em que impera a divisão de classes (capital e trabalho); a manutenção da propriedade privada dos meios de produção nas mãos de uma só classe (capital) e um processo de trabalho no qual o capital se apropria da mais valia do trabalhador, o direito é, portanto, necessário. Ele figura como um dos fundamentos para a manutenção da própria lógica do capitalismo, tendo em conta

que não somente garante a propriedade privada, como também mantém a classe dos despossuídos viva e operante, enquanto classe trabalhadora.

> A operação que o direito promove, transformando o homem em cidadão, torna os trabalhadores desprovidos de sua condição de membros de uma classe, impossibilitando-os como classe de perceber e de lutar por seus interesses estratégicos – a destruição do Estado burguês e a revolucionarização das relações de produção capitalista -, tornando-os prisioneiros da ideologia jurídica e da política de classe burguesa, fazendo com que reproduzam as formas políticas de sua própria dominação. (NAVES, 2008, p. 85).

Por outro lado, para o capitalista, a liberdade e a igualdade, são protegidas pelo Estado, porque são considerados direitos naturais do homem – oriundo da classe burguesa. Deflagra-se, assim, a natureza formal da cidadania e a tendência liberal-burguesa assumida pela democracia moderna.

> Na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal. (MARX, 2010, p. 40, 41).

É por meio dessa universalidade irreal, que a classe trabalhadora se torna membro imaginário de uma soberania fictícia no âmbito da democracia moderna, que na tradução de Marx (2010, p. 45) constitui-se uma democracia política cristã, pelo fato de que nela

> [...] o homem – é considerado um ente soberano, o ente supremo, ainda que seja o homem em sua manifestação inculta, não social, o homem em sua existência casual, o homem assim como está, o homem do seu jeito corrompido pela organização de toda a nossa sociedade, perdido para si mesmo, alienado, sujeito à dominação por relações e elementos desumanos, em suma: o homem que não chegou a ser um ente genérico real. Na democracia, a quimera, o sonho, o postulado do cristianismo, ou seja, a soberania do homem, só que como ente estranho e distinto do homem real, tornou-se realidade, presença palpável, máxima secular.

Como sistema de governo liberal-burguês, a democracia pautou-se em instrumentos políticos e jurídicos que adquiriram legitimidade na sociedade, por meio de um modelo de soberania, o qual se conserva hegemônico, sob as bases da ideologia burguesa, tornando-se, no dizer de Marx (2010) ‘realidade, presença palpável, máxima secular.’

Conforme o teórico liberal Robert Dahl (1988, p. 62)

> Embora muitos tipos diferentes de sistemas políticos possam adquirir legitimidade, as democracias precisam legitimar-se mais do que a maioria dos outros sistemas. No longo prazo, não se pode impor a democracia a um grupo, contra a sua vontade; de fato, a democracia, provavelmente, não sobreviverá se uma minoria importante se opõe a ela, pois as instituições democráticas sofreriam muito se uma maioria precisasse impor, constantemente, suas decisões sobre uma minoria significativa.

A característica chave da democracia, na interpretação liberal, conforme Dahl (2005, p. 25) "[...] é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais." O desenvolvimento desta responsividade, frente às preferências dos cidadãos, dita as manobras políticas e ideológicas elaboradas para manter um governo do poder. (DAHL, 2005, p. 26). Neste processo de busca pela manutenção da hegemonia burguesa na sociedade, a democracia liberal aparece como um ideal teórico, posto que, materialmente, o que impera na modernidade é a desigualdade entre os homens.

> Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta. (WOOD, 2011, p. 184).

O que se percebe na democracia moderna é a natureza formal de sua constituição, não se tratando de uma democracia substantiva, como em Atenas (420 a.C.). Conforme Wood (2011, p. 183)

> A democracia liberal moderna tem em comum com a antiga democracia grega a dissociação entre a identidade cívica e o *status* socioeconômico que permite a coexistência da igualdade política formal com a desigualdade de classe.

A democracia liberal se constitui o sistema de governo que assegura a hegemonia burguesa, desde a formação da sociedade moderna até a contemporaneidade. De forma conjugada ao desenvolvimento histórico do capitalismo na sociedade moderna, a democracia liberal foi, e ainda é, o sistema de

governo que contribui de forma determinante para a sustentação e manutenção da lógica das relações sociais, conforme a organização societária nos moldes da acumulação do capital. Nessa dinâmica, o Estado passou a ser o palco dos conflitos societários, que desviados do seio das relações privadas e de suas contradições, se reproduzem artificialmente nas estruturas políticas, como forma de validação dos mecanismos de coerção e consenso utilizados pelas elites politicas burguesas para regular, fiscalizar, reprimir e promover os meios necessários à manutenção da hegemonia da burguesia.

A democratização se configura na sua interpretação liberal como um processo de progressiva ampliação da competição e da participação política. (DAHL, 2005). Percebe-se, então, que na perspectiva democrática liberal não há preocupação com a socialização da política e com a participação como forma de oportunizar uma transformação do regime político, mas de conservá-lo *tout court.*

Reatualiza-se, com efeito, nesta perspectiva, elementos imanentes ao idealismo hegeliano, em especial, no que se refere ao seu particular reformismo, uma vez que o movimento histórico não possui qualquer compromisso com a superação da estrutura capitalista. Pelo contrário, em Hegel (1997), a emancipação política é expressão máxima da liberdade e o Estado (verdadeiro fundamento e resultado do processo de expansão – do particular ao universal).

Em Dahl (2005) se verifica que no regime político democrático liberal há uma preocupação em promover um processo de maior liberalização do regime político, na medida em que houver maior contestação pública da ideologia dominante. Ou seja, uma maior abertura à participação converge para tornar o regime mais competitivo. Não há na perspectiva democrática liberal, qualquer anseio de transformação da realidade, com tal estratégia; apenas a manutenção da legitimidade do regime político, a seus moldes, tornando mais inclusiva a hegemonia. O objetivo da liberalização e da participação no regime político liberal é, portanto, uma forma de atribuir maior legitimidade e autoridade ao governo, perante a pluralidade da ordem social.

Assim, a liberalização e a participação como estratégia deste processo fazem parte do conjunto de estratégias para manter a ideologia dominante estável no âmbito do regime político. Apesar de fazer concessões, devido o grau de contestação pública, o propósito desta modalidade de democratização é meramente instrumental ao domínio liberal no governo democrático.

As regras do jogo político e a burocracia, atreladas à participação da sociedade civil no Estado, são permeadas por diferentes perspectivas ideopolíticas que se atravessam, interagem, se complementam e se excluem mutuamente. O ideário burguês construído para garantir a manutenção de seus interesses e proposições na sociedade passa a fazer parte das representações, das teorias e das ideologias que são criadas a partir das relações materiais e concretas que estruturam a vida humana na sociedade capitalista.

Ainda que tenha sua gênese e seu desenvolvimento no ideário burguês e no processo de produção e reprodução das relações sociais sob a lógica do modo de produção capitalista, a democracia, paradoxalmente, é também um campo de possibilidades para o fortalecimento das lutas de grupos sociais contra hegemônicos à hegemonia burguesa. A democracia, afirma-se, nesse processo, partícipe do projeto de transformação social.

Wood (2011) considera que na crítica à democracia aos moldes liberais não basta a compreensão da expansão da democracia pela separação dos princípios da democracia formal e de sua associação com o capitalismo, da mesma forma que não basta a defesa da sua incompletude na ordem capitalista e de seu progressivo desenvolvimento pelo socialismo, afirma que a questão é anterior. Trata-se da compreensão de que a

> [...] associação do capitalismo com a ‘democracia formal’ representa uma unidade contraditória de avanço e recuo, tanto um aperfeiçoamento quanto uma desvalorização da democracia. A ‘democracia formal’ é com certeza um aperfeiçoamento das formas políticas a que faltam liberdades civis, o domínio do direito e o princípio da representação. Mas ela é também, e ao mesmo tempo, uma subtração da substância da ideia democrática, aquela que se liga histórica e estruturalmente com o capitalismo. (WOOD, 2011, p. 216).

Doravante, a transformação das estruturas jurídicas que sustentam o Estado de Direito (burguês) é condição *apriorística* para a transformação das estruturas que sustentam o capitalismo como meio de produção, hegemônico na sociedade, seja em favor da afirmação da ideologia burguesa no Estado, seja para garantir mecanismos para a negação e recuperação da substância democrática na modernidade.

> Ainda que se reconheça a necessidade de romper com os marcos institucionais para a construção do socialismo, não cabe o simplismo de tomar como falsa representação quaisquer formas de organização que venham a ser reconhecidas no plano legal, elas são resultado de árdua luta dos trabalhadores, contra uma resistência tenaz dos capitalistas, obrigados a fazer concessões. (RIDENTI, 2001, p.97, 98)

Considera-se que a participação política nos Estados Democráticos de Direito se constituem na contemporaneidade um campo de tensões no qual se estabelecem relações hegemônicas ditadas pelas históricas imposições das elites políticas capitalistas. Tais tensões encontram, na contraposição da hegemonia, a crítica de seus preceitos, de suas ideologias e interesses privados no Estado. Em face da participação de sujeitos políticos coletivos, resistentes à hegemonia burguesa, a luta institucional assume como possibilidade histórica a socialização da política e do poder na sociedade, ainda que sob o jugo dos limites reais que impedem o fortalecimento progressivo da luta contrária ao capitalismo, para além da institucionalidade do capital na contemporaneidade.

Para além de um terreno estritamente jurídico, a democracia, vista como processo social, não se limita à sustentação da classe burguesa, mas pode ser assumida como um caminho estratégico, que se faz necessário, na medida em que não se pode abandonar arbitrariamente o campo das lutas políticas, negligenciando seu poder para o domínio da sociedade.

Na luta revolucionária, a contra tendência à lógica democrática dominante, pode ser construída nas instituições jurídicas na medida em que a democracia seja vista, pela classe trabalhadora, como útil ao processo de transformação social e negada, severamente, em seus moldes liberais. Essa contra tendência revela-se historicamente um dos caminhos utilizados pela classe operária, com vistas à conquista da socialização do poder, do trabalho, da produção e das riquezas socialmente construídas.

Não se trata de defender um reformismo democrático, mas de utilizar do campo jurídico, no qual a cidadania e a democracia se afirmam como parte da ideologia burguesa, abstraindo de suas lacunas, os elementos necessários para contrapor-se, estrategicamente, à ordem do capital, posto que as reivindicações da classe operária não podem ser sanadas nos limites do capitalismo.

Contrapondo-se às posturas reformistas, defendidas pelas perspectivas do denominado 'socialismo jurídico'[52], que fora severamente criticado desde Engels e Kautsky (1887) e é, até os dias atuais, objeto de críticas pelos teóricos marxistas que não acreditam na possibilidade da constituição de um direito socialista em uma sociedade sem classes[53], a luta de classes ainda é e continuará sendo o campo de disputa na sociedade moderna capitalista.

É importante afirmar que não se negligencia o debate existente entre diferentes teóricos da corrente de interpretação marxista sobre a democracia e o capitalismo na modernidade. Sabe-se que há uma vertente de pensamento que nega a capacidade da democracia de atuar contra o capitalismo. Entretanto, nesta tese, compreende-se que é possível resistir à ordem burguesa no âmbito de um sistema político-democrático. Não por que as conquistas devam se dar, estritamente, nos limites da ordem legal burguesa, mas porque temos como pressuposto teórico a compreensão de que a democracia, *per si*, não se resume à legalidade do direito burguês e às regras do jogo político liberal. Conquanto, trata-se de um sistema político que não é exclusivo da burguesia e nem se esgota em uma determinada configuração institucional.

A democracia, portanto, constitui-se num processo histórico, que pode ser considerado útil para a transição ao socialismo. Senão, ao menos, para que a classe trabalhadora obtenha realizações políticas, econômicas e sociais mais imediatas, em meio ao processo histórico de busca pela superação da ordem do capital. Wood (2011) ao entender que o socialismo como uma extensão da democracia pode ser uma ideia útil, ressalta que não se deixa impressionar

> [...] pelos novos adereços teóricos da velha ilusão socialista de que os impulsos ideológicos de liberdade e igualdade capitalista criaram pressões irresistíveis para transformar a sociedade em todos os seus níveis. Os efeitos da democracia foram muito mais ambíguos, e essa concepção de transformação social é um truque que nos convida a imaginar, se não uma transição suave da democracia capitalista para a socialista (ou 'radical'), no mínimo a realização das aspirações democráticas nos interstícios do capitalismo. (WOOD, 2011, p. 232, 233).

[52] O socialismo jurídico defendido por Anton Merger em sua obra 'O direito ao produto integral do trabalho historicamente exposto' "[...] propõe a tarefa de reelaborar o socialismo de um ponto de vista jurídico, possibilitando a transformação do ordenamento jurídico por meios pacíficos." (NAVES, 2012, p, 10).

[53] Marcio Bilharinho Naves, teórico marxista brasileiro, realizou um estudo sobre o Marxismo e o Direito, retratando a concepção de direito nas obras de Evgeni Pachukanis (1891-1937) - teórico marxista do direito na União soviética nos anos 1920. No referido estudo Naves (2008) resgata e atualiza a crítica marxista à concepção de 'socialismo jurídico'. Esta concepção, que fora representada originalmente pelo trabalho de Anton Menger (sociólogo e jurista burguês), recebera as primeiras críticas em 1887 de Engels e Kautsky. Tais críticas foram retomadas nas discussões de Pachukanis, teórico estudado por Marcio Bilharinho Naves - autor do livro 'Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis'.

Desvela-se, portanto, o conteúdo inerente às lacunas existentes na ideologia burguesa, que faz da democracia, seu sistema de governo e da defesa da igualdade formal e da liberdade pressupostos para a manutenção da sociedade moderna nos marcos do capitalismo.

Depreende-se que as regras do sistema de governo democrático burguês encontram fundamentação num modelo de soberania, construído na idealização da cidadania e da democracia como aspectos de sua sustentação, cujos pressupostos estão presentes na interpretação da economia política realizada pela teoria liberal.

Assim, a cidadania e a democracia entram na lógica do discurso burguês e asseguram a manutenção da sociedade a seus moldes, freando e ao mesmo tempo enfraquecendo as possibilidades históricas de busca pela emancipação humana, na medida em que fazem da universalidade irreal um atributo da falsa noção de soberania construída sob as bases dos interesses do *indivíduo egoísta*, em detrimento do desenvolvimento do homem enquanto *ente genérico*. Reis (2006, p. 183) faz referência ao

> [...] caráter socialmente democrático do próprio capitalismo. A fundação crucial do capitalismo é (pelo menos potencialmente) o princípio da igualdade do mercado, que tende a causar a erosão daquelas desigualdades que pertencem ao mundo tradicional de *status*, atribuição e dominação. [...] Portanto, o capitalismo é levado a produzir tanto um novo espírito de igualdade como formas peculiares de desigualdade.

Inseridas no debate político, tais contradições circunscrevem o conteúdo político e econômico a que as classes trabalhadoras precisam desvelar. Uma vez que desvelam as contradições do modelo de soberania do Estado capitalista burguês, os grupos políticos vinculados às classes trabalhadoras revelam as lacunas do discurso ideopolítico da democracia e da cidadania nos moldes liberais, (construído para manter a classe trabalhadora destituída de poder e legitimidade) ao buscar construir outras formas de organização societária, que extrapolem os limites da emancipação política, como fim último da cidadania e da democracia na modernidade.

O tensionamento existente entre a sociedade civil e o Estado não se esgota na luta pela garantia de direitos, no âmbito da cidadania formal e pela defesa da democracia em seus institutos liberais. Estas lutas são apenas partes constitutivas

de sua finalidade. Construídas numa dinâmica de participação ativa no âmbito da estrutura estatal, tais lutas incorporam a pluralidade de interesses presentes na sociedade nos moldes capitalistas.

A cidadania e a democracia são dois dos aspectos que compõem o modelo de soberania do Estado Moderno, idealizado para a afirmação do modo de produção capitalista na modernidade, em detrimento das condições materiais estruturais do capitalismo e de suas consequências substanciais na sociedade, revelado histórico e materialmente, pela luta de classes.

Sob os limites da organização capitalista, a democracia afirma-se como um conduto que oferece caminhos para a construção de possibilidades à impressão de maior transparência às contradições do sistema capitalista no âmbito do jogo político**.** De forma similar, a igualdade formal na qual se sustenta o ideário de cidadania, não será necessária numa sociedade comunista. Contudo, numa sociedade capitalista, ou seja, na contemporaneidade, ela pode levar a sociedade a galgar meios para ampliar os padrões de igualdade material entre as classes. Faz-se necessário, portanto, *a priori,* acatar estrategicamente os ditames institucionais e legais impostos pelo padrão de cidadania existente. Usufruindo-se do direito à liberdade (no plano formal), galgam-se (materialmente), na sociedade, espaços políticos a fim de tensionar a própria estrutura e seus padrões jurídicos institucionais, com vistas à ampliação e o aprimoramento da democracia como única forma de governo capaz de assegurar e elevar a tensão existente entre as classes sociais do âmbito da estrutura para o âmbito da superestrutura, posto que a revolução não se engendra na superestrutura, mas dela necessita para instaurar uma crise de hegemonia, enquanto ponto de partida para a sua própria superação - o desfacelamento da soberania do Estado burguês, mediante a construção de uma nova hegemonia.

1.3 SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: UM CAMPO DE TENSÕES

Desde os primórdios do Estado Moderno até a contemporaneidade as relações entre a sociedade civil e o Estado têm servido de substrato para as diversas interpretações sobre o conceito de sociedade civil. Nesse processo sócio-histórico, tem se revelado a configuração, dinâmica, desenvolvimento e dimensão

política da sociedade civil, em meio às relações econômicas, ideopolíticas, sociais e culturais impressas tanto na base como na superestrutura modernas. As diferentes interpretações que derivam desse processo de análise da sociedade civil estruturam, de forma particular, o conjugado de conteúdos que a cercam, em face de suas expressões, mais ou menos institucionalizadas, no âmbito das relações sociais presentes na modernidade capitalista.

Sem negligenciar este panorama de vasta aproximação teórica ao conceito de sociedade civil, a presente reflexão pauta-se no percurso realizado pela crítica marxiana às concepções teóricas liberais burguesas[54] (suas acepções no jusnaturalismo[55] e no idealismo hegeliano). Busca-se, com isso, refletir sobre a gênese da sociedade civil em suas contradições com os processos de participação e emancipação, a partir de suas determinações sócio-históricas. No respectivo percurso, como parâmetro para análise das tensões contemporâneas[56] que cercam a sociedade civil nas democracias capitalistas ocidentais, adotou-se a perspectiva marxista gramsciana[57].

---

[54] Segundo Wood (2011) a crítica marxiana à interpretação liberal clássica, aponta uma distinção em relação à análise da economia política. Marx "[...] não cria descontinuidades nítidas entre as esferas econômica e política, e ele é capaz de identificar as continuidades porque trata a própria economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas, assim como a esfera política, como um conjunto de relações sociais." (WOOD, 2011, p. 28). Pautando-se na interpretação marxiana é possível desvelar, portanto, as contradições presentes em meio às continuidades e descontinuidades inerentes às interpretações elaboradas pela economia política clássica.

[55] Conforme visto anteriormente, nas interpretações jusnaturalistas concebidas no contexto das grandes revoluções burguesas do século XVIII, o conceito de sociedade civil confundia-se com a concepção de sociedade política – corpo político originado para sustentar a nova ordem societária, em contraposição à velha ordem feudal. Conforme Wood (2011, p. 206) "Essa confusão entre Estado e 'sociedade' representou a subordinação do Estado à comunidade de proprietários (em oposição tanto à monarquia quanto à 'multidão') que constituía a nação política." Assim, a gênese da sociedade civil na modernidade confunde-se com a gênese da sociedade burguesa e do Estado Moderno. No item anterior foram realizados apontamentos acerca de três das interpretações que compõem o conjunto de abordagens teóricas jusnaturalistas. São elas as interpretações de Hobbes, Locke e Rousseau. O enfoque nas respectivas interpretações teóricas não negligencia a relevância das demais abordagens elaboradas no âmbito da filosofia política moderna acerca do conceito em questão – a sociedade civil. Trata-se apenas de um caminho adotado, dentre outros tantos possíveis, considerando-se a complexidade e a abrangência que a discussão sobre a sociedade civil assume no contexto moderno, sob a perspectiva da crítica marxiana.

[56] Gramsci teve como referência para a sua elaboração teórico-política a dinâmica de dois blocos históricos distintos, em meio aos quais passou a reconhecer a autonomização de uma esfera que não se restringia ao Estado, nem ao mercado, mas que mantinha um trânsito dinâmico e contraditório entre a estrutura e a superestrutura enquanto elementos constitutivos de um determinado bloco histórico. (PORTELLI, 2002).

[57] No contexto histórico do século XX Antonio Gramsci despontou, no cenário do marxismo como uma interpretação teórica, cuja dimensão política fornece subsídios importantes à análise crítica da sociedade civil, mediante a fase de desenvolvimento que atingiu o capitalismo no mundo e das novas variantes histórico-políticas emergentes no respectivo século. Coutinho (2006, p. 38) caracteriza "[...] a autonomia *material* da sociedade civil como traço específico de sua manifestação nas sociedades capitalistas mais complexas."Diante desta autonomia material da sociedade civil nas sociedades capitalistas do século XX, os empreendimentos teóricos realizados por Gramsci, ao remeter-se à Hegel, Marx e Lênin, atribuíram a originalidade de sua interpretação, ao aprofundar suas análises acerca de conceitos como bloco histórico, hegemonia e sociedade civil, entre outros conceitos que no movimento histórico contemporâneo, servem para compreendê-lo dialeticamente em sua totalidade e particularidade, nas relações ideopolíticas, sócio-históricas e culturais, em suas dinâmicas estruturais e superestruturais, na sociedade ocidental.

A partir do respectivo aporte teórico, tem-se como pressuposto que as contradições que permeiam as expressões da sociedade civil ao longo da modernidade configuram-se como determinações para a sua dimensão política na contemporaneidade. Considera-se que tal dimensão política da sociedade civil afirma-se sob um suposto ‘campo de tensões’ - um campo que se forja por entre a complexa dinâmica inerente aos processos de ‘revolução passiva’ no ocidente. Para entender os limites desse processo, faz-se necessário, a priori, analisar os limites da emancipação política que nele se encerra.

Conforme Marx (2010), em “A questão judaica”, os limites da emancipação política revelam os limites da liberdade nos moldes burgueses e denunciam as fragilidades da cidadania no Estado Moderno.

> O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre [Freistaat*, república] sem que o homem seja um homem *livre.* (MARX, 2010, p. 38, 39).

Neste trecho Marx (2010) aponta a crítica necessária para que uma nova emancipação se tornasse o horizonte da humanidade – àquela que denominou de emancipação humana que ultrapassa os limites da emancipação política.

Defendida e proclamada na sociedade moderna para este fim – o da limitação do cidadão trabalhador, em face da proteção da propriedade privada e da liberdade de mercado - a emancipação política torna-se limitada nas democracias capitalistas, porque se constitui a forma definitiva da emancipação humana na ordem do capital, não sendo, portanto, a condição última de emancipação a que o homem pode alcançar na história. Trata-se apenas, daquela garante a liberdade real para aqueles que gozam de propriedade.

Nas sociedades democráticas capitalistas, a desigualdade material contrapõe-se à igualdade formal e a liberdade restringe-se à possibilidade de expansão de uma só classe – a burguesa, em detrimento da possibilidade de expansão da outra classe - a trabalhadora, que sobrevive nos limites de sua condição de classe dominada. Assim, a igualdade formal, garantida a todos os cidadãos do Estado Moderno consubstancia o direito de ‘todos’ homens – proprietários - à segurança de seus bens, em detrimento da segurança e da proteção dos despossuídos na ordem do

capital,[58] limitando os benefícios da emancipação política a uma só classe – a burguesa.

A "igualdade" alcançada nas sociedades capitalistas democráticas figura, portanto, apenas como uma condição jurídica que desconsidera a posição de classe social do cidadão, na estrutura produtiva, limitada pelas determinações imanentes à emancipação política, uma vez que esta não extrapola os limites próprios da ordem do capital. A este respeito Wood (2011, p. 173) afirma que

> A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal -, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe.

A classe trabalhadora é, portanto, dependente da burguesia no âmbito da estrutura produtiva e converge-se, historicamente, em sua oponente política, no âmbito da superestrutura. Tal conversão se justifica, historicamente, devido ao fato de que a igualdade formal e o status de cidadania instituído pela democracia liberal não assegura ao trabalhador a transformação real de sua condição de classe explorada pelo capital para uma condição real de igualdade. Nos moldes do que apontou Wood (2011), a desigualdade nas condições objetivas de vida entre o trabalhador e o capitalista permanece fundamentalmente intacta nas democracias capitalistas.

Em meio à ordem do capital, em certa etapa de seu desenvolvimento, a desordem é provocada pelos próprios entraves, engendrados pelas forças produtivas no âmbito das relações de produção[59]. Segundo Marx (2008, p. 47)

---

[58] A defesa da propriedade e consequentemente o direito à segurança se afirma no argumento liberal sobre a concepção de liberdade como o "[...] direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem." (MARX, 2010, p. 49). Assim, na modernidade burguesa o "[...] direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo." (MARX, 2010, p. 49). O direito humano da liberdade é, portanto, base para a manutenção e a defesa da propriedade. É efetivado na medida em que garante as condições necessárias para o homem – *bourgeois* - defender-se, defendendo a manutenção da lógica das relações sociais sob as bases do capitalismo e da ideologia liberal-burguesa, fundada a partir dos argumentos do liberalismo.

[59] Como resultado do período de revoluções conforme Hobsbawm (2012) tem-se a movimentação da sociedade civil europeia, exercendo o direito de participação política, como fruto das conquistas da revolução de 1789. Os diversos grupos presentes na sociedade europeia, descontentes com os rumos do capitalismo, sob a égide e o domínio da grande burguesia, passaram a agitar politicamente a tranquilidade burguesa, buscando subverter a ordem econômica instaurada na Europa. Organizando-se conforme seus interesses, formaram grupos de oposição ao regime político dominante, tomando conta da superestrutura de forma revolucionária. Verifica-se, portanto, que as classes dominantes para se manterem hegemônicas no Estado, não encontravam mais no

> Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social.

Desde as primeiras ondas revolucionárias do século XIX[60], as contradições entre participação e emancipação têm se revelado historicamente. Nestas contradições se demarca, na história da luta de classes no capitalismo, o momento em que se instituiu a participação da classe trabalhadora no regime político democrático liberal[61]– que *per si* constituía-se limitado e avesso a tal possibilidade[62], mas investido pelas revoluções teve que se abrir a tal condição. De tal forma, a participação da classe trabalhadora, (imbuída de processos históricos paradoxais) se instituíra no moderno regime político liberal, o que se fez por entre movimentos de 'renovação-restauração'[63]. Segundo Bianchi (2006), traduzidos na interpretação gramsciana, tais movimentos são traduzidos no conceito de 'revolução passiva', o qual significa

---

Estado força, as condições suficientes para a manutenção de sua dominação e direção da sociedade. Seja a burguesia, seja o proletariado, cada um com seus projetos, apesar de ocuparem posições antagônicas na base e da superestrutura política e ideológica, não encontravam meios para o alcance de seus objetivos econômicos e políticos em um Estado estritamente repressor e totalitário.

[60] Em sua obra "A Era das Revoluções", Eric Hobsbawm (1917-2012) afirma que, entre os anos 1815 e 1848, a Europa passou por três ondas revolucionárias. De 1820 a 1824, houve a primeira e, no período de 1829 a 1934, desenvolveu-se a segunda, denominada pela historiografia de *"Revoluções de Julho".* Esta onda revolucionária marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental e a afirmação da grande burguesia como a classe dominante nos próximos 50 anos, embora havendo muitas agitações tanto por parte de negociantes insatisfeitos, quanto pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas. E a terceira e maior das ondas revolucionárias é a de 1848. Com início nos anos 1830, foi considerada produto da crise do desenvolvimento do capitalismo em toda a Europa, a *"Primavera dos povos"*, como foi denominada, configurou-se como a revolução que significou para todo o continente europeu, o que a revolução de 1789 significou no âmbito de uma só nação, unindo a Europa em um só movimento de subversão. (HOBSBAWM, 2012).

[61] A França, da época, passava por um momento de grande prosperidade industrial e comercial, situação mediante a qual os trabalhadores "[...] renunciaram à honra de ser um poder conquistador, submeteram-se à sua sina, comprovaram que a derrota de junho de 1848 os havia incapacitado para a luta por muitos anos e que o processo histórico, num primeiro momento, necessariamente voltaria a desenrolar-se por cima das suas cabeças." (MARX, 2011, p. 85, 86).

[62] Raymond Aron (2008, p. 395) "Para começar, a Revolução de 1848, a curta duração da II República e o golpe de Estado de Luís Napoleão Bonaparte marcaram sucessivamente a destruição de uma monarquia constitucional em benefício da república e em seguida a destruição da república em benefício de um regime autoritário. O pano de fundo de todos esses acontecimentos foi a ameaça ou o medo de uma revolução socialista."

[63] Segundo Bianchi (2006) Gramsci associa a fórmula cunhada por Cuoco àquela que Edgar Quinet elaborou para o caso francês: revolução-restauração. Este termo fazia referência ao período das ondas revolucionárias, que conforme já explicitado neste texto resultou em manobras que cooptaram a classe trabalhadora reprimindo seu conteúdo revolucionário. Houve, portanto, a "[...] ascensão da burguesia ao poder em aliança com aquelas classes que, na França, haviam sido deslocadas pela revolução". (BIANCHI, 2006, p. 44).

> [...] o exercício de uma hegemonia restrita, uma hegemonia burguesa em um período histórico no qual esta classe já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto as classes subalternas [...]. A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado. (BIANCHI, 2006, p. 48).

Abertos, portanto, na história das democracias modernas, tais movimentos de 'renovação-restauração' ou de 'revolução passiva' perfaziam-se na correlação de forças estabelecidas pelas diferentes classes sociais, as quais se viam contrapostas na superestrutura[64], em face de suas ideologias e das consequências concreto-materiais do processo de modernização capitalista. De um lado, assiste- se o fortalecimento dos interesses da hegemonia burguesa e, de outro, as resistências políticas, decorrentes do desejo de transformação – renovação - colocando em cheque nos processos de luta revolucionária; a questão da emancipação no capitalismo[65]. Inscrita nesse processo sociopolítico de lutas de classes e de manobras da classe dominante para coibir a revolução; nasce a socialdemocracia[66] como resultado - momento da restauração - da 'revolução passiva' instaurada na França.

Conforme Marx (2011), neste momento histórico (1850) houve a renúncia do proletariado ao seu interesse revolucionário. Depreende-se disso que as medidas da burguesia que poderiam se avistar como a possibilidade do proletariado participar efetivamente da política, em sua forma institucionalizada**,** se configuraram, estritamente, como um conjunto de medidas econômico-políticas burguesas, para paralisar as ondas revolucionárias[67], mediante o aprimoramento das relações institucionais entre o Estado e a sociedade. Neste processo, a classe operária, embora, representada politicamente por instituições sindicais e partidos, ainda não encontrara um fio condutor para o fortalecimento do movimento operário revolucionário. Nesse processo, a participação da sociedade se restringe ao

---

[64] O legado das revoluções de 1848, aliado ao contexto de crescimento e expansão internacional do capital, impunha, portanto, mudanças na forma de atuar das instituições políticas perante a sociedade, posto que a participação política de diferentes estratos de classe nas lutas políticas revolucionárias colocara em cheque, desde então, a hegemonia burguesa e, portanto, a democracia liberal clássica. Disso posto, em contrapartida a uma sensação de bem estar, as "[...] reivindicações democráticas da pequena-burguesia foram despidas de sua forma meramente política e a sua ponta socialista voltada para fora." (MARX, 2011, p. 63).

[65] Ver Hobsbawm (2012, p.188).

[66] O intervencionismo estatal, pela via do fortalecimento do executivo, iniciado na era napoleônica, passou a nortear a direção das estratégias necessárias à estabilidade dos Estados, mediante o desenvolvimento e expansão do capitalismo no mundo. Engendra-se, portanto, neste contexto, a necessidade de se incorporar à figura do Estado, novas dimensões e ao processo revolucionário, novas estratégias ao se relacionar com a sociedade e com as instituições estatais.

[67] Ver Marx (2011, p. 85, 86).

formalismo institucional burguês, retroagindo-se, em face dos processos emancipatórios – próprios das revoluções.

Conforme Marx (2011), embora a sociedade civil tenha se organizado politicamente, interagindo na superestrutura[68], através de suas instituições, o movimento da classe operária[69] teria que se fortalecer para além das referidas estruturas políticas, para galgar os meios necessários a fim de revolucionar a realidade capitalista, atingindo no âmbito dos movimentos da sociedade civil mundial, a superação do referido modo de produção e a conquista de uma nova ordem societária – a comunista[70]. Ou seja, o respectivo contexto indicou a Marx (2011) a necessidade do fortalecimento de uma participação subversiva aos intentos burgueses, rumo à possibilidade do alcance da emancipação humana[71].

À luz da crítica marxiana, a análise da dinâmica da sociedade civil em sua interface com os contraditórios processos de luta política revolucionária e de institucionalização da participação da classe operária, no contexto histórico da primeira metade do século XIX, permite verificar diversos processos históricos que evidenciam suas contradições e tensões com os movimentos de participação no âmbito da superestrutura no capitalismo.

Esses movimentos explicam os limites e as possibilidades do processo revolucionário em face do percurso sociopolítico galgado pelas diferentes classes sociais e de sua íntima relação com a emancipação – por entre os projetos: capitalista e socialista. Tais projetos obtêm suas continuidades e descontinuidades históricas no decorrer da segunda metade do século XIX, por entre as contradições imanentes aos movimentos de ‘renovação’ e ‘conservação’, derivados das lutas

---

[68] À luz da interpretação de Marx (2008), destaca-se o movimento originado da crise econômica do capitalismo da primeira metade do século XIX, que uma vez engendrado na estrutura deu origem ao processo revolucionário, impactando diretamente no equilíbrio da grande burguesia, na superestrutura. Ainda que não fora um movimento exclusivo do proletariado, as ondas revolucionárias europeias do referido período histórico demonstraram a capacidade dos diferentes estratos das classes, incluindo-se a classe operária urbana, em tomar da superestrutura, com vistas à sua transformação.

[69] Sobre os movimentos operários desse período, ainda não conscientes da latente capacidade do proletariado, como classe antagônica ao capital, em transformar-se em protagonista de uma revolução, cumpre refletir sobre o quão caro foi aos trabalhadores da época, uma vez inseridos em meio aos demais grupos presentes na sociedade civil, viram-se manobrados pela pequena burguesia, cuja característica central na política revela-se pelo oportunismo, ao flutuar em meio aos diferentes estratos de classe, formando alianças pontuais, a fim de garantir a manutenção de seu *status quo*, na sociedade capitalista.

[70] Tratava-se de uma preocupação de Marx (2011) ao observar uma sociedade civil, sobremaneira, fragmentada e composta por diferentes grupos organizados em coalisões e alianças, que se modificaram conforme as nuances econômicas e políticas desencadeadas pela trama originada entre as transformações da base estrutural e da superestrutura.

[71] A tônica da segunda metade do século XIX, no que se refere à relação entre Estado e sociedade civil, foi de um crescente intervencionismo estatal, haja vista que a sociedade civil, cada vez mais, a fim de manter estável a estrutura econômica e social aos moldes do capitalismo, uma vez que a classe proletária, após as ondas revolucionárias de 1848, tomava cada vez mais consciência de seus interesses de classe.

políticas protagonizadas pelos diferentes estratos das classes fundamentais no capitalismo. São movimentos que oscilam historicamente engendrados no campo de tensões em que se reproduzem como resultados da correlação de forças estruturais e superestruturais, porém, numa sociedade em que a burguesia se fez classe dominante historicamente, via de regra, determinam a reafirmação da hegemonia burguesa na modernidade; em determinados momentos históricos retrocedem para a afirmação de um autoritarismo totalitário de grupos conservadores e noutros processam novas conquistas emancipatórias. No bojo de tais movimentos, destaca-se a revolução de 1848[72], como um exemplo de retrocesso histórico no qual se deu a vitória de grupos conservadores[73]. Marx (2011, p. 141), ao retratar as consequências desse retrocesso histórico, afirma que todo e qualquer interesse comum

> [...] foi imediatamente desvinculado da sociedade e contraposto a ela como interesse mais elevado, *geral*, subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objetivo da atividade governamental, desde a ponte, o prédio escolar e o patrimônio comunal de um povoado da França.

Conforme visto, neste momento da história da França, verificava-se o reforço do Estado militar (MARX, 2011), em face da repressão dos interesses presentes na sociedade civil. A repressão passara a ser o instrumento melhor utilizado pelo Estado para suprimir os interesses de classe, em favor do império da força no âmbito do poder executivo. O Estado, portanto no início da segunda metade do

---

[72] Autoritários, democratas e socialistas da França de 1848-1850, representaram as diferentes perspectivas ideológicas em jogo neste período da história francesa, cujos acontecimentos revolucionários se desencadearam mediante as crises do sistema capitalista da época; das ameaças socialistas à estabilidade política da grande burguesia e das classes conservadoras e reacionárias que lutavam pela preservação da aristocracia remanescente. Aron (2008, p. 396) afirma que "Em outros termos, no curso do período de 1848-51 a França conheceu uma luta política que se assemelha mais às lutas políticas do século XX do que a qualquer outro episódio do século XIX. Pode-se observar, com efeito, no período de 1848-51, a luta triangular entre os que chamaríamos hoje de fascistas, de democratas mais ou menos liberais e de socialistas, [...]. Não há dúvida de que os socialistas franceses de 1848 não têm grande semelhança com os comunistas do século XX; os bonapartistas de 1850 não são os fascistas de Mussolini nem os nacional-socialistas de Hitler, Contudo não deixa de ser verdade que esse período da histórica política da França, no século XIX, já mostra os principais atores e as rivalidades típicas do século XX."

[73] Embora sob o triunfo da burguesia como classe protagonista da revolução industrial, cujos interesses políticos foram defendidos pela afirmação do Estado Moderno, a partir da Revolução Francesa, na Revolução de 1848, quem triunfou não fora a burguesia e seus pressupostos políticos liberais, estruturados no período da transição do feudalismo para a idade moderna. Contudo, ao acessar as análises de Marx (2011) em sua obra "*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte"*, verifica-se que com o golpe de Napoleão III, a França viu-se tomada por uma ditadura parlamentar, a partir da qual todas as classes, burgueses, proletários e camponeses foram relegadas a uma condição de fragmentação entre si, minando as suas possibilidades de organização, contra o Estado napoleônico, ao mesmo tempo em que Bonaparte buscou subverter os diferentes interesses de classe ao que ele próprio, no âmbito do Poder Executivo, considerava ser de interesse de comum, à manutenção de seu poder no Estado, num "[...] tatear obscuro de um lado para o outro, que ora procura obter o apoio desta ou daquela classe, ora procura humilhar esta ou aquela classe [...]." (MARX, 2011, p. 151).

século XIX, via se fortalecido, conforme a visão gramsciana, enquanto sociedade política e ou Estado-força. Com efeito, se separava cada vez mais da sociedade civil, intervindo sob seus domínios a fim de fazer valer os interesses dominantes da época, sob o receio dos levantes de classe contra o mesmo.

Assumindo, inicialmente, uma face estritamente repressora, enquanto Estado-força, o Estado fora se liberalizando com as pressões da própria burguesia, que na França de Napoleão III, se revelaram contra o seu autoritarismo, obrigando-o a tornar o seu Império autoritário em um império liberal. (SOARES, 2011).

Deste período histórico, convém ressaltar que a participação da sociedade se restringiu aos interesses maiores do Estado-força. Em suma, a participação e a emancipação política encontravam-se restritas em suas possibilidades contra hegemônicas em face da ordem autoritária e repressora do Império de Napoleão III.[74]

Somente em 1864 registrou-se o manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores - conhecida como a Primeira Internacional. (MARX, 2012). Neste manifesto, Marx convoca o operariado a formar um partido político diferenciado dos velhos partidos das classes possuidoras, a fim de se tornar uma "[...] alavanca em sua luta contra o poder político de seus exploradores." (MARX, 2002)[75]. Novamente, aparece na história moderna a questão da participação da classe operária e da sua organização política na superestrutura capitalista, como estratégia revolucionária.

Na história do pensamento marxiano confirma-se, portanto, a sua importância para o projeto comunista[76]. Este daria sinais de sua continuidade e importância para a luta de classes no capitalismo, no final do século XIX com a Comuna de Paris.[77]

---

[74] O regime autoritário instalado após a destruição da República e a reconciliação da pequena burguesia com o proletariado, impôs a estes últimos sua sujeição aos democratas. Estes, segundo Marx (2011), admitiam que seu confronto fosse com uma classe mais privilegiada. Entretanto, pensam os democratas que se constituem "[...] o povo junto com todo o entorno restante da nação, que eles representam o *direito do povo*, que o seu interesse é o interesse do povo." (MARX, 2011, p. 67).

[75] Unificando-se e organizando-se por meio de um partido, a classe operária poderia obter condições de disputar a hegemonia e obter o triunfo da revolução e a abolição das classes.

[76] Com a crise econômica de 1870, Hobsbawm (2012b) retrata a desagregação do monopólio do programa burguês (na sua forma 'liberal'), contexto em que a esquerda de vanguarda se organizava em torno da elaboração do estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores.

[77] Com a experiência histórica da Comuna de Paris, por 72 dias, em 1871, quando a classe operária experienciou a primeira tentativa de por em prática a ditadura do proletariado, conquistando o poder e instaurando o primeiro governo revolucionário da classe operária da história. A Comuna se constituiu um dos mais importantes acontecimentos históricos para a história da classe operária, em sua luta contra o domínio burguês, no Estado. Embora Marx tenha analisado a Comuna de Paris de forma pessimista, em face de suas restrições em termo de abrangência política mundial, não negligenciou sua importância para a história de organização da classe operária, para seu fortalecimento e revitalização. Mesmo que não tenha encontrado, nos

Deflagra-se, neste momento da história da luta de classes, o reconhecimento oficial, por parte do movimento operário revolucionário, acerca da importância de conquistar o poder político, com parte das estratégias revolucionárias. Assim, confirma-se que no final do século XIX há um fortalecimento da dimensão política da classe operária no âmbito da sociedade civil, em face da exploração burguesa, o que por outro lado abre o início de um processo histórico de crise mundial do capitalismo.

Conforme Marx (2011) a comuna revolucionou a sociedade parisiense e inscreveu-se na instituição estatal, infringindo o privilégio estatal de seus 'superiores naturais'. Pela primeira vez na história os trabalhadores ocuparam o Estado e fizeram dele uma expressão da luta revolucionária.

> Quando a Comuna de Paris assumiu em suas mãos o controle da revolução; quando, pela primeira vez na história, os simples operários ousaram infringir o privilégio estatal de seus 'superiores naturais' e, sob circunstâncias de inédita dificuldade, realizam seu trabalho de modo modesto, consciente e eficaz, por salários dos quais o mais alto mal chegava a uma quinta parte do valor que, de acordo com uma alta autoridade científica, é o mínimo exigido para um secretário de um conselho escolar metropolitano – então o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva ante a visão da bandeira vermelha, símbolo da República do Trabalho, tremulando sobre o Hôtel de Ville. (MARX, 2011, p. 61).

Considerado como um novo ponto de partida para as lutas revolucionárias do proletariado, o Congresso da Primeira Internacional, realizado em Haia, 1872, incluiu no Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores a indicação de que a conquista do poder político torna-se a tarefa primordial do proletariado. (MARX, 2011).

Seja para o fomento à participação política; seja para fundamentar propriamente a democracia, (não somente coadjuvante do liberalismo e do capitalismo, mas também como um sistema de governo capaz de agregar perspectivas libertárias[78]), as experiências que se sucederam à Comuna

---

meios empreendidos pelos revolucionários de Paris, as condições objetivas para a constituição de uma verdadeira revolução proletária, conforme se verificou no texto acima, Marx (2011) reconheceu que a Comuna fez o velho mundo se contorcer diante da emergência do poder da classe trabalhadora. Conforme Hobsbawn (2012b) Marx se utilizou deste momento revolucionário da história para escrever a obra denominada a *"A Guerra Civil na França*" que teve por objetivo instruir os revolucionários do futuro, ao que fora bem sucedido.

[78] Em contraposição ao tradicionalismo e conservadorismo que envolve a doutrina democrática de defesa da soberania em favor da manutenção de uma democracia, estritamente, aos moldes liberais e mediante a recusa intransigente do desenvolvimento e expansão da democracia para uma maior abertura na sua interface com os diferentes estratos de classe presentes na sociedade civil, compreende-se que a **democracia operária** abre possibilidade para que diferentes perspectivas de participação possam se materializar nas superestruturas modernas tensionando as manobras burguesas executadas no interior do Estado.

funcionaram como condutos para a construção de alternativas políticas e ideológicas progressistas.

Diversamente das expressões tradicionais e conservadoras da democracia liberal, a esquerda socialista revelava outras perspectivas de participação, que não aquelas vinculadas aos atributos da ideologia burguesa em suas investiduras superestruturais, as quais serviam para explicar, manter e justificar a direção do projeto burguês de reprodução ampliada do capital[79].

Evidenciaram-se, historicamente a partir da década de 1880 alguns dos principais resultados das perspectivas ideopolíticas revolucionárias, as quais eram embrionárias da década de 1860.

> Daquele momento em diante, os movimentos da massa trabalhadora tornariam-se organizados, independentes, políticos e socialistas. A influência da esquerda socialista pré-marxista havia sido quebrada e em consequência, a estrutura da política seria constantemente modificada. (HOBSBAWM, 2012b, p. 186).

Cabe reiterar, entretanto, que apesar da negatividade com se apresentam os limites da emancipação política na modernidade, da qual a crítica marxiana é protagonista, é também marxiana a afirmação de que sob o regime capitalista, a emancipação política é o limite do possível rumo à sua universalização (MARX, 2010). Desta forma, afirma-se, dialeticamente, a positividade com que Marx interpreta a emancipação política, quando restrita aos limites da modernidade capitalista. Depreende-se, assim, que é a partir dela que decorrem as possibilidades da continuidade da luta política entre as diferentes classes sociais no capitalismo. Assim, não há por que dela se prescindir na perspectiva de luta de classes.

Sob tais premissas, a emancipação política continua a ser considerada limitada; mas não se negligencia que como tal se torna, na modernidade, condição histórica necessária para a transição do capitalismo ao socialismo. Nesta perspectiva, ao mesmo tempo, os processos de participação fortalecem a liberalização do regime democrático (DAHL 2005), tornando-se inócuos e avessos aos interesses revolucionários quando vinculados aos limites de uma participação

---

[79] Dahl (1988), um dos teóricos modernos mais influentes da corrente liberal na atualidade, faz uma referência quanto à importância e objetivo das doutrinas, das ideologias para as lideranças. "Num sistema político, os líderes, ordinariamente, esposam um conjunto de doutrinas integradas, mais ou menos persistentes, que tem o objetivo de explicar e justificar sua liderança. Chamamos esses conjuntos de doutrinas de *ideologias.*" (DAHL, 1988, p. 63).

estritamente institucional e instrumental à democracia liberal-burguesa[80]; deflagra-se também a importância destes mesmos processos quando assumidos em sua vinculação com os projetos históricos de transformação social. Portanto, não se pode suprimir dos processos de participação suas próprias contradições. Reforça-se, sob tal perspectiva interpretativa, a afirmação dos processos participativos nas democracias capitalistas como um 'campo de tensões' aberto e em constante movimento na contemporaneidade.

Considera-se necessário na atualidade dos problemas políticos um 'repensar' das estratégias de resistência, em face dos processos de participação protagonizados pelas estratégias liberais de liberalização do regime democrático instituído.

Se de um lado a participação institucionalizada da sociedade civil no Estado é 'concessão' e 'estratégia burguesa', mediante a necessária distensão das estruturas estatais e do poder político, em momentos de crise de hegemonia; a outra face da mesma moeda é a de que a ampliação do Estado voltada à participação da classe trabalhadora se constitui resultado de um árduo processo histórico de luta política desta classe no âmbito da correlação de forças estabelecidas com a classe burguesa. Há que se considerar que nenhum regime político distende suas estruturas, senão por pressão realizada pela classe antagonista.

Enquanto estratégia de legalização da dominação burguesa, a institucionalização da participação imprime legitimidade jurídica ao processo político, cristalizando-o no campo da institucionalidade burguesa, de forma a estatizar e muitas vezes paralisar os movimentos de luta, que na sociedade civil, assumem uma dimensão bem mais dinâmica, enquanto possibilidades de universalização.

De tal forma, perspectivas de participação política que assumem pretensões subversivas à dominação burguesa, não se desenvolvem no Estado do capitalista, como um passivo político ou como mera concessão da classe dominante – são resultados da correlação de forças engendradas por processos históricos resultantes da luta de classes – e se constituem estratégias de recuo do capital, em resposta à investidas da classe trabalhadora, em momentos históricos de maior

[80]A democracia capitalista liberal – hegemônica na modernidade confina-se "[...] a uma esfera 'política' formalmente separada, enquanto a 'economia' segue regras próprias." (WOOD, 2011, p. 175), o que favorece a lógica da reprodução ampliada do capital, em detrimento da expansão da participação política da sociedade civil no âmbito da sociedade política, posto que esta se faz historicamente descolada da estrutura econômica.

organização, cujo movimento pode ser considerado, paradoxalmente, uma conquista desta última classe.

As tensões que se desencadeiam, entre os diferentes agentes políticos, (representantes das classes sociais fundamentais), que participam das instituições de poder político na superestrutura moderna, encontram-se imbricadas, portanto, nas contradições imanentes à estrutura capitalista, mas, sobretudo naquelas pertinentes à questão da emancipação e da participação políticas. Tais contradições que se desenvolvem na dinâmica assumida pela sociedade civil em sua dimensão política nas democracias modernas.

Segundo Coutinho (2006, p. 26) a democracia

> [...] se entendida no sentido forte da palavra, isto é, no sentido da igualdade material, da participação coletiva de todos na apropriação dos bens coletivamente criados, etc. – tem também uma dimensão social e econômica. Não há efetiva igualdade política se não há igualdade substantiva, uma igualdade que passa necessariamente pela esfera econômica. E não é preciso ser marxista ou socialista para dizer isso: Rousseau já o dizia em pleno século XVIII.

Conforme aponta Coutinho (2008, 151) “A verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas também modificações econômicas e sociais”. É, portanto, impossível pensar na democracia, como um sistema político estático; trata-se de um processo inacabável, cuja democratização é a via pela qual se realizam os construtos econômicos, políticos sociais e culturais necessários para a afirmação desta ou daquela ideologia.

> O socialismo, como democracia radical, pode, atuando no mesmo terreno da sociedade civil que deu origem a formas de vida burguesa, superar a lógica do capital e criar uma nova lógica industrial a partir dos princípios de participação ativa das classes trabalhadoras e da socialização do poder. (SEMERARO, 2006, p. 103).

Conforme Marx (2008) a transformação da sociedade capitalista dar-se-á pela transição ao socialismo e deste para o comunismo. Este processo, com certeza, não se resumirá no todo ou em parte por ações políticas dirigidas por mentes e mãos burguesas; nem pela transformação endógena da sociedade capitalista e ou pela abertura e aprimoramento de suas instituições burocráticas, (ainda que aos moldes de uma democracia participativa). Os avanços rumo à respectiva transição para o socialismo continuarão a ser bloqueados pela classe burguesa, uma vez que tais colocam em risco os privilégios da classe burguesa. Tal transição só se completará

quando o Estado capitalista definhar por inteiro e no lugar tenha surgido uma nova sociedade – transformada tanto na base como na superestrutura.

Em seus “Escritos Políticos - (vol. I)”, Gramsci (2004, p. 117) afirma que os

> [...] proletários tem o dever de não ser ignorantes, porque a civilização socialista, sem privilégios de casta e de categoria, exige – para realizar-se plenamente – que todos os cidadãos saibam controlar o que seus mandatários decidem e fazem em cada caso concreto.

A participação política - como um mecanismo de resistência à ordem do capital e às manobras ideológicas da burguesa no âmbito do Estado - deve ser imbuída de uma vontade política esclarecida, para que – em cada caso concreto – resolva no presente o que for preciso, sem perder de vista a luta pela construção contínua das novas condições materiais, necessárias a um futuro pautado em uma nova ordem social – sem exploração de classe.

Neste processo - aos moldes do que Gramsci (2004) alertara - não se pode deixar de considerar e apreender (como quem deixa de ser ignorante) a natureza mistificadora das bases doutrinárias em que as diferentes formas de participação política se estabelecem no âmbito do Estado capitalista. É preciso, portanto, partir do reconhecimento das contradições presentes na ordem democrática capitalista para compreender os paradoxos constitutivos às diferentes dimensões da emancipação e da participação do homem na sociedade moderna para que se instrumentalizem os processos de participação, à luz de uma emancipação plena – a emancipação humana.

O que se pretende defender, contudo, nesta tese, é que a participação política, nas democracias capitalistas, (ainda que sob os limites do formalismo democrático liberal), constitui-se um dos mecanismos pelo qual se concebe o fortalecimento de um ‘campo de tensões’ mais amplo e aberto para os diferentes sujeitos coletivos (presentes na sociedade civil), os quais lutam (ideal e materialmente) em meio à correlação de forças estabelecidas, (por entre movimentos de ‘revolução passiva’), pela sua afirmação no âmbito dos processos de construção da hegemonia na modernidade.

1.3.1 Relações entre sociedade civil e ‘revolução passiva’.

O debate sobre a sociedade civil encontra-se no limiar das lutas políticas históricas da modernidade e se reatualiza na contemporaneidade, à luz das novas tensões provenientes da dimensão política alcançada pela luta de classes, em face da complexificação superestrutural das sociedades democráticas capitalistas, em torno de processos de contínuas revoluções passivas.

Coutinho (2006) afirma que ao examinar as transformações sociais[81] mundiais e as consequentes modificações na estrutura da política[82] no decorrer das tensões imanentes aos dois primeiros blocos históricos do início do século XX, Antonio Gramsci identificou o nascimento de uma ‘nova esfera social’, ditada pela complexificação da superestrutura ideopolítica e da estrutura no capitalismo[83] que derivou como resultado inacabado de um processo revolucionário bloqueado pelo Estado burguês, o qual instaurou um período histórico de ‘revoluções passivas’.

Confirma-se em Coutinho (2012) que a correlação de forças contemporâneas serviu, para Gramsci, de base para sua teorização – a qual incide numa revitalização do conceito de sociedade civil e numa complexificação do fenômeno estatal:

> [...] ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que toam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado. (COUTINHO, 2012, p. 124).

A nova configuração da sociedade civil, conforme a análise gramsciana, perpassa, portanto, pelo problema fundamental das relações entre estrutura e

---

[81] Diante do contexto de mundialização do capitalismo e do fortalecimento do socialismo na sociedade, a contribuição de Gramsci se revelou oportuna à interpretação, análise e aprofundamento da realidade histórico-política, em face dos novos desafios impostos por um contexto no qual o Estado capitalista havia se complexificado. Dentre os acontecimentos histórico-políticos do período de transição entre o século XIX e XX se destacam a mundialização da economia capitalista e a importância da Comuna de Paris (séc. XIX) para a reatualização do socialismo e a Revolução Russa (séc. XX) para as conquistas reais do socialismo no mundo. Constituíam-se, neste momento histórico, novos mecanismos de organização dos grupos políticos e, consequentemente, se estabelecia uma maior socialização da participação política em meio à sociedade. As razões históricas ora apresentadas perfazem as motivações materiais de Gramsci para revitalizar o conceito de sociedade civil, identificando-o com as novas configurações da sociedade moderna, à luz das transformações ocorridas no respectivo século XX.

[82] Processos de socialização da política e ampliação dos sujeitos políticos coletivos, como sindicatos, partidos de massa, jornais socialistas, ampliação do sufrágio para eleição dos parlamentos

[83] O capitalismo entra em sua fase monopolista, ultrapassando a fase imperial da primeira década do século XX e segundo Hobsbawm (1995) assume, como ponto central de sua tese, a acomodação do capital com um tipo de regime que não o exproprie de fato, de modo que qualquer regime tem de se acomodar a ele. Ao que o fascismo se tornou a expressão dos interesses do capital monopolista, na Itália do referido contexto.

superestrutura nas ‘revoluções passivas’ (BIANCHI, 2006), as quais se formam por entre a transição de um bloco histórico específico em outro.

Segundo Gramsci (2013, p. 250) “[...] o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.” (GRAMSCI, 2013, p. 250) e este conjugado de relações forma um bloco histórico que pode ser regressivo ou progressivo, a depender da direção que assume o movimento de ‘revolução passiva’.

Nesse movimento do real, em que se processa a disputa pela hegemonia, sintetiza-se o processo de unidade de diversidade entre estrutura e superestrutura, que forma os diferentes blocos históricos, Gramsci (2012), ao analisar a sociedade moderna, ressalta a importância dos partidos políticos na elaboração e difusão de diferentes concepções de mundo, tal como segue:

> Deve-se se sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. (GRAMSCI, 2012, p. 105).

Gramsci definiu a sociedade civil, como “[...] portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito.” (COUTINHO, 2012, p. 121).[84]

É no campo da sociedade civil que nascem e se desenvolvem os partidos políticos, como aparelhos privados de hegemonia, que ao lado de outros como os sindicatos, a igreja, a imprensa, tornam-se figuras centrais que passam a compor a sociedade civil na modernidade.

Os partidos políticos, para Gramsci (2012),

> [...] selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos práticos e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real; [...].

[84] É deste conceito que Gramsci parte para ampliar e enriquecer a sua teorização sobre o Estado. (COUTINHO, 2012).

Na perspectiva construída por Gramsci (2012) no decorrer de seus Cadernos, a sociedade civil se constitui, portanto, como a esfera da formação do consenso, da mediação entre a estrutura e a superestrutura. Uma esfera que surgira, portanto, prenhe de possibilidades no processo de ampliação do Estado na contemporaneidade, na qual os partidos políticos se formam, se organizam e se movimentam na história como portadores de projetos de hegemonia.

Coutinho (2012, p. 122) afirma que "[...] o conceito de 'sociedade civil' é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do *Estado*."

Nesse contexto democrático capitalista contemporâneo, conforme as determinações apresentadas acima, o conceito de sociedade civil foi, assim, reatualizado pela perspectiva gramsciana.

Gramsci (2012, p. 355, 356) afirma que os partidos políticos apresentam-se sob duas formas:

> [...] o partido constituído por uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, uma grande movimento de partidos afins (que são, na realidade, frações de um mesmo partido orgânico); e, no período mais recente, o partido não de elite, mas de massas, que como massas não têm outra função política senão a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (frequentemente, o centro visível é o mecanismo de comando de forças que não desejam mostrar-se sob plena luz, mas apenas operar indiretamente por interposta pessoa e por 'interposta ideologia').

É no campo da sociedade civil que nascem e se desenvolvem os partidos políticos, como aparelhos privados de hegemonia. Ao lado de outros como os sindicatos, a igreja, a imprensa, os partidos políticos[85] tornam-se figuras centrais que passam a compor a sociedade civil na modernidade, tanto como representantes das de uma elite como enquanto um partido de massas.

Gramsci, nesse processo em que passou a interpretar as sociedades ocidentais do século XX, não negligenciou as suas contradições internas, revelando-se, portanto, *atento* aos limites e às possibilidades que se abriram para a sua

[85] Os partidos políticos para Gramsci (2012), "[...] selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos práticos e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real; [...]".

revitalização, mediante a complexificação de suas relações em meio às novas dinâmicas estruturais e superestruturais da sociedade burguesa e às armadilhas criadas no interior do que Nogueira (1998) e Coutinho (2012) traduzem como processos de ‘revolução pelo alto’.

Conforme visto anteriormente, segundo a perspectiva gramsciana, a dinâmica de lutas políticas que se construiu nas sociedades ocidentais têm se configurado, historicamente, como ‘revoluções passivas’. [86] Na tradução de Secco (2006, p. 52) a revolução passiva “[...] não transforma integralmente as estruturas do passado e não instaura um Estado renovado que incorporaria amplas camadas sociais à cidadania; [...].”

> Analiticamente, a revolução passiva se reporta, portanto, a situações em que as soluções são encaminhadas “de cima”, com o Estado e a camada de intelectuais vinculada a ele exercendo um papel preponderante, uma vez que atuam em substituição a uma burguesia estruturalmente débil na transição do momento econômico-corporativo para o ético-político, ou seja, na construção e consolidação do Estado moderno. O tipo de acordo político eventualmente firmado (formalmente ou não) entre frações das classes dominantes, mais avançadas ou retardatárias do ponto de vista econômico, ou mesmo com outros segmentos ou grupos sociais (como as camadas médias), assim como a ausência ou não de uma aliança com as massas populares, a incompletude da reforma intelectual e moral ou o grau de frustração no processo de afirmação de uma vontade nacional-popular, à moda jacobina, transformadora do aparelho estatal, são todos elementos que compõem analiticamente o conceito e que necessitam da verificação caso a caso, para que se possa aferir os resultados e as possíveis alternativas que existiam diante dos sujeitos históricos. (AGGIO, 1998, p. 167).

Tomando por base o conceito analítico de Aggio (1998) e referindo-se às relações entre a sociedade civil e as ‘revoluções passivas’ considera-se que tais processos se renovam por entre a correlação de forças estruturais e superestruturais estabelecidas entre os diferentes sujeitos históricos presentes em cada bloco. Há, portanto, que se relembrar que, no âmbito de tais relações, registra-se a presença daquelas perspectivas ideológicas que identificam a sociedade civil como um espaço propício às lutas emancipatórias e daquelas que restauram concepções com vistas a suplantar as suas possibilidades de emancipação, reatualizando as interpretações

[86] Retirado de seu contexto original e reformulado, o conceito de revolução passiva ganha uma amplitude muito maior e passa a ser instrumento de interpretação de acontecimentos contemporâneos, mantendo, entretanto, uma linha de continuidade: a modernização do Estado através de uma série de reformas e guerras, provocando evitar, assim, uma ruptura revolucionária. (BIANCHI, 2006 p. 43).

liberais clássicas, como forma de fortalecer a hegemonia burguesa, diante das novas configurações econômico-políticas mundiais[87].

Questiona-se, então, diante do exposto, o que é característico das 'revoluções passivas' no âmbito da dinâmica da sociedade civil na contemporaneidade? Para responder a esta questão, parte-se do pressuposto de que as lutas políticas, (em meio aos cenários nas quais se desenvolveram na modernidade), sempre chegaram a resultados históricos 'inacabados', posto que não alçaram mecanismos econômico-políticos suficientes para o pleno desenvolvimento da estrutura capitalista, bem como para a sua consequente transição ao comunismo. Assim, reitera-se, neste momento, a tese de que há um 'campo de tensões' aberto e em constante movimento por entre as relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos políticos presentes na sociedade civil, no qual a participação políticas ainda é um dos mecanismos pelo qual se concebe o fortalecimento de sua dimensão política na contemporaneidade, a qual pode ser mais próxima ou mais distante do aprimoramento do regime democrático.

Processos históricos de renovação-conservação, conforme análises de Bianchi (2006) e Coutinho (2012) concorrem para a configuração de "revoluções passivas", nas quais as estruturas estatais se alteram, conforme as necessidades econômico-políticas dos grupos dominantes e, em parte, por que são tensionadas pelas demandas das pressões populares. Tais alterações tornam-se necessárias para a sua manutenção aos moldes da classe hegemônica - a burguesia. Portanto, se fazem necessárias para manter o Estado na sua condição de Estado Burguês e a sociedade, sob as bases econômicas capitalistas.

Conforme Gramsci, in Coutinho (2011, p. 315)

> O conceito de 'revolução passiva' deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser referidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma 'situação' ou um equilíbrio de forças, com o máximo de valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas e especialmente do terceiro momento, ou equilíbrio político militar.

[87] Segundo Coutinho (2006), nas novas configurações econômico-políticas mundiais a globalização tem enfraquecido os Estados e as soberanias nacionais e fortalecido as grandes corporações internacionais.

O equilíbrio de forças, estabelecido nos processos de revolução passiva, consiste na teorização de Gramsci[88], em uma condição ideológica contraposta à historicidade do real, posto que implica num movimento no qual a tese, sendo desafiada pela antítese, incorpora parte da antítese para não se desenvolver integralmente, conservando-se como tese. (GRAMSCI IN COUTINHO, 2011, 321, 322).

No primeiro bloco histórico examinado por Gramsci no início do século XX, a Revolução Russa foi o acontecimento histórico que deu cabo da tensão existente entre a burguesia e o proletariado no capitalismo, em sua fase monopolista. No que se refere às tensões no âmbito do desenvolvimento das estruturas democráticas[89], próprias desse período do início do século XX, vale ressaltar que tal Revolução instaurou o Estado soviético e, no lugar da democracia liberal-burguesa, Lênin propôs um tipo particular de democracia – a democracia soviética[90].

Disso posto, tomando o Estado em sua instrumentalidade, em face da instauração de uma revolução permanente, Lênin pôs abaixo as tendências políticas ao reformismo atinentes aos antigos partidos sociais democratas (os quais denominava de 'oportunistas'), criando uma nova organização partidária - o partido comunista[91]. Nesta perspectiva, não obstante ao desfecho do Estado soviético, suplantado pelo domínio stalinista na URSS[92] após a morte de Lênin em 1924, cumpre salientar a importância do marxismo-leninismo, enquanto projeto

---

[88] O conceito de revolução passiva em Gramsci advém de uma teorização acerca dos conceitos de revolução passiva construído por Vincenzo Cuoco ao interpretar o *Rissorgimento* italiano e do conceito de revolução-restauração de Edgar Quinet. (GRAMSCI, 2013).

[89] Conforme Netto (2004) o Estado democrático deve ser estudado e experenciado politicamente em sua instrumentalidade em face da revolução proletária e da afirmação do socialismo, como fase transitória ao comunismo. Suas estruturas seriam instituições democráticas, somente enquanto houvesse necessidade do Estado existir, posto que o mesmo terminaria por se definhar até a sua abolição total, condição esta determinante para a instauração da sociedade sem Estado – o comunismo.

[90] É importante ressaltar as mudanças propostas por Lênin ao Estado democrático em sua fase de transição, que conforme Netto (2004) foram em resposta ao que propunha Marx na sua *"Crítica do Programa de Gotha".* Conforme Lênin (2010, p. 55) "O Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador."

[91] Em 1919 funda-se a Terceira Internacional (Comunista) e são criados os partidos comunistas em muitos países. (BOTTOMORE, 1996, p. 700). Neste momento histórico demarcam-se duas vertentes do socialismo no século XX: a socialdemocrática e a comunista. Verifica-se, portanto, que em face da institucionalização da participação democrática, os grupos socialistas presentes na sociedade civil da época, se dividiram em perspectivas ideopolíticas diferenciadas, que no decorrer do referido século XX repercutiram, sobremaneira, na direção política do movimento operário no mundo e nos encaminhamentos das interpretações marxistas contemporâneas.

[92] O Estado Stalinista pôde ser chamado de 'comunismo de caserna'. Ou seja, aquele comunismo, que se transformou a realidade histórica do Estado soviético no período stalinista, que se tornando impossível "[...] qualquer decisão seguindo regrais gerais e fundada no consenso e no controle democrático, termina de fato por favorecer o exercício de um poder arbitrário por obra de uma pequena minoria: o suposto 'antiautoritarismo' se transforma assim no comunismo de caserna. (LOSURDO, 2006, p. 228).

revolucionário da Revolução Russa, para a demarcação das lutas políticas no século XX[93].

O breve panorama histórico, teórico e político do início do século XX[94] retrata, portanto, como as instituições democráticas e as estratégias de participação se desenvolveram historicamente por entre as tensões inscritas no âmbito da sociedade civil, sob a hegemonia de regimes políticos democráticos capitalistas - colocados em cheque mundialmente por uma revolução proletária. Nestas, o socialismo renascera como uma alternativa histórica àqueles grupos da sociedade civil, que destituídos de poder político e de riqueza, são relegados a uma condição de mercadoria.

Com o renascimento do socialismo, via-se materializar, ainda, na sociedade burguesa, processos de renovação política, econômica e cultural. Deste processo, novas possibilidades se abriam para a classe operária na modernidade. E, conforme a perspectiva gramsciana, é na esfera da sociedade civil que verifica a possibilidade do avanço da participação da classe fundamental – a trabalhadora, no plano superestrutural. (COUTINHO, 2011). É na sociedade civil que se deflagram as revoluções. É a sociedade civil o verdadeiro palco da história. (MARX E ENGELS, 2005).

A correlação de forças, estabelecidas entre as classes sociais fundamentais, (situada em sua gênese na sociedade civil) abre caminho para o estabelecimento de uma 'guerra de posições'[95], na qual a classe trabalhadora converge-se na dinâmica da luta política, como protagonista de uma estratégia possível e necessária à socialização do Estado. O definhamento deste, na direção de sua dissolução, é condição *sine qua non* para a construção de uma democracia de baixo para cima – a hegemonia enquanto ditadura do proletariado (GRUPPI, 1978). Deflagra-se, portanto, um bloco histórico progressivo para os interesses da classe trabalhadora – na correlação de forças estabelecida na superestrutura.

---

[93] Seja como teoria, seja como doutrina política o marxismo-leninismo obteve especial relevância para demarca as lutas políticas no decorrer da primeira metade do século XX. Segundo Hobsbawm (1995, p. 114, 115) esta foi uma época em que, com exceção da Rússia soviética, os regimes parlamentares representativos eleitos inerentes à democracia liberal eram quase universais no mundo dos países independentes, que fora seguida de uma tendência de derrocada do liberalismo e consequentemente da decadência da democracia liberal e de suas instituições, fato que se estendeu em todo o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

[94] Ver Hobsbawm (1995, p. 62).

[95] "O conceito de "guerra de posição" faz parte da teoria da hegemonia e responde à exigência de definição das características históricas novas da luta política no mundo depois da Grande Guerra e da Revolução de Outubro. "A passagem da guerra manobrada à guerra de posição", afirma Gramsci, surge "como a questão de teoria política mais importante colocada pelo período do pós-guerra e a mais difícil de ser resolvida corretamente." (VACCA, 2006). Disponível em: www.acessa.com/gramsci. Acesso em: 05 mai. 2014.

Convém destacar, portanto, que se o primeiro bloco histórico do século XX foi progressivo para a classe trabalhadora, devido ao avanço do socialismo; o segundo bloco foi regressivo, diante do solapamento da alternativa socialista em seu desenvolvimento e expansão no mundo, em face da ascensão das doutrinas totalitárias - do nazismo de Adolf Hitler, na Alemanha, e do fascismo de Benito Mussolini (1883-1945), na Itália. Este bloco histórico, conforme a interpretação gramsciana, se configurou como o de uma 'revolução passiva', considerando-se o desenvolvimento do fascismo, como estratégia de conservação da ordem burguesa. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). E, como um bloco histórico regressivo, determinou a consolidação de uma "Era de catástrofes" (HOBSBAWM, 1995), na qual, o próprio liberalismo foi levado à derrocada; a democracia liberal ao seu arrefecimento[96] e o socialismo a permanecer restrito aos limites do nacionalismo soviético. Estas foram consequências que frearam o desenvolvimento da revolução proletária e restauraram a ordem capitalista, através da afirmação de um Estado totalitário e ou conforme Gramsci (2012) de um Estado-força, cuja função coercitiva prevalece para manter reprimido o conjunto das manifestações presentes na sociedade civil.

Nesse bloco histórico de prevalência do totalitarismo nazifascista, a classe burguesa se restringia cada vez mais e a organização política do movimento operário se arrefecia. Conforme Hobsbawm (1995), diante de tal condição histórica, a burguesia se submetera a alianças superestruturais com a esquerda, numa tentativa de barrar os avanços dos referidos regimes, em face da derrocada do liberalismo político e econômico no mundo. Tais alianças[97] se processaram, aos moldes de Bianchi (2006), numa dinâmica de 'renovação-restauração', que, notadamente, resultam da necessidade mútua das diferentes classes (capital e trabalho) de defender os preceitos liberais, visto que retrocessos à ordem democrática liberal seriam desfavoráveis à reprodução das relações sociais na ordem do capital. Para os burgueses, isto significaria perder a posição de classe dominante na sociedade, ao passo que para os trabalhadores, seria perder de vista

[96] "Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara." (HOBSBAWM, 1995, p. 115).

[97] Caber ressaltar que outra aliança desta natureza entre burguesia e movimento operário, datou-se de meados da primeira metade do século XIX, durante as primeiras ondas revolucionárias. (BIANCHI, 2006). Se naquela época, os adversários eram os aristocratas, neste momento do século XX, tratava-se do totalitarismo nazifascista.

a possibilidade de superação da ordem capitalista burguesa, uma vez que, para tanto, a sociedade necessita elevar o processo de produção e reprodução das relações sociais a um estágio de desenvolvimento que proporcione a superação da ordem capitalista.

Conforme alertara Marx (2011), em determinadas conjunturas em que imperam ameaças reacionárias, (embora consciente das consequências gerais desta postura do movimento operário - para o próprio operariado), é preferível aliar-se à classe opositora e garantir as conquistas liberais e a condição de sua reprodução - enquanto classe trabalhadora - do que, retroceder a condições históricas, econômico-políticas, inferiores, (nas quais não há condições materiais e concretas para a sua reprodução enquanto classe revolucionária).[98] Assim, mesmo tendo sido a aliança da classe trabalhadora com a burguesia consciente e necessária naquela conjuntura histórica, suas consequências não tardaram a aparecer. A história contemporânea é testemunha da respectiva afirmação marxiana.

Diante do exposto, o alerta de Marx (2011) não tardou a se materializar no século XX. Hobsbawm (1995) afirma que a burguesia logo passou a ser beneficiada com regimes totalitários nazifascistas. Estes contribuíram para o combate da crise econômica no pós-guerra, retomando a estabilidade do sistema capitalista. (HOBSBAWM, 1995). Assim, ainda que desafiada pelo avanço do totalitarismo, (na superestrutura), confirma-se que a classe burguesa acabou por ser beneficiada (estruturalmente) pelas consequências do radicalismo da direita. Conforme o disposto por Bianchi (2007) sobre a relação entre a estrutura e a superestrutura, como problema fundamental dos processos de revolução passiva, confirma-se que, como tal, se materializou no contexto do nazifacismo. Desse processo, a burguesia, transitou entre a posição de ameaçada (na superestrutura) à de beneficiada (estruturalmente) com os referidos regimes, não importando, neste sentido, a aliança firmada com o movimento socialista.

Outra confirmação importante, extraída do respectivo contexto nazifascista refere-se a uma posição desfavorável que assume a classe trabalhadora ao realizar alianças superestruturais com a burguesia. Em tais circunstâncias, confirma-se que o movimento da classe trabalhadora se vê preso às mesmas cadeias a que é,

[98] Alianças dessa natureza devem se concretizar, na visão marxiana, quando o alvo é o sistema social em seu conjunto. Caso contrário, se as ameaças são apenas as resultantes da instabilidade da burguesia, enquanto classe dominante no sistema, isto não se justifica na sua interpretação. (MARX, 2011).

historicamente, aprisionado pela burguesia no âmbito da esfera produtiva, pois ao se aliar à classe antagônica, elimina as possibilidades de se organizar de forma revolucionária, perante a mesma. Desta forma, as alianças passam a fazer parte, paradoxalmente, do movimento de ‘restauração’ da ordem capitalista, em meio aos processos inerentes à revolução passiva.

Assim, pode-se dizer que as alianças da burguesia liberal com a esquerda socialista se configuram reiteradamente, na esteira da história moderna, tentativas de restauração da ordem burguesa, as quais se reatualizam na contemporaneidade por entre os processos de revolução passiva aos moldes dos verificados no decorrer do século XX, como modo de agir das classes dominantes, ao incorporar parte das demandas ‘vindas de baixo’, para garantir a manutenção de sua estabilidade no bloco de poder, correspondente.

Ainda que não organizadas num bloco histórico homogêneo, as frentes de ação adotadas pela burguesia, no conjunto de suas práticas históricas da primeira metade do século XX, conseguiram arrefecer o movimento político operário. Imprimiram nele, o medo da decadência de sua emancipação política, na medida em que parte de suas estratégias fragilizaram o liberalismo e puseram em derrocada as instituições democráticas, sem, portanto, colocar em risco, doutro modo, os interesses da economia industrial. (HOBSBAWN, 1995).

Na obra *“O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”* de 1852, ao analisar a postura política da grande burguesia durante a crise de 1848, Marx (2011) afirma que a referida classe social é a favor das instituições democráticas somente até o ponto em que as mesmas não prejudiquem o andamento e a lucratividade de seus negócios na estrutura capitalista. Assim, ao ver colocada em cheque a propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da ordem do capital, a classe burguesa se torna um ‘camaleão’ - troca de posição e de direção ideopolítica, tanto quanto for necessário para salvaguardar os seus próprios interesses. As alianças políticas burguesas são, neste sentido, ações políticas oportunistas em prol da preservação de sua estabilidade, enquanto classe dominante na sociedade.

Ocorre que a burguesia ao ser acometida pelas consequências de uma crise no sistema capitalista, não tarda em transferir para o conjunto da sociedade os seus próprios medos e fragilidades, fazendo-os parecerem universais. Estes, que *per si*, são particulares aos interesses da burguesia, (enquanto classe dominante) se transformam, ideologicamente, em problemas universais. (MOTA, 2005). Assim,

ainda em que em ‘equilíbrios instáveis’, a burguesia, garante, com tal estratégia, transpor para o conjunto da sociedade, a defesa dos seus interesses particulares e, embora o proletariado tenha avançado politicamente, seus processos revolucionários têm sido solapados pelas diferentes investidas conservadoras da classe dominante, as quais objetivam restaurar a ordem burguesa, sempre que ela é ameaçada.

Em face dos processos de revolução passiva, depreende-se que as investidas da burguesia para manter a ordem capitalista estável, foram e continuam sendo, aos moldes de Coutinho (2012) parte de suas respostas restaurativas, ‘executadas pelo alto’, em face dos processos de renovação, protagonizados pelas tentativas revolucionárias da classe proletária, em épocas de crise do capital. Dessa estratégia política da burguesia que compõe os movimentos de uma revolução passiva, decorrem os bloqueios aos processos revolucionários, vindos de baixo e em franca oposição ao bloco de poder burguês.

Em épocas de crise de hegemonia, em face dos movimentos revolucionários passivos, a burguesia restaura-se enquanto classe dominante, incorporando parte das demandas da classe trabalhadora através de ações reformistas e conciliativos ‘pelo alto’. (COUTINHO, 2012). Com efeito, as revoluções passivas e ou os processos de revolução/restauração, além de se constituírem, na perspectiva gramsciana, critérios de interpretação histórica, no dizer de Kebir (2003) vão se constituindo conceitos atuais, capazes de superar conceitos unívocos. Tais conceitos podem tornar possível, na contemporaneidade “[...] a mediação entre estratégias diversas, como, por exemplo, entre reformismo e revolução.” (KEBIR, p. 151).

Diante dos elementos determinantes desse processo reflexivo, questiona-se sobre uma pretensa ‘encruzilhada’ imposta pelas revoluções passivas à teoria e à política democrática modernas, mediante as tensões imanentes à dimensão política da sociedade civil na contemporaneidade. Desse questionamento tem-se a sensação de que esta pretensa ‘encruzilhada’ inscreve-se, na seara do debate teórico e político contemporâneos, como um subterfúgio do capital à criação de uma ‘falsa necessidade’ no cenário superestrutural democrático capitalista moderno – a da gênese de um novo posicionamento político societário - pautado na polarização dos pilares de sustentação da modernidade – entre o compromisso com a objetividade da razão e o idealismo da vontade.

Considera-se que a síntese desse processo de polarização resultaria numa posição política de abandono da perspectiva da emancipação humana, como uma possibilidade intrínseca ao projeto da modernidade e ter-se-ia consolidado o culto à união do capitalismo com a emancipação política como fim último do desenvolvimento da humanidade. Decorre disso que as revoluções passivas permaneceriam a movimentar-se historicamente bloqueando o desenvolvimento integral do Estado. Seus resultados seriam um suposto *'ad eternum'* equilíbrio de forças, que no âmbito da dimensão política da sociedade civil, se tornaria que cada vez mais favorável à hegemonia burguesa na modernidade.

Disso posto, na pretensa 'encruzilhada' imposta pela lógica do capital à superestrutura ideopolítica, à contemporaneidade, impõe-se um falso limite histórico ao desenvolvimento e expansão da dimensão política da sociedade civil. Falso, porque reatualiza o conservadorismo presente em correntes filosófico-políticas que se engendraram na sociedade moderna numa época em que a sociedade não tinha consciência das reais possibilidades de transformação da ordem capitalista.

Considera-se que a "encruzilhada" imposta pela lógica do capital na contemporaneidade, (sob o fundamento de perspectivas de fomento à participação política nos espaços democráticos institucionalizados) visa direcionar o processo político ao campo institucional, com vistas a tolher a dimensão política da sociedade civil na contemporaneidade e torná-la cada vez mais funcional e instrumental à dominação burguesa. (GRAMSCI, 2012).

Nesta mesma "encruzilhada" esvazia-se a luta de classes no interior da estrutura produtiva, enfraquecendo as resistências políticas do proletariado; ao mesmo tempo forja-se o enfraquecimento do ponto de vista contra-hegemônico, tornando inócuo o estabelecimento de reais alternativas de transformação, em face da ordem burguesa.

Considera-se, portanto, que as tensões contemporâneas presentes na sociedade civil desafiam os diferentes sujeitos políticos modernos a um repensar *'in continuum'* sobre os rumos da modernidade. Se por um lado, há que se repensar o desejo do abandono dos projetos de transformação face às limitações do reformismo político-institucional, por outro, há que se reproblematizar os processos sócio-históricos, conceitos e perspectivas teórico-políticas e culturais, face aos distintos anseios democrático-emancipatórias presentes na contemporaneidade que

convergem, neste viés, para a instauração de uma nova ordem social – a construção de uma nova hegemonia.

1.4 O ESTADO AMPLIADO A GUISA DE SUAS POSSIBILIDADES.

Após a etapa do desenvolvimento capitalista imperialista[99], com a mundialização do capitalismo e a afirmação da democracia liberal[100] como regime político hegemônico no ocidente caracterizou-se a entrada do breve século XX. Neste período histórico, o equilibro de forças se deu por um acirramento das tensões no âmbito da sociedade civil e desta para com o Estado burguês [101], o que no dizer de Gramsci (2012), se configurou pela afirmação de processos de 'revolução passiva'.

Nestes processos, em sua tradução histórica até a contemporaneidade, depreende-se que o Estado (para se manter burguês diante das novas tensões que emergiram da realidade) incorporou parte dos elementos de sua antítese - presente nos processos revolucionários. Assim, as revoluções passivas se configuram por entre processos históricos inacabados, em face das tensões que emergem da relação Estado/classe, Estado/sociedade. Em meio a tais revoluções, conforme Gramsci (2012), o Estado Burguês se ampliou. Neste processo, houve a incorporação na estrutura estatal das novas organizações da sociedade civil na tessitura sócio-política.

Na conjuntura do início do século XX, se afirmam novos partidos; há o crescimento dos sindicatos; a consolidação da imprensa e o nascimento de demais organizações voluntárias, no âmbito da sociedade civil. Cumpre destacar que é inscrita nesse processo histórico de incorporação das novas organizações da sociedade civil como parte do Estado, o que, aos moldes gramscianos, assume uma

---

[99] O período de 1880 a 1914 foi denominado por Eric Hobsbawm de a "Era dos Impérios", título de uma de suas obras.

[100] A democracia liberal foi considerada por Lênin (2010) um regime político instrumental ao Estado burguês, que, portanto, deveria ser revolucionado. Com a revolução previa a supressão do parlamento e a instauração de comunas 'assembleias' não parlamentares, compostas por trabalhadores, que seriam ao mesmo tempo legislativas e executivas, simplificando as funções da administração do 'Estado'. Com esta configuração a hierarquia seria suprimida. (LÊNIN, 2010).

[101] A história do século XX foi resultado e testemunha de grandes transformações na moderna sociedade capitalista, que nascera alhures, no século XVIII, ainda nos limites do continente europeu e, cuja expansão, tomou proporções colossais, na segunda metade do século XIX, atingindo o mundo inteiro. Conforme Hobsbawm (2012b, p. 85) "Nessa época, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo havia se transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. A História, doravante, passava a ser História Mundial."

configuração ampliada durante a primeira metade do século XX, que se reconfiguram as suas bases constitutivas e constituintes na contemporaneidade. Conforme Coutinho (2012, p. 127), na visão gramsciana, o Estado deixa de ser concebido, estritamente, como sociedade política "(ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia e um dado momento) [...]". Ele passa a ser interpretado como um

> [...] equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.). Portanto, o Estado em sentido amplo, 'com novas determinações' comporta duas esferas principais. (COUTINHO, 2012 p. 127).

As duas esferas principais as quais o autor faz referência, são: a sociedade política e a sociedade civil. Há que se ressaltar que na teoria ampliada do Estado em Gramsci, houve um processo de conservação/superação da teoria marxista 'clássica' (COUTINHO, 2012). Para tanto, Gramsci apoia-se na descoberta dos 'aparelhos privados de hegemonia'.[102] (COUTINHO, 2006).

As organizações denominadas por Gramsci (2012) de 'aparelhos privados de hegemonia' possuem natureza econômico-corporativa e se constituem como organizações pelas quais os grupos dominantes se representam a fim de realizar a direção política e cultural da sociedade. (SCHLESENER, 2007). Ou seja, os 'aparelhos privados de hegemonia' são as organizações mediadoras dos interesses de classe no âmbito da superestrutura democrática capitalista. Constituem-se, portanto, organizações portadoras da hegemonia de um grupo, classe e ou estrato de classe, perante os demais grupos sociais na contemporaneidade, tratando-se de organizações autônomas em relação ao Estado restrito, ou sociedade política. (COUTINHO, 2012)[103].

A hegemonia não se constrói de forma descolada das estruturas inerentes ao Estado, mas num processo de unidade-distinção[104] com as mesmas. Nestas, os

---

[102] Entre os aparelhos privados de hegemonia além dos partidos políticos estão "[...] a igreja, as escolas, os sindicatos e outras organizações através das quais a classe dominante exerce sua 'hegemonia' sobre a sociedade." (OUTHWAIRE E BOTTOMORE, 1996, p. 718).

[103] A separação entre sociedade civil e sociedade política é um ponto fundamental para a interpretação da ampliação do Estado e será tratado no próximo item desta tese.

[104] O processo dialético de unidade-distinção, o qual se expressa no Estado numa síntese de múltiplas determinações - como direção e consenso, enquanto sociedade civil e como força e coerção, enquanto sociedade política. Diante destes pressupostos, a reflexão sobre a temática proposta se situa em meio a concepção de unidade distinção. Esta concepção possui origem hegeliana, figurando-se como um ponto de

grupos dominantes se utilizam das manobras jurídico-políticas para manter seu domínio de forma universal e, portanto, coadjuvar-se na correlação de forças estabelecidas como dominantes e dirigentes na modernidade, cuja condição histórica se traduz pelo que Gramsci (2012) configura de 'hegemonia couraçada de coerção'. Não obstante, a correlação de forças que constrói a hegemonia constitui-se um dos pontos fulcrais para a análise do Estado ampliado, em face das relações entre estrutura e superestrutura na modernidade.

Num contexto em que o Estado liberal moderno *tout court*, não sobrevivera, (seja em função das ondas revolucionárias, das guerras e dos golpes reacionários, seja porque o capitalismo havia se mundializado, e ou porque, contraditoriamente, no início do século XX, o domínio do capital e do liberalismo fora colocado em cheque pela Revolução Russa e o Estado soviético), obteve-se historicamente a laicização do Estado e da sociedade civil tanto no continente europeu, como na América, (BARATTA, 2011). Tais processos históricos, segundo Buci-Glucksmann (1980) levaram à ampliação dos denominados 'aparelhos privados de hegemonia', os quais se incorporaram no Estado; como também ampliaram os aparelhos do próprio Estado.

> Esse duplo processo dialético autoriza uma abordagem diferenciada das relações classe/Estado e Estado/sociedade. Mediações, pontos de fusão, pontos de apoio que são a dialética concreta das relações entre infra-estrutura e superestrutura. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 142).

É nesta dialética que se configura a concepção de 'Estado ampliado'. Esta vai além do que Gramsci denominou de Estado estrito. A este Estado, tido por Gramsci como sociedade política, incorpora-se a sociedade civil, formando, o que Buci-Glucksmann (1980) denominou de "Estado Ampliado"[105]. Na tradução da autora, ao "[...] lado do Estado em sentido estrito, Gramsci coloca o Estado em um sentido amplo: o que ele chama de Estado integral" (BUCI- GLUCKSMANN, 1980, p.128).

---

sustentação da dialética gramsciana, para a explicação da universalização da particularidade burguesa (BIANCHI, 2007). Segundo Bianchi (2007) o particular se universaliza, na medida em que a burguesia se afirma como universal na superestrutura. "Não porque o particular somente porque universal e universal somente porque particular, mas porque o particular é oposição não antagônica ao universal." (HEGEL, 1997).

[105] Embora Gramsci tenha iniciado seus estudos através da interpretação idealista hegeliana de Benedetto Croce, (para o qual a dialética se explica, numa relação de unidade-distinção: uno somente porque distinto; distinto somente porque uno). (BIANCHI, 2007), o autor superou esta dialética ao recusar o seu caráter especulativo, que restringe a dialética histórica a uma alternativa de formas puras do conceito, e "[...] sem rejeitar a idéia de que no interior de uma unidade seja possível encontrar não apenas opostos, como também distintos." (BIANCHI, 2007, p. 44) construiu a base epistemológica de sua interpretação dialética acerca da estrutura e da superestrutura, a qual sustenta a sua fórmula do Estado Integral, partindo da identificação-articulação, entre sociedade civil e sociedade política.

Ou seja, sociedade política + sociedade civil, inscritas numa relação complexa e contraditória que se explica por entre as tensões entre estrutura e superestrutura (COUTINHO, 2011). Gramsci (2012, p. 248) afirma que

> [...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, 2012, p. 248).

Na análise de Bianchi (2007), verifica-se que ao vincular, organicamente, a sociedade civil à superestrutura, Gramsci não negligenciou a estrutura, pois a estrutura se faz superestrutura em seu vir a ser, como sociedade civil, na medida em que o particular se universaliza, constituindo-se, neste processo, uma unidade-distinção. E, na análise desse autor, para Gramsci, sociedade política refere-se ao:

> [...] estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente, também chamado nos Quaderni de ‘Estado político’ ou ‘Estado-governo’. (BIANCHI, 2006, p. 39).

Em articulação com a sociedade política encontra-se a sociedade civil, tal como a configurou, conforme visto no item anterior - enquanto portadora material da figura social da hegemonia (COUTINHO, 2012). Esta, que se constituiu no âmbito da correlação de forças estabelecidas entre as classes sociais no cenário de luta de hegemonias no século XX, constitui-se na esfera superestrutural como instância mediadora dos interesses da base, por meio dos ‘aparelhos privados de hegemonia’.

A crise de hegemonia, determinada pela efervescência operária na respectiva conjuntura do primeiro bloco histórico do século XX, conforme visto anteriormente, foi reveladora das novas configurações assumidas na contemporaneidade pelas lutas políticas e ideológicas entre burgueses e proletários, as quais passaram as ser mediadas pelos ditos ‘aparelhos privados de hegemonia’. Assim, o problema da hegemonia na contemporaneidade se constituiu face à realidade de ampliação do Estado Burguês – sob a qual se concebe as bases de constituição do Estado Integral. (GRAMSCI, 2012).

No âmbito dos respectivos ‘aparelhos privados de hegemonia’, se conformam, segundo Coutinho (2012), a ideologia e a cultura da classe dominante, diante dos demais grupos sociais. O objetivo desta esfera ideológica e cultural da sociedade

civil é construir a homogeneização das classes dominadas, mediante a sua aceitação e acomodação frente aos padrões político-culturais, próprios da cultura burguesa. Tais padrões, uma vez engendrados na sociedade civil, constituem-se um vir a ser universal, pois o objetivo dos aparelhos privados de hegemonia constitui-se na construção do consenso societário, em torno de questões, que a priori, constituem-se de interesses particulares aos grupos burgueses dominantes.

A sociedade civil, na perspectiva gramsciana, constitui-se, portanto, segundo Coutinho (2012), na parte do Estado que se preocupa com a elaboração do consentimento, não com a coerção ou o domínio formal. A sociedade civil torna-se, nesta perspectiva, a esfera da 'política cultural', cujas organizações possuem o papel de trabalhar para a formação do consenso ativo das massas. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Por outro lado, no âmbito da sociedade política, encontra-se outro aspecto importante do Estado – a força. O uso da força é a finalidade da sociedade política. Sabe-se que a função coercitiva do Estado é um elemento importante do padrão de dominação burguesa. Assim, a ideologia dominante espraiada nasociedade civil conta com o suporte da sociedade política, através de seus mecanismos de coerção, pois em tempos de crise de hegemonia, a sociedade política – o Estado estrito – funciona como guarda, que zela para que se preservem as mínimas condições para a continuidade dos padrões hegemônicos da classe dominante na sociedade. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). Conforme os apontamentos da respectiva autora depreende-se que força e consenso são elementos inerentes à dinâmica estrutural e superestrutural do Estado Integral em Gramsci. (Duas faces de um mesmo Estado, que ora se constitui hegemonia couraçada de coerção, ora transforma-se em coerção, sob a couraça de hegemonia).

Simionatto (2011, p. 71) afirma que em qualquer forma de Estado Moderno "[...] as funções de hegemonia e dominação, ou coerção e consenso, podem ser apontadas."

> No entanto, o que permite que a postura do Estado seja menos 'coercitiva' e mais 'consensual', imponha-se menos pela dominação e mais pela hegemonia, depende da autonomia relativa das estruturas e de como se colocam no interior do Estado as organizações de cada esfera. (SIMIONATTO, 2011, p. 71).

O movimento do Estado, em face destes dois elementos (coercitivo e consensual) a ele constitutivos, se torna determinado, segundo Portelli (2002) pela ‘correlação de forças’ estabelecidas em cada bloco histórico. Tal movimento depende, portanto, da configuração das forças em disputa, tanto na base como na superestrutura e da tomada de posição das organizações a ela inerentes nas lutas econômico-políticas.

> Os Cadernos do Cárcere sublinham, ao contrário, que também a sociedade civil é de algum modo Estado, no sentido de que também em seu interior podem ser exercidas formas terríveis de domínio e de opressão (o despotismo da fábrica capitalista e até a escravidão), com relação aos quais podem representar um contrapeso, ou um instrumento de luta, as instituições políticas, mesmo as burguesas. (LOSURDO, 2006, p. 223).

É no âmbito das articulações entre a sociedade civil e a sociedade política, (enquanto planos superpostos ao Estado), que Gramsci (2004a) identifica a manutenção da hegemonia burguesa na contemporaneidade. O Estado burguês se mantém, portanto, em meio à permanência histórica de seu momento econômico-corporativo na modernidade. Este – o Estado burguês – enquanto sociedade política se assenta na estrutura jurídico-formal, cuja burocracia, o exército e a polícia, o sustentam legal e administrativamente conservando-o vivo e pujante enquanto esfera de dominação da sociedade. Em sua configuração, enquanto sociedade civil, por meio dos ‘aparelhos privados de hegemonia’ exercita suas funções ideológicas, de direção moral e cultural da sociedade. O faz desta forma, para manter o conjunto societário aos moldes da produção e reprodução das relações sociais nos padrões de sociabilidade impostos pelo capitalismo.

> O Estado burguês vive grandemente do trabalho e da abnegação de milhares de funcionários civis e militares que cumprem, frequentemente com verdadeira paixão, o seu dever; que conservam vivo o sentimento da honra, que levaram a sério o juramento prestado quando da sua admissão no serviço público. Se não existisse este núcleo fundamental de pessoas sinceras, lealmente devotadas à sua função, o Estado burguês ruiria imediatamente, como um castelo de cartas. (GRAMSCI, 2004a, p. 101).

Permitir à classe burguesa que usufrua da direção da sociedade, através de seus mecanismos privados de hegemonia - representativos de Estados-Maiores (econômico-corporativos) no âmbito da sociedade civil é tarefa que a sociedade política, na ordem do capital, (em sua constituição e funcionamento burocráticos),

não se furta. Esta característica do Estado burguês resulta apreensão dos princípios do liberalismo político como lastro de sua sustentação na modernidade. No dizer de Gramsci (2012), a coerção exercida pela sociedade política burguesa é a couraça da hegemonia, inscrita no âmbito da sociedade civil. Segundo Coutinho (2012) o Estado burguês perdurará hegemônico perante o conjunto da sociedade, enquanto perdurar na sociedade a sua divisão em classes sociais. No âmbito desta constituição societária, o Estado constitui-se árbitro das relações sociais. (LOCKE, 1997). Suas regras regulam as relações sociais, seguindo os parâmetros de estruturação da ordem liberal-burguesa. Nestas, o Estado, enquanto instituição superior e acima da sociedade civil é o garantidor de que os contratos privados sejam cumpridos, dentro da ordem estabelecida pelo capital.

Gramsci (2012), ao analisar as relações entre Estado e sociedade civil no ocidente, afirmou que com a separação da sociedade civil em relação à sociedade política pôs-se um novo problema de hegemonia

> [...] isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc. (GRAMSCI, 2012, p. 266).

Diante do disposto acima, verifica-se que Gramsci (2012) aponta a função do fortalecimento da sociedade política no processo de dinamização e ou cristalização das relações de forças no âmbito de um bloco histórico[106]. Tal fortalecimento se faz necessário, segundo o autor, em épocas de crise de hegemonia. Ou seja, a forma extrema de sociedade política (Estado Gerdarme[107]) possui como finalidade estabelecer as condições necessárias à dominação, servindo de base apriorística para o pleno exercício da hegemonia dos grupos dominantes no âmbito da sociedade civil, pela via de Estados-Maiores.

O Estado Ampliado não perde de vista a dimensão da coerção, contudo, não se restringe à ela, mas, ao contrário, assume outra dimensão – a do consenso – na sociedade civil. As características presentes na definição de Estado em Gramsci (2012), citadas anteriormente, situam as contradições presentes na identificação do

---

[106] O conceito de bloco histórico requereu de Gramsci uma aproximação ao conceito de hegemonia elaborado por Lênin e a revitalização do conceito de sociedade civil marxiano, a partir de sua apreensão a elementos do sistema hegeliano. (PORTELLI, 2002).

[107] "Gendarme" significa guarda noturno. Estado Gendarme explicita a concepção de Estado coerção – sociedade política em Gramsci. (GRAMSCI, 2012).

Estado com o Governo.[108] Ao tratar da presente questão, Gramsci (2012, p. 258) dispõe que por "[...] 'Estado' deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado de hegemonia, ou sociedade civil."

Contrariando assim qualquer interpretação que visualize uma relação dicotômica entre os conceitos de unidade-distinção, sem reduzi-los a uma situação de oposição ou a uma situação de fusão, ou ainda a partir de uma atitude de estatolatria, pode-se concluir que sociedade civil e sociedade política, na visão gramsciana, perfazem planos superpostos, que mantém uma relação de identificação, tanto na estrutura como na superestrutura. (BIANCHI, 2007).

Considerando, portanto, os pressupostos epistemológicos da filosofia da práxis e os conceitos gramscianos, dela derivados, não há como analisar o Estado, partindo-se de uma concepção vulgar, como a que reduz o Estado ao Governo.

> Dá-se o nome de 'estatolatria' a uma determinada atitude em relação ao 'governo dos funcionários' ou sociedade política, que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado. (GRAMSCI, 2012, p. 283).

A identificação do Estado com o Governo não passa do resultado de confusões entre sociedade civil e sociedade política e não da desmistificação de suas relações de unidade/distinção.

> A análise não seria exata se não se levassem em conta as duas formas sob as quais o Estado se apresenta na linguagem e na cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política, como 'autogoverno' e como 'governo dos funcionários'. (GRAMSCI, 2012, p. 283).

Existem leituras equivocadas acerca da perspectiva gramsciana[109], as quais afirmam haver uma exclusão da economia capitalista do conceito de sociedade civil em Gramsci, dando-se a conotação de que o filósofo sardo negara a interpretação marxiana, na medida em que não concebia a sociedade civil no âmbito da estrutura, conforme Marx a concebeu.

---

[108] Conforme Losurdo (2006, p. 223) "A unilateridade do 'conceito comum de Estado' só pode levar 'a erros colossais' (Q, 801), tais como a identificação do local do domínio, da violência e do abuso sempre e apenas no Estado propriamente dito, e a celebração unívoca da sociedade civil como o lugar da liberdade enquanto tal."

[109] Coutinho (2012) faz referência em seu livro "Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político", sobre a leitura elaborada por Norberto Bobbio acerca da perspectiva gramsciana, como um exemplo de equívoco na interpretação do conceito de sociedade civil. Na análise feita por Coutinho, Bobbio ao retratar o conceito o respectivo conceito de sociedade civil, tão caro a Gramsci, retira dele seus elementos estruturais, alegando se tratar de um momento superestrutural, como se nele não estivessem prenhes as questões da estrutura, leitura esta que distancia a interpretação gramsciana da leitura marxiana - o que se torna o equívoco por ele apontado, uma vez que para Coutinho (2012) Gramsci amplia e revisa o respectivo conceito marxiano, sem negar o que nele contém de elementos estruturais.

Acresce-se, portanto, à interpretação marxiana, a noção de que o Estado não se resume a um mero comitê gestor dos negócios da burguesia. Constitui-se para Gramsci (2012), como resultado da constituição de uma relação de forças antagônicas, que se define pelo alcance das forças em presença a uma condição de equilíbrios instáveis. Tais equilíbrios instáveis se dão em meio à correlação de forças que se estabelece em cada bloco histórico. Segundo Gramsci (2012, p. 36) a correlação de forças é

> [..] o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas.

Os equilíbrios instáveis, situação que traduz a correlação de forças estabelecidas pela dinâmica estrutural e superestrutural de cada bloco histórico, se dão por entre lapsos temporais, entre uma crise e outra[110]. Forma-se, nesse processo, o que Buci-Glucksmann (1980) denominou de 'um duplo poder'.

Nas crises revolucionárias[111] o respectivo duplo poder age em favor das forças revolucionárias, ao passo que nas crises de hegemonia, o duplo poder age em favor da burguesia. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). Nas crises que se configuram, como crises orgânicas, conforme a interpretação gramsciana, um campo de lutas políticas, econômicas e sociais é aberto e não mais é sanado no mesmo quadro superestrutural. No dizer de Buci-Glucksmann (1980, p. 133) "[...] a crise orgânica apresenta-se *primeiro* sob a forma de uma crise de representação política [...]", porém supera o quadro de uma crise revolucionária, por que se situa precisamente nas esferas do Estado Ampliado – na superestrutura - ao passo que a crise revolucionária, possui origem em uma crise econômica, ou seja, na estrutura. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

---

[110] Segundo Gramsci in Coutinho (2011, p. 330) "[...] a 'crise' é tão somente a intensificação quantitativa de certos fenômenos, com os primeiros, neutralizando-os, tornaram-se inoperantes ou desapareceram inteiramente. Em suma, o desenvolvimento do capitalismo foi uma 'crise contínua', se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e neutralizava. Num certo ponto, neste movimento, alguns elementos predominaram, ao passo que outros desapareceram ou se tornaram inativos no quadro geral. Então surgiram acontecimentos aos quais se dá o nome específico de 'crises' que são mais ou menos graves precisamente na medida em que tenham lugar elementos maiores ou menores de equilíbrio."

[111] O conceito de crise revolucionária remete a Lênin. Neste, crise revolucionária significa "[...] 'síntese de todas as contradições de uma sociedade determinada, em um determinado momento de seu desenvolvimento'. Ela visa portanto a estrutura de classes na dialética histórica, reunindo assim situações de classe (lugar nas relações de produção) e posições de classe (lugar em uma conjuntura de luta." (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 131).

Gramsci ao estruturar sua teoria revolucionária[112], encaminha o projeto revolucionário marxiano, à luz dos acontecimentos históricos do século XX. Tomando como sustentação a teoria revolucionária proposta por Lênin ao que denominou de hegemonia do proletariado, ele se referia a um movimento histórico-político protagonizado pela classe trabalhadora no âmbito da sociedade civil, que anterior à ditadura do proletariado, se objetiva no Estado, através da democracia dos subalternos.

A hegemonia do proletariado, portanto, configura-se como um momento de transição em direção à conquista de uma sociedade sem classes e, portanto, sem Estado. Tais processos, no âmbito das estruturas do Estado, concorrem para o que Gramsci denominou de 'crise orgânica' (BUCI-GLUCKSMANN, 1986). Nesta, abre-se um campo que resulta em uma nova composição superestrutural.

> Numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícios de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). (GRAMSCI, 2012, p. 248).

Na correlação de forças estabelecidas historicamente na modernidade, as diferentes crises experenciadas pelo Estado Burguês levaram a um recuar do Estado-coerção e um avançar do Estado-consenso. Esta tendência histórica do Estado em se ampliar, atingindo uma esfera consensual no âmbito da sociedade civil, deflagra, por outra via, a complexificação dos movimentos da burguesia para a manutenção de sua hegemonia, em face de sua relação com a sociedade política.

Para além da afirmação do Estado burguês, constitutivo às corporações burguesas, o qual identifica o Estado com o indivíduo[113], tem-se, na perspectiva

---

[112] "O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratualista, como o são o partido político e os sindicatos profissionais: organizações nascidas no terreno da democracia burguesa, da liberdade política, enquanto afirmação e desenvolvimento da liberdade política. Tais organizações – na medida em que encarnam uma doutrina que interpreta o processo revolucionário e prevê (dentro de certos limites de probabilidade histórica) o seu desenvolvimento, em que são reconhecidas pelas grandes massas como um seu reflexo e um seu embrionário aparelho de governo – são atualmente, e se tornarão cada vez mais, os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação que o conjunto da classe trabalhadora empreenderá no curso do processo revolucionário. Mas elas não encarnam este processo, não superam o Estado burguês, não englobam e não podem englobar toda a multifacética efervescência de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia em implacável marcha de máquina de exploração e opressão." (GRAMSCI IN COUTINHO, 2011, p. 74).

[113] A afirmação de que o Estado se identifica com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), como elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de

gramsciana, uma perspectiva subversiva às imposições do Estado-maior; uma crítica ao Estado como instituição exclusiva de defesa de seus interesses particulares. Numa perspectiva democrática universalista, de base substancial, abrem-se novas possibilidades para se pensar radicalmente o Estado, enquanto um complexo articulado entre sociedade política e sociedade civil; um Estado que não se esgota materialmente, nas variáveis historicamente determinadas pela hegemonia burguesa, mas encontra-se em constante movimento em face da correlação de forças estabelecidas na luta de classes. Compreende-se, a partir da leitura e interpretação da perspectiva gramsciana, que dum movimento dialético de desconstrução-construção – as bases do Estado burguês podem ruir e, no lugar delas, novas bases podem se erguer – aquelas inerentes ao Estado socialista – que na sua síntese e ou como negação da negação, surge no dizer de Gramsci (2012) como - sociedade autorregulada. Segundo Semeraro (2006, p. 96)

> O que interessa a Gramsci, portanto, não é tanto a consistência do aparelho de Estado ou o vigor econômico de grupos privados, mas a criatividade e a articulação entre as diversas associações da sociedade civil popular na qual indivíduos aprendem a política do autogoverno e a gestação de valores democráticos.

Semeraro (2006), portanto, sintetiza a teleologia da perspectiva da revitalização da sociedade civil em Gramsci ao identificá-la com a classe fundamental – o proletariado. O faz, submetendo seus pressupostos estruturais e superestruturais a uma perspectiva democrática subversiva e antagônica à lógica democrática formal. Nesta perspectiva o autogoverno e a sociedade autorregulada tornam-se seus objetivos. Tais são as condições políticas necessárias às condições concretas e materiais na qual o desenvolvimento de todos seja dado a partir das necessidades e das capacidades de cada homem. Tem-se, assim, no dizer de Gramsci (2012), a construção de uma ‘nova hegemonia’ (na qual a liberdade seja dada como o pressuposto da igual oportunidade de expansão universal e pela qual o homem livre se eleve intelectual e moralmente até o limite de sua própria humanidade universalmente determinada).

---

cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. (GRAMSCI, 2012, p. 283).

1.4.1 O problema da ‘correlação de forças’.

No percurso sócio-histórico de luta pela hegemonia entre burgueses e proletários, as tensões que emergem da base estrutural do capitalismo e que se engendram na superestrutura, reproduzem materialmente, o disposto no conceito gramsciano de ‘correlação de forças’. (COUTINHO, 2011).

O conceito de correlação de forças se constitui em diferentes momentos que perpassam as esferas da estrutura e da superestrutura. (COUTINHO, 2011). Momentos estes que, segundo Gramsci (2012), conforme segue abaixo, sintetizam-se em relação de forças estruturais, relação de forças políticas e relação de forças militares.

> 1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas. Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, tem-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. [...]
> 2) O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. [...]
> 3) O terceiro momento é o da relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta. [...] O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo. (GRAMSCI, 2012, p. 40).

Tomando como parâmetro os diferentes momentos definidos por Gramsci (2012) acerca do processo de correlações de forças, considera-se que tais dependem dos níveis de organização das forças em presença. Conforme Coutinho (2011) nestes momentos, os diferentes grupos sociais da sociedade civil se mantêm numa tensão permanente, por entre os quais se forjam ‘equilíbrios instáveis’, que podem tanto favorecer a ordem burguesa como a sua própria superação.

Enquanto classes fundamentais no capitalismo, tanto a classe burguesa como a classe trabalhadora carregam *per si* as contradições imanentes à natureza, aos limites e às possibilidades de emancipação na modernidade. Tais contradições se expressam nas correlações das forças em presença nos diferentes blocos históricos. De um lado, estão as forças sociais, políticas e militares da classe trabalhadora que formam a base de suas resistências a fim de buscar a superação da respectiva ordem capitalista. De outro, encontra-se a burguesia, que na intenção de bloquear o processo de superação e transformação da ordem capitalista, reage no âmbito da estrutura e da superestrutura às forças antagônicas – ou seja, às tentativas

revolucionárias impostas pela classe trabalhadora. Esse conjugado de forças antagônicas que se colocam em disputa (por entre os movimentos estruturais e superestruturais), imprime a dinâmica da luta de classes na modernidade, na qual, segundo Marx (2008), em certas etapas do desenvolvimento das forças produtivas, quando suas relações se convertem em entraves, se abrem épocas de revolução social. Destas podem surgir novas condições materiais de existência, as quais se encontrariam incubadas no interior da velha sociedade.

> Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não toma jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (MARX, 2008, p. 48).

Buci-Glucksmamm (1980), ao fazer referência ao fragmento do prefácio de "*Contribuição à Crítica da Economia Política",* destacado acima, afirma que nele encontra-se o ponto fundamental da teoria marxiana que dá sustentação ao conceito de revolução passiva, o qual, segundo a autora, encontra-se inteiramente imbricado ao conceito de correlação de forças. Neste sentido, Gramsci (2012, p. 37) afirma que é o problema "[...] das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas."

Gramsci (2012) destaca que na correlação de forças estruturais é importante distinguir os movimentos orgânicos[114] (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura[115] (ocasionais, imediatos, quase acidentais). Buci-Glucksmann (1980) afirma que numa correlação de forças tudo depende da oscilação das posições tomadas pelos sujeitos antagônicos e das alianças por eles estabelecidas. Ou seja, depende das articulações, das tomadas de posição, seja no âmbito dos movimentos orgânicos, seja em movimentos de

[114] "Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente." (GRAMSCI, 2012, p. 37).

[115] "[...] os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia a dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder." (GRAMSCI, 2012, p. 37).

conjuntura, tanto na base, como na superestrutura, sem, desconsiderar, nesse processo, o grau e a natureza de cada movimento.

Analisando-se os movimentos históricos das correlações de forças presença na modernidade, conforme visto em Hobsbawm (1995) verifica-se que as ondas revolucionárias do século XIX e a revolução proletária do século XX materializam na sociedade moderna épocas revolucionárias distintas. Nestas, a classe trabalhadora (ao se lançar na luta pela defesa de seus interesses contra a grande burguesia), abriu reais possibilidades ao alcance de importantes conquistas políticas.

Ainda que sob o jugo das tentativas de bloqueio empreendidas pela classe dominante, as reivindicações da classe trabalhadora sobreviveram na ordem do capital e foram elas cruciais para o avanço das estruturas políticas e jurídicas na moderna sociedade capitalista. Tais lutas acrescidas do fenômeno de ampliação do Estado no decorrer do século XX, conforme visto em Gramsci (2012) resultaram na afirmação e dinâmica das revoluções passivas, como modo particular do processo revolucionário no ocidente contemporâneo. Disso, depreende-se que da correlação de forças estabelecidas, historicamente, entre o movimento operário, a grande burguesia e o Estado Burguês, demarcou-se a certeza de que existem possibilidades de contra hegemonia ao capitalismo na sociedade moderna.

Diante de tal panorama das lutas históricas na modernidade, remete-se a Costa (2006) para destacar que embora a função hegemônica do Estado na sociedade capitalista seja estar a serviço dos interesses gerais da ordem do capital, esta função não é absoluta. “Ocorre um tensionamento entre as condições materiais para o exercício da dominação, o aparato repressivo do Estado e as condições políticas, a busca de direção e consenso dentro da sociedade civil.” (COSTA, 2006, p. 47). Nesta perspectiva, Semeraro (2006, p. 102, 103) aponta que

> [...] a sociedade civil não é apenas o território exclusivo da burguesia reservado para as suas iniciativas econômicas e a estruturação da sua hegemonia no mundo moderno. Gramsci percebe que este espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico.

Submetidas historicamente a um modelo político institucional, (cuja burocracia representa em si a legalização da dominação do capital no Estado), as lutas políticas empreendidas pela classe trabalhadora abriram canais democráticos de resistência

ao modelo econômico, político e jurídico. Entretanto, constata-se que da correlação de forças contemporâneas, a ampliação do Estado à participação política dos diferentes sujeitos coletivos da sociedade civil é parte importante das conquistas democráticas contemporâneas, a qual se afirmou institucionalmente aos moldes liberais burgueses. As particulares artimanhas políticas e manobras institucionais da classe dominante revelam que o fenômeno da ampliação do Estado o ocidente se deu com base em uma participação política limitada aos interesses do Estado burguês. Considerando o disposto em Costa (2006), tem-se que os resultados concretos e materiais de qualquer ação, seja ela econômica, política, social, nunca estão totalmente sob o controle de uma única força.

Embora na contemporaneidade, a ampliação do Estado se revele manobrada pelo conjunto das estratégias burguesas, diante da complexificação das relações estruturais e superestruturais na fase do capitalismo dos monopólios, a incorporação de parte das demandas das classes subalternas no Estado comporta-se, de outra forma, como resultado dos processos de revolução passiva, abertos no interior da correlação de forças na qual a burguesia não consegue mais o inteiro domínio das forças em presença, obrigando-se a instituir novas garantias jurídico-formais à classe trabalhadora no Estado Burguês.

Resistir, portanto, ao poderio burguês, foi e tem sido até a atualidade uma necessidade na luta pela distensão do poder político da burguesia, pela abertura das estruturas estatais a uma maior participação da sociedade civil e ao seu fortalecimento como protagonista de sua própria história, ainda que nas condições herdadas do passado (MARX, 2011), pois é do seio desta velha sociedade (MARX, 2008) que pode nascer uma sociedade livre “[...] na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.” (MARX, 2002, p. 67).

Como o resultado da correlação de forças em presença é sempre um ‘equilíbrio instável’, conforme afirmado por Gramsci (2012) conclui-se que da mesma forma que o projeto da modernidade continua bloqueado pela hegemonia do projeto burguês até o presente momento histórico; por outro lado não se fecham as possibilidades da abertura de novas correlações de forças se estabeleçam e dos entraves impostos pela burguesia à evolução das forças produtivas atuais, nasça uma nova época revolucionária.

De tais premissas marxistas gramscianas conclui-se que na correlação de forças em presença existem possibilidades para a abertura de novas crises,

colocando-se em xeque a hegemonia burguesa. Ou ainda, se tais crises serão apenas crises de hegemonia que resultarão em novas revoluções passivas que permaneceriam bloqueando o processo revolucionário em sua totalidade. Não se pode perder de vista que, na luta revolucionária, a classe operária têm possibilidades de desiquilibrar a ordem burguesa, mas o faz condicionado historicamente.

Tomando esta reflexão do ponto de vista estratégico, confirma-se que ao longo da história das lutas políticas na modernidade, a presença da formação de alianças foi um elemento importante na correlação de forças estabelecidas durante os momentos de crise[116]. Gramsci ao tratar desta questão, afirma que organização da classe trabalhadora perpassa pela necessidade da articulação entre os diferentes estratos de classe. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). Conforme Coutinho (2012, p. 154, 155)

> [...] na 'guerra de posição' que atravessa uma crise de hegemonia, preparando-a ou dando-lhe progressivamente solução, não há lugar para a espera messiânica do 'grande dia', para a passividade espontânea que conta com o desencadeamento de uma explosão de tipo catastrófico como condição para o 'assalto ao poder'.

Uma classe ou um estrato de classe permanece hegemônico até que um novo momento do processo de correlação de forças possa se deflagrar. As crises orgânicas são momentos importantes, cuja expressão política se dá pela crise de hegemonia (COUTINHO, 2012). Conforme Coutinho (2012, p. 155)

> O critério central para a resolução da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista.

A elevação intelectual e moral das classes subalternas e superação do momento econômico-corporativo são condições elementares no movimento histórico de formação e desenvolvimento do processo revolucionário em Gramsci. (COUTINHO, 2008). Destaca-se neste processo a inscrição dos intelectuais, que posicionados estrategicamente, em determinadas 'posições de comando-alavancas

[116] São exemplos de épocas históricas em que a classe burguesa se aliou com a classe operária: durante as primeiras ondas revolucionárias na França (séc. XIX) e durante o nazifacismo (séc. XX).

de comando', nos moldes gramscianos do termo, se constituem protagonistas nos momentos de transição na correlação de forças estabelecidas.

A construção de uma nova hegemonia, diversa, portanto, da hegemonia burguesa, deve superar as bases econômico-corporativas imanentes ao Estado burguês e à formação econômico-social capitalista para instaurar processos históricos que elevem as relações sociais a um patamar ético-político - constituído por uma consciência formada sob as mesmas bases – que proporcione os meios necessários a uma democratização radical da sociedade, a socialização da política e do poder, a distribuição equitativa de riqueza e demais ações que levem a sociedade a um novo patamar – o de construção de uma nova ordem.

Nesse processo de construção de uma nova hegemonia, considera-se, portanto, que as vanguardas da classe trabalhadora necessitam perfazer novos caminhos e novas posições, 'chaves da situação', com vista à construção de um projeto societário alternativo à ordem capitalista.

Os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, na esteira desses novos caminhos na contemporaneidade, se constituem, portanto, sujeitos de uma 'posição de comando'[117] na superestrutura capitalista. Tal posição adotada pela classe trabalhadora conforma-se como estratégia de desagregação das vontades de comando das classes dominantes. Ou seja, as posições de comando necessitam combater a direção intelectual e moral efetivada pela burguesia, em sua articulação com o Estado Estrito, enquanto governo, e pela via de seus aparelhos privados de hegemonia, enquanto sociedade civil.

Nesse processo de luta, historicamente constituído, entende-se que a participação política da classe trabalhadora nasuperestrutura, constitui-se, se não uma arma mirada contra o capital, um escudo em face dos desmandos da classe burguesa, em uma época em que a emancipação humana permanece engessada nos limites do Estado burguês, de modo que a emancipação política e as conquistas dela derivadas tornam-se o limite do possível no horizonte da ordem capitalista.

O processo revolucionário não se legitima sob as mesmas bases institucionais da participação política aos moldes liberais. Esta possui um caráter burguês. Conquanto, a participação política, deve ser vista como processo de luta, e

[117] Em Gramsci (2012, p. 280) posição de comando encontra a seguinte explicação: "A expressão 'posições de comando' talvez tenha uma origem de caráter militar, 'alavancas de comando', uma origem evidentemente industrial."

dele nenhuma classe revolucionária[118] pode se furtar na história, independente do momento em que a correlação de forças estiver. Esta se dará na dinâmica do real, em cujo processo, as mediações históricas necessárias serão experienciadas pelas diferentes classes no curso da dialética materialista. Nesta, a negação da negação far-se-á síntese do processo revolucionário e, a classe trabalhadora, poderá gozar de sua relação de contraditoriedade com o Estado Burguês, sem que seja necessário cair nas fraudes de perspectivas fatalistas, cujo imobilismo é imanente.

Os rumos da história são, portanto, materializadas no cotidiano como resultados das lutas empreendidas nos diferentes contextos do passado e das distintas convicções econômico-políticas do presente. Conquanto, as tendências históricas e as apostas para o futuro da sociedade moderna não passam de conjecturas em face de um conjunto de incertezas materiais que somadas às determinações ideológicas e políticas próprias de certezas morais já materializadas na história, fazem do futuro da sociedade um caminho que nem mesmo a burguesia, (enquanto classe dominante e hegemônica da modernidade), nem mesmo a classe trabalhadora, (enquanto classe dominada) podem definir isoladamente. Como alertara Marx (2002), a única classe verdadeiramente revolucionária é a classe trabalhadora. Entretanto, o próprio Marx (2002) afirma que a conquista da sociedade comunista perpassa pelo pleno desenvolvimento do próprio capitalismo.

Portanto, o processo revolucionário não se dá de forma isolada pela classe trabalhadora na história, mas na sua tensão com o particularismo inerente à classe burguesa; particularismo este instituído no interior do projeto liberal-burguês, o qual se manteve hegemônico na estrutura capitalista até a contemporaneidade.

O campo de tensões no qual se constitui a dimensão política da sociedade civil na contemporaneidade se dá, portanto, num primeiro plano – o das forças sociais - na relação estrutural da classe trabalhadora com a burguesia e, se reproduz contraditoriamente na superestrutura do Estado Moderno – no plano das forças políticas. Há que se alcançar, portanto, um patamar de desenvolvimento em que a superação de classes seja uma possibilidade histórica material que resulta de processos de luta nos quais desencadeiam crises orgânicas, levando o Estado a

[118] Nem mesmo a burguesia se furtou desse processo ao revolucionar o feudalismo e implantar as bases do capitalismo. É sabido, que tal processo não fora constituído, pela sujeição da burguesia aos moldes jurídicos da ordem feudal. Assim, ao refletir sobre a revolução proletária, não se pode considerar que esta se constituirá historicamente a partir de uma formatação institucional prévia de participação política nos moldes jurídicos do Estado Burguês.

deslocar sua base histórica e abre-se a possibilidade de elevar a correlação de forças ao plano militar.

Porém, enquanto tal possibilidade histórica estiver sob os limites da hegemonia de uma só classe, não é possível pensar na superação do capitalismo na modernidade. Nestes moldes, a hegemonia liberal-burguesa permanecerá enquanto ‘certeza moral’ da burguesia materializada na história. Enquanto esta estrutura de sociedade permanecer historicamente, a participação política inventada pelo Estado Burguês não intentará o desenvolvimento pleno das capacidades de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo, nem mesmo pressupõe-se tal possibilidade, uma vez que seu objetivo não passa da legitimação de interesses particularistas, em detrimento da expansão geral do sistema, de forma universalizada.

Compreende-se que não se pode permitir que se persevere eternamente a histórica confusão entre Estado-classe e sociedade regulada. Segundo Gramsci (2012) tal confusão é própria das classes médias e dos pequenos intelectuais que se sentem felizes com uma regulação qualquer que seja capaz de impedir as lutas mais agudas e ou catástrofes, constituindo-se no dizer de Gramsci uma ‘concepção tipicamente reacionária e retrógrada’, uma vez que a sociedade regulada, não como metáfora, mas como realidade concreta e material, é a própria síntese entre Estado e Sociedade, excluindo-se neste processo a natureza coercitiva e soberana do Estado, enquanto instituição universal de defesa do interesse particular da classe burguesa.

No comunismo, cada homem será universal e soberano diante de sua própria liberdade real. Deixa-se, de lado, nesta sociedade – a comunista - a necessidade de o homem buscar a sua liberdade fora de si mesmo (no Estado e ou em uma religião). A existência humana no comunismo não será limitada por contingências e acidentalidades como no capitalismo (HEGEL, 1997), pois a sua liberdade será a liberdade em sua generalidade.

Conforme Gramsci (2012) na sociedade regulada, nem a classe burguesa, nem a classe trabalhadora, teriam razão de existir, posto que nela, nos termos gramscianos, não mais existiria divisão de classes. Tem-se, assim, por suposto, que para a transformação geral da superestrutura societária, teria que ter sido cumprida uma fase anterior, de reorganização da esfera produtiva, de forma a centrar-se no trabalho enquanto classe fundamental.

Ainda que sob a institucionalidade burguesa, entende-se que o movimento de participação da sociedade civil em face da sociedade política na contemporaneidade, não pode perder de vista a perspectiva da 'grande política'[119] numa direção de luta pela destruição da estrutura e da superestrutura burguesa e de defesa de uma nova ordem societária[120]. Aos moldes do que disse Marx (2012, p. 31, 31) na respectiva sociedade o pressuposto a se considerar na distribuição da riqueza seria: 'De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!'

Considera-se que tal pressuposto marxiano traduz-se na concepção gramsciana de liberdade, não mais como um *status* derivado da introjeção da disciplina liberal-burguesa, em nome da máxima liberdade de mercado, mas como uma realidade ontologicamente determinada, que, em Gramsci (2012) é concebida materialmente pela via do trabalho livre como 'possibilidade' de expansão humana em direção à universalidade.

Durante este capítulo cujo objetivo foi analisar a gênese e conformação da sociedade civil na ordem burguesa verificou-se que na sua afirmação em relação ao Estado Moderno a soberania do Estado preponderou sobre o conjunto das relações sociais, no sentido de determinar a hegemonia da classe burguesa em face do conjunto da sociedade, o que não significa dizer que não houve conquistas da classe trabalhadora nesse processo histórico. Ao contrário, embora sob a égide da dominação burguesa, a classe trabalhadora protagonizou reiteradas lutas e confronto à ordem do capital. Na relação entre Estado e sociedade civil, ainda que haja a imposição de uma ideologia dominante verificou-se possível historicamente extrair das lacunas do discurso ideológico burguês a materialidade das relações sociais capitalistas, a qual se compõe das contradições e antagonismos da luta de classes na modernidade.

Tais compreensões apontam para uma análise da realidade histórica para além do culto à cidadania e à democracia formais como aspectos de sustentação do Estado Capitalista; permitem a identificação de forças antagônicas à ordem do

---

[119] Segundo Gramsci (2012, p. 21) "A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, defesa, para conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais."

[120] A superação do capitalismo e de suas limitações econômicas, políticas e sociais e a conquista de uma sociedade tida como perfeita, com a supressão da divisão da sociedade em classes sociais; com a abolição da exploração da mão de obra e na qual a medida de todas as coisas fosse posta em função da verdadeira liberdade de todos os membros da sociedade, constitui-se, portanto, no que Marx (2012) denominou de sociedade comunista.

capital, sob as quais a sociedade civil se conforma como um campo de tensões e de luta, numa perspectiva de ruptura com a ordem burguesa. Neste campo de tensões se revelam como hegemônicas as relações democráticas liberais, em cuja estrutura vigora a ordem do direito e da cidadania, que colidem com as intenções de ruptura protagonizadas historicamente pelos setores contra hegemônicos à ordem do capital.

CAPÍTULO II

A AFIRMAÇÃO LIBERAL-BURGUESA DA SOCIEDADE CIVIL EM CARAMBEÍ NOS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO BRASILEIRO.

> *"Existem dois tipos de políticos: os que lutam pela consolidação da distância entre governantes e governados e os que lutam pela superação dessa distância." (GRAMSCI, itálico nosso).*

A análise das trajetórias da sociedade civil em sua relação com o Estado brasileiro, se de um lado, impõe uma retrospectiva atenta às manobras políticas, culturais e econômicas que se desenvolveram aos moldes liberais burgueses, em face da dinâmica do capitalismo mundial; de outro, impõe um olhar atento à particularidade histórica do Brasil, tendo em vista que ao longo de seu desenvolvimento forjou-se um modo específico de articulação e mudança no processo de correlação de forças - denominado por Coutinho (2012) de 'conciliações pelo alto'.

Tal particularidade histórica culminou na ausência de uma revolução democrático-burguesa no país e na reprodução histórica das relações entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, que aos moldes gramscianos, se caracterizam como uma 'revolução passiva'. Neste sentido, Löwy (2009, p. 533) afirma que a revolução no Brasil "[...] poderia, no máximo, ser considerada, segundo o termo irônico de Gramsci, uma 'revolução passiva', isto é, uma mudança sociopolítica 'de cima para baixo', sem participação popular."

A partir desta afirmação de Löwy (2009), partilhada por outros autores gramscianos[121] que ampliam a discussão dos conceitos de Gramsci para interpretar a realidade brasileira, têm-se como substratos teóricos os conceitos de 'revolução passiva' e 'Estado Ampliado'. A partir deles, torna-se possível analisar elementos particulares à afirmação política da sociedade civil carambeiense, no contexto de desenvolvimento do país, no decorrer do século XX.

A esses substratos teóricos, somam-se outros elementos, que nos auxiliam na análise da trajetória da sociedade civil em Carambeí. Dentre esses, está a apreensão de aspectos do movimento da economia política, fundamentais para a

[121] Carlos Nelson Coutinho, Nelson Verneck Sodré, Marco Aurélio Nogueira, Alvaro Bianchi, etc.

desmistificação dos processos sócio históricos que permeiam a inscrição da sociedade civil em face do Estado brasileiro. Propõe-se, com essa apreensão, desvencilhar-se de elementos ideológicos presentes em compreensões “fetichizadas”, os quais cultuam a democracia formal e as suas estruturas de participação como espaços autônomos de participação da sociedade civil, na sua relação com a sociedade política. A autonomia política é uma conquista histórica. Não se trata de uma condição meramente formal. Outro aspecto é a compreensão de que a reestruturação econômica e a incorporação dos institutos democráticos no Estado brasileiro compuseram o novo cenário capitalista republicano no país, o qual, no transcorrer do século XX até a contemporaneidade, foi se modernizando, tal como apontado por Coutinho (2012) com base em um modelo reformista, pautado em estratégias de “conciliações pelo alto”.

Tem-se por pressuposto que o modelo reformista foi se reatualizando no Brasil e, no atual contexto democrático brasileiro, (no qual o Estado novamente se ampliou ao incorporar em suas bases os institutos democráticos participativos), o respectivo modelo continuou operando as manobras econômico-corporativas, que desde a colônia até a república, delinearam o Estado brasileiro – como um Estado patrimonialista.

Considera-se que nos respectivos moldes, se preservam os interesses particulares das classes dominantes nas estruturas estatais como universais a toda a sociedade brasileira, de modo que permanece a histórica confusão entre o que é ‘público’ e o que é ‘privado’ no Brasil.

Embrenhando-se em tais questões, pertinentes à particularidade histórica brasileira, a discussão do presente capítulo tem por objetivo demarcar as trajetórias da SCC em sua relação com o poder público em Carambeí, em face do histórico processo de afirmação liberal-burguesa da sociedade civil brasileira no contexto de ampliação do Estado no Brasil.

Carambeí se constitui atualmente um jovem município do Estado do Paraná, mas deita suas raízes históricas desde a época do tropeirismo, fazendo parte da tropeiro.

> Em sua gênese de formação, tem ainda estreita relação com o tropeirismo, movimento que se intensifica ao sul, em virtude das capitanias do norte do Brasil buscarem, nesta região, animais para satisfazerem as necessidades de transporte demandadas pelo desenvolvimento agropecuário das mesmas. Embora não tenha sido este evento o motor de desenvolvimento econômico da região de Carambeí, ele é relevante, histórico e culturalmente, para o município. (SILVA, 2008, p. 89, 90).

Embora seu desenvolvimento econômico tenha se intensificado apenas no início do século XX, com a imigração holandesa, é importante demarcar esta outra raiz econômica e cultural da região, datada do século XVIII, como o início da formação histórica de Carambeí. Pertencente à região dos Campos Gerais do Paraná e naquela época ainda ao município de Castro, Carambeí teve oportunidade de se desenvolver economicamente, com a imigração holandesa que se iniciou na região, a partir de 1911, devido ao incentivo brasileiro à política de imigrações.

Ao longo do século XX a região de Carambeí, foi se desenvolvendo econômico, social e politicamente, acarretando, assim, seu desmembramento majoritário do município de Castro e em parte do município de Ponta Grossa em meados da década de 1990. Sua emancipação política ocorreu em 1997, momento histórico-político importante para a região que, tal como exposto, vinha se desenvolvendo desde o início do século XX.

No Brasil, a política de imigração foi deflagrada pelo governo brasileiro desde meados do século XIX, (ainda no período imperial), mas foi na república que se consolidou como uma programática do Estado, cujo objetivo constituía-se na formação da estrutura econômica nacional, mediante a introdução do país nos moldes do capitalismo industrial. (IANNI, 2004), (PRADO JUNIOR, 1994), (FURTADO, 1971).

A gênese da sociedade civil carambeiense se processou, historicamente, desde a inscrição do país na fase do capitalismo industrial, o que se deu em articulação com a construção do Estado republicano e marcada pela afirmação liberal-burguesa da sociedade civil brasileira, em face da ampliação do Estado brasileiro.

Nesta configuração, conforme Coutinho (2012), a sociedade brasileira passaria a assumir características de uma sociedade civil aos moldes ocidentais, passando a assumir, institucionalmente, uma dimensão apartada do Estado. Suas próprias instituições passariam a representar, em sua relação de unidade-distinção com a sociedade política brasileira, os interesses econômicos e políticos de

determinados grupos presentes no país. Tais grupos e ou organizações representativas dos diferentes interesses presentes na sociedade civil, que aos moldes gramscianos, são chamados ‘aparelhos privados de hegemonia’ (GRAMSCI, 2012), passariam, portanto, a fazer parte do cenário econômico-político brasileiro, marcando presença nos movimentos de correlação de forças estruturais e superestruturais no país.

Disso posto, a análise dos marcos sócio-históricos da afirmação liberal-burguesa da sociedade civil carambeiense, desde a sua constituição e desenvolvimento até a contemporaneidade, requer uma atenção particular à lógica de introdução do Brasil no capitalismo industrial e ainda um olhar atento às suas determinações para a dinâmica das relações sociais, políticas e culturais no espaço local.

A correlação de forças estabelecidas historicamente em Carambeí (que se expressa nas e pelas trajetórias da relação entre a sociedade civil e o Estado brasileiro), desde a sua gênese até a contemporaneidade, é acometida por determinações particulares dos históricos movimentos de conciliação pelo alto, ocorridos no Brasil. Estes movimentos foram e são convertidos, tanto na base como na superestrutura, em manobras econômicas e políticas empreendidas pelos diferentes grupos presentes na sociedade civil, que em sua relação com o Estado, constroem a hegemonia e ainda abrem caminhos para possibilidades ao exercício político da contra hegemonia.

Tal como apresentado no decorrer do capítulo, nesse processo histórico, (no qual houve a ampliação do Estado no Brasil), verificou-se que a direção assumida pela sociedade política brasileira foi a da incorporação dos interesses dominantes e de suas imposições como se tais fossem universais a toda a sociedade civil brasileira. Doutro lado, as demandas das classes dominadas foram incorporadas pelo Estado brasileiro, o que fortaleceu as suas bases conciliativas com os grupos dominantes, mantendo as resistências sob o domínio da institucionalidade burguesa. (COUTINHO, 2012). Esta tendência aferiu-se também no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil em Carambeí.

A natureza patrimonialista e particularista da cultura política no Brasil e a confusão entre o público e o privado atrelada ao mando político dos estratos dominantes da classe burguesa no país, confirmam historicamente a face hegemônica do Estado brasileiro. Este se configura no país, como expressão do que

Gramsci (2012) definira como Estado-Maior (econômico-corporativo). Tal expressão estatal se materializou, historicamente, na realidade brasileira, não sendo diferente na correlação de forças estruturais e superestruturais em Carambeí.

Nesta trajetória histórica se verificou a presença e o fortalecimento econômico e político de um Estado-Maior, o qual se materializou objetivamente, com a formação da cooperativa e dos demais aparelhos privados de hegemonia, a ela atrelados, vinculados ao grupo holandês – que se constituiu o grupo dominante e dirigente na sociedade civil local.

A formação dos aparelhos privados de hegemonia, as conciliações pelo alto operadas na correlação de forças estruturais e superestruturais que remontam as revoluções passivas brasileiras e os processos de ampliação do Estado no Brasil, concorrem para que no percurso histórico nacional, no decorrer do século XX, a sociedade civil carambeiense fosse demarcando suas trajetórias políticas frente ao poder público, afirmando-se enquanto uma sociedade civil liberal-burguesa, nos marcos do desenvolvimento do Estado brasileiro.

Para apresentar a dinâmica deste processo, demarca-se o início e o desenvolvimento das diferentes formas de organização da sociedade civil em Carambeí, (desde instituições mais tradicionais como os partidos políticos, igrejas, cooperativas, sindicatos, imprensa, clubes de serviços como também demais formas organizativas como associações, fundações, entidades assistenciais e demais instituições) até a afirmação do contexto democrático brasileiro.

Destaca-se que, desde a sua gênese, as organizações da sociedade civil carambeiense foram constituídas, por entre movimentos de cooptação e conquista da sociedade civil em relação ao Estado, percorrendo movimentos de afirmação e resistência da sociedade civil em seu conjunto até a contemporaneidade.

A reflexão realizada no presente capítulo perpassou por diferentes movimentos histórico-políticos da realidade carambeiense, em sua relação com o contexto brasileiro do século XX, na intenção de correlacionar estas dimensões numa mesma perspectiva de análise – a de compreender os movimentos de contradição e complementaridade que se embrenham por entre as relações da sociedade civil e o Estado brasileiro, a partir da afirmação do ideal republicano até a demarcação do contexto democrático brasileiro, consagrado com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No presente capítulo, inicialmente, foram apresentados os elementos da gênese da sociedade civil carambeiense, nos marcos do ideal republicano; na sequência a refletiu-se sobre o desenvolvimento agroindustrial da colônia holandesa em Carambeí, por entre os movimentos de revolução passiva no Brasil e por fim construiu-se uma análise acerca da conformação da sociedade civil carambeiense, nos marcos da ampliação do Estado brasileiro até a demarcação histórica do contexto democrático brasileiro, sobre o qual se reflete, particularmente, no terceiro e último capítulo desta tese.

A construção das análises desse percurso histórico foi organizada dialeticamente em suas dimensões singulares e particulares – em face da incorporação da sociedade civil carambeiense no novo contexto econômico-político iniciado no Brasil, à época do início do século XX.

2.1 O IDEAL REPUBLICANO E A GÊNESE DA SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE.

A gênese do ideal republicano no âmbito da sociedade civil brasileira, no dizer de Fausto (2012, p. 195) "[...] teve curso nos dois movimentos pela Independência, a partir de fins do século XVIII, associando-se à ideia de revolução e de algum tipo de reforma da sociedade". Aos moldes do que dispôs o autor, o ideal republicano no Brasil guarda uma natureza associada ao mesmo tempo a uma perspectiva de transformação e a uma perspectiva de mudança. Tal natureza aponta para uma relação entre os marcos históricos do ideal republicano e das 'revoluções passivas' no país.

Duas grandes passagens históricas da época do Brasil imperial: a abolição da escravatura e a proclamação da República (OLIVEIRA, 2006) – transições necessárias para a modernização da superestrutura que entrariam para a modernidade, numa direção universal – confirmam-se como bases do reformismo brasileiro rumo à sua introdução e manutenção na lógica do capitalismo industrial[122].

Conforme Nogueira (1998, p. 23)

[122] Caio Prado (1994, p. 207) afirmara que "A conjuntura interna, igualmente favorável, completará este quadro para oferecer ao país um máximo de possibilidade no terreno econômico. A solução do problema da mão-de-obra, a grande questão do passado, fora completa: de um lado, pela abolição da escravidão se removera o obstáculo oposto ao desenvolvimento do trabalho livre; doutro, pela imigração subvencionada e contando com o

> De fato, nascida de um golpe militar em novembro de 1889, a República havia trazido consigo – vagamente, é verdade – o compromisso de democratizar e moralizar a vida pública, ordenar um sistema jurídico-político baseado na federação e modernizar a economia por meio do estímulo à industrialização.

Conquanto, confirma-se no contexto histórico da transição do século XIX para o século XX no Brasil a afirmação da idealização do Estado enquanto instância política soberana no país. Esse processo, que se converteu historicamente aos moldes de uma revolução passiva, ocorreu no Brasil associado à afirmação do ideal republicano no âmbito da superestrutura e à afirmação da burguesia, enquanto classe dominante na estrutura. Tais movimentos (estruturais e superestruturais) proporcionaram ao país as mudanças econômicas e jurídico-políticas necessárias à sua modernização, sem que, para tanto, se desencadeasse uma transformação de suas bases.

O ideal republicano, portanto, em sua materialização (ou seja, na efetivação da Ideia republicana na realidade brasileira), não criou, no país, uma sociedade política voltada aos interesses coletivos. Neste caso, o Estado, materializou a universalização dos interesses da burguesia nacional. Com efeito, se verifica neste momento histórico do país a construção das bases do desenvolvimento econômico nacional, sob uma argumentação fetichista – aquela na qual, como analisa Ridenti (2001), o poder político é visto como acima de qualquer antagonismo, como o representante de toda a sociedade. Conquanto, conforme apontara Fausto (2012), a natureza do ideal republicano no Brasil surge associada a uma ideia de revolução e a algum tipo de reforma, tendo se materializado historicamente, no dizer de Gramsci (2012) como ‘revolução passiva’.

No respectivo processo há que se considerar que o ‘fetiche’ construído em torno do Estado, enquanto representante dos interesses universais de toda a sociedade e ou idealizado como uma instituição soberana vai se desconstruindo e dele surge uma nova interpretação. Nesta, o Estado é concebido, em suas bases materiais, como uma instituição ‘conciliadora pelo alto’, cuja preocupação é manter a ordem societária, aos moldes dominantes.

No Brasil, o Estado se materializou, historicamente, como instituição garantidora do progresso do projeto burguês para o país. Disso posto, a dimensão

---

superpovoamento de várias regiões da Europa, se conseguira canalizar para o Brasil uma forte e regular corrente de trabalhadores.” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 207).

universal atribuída por Hegel (1997) ao Estado, (a qual dá sustentação à interpretação 'fetichizada' de sua configuração), no Brasil, dá lugar a uma dimensão de natureza reformista, 'conciliativa pelo alto', que, portanto, concebe-se alheia ao universalismo hegeliano.

Sob o ideal republicano, a universalização do Estado no Brasil esteve sempre interessada em construir as bases jurídicas e políticas apropriadas ao avanço liberal-burguês no território nacional. Conforme Costa (2006, p. 115)

> Com a República iniciou-se o processo de reformas sociais, sendo colocada a separação entre Igreja e Estado, a legalidade do casamento civil, a reforma bancária e a reforma política. Era o início da modernização do país. A luta política em defesa da Constituição, contra os excessos do Poder Executivo e da prática personalista do exercício deste poder, marcou todo o período da República Velha.

Revela-se na luta política em defesa da Constituição e contra os excessos do poder executivo no Brasil, um esforço da sociedade civil brasileira (que se constituía nacionalmente no respectivo contexto do início do século XX) para conquistar a liberalização do Estado brasileiro, com intuito de fortalecer o zelo pela proteção da propriedade privada, uma vez que o país se lançava rumo à afirmação das bases necessárias à sua industrialização[123].

O Estado brasileiro passaria a dar sustentação formal às condições históricas apropriadas ao desenvolvimento e afirmação liberal-burguesa da sociedade civil brasileira, o que o caracterizaria idealmente, desde então, como uma instância política moderna e, portanto, soberana, superior e acima da sociedade civil. Sua materialidade histórica expressaria, desde a sua gênese republicana, o que Marx (2008) destacou ser derivada dos interesses da própria sociedade civil. Tratava-se de criar uma instância política que sustentasse os interesses de uma sociedade civil liberal-burguesa que pretendia constituir-se hegemônica no país. É neste contexto que as imigrações ganham força no país e é neste movimento histórico que se constituem, não apenas os contingentes internos voltados à formação de mão de

[123] Segundo Paul Singer (1984) o processo de industrialização no Brasil pode ser dividido em etapas: a primeira trata-se do período de 1885 a 1930 a qual denomina da fase da industrialização como consequência secundária da reorganização capitalista da cafeicultura; a segunda, que vai de 1933 a 1955 denomina de a fase da transição da industrialização extensiva à constituição da indústria de base; a terceira, que vai de 1956 a 1967, denomina de a expansão do capital monopolista (multinacional e estatal); a quarta, que vai de 1968 até 1980, Singer denomina de a fase da consolidação das transformações estruturais.

obra[124], mas também a burguesia nacional, a qual levará a cabo o processo de modernização e industrialização do país, pautado inicialmente, numa economia agrário-exportadora, que se desenvolve rumo à industrialização.

Carambeí[125], região localizada na mesorregião centro oriental do Estado do Paraná, ainda pertencente ao município de Castro, no início do século XX introduziu-se no curso do desenvolvimento do país, sob a lógica do Estado republicano liberal-burguês, na qual se impunha a inclusão do país na esteira do movimento do capitalismo mundial. Embora a região fosse desde o século XIX uma localidade de fazendas, a qual se constituía local de passagem de tropeiros[126], é somente no início do século XX que passa a se engendrar na história do país, para além do contexto regional dos Campos Gerais.

> [...] a identidade histórica e cultural da região dos Campos Gerais remonta ao século XVIII, quando, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave, foi rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de muares e gado de abate provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais. Nessa época, os campos naturais da região tornaram-se muito disputados, e a coroa portuguesa começou a expedir cartas de sesmarias em favor de homens a ela fiéis e de prestígio político local. O ciclo do tropeirismo, que se estendeu ao início do século XX, ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes dos Campos Gerais do Paraná, cuja população preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros, em sua maioria de origem gaúcha. (MAACK, 1948 in Dicionário dos Campos Gerais, 2014).

Da posição que ocupava no âmbito regional, como local de passagem dos tropeiros, Carambeí passa a se situar no interior de um projeto de desenvolvimento

---

[124] A formação da mão de obra era um desafio para a introdução do Brasil na lógica do capitalismo industrial, uma vez que o país não contava com uma estrutura historicamente desenvolvida por uma relação de exploração capital/trabalho, conforme estruturada na Europa, a partir da Revolução Industrial e Francesa. A lógica de divisão de classes tradicionalmente estruturada na sociedade moderna, não encontrara materialidade objetiva no Brasil, uma vez que o processo de colonização organizara a estrutura de produção no país, pautada no trabalho escravo. Para um aprofundamento deste conteúdo, ler Prado Junior, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, entre outros clássicos sobre a história econômica do Brasil.

[125] A região de Carambeí pertenceu a um grande conjugado de terras, divididas em fazendas da região atualmente chamada "Campos Gerais", que então fazia parte das sesmarias. Pelo regime de sesmarias, a Coroa Portuguesa concedia vastas extensões de terras às famílias que pretendessem aqui se fixar. A fazenda Carambeí começava no Rio Iapó e se estendia até o Rio Pitangui, sendo que por volta do início do século XVIII, a fazenda foi a leilão. Até meados de 1854 foi sendo arrendada por diversas vezes, sendo permutada por outra fazenda, pelos descendentes de Francisca Teixeira de Azevedo, a Sinhara do Carambeí.

[126] Carambeí, em sua gênese de formação, tem estreita relação com o tropeirismo, movimento que se intensifica ao sul, em virtude das capitanias do norte do Brasil buscarem, nesta região, animais para satisfazerem as necessidades de transporte demandadas pelo desenvolvimento agropecuário das mesmas. Embora não tenha sido este evento o motor de desenvolvimento econômico da região de Carambeí, ele é relevante, histórico e culturalmente, para o município, pois a região é parte da rota dos tropeiros, portanto traz consigo historicamente indícios desta cultura no local. Em 1751, por conta da proibição dos religiosos carmelitas quanto à passagem dos tropeiros nas terras localizadas no vau do Capão Alto. Este pouso que ficou conhecido como Capão Alto "tornou-se propriedade dos religiosos da Ordem dos Carmelitas, fato que propiciou o crescimento de outro pouso rio abaixo. (MARTINS, 2005, p. 102).

nacional, o qual envolvia em particular, originariamente, três sujeitos históricos importantes: o governo brasileiro, o Reino dos Países Baixos - a Holanda e uma multinacional americana – a *Brazil Railway Company.*

O respectivo projeto se inscrevia no processo de modernização da estrutura econômica brasileira, do qual faziam parte os interesses pela implantação e implementação de novas atividades econômicas nacionais voltadas à produção agropecuária, associados à formação de mão de obra e à melhoria da infraestrutura de transporte para o escoamento e comércio da produção no país (VALENTINE, 2009). Tais atividades tinham como finalidade, última, elevar o Brasil, rumo à sua introdução no âmbito do capitalismo mundial. Conforme Ianni (2004) e Nogueira (1998) pode-se afirmar que os interesses, presentes no cenário nacional brasileiro, no início do século XX, se afirmavam historicamente como estratégias reformistas que pretendiam dirigir o país a uma melhor sustentação do processo de modernização econômica.

Inscrita nesse processo de imigração/colonização/industrialização, a sociedade civil carambeiense foi se afirmando como produto das relações entre holandeses, brasileiros e demais etnias[127] presentes no espaço local, como uma de suas consequências.

Num momento histórico de alavancada do capitalismo no país, observa-se em Carambeí, um exemplo da imigração europeia instituída como uma das principais estratégias do governo brasileiro para formar uma estrutura econômica favorável à expansão capitalista de base agrário-exportadora no Brasil. Por outro lado, a imigração holandesa se materializava como consequência da época de crise que a Europa passara naquela conjuntura. Sabe-se que com o fechamento do Porto de Roterdã na Holanda, muitos holandeses ficaram desempregados e muitas famílias tiveram suas finanças abaladas. (AARDOOM, FERREIRA E. e FERREIRA L., 2002).

> Com a abertura do Brasil às imigrações europeias, junto às vantagens oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes, no início do século XX os holandeses viram nas terras brasileiras possibilidades para se instalarem e com isso desenvolverem suas atividades no ramo da agricultura e da pecuária. (SILVA, 2008).

Sob tal direção assumida pelo Brasil, em face de sua introdução na fase do capitalismo industrial e em decorrência da chegada dos imigrantes europeus no Brasil, o que não se deu de forma isolada no Estado do Paraná, fez parte de uma

[127] Registrava-se, à época, a presença de famílias de indonésios e alemães em Carambeí. (GEUS, 2010).

conjuntura de alavancada da economia do Estado em face do conjunto da economia nacional, configurou-se um conjunto de mudanças que inaugurou um 'bloco histórico progressivo' no país.

Tais mudanças, embora possuíssem um caráter reformista, levaram a sociedade brasileira a uma nova condição política e econômica. Considere-se, inscritas nesse processo, a revolução política de caráter liberal ocorrida no âmbito da reorganização do Estado e a sua configuração como república, bem como a formação da sociedade civil aos moldes liberais burgueses, como ações 'conciliativas pelo alto', processos estes que fundaram a superestrutura aos moldes modernos no país. Tais elementos vieram acompanhados de reformas econômicas na base, com intuito de colocar o país na esteira da modernização capitalista e na direção a que fora colocado o Brasil – a estruturação de uma democracia capitalista burguesa.

Pode-se afirmar que o período de gênese da república no Brasil não se sustentou por ideais democráticos radicais, nem mesmo se concretizou, por meio de uma revolução burguesa, de caráter popular no país[128]; mas os processos de mudanças, desde esse período, se caracterizaram como reformas executadas pelo alto.

A cidadania e a democracia modernas confirmam-se no país como importantes aspectos de sustentação para a universalização do individualismo burguês ou no dizer de Hegel (1997) da 'certeza moral' da burguesia, uma vez que a classe burguesa, à época do início do século XX no Brasil, pretendia constituir-se, historicamente, como classe dominante, internamente.

É a partir do projeto de universalização dos interesses burgueses no Brasil que a sociedade carambeiense obteve a sua gênese e desenvolvimento. A 'certeza moral' burguesa se revelou no contexto da sociedade carambeiense associada aos interesses econômicos do grupo de imigrantes holandeses que se constituíram os pioneiros da região, que somados aos interesses do governo e do mercado capitalista mundial, se valeram do processo de modernização nacional brasileiro para buscar uma direção – a construção da hegemonia burguesa na região, num

[128] A inexistência de relações capitalistas industriais ("capitalismo verdadeiro") e, consequentemente do proletariado, impossibilitava a implantação de quaisquer aproximações, no nível das relações sociais com as reais perspectivas liberal-revolucionárias. (MAZZEO, 1989, p. 120).

contexto que conjugava a expansão do capitalismo na América e a crise que cercava o continente europeu.

Diante do exposto, considerando o movimento estrutural de base reformista executado pelo alto no país, confirma-se que embora a república tenha se organizado, idealmente no Brasil, em bases democrático-liberais, historicamente, segundo Nogueira (1998, p. 23, 24)

> [...] acabaria por ser organizada à base de um jogo político regionalista, oligárquico e excludente que não só reproduzira o fosso entre povo e Estado, como deformaria a representação e descaracterizaria a federação. Apenas nominalmente seria um sistema civil e democrático: na verdade, fincou raízes em um localismo mandonista e em práticas clientelistas autoritárias, desinteressadas da cidadania e distantes dos grandes valores republicanos.

Ainda que associado a um ideal de construção de um projeto societário[129], a república no Brasil conservou a base estrutural de seu desenvolvimento, aos moldes tradicionais. Assim, do ponto de vista político, o ideal republicano não ultrapassou, na sua objetivação, a perspectiva da emancipação política e, do ponto de vista econômico, estruturou as relações sociais e econômicas nos limites da institucionalidade burguesa[130].

Sob forte influência do liberalismo, a abolição da escravatura[131] (1888) e a proclamação da república (1889) eclodiram num contexto de desejo de enriquecimento e de prosperidade material, no qual a estrutura capitalista se encontrava em processo de expansão[132]. Enquanto instrumento de afirmação dos

---

[129] Esta perspectiva significou vislumbrar inicialmente a desagregação do sistema colonial, perpassando pela independência da metrópole e posteriormente a introdução do país na lógica do capitalismo industrial.

[130] No Brasil, do século XIX isso significava manter uma posição de vanguarda perante as condições históricas estruturais e superestruturais à época.

[131] A abolição da escravatura foi o último, porém não menos importante ato político, economicamente interessado, ainda nos limites do segundo reinado que embora tenha se situado superestruturalmente, do ponto de vista ideal, como um avanço jurídico-formal rumo à cidadania burguesa, aos moldes da visão de Fernandes (1975) não passava de uma necessidade econômica, posto que tal ato político seria *conditio sine qua non* à superação da ordem escravista, como uma das últimas e permanentes barreiras estruturais à expansão interna da economia de mercado.

[132] Segundo Oliveira (2006) as duas grandes passagens históricas da época do Brasil imperial – a abolição da escravatura e a proclamação da República - inscrevem-se na superestrutura nacional como ações de um governo, cuja necessidade econômica e política constituía-se enveredar o país em uma direção universal – a de se fortalecer na perspectiva de sua manutenção na lógica do capitalismo industrial. Esta direção política nacional demandou do governo brasileiro, após a proclamação da República, a reabertura do país para a imigração europeia, uma vez que num país de origem colonial de base escravista a questão da mão de obra passaria a ser um problema da ordem econômica e política nacional, ao se objetivar a industrialização de modo conservador e conciliativo dos interesses das classes dominantes relegou-se o país a uma condição de atraso em seu processo de desenvolvimento. Esta condição estrutural o introduzira na lógica do capitalismo mundial como um Estado agrário exportador, com sérios problemas estruturais, uma vez que durante o período imperial, priorizou-se a conformação dos interesses burgueses de uma elite política extremamente interessada no enriquecimento material, pouco comprometida com a reprodução global do sistema capitalista no país.

interesses econômicos da elite burguesa dominante (apoiada por uma elite econômica, nas suas relações patrimonialistas com o Estado brasileiro) oficializou-se a lógica privatista das relações sociais no Brasil republicano - o que se constituía a conquista de uma condição favorável para o desenvolvimento do capitalismo, sem necessariamente transformar estruturalmente o país.

Nesse processo, o projeto da imigração holandesa a Carambeí, constituiu-se uma possibilidade para o desenvolvimento econômico para os pioneiros que se instalaram na região, vinculados às atividades agrícolas expressam uma das necessidades do desenvolvimento do capitalismo do país. A agricultura e a pecuária eram ramos da economia brasileira que continuavam a se desenvolver com o apoio do Estado brasileiro, ainda que ele caminhasse para a sua industrialização. A tais atividades agrega-se a conciliação dos interesses aristocráticos, ou seja, as elites agrárias ainda ocupavam a sociedade política e faziam dela um espaço de defesa de interesses privados. Segundo Fernandes (2005, p. 345)

> A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as 'virtudes' e os 'defeitos' e as 'realizações históricas' da burguesia. A inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados,* de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O 'nacionalismo burguês' enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo.

Tais medidas perpassaram a gênese do processo de renovação-restauração, constitutivos dos movimentos inerentes à revolução passiva que ocorreu no Brasil, da qual a identificação com o fascismo foi uma de suas características. O vigor característico de um sistema juridicamente estruturado, em condições de fazer cumprir a agenda econômica capitalista aos moldes liberais burgueses cumpriu, assim, um papel importante na esteira da perspectiva de 'modernização conservadora' e o movimento reformista pelo alto se constituiu, nesse processo, característica marcante da revolução passiva no Brasil; costurou o projeto hegemônico de industrialização do país, sem romper com a aristocracia (FERNANDES, 2005) aos moldes do que Costa (2006) denominou de – a execução de uma agenda liberalizante no Estado.

Coutinho (2008) afirma que o ideal republicano se materializou no Brasil com base no que se convencionou chamar de transformismo - um modelo de atuação estatal - reformista 'pelo alto'. Este modelo de intervenção, portanto, se materializou

no modo de operar do Estado, em face de suas relações com a sociedade civil no Brasil. Para o autor, o Estado se torna o verdadeiro protagonista do capitalismo, inserido numa dinâmica de transformações “pelo alto”.

> Por um lado, gradualmente e ‘pelo alto’, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização econômica do Estado. (COUTINHO, 2012, p. 196).

Nessas conciliações pelo alto que se revelaram como elementos fundamentais da revolução passiva no Brasil, imprimem-se estratégias de mudanças superestruturais no bojo do processo de adaptação do país aos novos padrões produção e circulação do capitalismo mundial (COUTINHO, 2012).

Dentre os frutos das estratégias de conciliação executada pelo alto, a abertura do país para a imigração europeia inscreve-se como uma das primeiras intervenções do Estado brasileiro, com vistas a melhor estruturar a economia nacional. (FURTADO, 1971). Em parceria com empresas multinacionais aqui instaladas à época, o Estado brasileiro passou a empreender uma política de fomento às imigrações, a fim de expandir a mão de obra no país, além de buscar a diversificação e o desenvolvimento interno do ramo agrícola, uma vez que a sua intensão era a de formar uma base econômica de cunho agrário exportador no país. Conforme Fausto (2012), a expansão da política migratória se constituíra uma tendência nacional, em vista da formação de mão de obra assalariada necessária para a entrada do Brasil na fase do capitalismo industrial.

Nesta perspectiva de revolução passiva, no qual o Estado é protagonista das mudanças, pode-se afirmar que Carambeí se inscreve no cenário nacional como resultado da lógica de introdução do Brasil na fase do capitalismo industrial e, portanto, é resultado do movimento histórico de construção da hegemonia burguesa no país. É nesta direção econômico-política que se confirmou a gênese da sociedade civil carambeiense.

Não há registros acerca do conjunto dos motivos que levou os holandeses a imigrarem para o Brasil, no entanto, sabe-se que com o fechamento do Porto de Roterdã na Holanda, muitos holandeses ficaram desempregados e muitas famílias tiveram suas finanças abaladas. (AARDOOM, FERREIRA E. e FERREIRA L., 2002). Com a abertura do Brasil às imigrações europeias, junto às vantagens oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes, no início do século XX, os holandeses viram nas terras brasileiras possibilidades para se instalarem e com isso desenvolverem suas atividades no ramo da agricultura e da pecuária. Segundo Furtado (1971) o governo brasileiro oferecia vantagens aos europeus para que eles imigrassem para o país. “Desta forma o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura”. (FURTADO, 1971, p. 127). Cabe ressaltar que tais ações do governo brasileiro dizem respeito à chamada ideologia do branqueamento e de seus desdobramentos. Estas ações, conforme apontou Theodoro (2004), basilaram as ações do desenvolvimento brasileiro a partir do final do império e início da república.

> Com efeito, ao final do período monárquico, o projeto de modernização incorporara a idéia da necessidade de se promover uma política de migração cujo sentido era, em grande parte, dotar o país de um contingente populacional capaz de contribuir efetiva e positivamente para o desenvolvimento, ao contrário do que se acreditava ser capaz a então maioria afrodescendente. Teses eugênicas, muito em voga à época, inspiraram a política de estímulo à migração européia. Política esta que, na forma como se efetivou, a despeito da grande contribuição do imigrante em largo espectro, sedimentou as bases da perpetuação da pobreza e exclusão até hoje vivenciada. (THEODORO, 2004, p. 17).

A referida programática de imigração se pautou na formação de colônias no território brasileiro, verifica-se que as colônias ao Sul, povoadas por imigrantes europeus, das quais Carambeí faz parte[133], surgem no início do século XX, como produto de uma ação reformista do Estado brasileiro em parceria com grupos burgueses internacionais. Tal ação conciliativa pelo alto visava levar a cabo uma política de intensificação à imigração ao país, como parte das estratégias de sua

[133] Nos séculos anteriores a região havia sido *locus* do tropeirismo. Carambeí fez parte do caminho das tropas; se constituiu ponto de parada dos tropeiros, o que o levou a ser uma região de comércio de muares. “O início de toda a sua formação aconteceu por conta da proibição em 1751 dos religiosos carmelitas da passagem dos tropeiros em suas terras às quais haviam recebido como doação, estas terras localizavam-se no vau do Capão Alto, município de Castro e compreendida naquele tempo parte da rota dos tropeiros. Devido a esta proibição os tropeiros tiveram que abrir novo caminho para a rota, passando então, pela Fazenda Carambeí, ainda município de Castro, onde encontraram outro vau para a travessia do rio Iapó. Devido a este fato a Fazenda Carambeí se transformou em mais um pouso para os tropeiros vindos do sul, o lugar ficou conhecido como a paragem de São João. Esta paragem resultou no início de um intenso comércio de muares.” (SILVA, 2005, p. 81, 82).

inserção na lógica do capitalismo industrial. No caso em específico da colônia de Carambeí, segundo Valentine (2009) a relação de parceria do Estado brasileiro se deu com uma empresa norte americana - a *Brazil Railway Company*[134].

Derivada desta relação de parceria Estado-Mercado, a colônia de Carambeí se constituiu (no conjunto dos destinos dos fluxos migratórios no território brasileiro), destino privilegiado de imigrantes de origem neerlandesa.[135] Atualmente, Carambeí é considerado, pelos holandeses, ponto de inflexão da imigração holandesa no Brasil. (PEREIRA, 2011).

A data de 4 (quatro) de abril de 1911 é considerada como início da colonização holandesa em Carambeí. (SILVA, 2008, p. 91). Segundo Fiala (1997, p. 13) "Entre as famílias que vieram para o Brasil encontramos: De Geus, Vriesman, Los, Voorsluys e Verschoor." Em 1913 outras famílias holandesas se instalaram em Carambeí. Também famílias de brasileiros foram migrando para a Carambeí, em busca de trabalho, a contribuir no desenvolvimento e estruturação da agricultura na região. (FIALA, 1997).[136]

Diferentemente do contexto imperial, no qual se verifica nas invasões holandesas no Brasil um interesse próprio do Estado holandês pelo fortalecimento de seu império em face de sua expansão colonial, (FAUSTO, 2012), a imigração neerlandesa do século XX ao Brasil, se deu numa época em que o continente europeu passava por um bloco histórico de crise, o qual desembocou na primeira grande guerra. Sendo assim, revela-se que a natureza da imigração holandesa ao Brasil, no contexto republicano, perfaz, sobretudo, o interesse privado dos holandeses, na busca de sua afirmação em novos territórios.

Há que se aferir que a colonização de Carambeí e, em especial, a gênese de sua sociedade civil no espaço local é resultado do processo de universalização da sociedade civil aos moldes liberais burgueses – ou, oriunda no processo denominado por Hegel (1997) de 'universalização da particularidade burguesa'.

---

[134] Contratada pelo Estado brasileiro para concluir a ferrovia São Paulo-Rio Grande, a *Brazil Railway Company* recebeu deste uma grande quantidade de terras às margens da respectiva ferrovia, das quais loteou parte delas, formando colônias que receberam imigrantes europeus. (VALENTINE, 2009). A então colônia de Carambeí, fora uma delas.

[135] Origem no Reino dos Países Baixos ou "Holanda", como se chama no Brasil.

[136] "Desta forma, os holandeses foram criando suas próprias raízes na região e já em 1913 outras famílias holandesas se instalaram em Carambeí. Juntamente aos holandeses foram se instalando também outras famílias de brasileiros que vinham procurar trabalho na região. Assim, a região foi sendo formada, através da relação de trabalho entre distintas etnias, sendo que brasileiros formaram a classe dos trabalhadores (assalariados) e os holandeses se tornaram os proprietários das terras e dos meios de produção, cada qual com seus valores, formação, origem e cultura." (SILVA, 2005, p. 83). (parêntese nosso).

Derivada, portanto, do processo de movimentação das relações capitalistas, em face de sua expansão (no Brasil) e crise (no continente europeu), a sociedade civil carambeiense surge desse movimento de universalização do capitalismo, do qual o 'americanismo' se consolida como modelo de organização do trabalho e como mecanismo global de acumulação de capital, garantidor da hegemonia estadunidense. (BRAGA, 2008).

Sob esta direção econômica, que se traduz no Brasil pela perspectiva de modernização conservadora é que o país se insere na dinâmica do capitalismo mundial. É, portanto, subordinado à hegemonia norteamericana que o capitalismo vai se desenvolvendo no Brasil, no decorrer do século XX.

Inserida nesta lógica de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira vai se estruturando historicamente aos moldes de uma sociedade civil liberal-burguesa, como fruto de processos de racionalização da produção, em busca de ajustes "[...] entre a estrutura e superestrutura, sempre no sentido de recompor a unidade entre relações sociais de produção e aparelhos de hegemonia." (BRAGA, 2008).

O novo regime político nacional consagrou o homem de negócios e o levou para uma posição central e culminante[137]. (PRADO JUNIOR, 1994). O domínio das estruturas políticas pela burguesia[138] no Brasil foi, portanto, consequência deste processo econômico e cultural, no qual o projeto burguês foi se constituindo centro de estruturação de sua classe política dominante. O projeto da imigração tornou-se para Carambeí, a medida reformista adotada pelo governo brasileiro, crucial para o desenvolvimento da classe econômica dominante da região. Os grupos holandeses passaram a se desenvolver no território carambeiense, em comunhão com os princípios da liberalização da economia nacional. A liberalização da economia, mediante seu engendramento nas estruturas estatais republicanas, pautou a consolidação da classe burguesa no Brasil, como representativa da direção hegemônica da sociedade civil brasileira e em Carambeí, esta direção assumiu os moldes implantados por um estrato da classe burguesa dominante – o holandês.

[137] Na república, a fim de manter a ordem burguesa que se engendrava historicamente na economia e na política brasileira, o governante deveria ser "[...] uma pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza à medida que se acentua o teor de classe da sociedade." (FAORO, 2001, p. 621), confirmando-se a natureza de classe do Estado e sua afirmação como defensor da propriedade privada, conforme os princípios liberais de J. Locke (1979), dispostos em seu II Tratado sobre o Governo.

[138] "O 'burguês', que nascera aqui sob o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar, portanto, papéis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional." (FERNANDES, 1975, p. 19).

Os holandeses vieram a Carambeí, em busca da mesma prosperidade e enriquecimento, que segundo Oliveira (2006) os demais estratos da classe burguesa nacional já almejavam desde a abolição da escravatura e a proclamação da república no Brasil. Na fase republicana, a burguesia passa a dominar as bases da relação do Estado com a sociedade civil no país, reatualizando a mesma política coronelista da fase imperial, na qual o líder político[139] é antes de tudo um líder econômico que se legitima no poder pela dinâmica das relações de classes, inscritas no âmbito da estrutura econômica e social e detém o poder político como meio para a manutenção de seus negócios e interesses privados[140].

Em Carambeí, entre os pioneiros da imigração holandesa, alguns deles passaram a ser considerados pelos pares os líderes locais da política imigratória entre Holanda-Brasil. Segundo Willen de Geus (2012), descendente dos pioneiros de Carambeí, dois imigrantes holandeses do grupo instalado em Carambeí, "[...] foram os que fizeram mais, no começo em Carambeí. Eles foram mais ou menos os líderes da imigração aqui em Carambeí e das Cooperativas Batavo também." Percebe-se, neste depoimento, que o processo passou a ser liderado por uma pessoa da sociedade civil de origem neerlandesa, o que se fez com respaldo do poder público brasileiro.

Reforça-se assim que, por entre suas revoluções passivas, houve sempre no Brasil, a reatualização do arcaico 'bonapartismo'. O mando público por parte da cúpula dos estratos dominantes da sociedade brasileira tornou-se, assim, o mote da República e do Estado brasileiro, do poder político, no qual segundo Fernandes (2005) a burguesia construiu um pacto tácito para a sua manutenção enquanto classe dominante[141]. Em Carambeí, em aliança com o poder público brasileiro, os lideres da imigração passaram a se constituir os líderes econômicos da região, desenvolvendo, historicamente, sua afirmação enquanto lideranças econômicas.

---

[139] Restaurava-se, entre os membros das diferentes classes sociais, (na nova superestrutura republicana), o mesmo padrão coronelista de relações, próprio do período imperial. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995).

[140] O cenário eleitoral republicano se constituiu em campo privilegiado das artimanhas políticas coronelistas. Neste, os governadores buscavam junto aos coronéis o apoio necessário para que pudessem ser "[...] protetores, patrocinadores dos chefes municipais, não raros vinculados a estes por laços de família." (FAORO, 2001, p. 649). Neste processo de hegemonia de uma cultura política com fortes ranços coronelistas a sociedade civil brasileira tem acompanhado a formação de sua classe política, ancorada numa política patrimonialista e autoritária.

[141] A figura do político burguês assume uma peculiar tarefa no Estado brasileiro – a de fazer valer universalmente os interesses privados da classe dominante no país – o que, no início do século, tratava-se ainda de uma elite de natureza agrário-exportadora interessada em afirmar seus interesses, ainda que, em certa medida, contrários a uma reestruturação macro estrutural do país, rumo à industrialização.

Em face de um Estado patrimonialista, a sociedade civil brasileira continuava a se estruturar por relações hierarquizadas, aos moldes do modelo aristocrático conservantista (MAZZEO, 1989). Um conservantismo, cultivado no país, pela burguesia agrária, desde o período imperial, que na república tendia a se reatualizar aos moldes reformistas, enquanto modelo de desenvolvimento adotado pelo país.

A partir do ano de 1911, pode-se afirmar que a sociedade civil carambeiense foi se desenvolvendo no âmago das relações de produção e reprodução das relações sociais capitalistas desencadeadas por esta lógica de desenvolvimento de modernização conservadora adotada pelo país, em diálogo e contradição com os interesses privados dos grupos holandeses que se instalaram na colônia de Carambeí.

Nesta lógica de modernização conservadora, a imigração neerlandesa serviu aos ajustes necessários tanto na estrutura, como na superestrutural nacional, com vistas à entrada do país na fase do capitalismo industrial, na medida em que passaram a estruturar o ramo agropecuário na região. De um lado, a partir de uma programática de parceria entre Estado/mercado puderam se instalar, com suas famílias, em terras brasileiras e levar a cabo seus projetos particulares de ascensão econômica. Por outro, contribuíram com a lógica de expansão e desenvolvimento da economia nacional, com especial participação no desenvolvimento do ramo agrário-industrial no país. Verifica-se, portanto, que a dinâmica conciliativa entre Estado/Mercado/Imigrantes, neste caso – da formação da colônia em Carambeí -, serviu aos interesses do capital no decorrer do século XX e ao desenvolvimento econômico nacional, tal como se pretendera à época do início da colonização das terras ao redor da ferrovia São Paulo-Rio Grande. (VALENTINE, 2009).

Tais conciliações do Estado brasileiro em consonância com os interesses capitalistas burgueses, executadas pelo alto, foram acondicionadas por uma estrutura política capaz de arcar com as mudanças econômico-estruturais engendradas desde meados do século XIX e com a introdução do país ao ciclo do capitalismo industrial[142].

O processo de afirmação política do país, com base em revoluções pelo alto, se sustentou na legitimação dos estatutos democráticos aos moldes liberais

[142] Prado Junior (1994, p. 207), tratando do contexto que levou à proclamação da república, retrata a larga expansão das forças produtivas e o progresso material do Brasil como fatores que ativaram a conjuntura interna favorecendo o desenvolvimento do país, sob o jugo das elites agrárias e do trabalho ainda escravo, na época.

burgueses, sem necessitar da propagação de uma revolução popular[143], o qual fora forjado nacionalmente em face de uma condição de dependência do Brasil ao movimento do capitalismo mundial. É como resultado deste processo histórico-político e econômico, no qual se avista o desenvolvimento de um projeto liberal-burguês no país, que se dá a sua introdução na lógica do capitalismo industrial e, portanto, inscrevem-se os delineadores de sua sociedade civil.

Conforme visto, o movimento de afirmação do projeto liberal-burguês no âmago da configuração da sociedade civil brasileira obteve suas repercussões para a gênese da sociedade civil carambeiense. Esta nasceu como resultado das intervenções do governo brasileiro, em movimento de financiamento e parceria com o mercado capitalista que buscavam formar a mão de obra para o país por meio de um processo imigratório (FURTADO, 1971), associado ao incremento da produção agropecuária nacional. Mas, além deste movimento, considera-se que existe outro elemento fundamental para a gênese e constituição da sociedade civil carambeiense. Qual seja - a 'certeza moral holandesa'[144]. Esta garantiu que os interesses dos imigrantes holandeses prosperassem economicamente para além-mar, o que no Brasil se concretizou para além dos interesses do Estado, mas sem dele prescindir historicamente.

Depreende-se que a sociedade civil carambeiense nasce determinada por dois movimentos que se conciliaram sob as bases das estratégias reformistas do Estado brasileiro. Um deles resultado do interesse do Estado em expandir a mão de obra no país, o outro, resultado do interesse dos grupos holandeses colonizadores em explorar economicamente as terras brasileiras. Além disso, ela se inscreve no padrão de cidadania implantado no Brasil, após a proclamação da república, a partir

---

[143] Segundo Fernandes (1975, p. 19) "Foi nas cidades de alguma densidade e nas quais os círculos 'burgueses' possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática das 'desumanidades' dos senhores ou de seus prepostos. Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu primeiro em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e ás suas consequências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases *morais* da ordem escravista. Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos 'brancos' e para os 'brancos'. Combatia-se assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguira o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado."

[144] Cabe ressaltar que, embora, no século XX, a imigração holandesa tenha sido parte de um projeto nacional de incorporação de mão de obra estrangeira (FURTADO, 1971), em prol do desenvolvimento econômico nacional, as invasões holandesas registravam, ainda no século XIX, o interesse do Reino dos Países Baixos ao domínio de terras brasileiras, para exploração de seu potencial econômico (FAUSTO, 2012). Este interesse de exploração econômica das terras brasileiras pelos holandeses se concretizou na então colônia de Carambeí, se consolidando no decorrer do século XX, como projeto liberal-burguês dos grupos holandeses colonizadores da região.

da qual as garantias jurídicas serviam para sanar as demandas econômicas emergentes da introdução do país na ordem do capital. Tal padrão de cidadania encontrava-se no limite da democracia, vinculada a um atributo jurídico-formal, necessário e condizente, ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas em formação no país e para a afirmação da burguesia como classe dominante no poder.

Nesta lógica, com a instituição de uma democracia nos limites do liberalismo burguês, o padrão de cidadania, dela derivado, demarcou na república brasileira a instituição da soberania do Estado como contraponto à afirmação da hegemonia burguesa no país.

Em Carambeí, os processos de estruturação e ampliação do Estado se manifestaram em especial pela construção da hegemonia do grupo holandês na região, em detrimento da afirmação de uma perspectiva universalista por parte da sociedade política brasileira. Tais processos se materializaram, originalmente, como resultado de uma atuação em conjunto entre o Estado brasileiro e as empresas estrangeiras instaladas no país em torno dos projetos imigratórios, que no caso de Carambeí refere-se à empresa *Brazil Railway Company.* São processos que evidenciam uma das facetas da ampliação do Estado, no Brasil Republicano, a que ocorreu na perspectiva dos diferentes grupos dominantes, os quais foram se afirmando no território nacional, na relação público/privado, com o apoio do governo. A organização dos aparelhos privados de hegemonia, vinculados aos grupos dominantes, também contribuiu para a ampliação do Estado nesta perspectiva.

No caso das colônias de imigrantes, os aparelhos privados de hegemonia que iam se formando serviam para a afirmação identitária dos colonos, no país. A coesão e a união do grupo tornavam-se elementos fundamentais para a construção da hegemonia no âmbito das colônias, em face da correlação de forças estabelecidas no país. Tal questão obteve especial expressão na colônia de Carambeí, segundo Chaves (2010, p. 63)

> Buscar e constituir condições adequadas para manter os vínculos identitários e uma organização social coesa foi a orientação que se destacou na imigração holandesa para o Brasil, sobretudo na época republicana, ao longo do século XX, período em que houve a criação do maior número de colônias. Pode-se afirmar que os imigrantes holandeses procuraram essa unidade a partir de uma vida comunitária estruturada na **tríade igreja, escola e trabalho cooperativo.** (negrito nosso).

Esta perspectiva de organização social dos imigrantes holandeses se materializou em Carambeí, no dizer de Jessie de Boer (2012) - uma descendente dos pioneiros da colônia de Carambeí - por meio da formação de uma cooperativa, a qual obteve este papel agregador do grupo de imigrantes, em face de sua atividade econômica[145]. Entretanto, segundo Boer (2012) “Só a cooperativa não ia funcionar, só ensino também não ia funcionar e só Igreja sem alguma coisa, assim de desenvolvimento econômico também, por causa disso é muito importante esse tripé, acho que todo mundo concorda com isso.”

Diante do exposto, afere-se que os três aparelhos privados de hegemonia, citados por Chaves (2010) e Boer (2012) – a Igreja (religiosidade)[146], a Escola (ensino)[147] e a Cooperativa (trabalho cooperativo), resultam ser os primeiros aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil carambeiense, os quais se constituíram, desde então, prenhes de importantes aspectos para a afirmação do grupo holandês na região, bem como para a construção histórica da hegemonia holandesa em Carambeí. Este processo se desenvolveu no decorrer do século XX com a constituição e desenvolvimento do grupo holandês, de maneira alinhada à afirmação liberal-burguesa das elites econômicas no país, nas dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais.

Conforme Subtil (2011, p. 45)

---

[145] Como produto econômico desta organização cooperativista entre os holandeses em Carambeí em 1925 foi fundada a “[...] ‘Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios’ sendo esta a primeira cooperativa de produção do Brasil e em 1941 a Cooperativa Mista Batavo.” (SILVA, 2005). [...] Mais tarde foi fundada a Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda, que representou um grande avanço em termos de tecnologia e desenvolvimento da produção agropecuária. Do mesmo gênero que a Cooperativa Agropecuária Batavo, se formaram a Cooperativa Castrolanda em Castro e a Capal em Arapoti, juntas, as três construíram em Carambeí a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda – CCLPL, sendo um grande complexo de industrialização no que se refere à produtos derivados do leite e da carne. Este complexo industrial foi sendo atrativo para outros trabalhadores que migravam de outras cidades se instalando em Carambeí, então distrito de Castro, a procura de vagas de trabalho na Cooperativa e nos demais setores que se desenvolveram em função do próprio complexo de industrialização.” (SILVA, 2005, p. 84).

[146] “Durante o ano de 1911, os primeiros imigrantes holandeses chegaram em Carambeí e logo deram início aos cultos dominicais. Primeiro, em uma casa cedida pela Brazil Railway Company e que durante a semana era usada como escola. Os srs. L. Verschoor e J. Voorsluys eram os responsáveis pela leitura dos sermões e pelo ensino doutrinário para os jovens, pois não tinham pastor. Na Holanda, vários dos imigrantes tinham sido membros de diferentes igrejas do ramo calvinista, mas aqui viviam como se todos fossem membros de uma só igreja. Para eles a religião era de fundamental importância, tanto para preservar a fé, como para promover a união na comunidade. Já no início, começaram os contatos com a Igreja Luterana, pois havia proximidade cultural entre os alemães e holandeses e o relacionamento entre ambos era mais fácil. Os cultos de batismo eram realizados por pastores luteranos de Castro e Ponta Grossa.” (CARAMBEÍ, Igreja Evangélica Reformada de Carambeí, 2014). Disponível em: http://ierb.org.br/nossasigrejas/historia#link_03. Acesso em: 02, fev. 2014.

[147] “A Escola Evangélica foi criada no dia 10 de setembro de 1979 numa Assembleia Geral dos membros da Igreja Evangélica Reformada de Carambeí. Nesta Assembleia foram nomeados e empossados nove membros que comporiam a primeira diretoria da Escola. Eram todas pessoas que já tinham se envolvido com a criação da Escola [...]. Numa ata, ainda no ano de 1979, além de falar das dificuldades encontradas na criação da Escola também foi mencionada a importância de ter uma escola que prepara cidadãos cientes de suas responsabilidades como cristãos e aptos para enfrentar a vida.” (CARAMBEÍ, Escola Evangélica de Carambeí, 2014). Disponível em: http://www.escolaevangelicadecarambei.org/#!nossa-história. Acesso em: 03, mar. 2014.

> Evidencia-se que Escola e Igreja em alguns momentos confundem-se, uma vez que a base da educação e do ensino na comunidade são os valores e princípios religiosos, além de uma educação de qualidade. Mesmo quando se enfatiza o conhecimento como função da escola, não é de qualquer saber que se está falando, mas da pedagogia religiosa moral e ética. Isso fica evidente na descrição da escola própria de Carambeí.

Decorre deste processo de afirmação dos aparelhos privados de hegemonia, vinculados uns aos outros, formando o tripé da ideologia liberal-burguesa dos imigrantes holandeses de Carambeí, a defesa e a afirmação dos interesses privados econômico-corporativos do grupo dominante, diante do processo de ampliação do Estado no Brasil, processo este que se evidencia claramente em Carambeí, numa direção de fortalecimento das organizações da sociedade civil, vinculadas ao grupo que viria a se tornar dominante na região. Este processo resultou, com apoio da sociedade política brasileira, que ao longo do século XX, realizou as manobras econômicas e políticas necessárias para contribuir com a afirmação dos grupos de imigrantes no país – o que se fez historicamente por meio de relações conciliativas pelo alto.

No Brasil, o Estado Integral de Gramsci (2012) se converte historicamente numa trama econômico-política na qual se estabelece uma correlação de forças favorecedora da afirmação dos interesses dos grupos dominantes da sociedade civil brasileira, em detrimento da afirmação do exercício política da contra hegemonia no país.

Confirma-se, aos moldes dos movimentos de renovação-restauração próprios das revoluções passivas, conforme disposto na perspectiva gramsciana, que na nova lógica de reestruturação das relações sociais estabelecida no Brasil republicano (movimento de renovação) com a universalização da cidadania, o indivíduo, (desprovido de propriedade), teria lugar de participação no Estado, somente na condição de cidadão, mantendo-se excluído do poder político, enquanto homem real (movimento de conservação). E o homem real, (detentor de propriedade), obteria uma relação particularista com a sociedade política brasileira. Esta relação prescindiria da metáfora do cidadão de direitos, oportunamente forjada pelo Estado republicano, ao se laicizar, estruturando-se aos moldes liberais burgueses, como forma de manter, sob a institucionalidade burguesa, os interesses divergentes aos dos grupos dominantes no país.

Pode-se afirmar que em Carambeí, o grupo que originariamente se beneficiou deste processo de não sujeição à metáfora do cidadão de direitos para obter apoio do governo brasileiro, foi definitivamente o grupo holandês. Este, que migrou da Europa para terras além-mar, onde foram recebidos e inseridos na dinâmica econômica agrária industrial que se pretendia fortalecer internamente. Introduziu-se, portanto, no Estado brasileiro, uma relação de recíproco beneficiamento, que se explica, no dizer de Coutinho (2012) e de Nogueira (1998) por uma relação 'conciliativa pelo alto'. Por um lado, o Estado Brasileiro que necessitava de expandir sua mão de obra, por outro a empresa *Brazil Railway Company* que necessitava povoar as colônias no percurso da ferrovia que estava construindo, para que pudesse se beneficiar ao dispor do serviço de escoamento da produção agrícola nacional e o grupo de imigrante holandês que pretendia se estabelecer e prosperar economicamente distante do continente europeu que sofria naquela época de modo geral com uma crise econômica resultante do contexto de guerra.

Esta é apenas uma expressão particular, de um processo nacionalmente experimentado pelas relações entre Estado/mercado. Confirma-se, portanto, a histórica natureza de classe do Estado, que no Brasil, nasce com a característica de ser, efetivamente, um "[...] comitê para administrar os negócios comuns a toda a classe burguesa". (MARX E ENGELS, 2002, p. 47). Assim, no Brasil, a burguesia foi se estabelecendo no decorrer do século XX, de modo que se manteve no poder, imprimindo seus interesses privados na esfera estatal. Interesses estes que foram sendo traduzidos, historicamente, como interesses públicos universais a toda a sociedade civil brasileira. No Brasil, tal determinação, não se refere apenas a uma análise metafórica do Estado, em face da sociedade civil brasileira. Refere-se, conquanto, a uma realidade histórica, cuja materialização objetiva, se deu aos olhos dos sujeitos coletivos e privados em disputa e articulação na correlação de forças estabelecidas em cada um dos diferentes blocos históricos nacionais. O reformismo pelo alto e o favorecimento da classe burguesa se constituiu uma particularidade das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. (COUTINHO, 2012).

No que se refere à sociedade civil carambeiense, considera-se que seus colonizadores interferiram positivamente no processo de ampliação do Estado brasileiro em sua perspectiva de organização e ampliação aos moldes liberais burgueses. Pode-se confirmar historicamente que os imigrantes holandeses passaram a formar na então colônia de Carambeí seus próprios aparelhos privados

de hegemonia – quais sejam: a Igreja, a Escola e a Cooperativa, os quais se tornaram o tripé que fundamenta a direção do respectivo grupo, em face da construção de sua hegemonia em Carambeí.

O conjunto de aparelhos privados de hegemonia, formados pelos imigrantes holandeses em Carambeí, contribuiu significativamente para manter unidos os grupos de famílias holandesas e demais membros nascidos no Brasil, no decorrer dos idos do século XX. Conforme Gilberto de Geus[148] (2012), "Não existia muito separação, então isso ajudou muito a manter o pessoal unido e aqueles que não estavam unidos, que por vezes saiam, a igreja os trazia de volta na cooperativa". Ressalta-se, neste caso, a importância da doutrina religiosa, em face da sua atuação como aparelho privado de hegemonia, atuante no fortalecimento e na união dos imigrantes em face da busca pela prosperidade econômica do grupo holandês, na colônia.

Em consonância com o movimento histórico nacional, demarca-se a Igreja como o primeiro e um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil carambeiense, que associada ao ensino cristão, levou a cabo o modelo de desenvolvimento econômico cooperativista em Carambeí. Diferente, porém, da doutrina religiosa adotada historicamente como hegemônica no país (católica), à época, os imigrantes holandeses passariam a professar a sua fé, (de origem protestante), no Brasil, por meio da organização das Igrejas Evangélicas Reformadas (IERs). No que se refere à educação, verifica-se que esta se vinculou à igreja como aparelho ideológico de sustentação do projeto de desenvolvimento econômico, de natureza liberal-burguesa, a ser executado na colônia de Carambeí, pelos imigrantes holandeses, em face do desenvolvimento de suas práticas econômicas cooperativistas.

Este modelo de desenvolvimento, pautado na união das famílias e de seu fortalecimento por meio da formação do tripé: igreja, escola e cooperativa, formou o que poderia se denominar de núcleo duro da afirmação liberal-burguesa da sociedade civil carambeiense.

Considerando-se a inscrição de Carambeí na lógica de introdução do Brasil na fase do capitalismo industrial, confirma-se que, ao longo do século XX, a sociedade civil carambeiense se desenvolveu determinada particularmente pela

[148] Gilberto de Geus é descendente de emigrante holandês, prestou este depoimento no documentário Nossa História – Parque Histórico de Carambeí. Vídeo publicado em 07/05/2012. (Disponível em: http://www.youtube.com/user/phcarambei/videos. Acesso em: 10, mai., 2014).

direção do desenvolvimento econômico nacional e se materializou objetivamente por meio da formação de uma estrutura produtiva de base cooperativista. (CUNHA, 2011).

Gilberto de Geus (2012) afirma que são três os fundamentos da colônia holandesa de Carambeí: “[...] a Igreja, a cooperativa e a Educação”. Jessie de Boer (2012), ao retratar a posição dos holandeses em Carambeí destaca que “Ninguém é tão forte como todos nós juntos”.

Em Carambeí, portanto, o grupo holandês, pioneiro da imigração, passou a se constituir, enquanto grupo dominante, na medida em que se organizou economicamente através da adoção do associativismo cooperativista como sua doutrina econômica.

Diante de tais aspectos, os quais se revelam como fundantes da sociedade civil em Carambeí, pode-se verificar na realidade local, o que Prado Junior (1994) afirmara sobre o Brasil, no contexto do início do século XX. Segundo o autor,

> [...] o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição pelo lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado. (PRADO JUNIOR, 1994, p. 209).

É sob este novo espírito dominante que se verifica o progresso e ascensão burguesa da sociedade civil carambeiense, em face de seu engendramento econômico no contexto brasileiro. Não havia, porém, no novo espírito dominante, deflagrado por Prado Junior (1994) nenhum espaço para que os estratos de classe não dominantes pudessem se legitimar no Estado, por meio de canais de abertura democrática para a sua participação, nem ao menos para a introdução de suas demandas no Estado brasileiro. Era o próprio Estado a expressão dos grupos dominantes – da burguesa nacional brasileira. Em Carambeí, o Estado Ampliado, tal como apreendido pelo conceito gramsciano, se universalizou inicialmente voltado aos interesses dos aparelhos privados de hegemonia vinculados ao grupo de imigrantes (a Igreja, a Escola e a Cooperativa holandesas) no espaço local, para depois ir se ampliando para além destes aparelhos restritamente, o que veio a ocorrer somente em meados da segunda metade do século XX. Estes foram os primeiros aparelhos do Estado Ampliado a se materializar institucionalmente na

região, os quais se constituíram fundamentais para os rumos de seu desenvolvimento econômico, bem como para a formação da hegemonia no espaço local.

Notadamente, no Brasil, o ideal republicano converte-se a um tipo particular de reformismo, desde a sua origem. Um reformismo que pode ser considerado, não somente uma categoria constituinte e constitutiva do ideal republicano no Brasil, como também expressão de seu processo de objetivação na realidade brasileira. Este processo de objetivação veio a se consolidar no país, por entre as conciliações pelo alto efetivadas pela classe burguesa dominante, no interior de suas revoluções passivas. Tal processo histórico se deu em face da precária organização da sociedade civil, em seus movimentos ‘de baixo para cima’ e de seu fortalecimento pelo alto, através da estruturação dos diferentes aparelhos privados de hegemonia, vinculados às classes dominantes no Brasil. (COUTINHO, 2012). Em Carambeí, tais movimentos se particularizaram na trajetória histórica de afirmação liberal-burguesa de sua sociedade civil, ao longo do século XX.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DA ‘COLÔNIA HOLANDESA’ E A FORMAÇÃO DAS ‘VILAS’ EM CARAMBEÍ NOS MARCOS DA REVOLUÇÃO PASSIVA NO BRASIL

No Brasil, conforme Nogueira (1998) e Coutinho (2012) um dos mecanismos fundamentais de caracterização das revoluções passivas são as conciliações pelo alto, adotadas pelo Estado brasileiro, perante a sociedade civil, como estratégias fundantes de seu modelo reformista de atuação. É no âmbito deste modelo que as possíveis conquistas dos grupos de baixo, antes de se efetivarem como tal, se tornam antes concessão por parte do Estado, as quais muitas vezes são apresentadas à sociedade civil como conquistas. Uma e outra são resultantes da política de conciliação pelo alto, levadas a cabo pelas elites políticas que ocupam historicamente o bloco de poder no Brasil.

As conciliações pelo alto no Brasil atuam como um potencial mecanismo de arrefecimento das pressões que surgem “de baixo”. Em face da hegemonia do projeto burguês, tais movimentos de conciliação resultam como parte do modelo reformista adotado historicamente pelo Estado brasileiro no âmbito do que Gramsci (2012) denomina de momento restaurador, imanente às revoluções passivas.

A estes moldes, no Brasil republicano se afirmam as condições históricas necessárias à consolidação dos processos de revolução passiva no país - a estruturação da sociedade política aos moldes democráticos burgueses e a universalização da cidadania foram elementos fundamentais, do conjunto de reformas superestruturais necessário para que a sociedade civil brasileira, que não possuía lugar no Estado, passasse a se relacionar com este, aos moldes ocidentais. (COUTINHO, 2012).

No contexto da proclamação da república, era necessário organizar uma política, sobreposta à economia; um Estado forte diante de um povo débil; uma pequena e alvissareira política, em detrimento de uma 'grande política' democrática e a afirmação do centralismo e da contenção regional, em face da ascensão de um líder político autoritário. Tais se confirmariam no *modus operandi* do governo brasileiro no decorrer das próximas décadas – o modelo reformista (NOGUEIRA, 1998).

Foi nesse contexto de desagregação de um bloco histórico e formação de um novo, que se acompanharam na história do país, as primeiras relações urbano-industriais. Neste período de transição, a política e a economia brasileira se movimentariam, a partir dos diferentes vieses e reveses que a hegemonia liberal-burguesa sofreria no país.

Em face da sua dependência da nova ordem mundial do capital e ainda porquanto das articulações tanto de natureza de classe, como demais movimentos originários da sociedade civil brasileira, confirma-se no Estado brasileiro, a adoção de um modelo reformista, pautado num processo de modernização conservadora. (NOGUEIRA, 1998).

Conforme Ianni (2004, p. 121)

> Devido ao caráter do sistema econômico dominante no Brasil até 1930, com todas as suas implicações sócio-políticas e culturais para o sistema global, não se formaram as condições mínimas de esgotamento e superação de uma estrutura econômico-social determinada externamente. Esta apresentava ainda grande versatilidade e as flutuações críticas estavam sendo contornadas e controladas com as técnicas que se vinham refinando desde o começo do século.

Não obstante, à perspectiva de 'modernização conservadora' adotada desde o início da República, na década de 30 o país necessitava de novos pactos, em torno de sua recolocação econômica mundial, a fim de fortalecer sua economia e

equalizar as novas forças políticas no poder público[149]. Havia uma realidade de ascensão econômica de outros estratos da classe burguesa no país que não tinham na agricultura seu potencial desenvolvimento. Assim, se inscrevia no cenário nacional a concretização do processo de industrialização brasileiro.

2.2.1 A ‘colônia’ holandesa de Carambeí e o processo de industrialização brasileiro.

Em face do processo de industrialização brasileiro, fazia-se necessário que os setores agrícolas do país buscassem novas formas de organização ao se inserir no processo industrial, caso tivessem interesse de permanecer inseridos na lógica de industrialização nacional. Assim, em Carambeí, segundo o representante do grupo holandês entrevistado pela pesquisadora,

> [...] em 1925, 7 (sete) colonos chegaram a conclusão que para sobreviver, (aquele tempo estava difícil ainda, muito difícil) eles teriam que se unir mais, por que de certa forma cada um estava vendendo a sua produção, pequena, um pouco de queijo, um pouco de manteiga, basicamente, leite integral engarrafado, iam de charretinha ou de carrocinha pra Castro e pra Ponta Grossa para vender. E mais tarde, com o trem, pra Curitiba e mais tarde pra São Paulo, mas, isoladamente, seria complicado. Aí um deles falou: Nós vamos ter que nos unir na venda, na comercialização. Durante a semana e domingo estavam juntos, mas na comercialização, um estava de certa forma, começando a concorrer com o outro, em função de um pequeno aumento de escala. E essa cooperativa foi fundamental, por que em 1929, 4 (quatro) anos depois**,** surgiu a grande depressão mundial. Então, se não fosse a cooperativa, certamente, essa colonização teria fracassado. Que lá surgiram os maiores problemas né, foram os anos mais difíceis. De 29, 30 e 31, do século passado né. (APHC, 2014).

Verifica-se, conforme visto no depoimento do respectivo sujeito entrevistado, que o grupo holandês, imigrante em Carambeí, desde 1925 buscou no cooperativismo uma alternativa restaurativa, para se manter em desenvolvimento enquanto grupo dominante diante do modelo econômico adotado pelo país.

Conforme dados da Cooperativa Batavo:

> As primeiras famílias holandesas que desembarcaram no Brasil, se instalaram em Carambeí, cidade da região do centro-sul paranaense, fundando a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, que logo muda para Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios, com o objetivo de produzir leite e derivados de forma artesanal, para o mercado local. (CARAMBEÍ, Cooperativa Batavo, 2014).

[149] Necessitava-se, portanto, colocar o Brasil na esteira da industrialização, não somente como exportador de matéria prima, mas com sua própria estrutura urbana industrial, tornar-se exportador de bens de produção. Doravante, necessário, também se fazia constituir uma classe trabalhadora urbana, a fim de compor a estrutura necessária à incorporação de mão de obra na fábrica.

Tal iniciativa, conforme o disposto pelo respectivo representante do grupo holandês foi o que garantiu a manutenção do grupo ativo economicamente nas relações de produção agrícola, à época – o que se deu devido a sua inserção no processo de industrialização dos produtos agrícolas – com a ampliação da produção laticínios para uma escala industrial. Tal iniciativa econômica cooperativista permitiu ao grupo holandês, segundo o entrevistado, sobreviver às dificuldades do contexto da crise mundial de 1929, na qual segundo Hobsbawm (1995, p. 91), "[...] a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la."

No Brasil a depressão mundial havia colocado o setor agrícola em situação de fragilidade. Há de se convir que numa economia de base agroexportadora, o vigor do mercado externo é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico interno. Assim, diante do respectivo colapso em que as economias centrais passavam a proteger os seus mercados, a agricultura brasileira passaria a sofrer com os revezes da crise mundial, com a queda da taxa de exportação. O país tinha, portanto, que investir no setor industrial, como alternativa ao respectivo contexto político e econômico mundial.

Nesse contexto de crise, a colônia de Carambeí foi se desenvolvendo ao longo das primeiras décadas do século XX, pautada na aliança cooperativa entre os produtores de leite, que paulatinamente estruturou-se em escala industrial, na distribuição e beneficiamento do produto através do crescimento fabril cooperativo. Mais tarde, alargou a produção e os setores de atuação para o ramo agrícola, não somente com a comercialização dos produtos dos cooperados, mas também com o apoio técnico.

> O círculo virtuoso que se iniciou no final da década de 1930 prosseguiu sem nenhum grande tropeço até a segunda metade da década de 1990, quando um ajuste nacional econômico e institucional de caráter neoliberal, que visava de forma direta ao controle inflacionário, atingiu de maneira especial o setor agroalimentar, favorecendo a expansão das multinacionais do setor, em detrimento dos segmentos nacionais, que sofreram com a política de valorização do real, com os juros reais mais elevados do mundo na época, com o congelamento, na prática, dos preços dos alimentos, enquanto as tarifas públicas e os insumos produtivos aumentavam muito acima da inflação. (CUNHA, 2011, p. 138).

Inicialmente, Pereira (2011) afirma que a infraestrutura agrícola sofreu com dificuldades, mas no desenrolar da década de 1930, passou a prosperar devido o seu protagonismo no ramo industrial. Neste processo histórico, verifica-se que até

meados da década de 50, a economia da região centrava-se nas mãos de um grupo sólido de agricultores e pecuaristas, que juntos fundaram e desenvolveram um importante sistema cooperado de produção agroindustrial. (PEREIRA, 2011).

No respectivo modelo de desenvolvimento econômico, executado pelo alto no Brasil, Nogueira (1998) afirma que o Estado realizara as reformas necessárias (sem transformar a estrutura em seu conjunto) excluindo das decisões grande parte da sociedade civil, somente os grupos hegemônicos tomam parte das decisões. Ianni (2004) complementa a ideia de uma postura reformista do Estado brasileiro, afirmando que esta tem referência na reforma constitucional de 1926 como um importante momento para realizar todas as reformas parciais e de reintegração do sistema político nacional, em face das demandas, não somente da população consciente do Brasil, como também das demandas do espírito do momento universal. (IANNI, 2004).

> Essa transformação estrutural e funcional do mercado capitalista moderno irá ter, por sua vez, profundas repercussões na organização e na evolução do sistema econômico global. Primeiro, no plano puramente econômico, o mercado torna-se capaz de operar como um agente de intensificação da vida econômica e de diferenciação da própria economia. Em particular, ele vai concorrer para a eliminação mais ou menos rápida da produção artesanal e substituí-la por uma impulsão contínua à produção manufatureira e à industrialização. (FERNANDES, 1975, p. 238).

Reformar para modernizar foi a tônica das mudanças estruturais e superestruturais efetivadas pela classe política brasileira para sanar as demandas impostas pela ordem capitalista mundial, em face das pressões que advinham do movimento operário, sem desembocar internamente, numa revolução popular.

No bojo desse processo de modernização, preserva-se a perspectiva de manutenção da ordem pelo alto. Através dela, o Estado Brasileiro preservou as elites econômicas aristocráticas do país, como uma tentativa de fazer cumprir as reformas necessárias à auto recomposição do capital, aos moldes da particularidade econômico-política nacional. (IANNI, 2004). Esta posição, econômico-política, imputava um alto custo para o desenvolvimento do país, que apesar de ter se lançado rumo à sua capitalização, desde a segunda metade do século XIX, não havia incorporado, integralmente, a lógica de reprodução ampliada do capital, até o referido período. Ao contrário, conservara a estrutura ‘estamental’, própria do período imperial, para manter na direção política e econômica do país a mesma elite dominante própria do Império, que se considerava ‘dona do poder’ no Brasil. (IANNI,

2004). Entretanto, neste período, novos grupos haviam se estabelecido economicamente, os quais se pautavam bem mais por padrões industriais do que nos tradicionais padrões agrários, anteriormente cultivados no Brasil. Tal realidade é confirmada em Carambeí, onde os imigrantes holandeses passavam a se desenvolver não apenas na esfera da agropecuária, mas, sobretudo na área industrial, com a produção agroindustrial da cooperativa.

Entretanto, embora, o país rumasse para a industrialização, com os reflexos da crise de 1929, o país reforçou os setores econômicos tradicionais. Neste sentido, Buci-Glucksmann (1980) alertara que em épocas de crise de hegemonia, a tendência das classes burguesas dominantes é de reforço do Estado-força, associando-se a intervenções que deem sustentação à legitimidade do grupo que ocupa o poder político[150].

À luz do elemento "crise", próprio dos momentos de desagregação de blocos históricos, ao examinar a realidade brasileira, após a crise de 1929, ressalta-se que, durante o governo varguista, ganha força no país a tendência apontada por Buci-Glucksmann (1980) do reforço do Estado-força, 'gendarme' ou guarda noturno, a qual viria a se consolidar durante o Estado Novo (1937-1945),

Entretanto, embora com um viés militarizado e uma posição autoritária, a Revolução de 30[151] colocou novas esperanças sobre as reformas sociais necessárias no país[152]. (COSTA, 2006), configurando-se, de partida, contra hegemônica à ordem burguesa estabelecida, mas que no decorrer da conquista e afirmação de seus líderes na institucionalidade, se converteu numa revolução passiva de pretensões burguesas. (IANNI, 2004).

---

[150] "O Estado Novo vai buscar na classe operária um elemento adicional de sua legitimação, através de uma política de massas, ao mesmo tempo em que procura reprimir o componente autônomo dos movimentos reivindicatórios do proletariado, que foge aos canais institucionais criados para absorvê-los na estrutura corporativista. Para garantir esta fonte de legitimação, o Estado tem necessariamente de incorporar parte das reivindicações populares, ampliando as bases de reconhecimento da cidadania social do proletariado, através de uma legislação social e sindical abundante no período." (IAMAMOTTO, 2013, p. 107).

[151] "A crise econômico-financeira devida à queda da Bolsa de Valores em 1929, a política monetária do governo Washington Luís, os descontentamentos populares, todos esses fatores favoreceram o movimento político revolucionário." (COSTA, 2006, p. 119).

[152] "Representando um privilegiado momento do processo de construção do Estado, da reorganização urbano-industrial e da luta democrática no Brasil, a década de 30 conteve em si a tentativa de atualizar a modernidade prometida pela República de 1889 e parcialmente comprometida pelo sistema de dominação que se estruturou sob os auspícios da Constituição de 1891." (NOGUEIRA, 1998, p. 22).

Conquanto, após a superação da crise de 1929, a década de 30[153] foi marcada por anos importantes para o restabelecimento econômico dos imigrantes holandeses em Carambeí, o que aconteceu com a retomada das ações da cooperativa, bem como seu desenvolvimento até os anos 50. A fase da industrialização brasileira, que aos moldes de Nogueira (1998) buscava fundar um compromisso inter-elites para acelerar este processo no país, estruturou-se com o apoio do Estado brasileiro.

Em Carambeí, entretanto, o processo de reorganização econômica dos colonos holandeses se estabeleceu, conforme Kooy (1986) com muita dificuldade ao longo dos anos 1930. Os cooperados emergentes da situação da crise, decorrente não somente do contexto da crise mundial de 1929, mas também da dinâmica política interna, devido às consequências da Revolução de 30, (problemas gerados no escoamento da produção da cooperativa para São Paulo) (KOOY, 1986) tiveram que buscar reorganizar as finanças da cooperativa ao longo da respectiva década, visando alçar um processo econômico e político restaurativo entre os cooperados. Muitos daqueles que tinham se desligado da cooperativa, após os prejuízos financeiros dos primeiros anos de 1930, retornaram à filiação ao ver a cooperativa ser reestruturada pelo Pastor Muller[154] que:

> [...] tinha uma grande noção para a parte econômica, pela sua formação também, em Ciências-econômicas, iniciando já a elaboração de um plano para alargar a base existente da Cooperativa e centralizar toda a produção agro-pecuária nesta. Praticamente todos os colonos se entusiasmaram com seus planos e deram sua completa colaboração. Esta tentativa deu no início um êxito total. (KOOY, 1986, p. 102).

Cabe ressaltar que na segunda metade da década de 1930, Kooy (1986) faz referência ainda à vinda de novos colonos holandeses para Carambeí, os quais fugiam da conjuntura da crise mundial, para tentar buscar a sobrevivência na colônia. Segundo Kooy (1986, p. 103)

---

[153] Vistos em conjunto, os anos 30 foram determinados pelos esforços para viabilizar um novo sistema de poder, fundado no compromisso inter-elites de industrializar aceleradamente o País com a base na modernização das estruturas do Estado e na incorporação subordinada das massas urbanas emergentes. Representaram assim um momento de síntese, no qual se completaram e ganharam redefinição os conflitos e contradições que desde a Primeira Guerra Mundial acompanhavam o desenvolvimento da civilização urbano-industrial no Brasil e o esgotamento do antigo sistema oligárquico agroexportador, proveniente da experiência colonial e cujos fundamentos haviam sido preservados pela República de 1889. (NOGUEIRA, 1998, p. 21, 22).

[154] Vindo da Holanda para liderar a Igreja Evangélica Reformada de Carambeí, este se tornou não somente um líder religioso, mas aquele sujeito econômico-político que conseguiu alçar meios entre os colonos para sua reorganização no sistema cooperativo, estabelecendo-se aos moldes gramscianos, como um verdadeiro ‘intelectual orgânico’, vinculado ao grupo holandês.

> Após 1937, melhorou a situação pela entrada de novos colonos, oriundos das Índias-Holandesas. Neste período, observamos a preparação para dar à Cooperativa uma base sólida. De todas as maneiras foram feitas tentativas para criar mais diversificação na produção.

A nova imigração, segundo o autor, foi outro importante fator para a retomada da cooperativa e ainda para a complexificação da estrutura econômica na colônia. Com o crescimento da venda dos terrenos, a construção de novas casas, o estabelecimento de novos ramos de trabalho, houve maior circulação de dinheiro na colônia e, neste mesmo período houve ainda uma maior diversificação na produção.

Em 1937, uma seção agrícola foi estabelecida na cooperativa, "[...] da qual o Sr. Simon Biersteker foi o incansável líder. Devido aos estudos de técnico-agrícola que recebeu na Holanda, ele possuía maiores conhecimentos neste setor do que os outros colonos." (KOOY, 1986, p. 103). Verifica-se, novamente a presença das lideranças como aspectos importantes do processo de reestruturação econômica da cooperativa e, portanto, para o restabelecimento do grupo holandês, em face da correlação de forças estruturais, local e nacional.

Ressalta-se, neste sentido, a importância do domínio técnico-científico e do elemento ideopolítico inerente aos respectivos intelectuais na direção dos processos de reestruturação do grupo holandês, rumo à sua consolidação econômica e ao seu fortalecimento político-cultural na correlação de forças estruturais, em face do domínio e da direção da sociedade civil carambeiense, durante o século XX. Conforme Gramsci (2004b, p. 15)

> Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.

Há que se ressaltar nesta conjuntura, o início da implementação do trabalho técnico cientifico na cooperativa, como fator determinante para a sua reorganização e diversificação da produção. O representante do grupo holandês, entrevistado pela pesquisadora, destaca a presença marcante de um dos primeiros técnicos vindos da Holanda para o desenvolvimento da cooperativa, fazendo referência ao Sr. Simon Biersteker. Retrata a importância do desenvolvimento do respectivo setor técnico para o desenvolvimento econômico dos cooperados na colônia de Carambeí:

> Se você está numa cooperativa, você chega no escritório e você conta com a pessoa e ele sempre tem as informações e ainda mais com a formação de uma fundação. Nós temos a Fundação ABC, que sucedeu o departamento de assistência técnica, que nós tínhamos antigamente. Um dos primeiros técnicos veio da Holanda. Hoje nós temos na fundação, com orçamento em torno de 20 milhões por ano. Tudo arrecadados de uma forma privada, não vem nenhum tostão do governo, e que orienta, né, que busca conhecimentos e que transfere esses conhecimentos para os técnicos das cooperativas locais. (APHC, 2014).

Esta nova conjuntura interna da Cooperativa fora então fundamental para a formação das bases estruturais que levaram os holandeses de Carambeí a se reorganizar, durante a década de 30 e, principalmente, para que com a construção da nova fábrica de laticínios, (de acordo com os padrões oficiais adotados pelo governo federal brasileiro). Em 1941, a cooperativa holandesa passasse a se chamar Sociedade Cooperativa de Laticínios Batavo[155]. (CARAMBEÍ, Cooperativa Batavo, 2014).[156]

Segundo Ianni (2004) há que se ressaltar que o momento restaurativo da crise. O governo brasileiro possuía um íntimo compromisso com a preservação da sociedade aos moldes agrário-exportadores, cuja manutenção ideopolítica se concentrava numa perspectiva tradicional e oligárquica de defesa dos interesses da elite agrária nacional. Neste sentido, verifica-se que, não obstante, a isso, a programática estabelecida pela Cooperativa Mista Batavo Ltda., foi a de expandir sua produção neste setor do desenvolvimento agrário industrial. A aliança cooperativista entre o setor agrícola com a industrialização da produção se tornou um elemento chave da economia local, o qual se revelou alinhado à programática econômica das ações restaurativas propostas, à época, pelo governo brasileiro ao país, no curso de suas revoluções passivas.

Nesta fase da industrialização nacional, da qual Carambeí passa a fazer parte por meio do fortalecimento do cooperativismo como base de sustentação da economia local, o governo brasileiro passava a ter que criar estratégias conciliativas pelo alto na tentativa de controlar as demandas emergentes da classe operária nascente que passava a fazer parte da mão de obra utilizada nos diferentes setores industriais em formação.

---

[155] A marca Batavo surge em 1928, inspirada no nome de uma tribo do início da era cristã, que habitava o delta do Reno – região de origem da maioria das famílias holandesas radicadas em Carambeí. (CARAMBEÍ, Cooperativa Batavo, 2014).

[156] Há que se registrar que o respectivo nome faz referência à influência religiosa cristã do grupo de imigrantes holandeses.

Na respectiva época, em especial nos centros urbanos industriais brasileiros que se encontravam em fase de formação, assiste-se ao crescimento das relações de trabalho assalariadas, sobretudo, diante da forte política trabalhista[157] implementada pelo governo Vargas (FAUSTO, 2012) e que se centralizava na expansão de direitos[158] e no controle estatal dos sindicatos.[159] Materializou-se, nesse contexto, uma tendência nacional de manobra pelo alto das reivindicações da classe trabalhadora. A política trabalhista na época encontrava-se fortemente alinhada à sua política militar (de caráter nacional e fundamentalista), aos moldes do regime fascista de Benito Mussolini, na Itália.[160] (COUTINHO, 2012).

Diante do respectivo contexto no qual, segundo Kooy (1986), verifica-se em Carambeí uma reorganização econômico-institucional da cooperativa que contribuíram para a afirmação liberal-burguesa do grupo de imigrantes holandeses na colônia, ressalta-se que tal programática estrutural local encontrava-se alinhada a uma tendência nacional de alavancar o desenvolvimento, em prol dos interesses particulares à classe burguesa dominante. (FERNANDES, 2005). Ianni (2004) ao retratar o respectivo período histórico, afirma que o Brasil encontrava-se num período de afirmação de uma subjetividade pequeno-burguesa, a qual se tornara predominante, nacionalmente, impedindo-o de tomar novos rumos políticos, para além do liberal-burguês.

---

[157] "Um dos aspectos mais coerentes do governo Vargas foi a política trabalhista. Entre 1930 e 1945, ela passou por várias fases, mas desde logo se apresentou como inovadora com relação ao período anterior. Teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo. No que diz respeito ao primeiro objetivo, a repressão se abateu sobre partidos e organizações de esquerda, especialmente o PCB, logo após 1930. Ela se tornou mesmo mais sistemática do que a existente na Primeira República. A situação de inquietação social contribuiu também para isso." (FAUSTO, 2012, p. 286).

[158] Constitui-se deste período a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico taylorista-fordista e a adoção de um paradigma de intervenção keynesiano no âmbito das políticas sociais. Destaca-se, como um dos frutos deste paradigma de atuação do Estado, frente à 'questão social' emergente no país, a implantação da legislação trabalhista brasileira.

[159] O governo Vargas representou uma política populista de frente trabalhista e militar. "O fortalecimento das Forças Armadas, especialmente do Exército, foi uma das características mais importante dos anos de 1930-1945. Ele se deu tanto em número de efetivos como em reequipamento e posições de prestígio." (FAUSTO, 2012, p. 305).

[160] Havia no Brasil, desde a década de 20 algumas organizações de cunho fascista. Dentre elas pode-se destacar a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado e outros intelectuais em São Paulo. O integralismo "[...] negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria constituído pelo chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais." (FAUSTO, 2012, p. 303, 304).

> A luta pelo saneamento das práticas eleitorais, pela adoção de uma legislação trabalhista sistemática e adequada à situação emergente, pela proteção da indústria nascente, pela reforma do sistema de ensino, pela revisão do organismo militar, pela reforma da administração pública, pela assistência a áreas empobrecidas não impunha, necessariamente uma revolução. Aliás, essas eram algumas das reivindicações apresentadas na plataforma eleitoral da Aliança Liberal. Muitas dessas conquistas poderiam ser alcançadas por vias pacíficas, pois que elas não eram senão uma realização da ideologia liberal dominante. (IANNI, 2004, p. 122).

Confirma-se em Fernandes (2005) que a condição pequeno-burguesa da sociedade civil brasileira, a qual foi apontada por Ianni (2004), determinou a manutenção da burguesia como classe dominante no Brasil e ainda em Nogueira (1998) e Coutinho (2012) que o ‘reformismo’ e as ‘conciliações pelo alto’ foram os mecanismos que deram dinâmica às revoluções passivas no Brasil. Tal situação confirmou-se por um equilíbrio entre as forças opositoras, o qual pendeu favoravelmente, no decorrer do processo histórico, à manutenção do sistema vigente, aos moldes das classes dominantes.

Há que se ressaltar que, no período do Estado Novo, sob a afirmação de movimentos de uma revolução passiva no Brasil, o desenvolvimento agroindustrial da colônia de Carambeí se deu por meio do avanço do preparo técnico em torno das necessidades da agroindústria. O desenvolvimento tecnológico da produção e a diversificação da produção na cooperativa tornaram-se o foco do processo de industrialização na respectiva colônia. Segundo Kooy (1986) a cooperativa passava a dominar a vida na colônia. “A sobrevivência dos colonos na maior parte dependia da Cooperativa.” (KOOY, 1986, p. 106).

Assim, os anos 40 foram de avanços, não somente na área econômica, como também nas demais áreas da vida na colônia. São registradas nessa década a criação de várias associações de caráter social, de organização juvenil, esportivas, culturais, etc. (KOOY, 1986), o que implica numa maior complexificação das relações sociais no contexto local. Conforme visto, apesar de o desenvolvimento agroindustrial da colônia centrar-se na economia cooperativista, outras áreas passam a se desenvolver, por meio da direção exercida pela igreja local, a qual se torna o aparelho privado de hegemonia, que paralelo à cooperativa, exerce a função de direção ideopolítica e cultural na colônia. Há que se destacar que a ampliação das organizações civis na colônia reforça o desenvolvimento liberal-burguês da região, sob o domínio e direção do grupo de imigrantes holandeses. Vão se desenhando, portanto, aos moldes do disposto em Gramsci (2012) as relações

econômicas, sociais e culturais que fazem parte da construção histórica da 'hegemonia' em Carambeí, a qual se verifica se consolidaria na direção da afirmação liberal-burguesa da sociedade civil local, tal e como se verifica a nível nacional no Brasil.

Depois do término do Estado Novo, mesmo com o renascimento da democracia, as instituições democráticas constituíam-se frágeis e instáveis. A predominância era ainda da política econômica. O país estava, declaradamente, subordinado à política econômica internacional e aos fluidos do mercado capitalista monopolista[161]. Cabe ressaltar que a busca de uma autonomia econômica e financeira da década de 30 fora uma "natimorta". (FAUSTO, 2012).

Embora houvesse o fortalecimento da Soberania Nacional, o Brasil estava, segundo Nogueira (1998), alijado a uma perspectiva de soberania restrita aos seus limites internos. No cenário internacional, o Brasil se constituíra uma nação frágil e dependente[162]. Conforme Fernandes (2005) é desta forma que ele classifica o desenvolvimento econômico nacional - como dependente das relações econômicas externas e das determinações dos países centrais. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passava também a depender das burguesias nacionais, para combater o avanço do socialismo no mundo e desenvolver o capitalismo nas periferias. (FERNANDES, 2005). Tratava-se de um momento histórico cujas determinações político-culturais impunham à realidade nacional uma precária inserção das elites no processo de luta econômico-política, do ponto de vista de uma afirmação ideológica liberal definida.

---

[161] O Brasil necessitava se consolidar industrialmente, sob o temor de retroceder no cenário mundial a uma economia agrária totalmente dependente do capitalismo central, conforme se tinha no início e no decorrer da República Velha, o que de forma agravada, significaria (em um contexto de expansão dos monopólios), se tornar, exclusivamente, um cenário de exploração do capitalismo monopolista, o qual vinha se desenvolvendo mundialmente. Não à toa, Vargas havia instaurado uma política '*antitrustes'* que depois da queda do Estado Novo, conforme Fausto (2012), o próprio presidente José Linhares, na sequência, acabou derrubando, o que recolocou definitivamente o país na esteira do capitalismo monopolista. Não obstante à derrubada da política *antitustres* de Vargas por José Linhares, uma vez que fora o próprio Vargas o protagonista deste processo durante o período da guerra, a entrada do país na fase do capitalismo monopolista o colocou numa posição de dependência econômico-política norte-americana. Vargas havia colocado o país numa posição de nítida dependência financeira e política dos EUA, ao declarar apoio ao mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, como subterfúgio à tomada de empréstimos daquele país pelo Brasil. Anos após uma guerra, a grande potência que se instituiu, consuma seu poderio sobre os aliados, em face da necessária afirmação no mundo ocidental, perante o bloco comunista soviético que saiu fortalecido depois da guerra. (COSTA, 2006). Afinal, este é o *mote* das alianças confirmadas para uma guerra. Aliás, é isto que define o conceito de 'grande potência' em Gramsci. Assim, o Brasil resulta dependente político e economicamente dos EUA após a Segunda Guerra Mundial.

[162] O imperialismo norte-americano, da fase do capitalismo monopolista, fez-se sentir de forma determinante sobre as economias periféricas. Ao findar da segunda guerra os EUA gozavam material e simbolicamente sobre o cenário mundial do *status de* 'grande potência' que lhe foi conferido ao findar o processo da segunda guerra mundial, mediante a sua vitória. Diante deste cenário verificou-se que no Brasil a política e a economia permaneceram flutuando sobre as implicações deste processo no cenário mundial.

Neste momento histórico nacional, registra-se a criação da Cooperativa Castrolanda (1951), localizada também no município de Castro, a qual aliada da Cooperativa Batavo de Carambeí, se transformou em um importante componente do projeto cooperativista agroindustrial holandês na região dos Campos Gerais, o qual deteve seu poderio econômico até os anos finais do século XX, no Paraná (CUNHA, 2011). Cabe ressaltar que a nova colônia é parte do projeto nacional de favorecimento de novas imigrações, as quais aumentaram devido ao contexto pós-guerra da Europa. Há que se ressaltar que a década de 1950 materializa uma tendência nacionalmente imposta pela política econômica brasileira – a de se desenvolver de forma dependente da dinâmica do capitalismo nos países centrais.

Disso posto, conforme visto em Fernandes (2005) com o interesse pelo desenvolvimento do capitalismo na periferia, a imigração tornava-se um atrativo para grupos europeus que não se encontravam em condições de se afirmar nos países de origem no contexto pós-guerra. Assim, diferentes grupos de imigrantes buscavam nas colônias dos países de economia dependente a oportunidade de se desenvolver economicamente. Neste sentido, o novo grupo de imigrantes holandeses que fundou a colônia Castrolanda, em conjunto com os holandeses de Carambeí, passou a fortalecer as relações econômicas cooperativistas na região e no Estado do Paraná, a partir da década de 50[163].

Registre-se que neste período o Brasil se introduzia na fase do capitalismo monopolista e, portanto, a industrialização, o avanço nas tecnologias e o reforço à modernização econômica, transformar-se-iam, nas próximas décadas, o imperativo da economia política brasileira, com especial reforço na primeira década da ditadura militar, a qual consolidou o país na perspectiva de uma ‘modernização conservadora’. (MOORE, 1975), ou no dizer aqui adotado, por entre uma nova revolução passiva experimentada historicamente no Brasil. Segundo Ribeiro e Ribeiro (2009, p. 70)

[163] De 1948 a 1950 registrou-se no Brasil, a entrada como primeiro estabelecimento no país um total de 1359 (um mil trezentos e cinquenta e nove) imigrantes holandeses. (BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.) Disponível em: http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1951/populacao_m_1951aeb_031_1_a_32.pdf. Acesso em: 27, jul., 2014).

> No decorrer da segunda metade do século XX, a inserção da economia brasileira no cenário internacional modificou os antigos papéis econômicos que havia no território brasileiro, com a modernização do seu parque industrial e agrícola. Houve uma descentralização e expansão das indústrias para outras áreas do país, onde o Paraná foi contemplado com o parque industrial na região metropolitana de Curitiba, e o interior, foi se especializando cada vez mais na agricultura modernizada.

Rumo à consolidação do processo de modernização de sua agricultura com a intensificação da industrialização da atividades agrícola, ressalta-se que com a junção de três entidades - a Cooperativa Batavo, a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLP) e a Cooperativa Agropecuária de Arapoti, formou-se a Cooperativa Central, rumo ao fortalecimento econômico do grupo de holandeses cooperados na região no período entre 1954 a 1961 (KOOY, 1986). Conforme Pereira (2011, p. 45) “Durante a década de 1950 a colônia aumentou sua população com a chegada de novos imigrantes holandeses. Carambeí se torna mais próspera a cada ano.”

Segundo dados da Cooperativa Batavo (2014), a junção entre as cooperativas ocorreu “Com o objetivo de organizar em maior escala a produção, a industrialização e o comércio de produtos como leite e derivados, o grupo mantém a marca Batavo como a sua identificação no mercado”. (CARAMBEÍ, Cooperativa Batavo, 2014).

Além do fortalecimento do cooperativismo na região, a década de 50 pode ser compreendida como um marco na agricultura dos Campos Gerais, devido à motomecanização. Esta levou alguns produtores a montar revendas de tratores e máquinas agrícolas, tornando o colono pioneiro em empresário. (WEIRICH NETO, 2011, p. 109). Neste período, da década de 50, há uma intensificação mecânica e tecnológica do processo produtivo na cooperativa Batavo em Carambeí, o que resultou no fortalecimento da economia agroindustrial local. (PEREIRA, 2011).

> No caso brasileiro é evidenciado principalmente pela introdução de novas técnicas, máquinas e insumos provenientes da indústria, originariamente de países considerados de tecnologia agrícola eficientes, cujos projetos tecnológicos servem como repasse, por vezes impositivos e traumáticos, para países menos desenvolvidos ou subdesenvolvidos, como se registra em trabalhos de estudos sobre a dolorosa modernização agrícola brasileira. A modernização objetivou inicialmente a produção agrícola para o mercado externo mas também leva ao entendimento de tratar-se de um modelo econômico aplicado para atender às pressões do setor industrial e à internalização do capital. (TEIXEIRA, 2002, p. 151).

Ressalta-se, nesse momento da década de 50, a importância das políticas de incentivo do governo brasileiro ao acesso a crédito para a aquisição de maquinário

agrícola necessário ao desenvolvimento do setor agropecuário, na perspectiva da sua introdução no ciclo econômico da produção em escala industrial. Kooy (1986, p. 153) confirma a incorporação da mecanização ao dispor que “Por intermédio do Governo Federal foram liberados tratores [...] em suaves prestações pelo preço de 110.000 cruzeiros e pagamento em quatro prestações anuais sem juros.”

Este processo fez parte de um contexto de modernização aplicado no Estado do Paraná. Segundo Teixeira (2002, p. 151)

> A modernização aplicada no Estado do Paraná é resultante do modelo brasileiro de modernização tecnológica recente e a sua inserção se dá na agricultura e por extensão na pecuária, por melhorias em suas bases técnico-científicas. As atividades agrárias paranaense vão atender à modernização consumindo novos produtos por ela impostos e, em troca, a modernização via agroindustrialização comercializa e/ou transforma comercialmente os produtos agrários por ela induzidos. Neste caso a modernização é uma representante do capital financeiro agroindústrial, ditando normas às atividades agrárias em todas as formas de atuação.

A década de 1950 configurou-se, portanto, para Carambeí, como um contexto de fortalecimento econômico do grupo de imigrantes que havia se expandido com a chegada dos novos colonos desde 1943, rumo à modernização de sua estrutura agrícola. Em 1951 houve uma maior complexificação na estrutura cooperativista na colônia, o que por consequência passou a compor o conjunto das organizações da sociedade civil que se formavam à época, na realidade local.

O setor de laticínios da cooperativa se transformou, então, na Cooperativa Central de Laticínios – CCLPL. Desde então, a Cooperativa Batavo centrou-se na esfera da produção agropecuária, “[...] buscando atender ao seu quadro social na comercialização, aquisição de insumos e assistência técnica, a fim de que o produtor pudesse centralizar sua atenção na produção.” (CARAMBEÍ, Cooperativa Agroindustrial Batavo, 2014). A preocupação com a produção sempre foi um dos aspectos de destaque da atuação da Cooperativa Batavo.

Segundo Kooy (1986) é na respectiva década de 1950 que um colono holandês deixou de registrar um terreno, com a intenção de dividir o mesmo em lotes para a construção de casas. Dessa iniciativa surgiu a Vila Nova Holanda. Assim, demarca-se a gênese de um novo espaço geopolítico em Carambeí, que para além do desenvolvimento agroindustrial da colônia, contribuiu para os rumos do processo de urbanização do espaço local até o final do século XX, quando se intensifica a urbanização sob um modelo reformista de viés modernizador-

conservantista, refratário do historicamente construído no Brasil. Trata-se de um dos elementos históricos importantes para a sua municipalização na década de 1990.

Ainda nesta década de 1950, além do fortalecimento do cooperativismo e da nova colonização holandesa em Castro (formando a colônia de Castrolanda), (KOOY, 1986) a igreja evangélica reformada (enquanto outro aspecto do tripé de sustentação do grupo holandês em Carambeí) também sofreu avanços. Conforme Pereira (2011, p. 45) "A igreja consolida cada vez mais sua posição na comunidade."[164]

Pode-se dizer que a ética protestante e o espírito do capitalismo, aos moldes weberianos[165], encontra fulcro na direção/dominação estabelecida pelos holandeses em Carambeí, compondo o *ethos* da colonização neerlandesa no espaço local, ou seja, o modo de ser capitalista do imigrante holandês na região, o qual se pautou na ética protestante, derivada da origem calvinista do povo holandês. Reforça-se, neste sentido, a importância da Igreja, como aparelho privado de hegemonia, determinante para a manutenção da coesão do grupo dominante da sociedade civil carambeiense.

Retornando-se à análise da conjuntura nacional em sua introdução no cenário capitalista industrial, pode-se afirmar, aos moldes gramscianos, que desde a proclamação da república até o golpe militar em 1964, (nos blocos históricos que se sucederam), se praticou no Brasil uma 'pequena política', voltada à consolidação do projeto de industrialização, imposto pelos grupos burgueses dominantes. Da mesma forma, pode-se verificar que na realidade de Carambeí o desenvolvimento industrial se concretizou pela via do crescimento dos investimentos cooperativistas locais, através dos quais a na Cooperativa Central de Laticínios – CCLPL é o resultado mais profícuo na região, rumo à sua introdução no cenário urbano-industrial.

Os projetos de favorecimento das imigrações fizeram parte deste modelo de desenvolvimento pautado nas tentativas pelo alto de industrializar o país. A ausência da definição de projetos societários estruturais e a consolidação do reformismo como modo de agir político nacional, obteve especial rebatimento na plena

---

[164] A fé reformada permeia todos os aspectos da vida da comunidade imigrante holandesa em Carambeí, em maior ou menor grau, mas sempre presente no cotidiano das pessoas, das famílias e da sociedade. As práticas devocionais domésticas, privadas, se complementam com práticas devocionais públicas, como, por exemplo, o hábito, recentemente reintroduzido, de se abrir as reuniões de diretoria da Cooperativa com oração. Os espaços e formas de convivência revelam de maneira classe a influência da fé reformada na conduta, no trajar, na linguagem e na atitude diante da vida e do trabalho dos membros da comunidade imigrante em Carambeí. (PEREIRA, 2011, p. 55).

[165] "Os postulados da doutrina social de Calvino, que fundamentam a prática social reformada, se manifestaram com o surgimento e o fortalecimento da Cooperativa, e com a ação social da comunidade de fé expressa na igreja." (PEREIRA, 2011, p. 45).

expansão dos grupos de estrangeiros que vislumbravam no Brasil, uma oportunidade de expansão dos negócios na estrutura capitalistas brasileira, o que veio a se consolidar ao longo da primeira metade do século XX em Carambeí. Conforme dispõe Fernandes (2005, p. 243)

> A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara; mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite. [...] A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política).

Em Carambeí, tal projeto se manifestou favorável ao desenvolvimento agrário-industrial da região, aos moldes propostos pelos grupos holandeses, que em conjunturas de abertura do país para a imigração europeia, associada a projetos econômicos liberalizantes, soube se apropriar das oportunidades que se inscreveram em face da consolidação do país, na ordem do capitalismo mundial, de modo a se afirmar como elite dominante na região, conquistando historicamente uma condição estável econômico e politicamente.

O padrão de modernização adotado pelo país não estava pautado em uma mudança estrutural, conquanto em processos de mudanças graduais que permitissem a ascensão econômica e política de determinados grupos, em detrimento de outros. Desta forma, os processos burgueses revolucionários ocorridos no Brasil ocuparam-se das questões políticas, sociais e econômicas de interesses de um grupo fechado, não se universalizando para o conjunto da sociedade. (FERNANDES, 2005). Decorre disso o fato de, no Brasil, a burguesia ser revolucionária naquilo que é de seu interesse particular e ao se relacionar com interesses antagônicos aos seus, conforme Fernandes (2005, p. 242), se constituir "[...] predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico [...]."

Neste contexto, a sociedade civil carambeiense se organizou em torno do ramo agrário-industrial, associado ao cooperativismo, como filosofia norteadora da organização dos grupos holandeses. No âmago desse processo, os respectivos grupos de imigrantes holandeses se consolidaram como dominantes no âmbito da estrutura econômica local e dirigentes na superestrutura. Organizou-se, assim,

hegemonicamente, sob um conjunto de manobras ideológicas executadas pelo alto. Disso posto, verifica-se que o movimento da sociedade civil carambeiense convergiu, ao longo do século XX, para o histórico modelo conciliativo pelo alto, tal como executado a nível nacional no Brasil, modelo este que contribuiu para a alavancada do país de uma condição agrária para a sua introdução na fase do capitalismo industrial e monopolista.

Este processo, se deu com fulcro na perspectiva do capitalismo industrial de base monopolista, durante o governo de Juscelino Kubistchek (PSD)[166], que levou a cabo seu 'Plano de Metas'. Este se efetivou no país, sob o financiamento de divisas estrangeiras, o que endossa a precária autonomia econômica brasileira[167]. É no contexto do plano de metas[168], entre os anos 1954-1961, do qual a formação de uma indústria de base era um dos objetivos do respectivo plano (FAUSTO, 2012) que se dá a chegada de mais um grupo de holandeses na região dos campos gerais, os quais viam no país, a oportunidade de expandir os negócios cooperativistas, consolidando a união entre três cooperativas do Paraná: a Cooperativa Batavo, a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLP) e a Cooperativa Agropecuária de Arapoti.[169]

Cabe destacar que a consolidação econômica dos grupos holandeses na sociedade civil carambeiense se faz determinado pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro, à época. Sendo assim, nota-se a articulação entre a economia e a política, de modo demarcar no histórico das relações entre a sociedade civil e a sociedade política brasileira, a existência de movimentos estratégicos rumo à consolidação do projeto capitalista no país.

Como resultado desse modelo de desenvolvimento do projeto capitalista, há no Brasil, o reforço das desigualdades materiais. Na tradução de Ianni (2004, p. 71):

---

[166] Dentre os vários governos democráticos que sucederam o Estado Novo no Brasil, é neste que se verifica uma maior propositura no sentido de desenvolver as bases nacionais, rumo à consolidação do processo de industrialização e ao crescimento econômico brasileiro.

[167] O Brasil [...] necessitava se consolidar industrialmente, sob o temor de retroceder no cenário mundial, a uma economia agrária totalmente dependente do capitalismo central (...) o que de forma agravada, significaria, em um contexto de expansão dos monopólios, se tornar, exclusivamente, um cenário de exploração do capitalismo monopolista, que vinha se desenvolvendo mundialmente. (COSTA, 2006).

[168] O Plano de Metas de Juscelino, "[...] abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de metassíntese." (FAUSTO, 2012, p. 363).

[169] "O trio opera como Cooperativa Central. Com o objetivo de organizar em maior escala a produção, a industrialização e o comércio de produtos como leite e derivados, o grupo mantém a marca Batavo como a sua identificação no mercado." (CARAMBEÍ, Cooperativa Batavo, dados históricos, 2014).

> De um lado, os subsistemas que representam regressões, estagnação e isolamento relativo. São esferas da 'civilização cabocla', de subsistência, de tipo comunitário. E, de outro, estão os subsistemas gerados pelas relações de trocas mercantis, em que o excedente econômico é apropriado pelos núcleos dominantes, internos ou externos. Seriam, portanto, tipos diversos de desigualdades, implicando modos diferentes de desarticulação. Umas são economias de subsistência, de baixíssimo nível técnico; outras são economias mercantilizadas, cujas relações 'externas' produzem a estagnação ou regressão do seu nível de renda.

As condições de vida da população brasileira continuavam sob o jugo das estruturas econômicas tradicionais, embora o país tivesse avançado rumo à industrialização e à capitalização das relações na cidade e no campo[170] e a classe burguesa não possuía grupos de pressão nitidamente sectarizados, de modo que se mesclava ao Estado, se confundindo com este e, ao mesmo tempo, atribuindo-lhe uma face privatista pouco definida. (NOGUEIRA, 1998).

> Em linhas gerais, esse diagnóstico partia da constatação que, desde o final dos anos 50, o Brasil mergulhara num ciclo de profundas transformações estruturais, que alterava o perfil de sua economia, de sua sociedade e de sua cultura. Dentre, outras coisas, convivia-se com um novo padrão de demanda societal por bens e serviços públicos, que passaria a desafiar cada vez mais o Estado. (NOGUEIRA, 1998, p. 103).

Verifica-se, portanto, que ainda sob um cenário capitalista e nos limites de uma democracia liberal, havia no Brasil, dessa época uma ampliação do cenário democrático social. Novas demandas sociais eram contempladas pelo governo. Ou seja, novas respostas às expressões da 'questão social' eram incorporadas politicamente e governamentalmente no Brasil. Em Carambeí, à época, não existiam ações institucionalizadas de caráter assistencial. Os serviços eram centralizados na cidade Castro, município do qual a colônia de Carambeí fazia parte, como distrito.

Se do lado econômico, havia a consolidação no país, desta nova fase do capitalismo, incubado desde a década de 1930, segundo Fernandes (2005), por outro lado, construíam-se as bases de uma crise política que desembocou numa crise de hegemonia, a qual passou a acontecer no desenrolar da respectiva década

[170] Enfatiza-se, neste caso, a questão agrária, que permaneceu alijada nos limites da organização latifundiária. Não houve uma política de reforma fundiária no país, o que implicou num desenvolvimento agrícola, de base mercantil, com a implantação de empresas agrícolas, de um lado, e de outro a permanência de uma sociedade rural tradicional e arcaica que não se introduziu no ciclo do capital, permanecendo nos certames de um sistema de subsistência. Cresce nesse período de industrialização, os trabalhadores assalariados rurais, posto que o latifúndio incorporou-se na lógica mercantil, junto à perspectiva de modernização conservadora, intrínseca ao desenvolvimentismo brasileiro.

(NOGUEIRA, 1998) e veio a se consolidar no período do governo de João Goulart[171], o qual se constituiu, nacionalmente, como um momento histórico importante para a democracia brasileira. Do âmago deste bloco histórico de consolidação da classe burguesa brasileira, em face da sua incorporação nas relações econômicas inerentes à fase do capitalismo monopolista emergiu, aos moldes de Nogueira (1998), um período de 'renovação' no âmbito dos movimentos das revoluções passivas no Brasil, na medida em que tal contexto econômico balizou a efervescência das lutas pela democratização nacional. Segundo Nogueira (1998, p. 102)

> Armou-se nessa época um diagnóstico da crise que, além de submeter à crítica as opções de política econômica e social do regime autoritário, iria retomar a investigação sistemática da especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, acabando assim por balizar toda a fase posterior da vida política nacional, centrada pela luta pela democratização do País.

Tal realidade, em boa medida, tornou-se determinante para a tomada de posição autoritária por parte dos setores mais fundamentalistas[172], da classe dominante. Conforme seus próprios estatutos ideológicos, diante de um contexto de crise de hegemonia há sempre um deslocamento na base histórica do Estado, que tende a favorecer novas correlações de força. Neste caso, apoiando os grupos mais afastados à direita, por meio da sobreposição da sua natureza coercitiva, em detrimento da formadora de consenso. Nesta condição, Buci-Glucksmann (1986) dispõe que os grupos mais fundamentalistas são levados aos contornos de estratégias de reforço e sobreposição do Estado-força, 'gendarme', diante da sociedade civil, haja vista o temor do desiquilíbrio de suas bases no bloco de poder.

---

[171] Sua sinalização a reformas de base; o estabelecimento de limites na remessa de lucros para o exterior e a nacionalização das empresas estrangeiras (COSTA, 2006), bem como a aproximação do Brasil ao bloco socialista, tornaram o governo de Goulart, um momento particular na esteira do desenvolvimento democrático nacional e de sua economia. Cuba havia sido transitada por uma Revolução. Segundo Löwy (2009) a revolução cubana agitou as relações entre EUA e a União Soviética na época. Há, portanto, uma efervescência do bloco comunista nesse período mundialmente, o que levou ao acirramento de suas correlações de forças com o bloco capitalista surtir efeitos em todo o mundo. No Brasil, em tais circunstâncias, Goulart, mesmo com o 'Plano Trienal' elaborado por Celso Furtado e instituído em seu governo, não fora capaz de se manter no poder. A tendência econômica do referido plano era de fortalecer a economia interna, distribuir rendas e inclusive proponha a reforma agrária no país. (FAUSTO, 2012).

[172] A instabilidade à hegemonia liberal-burguesa, própria da década de 50, levou os setores dominantes membros da burguesia nacional a se distanciar cada vez mais do governo e mesmo os militares a se destacarem enquanto instituição detentora de seu próprio poder, em face do governo – do executivo propriamente dito. Nesse período encontra-se na história nacional um fortalecimento do Estado gendarme, em face da ampliação de ações de base reformista por parte da sociedade política instituída, que no momento histórico nacional, favorecia a outros segmentos da sociedade civil brasileira, historicamente, alijados de uma atuação mais radical por parte do Estado. (FAUSTO, 2012).

No Brasil, aliás, confirma-se que este fora o temor dos militares protagonizar o Golpe em 1964.

A afirmação dos militares, nesse processo, que se deu pela via do fortalecimento do Estado-força, em face dos avanços democráticos conquistados pela sociedade brasileira no respectivo período, configurou-se, portanto, como uma tentativa de restaurar a ordem burguesa, aos moldes estritamente liberais, em face das reformas graduais que o bloco progressista democrático havia efetivado no país. (NOGUEIRA, 1998), (COUTINHO, 2012).

Segundo Nogueira (2002), no bloco histórico ditatorial a sociedade civil brasileira foi relegada a uma condição de extrema vulnerabilidade. A repressão política estatal e o uso da 'violência' foram as formas de contenção dos conflitos internos[173]. Não obstante, ainda que num contexto ditatorial, forjaram-se na sociedade civil brasileira, movimentos de resistência à ordem burguesa, em sua face militarizada. Grupos de vanguarda se formaram no país em oposição ao regime militar e organizaram novas articulações ideológicas e políticas. (NOGUEIRA, 2002). Em aliança contra o regime, diferentes setores da sociedade civil viriam a contestá-lo, em movimento pela retomada da democracia no país.

Em contrapartida, fazia-se necessário à ditadura militar conter a manifestação da 'questão social', incorporando parte do conjunto de reivindicações da classe trabalhadora[174]. Doutro modo, não seria possível manter a ordem. Diante das consequências sociais deflagradas por entre as tensões de classe, prenhes de conotações estruturais, os grupos oprimidos poderiam vislumbrar e construir possibilidades emancipatórias de intervenção, em face da repressão estatal.

"Malgrado se apresente, nas palavras de Gramsci, como uma 'ditadura sem hegemonia' [...] o Estado protagonista de uma revolução passiva não pode

[173] A repressão, fora a força motriz de toda a política de relação do Estado com a sociedade civil, em todo o referido período. A ditadura "[...] prendeu, espancou e torturou a torto e a direito, disseminou ódio e pavor, abusou do arbítrio e da repressão. Seus prós foram indignos e repulsivos. Milhares sofreram barbaridades em suas mãos, tiveram vidas destroçadas, morreram trucidados e violentados. Mas a ditadura nunca chegou a ser propriamente reacionária, no sentido específico de que nunca freou nem bloqueou o desenvolvimento capitalista do país e a modernização da sociedade." (NOGUEIRA, 2002, p. 17).

[174] No Brasil, portanto, a 'questão social' fora tratada historicamente nos limites da institucionalidade burguesa. O Estado brasileiro, mantém ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo no país, uma posição de tutela da 'questão social', o que no período da ditatura militar, se particularizou, aprofundando-se a referida matiz de intervenção. Conforme Netto (2011) este tipo de entendimento e intervenção sobre a 'questão social', retira o foco das questões estruturais e permite particularizar as contradições societárias, ao nível moral dos sujeitos, retirando, portanto, toda e qualquer perspectiva política e social de interpretação da realidade. Portanto, embora na ditadura militar o padrão de intervenção sobre o 'social' tenha se ampliado, este foi o rumo tomado pela institucionalidade pública estatal – o rumo da moralização da 'questão social'. Por traz deste paradigma, encontra-se velada uma clara intenção classista - a de incorporar a 'questão social' ao padrão estatal de intervenção, de modo instrumental à lógica dominante e esvaziada de conteúdo político contra hegemônico.

prescindir de um mínimo de consenso." (COUTINHO, 2008, p. 104). Assim, constata-se que para manobrar as reivindicações que vinham 'de baixo' (articulado à sua restrição ao Estado-força), o Estado brasileiro reatualizou, nesse contexto, a estratégia de incorporação de parte das demandas das classes subalternas no conjunto de sua reação restaurativa, tal como no período da ditadura Vargas.

2.2.2 A formação das 'vilas' e o processo de expansão econômica e socioterritorial de Carambeí.

Nas revoluções passivas brasileiras, doravante, o modelo reformista é utilizado pelos governos como forma de atingir maior estabilização da burguesia no Estado. Sob este modelo de intervenção, levado a cabo no Brasil durante a ditadura militar, o transformismo se constituiu uma estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico nacional. (COUTINHO, 2012).

As intervenções governamentais, sob esta estratégia, definem como foco de atenção aquela parcela da população inserida formalmente no mercado de trabalho. Inscritas no conjunto de ações restaurativas da ordem burguesa, a ampliação seletiva dos programas sociais se configurou como uma das características do período ditatorial no Brasil, (MOTA, 2005). Nesta lógica de atuação, deixa-se à revelia dos serviços públicos aquela parcela da população excluída do mercado, confirmando-se, historicamente, a participação da sociedade civil na execução de serviços filantrópicos compensatórios às políticas governamentais.

Rumo à industrialização nacional, o contexto da ditadura militar se deu por entre processos de modernização econômica, os quais contribuíram, decisivamente, para a formação urbano-industrial nacional. Doravante, em Carambeí, como reflexo deste movimento deu-se a formação das 'vilas' no entorno da colônia, as quais passaram a fazer parte do cenário urbano que tomava conta do ambiente colonial da região[175].

A expansão territorial passou a se configurar em Carambeí, não apenas como extensão da colônia holandesa em seus aspectos agrários, mas, sobretudo, em

[175] "O centro da Colônia ganhou mais o aspecto de uma pequena cidade quando, em 1974, foram asfaltados pelo Governo do Estado, 3.600 metros da Avenida dos Pioneiros. No início dos anos oitenta, este trecho foi aumentado com mais 4 quilômetros, cujas despesas foram pagas pelo município, a Cooperativa e os proprietários das terras limítrofes a este trecho. [...] Igualmente aos outros assuntos na Colônia, vemos que a manutenção das estradas teve seu desenvolvimento, e foi cada vez se adaptando às necessidades, que poderíamos dizer, acompanhou o crescimento geral da Colônia." (KOOY, 1986, p. 271).

direção à estruturação de características urbano-industriais. Esta nova configuração socioterritorial que emergia em torno da colônia se constituía uma preocupação do grupo de imigrantes holandeses de Carambeí, sobretudo, porque temiam pelo surgimento de favelas nas recentes vilas em formação. (KOOY, 1986).

Em detrimento de tal preocupação, o espaço geográfico local passa, então a se complexificar, com o surgimento de diversas 'vilas'[176], denominadas por Kooy (1986) de 'bairros brasileiros'. Em tais 'vilas' passaram, então, a residir, não somente cooperados e funcionários do alto escalão da cooperativa, mas, sobretudo, o operariado das fábricas a ela pertencentes. Em 1971, como uma medida para evitar construções com aspectos de favela, conforme Kooy (1986), a cooperativa iniciou a construção de casas para os seus melhores funcionários, as quais se situaram, sobretudo, na vila Nova Holanda. Esta vila foi, segundo o autor, a que melhor se estruturou em Carambeí, tendo em vista o recebimento de melhor atenção da cooperativa na sua formação. Nesta, segundo Kooy (1986) se registrara, à época, a construção de casas novas com tamanho e proporções que evidenciavam o crescimento econômico da colônia.

Na contramão desta direção, diferente da 'Vila Nova Holanda' que foi construída sob a tutela da cooperativa holandesa, constituiu-se a 'Vila Boqueirão'. Esta, por sua vez, formou-se como um território que historicamente acomodou a maioria das pessoas que não eram funcionários da cooperativa e não possuíam trabalho fixo. As primeiras casas nesta vila eram muito simples, ressaltando-se a precarização da infraestrutura local. (KOOY, 1986).

Neste período, com o crescimento das chamadas 'vilas' de 'brasileiros' (KOOY, 1986) começou a se estruturar em Carambeí outros setores da economia local, além do fortalecimento do setor cooperativista agroindustrial e da diversificação do setor empresarial, passa a se estruturar ainda o setor de serviços e o comércio[177]. (KOOY, 1986). Verifica-se, então, um movimento de expansão

[176] São elas: Vila Nova Holanda, Vila da AFCB – Associação dos Funcionários da Cooperativa Batavo, Vila Boqueirão, Vila Cristina, Vila Banana, Jardim Brasília, Vila Vriesman, e na década de 1990, mais especificamente em 1994, surgiram os Jardins Eldorado, Bela Vista I, II, III e Novo Horizonte. (BRASIL, IBGE, Cidades, 2014).

[177] O setor de transporte de cargas começa a se organizar em torno da prestação de serviços à cooperativa durante a década de 70. Registram-se as primeiras empresas deste ramo (transportadoras ARDO e Moers), à época, além de prestadores de serviços autônomos. Outras empresas que passaram a se desenvolver, de forma autônoma dos negócios da cooperativa foram: a Granja Econômica da família Dijkinga; a empresa Purina que trabalhava com a fabricação de rações; a empresa Drenmag, que trabalhava na prestação de serviços de drenagem e escavações, etc.; firmas de construção civil; surgimento de pequenos comerciantes, central de lojas, lanchonetes, posto de combustível, restaurantes, supermercado, etc. (KOOY, 1986).

socioterritorial em que os diferentes estratos sociais passam a ocupar o território carambeiense, (formando seus diferentes espaços urbano-industriais); o que concorre para evidenciar, historicamente, em Carambeí dois grandes delineadores de sua geopolítica.

Em 1978, o poder público castrense instituiu em Carambeí uma subprefeitura. Esta, segundo Chaves, Ditzel e Silva (2010) proporcionou a diminuição gradual da ação direta da Cooperativa junto das questões sociais na região. A cooperativa passou, então, atuar em articulação com a subprefeitura. Há, portanto, a gênese de uma articulação local interinstitucional, entre a cooperativa e a subprefeitura. Sendo, ela uma conquista dos representantes políticos de Carambeí na câmara de vereadores de Castro. A subprefeitura passa a atuar, no então distrito, desde a década de 1970, em cooperação com os interesses políticos da região.

Há que se ressaltar, portanto, o avanço superestrutural da região de Carambeí à época da ditadura militar no Brasil, o que ocorreu de forma articulada entre o poder público e os agentes políticos vinculados ao grupo econômico dominante na região.

> O papel do Governo Federal, com seu projeto financeiro de crédito rural, nas décadas de 1960 e de 1970, foi importante ao intervir na regulação do processo capitalista na agricultura, modificando e criando um novo modelo agrícola brasileiro [...]. Esses foram anos que marcaram também o desenvolvimento agrário, urbano e industrial no Brasil. (TEIXEIRA, 2002, p. 154, 155).

Segundo Kooy (1986) o período de 1970[178] a 1985 foi considerado o período de ouro da colônia de Carambeí[179]. “O auge da modernização no Estado do Paraná ocorreu nos anos de 1970.” (TEIXEIRA, 2002, p. 155, 156). Entretanto, ressalta-se, também, que sob a direção política reformista proposta pela ditadura militar no Brasil, não se conseguiu assegurar, por muito tempo, o mínimo de consenso necessário à sua manutenção no país.

Entretanto, nos anos em que a ditadura militar se manteve forte no Estado brasileiro, registrou-se em Carambeí um período de boas relações entre a

[178] Os anos de 1970 foram férteis para a expansão do setor cooperativista brasileiro. Em 1975, no Estado do Paraná constavam como autorizadas pelo Incra a funcionar 311 cooperativas, a quarta maior cota entre os estados brasileiros, divididas entre as 75 de consumo, 133 escolares, 98 de produção (agropecuárias), 20 de eletrificação rural e 9 de serviços. (TEIXEIRA, 2002, p. 200).

[179] “Assim, no Estado do Paraná, com algumas mudanças, priorizou-se a industrialização, acentuando-se a agroindustrialização, principalmente entre as cooperativas agrícolas, e estimulou-se o aparecimento de novas formas de produção agrícola, subordinando a agricultura à indústria. Todas estas mudanças na agricultura, ocorridas diretamente nos anos 1970, geraram novas formas de produção e redefiniram as relações de trabalho no campo.” (TEIXEIRA, 2002, p. 200).

cooperativa holandesa e o governo brasileiro. Segundo o representante do grupo holandês entrevistado pela pesquisadora, na condição de liderança da APHC, o período da ditadura militar foi “[...] uma época áurea da cooperativa.” Desta consideração, seguiu afirmando:

> [...] nós estávamos acostumados, eu me lembro, muito bem ao sistema militar no Brasil, que era uma ditadura e nós estávamos bem por que eles nos viam como um grupo sério, que não procurava subterfúgios. Se nós chegamos em Curitiba e disséssemos que tínhamos os nossos cálculos, e chegássemos lá: ‘- O preço de leite tem que ser no mínimo esse aqui para o produtor, se não ele vai . . .(fazendo referência a prejuízos econômicos). Por que eles sabiam que tinha seriedade. (APHC, 2014, parêntese nosso).

Com a respectiva consideração, feita pelo representante do grupo holandês entrevistado, pode-se verificar a existência de uma relação de anuência por parte do governo brasileiro aos interesses econômicos do respectivo grupo economicamente dominante em Carambeí, à época. Confirma-se, neste caso em particular, que nas relações econômicas locais em Carambeí, aos moldes do disposto em Marx (2002), o Estado brasileiro comportou-se durante a ditadura militar no país como “o comitê executivo dos negócios da burguesia”. Com tal comportamento, o governo brasileiro ditatorial contribuiu decisivamente para a supremacia dos interesses do grupo cooperativista holandês no conjunto da estrutura econômica em Carambeí, durante o período ditatorial, conforme se verifica no depoimento abaixo.

> Então, nós tínhamos toda a cadeia de produção da pecuária de leite aqui na mão, o que nunca aconteceu em nenhum país. Digamos, dentro da porteira da fazenda, até a sua mesa. Nós tínhamos tudo na mão. A produção, a matéria prima, o beneficiamento, a industrialização, a venda e o supermercado. (APHC, 2014).

Conforme o exposto no depoimento acima, no contexto da ditadura militar os interesses econômicos do grupo holandês encontrava efetiva proteção por parte do grupo que ocupava o bloco de poder estatal. Sob este modo de agir econômico interessado, definitivamente partidário dos interesses particularistas das elites burguesas dominantes, confirma-se na realidade carambeiense, a interferência do Estado nos rumos da economia local. Assim, pode-se afirmar que em tais conjunturas, intermediados pelo Estado, sob uma programática reformista, os interesses particularistas dos grupos mais afastados à direita, prevalecem sobre a universalidade dos interesses gerais do capital.

Somente com as pressões ‘vindas de baixo’, foi possível ocorrer no país uma ‘crise de hegemonia’[180] durante o período da ditadura militar. Conforme Nogueira (1998), o bloco de poder militar foi colocado em cheque pelos movimentos ‘vindos de baixo’ que emergiram da sociedade civil brasileira, no decorrer da década 1970, perdendo legitimidade no respectivo bloco histórico. No lugar dele instituiu-se no país o bloco histórico democrático, como consequência da evolução do contexto de crise orgânica[181], que se consolidou no decorrer da década de 80.

Segundo Gramsci (2012), em épocas de crise, a população não possui a mesma capacidade da classe dominante em se orientar rapidamente e se reorganizar com o mesmo ritmo. Assim, ao se analisar a crise instituída no Brasil no contexto ditatorial, verifica-se na sociedade brasileira a necessidade de que novos projetos fossem colocados no palco da história nacional, em meio aos quais, novas articulações políticas careciam ser flanqueadas. Isto não seria uma tarefa fácil para a sociedade brasileira, em seu conjunto, pois na esteira das reformas superestruturais abrir-se-ia, na década de 1990 um período de novas articulações econômicas no país.

Do momento de renovação democrática brasileira pode-se constatar o vigor e a habilidade da burguesia nacional em resolver os conflitos de classe ‘pelo alto’, sem demandar mudanças na base estrutural, constatados em comunhão com o disposto em Nogueira (1998) ao afirmar que o reformismo é uma característica histórica da política brasileira.

Segundo Costa (2006, p. 143) “A questão de uma democracia com segurança figurava como ponto de referência para construção de um pacto social e de um projeto nacional, dentro da ‘ordem’”. Na nova institucionalidade democrática, o desenvolvimento das relações capitalistas seguiria seu rumo no país. A Constituição Federal de 1988 viria a ser, portanto, o momento restaurativo de ordem burguesa nacional.

---

[180] No dizer de Gramsci (2012, p. 61) “O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.”

[181] “[...] em suma, a crise orgânica é uma crise geral (econômica, política, moral) que pode se apresentar inicialmente como crise de direção, mas tem raízes profundas na formação econômica social.” (SCHLESENER, 2001, p. 22).

Do contexto histórico da redemocratização do país, o ‘novo’ – a perspectiva democrática – passou a compor o ‘velho’ – o Estado ditatorial – e o ‘velho’ não pôde mais se conservar como se nada nele tivesse mudado. Houve assim, conforme o estatuto teórico gramsciano, a transposição da tese em sua síntese, historicamente, determinada por um processo de revolução-restauração - o qual guarda elementos de sua antítese, no momento restaurador. (GRAMSCI, 2012).

A renovação política democrática do final da década de 1980 se viu contraposta pela ‘contrarreforma’ neoliberal (BEHRING, 2003), restaurando as relações capitalistas brasileiras em direção à reprodução ampliada do capital no país. Imposta ao Brasil, após 1988, como uma nítida repercussão dos organismos internacionais, a contrarreforma neoliberal impôs seus ditames às economias periféricas que, débeis economicamente, viram suas economias sequestradas pelas imposições do neoliberalismo.

É possível perceber Carambeí, os impactos das orientações/condições econômico-políticas impostas pelas políticas neoliberais aos países periféricos. Segundo Cunha (2011) os ajustes econômicos impostos pelo modelo neoliberal ao Brasil resultaram na venda de 51% dos ativos da cooperativa Central de Laticínios do Paraná (formada pelas Cooperativas Batavo, Castrolanda e Arapoti) para a empresa Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos. Nesta transação financeira houve a criação da Indústria de Alimentos Batávia S.A, em 1997.[182] Os novos direcionamentos do mercado em Carambeí se inscrevem, portanto, como resultantes das novas orientações da economia mundial no contexto da reestruturação produtiva, da qual a abertura de capital de empresas nacionais e a capitalização do setor cooperativista constituem-se um imperativo em face da necessária inserção do país na nova ordem mundial do capitalismo – a do capitalismo financeiro.

A rentabilidade do capital internacional pautou na esteira da década de 80 o aprofundamento do movimento restaurativo brasileiro que culminou com a transição do período ditatorial para o democrático. As imposições do Consenso de Washington tornaram-se as referências do governo federal para a realização das novas reformas do Estado e da Economia brasileira. (COSTA, 2006). Sob tais determinações estruturais, em Carambeí o grupo holandês vinha se beneficiando de uma aliança econômica, ‘executada pelo alto’ com o bloco de poder militar, conforme

[182] Primeiro ano de gestão municipal, após o processo emancipatório que iniciou oficialmente em 1995 com o plebiscito.

visto no depoimento do sujeito entrevistado. Tal aliança que protegia os interesses do respectivo grupo, em face do conjunto das relações econômicas nacionais, rompeu-se com o término do período ditatorial. Assim, o grupo holandês viu-se desprovido, na conjuntura seguinte, das respectivas garantias econômico-políticas conquistadas no período político anterior.

Sobre o respectivo contexto econômico de abertura do capital nacional, verifica-se no depoimento abaixo, o momento paradoxal que o mesmo significou para o grupo holandês em Carambeí, à época.

> Aí depois com o Collor, que abriu tudo. Acho que foi bom, foi um período difícil, claro. Por que de repente, tudo mudou [...]. Mas isso fez com que não só as cooperativas, mas as outras empresas tiveram que se ajustar ao mercado internacional, aos preços internacionais. Nós estávamos de certa forma, acomodados. E talvez o único mérito do Collor foi isso aí: Ele abriu as porteiras pra todo o Brasil, das empresas e elas tiveram que se moldar. E o Brasil mostrou uma capacidade fora de série neste sentido. Acho que foi muito bom mesmo e se percebeu também que o povo brasileiro, foi muito bom. Conseguiu também. Todo mundo duvidava. Estava acostumado a mamar na teta do governo e de repente tiveram que se ajustar. Infelizmente pra sempre. As empresas, a iniciativa privada, estão bem, mas os governos não conseguiram fazer a mesma coisa. Até hoje. (APHC, 2014).

No depoimento desse sujeito da pesquisa confirma-se o impacto das mudanças na política econômica nacional para a economia local. Destaca-se a menção feita no depoimento sobre o impacto da perda da tutela econômica exercida pelo governo ditatorial e o necessário ajustamento das empresas à nova realidade econômica. Se por um lado, confirma-se o reconhecimento positivo da programática de mudanças estruturais, por outro, revela-se um sinal de descontentamento do sujeito entrevistado, representante do grupo econômico dominante, ao retratar a perda da tutela do Estado para determinar politicamente os parâmetros econômicos nacionais, ao abrir a sua economia para os investimentos do capital internacional.

Conforme Cunha (2011) em Carambeí, a nova conjuntura econômica nacional de base neoliberal resultou em mudanças importantes na estrutura produtiva local. Com a abertura do capital da Cooperativa Central de Laticínicos do Paraná em 1997, abriu-se um processo de novas transações econômicas, o qual evoluiu durante aproximadamente 10 (dez) anos. Referindo-se a esse processo o autor comenta:

> Hoje, a estrutura industrial e a marca Batavo pertencem a BRF Brasil Foods, empresa que reúne outros dois gigantes: Sadia e Perdigão. Esta última empresa começou a adquirir da Parmalat o patrimônio que antes pertencia a Batavo. Esse processo só se completou em 2007. (CUNHA, 2011, p. 138).

Arretche (2000) considera que o contexto da década de 1990 foi de restruturação da natureza institucional e financeira do Estado brasileiro; o que se deu em íntima relação com a lógica de reestruturação produtiva iniciada com as políticas neoliberais, a qual foi materializada, tanto nacionalmente, como particularmente em Carambeí, e obteve impacto no setor cooperativista nacional.

> Em 1984, com exceção das de crédito e de serviço, as cooperativas diminuíram em número de participação funcional. Os setores cooperativistas que mais diminuíram foram, por ordem, o de consumo, em 84% (menos 63 cooperativas); o de produção, em 36% (menos 36 cooperativas agropecuárias); o escolar, em 26% (menos 34 cooperativas); e o de eletrificação rural, em 25% (menos cinco cooperativas). No ano 2000, o setor das cooperativas agropecuárias do Paraná passou a contar com 58 unidades, significando que de 1975 ao ano 2000, desapareceram 40 cooperativas agropecuárias no Estado, por incorporação, fusão ou outra forma de extinção legal/judicial, já que não pode ocorrer, por força de lei, falência das cooperativas deste setor [...]. (TEIXEIRA, 2002, p. 200, 201).

Os anos 80 e 90 foram um contexto que segundo Nogueira (2005) houve a definição de importantes mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil no país, o que se deu não somente pelas reformas liberalizantes no setor privado, como também pelo processo de federalização e reforma do Estado que passou o Brasil ao final da década de 80. (ARRETCHE, 2000). É ainda, neste contexto, que na década de 1990, Carambeí (então distrito do município de Castro) se emancipou, conquistando *status* de ente federado, perante o Estado brasileiro.

Segundo Fiala (1997) o interesse econômico determinou o processo de emancipação política de Carambeí. A instauração do poder público municipal, na opinião dos líderes políticos da emancipação, oportunizaria uma melhor alocação dos recursos para o desenvolvimento de Carambeí. (FIALA, 1997). Verifica-se, portanto, que a respectiva ação política se confirma no espaço local, caracterizada em comunhão com as históricas perspectivas políticas reformistas, as quais em face da superestrutura executam “estratégias pelo alto”. A perspectiva reformista se confirma no depoimento do representante[183] do PTB – Partido Trabalhista

[183] “Art. 2º O PTB tem por finalidade:
I - impor-se como realidade social e política;

Brasileiro[184], durante entrevista concedida a esta pesquisadora. Este, afirmou ser o PTB "[...] o único partido que trabalhou na emancipação", definindo-o, portanto, como protagonista desse processo de caráter reformista na realidade local.

> [...] Então, nós pensávamos o que? Nós precisamos trabalhar na emancipação pro município de Carambeí ser independente de Castro, por que nós sabíamos da arrecadação. Então se nós nos emancipássemos de Castro com aquela receita, com certeza os benefícios que teria pra sociedade de Carambeí, seriam muito melhores do que era antes. (PTB, 2014).

Na época os empreendimentos da colônia holandesa (na agricultura, pecuária e na indústria de transformação) perfazia uma importante parcela da arrecadação das receitas do município de Castro, totalizando, aproximadamente, 38,3% das respectivas receitas correntes do município,[185] ao passo que Carambeí totalizava apenas 20,40% da população do respectivo município[186].

Embora a emancipação política possa ter se constituído, do ponto de vista democrático, uma conquista da sociedade civil local, a estruturação do poder público municipal, *per si*, não se constituiria condição suficiente para uma mudança no quadro econômico e social da região, ainda que suas receitas fossem significativas para o novo município e que as políticas públicas fossem municipalizadas. Inscrito nas revoluções passivas nacionais, o processo político emancipatório de Carambeí, tal como protagonizado a nível local, possuía uma intenção política de caráter reformista, que circunscrita aos limites político-institucionais e econômico-estruturais do país restaria "natimorta", em face de um contexto econômico-político desfavorável subordinado ao contexto de restruturação produtiva determinado pelos

---

II - influir na orientação política nacional, estadual e municipal, mediante a organização do grupo social e a expressão da vontade popular;
III - alcançar o poder político institucionalizado, objetivando a aplicação de seu programa de governo e de seu plano de ação parlamentar;
IV - assegurar a autenticidade do sistema representativo;
V - defender os direitos fundamentais da pessoa humana;
VI - resguardar a soberania nacional, o regime democrático e o pluralismo político." (BRASÍLIA, Estatuto do PTB, 2006). Disponível em: http://www.ptb.org.br. Acesso em: 18, ago., 2014.

[184] Representante indicado pelo atual presidente do PTB (presidente da comissão provisória do partido criada em Carambeí em meados da década de 1990, um dos articuladores políticos da emancipação e presidente do PTB por 7 (sete anos), para falar sobre as ações políticas do respectivo partido desde o processo emancipatório até o término da segunda gestão municipal, período político em que o PTB elegeu o prefeito municipal e depois permaneceu como o partido que mais elegeu vereadores na câmara municipal nesse período.

[185] Em 1996 as receitas correntes do município de Castro totalizaram R$ 53.189.000,00, (CASTRO, Executivo Municipal, Lei nº770/95), ao passo que depois de ser desmembrado de Carambeí em 1997 registrou R$32.804.000,00 (CASTRO, Executivo Municipal, Lei nº 887/97), registrando uma queda de 38,3% das receitas.

[186] A população remanescente do município de Castro, após desmembramento dos 11.967 habitantes foi de 58.645 habitantes. (BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/prcont97.shtm. Acesso em: 27, jul., 2014).

fluidos do mercado internacional e a uma conjuntura de reforma do Estado brasileiro, que, tal como analisa Arretche (2000), priorizou na federação a descentralização de responsabilidades aos estados e municípios e a concentração de recursos no governo federal.

Ainda que houvesse vontade política para melhorar as condições do desenvolvimento econômico local em Carambeí após a emancipação, *per si* isto não passaria de um 'fetiche' envolto por princípios políticos reformistas de valorização de ações superestruturais. Tal perspectiva, em sua finalidade, visa suplantar as demandas efetivas de transformação estrutural, apoiado ideologicamente no culto às instituições democráticas liberais, cujas ações políticas se ocupam de estratégias superestruturais; na crença à igualdade formal e à perspectiva de cidadania nos limites das determinações do capitalismo.

De antemão, é possível afirmar que a emancipação de Carambeí garantiria a municipalização das políticas públicas e a possibilidade política de melhor adequar os recursos, mas não supriria isoladamente as demandas estruturais do desenvolvimento do município, nem ao menos poderia garantir, *a priori*, mudanças importantes nas expressões da 'questão social'[187] na realidade local, uma vez que como tais, estas, possuem suas raízes na economia.

É importante destacar que a emancipação de Carambeí se deu num contexto de inscrição do país na lógica de reestruturação produtiva, a partir da qual a economia local se encontrava em plena internacionalização, o qual *per si* determinou a liberalização da sua economia a nível mundial. Os rumos do local encontrar-se-iam determinados por este movimento estrutural, do qual a realidade nacional não prescindiu.

Assim, para além das mudanças político-institucionais locais, no desiquilíbrio de forças econômico-políticas, Carambeí não alçou importantes avanços econômicos e sociais, desde a emancipação até os dias atuais. Embora se verifique uma tendência de melhora no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M) de Carambeí, não se pode afirmar que tal melhora tenha se dado em função de sua emancipação político-administrativa, uma vez que a realidade social está

[187] Ianni (2004), Neto (2011) e Montano (2010) afirmam que as expressões da 'questão social' se originam nas relações estruturais do capitalismo, ou seja, são resultantes da expropriação da mais valia do trabalho pelo capital, como resultado da lógica de sua reprodução ampliada no âmbito da esfera produtiva.

intrinsecamente vinculada à esfera econômica no âmbito da reprodução global do capital e não se restringe unicamente às determinações de uma variável política.[188]

Segundo dados do IPARDES (2014) faz-se importante destacar que embora os níveis de pobreza em Carambeí tenham diminuído em 28,77% de 1991 a 2010, seu nível de desigualdade não aponta a mesma melhora no que tange à redução da pobreza. No caso da redução da pobreza no município, há que se registrar nos últimos anos a atuação dos programas de transferência de renda do governo federal, como uma variável a ser considerada no conjunto de determinantes para a diminuição dos índices de pobreza no município, ainda que não obtenha grande impacto, por si só, uma vez que tais programas não ultrapassam a lógica de reposição das classes subalternas no país[189].

Ainda que a pobreza tenha diminuído no município o que não se fez isoladamente pelos benefícios da emancipação, a concentração de renda municipal mostra que 20% dos mais ricos da população local ainda concentram 58,01% da renda municipal, ao passo que os outros 80% da população, tida como mais pobre, concentra os demais 41,99% da renda no município, o que revela a permanência de um quadro socioeconômico similar ao contexto anterior à emancipação. (IPARDES, 2014).

A concentração da riqueza e da renda em Carambeí, portanto, fora historicamente um dos elementos determinantes da realidade de desigualdade social entre a população carambeiense e geradora dos níveis de pobreza de parte de sua população, o que depois da emancipação não sofreu impacto relevante; ao contrário, se mostra historicamente como um dos fatores preponderantes das expressões da' questão social' no espaço local até a contemporaneidade.[190] Tais expressões mostram, o quão parciais são os avanços econômicos, políticos e sociais nos limites político-institucionais democrático-liberais.

---

[188] O IDH – M passou de 0,45 em 1991, para 0,64 em 2000 e 0,72 em 2010, ao passo que na esfera estadual o IDH no mesmo período representou em 1991 0,50, em 2000 0,65 e em 2010 foi para 0,74. (BRASIL, PNUD. 2013). Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx. Acesso em: 30, out., 2013.

[189] Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em Carambeí recebem o benefício de transferência de renda do governo federal 514 famílias, mas se encontram em situação de vulnerabilidade à pobreza 25,02% da população municipal, o que demonstra que o quadro de melhora na situação de pobreza municipal não expressa uma situação de estabilidade econômica e social no município e revela uma situação de instabilidade no quadro de acesso ao trabalho e renda na esfera municipal. (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

[190] O índice de GINI de Carambeí, que verifica o nível de desigualdade social de um município, analisado em uma série histórica nos anos 2000 e 2010, observa-se, apenas uma pequena melhora. Em 2000 era de 0,57 passando 0,53 em 2010. Registre-se que quanto mais próximo de 1 maior é o nível de desigualdade de acesso à renda no município.

Na ordem das revoluções passivas brasileiras, a colônia holandesa de Carambeí viu-se desenvolver, rumo à industrialização de sua base econômica ao longo do século XX. Os imigrantes holandeses definiram os rumos do desenvolvimento agroindustrial de Carambeí, contribuindo decisivamente para a formação de sua estrutura econômica e política ao longo do século XX. Em conciliação com o Estado brasileiro, o grupo holandês contribuiu decisivamente para a construção da hegemonia no espaço local.

2.3 A CONFORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE NO ÂMBITO DA AMPLIAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.

A ampliação do Estado na contemporaneidade se constituiu com base numa relação histórica de tensão das demandas da classe trabalhadora com os estratos da classe dominante. (COUTINHO, 2008).

Por entre ditaduras e democracias, cada período, à sua maneira, num longo e tortuoso processo econômico, histórico-político e cultural, diferentes estratos de classe da sociedade civil no ocidente puderam adentrar o Estado, ampliando suas bases. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Nesse processo histórico (resultado de múltiplas determinações) novas requisições são impostas aos estratos da classe dominante (inscritos no bloco de poder) pelos estratos das classes subalternas. Tais requisições, (feitas de baixo para cima), levaram os estratos das classes dominantes a uma necessária e constante recolocação subordinada da classe trabalhadora na ordem superestrutural, em face à estruturação de novas estratégias de equalização das demandas estruturais do capital.

Em resposta às demandas ‘vindas de baixo’, o Estado vai reformando as suas próprias estruturas e ampliando suas bases para o âmbito da sociedade civil. (COUTINHO, 2006). Com isso, o Estado alarga o seu domínio para fora dos limites da sociedade política. Com esse movimento de abertura, o Estado busca não somente o domínio, mas, sobretudo, a direção dos demais estratos de classe presentes na sociedade civil. Neste processo, o Estado Ampliado se constitui em sua interface com os aparelhos privados de hegemonia, próprios do momento superestrutural da sociedade civil. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

No Brasil, os movimentos de reivindicação e equalização das demandas à ordem capitalista foram se constituindo historicamente por sucessivas 'reformas pelo alto'[191]. (NOGUEIRA, 2005). Tais reformas acarretaram mudanças tanto na organização da sociedade civil, como na estrutura do Estado brasileiro, de modo que as mudanças perfizeram-se historicamente bem mais na superestrutura do que na estrutura econômica nacional.[192]

Neste sentido, Nogueira (2005) e Coutinho (2008) afirmam que a ampliação do Estado no Brasil não se fez como um movimento voluntário dos estratos da classe dominante que ocuparam historicamente o bloco de poder. Conquanto, revelou-se como resultado de diferentes movimentos, (que engendrados na sociedade civil brasileira, em suas relações com a sociedade política), configuram as revoluções passivas brasileiras como movimentos constitutivos dos processos de ampliação do Estado no país.

Diante de tais considerações e retomando os determinantes históricos da formação do Estado no Brasil, confirma-se que a gênese de seu processo de ampliação, (revelada sob as bases do Estado republicano), possui uma dupla determinação originária – o processo de laicização do Estado e de ocidentalização da sociedade civil.

A separação entre a igreja e o Estado foi, portanto, a primeira das manobras originárias do Estado republicano no Brasil, a qual se constituiu condição *sine qua non* para a sua estruturação aos moldes ocidentais e posterior ampliação. (COUTINHO, 2012). Entretanto, ainda que a Igreja e o Estado tivessem sido separados, a figura divina, (inerente ao sistema imperial), daria lugar ao homem privado – (o burguês), que de forma personalista, (enquanto homem de negócios) ocuparia politicamente o Estado a fim de fazer valer os interesses da classe dominante.[193]

Pode-se se dizer que em Carambeí, o homem privado (burguês), materializou-se enquanto indivíduo real da sociedade civil carambeiense na figura do

[191] Revela-se, nesse processo histórico, segundo Vieira (1992) a natureza estratégica da concessão de direitos à classe trabalhadora no Brasil. Os direitos políticos, civis e sociais que poderiam ser considerados, de partida, como conquistas da classe trabalhadora, paradoxalmente, tornavam-se concessão das classes dominantes às demandas 'de baixo', na medida em que passavam a fazer parte dos momentos restaurativos, inerentes às revoluções passivas.

[192] Este processo confirmou o modelo de modernização conservadora, como característica imanente às revoluções passivas no Brasil. (NOGUEIRA, 2005).

[193] No dizer de Faoro (2008) a natureza patrimonialista das relações entre Estado e sociedade civil cristalizaria no país o domínio das elites dominantes no âmbito do poder institucionalizado, desde o império até a república. De uma forma mal assimilada, o homem público se converteria em homem privado, ainda que sob a condição jurídico-formal da universalidade estatal.

imigrante holandês – pioneiro da colônia – o qual, desde o início do século XX empreendeu esforços, amparado pelo Estado brasileiro, para que junto ao seu grupo pudesse construir seu patrimônio na realidade local, conformando-se enquanto membro da sociedade civil burguesa, reino da liberdade, na sua acepção liberal, dada a natureza da afirmação da sociedade civil carambeiense, desde a sua gênese enquanto colônia até o seu estabelecimento enquanto município na contemporaneidade.

Destaca-se, a partir da crítica marxiana, que o *bourgeois - o imigrante holandês de Carambeí* - embora não fosse divino quando na sua condição de *citoyen* - na sociedade política republicana, (por que não exercia a cidadania brasileira), o era na condição anterior – na sociedade civil, dada a sua inscrição, enquanto homem de negócios - na formação da esfera produtiva capitalista. (MARX, 2010).

Sob o coroamento do homem de negócios, indivíduo este dissociado da Igreja e do Estado, erguia-se na sociedade civil brasileira e, consequentemente, na sociedade carambeiense, a figura do burguês. Diante desta nova configuração, a Igreja continuaria atuando, não mais diretamente no domínio da sociedade - como parte da sociedade política - mas em sua nova configuração política - passaria a atuar na direção da sociedade brasileira – como parte da sociedade civil - enquanto o primeiro e um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia no Brasil. Dela participaria o homem privado, deixando de ser expressão institucional do homem público – ou do próprio Estado. Com isso, garantir-se-ia, historicamente, no país, a reatualização das posições conservantistas da ordem burguesa nacional, no interior da sociedade civil brasileira, prescindindo-se da mediação da sociedade política para tanto.

A Igreja, assim, se tornaria, a partir de então, no Brasil, a organização da sociedade civil que teria a função de agrupamento do indivíduo isolado da sociedade civil liberal-burguesa, onde se recompunham, cada vez que fossem colocadas em risco a “paz e a assistência mútua”, inerente à sociedade civil liberal. (LOCKE, 1997). Em Carambeí, conforme visto, tal pressuposto do ideal liberal-burguês se objetivou moralmente na história local através do primeiro aparelho privado de hegemonia constituído ainda informalmente pelos colonos holandeses – a igreja. Mormente, instalados na região, verifica-se que a *Brazil Rowail Company* tratou de

disponibilizar na colônia uma casa para a realização dos cultos religiosos de fé evangélica, a serem celebrados pelos pioneiros da colônia. (PEREIRA, 2012).

Alhures à defesa do interesse coletivo, o modelo liberal-burguês confirmou-se no Brasil, associado a uma característica particular assumida pelo Estado – a imposição dos interesses patrimonialistas (intrínsecos à natureza das relações estabelecidas historicamente na sociedade civil brasileira[194]). Desta forma, a natureza ampliada do Estado no Brasil vai se confirmando no início da república na perspectiva de representar a afirmação universal dos interesses da classe burguesa agrária exportadora, em detrimento dos demais interesses presentes na sociedade civil brasileira[195], naquele período.

Disso posto, com base na perspectiva gramsciana, pode-se afirmar que o Estado ampliado no Brasil nasce vinculado a um tipo de Estado-Maior (de natureza econômico-corporativa), conforme caracterizado por Gramsci (2012) em seus *"Cadernos do Cárcere,"*[196] na medida em que se preocupa, a priori, com o estabelecimento das condições materiais e ideopolíticas necessárias à formação do capitalismo no país.

Em Carambeí, conforme visto anteriormente, as primeiras relações entre o Estado brasileiro e a sociedade civil na região, à época da formação da colônia holandesa (início do século XX), se deu pela articulação Estado/Mercado, confirmando-se, na realidade local, a sua natureza econômico-corporativa, ao se relacionar com a sociedade civil na perspectiva de formar as bases estruturais para a alavancada do país, rumo a uma economia agrário-industrial. Segundo Horochovski (2011, p. 20)

---

[194] Ao longo do desenvolvimento histórico das relações sociais, o homem concebe a sociedade civil como espaço de sobrevivência, convivência e luta política em prol do alcance de seus interesses em meio à coletividade. Não à toa, tanto em Marx, como em Gramsci a sociedade civil se revela como o fator chave na compreensão do desenvolvimento capitalista. (CARNOY, 1994).

[195] Aos moldes hegelianos, pode-se afirmar que no processo de ampliação do Estado no Brasil fora levado a cabo a' certeza moral' da burguesia agrária nacional, em detrimento das reais necessidades universais do desenvolvimento da modernidade capitalista. Contraria-se, portanto, desde suas raízes, à perspectiva rousseauniana, para a qual o Estado se constitui um 'Corpo Coletivo' que representa o interesse do 'Todo social'. (ROUSSEAU, 19--).

[196] Conforme Faoro (2008), nesse processo de ampliação do Estado, os limites entre o público e o privado ficaram confusos no país e o homem público converte-se em homem privado, ainda que sob a universalidade estatal.

> O governo brasileiro de então tinha uma política declarada de incentivo à imigração europeia, chegando, inclusive, a pagar a viagem, permitir o transporte gratuito de grande quantidade de bagagem por membros de cada família, estimular o financiamento de propriedades, entre outros benefícios. O objetivo das autoridades, revelado em documentos e pronunciamentos de agentes políticas da época, era preencher os espaços considerados vazios – embora não o fossem, dada a presença de populações nativas nesses locais, como índios e caboclos – e sanar uma suposta escassez de mão de obra, notadamente após a abolição da escravatura.

Nogueira (1998) afirma ainda que no Brasil é o Estado, (enquanto mediador dos conflitos e das demandas da sociedade civil), que se torna o protagonista das reformas que se desenvolveriam ao longo do século XX por entre as relações estruturais e na correlação de forças superestruturais próprias de cada período. O que neste período do início do século XX se mostra na direção de uma ‘reforma pelo alto’ de clara intenção econômica, de promover a estruturação de uma base capitalista, centrada no desenvolvimento agrário exportador – o qual se materializara pela formação das colônias de estrangeiros, devido ao aumento das imigrações subsidiadas pelo Estado. Desta direção econômica adotada pelo Estado, nasce a colônia de Carambeí, donde se conforma a sua sociedade civil nos marcos do processo de ampliação do Estado brasileiro no decorrer do século XX.

As categorias de unidade-distinção (entre a estrutura e a superestrutura) constitutivas da noção de Estado Ampliado em Gramsci (sociedade política + sociedade civil) figuraram materialmente no Brasil a expressão da dominação dos interesses presentes nos diferentes aparelhos privados de hegemonia, vinculados à classe liberal burguesia do país.

Na realidade de Carambeí, pode-se verificar que o Estado se conformou em sua dimensão ampliada, na medida em que historicamente o grupo holandês se conformou como grupo não só dominante, mas dirigente na região. Isto se verifica na formação dos primeiros aparelhos privados de hegemonia, conforme visto anteriormente, os quais são a Igreja, a Escola e a Cooperativa (PEREIRA, 2011).

A religião, a educação e a economia sustentavam a vida na colônia, transformando-se na visão dos imigrantes holandeses o tripé de sustentação da colonização holandesa em Carambeí, desde a gênese e consolidação da colônia holandesa na região até a contemporaneidade.

Disso posto, na primeira metade do século XX, pode-se verificar a conformação da sociedade civil carambeiense, em seus primeiros aparelhos privados de hegemonia, os quais compunham, à época, o Estado, material e

ideologicamente, na colônia, rumo à ocidentalização da sociedade civil carambeiense, em face do seu engendramento no processo de desenvolvimento do ideal republicano no Brasil.

Em face da gênese e desenvolvimento histórico do Estado brasileiro e das determinações superestruturais de sua ampliação aos moldes dominantes a partir do início do século XX, Nogueira (2001, p. 119) afirma que, apesar dos pesares, no processo de luta política no país, os diferentes estratos de classe "[...] conseguiram completar, com êxito bastante expressivo, algumas importantes etapas da transição democrática [...]".[197]

Entretanto, ainda que tenham sido exitosas algumas etapas de transição rumo à democracia, Nogueira (2001) ressalta que, diante de um processo econômico dependente do exterior e de uma infantilização da política no país, se tornou necessário, historicamente, o fortalecimento de um Estado mediador.[198] Tal mediação perfaz tanto o âmbito dos conflitos internos como o âmbito das imposições estrangeiras à nação.

O poder político passa a ser o executor das reformas necessárias em decorrência dos movimentos de complexificação das relações na sociedade civil. Para tanto, as bases do Estado se ampliam com a incorporação dos aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil, que em relação de unidade-distinção com a sociedade política, passam a compor o bloco de poder a ele inerente.

Vázquez (2001, p. 43) afirma que na perspectiva de Marx e Engels o poder político

> [...] se faz necessário na sociedade dividida por antagonismos irreconciliáveis [...]; o poder político é o lugar da ordem, da conciliação dessas contradições que, se não resolvendo, conduziriam à destruição das forças em conflito, [...] o poder chamado a cumprir esta função apenas aparentemente se situa acima da sociedade, das forças conflitantes.

Nesta perspectiva de análise do poder político, a sociedade civil é compreendida não como categoria descolada, mas imanente à economia política, tal

---

[197] "[...] a reconstitucionalização, a eleição direta para presidente e a instauração de um regime de liberdades -, depois de amargarem duas décadas de uma ditadura militar que promoveu o desenvolvimento material do país, mas deformou gravemente sua estrutura social e o infantilizou politicamente." (NOGUEIRA, 2001, p. 119).

[198] Conforme alertara Ianni (2004, p. 17, 18) "[...] No âmbito do processo de acumulação de capital, originado com a industrialização, o Estado surge como uma mediação. É o próprio capital, nacional e estrangeiro, que mediatiza o Estado, para que se constituía a configuração indispensável à própria manifestação. Desfaz-se, assim, uma das aparências da existência do Estado."

como o é na perspectiva gramsciana. Deste modo, o Estado passa a definir suas ações, à luz dos interesses dominantes presentes na sociedade civil e de forma equalizada com as demandas emergentes dos demais estratos de classe. (NOGUEIRA, 1998). Assim, o faz a fim de garantir a reprodução das relações em conformidade com o desenvolvimento da ordem capitalista e garantir as bases para a ampliação do Estado no Brasil na perspectiva da burguesia, enquanto classe dominante. Conforme visto, na realidade carambeiense, a ‘certeza moral’ holandesa se materializou historicamente, desenvolvendo-se, com base na estruturação econômica da região, a qual se fez pautada numa filosofia econômico-política de base associativa e cooperativista.

O associativismo cooperativista se estabeleceu em Carambeí enquanto parte importante da cultura econômica dominante na região; caracterizou-se particularmente como uma herança da cultura universal neerlandesa para Carambeí. Tornou-se para o estrato holandês um traço relevante de sua formação e, portanto, uma característica significativa da direção hegemônica da sociedade civil em Carambeí, ao longo de seu desenvolvimento durante o século XX, como resultante do que Hegel (1997) convencionou chamar de ‘certeza moral’. Tal herança levou os colonos a empreender esforços históricos pela busca de sua afirmação econômica e cultural na região.

Pode-se dizer, portanto, que em Carambeí esta herança econômica e cultural europeia contribuiu de forma determinante para o desenvolvimento produtivo local, bem como para a formação das forças hegemônicas de sua sociedade civil, consolidando os rumos do processo de desenvolvimento da região. O que se fez em sua íntima relação com os estratos da classe trabalhadora brasileira, que se inseriram nesta dinâmica de base associativa cooperativista neerlandesa, por meio de outro tipo de relação – a da exploração da sua força de trabalho. Afinal, embora de base associativo-cooperativista, o desenvolvimento econômico da região, se deu com base na produção e reprodução ampliada do capital extraído das relações de trabalho estabelecidas no âmbito da estrutura produtiva construída na região.

Embora internamente as relações entre o grupo dominante fosse de natureza associativa, em sua razão jurídica se constituiu de natureza empresarial, fortalecendo-se enquanto empresa capitalista na esfera econômica local, o que determinou a natureza das relações com a força de trabalho que foi se constituindo na base estrutural local. Outrossim, revela-se outro traço econômico e cultural

importante da gênese da sociedade civil carambeiense, que se constituiu por uma particularidade na relação capital/trabalho estabelecida na estrutura econômica local. Esta se desenvolveu, historicamente, pautada numa relação de estratificação sociocultural, na qual os grupos dominantes, de origem neerlandesa, associados entre si, passaram a explorar mão de obra dos grupos migrantes brasileiros. Estes, por sua vez, foram se inscrevendo, enquanto classe trabalhadora,[199] na estrutura econômica empresarial de base cooperativista, a qual é dominada pelos estratos neerlandeses em Carambeí. Conforme o depoimento do representante sindical, entrevistado pela pesquisadora, conforme citado abaixo, verifica-se que ao analisar a relação histórica entre brasileiros e holandeses o mesmo faz referência ao elemento cultural como um importante aspecto a ser considerado ao retratá-la na sociedade civil carambeiense. “Outra questão também que é cultural é a questão ‘Brasileiros – Holandeses’”. (SINTRACOOSUL, 2014). Percebe-se ainda que na sua visão as diferenças econômicas, culturais e educativas são determinantes para o quadro histórico de estratificação social em Carambeí.

> Por que assim, eu já ouvi de muitos, hoje isso já pode ter mudado, mas já ouvi de muitos holandeses dizendo que brasileiro só serve pra ser empregado. Então, claro que eu entendo que se não fossem os holandeses também não teria desenvolvido essa área que se desenvolveu aqui em Carambeí. Por que eles vieram e desenvolveram e o brasileiro não ia conseguir fazer até por que não tinha recursos, então eles vieram e desenvolveram e eles tem mesmo uma outra visão até ligada a questão da educação. Eu penso assim, que, eu mesmo desde criança meu pai[200] dizia assim: Vocês tem que estudar um pouco e depois tem que trabalhar. Ele nunca nos educou dizendo assim: Vocês vão ser dono de alguma coisa. Vocês vão ser empregados! Então é essa cultura de que a gente cresce pra ser empregado e todo mundo quase tem essa cultura. Ainda mais quando se tem uma elite dominante, por que os grandes são dominantes em Carambeí. Poucas pessoas dominam um grande mercado financeiro. Eu diria até que isso atrapalha a renda per capita do município. (SINTRACOOSUL, 2014).

Há que se ressaltar, portanto, que na visão de um dos líderes sindicalistas representantes dos trabalhadores de cooperativa em Carambeí, existe uma opinião formada acerca do impacto do quadro histórico das relações entre brasileiros e holandeses na região para construção da estratificação sociocultural local. Revela-se, neste fragmento, que se de um lado há uma noção por parte do representante

[199] Segundo Silva (2005, p. 84) “Nota-se que já no princípio da formação de Carambeí vai se consolidando as raízes de uma sociedade firmada sob o cerne da relação capitalista – capital/trabalho – aqui representada por etnias bastante distintas: o holandês e o brasileiro respectivamente.”

[200] Convém ressaltar que, segundo o representante sindical entrevistado, seu pai foi um trabalhador da cooperativa holandesa de Carambeí.

sindical, de que os holandeses foram importantes para o desenvolvimento da região, por outro há uma visão crítica em relação ao impacto da afirmação do grupo holandês (configurada como uma elite dominante) para a realidade social de Carambeí. Retrata-se, no depoimento, que o brasileiro não tinha as mesmas condições para desenvolver a região e destaca-se o fator educacional, como um elemento importante, reconhecendo-se que os holandeses tinham uma visão diferente dos brasileiros, nesta questão. Enquanto o brasileiro formava seu filho para ser empregado, o holandês conforme visto, anteriormente no histórico dos imigrantes em Carambeí, construiu uma educação voltada ao fortalecimento das condições econômicas de seu grupo. Não à toa, o tripé de sustentação do grupo holandês na região está formado pela Cooperativa, pela igreja e pela escola. (PEREIRA, 2011). Segundo Gohn (1997)

> A cultura política se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança de tradições passadas. É algo vivo e operante. Ela se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano. O conjunto das práticas sociais, formadas pelas ideologias e representações, configuradas pelo projeto do movimento, gera a cultura política.

A formação da cultura política de base associativa cooperativista pauta, portanto, historicamente a relação econômica entre os membros dos estratos holandeses da sociedade civil em Carambeí, ao passo que, em sua relação com os demais estratos da sociedade civil local, o associativismo (endógeno ao respectivo grupo), converte-se em uma relação de expropriação, que (de forma exógena à hegemonia cultural holandesa), transforma-se, formalmente, (por meio da estruturação empresarial capitalista), numa relação econômico-cultural de expropriação da força de trabalho dos demais estratos de classe, mediante ainda a formação de uma cultura política subalterna[201] que foi se desenvolvendo, conforme apontou o representante sindical, junto aos/dos setores que foram compondo, historicamente, a sociedade civil local, enquanto classe trabalhadora. Assim, na visão do representante sindical entrevistado o brasileiro era criado e formado para se tornar um trabalhador assalariado, ao passo que se verifica historicamente, que o holandês era formado para atuar na perspectiva do associativismo e da cooperação mútua entre seus pares.

[201] Conforme nos aponta Gruppi (1978, p. 91) "[...] uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classe ainda não conscientes de si. Com efeito, Gramsci sublinha como tal cultura é heterogenia, como nela convivem a influência da classe dominante, detritos de cultura de civilizações precedentes, ao mesmo tempo que sugestões provenientes da condição da classe oprimida."

Nesta perspectiva, pode-se dizer que na cultura política construída pelo grupo holandês em Carambeí há, aos moldes de Guerra (2002) a construção de uma falsa 'razão substantiva'[202] – pautada nos valores do associativismo cooperativista, uma vez que esta razão se constitui apenas de holandeses para holandeses, logo se convertendo numa 'razão instrumental'[203] – de valores capitalistas – na relação entre holandeses e os demais estratos sociais da sociedade civil local.

> Buscar e constituir condições adequadas para manter os vínculos identitários e uma organização social coesa foi a orientação que se destacou na imigração holandesa para o Brasil, sobretudo na época republicana, ao longo do século XX, período em que houve a criação do maior número de colônias. Pode-se afirmar que os imigrantes holandeses procuraram essa unidade a partir de uma vida comunitária estruturada na tríade igreja, escola e trabalho cooperativo. (CHAVES, 2010, p. 63).

Com base na afirmação de Chaves (2010) verifica-se a busca pela unidade cultural e a formação de uma organização coesa foi levada a cabo pelo grupo holandês em Carambeí, mediante a afirmação de uma vida comunitária estruturada, com base na afirmação de seus interesses através da formação de diferentes aparelhos privados de hegemonia, que passaram a compor e a estrutura a vida na colônia. A cooperativa demarcou o domínio holandês na base estrutural e os demais aparelhos privados de hegemonia, como a igreja, a escola e outros tantos formados no decorrer do século XX, deram a direção ideopolítica da sociedade civil carambeiense, sob a materialização dos interesses dominantes na realidade local.

No que se refere à sua formação e expansão na área educacional, Subtil (2011, p. 34) afirma que no início do século XX o Estado no Brasil "[...] não dava conta de atender às demandas por educação da população". Assim, a educação de natureza comunitária, era centrada na valoração de questões próprias da etnia, o que se tornava uma alternativa viável aos grupos imigrantes na busca de afirmação identitária no Brasil. Tal perspectiva se materializou em Carambeí, a qual se encontrava vinculada aos valores religiosos do grupo holandês da então colônia, pois conforme visto a Igreja e a Escola, estavam vinculadas institucional e

---

[202] "A razão substantiva é emancipatória, é a razão voltada para os fins universalistas, para os valores sociocêntricos. Pergunta-se sobre o 'pra que'. Preocupa-se com as implicações acerca das escolhas dos meios e no estabelecimento de finalidades." (GUERRA, 2000, p. 17).

[203] "A razão instrumental é uma racionalidade subordinada e funcional: subordinada ao alcance dos fins *particulares,* dos resultados *imediatos*, e funcional às estruturas. Constitui-se num conjunto de funções, não se importando nem com a correção dos meios nem com a legitimidade dos fins. Por isso funcional ao capital. Subsume os atributos das coisas aos seus aspectos quantitativos. Limita-se a garantir eficácia e eficiência." (GUERRA, 2000, p. 16).

culturalmente aos valores e interesses do grupo holandeses da colônia. No dizer de Subtil, (2011, p. 45)

> Evidencia-se que Escola e Igreja em alguns momentos confundem-se, uma vez que a base da educação e do ensino na comunidade são os valores e princípios religiosos, além de uma educação de qualidade.

Os colonos foram, portanto, traçando suas estratégias educacionais pautadas nas necessidades do trabalho da colônia holandesa e na valorização da sua cultura e religiosidade.

> [...] a igreja assumia uma função educadora, abordando questões seculares e mundanas, mas sem perder de vista os valores da educação na colônia. Essa é a tônica do ensino na comunidade: a função da escola é o estudo, mas incluindo a parte religiosa, os fundamentos da religião evangélica. O horizonte é o homem, educado dentro dos princípios da fé confessional desde os mais tenros anos. (SUBTIL, 2011, p. 37).

Associada à religião e às necessidades econômicas, a educação na colônia holandesa se constituiu, portanto, intimamente relacionada aos princípios evangélicos, professados pelos holandeses, compondo as estratégias tradicionais de hegemonia desenvolvidas pelo respectivo grupo, no espaço local.

Conforme Pereira (2011, p. 55) além da dimensão histórica e institucional a religião reformada

> [...] foi importante para a construção de espaços sociais e culturais de religiosidades, aqui pensadas como práticas pessoais e/ou coletivas de vivências religiosas, que constroem e definem espaços identitários pessoais e coletivos numa dada comunidade.

Verifica-se, portanto, que tal como no Brasil, em Carambeí, em particular, os primeiros aparelhos privados de hegemonia se trataram de organizações vinculadas ao grupo dominante – neste caso aos imigrantes holandeses, que estavam em fase de afirmação econômica, na então colônia, situação que se estendeu durante praticamente toda a extensão do século XX.

Como no Brasil, a sociedade política em Carambeí, nasce como resultado de um processo de correlação de forças, no qual a classe burguesa, como parte da sociedade civil, enquanto elite dominante transfigura-se nela, ocupando-se enquanto Estado, a fim de organizá-lo em favor da materialização de seus projetos particulares.

Assim, os segmentos dominantes economicamente, presentes na sociedade civil brasileira confundem-se à sociedade política historicamente no Brasil. (FERNANDES, 2005). Não dissonante desta compreensão, verifica-se em Ianni (2004, p. 8) que a formação da sociedade civil se dá por:

> [...] forças sociais, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública, controvérsias entre setores dominantes e lutas populares, pode revelar-se também quando se examinam as linhas básicas da sua economia política.

Tomando por base tais interpretações do Estado, da sociedade civil e do poder político em seu conjunto, ainda que se tenha a compreensão de que o conflito de classes (inerente à economia política capitalista) se constitui irreconciliável sob as bases do Estado moderno, (em suas relações de domínio e direção); as lutas sociais estabelecidas na sociedade civil (em sua concentração na superestrutura) transportam o conflito de classes para uma nova condição – a da disputa pela construção da hegemonia. Neste momento superestrutural a ela constitutivo, as lutas sociais fazem valer o que nela se incorpora como parte dos interesses antagônicos ao capital.

Não obstante, conforme visto, no Brasil, tanto quanto particularmente em Carambeí, confirma-se que, desde as primeiras décadas de afirmação da modernidade capitalista no país, (fundada sob a égide do Estado republicano), inicia-se o processo de formação do Estado Ampliado, o que se fez sob a direção dos grupos dominantes – a burguesa agrária em articulação com burguesia industrial que se estruturava na época, sob forte influência dos interesses dos grupos de imigrantes que se afirmaram no país, principalmente, na primeira metade do século XX, fase histórica em que o governo brasileiro favoreceu a entrada de diferentes nacionalidades ao Brasil, no intuito de favorecer a formação de uma estrutura econômica de base capitalista, seja na formação de mão de obra, seja no fomento à diferentes ramos de investimento. A aliança entre os setores agrícola e industrial, conforme visto anteriormente, foi uma forte tendência do processo de industrialização brasileira, principalmente durante o governo Vargas. (IANNI, 2004).

Entretanto, o conteúdo contra hegemônico à ordem burguesa nacional (presentes nas lutas sociais modernas), não tardou a se materializar nas relações entre o capital e o trabalho no Brasil, ao passo que em Carambeí em particular, os interesses contra hegemônicos tornam-se objeto de reivindicações ‘vindas de baixo’

somente no final do respectivo século XX, depois de sua elevação à condição de município.

Há que se ressaltar que à época das primeiras décadas do século XX, as lutas sociais[204] existentes no país passavam alhures à realidade carambeiense. Registrava-se nacionalmente no país, além das inúmeras lutas sociais, formação de diversas revoltas e movimentos, conforme mencionado acima, a fundação de um grande número de associações civis, organizadas por diferentes segmentos da sociedade brasileira, que na sua maioria desempenhariam ações de previdência aos trabalhadores. Segundo Gohn (2013) entre 1900 e 1930 no Brasil foram organizadas, por trabalhadores de diferentes ramos da indústria e ou por imigrantes de diferentes nacionalidades, 55 (cinquenta e cinco) associações de caráter beneficente, assistencial e ou de ajuda mútua. Neste mesmo período registraram-se ainda a fundação de ligas, federações, uniões, clubes, grêmios, sociedades cooperativas (GOHN, 2013). Deste processo, verifica-se que em Carambeí o grupo de imigrante holandês possui sua participação ao formalizar, em 1925, a criação da Cooperativa Agropecuária Batavo, a qual tinha por objetivo estruturar as relações de trabalho e de produção de queijos na colônia.

Em face da perspectiva de ocidentalização da sociedade civil, confirma-se em Carambeí, a importância do cooperativismo, como fundamental o fortalecimento do grupo holandês, enquanto classe burguesa na sociedade civil local. Segundo um de seus representantes, atualmente uma liderança político-cultural no município, o cooperativismo [...] sem dúvida é fundamental.

[204] Entre as revoltas destacam-se: revolta contra desinfecção sanitária (1900), revolta dos acreanos (1903), revolta contra-fraudes (1903-07), revolta da vacina (1904), revolta da escola militar (1904), revolta da chibata (1910), revolta dos marinheiros (1910), revolta do contestado (1912), revolução dos tenentes (1922), revolução em São Paulo (1924). Entre os movimentos destacam-se os seguintes: além do movimento grevista, com expressões desde 1903 com a greve dos cocheiros, em 1911 com a greve dos de pedreiros e anexos, no período de 1912-17 com os movimentos e lutas operárias nas cidades semi-industrializadas, culminando com a greve geral em 1917, em 1919 a grande greve em São Paulo, em 1920 a grande greve dos tecelões. Os movimentos políticos de destaque do respectivo período foram: a realização do II Congresso socialista brasileiro, a formação do movimento político contra o regime republicano e a manifestação pública em comemoração ao dia 1° de maio, em 1902; em 1909, a passeata de populares em ruas centrais, no Rio de Janeiro; de 1910-18, as lutas por equipamentos coletivos urbanos, em São Paulo; em 1911 o movimento do Centro Anti-intervencionista; em 1913 o comício e movimento contra a carestia, no Rio de Janeiro, e o movimento do Cariri, Ceará; em 1914, Atos contra o desemprego e a Carestia e o movimento milenarista; em 1917 o movimento das ligas nacionalistas e o movimento do Comitê de Defesa Proletária; em 1920, movimentos do cangaço, no nordeste do Brasil; em 1922, lutas entre libertadores e republicanos; em 1924, a manifestação a favor do voto secreto, 1925-27 a coluna Prestes, em 1926, as ações do Pe. Cícero em Juazeiro. (GOHN, 2013, p. 64-81).

> Eu sempre falo nas minhas apresentações aqui, que a cooperativa em 1925 foi a salvação e depois foi a sustentação e hoje ela continua tão importante como no passado, por que mesmo os grandes produtores hoje que estão fortes, que se capitalizaram, que venceram, que tem megafazendas, empresas, nós temos também médios e pequenos, mas eles também continuam na cooperativa, por eles podiam estar independentes, alguns até tentaram. Não! Eu não preciso mais de cooperativa. Mas, eles logo chegaram à conclusão de que a cooperativa é extremamente importante, por que dá um inter-relacionamento e esse inter-relacionamento, ele não é só no aspecto, assim, digamos, de coleguismo familiar, mas também técnico. (APHC, 2014).

Nesta perspectiva de organização das relações econômicas centradas na formação de uma sociedade burguesa no Brasil, verifica-se que em Carambeí a formação dos aparelhos privados de hegemonia se deu, historicamente, vinculada à classe que se afirmou como dominante na sociedade civil local. Isto se deu, inicialmente, em 1925, com a formação da cooperativa holandesa e depois foi se fortalecimento com as formações de outras organizações de caráter social, cultural, religiosa e educacionais, de fomento à tecnologia e ao conhecimento, atreladas ao desenvolvimento econômico da região. Este movimento histórico, portanto, comportou nas diferentes áreas a formação do Estado Ampliado em Carambeí, o qual se originou inicialmente, no espaço local, pelo com o crescimento das organizações da sociedade civil, as quais ao longo do século XX foram se confundindo com a sociedade política, até a emancipação de Carambeí em 1997, quando, institucionalmente, se estruturam os poderes políticos municipais no território carambeiense. Quais sejam: executivo, legislativo e conselhos gestores de políticas públicas.

Em meio ao conjunto das reivindicações ‘vindas de baixo’ e às suas conversões na institucionalidade em processos de restauração da ordem burguesa, se insurgiria ainda no Brasil, daquele contexto, outro importante movimento de resistência à ordem burguesa nacional – o tenentismo. Movimento este que segundo Löwy (2009) percorreu o Brasil de alto a baixo, pregando em atos a reforma agrária e a democracia, dando origem à Coluna Prestes (1924-1927).[205]

A década de 20 confirma-se como o momento histórico de entrada do país na conjuntura mundial de luta pela socialização da política. Além das lutas sindicais, a

[205] “Seria a Coluna Prestes um movimento revolucionário? Seu caráter é ambivalente. Vários de seus protagonistas aderiram a Getúlio Vargas e participaram da tomada de poder em 1930. Não foi o caso do Cavaleiro da Esperança, que se exilou no Uruguai e na Argentina e se radicalizou politicamente. Após uma efêmera aproximação com a oposição de esquerda (trotskista), ele aderiu ao Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual se tornou o principal dirigente durante várias décadas.” (LÖWY, 2009, p. 537).

fundação do PCB e o surgimento de outros movimentos importantes de resistência à ordem burguesa (como o tenentismo), todos confirmam no âmbito da sociedade civil o fortalecimento da luta política no âmbito deste bloco histórico e a entrada da classe trabalhadora como protagonista de reivindicações econômico-políticas em face do mandonismo burguês no Estado. Internacionalmente, isso significaria para a vanguarda comunista a intenção de abrir as estruturas do Estado a uma perspectiva revolucionária, democrática para os trabalhadores e tirânica para a classe dominante, conforme o proposto por Lênin (2010), na sua obra *"O Estado e a Revolução"*.[206]

Diante deste panorama histórico, verifica-se que a década de 1920 foi relevante para a formação dos primeiros aparelhos privados de hegemonia, (vinculados às classes populares) no Brasil, os quais passavam a participar da correlação de forças políticas superestruturais no país, ao passo que em Carambeí registra-se nessa década a formação dos primeiros aparelhos privados de hegemonia – a Cooperativa, a Igreja e a Escola - vinculados ao grupo imigrante holandês, que conforme visto, organizou-se na direção da conformação de uma ordem burguesa local.

2.3.1 Gênese e formação dos primeiros aparelhos privados de hegemonia em Carambeí.

Em Carambeí, a construção da hegemonia se deu determinada pelas relações econômicas, ideopolíticas e culturais estabelecidas na correlação de forças historicamente constituída na região – o que se fez, fundamentalmente, na direção do grupo imigrante pioneiro. Subtil (2011) afirma que os holandeses de Carambeí

> [...] lideraram e ainda lideram a comunidade na igreja, na cooperativa, na escola e nas entidades culturais e sociais, articulando ideias e projetos, como intelectuais orgânicos que interpretam e organizam o pensamento e as ações do seu grupo. (SUBTIL, 2011, p. 39).

Tal como em Carambeí, uma vez incorporados no âmbito do Estado brasileiro, os aparelhos privados de hegemonia, criados pela burguesia e seus

[206] Obviamente, que a intenção aqui, não é confirmar ou não a possibilidade de deflagrar no Brasil um processo revolucionário permanente, mas destacar, à luz dos elementos trazidos por Gramsci (2012) em seu caderno 13, que a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sinalizava que o Brasil, de alguma forma, era influenciado pelo movimento operário internacional.

intelectuais orgânicos passam a fazer parte da sua estrutura ampliada. Em contraposição a tais aparelhos privados de hegemonia, Coutinho (2012) e Semeraro (1999) apontam sobre a possibilidade da classe trabalhadora se estabelecer no âmbito do Estado numa correlação de forças que estivesse sujeita à afirmação de seus interesses, (em guerra de posição com a classe burguesa) lutando pela disputa da hegemonia com os estratos dominantes instituídos no bloco de poder. Tais aparelhos privados de hegemonia vinculados à classe trabalhadora, não se confirmam na história da região de Carambeí na primeira metade do século XX, passariam a se formar somente a partir da década de 90, do respectivo século.[207]

Para além dos movimentos corporativistas desencadeadores dos movimentos grevistas do início do século XX, a organização partidária da classe operária brasileira e a sua entrada na correlação de forças superestruturais, (introduzindo-se nas lutas estatais sob a organização de aparelhos privados de hegemonia), demarcaria, no dizer de Marx (2002) a passagem da sua condição estrita de *classe em si* a *classe para si*.

Retornando-se à conjuntura da década de 20 no Brasil, introduzida na esfera da correlação de forças superestruturais, a classe trabalhadora, teria naquele momento histórico, na sociedade civil brasileira, um poder político, não somente agrupador de suas demandas econômico-corporativas, mas capaz de travar, na correlação de forças jurídico-formais, ainda que na esfera da "pequena política"[208], uma luta pela e para 'grande política' - uma luta pela direção hegemônica do país - na contramão da classe dominante. Conquanto, o fez historicamente aos modos de uma revolução passiva. (COUTINHO, 2012).

Engendrando-se na correlação de forças superestruturais, os aparelhos privados de hegemonia viriam a complexificar, cada vez mais, a estrutura do próprio Estado brasileiro, seja pela sua ampliação no sentido da afirmação da classe

---

[207] Na década de 1990 são registradas fundações de 2 (dois) sindicatos vinculados aos trabalhadores das industrias de laticínios, Carnes e Derivados e Rações Balanceadas e de trabalhadores das cooperativas, na região. Estes são os primeiros sindicatos criados pós emancipação de Carambeí, registrados ainda no século XX. Somente, no início do século XXI registra-se a fundação do sindicato dos servidores públicos municipais, 7 (sete) anos depois da emancipação de Carambeí. São eles os seguintes:
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes e Derivados e Rações Balanceadas de Castro, Carambeí e Região – Estado do Paraná – SINTAC, fundado em 1991. . (Disponível em: http://sintaccombativo.blogspot.com.br/. Acesso em: 14, jun. 2014).
- Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas da Região Sul do Paraná – SINTRACOOSUL, fundado em 1995. (Disponível em: http://www.sintracoosul.com.br. Acesso em: 14, jun. 2014).
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SINDISERV, fundado em 2002; (Disponível em: www.infoplex,com.br/perfil/05446394000120. Acesso em: 14, jun.2014).

[208] Segundo Gramsci (2012, p. 21) "A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política."

hegemônica; seja na sua contraposição, em face da afirmação dos aparelhos privados de hegemonia, vinculados à classe trabalhadora.

Nesse período, a partir da década de 1930, em que houve maior ampliação do Estado e a sua materialização em favor da equalização das demandas da classe trabalhadora aos interesses da classe dominante no bloco de poder (NOGUEIRA, 2008). Verificou-se, no Brasil, que a política de controle e incorporação das demandas da classe trabalhadora ao Estado se encontrava associada à necessidade de alçar uma maior programática econômica no país. Este processo se deu com base nas políticas keynesianas[209], que tornaram possível operar as reformas econômicas e políticas necessárias consolidando-se no país, conforme visto anteriormente, por meio de um processo de revolução passiva.

Em movimento contrário à ordem econômica e constitucional estabelecida, em 1934 eclodiu uma série de greves e de reivindicações operárias. Tal realidade de luta levou o governo a criar a Lei de Segurança Nacional, a qual dentre outras questões definira uma série de crimes contra a ordem política e social. O Estado brasileiro orientava-se em um liberalismo frágil e numa democracia política, bloqueados pelas artimanhas da política varguista, que se pautava na coerção, como forma de manter o controle das classes subalternas e da esquerda política.

Em oposição a este processo de recrudescimento da estrutura estatal e de fragilização democrática, sob a figura de Vargas, é importante destacar a formação da Aliança Nacional Libertadora – ANL em 1935, como movimento de resistência ao autoritarismo varguista[210] - único capaz coordenar um levante civil-militar que culminou num “governo revolucionário”, que apesar de efêmero, foi o único que o Brasil conheceu[211]. Depois de a ANL ser colocada na ilegalidade, o PCB começou organizar uma insurreição, que resultou na tentativa do golpe militar ainda no mesmo ano, o qual não obteve sucesso. (FAUSTO, 2012).[212]

---

[209] O pensamento de Keynes pode ser explicitado de forma sumária em sua afirmação clássica de que há uma correspondência entre os imperativos do crescimento econômico e as exigências de maior equidade social. Esta correspondência deve ser assegurada por um Estado econômico e socialmente ativo. (SPOSATI, FALCÃO, TEIXEIRA, 2008, p. 114

[210] “[...] movimento amplo, mas dirigido pelos comunistas, com objetivos de luta contra o fascismo integralista, o imperialismo, a oligarquia e o poder autoritário de Vargas.” (LÖWY, 2009, p. 538).

[211] Além de Natal, o movimento não vingou em nenhuma região, embora houvesse tentativas de levantes, com intenções revolucionárias. (LÖWY, 2009). No curto período de tempo que o governo revolucionário se manteve em Natal decretou a gratuidade dos transportes públicas para a grande alegria do povo de Natal. (LOWY, 2009).

[212] Segundo Löwy, (2009, p. 539) “O levante que Vargas chamou de Intentona Comunista, fracassou em poucas horas e foi seguido, durante os anos seguintes, de uma feroz repressão contra a esquerda, culminando na proclamação, em 1937, do Estado Novo.”

Aos moldes gramscianos, verifica-se que a sociedade política brasileira se fortalece, nesse momento histórico, como um Estado-restrito ou Estado gendarme. As ações assistenciais também se fortalecem nesse contexto de recrudescimento da estrutural estatal, ficando tais ações a cargo dos aparelhos privados de hegemonia, que se formavam na sociedade civil brasileira, à época. Nesse período, verifica-se que em Carambeí ainda não existiam organizações de caráter assistencial, pois a preocupação dos imigrantes ainda se restringia à questão educacional na colônia.

A escola, vinculada à Igreja Evangélica, tornava-se a principal organização da sociedade civil carambeiense, naquele contexto, depois da Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios e da própria igreja. Estas subsidiavam a sua estruturação e manutenção, em conjunto com a participação direta dos colonos, que em contrapartida, pagavam uma mensalidade pelos serviços educacionais prestados. (SUBTIL, 2011). As primeiras organizações de caráter assistencial datam da década de 70, embora, desde a época da década de 30 registrem-se a existência de bolsas de estudos para alguns dos alunos filhos de colonos, como uma das primeiras ações históricas de natureza assistencial de Carambeí. É na década de 30 que houve a introdução da educação holandesa no Sistema Nacional de Ensino[213], o que demarcou o início da adaptação da educação holandesa aos moldes da política educacional brasileira como um elemento histórico de grande importância para a integração da cultura holandesa com a cultura brasileira. (SUBTIL, 2011). Confirma-se, desta forma, no respectivo contexto democrático, a presença efetiva do Estado na direção das ações educacionais da então colônia com a formalização da política educacional em Carambeí.

Em 1937 encerrou-se no Brasil a fase democrática. Deu-se, portanto, início ao período ditatorial, denominado de Estado Novo[214], o qual perdurou até 1945. Neste período do governo varguista há o fortalecimento da política autoritária de base militar.

---

[213] Segundo Subtil (2011) este processo se deu pela iniciativa do governo brasileiro, que lançou uma campanha pela nacionalização da educação. Esta campanha visava à implantação da Língua Portuguesa nas áreas de colonização estrangeira. (SUBTIL, 2011).

[214] O Estado Novo converteu-se em um período de centralização do poder no presidente, cujo regime se configurou autoritário, com a perda de todas as garantias constitucionais, posto que o presidente deteve o poder de governar por decretos-lei, até que fosse possível ser realizado um plebiscito para confirmar a nova Carta constitucional de 1937. (FAUSTO, 2012). O governo Vargas, na época, tinha o apoio da classe dominante e continuou próximo da sociedade, levando a diante a política de industrialização e sua política de controle dos trabalhadores pela via de sua política trabalhista, que além de estabelecer direitos aos trabalhadores, promoveu o corporativismo dos sindicatos, incorporando-os à legalidade administrativa das corporações, sob a tutela do Estado.

Em face deste processo de dominação e direção da sociedade brasileira, sob os desmandos da política varguista, em articulação com a burguesia nacional, depreende-se que nem mesmo o PCB, (partido representante da vanguarda do comunismo no mundo) foi capaz de organizar a classe trabalhadora brasileira em face das necessidades revolucionárias engendradas no país. Controvertidamente, Getúlio se aproxima do PCB[215] e conta com seu apoio nos últimos atos de seu governo.[216] Este firma relações diplomáticas com a União Soviética; amplia sua política populista amparada pelos sindicatos 'pelegos'; liberta Luís Carlos Prestes que havia sido preso pelo próprio governo e se posiciona contra os monopólios e as práticas monopolistas internacionais, inscritos no país. (FAUSTO, 2012).

Em face deste cenário político, no qual as próprias instituições de vanguarda – os partidos políticos – se perfizeram instrumentais ao capital, nos limites da superestrutura, as demandas da classe trabalhadora continuaram a ser incorporadas pelo Estado, de forma subordinada (NOGUEIRA, 1998). As relações entre o Estado e os movimentos da sociedade civil continuavam a se formar por entre revoluções passivas estabelecidos na correlação de forças estruturais e superestruturais no Brasil (COUTINHO, 2012). Confirma-se, nesse período, a instrumentalidade do Estado brasileiro às demandas estruturais do capital internacional e a sua posição refratária quando da iniciativa de movimentos por uma maior abertura democrática, ainda que estritos ao campo institucional.

Determinado pela direção econômica adotada pelo governo brasileiro, de sujeição às demandas estruturais do capital, rumo à consolidação do capitalismo industrial no território brasileiro, o contexto da década de 40 favoreceu a entrada de novos imigrantes no país[217]. Verificam-se os impactos desse processo na realidade

[215] Diante desta posição do PCB, o PSB, embora reformista de base, conseguiu se afirmar como esquerda no Brasil no respectivo período da Segunda República, posto que o PCB não havia resguardado como ideologia política o marxismo-leninismo e passara a adotar em suas cartilhas a política estalinista, o que levou-o a sujeitar-se à política varguista no Brasil. (FAUSTO, 2012). Conforme Fausto (2012) o PCB teve que se subordinar à política varguista, ainda que instrumentalmente, mantendo-se sob sua direção e particularismo, uma vez que internacionalmente tal posição era considerada pela cúpula do partido comunista, uma necessidade histórica.

[216] Nesse período o PCB apoiou estrategicamente o governo Vargas. Conforme Fausto (2012) tal posição partidária, embora tenha resultado estranha devido ao autoritarismo varguista, fora adotada por orientações de Moscou. Tal orientação do PCB se definia pela seguinte questão: "Era preciso estender a mão ao inimigo da véspera, em nome das 'necessidades históricas'". (FAUSTO, 2012, p. 329). Vargas havia adotado uma posição contrária ao fascismo, embora tivesse apresentado anteriormente estreitos laços com Mussolini, o que justificou no contexto mundial esta tomada de posição antagônica, do ponto de vista nacional.

[217] Segundo dados do IBGE, no período de 1941 a 1945 deram entrada no Brasil 72 novos imigrantes holandeses, dos quais 61 estavam entre a faixa etária entre 18 a 59 anos. Do total eram 43 homens e 29 mulheres, dos quais 47 formavam famílias e 25 eram avulsos.
(BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946). Disponível em: http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1946/populacao_m_1946aeb_36.pdf. Acesso em: 27, jul., 2014.

local carambeiense ao se constatar que neste período houve a chegada de mais um grupo de imigrantes holandeses na região, os quais contribuíram para a expansão da cooperativa holandesa fundada em 1925 na colônia e para a sua introdução nos sistemas mecanizados de produção, o que confirma materialmente na realidade local ações que coadunam ao modelo desenvolvimento econômico adotado hegemonicamente no país.

Conforme dados históricos da atual Cooperativa Agroindustrial Batavo, a partir de 1943, “[...] com a chegada de novos imigrantes, o quadro social da cooperativa se expandiu e iniciou-se o processo de diversificação da produção pecuária e a introdução da cultura mecanizada.” (CARAMBEÍ, Cooperativa Batavo Agroindustrial, 2014). Verifica-se, portanto, neste contexto o início do processo de consolidação da estrutura de produção da respectiva cooperativa aos moldes industriais, levando a colônia a inserir-se na lógica das relações do capitalismo industrial brasileiro.

Em Carambeí, não obstante à realidade nacional, os aparelhos privados de hegemonia presentes na colônia, não eram representativos dos trabalhadores da colônia, mas sim de afirmação do grupo de imigrantes holandeses. Por meio da organização de diferentes aparelhos privados de hegemonia (cooperativa, escola, igreja) o grupo holandês buscava se estabelecer na região, o que fazia amparado por uma política de governo econômico-corporativa de consolidação de uma classe de produtores rurais, vinculados à industrialização da produção agrícola no país.

É dos anos 40 a criação de diferentes associações civis, de caráter religioso em Carambeí. Conforme Kooy (1986) tratam-se das seguintes: Associação de moças e senhoras; associação de jovens (de ambos os sexos); sociedade de homens; associação de moças e o clube de handebol e de ginástica.

A criação de tais organizações demonstra que, cada vez mais a sociedade civil carambeiense se complexificava em suas relações e que a igreja tinha forte influência nesse processo, de modo a se materializar historicamente como a organização dirigente do grupo holandês na sociedade civil local. Neste processo histórico, exerceu função de organização e direção da sociedade civil carambeiense rumo à consolidação da cultura burguesa, como estilo de vida dominante na colônia.

Neste cenário histórico político brasileiro, a burguesia passava a se fortalecer cada vez mais na sociedade civil, se beneficiando por duas frentes de ação do Estado, em face de sua ampliação. Na sociedade política, o domínio era restaurado

sob o uso intenso da repressão (coerção) em face das lutas sociais e políticas. Na sociedade civil, alçava-se a formação do consenso das massas, por meio da afirmação de seus aparelhos privados de hegemonia. Disso decorre o que Coutinho (2006) denomina de hegemonia couraçada de coerção ou, por outro lado, a coerção couraçada de hegemonia. A questão, pois se sintetiza, lá e cá, pela correlação de forças que se estabelece entre as classes sociais, que em unidade-distinção se convergem para o seio das lutas políticas e econômicas - munidas do desejo de conquistar o domínio e a direção da sociedade.

Dependente de empréstimos norte-americanos, embora intimamente adepto de uma política nazifascista, no fim do Estado Novo, o Brasil adotou uma política de aliança com os Estados Unidos, a ponto de se lançar, na Segunda Guerra Mundial, como seu aliado. Esta postura política foi motivo da fragilização do governo Vargas no cenário interno e levou à desagregação do bloco histórico do Estado Novo e o retorno à República de base democrática[218]. Segundo Teixeira (2002, p. 140) "A política cambial continua durante a Segunda Guerra Mundial, com algumas diferenças, porém com os mesmos desequilíbrios de exportação. A tensão da guerra também impôs à economia brasileira uma alta brusca de preços."

O fortalecimento da democracia política, ainda que restrita à sua esfera institucional,[219] considerando que a economia continuava frágil às flutuações do mercado internacional viria após o fim do Estado Novo com a afirmação dos partidos políticos e os movimentos políticos partidários[220], que segundo Gohn (2013, p. 92) objetivava "a rearticulação da vida democrática e as mudanças que se faziam necessárias no regime político que passou a vigorar." Diante deste processo de luta pela institucionalização democrática, os diferentes estratos de classe, organizados na sociedade civil[221], se engendraram no interior da superestrutura política em dois

[218] Contribuíram para a sua desagregação, articulações políticas de lideranças do próprio governo com membros de movimentos oposicionistas oriundos do tenentismo e do movimento dos estudantes universitários que começaram a se mobilizar contra a ditadura, organizando a União Nacional dos Estudantes – UNE. (FAUSTO, 2012).

[219] Surgem no início desse período os três principais partidos políticos que iriam existir durante a segunda república – a União Democrática Nacional – UDN que reuniu grupos socialistas e uns poucos comunistas; o Partido Social Democrático – PSD, que representava a burocracia do próprio governo do Estado Novo e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, de inspiração getulista, juntamente ao Ministério do Trabalho e à burocracia sindical, que empunhou uma bandeira getulista. (FAUSTO, 2012).

[220] Destacam-se em 1946 os "Movimentos pela legalização dos partidos clandestinos, em várias regiões do país. Em 1947 o PC volta à ilegalidade." (GOHN, 2013, p. 93).

[221] Em 1945 destacam-se além do movimento Queremismo, os comitês democráticos, "Forma de organização popular por bairros proposta pelo Partido Comunista do Brasil quando esteve na legalidade, no período de 1945-1947. É importante registrar que os comitês surgiram também em empresas de algumas categorias, como gráficos, jornalistas, funcionários públicos etc." (GOHN, 2013, p. 93).

partidos de situação e em um que tendia à esquerda, fazendo a oposição à política getulista[222]. Neste contexto, segundo Hecker (2007, p. 25) é preciso

> [...] indicar uma outra baliza do pensamento político do período, essa, tal como a anterioridade apontada, abarcando não apenas o campo da esquerdas, mas determinando todos os comportamentos, propostas e decisões: o reformismo.

Um período em que se reforçou, portanto, na perspectiva nacionalista democrática "[...] duas regras da sintaxe política de seu tempo: o país era considerado o espaço e o reformismo o instrumento." (HECKER, 2007, p. 25) [223] No âmbito da política reformista brasileira, o populismo torna-se ingrediente marcante durante toda a Segunda República[224]. Os aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil expressavam, nesse período, o reforço da face assistencial privada no Brasil em face de uma política social de caráter clientelista, executada por parte do Estado, em seu sentido estrito. Os demais movimentos organizados na sociedade civil brasileira eram resultantes do conflito social existente entre grupos dominantes e dominados [225]

---

[222] Tanto o PSD quanto os demais partidos da época sustentavam-se por uma perspectiva liberal democrática, não se caracterizavam, no todo ou em parte por uma perspectiva revolucionária – todos eram tidos como progressistas. (HECKER, 2007).

[223] Em 1947 é criado o Partido Socialista Brasileiro – PSB, que se considerava "'[...] resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro'. Assim, tendo o bem-estar social como meta e o nacionalismo como instrumento, nascia o partido socialista para o Brasil." (HECKER, 2007, p. 24).

[224] A política de massas torna-se acessível ao proletariado, que tem no seu 'trabalho', um importante elemento de 'valor', reconhecido pelas políticas governamentais. Entretanto, o referido reconhecimento do 'valor' do trabalho pelas políticas governamentais se deu por uma representação mistificadora do real. (IANNI, 2004). Sob esta premissa, o "[...] poder público estará sempre orientado no sentido de conformar a organização e atividade do proletariado às exigências do desenvolvimento econômicos e social." (IANNI, 2004, p. 138).

[225] No conjunto das lutas e movimentos da fase populista, conforme Gohn (2013) destacam-se neste período as seguintes manifestações: **Movimentos contra a carestia** (1946 – lançamento da campanha popular contra a fome, 1951-53 – Passeatas da Panela Vazia em São Paulo que derivou o movimento contra a carestia da vida no mesmo ano; 1959 – greve geral contra a carestia; em 1963 – dia nacional de protesto contra a carestia). **Movimentos grevistas e sindicais:** (1953 – greve geral; em 1953-64 - movimentos sindicais paralelos aos sindicatos oficiais, movimentos nacionalistas pela cultura; 1961-64 – movimentos grevistas em todo o Brasil. **Movimentos na área agrícola e de luta pela posse da terra** (1950 – revolta de Porecatu, no Paraná, movimento rural de luta pela posse da terra entre posseiros e grilheiros; movimento de arrendatários Rurais, no Estado de São Paulo e conflitos agrários em Goiás, ambos em 1955; movimento Paranapanema, em 1956 e a Revolta de posseiros, em 1957, ambos no Paraná; movimentos dos agricultores sem terra – MASTER, no Rio Grande do Sul, movimentos sociais do campo pela reforma agrária de 1958-64, em 1961 as Ligas Camponesas no nordeste), 1962 – I congresso de Lavradores e trabalhadores Agrícolas Brasileiros, 1963 – criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Movimentos religiosos:** 1954-64 – movimentos religiosos católicos junto a Jovens (universitários, operários e juventude agrária). **Movimentos na área da educação e cultura:**1947-61 – movimento por reformas de base na educação; 1961 – movimento de educação de base, 1957-64 – movimentos estudantis; 1960-64 – movimentos de cultura popular. **Movimentos de associados à mobilidade e a infraestrutura urbana:** em 1956 o quebra-quebra de bondes, no Rio de Janeiro e em 1958 o protesto contra o aumento das passagens nos ônibus; 1954-64 movimentos de associações de moradores; 1960-61 – movimento pela casa própria. **Movimentos políticos:** 1945 – movimentos político-partidários, 1945 - movimento queremismo, 1945 - comitês democráticos, 1946 - movimentos pela legalização

Ressalta-se que a organização da sociedade civil no Brasil, fora hegemonicamente, até esse contexto da década de 50, em direção ao fortalecimento de grupos que compunham a burguesia nacional e o Estado brasileiro, desde as primeiras décadas do século XX, direção esta que se evidencia ao analisarmos o movimento de organização da sociedade civil em Carambeí. Diante desta direção política, a classe trabalhadora brasileira entraria no período ditatorial em condições de debilidade e fragmentação. Tais condições expressariam a sua fragilidade perante as lutas contra a ordem capitalista brasileira. Na respectiva década de 1950 a estrutura econômica cooperativista em Carambeí se consolida (CUNHA, 2011) rumo à sua entrada na nova fase do capitalismo – a fase dos monopólios. “Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no final da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘Revolução de 1964’”. (FERNANDES, 2005, p. 264).

2.3.2 A ampliação dos aparelhos privados de hegemonia em Carambeí e a sua introdução na política institucionalizada.

Com o processo de modernização e diversificação da estrutura econômica da então colônia de Carambeí revelou-se uma nova fase histórica para a região, a qual se inicia a partir da década de 1950. Pode-se afirmar que esta nova fase se constituiu, aos moldes de Fernandes (2005) como consequência histórica da direção assumida pelo governo brasileiro, desde o período do Estado Novo – a de caminhar rumo à consolidação de uma perspectiva de modernização conservadora.

Aos moldes de SECCO (2006) pode-se afirmar que o desenvolvimento do capitalismo nacional e dos institutos democráticos brasileiros se afirmou no país, em detrimento da efetivação de possibilidades de radicalização política e econômica. Do ponto de vista estrutural, no período democrático liberal (1945-1964), o Brasil cresceu economicamente, organizando sua base industrial[226] e a sua estrutura de classe. Imbuído de uma dimensão econômica imersa na fase monopolista do capital,

---

dos partidos clandestinos, 1946 – movimento Pró Constituinte, 1954 – movimento o petróleo é nosso, 1961 – criação da POLOP – política operária, 1962 – Criação do Partido Comunista do Brasil - PC do B, 1962 – movimento Ação popular, criado pela união de políticos, sindicalistas, estudantes e os movimentos cristãos progressistas.

[226] O panorama estrutural do Brasil no período pós-guerra se deu conforme o disposto em Prado Junior (1994, p. 320) “Além de ter melhorado sensivelmente a sua composição orgânica, com a participação já ponderável, e antes quase ausente, de bens de produção: maquinaria, motores, material elétrico e equipamentos industriais em geral, e mais toda uma gama de complexos bem duráveis, entre os quais se destacam os veículos motores cuja produção subiu, em 1962, a 194.194 unidades.

o Estado caminhara durante o período democrático para uma posição transcendente ao mero corporativismo nacionalista.

Neste contexto, a afirmação de posições político-econômicas, situadas no contexto internacional de desenvolvimento do capitalismo fora uma necessidade, determinada economicamente, imputada ao Estado democrático nacional.

Doravante, há que se destacar nesse contexto democrático brasileiro (1946-1964), que no governo de Goulart (1961-1964) houve uma significativa movimentação na sociedade civil brasileira, numa direção contrária à ordem burguesa nacional, configurando-se, portanto, aos moldes gramscianos, na história do país um bloco histórico progressivo, donde se avistou uma maior abertura do Estado brasileiro junto de grupos sociais, movimentos e aparelhos privados de hegemonia não vinculados aos interesses do capital. Surgiram, nesse contexto, as 'Ligas Camponesas'[227]; cresceu a mobilização dos estudantes por meio da UNE (que passou a intervir diretamente no jogo político a partir deste contexto)[228]. (FAUSTO, 2012). Cresceram também os movimentos grevistas, atingindo tanto o setor privado quanto o público e se estruturam outras instituições trabalhistas paralelas, resultando na formação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, em 1962 e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI. (FAUSTO, 2012).

Tais aparelhos privados de hegemonia, vinculados à classe trabalhadora e a demais setores não vinculados às classes dominantes, resultaram de uma maior mobilização social, em face de um governo, que segundo Fausto (2012) e Nogueira (1998), possuía uma postura mais aberta às reivindicações das classes subalternas, extrapolando a tendência política estritamente coercitiva e populista. Exprime-se assim, no Brasil, sob o governo de Goulart, um contexto político cuja correlação de forças se afigurara favorável à imposição de diferentes demandas ao Estado. Neste momento, há que se ressaltar a importância do processo de democratização para uma maior ampliação e abertura do Estado, para além de suas alianças com a classe burguesa nacional.

---

[227] "As Ligas começaram a surgir em fins de 1955, propondo entre outros pontos defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos, a prática do 'cabão', pela qual o colono – chamado no Nordeste de morador – deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra." (FAUSTO, 2012, p. 378).

[228] Nesse período a União Nacional dos Estudantes e outras grandes instituições brasileiras formaram a Frente de Mobilização Popular. A UNE defendia mudanças sociais profundas, dentre elas, a reforma universitária no contexto das reformas de base propostas pelo governo. (UNE, 2011). (Disponível em: http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une. Acesso em: 05, mar. 2014).

A debilidade histórica do liberalismo no Brasil não servia à lógica de reprodução das relações capitalistas no país. (NOGUEIRA, 1998). Era necessário fortalecer a democracia. Assim, mesmo que em desacordo com setores tradicionais da economia nacional, o bloco de poder tendia a se abrir para novas relações com a sociedade civil, o que se estendeu até o golpe militar de 1964. (FAUSTO, 2012).[229]

O fortalecimento da sociedade política, nesse contexto, se afirmou, inicialmente, pela via democrática, no decorrer da década de 50. Entretanto, na sequência tal perspectiva de fortalecimento se viu enfraquecida institucionalmente, devido ao golpe militar de 1964. Em consonância a este movimento político institucional, no qual toma a frente da política nacional um Estado fortemente coercitivo e repressor das demandas contrárias à conservação da ordem particularista com que o capitalismo vinha se desenvolvendo no país, quiçá daquelas contrárias à ordem geral do capital. Estas, conforme se sabe, passavam alhures de qualquer interesse político governamental no respectivo bloco histórico da ditadura.

Anterior à conjuntura iniciada com o golpe militar, ainda no contexto democrático, Carambeí viu fortalecer sua estrutura econômica de base cooperativista, com o desmembramento dos setores da cooperativa e a criação de uma nova e mais complexa estrutura agroindustrial. Com este processo se consolidou rumo à nova fase do capitalismo – a monopolista - o poderio da mais importante corporação burguesa da região. Somada à respectiva corporação de caráter industrial que se fundara, as fortes presenças históricas da Igreja e das escolas em Carambeí demarcavam, desde então, a construção da hegemonia burguesa no espaço local.

Viu-se a partir de então em Carambeí, se complexificar a estrutura e a superestrutura. Tal processo que se desenvolveu, inicialmente, ainda sob a conjuntura democrática, mas que se verticalizou durante a ditadura militar – rumo à consolidação da ordem burguesa na região.

A ampliação dos aparelhos privados de hegemonia, em face das necessárias relações a serem estabelecidas com os demais grupos sociais, sob o controle do capital, passou a fazer parte do cenário econômico, político e cultural de Carambeí.

[229] Neste período é importante destacar a criação da Política Operária – uma organização marxista revolucionária em 1961, a formação do Partido Comunista do Brasil em 1962, a ação popular – AP, a intensificação dos movimentos sociais no campo, etc. (GOHN, 2013) como expressões de uma maior abertura democrática do país num bloco histórico progressivo, cujas renovações impunham mudanças na correlação de forças superestruturais.

Concomitante, a este processo, lideranças políticas locais passam a se inscrever paulatinamente na política institucionalizada.

Ao que se pode verificar adiante, Carambeí, passa a eleger políticos locais no poder legislativo castrense, como vereadores e novas articulações, conquistas e relações entre a sociedade civil carambeiense e na sociedade política local, estadual e nacional, começam a surgir em meio à nova correlação de forças estabelecidas.

Conforme dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Carambeí:

> Na década de 1950 começou a fase de maior desenvolvimento de Carambeí. Com o crescimento da Cooperativa chegaram novos colonos[230] e foram construídas as primeiras igrejas – católica e protestante -, a primeira escola e as primeiras lojas para comércio da região. (CARAMBEÍ, Prefeitura Municipal, 2014).

Em 1953 confirma-se a inauguração da Igreja Evangélica Reformada de Carambeí – IER e na próxima década, a de 1960, outras igrejas serão construídas, financiadas pelo grupo holandês, sobretudo, com o apoio da Cooperativa Batavo. É neste momento histórico também que a sociedade civil carambeiense passa a se engendrar na sociedade política castrense, à época, município do qual Carambeí fazia parte enquanto colônia.

Em contrapartida, desse período democrático brasileiro (1945-1964) em que o Estado se revelou uma instituição mediadora das relações sociais no país, mesmo alhures do período agrícola colonial e ou imperial, (com meio século de experiência republicana); ele continuaria prenhe de relações hierarquizadas, com uma cultura política pautada em padrões de diferenciação social.

Há que se destacar que já no final desse período, em Carambeí registram-se novas relações entre a sociedade civil local e a sociedade política brasileira em torno da questão educacional da colônia, resultando na ampliação de suas organizações educacionais, já com maior interferência do Estado na educação local. Em 1962, a então Escola Fundos de Pilatos é desativada para a formação do Grupo Escolar Júlia Wanderley, em 1963, com duas escolas, uma construída pelo governo de estado, outra, pela comunidade local. (SUBTIL, 2011).

Não se via no Brasil dessa época (ainda que a classe trabalhadora de base urbana-industrial tivesse se formado na estrutura burguesa capitalista e que a

[230] Conforme Nascimento e Cordeiro (2005, p. 102) “Em 1951, cinquenta famílias a bordo do navio Alioth, compostas de pecuaristas e agricultores, buscaram uma nova vida em um país livre da herança da guerra. Esses holandeses trouxeram consigo alguns equipamentos agrícolas, maquinários para a instalação de uma pequena fábrica de laticínios e mil cabeças de gado holandês, preto e branco, de alta linhagem.”

democracia tivesse se institucionalizado) qualquer indício de uma luta de classes no país, tal como nos modelos clássicos jacobinos (COUTINHO, 2012).

O que havia nas relações de classe, presentes no âmbito da sociedade civil, da época, eram manobras dos setores dominantes, que em articulações e conciliações superestruturais, mantinham a política, sob os imbróglios de uma classe política oportunista, a qual se utilizara historicamente do espaço público para mediar interesses privados. Tal característica havia se restaurado, perpassando toda revolução passiva do período varguista, se reatualizando no período democrático seguinte. Conquanto, segundo Nogueira, (1998) tais movimentos de renovação/restauração reatualizavam historicamente os movimentos de revolução passiva, alimentados por lutas proletárias fragmentadas e demais movimentos de caráter corporativistas.

Convém ressaltar que a perspectiva democrática socialista[231] não vingou no respectivo período democrático brasileiro[232]. Os conteúdos políticos-culturais da democracia brasileira permaneceram presos aos arcaísmos próprios da política autoritária e populista de Vargas, tradicionalmente cultivados pela sociedade brasileira. Sua repercussão na superestrutura se deu ao longo dos processos eleitorais do respectivo período democrático.

Ainda que o país tivesse passado por um longo período democrático até a ditadura militar em 1964, tal se tratava de uma democracia estritamente liberal-burguesa, de cunho autoritário e populista. Nesta, a classe operária fora incluída parcialmente na política. Conforme a crítica efetuada por Marx (2010) a Hegel (1987) a participação do trabalhador no Estado capitalista é sempre “fetichizada”. Esta é garantida ao trabalhador apenas na sua condição de cidadão, ao passo que a burguesia antes de se valer de espaços formais de participação, se ocupa e compõe

[231] Embora no Brasil à época democrática de 1945 a 1964 não tivesse sido marcante a organização da esquerda política em face do projeto hegemônico democrático liberal, há que se fazer lembrar que no contexto mundial o comunismo se fortalecia como um projeto societário alternativo ao capitalismo, com conteúdo antifascista e descolado das práticas comunistas estalinistas burocráticas. Tal perspectiva comunista alinhava o pensamento socialista à defesa da democracia enquanto “processo” – uma democracia progressiva, diversa da democracia liberal, tida como “regras do jogo” politico institucional burguês, conforme adotada no país. No Brasil, conforme visto anteriormente, não foi sob a influência da perspectiva democrática leninista, inerente ao movimento comunista mundial que a política democrática se instituiu no contexto particular nacional. Lênin (2007) havia proposto a permanência de um sistema político democrático, enquanto houvesse a necessidade de manter o Estado, (ou seja, até o momento em que se alcançasse a sociedade regulada, aos moldes da perspectiva gramsciana), já introduzida no pensamento político comunista italiano à época. (SECCO, 2006).

[232] “O método democrático tornou-se universal para a maior parte da esquerda, vale dizer, o compromisso com eleições livres, pluralismo político-partidário e com novas formas de consulta e exercício do poder popular; ainda que este não seja o objetivo final dos socialistas, porque o socialismo é auto-governo das massas no princípio e é acima de tudo liberdade para que cada indivíduo, a partir de uma base igualitária de oportunidades, deixe de aflorar sua livre individualidade, num mundo sem governo, portanto, sem democracia ou ditadura.” (SECCO, 2006, p. 136).

o Estado, na sua condição de homem de negócios, por meio de suas corporações burguesas. Desta forma, a incorporação do trabalhador na sociedade política é parcial e fragmentada; suas demandas são assim atendidas, parcialmente, tal como o é a sua participação política num Estado de natureza capitalista.

Em Carambeí registram-se, entre os representantes políticos eleitos no legislativo castrense, a presença de 4 (quatro) representantes do grupos holandês – representante da classe burguesa no espaço local. Ao que se verifica não foram eleitos nesse período na política institucional representantes da classe trabalhadora local na política institucionalizada.

Em meio à afirmação de uma democracia liberal-burguesa, ao Estado brasileiro se incorporariam materialmente os interesses da classe dominante, ao passo que os interesses políticos da classe trabalhadora se restringiriam ao formalismo imanente à democracia liberal ou ainda cairiam numa condição de resignação diante do doutrinamento ideológico executado pelos diferentes aparelhos privados de hegemonia vinculados à burguesia, (formados no respectivo período para atuar em diferentes áreas).

Durante a década de 1960, a Cooperativa holandesa passou a atuar diretamente na execução de serviços de interesse público na região de Carambeí, entretanto, que na colônia coincidiam com os interesses do respectivo grupo de cooperados. Conforme Chaves (2010), a atuação da cooperativa se deu efetivamente em investimentos de infraestrutura em Carambeí: ampliação, recuperação e manutenção de estradas; reformas de escolas rurais, ampliação da iluminação pública, eletrificação rural e telefonia. Parte dos serviços era executada em parceria dos governos municipal e estadual, parte era investimento próprio da cooperativa. (KOOY, 1986).

À época da primeira década do período ditatorial, verifica-se também em Carambeí uma ampliação das organizações religiosas no espaço local. O grupo holandês dividiu-se em dois grupos a fim de dar andamento às obras da nova igreja. (CARAMBEÍ, Igreja Evangélica Reformada, 2014). Assim, em 1965 é criada a Igreja Evangélica Reformada na Vila Nova Holanda, expandindo-se o trabalho religioso outrora iniciado pela primeira igreja evangélica, fundada em 1953.

Já em 1966 registra-se a fundação da primeira capela católica em Carambeí, havendo um reforço dos aparelhos privado de hegemonia, na colônia – a primeira igreja católica da colônia, organização que veio consolidar a frente de atuação

religiosa do grupo holandês na região[233]. Na década seguinte, tal grupo contribuirá para a fundação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição[234], localizada também na Vila Nova Holanda[235]. A igreja, portanto, se afirmou no âmbito da sociedade civil carambeiense como um importante polo agregador do grupo dominante – holandês, que articulou ainda um conjunto de práticas de natureza assistencial deste grupo junto aos demais grupos sociais pertencentes à região[236].

Até o final do século XX, as ações das igrejas evangélica reformada e católica, ambas por influência de líderes do grupo holandês, ampliaram o número de devotos na região[237]. Quanto às organizações de caráter assistencial, somaram 6 (seis) organizações a elas vinculadas em Carambeí, sendo 3 (três) de cada uma.[238]

O respectivo dado quantitativo de expansão histórica das organizações religiosas e das organizações sociais a elas vinculadas em Carambeí reforça a tendência nacional de incorporação das igrejas como aparelhos privados de hegemonia ao Estado, os quais atuam em conjunto com a sociedade política no exercício da função de formação do consenso das massas no país[239].

---

[233] Em 1966, o Pe. José Krainski fundou uma capela em Carambeí. Mais tarde, quando foi iniciada a Vila Nova Holanda, Dom Geraldo Micheletto Pellanda, escolheu um terreno para a construção da capela definitiva, atendida pelos Padres Redentoristas – CSSR até fins de 1975. A população local, com a colaboração financeira da Cooperativa Batavo, construiu a nova Igreja, elevada à Matriz e Paróquia no dia 2 de Maio de 1976, tendo com primeiro pároco o Pe. Theodorus Köpp. (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 2014).

[234] Considerada padroeira de Carambéi, 8 (oito) de dezembro, dia de Nossa Senhora Imaculada Conceição é considerado, atualmente, feriado municipal.

[235] Segundo dados da Diocese de Ponta Grossa, (2014), em 1976 fundou-se em Carambeí a Paróquia Imaculada Conceição. "A população local, com a colaboração financeira da Cooperativa Batavo, construiu a nova Igreja, elevada à Matriz e Paróquia no dia 2 de Maio de 1976, tendo com primeiro pároco o Pe. Theodorus Köpp." (PONTA GROSSA, Diocese de Ponta Grossa, 2014).

[236] Conforme dados coletados, via contato telefônico na Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, registram-se atualmente 16 (dezesseis) capelas e 1 (uma) matriz paroquial católicas, espalhados pela região urbana e rural do município. Quanto aos templos evangélicos tem-se conhecimento da existência de 2 (dois) templos da Igreja Evangélica Reformada do Brasil, ambos na região urbana. Disponível em: http://www.ierb.org.br/carambei/. Acesso em: 12, nov. 2013. Além destas existem no espaço local igrejas representantes das religiões protestantes: Presbiteriana, Adventista, Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, entre outras.

[237] Conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de Carambeí (2010), 5.789 pessoas declararam-se evangélicas em Carambeí, ao passo que 12.775 declaram-se católicas. Na relação com a variável renda, pode-se verificar que 44,2% dos fiéis católicos encontram-se na faixa de renda entre ½ a 1 salário mínimo e apenas 22,7% na mesma faixa de renda declaram-se evangélicos, representando o maior número de fieis nas duas denominações, o que aponta para uma maior adesão à religião, nos setores mais pauperizados da sociedade civil local.

[238] Faz-se referência às seguintes organizações assistenciais: a Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí, a qual é mantenedora da Creche Betel, Escolar e Prosar, vinculadas à Igreja Evangélica Reformada de Carambeí. (Representante AASEC. 2. Dados de entrevista. Mai., 2014); e as organizações: Lar Santo Antonio, Comunidade Terapêutica Rainha da Paz e Casa Pe. Theodorus Kopp, vinculadas à Paróquia Imaculada Conceição (Igreja Católica de Carambeí). (PONTA GROSSA, Diocese, 2014. Disponível em: http://www.diocesepontagrossa.com.br/. Acesso em: 17, jun. 2014).

[239] No caso de Carambeí, tal função, transparece ao longo do século XX e início do XXI, na atuação da igreja e de suas organizações no espaço local, como parte do projeto proposto pelas elites dirigentes ao conjunto da sociedade civil local.

Separada institucionalmente da sociedade política brasileira, no século XX, a Igreja passa a atuar na perspectiva do Estado Ampliado, contribuindo para a afirmação da hegemonia burguesa no país. Atuando, enquanto aparelho privado de hegemonia, a Igreja passa a atuar na efetivação de ações que contribuíram e ainda contribuem, historicamente, para a afirmação do consenso na sociedade civil brasileira.

Em Carambeí, o patrocínio da Cooperativa para a construção da igreja reforça, na realidade carambeiense, a perspectiva de aliança entre o interesse econômico e o interesse religioso, suas articulações em prol da afirmação dos interesses maiores dos grupos dominantes. Ao que se sabe a articulação entre a Igreja e a cooperativa é parte constitutiva do tripé de sustentação do projeto hegemônico empreendido pelos imigrantes em Carambeí, desde o início do século XX.

Sob esta perspectiva, no período ditatorial brasileiro, registra-se em Carambeí a expansão não somente das organizações religiosas, como também de outras organizações de natureza assistencial e ou educacional as quais se revelam parte das estratégias pelo alto encabeçadas da conciliação entre os diferentes grupos sociais presentes na realidade carambeiense. Sabe-se que tais se constituem instrumentos de formação de consensos na sociedade civil.

Não obstante a esta realidade nacional, na década de 70, durante o regime ditatorial, registra-se em Carambeí, a primeira organização de caráter assistencial no espaço local. Tratou-se de uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica Reformada a qual foi fundada pelo grupo holandês em 1977. Denominada de Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí - AASEC[240], a qual vem ampliar as ações assistenciais e educacionais[241], junto da sociedade civil local, como forma de incorporar parte das demandas sociais 'vindas de baixo', passando a fazer parte, assim, no âmbito local, do conjunto de intervenções restaurativas, daquele período nacional brasileiro.

---

[240] - Prestar assistência espiritual integral
- Buscar recursos necessários para a realização das atividades a que se destina;
- Colaborar com as iniciativas públicas e particulares que visem o bem social;
- Prestar serviços de utilidade pública dentro da esfera de atuação dos Serviços definidos no art. 2º.[240] (CARAMBEÍ, Regimento Interno da AASEC, 2010).

[241] Conforme informado pela representante da AASEC, durante entrevista concedida a esta pesquisa, atualmente, devido à reorganização da política de assistência social, a partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, de 2009, a Creche Betel passou a ser considerada uma organização de atendimento educacional, deixando, portanto, de ser considerada uma organização de caráter assistencial.

A referida instituição, acima citada, desde então mantém as ações das entidades sociais – Creche Betel, ESCOLAR e PROSAR, as quais foram sendo criadas, respectivamente, ao longo da segunda metade do século XX, com objetivo de prestar serviços de educação infantil; atendimento assistencial de proteção social básica através de ações socioeducativas e esportivas para crianças e adolescentes e prestar serviços de saúde preventiva e assistência social para a população rural do município; respectivamente. (CARAMBEÍ, AASEC, Estatuto, 2010).

Ressalta-se que a Igreja Evangélica Reformada de Carambeí criou também a Associação de Escola Evangélica de Carambeí - AEEC, que mantém as ações educacionais da Escola Evangélica de Carambeí, a qual foi criada em 1979 e inaugurada oficialmente, em 1980, tendo por objetivo "[...] aceitar alunos, sem distinção de credo religioso, etnia ou partido político no sentido de propagar entre os estudantes o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo." (CARAMBEÍ, Escola Evangélica de Carambeí, 2014). Conforme apontam Cordeiro e Nascimento (2006, p. 127)

> Os alunos matriculados procediam em sua maioria da colônia de Carambeí, mas também, a escola recebia crianças, que moravam na Vila Nova Holanda e no Bairro do Boqueirão, cuja população pertencia ao Município de Ponta Grossa e situava-se na divisa com o município de Castro. O nível socioeconômico das crianças e adolescentes que frequentavam a escola era o de médio e baixo, porque os pais estavam divididos em pequenos e médios agricultores, empregados rurais, funcionários das cooperativas, funcionários públicos do Distrito e outras empresas estabelecidas em Carambeí. (CORDEIRO E NASCIMENTO, 2006, p. 127).

Há que se destacar a diferenciação da condição social entre os alunos da respectiva escola, o que aponta para a estratificação social da população da região de Carambeí, desde a época. Destaca-se, ainda, diante do exposto, o caráter seletivo do atendimento educacional da respectiva organização, pois apesar de atender outros grupos também, segundo Cordeiro e Nascimento (2006), a maioria dos atendidos era pertencente à colônia holandesa.

Neste processo, a igreja, (primeiro e importante aparelho privado de hegemonia no Brasil), atua, historicamente, como canal de aproximação entre os grupos dominantes e os grupos dominados no país. Esta característica contribui para a manutenção e estabilidade da hegemonia burguesa em meio ao modelo reformista de desenvolvimento nacional. (NOGUEIRA, 1998), tendência esta que foi confirmada nas relações da sociedade civil carambeiense.

Confirma-se, portanto, no âmbito da sociedade civil carambeiense, o comparecimento da igreja como um dos aparelhos privados de hegemonia, que em seu engendramento e articulação com outros aparelhos privados de hegemonia, presentes no espaço local, conforme Gramsci (2012) atua como articulador da formação de consenso na sociedade. No caso de Carambeí, estando ela vinculada ao grupo dominante, contribuiu historicamente para a afirmação dos interesses do grupo holandês que vinha estruturando-se econômico e politicamente na colônia, desde a imigração. Os particularismos e corporativismos presentes no projeto das elites dirigentes locais, mistificados pela via da religião, transfiguram-se na sua aparência para a sociedade como interesses universais. No dizer de Hegel (1997) pode-se se afirmar que assim se efetiva na sociedade, a universalização do particularismo burguês.

Os interesses particularistas da burguesia local, entretanto, revelavam-se na sua objetivação, pela expansão dos bens e serviços na região de Carambeí, sobretudo na década de 70, momento histórico importante para o desenvolvimento agropecuário e industrial da região, no qual a cooperativa se fortalecia cada vez mais. Desde a década de 1960 segundo Teixeira (2002)

> O Paraná passou a desenvolver o seu parque industrial na Região Metropolitana de Curitiba, e no interior do Estado, em virtude da proximidade da matéria-prima e da experiência nas atividades agrícolas e extrativistas, estas atividades foram intensificadas principalmente com a formação dos complexos agroindustriais (CAIs).

Em Carambeí se verificaram as articulações da Cooperativa Holandesa para construir as condições necessárias em infraestrutura, na perspectiva do fortalecimento do desenvolvimento econômico de Carambeí, rumo à afirmação burguesa do grupo holandês no espaço local. Do ponto de vista estrutural, pode-se constatar em Kooy (1986) que em 1971 a cooperativa incorpora em suas bases o setor agrícola, considerando que a agricultura se desenvolvia rapidamente naquele período e a região de Carambeí se destacava na cultura da soja. Houve ainda o aumento da venda de rações, em especial para outras cooperativas. (KOOY, 1986).

Conforme Chaves (2010, p. 82)

> A década de 1970 foi marcada, sobretudo em sua primeira metade, por um forte crescimento econômico nacional, que também se fez sentir em Carambeí, com o aumento e a diversificação das atividades agropecuaristas. Isso permitiu que a diretoria da Cooperativa participasse generosamente em ações voltadas ao desenvolvimento da comunidade carambeiense. Assim, em 1975 ela abriu um posto de combustíveis e um supermercado, construindo também um ginásio de esportes, e em 1976 ela cedeu um terreno para a Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar) construir uma central telefônica com capacidade de 500 linhas telefônicas, bem como um espaço, dentro de suas próprias dependências, para o Banco do Estado do Paraná (Banestado) instalar um posto de serviços. Nesse mesmo ano, a Cooperativa colocou homens e máquinas à disposição da prefeitura de Castro para realizar melhorias nas estradas internas do então distrito de Carambeí.

Desse processo de participação da cooperativa em questões de ordem sociopolítica e da necessidade de atuar em conjunto com o poder público para uma maior resposta do Estado em face das demandas do grupo holandês em Carambeí, resultou o engendramento de sujeitos políticos a ele vinculado, na política institucional brasileira. Em decorrência da necessidade de maior participação no âmbito do poder público, conforme afirmação, abaixo:

> Isso, a gente percebeu que nós necessitávamos de uma participação maior do poder público de Castro e aí, nos anos 60 surgiu o primeiro vereador, que foi um irmão meu, que foi o primeiro vereador em Castro e preencheu essa lacuna. Ele exerceu durante quatro anos e depois eu o sucedi. Ficamos 10 anos no município como vereador. Então, nós conseguimos fazer diversos convênios da cooperativa com a prefeitura. (APHC, 2014).

Conforme visto anteriormente em Chaves (2010) confirma-se à época dos anos 60 e 70 o papel sociopolítico exercício pela cooperativa em conjunto com o poder público do então município de Castro, junto da região de Carambeí, a qual atuou enquanto um agente do desenvolvimento, não só econômico, como também social, político e cultural. Além de ações assistenciais e de caráter educacional, confirma-se no período da ditadura militar o protagonismo da cooperativa em ações de infraestrutura (criação de manutenção de estradas), eletrificação rural; abertura de posto de combustível e supermercado; estruturação de postos para a instalação de agências bancárias; construção de ginásio de esportes; cedeu espaço para instalação da Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR). (CHAVES, DITZEL E SILVA, 2010, p. 82).

Segundo o representante do grupo holandês, entrevistado pela pesquisadora, houve uma explosão de crescimento da comunidade na década de 1960 em função da agricultura e a Cooperativa Holandesa exercia nesse período, segundo sua

opinião, um papel de ‘prefeitura’ em Carambeí, devido às necessidades de atendimento que surgiam em face do crescimento econômico da região. Diante desta realidade,

> [...] o poder público de Castro, a prefeitura de Castro teve dificuldades, muitas vezes, de dar um atendimento adequado, por falta até de estrutura do município. E a cooperativa, então, Batavo na época, ela mesma fazia um papel muito forte de prefeitura também.” (APHC, 2014).

Corroborando com o disposto por Chaves, Ditzel e Silva (2010) o sujeito entrevistado afirmou que a Cooperativa “[...] atendia a parte de estradas, a conservação das estradas, projetos de eletrificação rural, [...] de telefonia também.”

Diante do Estado ditatorial e do fortalecimento da sua função coercitiva, tanto a nível nacional, como local, confirma-se que a ampliação das bases estatais viria a se concretizar no respectivo contexto, vinculada aos interesses das classes dominantes.

É importante destacar, nesse contexto, que as ações realizadas pelos holandeses em Carambeí através da expansão do atendimento em suas organizações sociais aos demais estratos da população local, bem como a ampliação das ações diretas da cooperativa na execução de serviços de infraestrutura, exerce para além de uma função social - uma função econômica e ideológica. De forma conjugada com as funções coercitivas da sociedade política, tais funções conformam a dinâmica do Estado Ampliado na região, tanto na dominação, como na direção da sociedade carambeiense. É pertinente afirmar que a Cooperativa assumiu diretamente durante anos em Carambeí funções que *a priori* seriam de responsabilidade da sociedade política – do Estado estrito. Ao que aponta para uma presença marcante dos grupos dominantes da sociedade civil local de Carambeí, que em sua dinâmica e interação com a sociedade política, confunde-se e, muitas vezes, se sobrepõe a ela demarcando a lógica de sua afirmação enquanto um Estado-maior de natureza burguesa.

Disso posto, constata-se que ao longo as primeiras décadas da segunda metade do século XX, Carambeí não só fortalece a sua estrutura econômica, como também fortalece os demais aparelhos privados de hegemonia em torno não só da agregação dos estratos do grupo dominante, como também nas relações com os demais estratos sociais da sociedade civil carambeiense, a fim de incluí-los de forma dependente e subordinada na lógica de reprodução das relações sociais capitalistas.

Assim conforma-se a dinâmica e configuração do Estado Ampliado em Carambeí em face da construção da hegemonia dos grupos burgueses na região. Objetivamente tal afirmação se confirma na postura e direção assumida pelos grupos de holandeses cooperados de Carambeí em sua configuração sociopolítica no espaço local.

Diante desse contexto de desenvolvimento em que Carambeí não é mais uma mera colônia holandesa, mas dava passos rumo à sua urbanização, além das organizações de natureza holandesa, outras organizações sociais começam a ser criadas na região, as quais começam a se revelar na sociedade civil local, autônomas em relação ao grupo holandês. Há que se ressaltar que em meados da década de 70 Carambeí passava pelo processo de expansão socioterritorial, do qual as 'vilas' começam a fazer parte do cenário urbano local. Com o desenvolvimento das vilas, novos grupos organizados começam a surgir em Carambeí, os quais passam a atuar cada vez mais com a parcela da população mais fragilizada socioeconomicamente.

Em 1980 houve a criação da Associação Beneficente da Paróquia Imaculada Conceição, instituição que dá sustentação para as ações sociais da igreja católica na região. Vinculadas a esta associação, as obras sociais da igreja católica teriam suas práticas institucionalizadas nas próximas décadas, consolidando a sua atuação na área social em Carambeí.

Em 1985 cria-se em Carambeí uma instituição de atendimento a pessoas com deficiência, à época, denominada de Associação de Proteção ao Excepcional de Carambeí - APROEC, a qual em 2001 se transformou em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE[242] de Carambeí. Segundo a representante da APAE, entrevistada pela pesquisadora, a APROEC foi criada sem vinculação

[242] "Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, é um Movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norteamericano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim. Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil. Esta colocou a disposição, parte de um prédio, para que instalassem uma escola pra crianças excepcionais, conforme desejo do professor La Fayette Cortes. A entidade passou a contar com a sede provisória onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira." (PARANÁ, Federação das Apaes. Disponível em: http://www.apaepr.org.br/artigo.phtml?a=77. Acesso em: 11, nov. 2013.

religiosa. De fato era a primeira instituição social de Carambeí que não possuía vínculos caritativos religiosos, tratando-se exclusivamente de sua organização de cunho filantrópico. Conforme a representante da APAE, entrevista, tratava-se, à época de um grupo de pessoas da comunidade local que se preocupavam com a situação das pessoas com deficiência de Carambeí, os quais até então tinham que ir até o município de Ponta Grossa para ser atendidos, o que neste caso a questão do transporte era uma das dificuldades enfrentadas[243]. (APAE, 2014).

Não obstante à respectiva prática de filantropia protagonizada na sociedade civil carambeiense, no Brasil, sabe-se que as ações de assistência social possui sua gênese amplamente fincada na filantropia e em obras de caridade, vinculadas a práticas religiosas de natureza meritocrática-particularista (FALCÃO, 1999)[244]. Estas coadunavam como o modo de agir do governo ditatorial que, conforme visto, expandia seletivamente os programas sociais. (MOTA, 2005).

As ações assistenciais de caráter filantrópico e ou religioso, por meio dos aparelhos privados de hegemonia que vinham sendo criados em Carambeí, (vinculados ou não ao grupo holandês), tendiam a manter os interesses da classe trabalhadora local, incorporados de forma subordinada à lógica de relações burguesas, seja por que mantinham práticas seletivas aos funcionários da cooperativa, seja por que ofereciam outros serviços focalizados à demanda de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal.

Assim, na tessitura das relações estabelecidas entre as classes sociais em Carambeí, a conformação do Estado Ampliado no espaço local contribuía historicamente para a manutenção dos interesses da burguesia local.

Buci-Glucksmann (1980), ao tratar sobre os aparelhos privados de hegemonia afirma que tais possibilitam que os grupos hegemônicos atuem diretamente junto das classes subalternas, sem necessitar para tanto da mediação

[243] "A APAE de Carambeí e uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada [...]". (CARAMBEÍ, Estatuto da APAE, 2012).

[244] Vale ressaltar que na época da década de 70 imperava nacionalmente na política de assistência social a perspectiva meritocrático-particularista, (OLIVEIRA, 2003). Verifica-se que ao se definir como critério para o atendimento das crianças na respectiva organização assistencial – a inserção da família como trabalhadora da Cooperativa Local, confirma-se a vinculação do atendimento às relações de produção locais. Pode-se, portanto, ainda destacar no respectivo contexto de criação da primeira organização assistencial de Carambeí, uma influência do modelo assistencial adotado a partir da década de 30, que Mota (2005) define como um modelo fordista-taylorista, referindo-se à vinculação do sistema de proteção social brasileiro à esfera produtiva.

do Estado (no sentido estrito).[245] Esta relação permite que a incorporação dos grupos subalternos na lógica de reprodução das relações sociais capitalistas, seja feita de forma dependente e subordinada aos grupos dominantes – o que se pode confirmar em Carambeí, na medida em que os aparelhos privados de hegemonia passam a ocupar as áreas nas quais havia omissão por parte do Estado brasileiro, de modo que ao longo da segunda metade do século XX vai se ampliando na direção do atendimento dos grupos subalternos na região, conforme pudemos perceber.

Em paralelo a este processo, como parte das novas articulações superestruturais, protagonizados pelos grupos dominantes, desde os anos 50 Carambeí caminhara para o desenvolvimento de sua organização político-administrativa, ao mesmo tempo em que continuavam as conciliações realizadas pelo alto, entre os grupos dirigentes em Carambeí e o bloco de poder governamental.

Além da organização dos grupos dominantes de Carambeí, através da atuação em diferentes frentes de intervenção, sejam elas na intervenção direta em ações de infraestrutura e ou em ações de natureza social, a introdução de representantes de Carambeí na política institucionalizada veio a fortalecer as relações conciliativas pelo alto entre a sociedade civil carambeiense e a sociedade política, consolidando-se, por outras vias – as democráticas institucionais – a trama de relações que, conforme estabelecido em Gramsci (2012), estabelecem o conjunto de forças constitutivas do Estado Ampliado, enquanto sinônimo de 'hegemonia encouraçada de coerção'.

Tratando-se da estruturação político-administrativa da região, é importante destacar que no ano de 1966, a lei estadual nº. 5.409/66, de autoria do deputado Aníbal Khoury, criou o Distrito Administrativo e judiciário de Carambeí, no município de Castro. No ano seguinte foi instalado o primeiro cartório de registro civil, assumindo como juiz de paz Arthur Harms. (FERREIRA, 2006).

O reconhecimento da colônia, como um distrito do município de Castro, a elevara a uma nova condição jurídico-formal, em sua relação com a federação brasileira. Registra-se, assim, a década de 60 como um período político importante

[245] Quando da relação do Estado com as reivindicações materiais imanentes à classe trabalhadora, conforme visto anteriormente, tais se viam relegadas a políticas sociais de manejo da 'questão social', sob uma perspectiva assistencialista e clientelista, quando não se restringiam a sua atuação coercitiva, como forma de repressão dos conflitos.

para a sociedade civil local, dada esta conquista em face da sociedade política castrense.

Conforme dados da Câmara de Vereadores de Castro (2013), pode-se constatar que na história política de Carambeí, dos 5 (cinco) vereadores eleitos, no período que antecede a sua emancipação, apenas um deles não teria descendência holandesa, os demais seriam todos pertencentes ao grupo holandês[246]. Destes, registra-se apenas 1 (um) com legislatura no período democrático anterior à ditadura militar, registrou-se a eleição de apenas um vereador de Carambeí (no período 1952 a 1955); outros 3 (três) vereadores foram eleitos durante a ditadura militar. Ao passo que o último vereador eleito, legislou após a redemocratização, sendo que durante o seu mandato, Carambeí se emancipou do município de Castro.

Doravante, em detrimento das distintas descendências, todos eles perpassaram pelo processo de discussão acerca da emancipação de Carambeí, o qual veio a se consolidar, somente na década de 90, durante o mandato legislativo do Sr. Alci Pedroso de Oliveira[247].

Diante de tais registros históricos, considera-se que as representações de políticos carambeienses no legislativo castrense demarcaram o protagonismo da sociedade civil carambeiense na política institucionalizada, o qual contribuiu, decisivamente, para a efetivação do processo político emancipatório de Carambeí, bem como para os rumos da região, enquanto município.

Não obstante à realidade da sociedade civil carambeiense, na qual houve a sua afirmação liberal-burguesa no decorrer do século XX, verifica-se que a direção hegemônica local inscreveu-se, historicamente, determinada pela ampliação do Estado brasileiro numa perspectiva de afirmação da burguesia como classe dominante no país.

As reformas executadas pelo alto em articulação com os grupos dominantes da sociedade brasileira sustentaram o processo de conformação e desenvolvimento das relações capitalistas no território nacional, não sendo diferente na realidade carambeiense.

---

[246] Convém destacar, conforme dados da Câmara Municipal de Vereadores de Castro (2013) que Carambeí elegeu nos anos de 1952 a 1955 – o Sr. Gerrito Los, para vereadores no legislativo castrense. Depois disso outros quatro vereadores de Carambeí foram eleitos, sendo os seguintes: Art Jan de Geus (1969 a 1972), Dick Carlos Geus (1973 a 1982), e Orlando Francisco Los e Alci Pedroso de Oliveira (1993 a 1996). (CASTRO, Câmara de Vereadores. Galeria de Vereadores, 2013).

[247] Neste período, o projeto de lei acerca da emancipação de Carambeí foi votado e, posteriormente efetivado, com a consolidação do processo de municipalização do então distrito de Castro.

Conforme visto anteriormente, na realidade carambeiense, confirma-se um movimento de afirmação histórica do Estado, aos moldes do que Gramsci (2012) convencionou chamar de Estado-Maior corporativo – aquele que se desenvolve, em aliança com os interesses de grupos dominantes, no qual uma complexa e bem articulada sociedade civil se constrói. Nesta perspectiva, a sociedade política, torna-se a continuação da sociedade civil, 'seu complemento orgânico'. (GRAMSCI, 2012).

Assim, os aparelhos privados de hegemonia, vinculados ao grupo holandês, se desenvolvem ao longo do século XX em Carambeí imprimindo os rumos da direção da sociedade civil carambeiense, ao passo que a organização político institucional local foi se constituindo historicamente, no decorrer da segunda metade do respectivo século vindo a se consolidar, no contexto democrático contemporâneo, em meados da década de 90, com o processo de emancipação e constituição da estrutura político-administrativa municipal.

Neste processo histórico em que houve a afirmação da sociedade civil carambeiense, por meio da formação de seus primeiros aparelhos privados de hegemonia e posterior ampliação no contexto da ditadura militar, constata-se que a tendência em que tais movimentos se deram no sentido da afirmação da burguesia como classe dominante – o que no caso em particular de Carambeí – significou a consolidação do grupo holandês associado à Cooperativa – enquanto grupo hegemônico na região, diante do qual, a dinâmica histórica do Estado Ampliado proporcionou a satisfação de seus interesses particulares.

Tanto a nível nacional, como local, a classe operária brasileira ainda que tivesse sido introduzida institucionalmente no Estado, durante os períodos democráticos brasileiros continuaria ainda assim débil e fragmentada na sociedade civil (NOGUEIRA, 2008). Em Carambeí sua constituição se deu de forma subordinada à estruturação das relações econômicas em torno dos investimentos da cooperativa holandesa e posteriormente vinculada aos demais setores que foram se constituindo em torno do polo agroindustrial local.

Do ponto de vista nacional, confirma-se historicamente que as relações do Estado brasileiro com a classe trabalhadora se estruturam, idealmente, com base no consenso e na política; ao passo que ao serem analisadas sob o prisma, da sua materialidade – servem-se da coerção e da polícia, como forma de reprimir as suas reivindicações, o que ao longo da ditadura militar pode se constatar no Brasil. (NOGUEIRA, 1998).

Disso posto, o Estado brasileiro, ora figura como Estado ditatorial, ora como Estado democrático. Sua ampliação se metamorfoseia, a depender de suas intenções na relação com as classes sociais e das demandas e movimentos por elas deflagrados em oposição e ou aliança com este.

O golpe militar brasileiro, quando visto sob a interpretação gramsciana, se configura no contexto nacional como um ato restaurativo por parte dos estratos mais tradicionais da sociedade brasileira, com vistas a recrudescer as estruturais estatais à sua face coercitiva, mediante uma recolocação do enfrentamento da 'questão social, sob forma de uma expansão seletiva dos programas sociais. (MOTA, 2005), ao que se articulou o avanço das organizações sociais de caráter privado no Brasil. é importante ressaltar que tais se estruturam no Brasil, como aparelhos privados de hegemonia, vinculados a classes dominantes. Em Carambeí, neste período ditatorial a cooperativa Batavo, cria a fundação Batavo, destinada a prestar serviços de saúde aos cooperados e funcionários da cooperativa. Deste então, a respectiva organização atua em Carambeí na prestação de serviços de saúde à população local[248], evoluindo de uma atuação estritamente privada para operar em parceria com o poder público municipal no final da primeira década do século XXI. Assim, afirma-se, historicamente em Carambeí, a perspectiva de dependência da sociedade carambeiense às estruturas de atendimento empreendidas pelo grupo holandês, financiadas pela Cooperativa Batavo Ltda[249].

Revela-se, desta forma, na sociedade civil carambeiense, o estabelecimento de relações de dependência dos trabalhadores da cooperativa em relação ao grupo dominante economicamente – o holandês. Tal situação contribuiu historicamente para a hierarquização das relações sociais na sociedade civil local, posto que a relação de dependência apresentada acima, não se estabelece somente através da incorporação das demandas educacionais e sociais da classe trabalhadora junto aos aparelhos privados de hegemonia de natureza holandesa, mas também pela dependência estrutural da classe trabalhadora em face dos investimentos da

[248] De acordo com o previsto na lei 006/1997, conforme "Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a FUNDAÇÃO BATAVO. Art. 2º - O Convênio de que trata o art. 1º desta Lei será para pagamento de exames radiológicos efetuados em pacientes do Município, previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde." (CARAMBEÍ. Câmara Municipal de Vereadores. Lei 006/1997). Disponível em: http://www.camaracarambei.pr.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2:janeiro&Itemid=552. Acesso em: 20, fev. 2013. Atualmente é também conveniada com a Secretaria de Estado da Saúde, na prestação de serviços de apoio em diagnose e terapia. (Disponível em: http://cnes.datasus.gov.br/. Acesso em: 24, ago., 2014).

[249] A partir de 2008, com lei municipal 641/2008 foi autorizado o repasse à respectiva Fundação do valor de R$ 45.000,00 mensais.

burguesia na esfera produtiva capitalista, devido à necessidade que o trabalhador possui de ter a sua mão de obra explorada pelo capital.

Antes disso, a relação de dependência possui sua gênese nas relações estruturais, onde a relação capital e trabalho (estabelecida no âmbito das relações de produção no âmbito das empresas da cooperativa) impõe à classe trabalhadora local uma condição de subordinada e dependente da classe de capitalistas emergente, que neste caso foi agente dos investimentos econômicos durante todo o século XX em Carambeí – representada pelo grupo de imigrantes holandeses e pelo empreendimento cooperativista local.

Conforme Chaves, Ditzel e Silva (2010, p. 74)

> Ao longo dos seus 85 anos a Sociedade Cooperativa Hollandeza de Lacticínios, atual Batavo Cooperativa Agroindustrial, serviu como o centro agregador das famílias holandesas e também dos demais grupos que se fixaram em Carambeí, funcionando como agente difusor do progresso material e do desenvolvimento econômico, e atuando de forma efetiva no atendimento das mais diversas demandas sociais, como saúde pública, educação, cultura, lazer e serviços.

Doravante, as ações que atendiam as demandas sociais realizadas pelo grupo dominante resultariam, no dizer de Gramsci (2012), como ações restauradoras. Inscritas num país em que o processo de modernização capitalista ocorre historicamente com mudanças executadas pelo alto, ações de tal natureza contribuem para a manutenção e desenvolvimento da ordem econômica capitalista, na medida em que incorporam, na base do Estado (sociedade civil + sociedade política), parte das demandas ‘vindas de baixo’, sem que por isso transforme a estrutura. (COUTINHO, 2012). Esta, no âmbito de tal perspectiva deve se manter economicamente fortalecida, em prol dos interesses dominantes, os quais se fazem representados no interior do bloco de poder.

No contexto da ditadura militar no Brasil, as ações restaurativas se perfaziam devido ao temor dos grupos mais tradicionais da burguesia dominante, perante as ameaças à ordem burguesa, protagonizada pelos grupos progressistas.

Sobre o contexto da ditadura militar, verificou-se, anteriormente, o quão importante foi o respectivo período para a afirmação dos interesses do grupo holandês no conjunto do desenvolvimento econômico local. O período ditatorial foi considerado pelo respectivo grupo, segundo uma de suas lideranças, a época áurea da cooperativa holandesa na região. (APHC, 2014).

Conforme visto, o período da ditadura militar no Brasil restringiu-se o fortalecimento de ações restaurativas da ordem burguesa. Disso posto, há que se falar da vigência de um Estado-Maior no país, o qual representou uma posição de comando dos setores mais tradicionais da classe burguesa dominante no bloco de poder. Em Carambeí esta direção hegemônica nacional resultou na expansão dos negócios da cooperativa holandesa, que se desenvolveu fortemente durante a respectiva época. (CHAVES, 2010).

A reposição das classes subalternas, por meio da incorporação de parte de suas demandas tornou-se uma ação constitutiva desta lógica restaurativa. Não obstante a este processo, em Carambeí, registrou-se o exercício de ações de natureza social, sendo executado pela própria Cooperativa Holandesa, que conforme visto, incorporou historicamente, em sua estrutura parte das demandas advindas dos demais estrados da classe dominante e ainda de parte da classe trabalhadora local, mantendo-se no domínio e direção da sociedade carambeiense em seu conjunto.

Buci-Glucksmann (1980) complementando sua análise sobre períodos de ditadura, afirma que em tais circunstâncias surge o temor de uma crise orgânica e, consequentemente, a reação restaurativa da classe dominante. Tal temor se confirma no interior do grupo dominante de Carambeí, à época da ditadura militar no Brasil. Ainda que o grupo de holandeses da Cooperativa Holandesa de Laticínios detivesse, naquela época toda a cadeia de produção no ramo de atuação pecuária de leite “na mão”, conforme afirmou o sujeito entrevistado representante do grupo holandês de Carambeí, este se mantinha articulado com o bloco do poder, a fim de garantir pela via estatal, em sentido restrito, respaldo político e institucional para a preservação das condições necessárias à manutenção de sua hegemonia no espaço local[250].

Kooy (1986, p. 231), referindo-se ao desenvolvimento alcançado pela cooperativa durante o século XX, (o qual levou à sua consolidação como uma grande empresa do segundo planalto do Estado do Paraná[251]), afirma que devido a

[250] Em 1984 registra-se a união com as cooperativas de Arapoti e da colônia Castrolanda e os holandeses criam a Fundação ABC. Criada “[...] para ‘comprovar cientificamente o que a experiência já havia indicado’”. (CUNHA, 2011, p. 139) a respectiva fundação nascia vinculada ao respectivo grupo de cooperativas, com objetivo de fortalecer atividades de pesquisa voltadas ao aprimoramento tecnológico e científico das atividades no ramo da agropecuária. (CUNHA, 2011).

[251] Em 1975 origina-se a Coopersul, fundada pela Cooperativa Central Agrícola. Esta era representativa de seis cooperativas: Cooperativa Entre Rios, Cooperativa Mista Agrícola de Ponta Grossa, Cooperativa Agropecuária

tais circunstâncias econômicas, Carambeí se tornaria um lugar populoso que num futuro próximo, sem dúvida, alcançaria a sua emancipação política. Prognóstico este que se efetivou em meados da década de 1990, conforme se verificará a seguir.

Depois de décadas em expansão socioterritorial; estruturação urbano-industrial; ampliação dos bens e serviços estruturais; diversificação da economia e constituição de diferentes organizações culturais, sociais e educacionais, segundo Aardoom, Ferreira e Ferreira L. (2002) no início da década de 1990 o distrito de Carambeí contava com uma determinada infraestrutura de serviços públicos e privados. Possuía postos de saúde, escolas municipais públicas e privadas, creches, bancos, indústrias, comércio, etc.

Conforme visto anteriormente, tais serviços encontravam-se, historicamente, vinculados à cooperativa, que até então exercia efetivamente diversas funções que seriam de obrigação estatal, em seu sentido estrito.

Cabe ressaltar que desde a eletricidade[252] e a telefonia, os serviços públicos prestados à sociedade carambeiense passavam pela administração da cooperativa na região. Não obstante, os serviços de educação e assistenciais também se formaram na colônia em estreita articulação com a cooperativa. Esta não só financiara tais ações, como também participara da sua administração na colônia.

Tal direção assumida pela cooperativa em articulação com a sociedade política se deu em meio a uma postura histórica do grupo holandês de empreendedorismo em serviços educacionais, sociais, culturais e recreativos, os quais tiveram ao longo de seu desenvolvimento no século XX, foco não somente no fortalecimento do grupo dominante, mas também no investimento de ações voltadas aos demais estratos sociais que, segundo Kooy (1986) estavam se aumentando na região, em parte, resultantes do aumento do número de postos de trabalho na própria cooperativa e ou ainda em decorrência do desenvolvimento dos demais setores da economia a ela vinculados em Carambeí.

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013) em 1991 a população total de Carambeí era de 11.501 habitantes. Sua taxa de urbanização

---

Batavo, Sociedade Cooperativa Castrolanda, Cooperativa Agropecuária Arapoti e Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa. (KOOY, 1986).

[252] Somente em 1974 a cooperativa Batavo deixou de administrar a linha elétrica de Carambeí, momento em que o serviço foi estatizado, passando a ser de responsabilidade da Companhia Paranaense de Eletrificação – COPEL. (KOOY, p. 1986).

era desde então de 53,93%, havendo posteriormente até 2010 um crescimento de apenas 18,7%.[253]

Do ponto de vista territorial, esse processo de desenvolvimento de Carambeí repercutiu, conforme visto anteriormente, na estruturação de ‘vilas’ em torno da ‘colônia’ holandesa, (movimento este que era consequência do processo de consolidação do desenvolvimento da região), o que se fazia, naquele contexto em particular, aos moldes urbano-industriais, rumo à afirmação burguesa da sociedade carambeiense em seu conjunto. Registra-se que a própria cooperativa holandesa iniciou o processo de formação de vilas em Carambeí, com a construção de casas para seus funcionários ainda na década de 1970.

Na contramão deste movimento de afirmação burguesa que se desenvolvia em Carambeí, desde a década de 1950, nacionalmente, a luta pela redemocratização e a consequente desagregação do respectivo bloco histórico regressivo da ditadura surgiam no país, no decorrer da década de 1970 como fruto de uma efervescência de ações de resistência à ordem burguesa nacional.

Ressalta-se que é desta época história o surgimento da primeira associação de moradores de Carambeí. Trata-se da Associação de Moradores do Boqueirão criada em 1983. Boqueirão era uma das primeiras ‘vilas’ de Carambeí, que segundo Kooy (1980) tratava-se do local de residência daquelas pessoas que não eram incorporadas na estrutura produtiva cooperativista e nos demais empregos formais da região. Caracterizava-se, portanto, um território pobre, onde se encontravam as pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente da região. Assim, considera-se que a criação de uma associação de moradores naquela região, no início da década 1980, reflete, universalmente, um contexto de organização da sociedade civil brasileira, que no sentido contrário à dominação capitalista, engendrava um contexto de lutas populares no país.

Neste período, ainda que amorfos e ou reprimidos pelo Estado-força, os movimentos da sociedade civil brasileira - contrários à ditadura - permaneceriam latentes no país até obterem condições históricas para uma retomada das lutas de resistência à ordem ditatorial estabelecida.

---

[253] Em 2000 registrou-se 14.860 habitantes e em 2010 chegou-se a 19.163, o que significou um aumento de 39,99% da população carambeiense em 19 (dezenove anos). Neste período a taxa de urbanização cresceu, em 18,7%, partindo dos 53,93% registrada em 1991 para 72,63% em 2010. Atualmente sua densidade demográfica é de 29,36 hab/km². (BRASIL, Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013). Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/carambei_pr. Acesso em: 27, jul.. 2014).

Retornando-se ao movimento nacional de luta pela redemocratização, ocorrido durante a década de 1980, Chauí (1986, p. 52) alerta que

> [...] incorreríamos em grave engano se imaginássemos que as reivindicações, contestações e resistências vindas da sociedade possuíam as mesmas origens, as mesmas motivações e os mesmos conteúdos, ainda que globalmente aparecessem como luta social pela democratização.

O processo de luta pela redemocratização foi carregado de diversos interesses de classe, entre eles os que se localizam mais a esquerda (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST[254], *'Ação de Libertação Nacional*' – ALN[255], movimentações do ABC paulista, greves e manifestações dos trabalhadores[256], a formação do *"Partido dos Trabalhadores"* - PT[257]) e outros que nasciam no interior de

[254] O Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST se caracterizou como um dos mais importantes movimentos da história nacional. Desde a década de 80 se engendrou na dinâmica das lutas na sociedade brasileira, constituindo uma agenda política permanente de luta pela reforma agrária. É tido por Löwy (2009, p. 542)
"[...] o movimento social que mais se aproxima de uma visão social revolucionária, no sentido amplo da palavra [...]. Passando por cima da sacrossanta 'propriedade privada', os sem-terra derrubam cercas, abrem portões trancados e apropriam-se das terras monopolizadas pelas elites e pelo agronegócio." (LÖWY, 2009, p. 542).

[255] "A Ação Libertadora Nacional (ALN) surgiu da luta interna do PCB, após o golpe militar de 64, em torno de algumas teses básicas: a luta de libertação nacional, a montagem de uma organização revolucionária nacional, de caráter amplo e de ampla autonomia tática e, principalmente, o desencadeamento de ações revolucionárias como base para afirmação da organização e para a formação do exército popular de libertação nacional. Com a expulsão de Carlos Marighella, as bases de São Paulo desligaram-se do PCB, formando, em 1967, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AG-SP). Suas propostas espalharam-se, englobando dissidentes do PCB e do PC do B em vários Estados brasileiros. Desse núcleo, surgiu a ALN." (CEDIC – PUC – SP, 2014). (Disponível em: http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/acao_libertadora.html. Acesso em: 05, mar. 2014.). Segundo Löwy (2009, p. 540) "Contrariamente aos revolucionários de 1935, salvo algumas exceções, os revolucionários não eram, como o capitão Lamarca, oficiais do Exército, mas sim estudantes, sindicalistas e militantes de esquerda. Sem conseguir mobilizar as massas populares, a resistência atraiu amplos setores da juventude. O objetivo não era derrubar a ditadura, mas também abrir o caminho para o socialismo."

[256] As movimentações do ABC paulista, as greves e as manifestações dos trabalhadores embora não resultassem numa perspectiva revolucionária, propunham alçar rupturas na ordem burguesa instituída, com vistas a um melhor equacionamento entre as demandas do trabalho e do capital no interior do Estado. Conforme Löwy (2009, p. 540) "Embora o Brasil tenha conhecido grandes movimentos sociais durante os últimos anos da ditadura, como as greves operárias do ABC em 1978 e 1979 e a grande mobilização popular pelas eleições diretas em 1985, a transição democrática fez-se sem rupturas."

[257] "O Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), nasceu no contexto de intensas mobilizações sociais que marcaram a história política, econômica e social brasileira a partir da segunda metade da década de 70. O País ainda vivia sob uma ditadura militar imposta ao povo pelo golpe deflagrado em 1964. Tendo à frente o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, o PT foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. A criação do PT foi resultado da combinação entre a ideia e, principalmente, a prática de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais, artistas que almejavam um instrumento de representação para promover profundas alterações nos destinos de suas histórias e da sociedade brasileira pela via democrática." (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2014). (Disponível em: http://www.pt.org.br. Acesso em: 05, mar. 2014).
O *"Partidos dos Trabalhadores"* - PT nasce no Brasil, em 1980, com uma clara intenção social-democrata, o que não lhe retira a importância e o protagonismo durante o processo de luta pela redemocratização no país. Sua relevância histórica se concretiza em meio ao contexto de abertura democrática como um sujeito coletivo – um intelectual representante das demandas da classe trabalhadora, em face da luta pela abertura e ampliação do Estado no Brasil, à incorporação das novas reivindicações da sociedade civil brasileira, em seu conjunto.

grupos conservadores, (movimento da Teologia da Libertação[258] e o engajamento dos profissionais liberais de diversas áreas e empresários).

Diferentemente da classe dos investidores, os profissionais liberais de diversas áreas e a parcela de empresários que não viam seus interesses se incorporarem no bloco de poder militar. Estes últimos entraram na luta pela redemocratização, mediante a necessidade de fazer fluir a economia nacional, rumo à sua liberalização. Para tanto, precisavam de um Estado moderno democrático e liberal que sustentasse político e institucionalmente o desenvolvimento nacional, em face do fortalecimento do padrão de acumulação inerente ao capitalismo monopolista vigente.

Convém destacar que liberalizar a economia significaria para os grupos burgueses mais afastados à direita (que gozavam da tutela econômica do Estado ditatorial), perder a condição de favorecimento político institucional e se lançar no perverso jogo do mercado internacional. Tal preocupação fazia parte do conjunto de questões de interesse do grupo holandês em Carambeí que tinha seus objetivos econômicos protegidos pela política econômica protagonizada pelo bloco de poder da ditadura.

A liberação da economia, entretanto, viria a compor a direção assumida pelo Estado brasileiro na década de 90, (após o processo de transição entre a ditadura militar e o contexto democrático contemporâneo). Diante desta direção assumida pelo governo brasileiro, os grupos dominantes economicamente de Carambeí não prescindiriam de suas consequências e, conforme visto no item anterior, perderiam o domínio e a direção no interior da economia política local, apesar de ainda se constituírem importantes no conjunto do complexo jogo econômico-político atual.

Do ponto de vista nacional, o processo histórico de luta pela redemocratização e a consolidação de um novo ordenamento jurídico-político positivado pela Constituição Federal de 1988[259], oportunizou-se à sociedade

[258] A Teologia da Libertação foi um movimento resultante da abertura da igreja católica para as expressões sociais, políticas e culturais da América Latina, a partir do Concílio Vaticano II. Teve sua expressão em todo o continente latino americano e organizou-se por meio das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Estas tinham por objetivo, segundo Beozzo (2005) desenvolver um trabalho junto das populações pobres, "[...] congregando os pobres em torno de sua vida cotidiana e da palavra de Deus em comunidades que uniam fortemente fé e vida, oração e compromisso social e político." (BEOZZO, 2005, p. –). Mesmo contradizendo a direção hegemônica - tradicional e conservadora da própria Igreja Católica o Movimento da Teologia da Libertação foi historicamente importante para a crítica às consequências sociais impostas pelo regime capitalista e em particular pelo regime militar para o país.

[259] Apesar de suas limitações e restrições à institucionalidade burguesa, considera-se que a Constituição Federal de 1988 deixou um legado para a sociedade brasileira. Esta não só proporcionou maior abertura democrática aos sujeitos políticos da sociedade civil junto da sociedade política, ampliando os espaços de participação na

brasileira um processo de ampliação do Estado, mediante a normatização dos espaços democráticos participativos, no âmbito da nova institucionalidade pública brasileira nascente.

Neste processo de ampliação do Estado brasileiro, os grupos da sociedade civil brasileira que reivindicavam direitos civis, políticos e sociais viram sacralizadas suas demandas no interior da institucionalidade jurídico-formal. Pode-se dizer, assim, aos moldes gramscianos, que uma 'ruptura molecular' fora conquistada, à época, pelas classes não hegemônicas brasileiras, em meio ao conservantismo das elites brasileiras tradicionais no país. (LUIZ, 2011).

Luiz (2011, p. 114) ao analisar o conceito de rupturas moleculares as relaciona à "[...] mediações possíveis de se concretizar, transposições e passagens que buscam a elevação de situações de subalternidade às de protagonismo social."

De tal forma com as experiências de protagonismo social vivenciadas por diferentes setores progressistas da sociedade civil brasileira, as elites brasileiras tradicionais e conservantistas, estas que detiveram, historicamente, o poder sem qualquer pretensão de socializá-lo, com as conquistas da redemocratização foram obrigadas a incorporar nas bases estatais brasileiras espaços democráticos participativos, os quais abriram caminhos na institucionalidade pública aos demais estratos sociais do país. De tal forma este caminho aberto, não pode ser considerado apenas uma concessão das classes dominantes, mas, sobretudo uma conquista dos setores progressistas do Brasil.

No percurso de luta pela redemocratização no país, o que era concessão se traduzia universalmente em conquista da sociedade civil brasileira, em face do Estado. Visto por Vieira (1992) os avanços jurídico-formais deste período se traduzem materialmente no que costuma denominar de 'legalização da dominação burguesa'[260].

Nas condições históricas de luta política pela redemocratização, importa destacar que o Estado teve a sua base histórica deslocada e, como resultado de

---

estrutura estatal, como também ofereceu caminhos para a construção de uma hegemonia pautada na constituição de uma nova institucionalidade pública, que, contingencialmente, materializou-se historicamente multifacetada e não favorecedora dos princípios democráticos contra hegemônicos à ordem burguesa historicamente instituída no Estado brasileiro.

[260] Com a Constituição de 1988 e os direitos dela derivados, seja como concessão, seja como conquista, os setores não hegemônicos da sociedade civil brasileira permaneceriam, futuramente, resguardados por um sistema político democrático, cujo padrão universal de relação entre o Estado e a sociedade civil lhes garantiria poder de participação nos espaços democráticos representativos e participativos e um sistema de proteção social que lhes serviria de garantia de sobrevivência para as suas gerações futuras. Estas não estariam, *per si,* excluídas da luta política institucional, uma vez que a elas estariam garantidos, constitucionalmente, além de direitos civis, direitos políticos e sociais, em todo o território nacional.

uma crise orgânica fora, progressivamente, levado a aprimorar os estatutos democráticos no país, ampliando as suas bases no âmbito da sociedade civil. Assim, se consolida no Brasil o que pode se chamar de Estado Ampliado em Gramsci. (BUCI-GLUCKMANN, 1980), donde surgem novas bases superestruturais que abrem um novo campo de tensões reatualizando os processos de revolução passiva no Brasil.

Assiste-se, desta forma, ao reordenamento jurídico e formal das relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil. Sob o referido ordenamento, as demandas civis, políticas e sociais são incorporadas à institucionalidade pública conforme impostas pelos diferentes setores da sociedade brasileira, inseridos na luta pela redemocratização.

No âmbito deste processo de reorganização institucional, sob a égide do Estado Democrático de Direito, os espaços democráticos participativos foram também incorporados na estrutura estatal. Por meio destes a sociedade civil poderia, então, participar do Estado. Destarte, com a ‘nova institucionalidade pública’ abriu-se um caminho alternativo para a afirmação de novas perspectivas democráticas e de cidadania no país. Conquanto, tal conquista não se constituiu suficiente para a radicalização do Estado, pois um Estado que continuaria a cultivar padrões autocráticos de sociabilidade, embora democrático institucionalmente, permaneceria minando em suas bases, na sociedade civil, suas próprias instituições e cartas de intenções.

CAPÍTULO III

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: COOPTAÇÕES E CONQUISTAS.

"O desafio da modernidade é viver sem ilusões, sem se tornar desiludido".
(GRAMSCI, itálico nosso).

A anatomia política da sociedade civil, revelada por Marx (2013) ao estudar a estrutura das relações sociais capitalistas e nesta a relação de apropriação da mais valia do trabalho pelo capitalista, lança mão dos elementos *apriorísticos* necessários à compreensão da elevação do "fetiche" da mercadoria, para a reflexão sobre a construção do "fetiche" em torno das relações entre a sociedade civil e o Estado.

No âmbito das democracias capitalistas confirma-se, aos moldes marxianos, a construção da crença na democracia liberal e em seus institutos democráticos como parte do caráter "fetichista" do Estado Capitalista.

O "fetiche" da mercadoria se apresenta como um resultado ideológico do processo de sua elevação da estrutura em superestrutura. Ao se refletir sobre as relações da estrutura e da superestrutura como partes de um complexo e contraditório processo de unidade da multiplicidade, à luz do princípio de unidade-distinção, tal como apresentado por Bianchi (2007) [261] considera-se que como tal as relações entre sociedade civil e Estado são permeadas por cooptações e conquistas das quais não há como prescindir uma análise histórica dos movimentos de afirmação da sociedade civil quando de suas relações democráticas com a sociedade política na modernidade.

Por outro lado é importante destacar que desprovido desta visão "fetichista" e examinando as relações entre Estado e sociedade civil numa perspectiva crítica se concebe na abertura do Estado para a sociedade civil uma importante conquista dos setores progressistas no caminho rumo à conquista da emancipação humana.

Sob o regime político democrático (no qual toda a sociedade pode participar do Estado), vela-se, sob a perspectiva do direito e da cidadania formal, a

[261] As relações entre a estrutura e a superestrutura são interpretadas por Gramsci à luz de um princípio denominado de unidade-distinção: uma oposição não antagônica, mas um distinto em tensão dialética com o outro.

apropriação da mais valia do trabalho humano pelo capital, de modo que cultuando o Estado como externo e superior à sua condição humana finita, o homem deixa de interpretá-lo na sua condição real. Assim o trabalhador aliena-se do Estado e com ele se relaciona, religiosamente, sob a metáfora do ‘sujeito de direitos’, conforme visto em Naves (2008), tal e qual o faz na relação com o produto do seu próprio trabalho, ao alienar-se dele na estrutura.

O “fetiche”, ora revelado, encontra-se, hodiernamente, presente nas relações democráticas entre Estado e sociedade civil, contribuindo, peremptoriamente, para a manutenção da hegemonia liberal-burguesa. Suas contradições só são reveladas quando colocadas em tensão com conteúdos críticos que revelem as lacunas presentes nas perspectivas ideopolíticas que sustentam os institutos democráticos liberais; caso contrário, a participação política no âmbito do Estado continua a ser uma prática ideopolítica alienada e alienante; tal como o é o efeito da construção do “fetiche” da mercadoria diante do produto do trabalho humano.

Tal possibilidade de análise encontra fulcro na interpretação marxiana, conforme visto, não somente na análise estrita acerca do “fetiche” da mercadoria, mas no conjunto das críticas elaboradas por K. Marx ao Estado Capitalista. Doravante, considera-se que as interpretações marxistas gramscianas revelaram-se, particularmente, conforme visto durante o percurso teórico da presente tese, importantes para a decifração das contradições do “fetiche” presentes nas relações entre Estado e Sociedade civil na contemporaneidade, o que se faz decisivamente pela leitura e interpretação da noção de Estado Ampliado em Gramsci.

O princípio de unidade-distinção, conforme apresentado por Bianchi (2007, p. 44) é, neste sentido, um importante elemento para a compreensão da correlação de forças que sustenta as relações presentes no Estado Ampliado. Segundo o autor, tal princípio refere-se a uma oposição não antagônica, um distinto em tensão dialética com o outro. Por este processo, considera-se que o “fetiche” originado na base se reproduz na superestrutura em tensão e complementariedade no interior das relações entre Estado e sociedade civil, tornando-se vivo e operante, na dinâmica de correlação de forças estabelecidas nos contextos democráticos liberais.

Conforme Bianchi (2006, p. 44)

> É por meio das categorias de unidade e distinção que Gramsci tematiza a ‘elaboração superior da estrutura em superestrutura’, ou seja, o processo por meio do qual o particular que tem sede na sociedade econômica se universaliza na sociedade civil. Nesse processo, a sociedade econômica se ‘faz Estado’, ou seja, no seu vir-a-ser a estrutura se superestruturaliza como sociedade civil no Estado integral.

Cumpre ressaltar que o referido pressuposto epistemológico – unidade/distinção – apresentado por Bianchi (2006) é fundamental para a compreensão dos conceitos gramscianos, em seu conjunto e, nesta tese, se desponta como elemento teórico fundamental para se pensar a construção do “fetiche” em torno das relações democráticas liberais burguesas, bem como é ponto de partida para desconstruí-lo, mediante a apresentação de suas contradições na realidade.

Considera-se, assim, que a “fetichização” da democracia contribui, hodiernamente, para manter intocadas as suas raízes na estrutura produtiva capitalista. Sob as bases do respectivo “fetiche” presente nos pilares de sustentação dos institutos democráticos liberais, a instância política e institucional do Estado capitalista se conforma como uma esfera de reconciliação dos conflitos originários na sociedade. Configura-se, nesta perspectiva como uma esfera ética e mediadora dos problemas sociais, reatualizando-se, por esta via, a concepção idealista de Estado, conforme preconizada por Hegel (1997).

O “fetichismo” presente em torno da construção moderna de Estado é pensado numa perspectiva de justificação das relações capitalistas. Sob a crença deste “fetiche” e sem dele prescindir a sociedade continuaria bloqueada em suas possibilidades de transformação. Decorre que em oposição a esta lógica fetichista, a história moderna é prenhe de lutas e contradições que evidenciam a contraditoriedade das relações sociais capitalistas, nas quais o antagonismo de classes está presente e se revela por entre as lacunas do discurso ideológico da burguesia.

Transpondo tais pressupostos teóricos à luz da realidade brasileira e do ordenamento jurídico-formal consolidado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda que o Estado Democrático de Direito tenha sido concretizado no Brasil sem rupturas com a ordem burguesa instituída, Löwy (2009) afirma que o legado político e cultural do processo de redemocratização nacional pode ser

testemunhado historicamente no país, vis a vis aos diferentes projetos em disputa pela hegemonia na modernidade.

A democracia tornou-se, historicamente, o único sistema de governo que possibilitou às classes sociais se colocar em disputa na institucionalidade pública. Os avanços societários em uma ou em outra direção hegemônica, se tornou assim, fruto de uma luta histórica entre antagonismos irreconciliáveis na ordem do capital. Fora disso, restaram os longos períodos ditatoriais, nos quais a sociedade civil fora suplantada, em nome de posições minoritárias autoritárias e fundamentalistas.

Nogueira (2005, p. 102) afirma que “É no âmbito do projeto democrático que se põe efetivamente a questão da sociedade civil. Fora aí, ela não faz muito sentido, ou, o que dá no mesmo, tem um sentido estreito e limitado.” Tal condição histórica implica na formação de uma crença em torno da democracia que a universaliza, por entre os diferentes segmentos da sociedade. Segundo Coutinho (1984) há uma crença em torno do “valor universal” da democracia, o que a coloca para além da crítica à democracia representativa liberal-burguesa.

No Brasil, por entre períodos históricos de democracia e ditadura, o movimento histórico da sociedade civil e do Estado brasileiro revela uma série de tensões, de conformações econômicas, políticas, ideológicas e culturais, que particularmente comportam questões universais, do movimento moderno e da expansão das democracias capitalistas. Coutinho (1984) tratando de tal questão, afirma que, no contexto da luta pela redemocratização do país, uma “[...] prova dessa universalidade da questão democrática são as acesas polêmicas que têm hoje lugar entre as forças progressistas brasileiras, envolvendo o significado e o papel da luta pela democracia em nosso país.” (COUTINHO, 1984, p. 19).

Ainda que a democracia como ‘valor universal’ esteja nas relações contemporâneas, no Brasil, em particular, a democracia sobrevém de uma origem histórica colonial/imperial de base escravista. Assim, resulta de uma síntese de múltiplas determinações – cuja estrutura ideológica se fundamenta em valores universais, mas em sua particularidade nacional, resulta ser fruto de uma histórica cultura política autoritária, patrimonialista, clientelista e bonapartista.

Sob este terreno ideológico e cultural a sociedade civil brasileira se ergueu em face do Estado brasileiro durante o período republicano até a contemporaneidade, de modo que se estabeleceu um conjunto de relações entre Estado e sociedade civil, no qual se por um lado assumiu um caráter de

complementariedade, por outro assumiu um caráter de tensão, conforme o poder de afirmação dos diferentes interesses inerentes aos diversos extratos de classe presentes na correlação de forças históricas.

Fruto desse processo histórico, conforme visto no decorrer do capítulo II, a gênese e desenvolvimento de sociedade civil em Carambeí, no período republicano brasileiro, se deu aos moldes liberais burgueses. Neste período histórico republicano, destaca-se o contexto democrático após 1988, como o momento histórico de maior importância para a correlação de forças entre os diferentes grupos presentes no espaço local carambeiense.

Sob as suas trajetórias em relação ao poder público, demarcou-se a afirmação da sociedade civil carambeiense no contexto democrático brasileiro, a guisa de sua municipalização, como parte de um contexto de maior abertura do Estado brasileiro à participação da sociedade civil no interior de suas estruturas, ainda que sob a vigência de uma democracia de caráter liberal-burguês.

Todavia, mesmo que constitucionalmente instituída no Brasil, após 1988 a democracia política não encontrara base estrutural e superestrutural condizente com os avanços idealmente conquistados, no plano da legalidade. O autoritarismo, presente de forma marcante no âmbito da sociedade política brasileira, (cujas raízes deita historicamente no Brasil[262], desde a colônia até a república) se mantivera fortemente resistente a diferentes tentativas de democratização das estruturas estatais, em favor de uma maior socialização de suas instituições, e consequentemente do poder do Estado,[263] embora importantes conquistas tenham sido concretizadas, como resultado de um processo árduo de resistência empreendidos pelos setores progressistas da sociedade que passaram a participar dos espaços democráticos institucionalizados pós 1988. Estes movimentos comportam o que Luiz (2011) denomina de rupturas moleculares em face da ordem dominante.

[262] A questão da cultura democrática assume um caráter crucial no Brasil e na América Latina como um todo. Esta é uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria, a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do *conjunto* das relações sociais: o que podemos chamar de *autoritarismo social.* (DAGNINO, 1994, p. 104).

[263] De acordo com Dagnino (1994), o autoritarismo a que nos referimos possui natureza social no Brasil e se explica pela natureza, constituição e organização da sociabilidade e da cultura do povo brasileiro. No Brasil, os mecanismos de coerção, inerentes ao estado restrito e ou sociedade política, conforme definida na interpretação gramsciana, auxiliam a afirmação de uma cultura política pautada em raízes autoritárias.

Os espaços participativos institucionalizados da democracia e demais canais de participação direta, garantidos pela Constituição de 1988[264], construíram um campo de ampliação da democracia formal no Brasil e, consequentemente, afirmaram a ampliação da institucionalidade do Estado brasileiro nesta conjuntura histórica, em face dos movimentos de cooptação e conquistas da sociedade civil no interior do Estado brasileiro.

Conquanto, os espaços democráticos que idealmente poderiam se materializar, *per si* como favorecedores de processos de socialização da política e de reivindicação dos setores contra hegemônicos da sociedade civil brasileira, na sequência histórica do processo de redemocratização sobrevieram materialmente prenhes de um *status* democrático, muitas vezes restrito a uma nova formatação das 'regras do jogo' democrático, (enquanto uma estratégia liberalizante para alcançar maior legitimação). O que se põe em contradição aos avanços empreendidos por parte dos setores progressistas do país ao tomarem tais espaços como mecanismos que contribuem para o conjunto das resistências políticas à ordem dominante.

A precária inserção do país no conjunto da lógica de reprodução ampliada do capital e a preservação da estrutura social hierarquicamente organizada agravaram, historicamente, o quadro de dependência da sociedade civil brasileira em relação ao Estado, seja para com ele articular-se em favor de suprir interesses econômico-corporativos, seja para dele receber amparo protetivo, quando da sua atuação diante das expressões da "questão social".

Sob este modelo democrático, os setores contra hegemônicos à ordem burguesa no Brasil, inscritos no Estado democrático contemporâneo, foram incorporados na institucionalidade pública, de forma fragmentada e ou precarizada, o que de partida impôs maior dificuldade para o estabelecido de uma nova correlação de forças.

A setorização da participação e a sua configuração numa dimensão de gerenciamento e não de controle social (NOGUEIRA, 2005) fragilizam as possibilidades de afirmação dos interesses contra hegemônicos, na via política institucional, transformando os espaços participativos muitas vezes em 'ilhas' isoladas do conjunto das demais estruturas do Estado (DAGNINO, 2002), o que

[264] Conselhos gestores de políticas públicas; conferências, comissões, audiências públicas, plebiscito, referendo, etc.

impõe ao conjunto das resistências o necessário esforço para mantê-las articuladas e alinhadas com as perspectivas democráticas radicais.

Diante dos pressupostos teóricos, filosóficos e políticos acerca do debate democrático na contemporaneidade; das determinações históricas particulares das relações democráticas no Brasil e de seus rebatimentos às trajetórias da sociedade civil carambeiense em face do Estado brasileiro, doravante, ao analisar as relações da sociedade civil carambeiense com o poder público municipal, retoma-se a seguinte hipótese de pesquisa:

Na trajetória histórica da SCC em suas relações com o PPM, existem aspectos a serem desvelados que concorrem para estabelecer canais de afirmação dos interesses liberais burgueses no âmbito da política democrática local. A partir desta hipótese e, na mesma linha argumentativa construída no decorrer da elaboração da presente tese, neste capítulo em particular, reflete-se, inicialmente, sobre a dinâmica de organização da sociedade civil carambeiense no contexto democrático brasileiro, a guisa de sua municipalização. Objetiva-se apresentar os principais aspectos determinantes da relação entre Estado e sociedade civil no período (1997 a 2014) em que se organizaram em Carambeí os institutos democráticos representativos e participativos, sob a sua nova condição político-institucional municipalizada.

Na sequência, a fim de consolidar a elaboração da presente tese, realiza-se uma análise acerca das perspectivas das lideranças da sociedade civil carambeiense sobre as respectivas relações entre a sociedade civil e o poder público municipal em Carambeí. Suas concepções envolvem as relações democráticas liberais e as contradições presentes ‘realidade’ os quais, no conjunto, demarcam as correlações de forças democráticas em presença no debate democrático contemporâneo em Carambeí.

As entrevistas tiveram por objetivo geral refletir, a partir da opinião dos representantes da sociedade civil carambeiense pesquisadas, sobre as trajetórias da relação das organizações da sociedade civil local com o poder público municipal. Não se deteve, no processo investigativo, às relações estabelecidas formalmente por meio das estruturas democráticas institucionais de participação, conquanto, houve interesse em configurar as suas diferentes expressões, considerando-se as determinações econômicas, sociais, políticas e culturais do município de Carambeí, no contexto democrático brasileiro contemporâneo.

Tal abordagem se justifica pelo fato de que ao longo da pesquisa o “fetiche” que reside em torno da democracia e da cidadania, em seus moldes formais, (enquanto aspectos de sustentação do Estado Capitalista) fora analisado numa perspectiva de interpretação teórica crítica da realidade. Nesta, o Estado e a sociedade civil são interpretados a partir de um ponto de vista material. Destitui-se, portanto, nesta interpretação, os elementos ideológicos que dão sustentação ao ‘fetiche’, historicamente, construídos pela interpretação liberal-burguesa, em torno das questões que permeiam a análise das relações entre Estado e sociedade civil em contextos democráticos modernos, para concebê-las como um processo contraditório e multidimensional que na relação de classes estabelecidas historicamente envolve tanto movimentos de cooptação como movimentos de conquistas.

3.1 A SOCIEDADE CIVIL EM CARAMBEÍ A GUISA DE SUA MUNICIPALIZAÇÃO.

Na esteira do processo histórico-político de transição da ditadura para a democracia no Brasil, Nogueira (2005, p. 21) aponta que a sociedade “[...] a rigor, não estava preparada para neutralizar o asfixiante controle do Estado, promover uma rápida ruptura com o autoritarismo e impulsionar a transformação democrática do país.”

Reorientar a sociedade para a democracia; instituir nela uma nova ordem jurídico-formal e materializar na realidade um novo patamar de sociabilidade – constituíam-se os desafios históricos a serem superados pela sociedade civil brasileira[265]. Estes desafios se constituíam partes imanentes de um conjunto de ações políticas necessárias ao desenvolvimento dos novos pilares de sustentação da direção hegemônica, (que nasceria no novo bloco histórico democrático[266]), os

[265] Os setores oprimidos da sociedade civil brasileira, historicamente, expropriados pelo poder econômico e político burguês, somados aos grupos burgueses que não partilhavam do domínio estatal burguês à época da ditadura, lograram êxito diante da crise de legitimidade da burguesia que ocupava o bloco de poder militar, para alçar seu voo em busca da abertura do Estado à sociedade, da socialização da política e do poder e da afirmação de direitos.

[266] Faz-se importante destacar, portanto, que durante o respectivo período de crise orgânica, vivido no período ditatorial brasileiro, os setores da esquerda comunista e socialista e demais organizações de resistência ao Estado, sofreram influência de uma vanguarda intelectual, que pela via universitária, apreendiam novos elementos teóricos do marxismo, que não mais se atrelava à posição stalinista soviética, conquanto, encontravam fulcro em autores como Authusser, Meszáros e Gramsci (OLIVEIRA, 2006). A introdução do pensamento de tais autores contribuiu para uma ampliação do pensamento crítico da realidade no Brasil. Muito embora, associado a uma posição de cátedra, o marxismo pode contribuir para fomentar a discussão no país em torno de novas leituras críticas da realidade e novas possibilidades de intervenção política. Constituía-se, desta forma, novos e importantes elementos políticos e ideológicos que serviriam de base para a nova direção

quais, entretanto, viriam a ser solapados no âmbito da conjuntura neoliberal brasileira da década de 1990.

A posição que o Estado brasileiro assumiria em face da afirmação do projeto neoliberal no país se confirmou, conforme Sader (1999), numa posição de minimização de suas estruturas e interesses em relação ao trabalho e de maximização em relação ao capital, transformando-se num Estado, denominado pelo respectivo autor de 'mini-max'. Mínimo para o trabalho, máximo para o capital.

Diante desse movimento superestrutural, em que o Estado, assumidamente voltou-se, de forma privilegiada ao atendimento das demandas econômicas, em detrimento do enfrentamento das expressões da "questão social" no país, se identifica uma nova reatualização dos históricos processos restaurativos da ordem burguesa no território nacional.

Conforme o disposto em Behring (2003), o movimento de contrarreforma neoliberal se deu em contraposição à reforma política, própria da década anterior[267], como frente de desregulamentação dos direitos garantidos pela 'Constituição Cidadã'. Os direitos e garantias jurídico-formais, positivados na respectiva Constituição, são, peremptoriamente, esvanecidos na relação com a sociedade civil brasileira. Com isso, as ações que dele resultam perdem, em sua aparência, a perspectiva do "direito" e assumem um caráter de concessão das classes que ocupam o bloco de poder do Estado a aquelas parcelas da sociedade brasileira que não conseguem, pela via das relações de mercado, se realizar como cidadãos na ordem burguesa.

Um exemplo desse movimento, que encontra materialidade na conjuntura democrática brasileira, o qual obviamente não esgota o conjunto dos impactos do projeto neoliberal para a sociedade brasileira, refere-se ao trato governamental em face de suas ações assistenciais de enfrentamento à pobreza no país. Embora a sociedade brasileira tenha assegurado constitucionalmente o direito aos mínimos sociais, tal como apresentados no capítulo da ordem social da Constituição Federal

---

hegemônica nacional, que mesclada por outros conteúdos e perspectivas ideopolíticas cultivadas em face da lógica de reprodução ampliada do capital, resultariam numa síntese de múltiplas determinações, que viria a ser juridicamente instituída, conquanto, socialmente conquistada pelos diferentes setores da sociedade brasileira pelo processo histórico de conformações e resistências políticas na ordem burguesa nacional – a Constituição de 1988.

[267] As discussões acerca de tais questões acerca do 'terceiro setor' encontram, na articulação do Estado com a sociedade civil e nas disputas de interesses e proposições imanentes a tais esferas, lugar assegurado nos âmbito dos espaços democráticos representativos e ou participativos, tratando-se de uma realidade de pluralismo ideológico hegemônico, porém politicamente cristalizado pelas manobras e alianças econômico-corporativas que se desencadeiam no interior da burocracia estatal, como estratégia de efetivação dos projetos associados à reforma neoliberal.

brasileira, tal direito viu-se solapado nacionalmente, na medida em que nos governos brasileiros do contexto democrático, o enfrentamento da pobreza no país encaminha-se por meio de ações de caráter compensatório. Os programas de transferência de renda[268] apresentam-se como seu *mote*, deixando de lado a perspectiva do direito e o status de política pública alcançado pela assistência social na nova ordem jurídica-constitucional, para se configurar como concessão governamental na respectiva conjuntura.

Diante do exposto, confirma-se que embora numa conjuntura recente a sociedade civil brasileira tivesse avançado jurídico-formalmente no interior do Estado, garantindo a sua ampliação, tal conquista não freou o solapamento das conquistas democráticas, em face da afirmação do projeto neoliberal no Brasil.

Tal realidade confirma-se por uma tendência de não efetividade do conjunto das normas jurídicas brasileiras. Pondera-se que embora no âmbito da nova relação normativa do Estado com a sociedade civil, o país tenha sofrido avanços importantes no sentido da democratização do Estado brasileiro, do ponto de vista de sua efetividade, convém ressaltar que os desafios da ordem democrática, aos moldes do que Nogueira (2005) retratou, continuam a asfixiar os avanços reais de perspectiva democrática, para além de seus estatutos liberais. Há ainda que se preocupar no Brasil, antes mesmo das questões finalistas do direito, com a instituição político-institucional das estruturas democráticas brasileiras.

Tal preocupação, conforme apontada acima, se assenta no fato do Estado brasileiro ter reagido, rapidamente, às imposições da contrarreforma neoliberal, assumindo, diligentemente, tal como apontado por Sader (1999) uma posição “mini-max”. Neste sentido, vale destacar que na esteira da reforma política democrática, o Estado brasileiro empreendeu um projeto de reforma administrativa e gerencial, antes mesmo de colocar avante as reformas políticas necessárias ao aprimoramento do regime democrático brasileiro. Deu-se, portanto, ênfase no país, à efetividade do conjunto de direitos administrativos, em detrimento das questões da ordem dos direitos constitucionais, ao que se confirma o interesse pela eficácia das ações do Estado, no sentido de sua operosidade em face das determinações econômicas, em

[268] Trata-se aqui não somente do Programa Bolsa família do governo federal, mas também outros programas de transferência de renda adotados pelos governos estaduais no Brasil. Um exemplo no Estado do Paraná é o Programa Família Paranaense, que tal como o programa bolsa família, reforça a lógica compensatória das ações assistenciais brasileiras e a perspectiva das ações de assistência social como concessão governamental, desrespeitando-se os princípios constitucionais que colocam assistência social como direito do cidadão, dever do Estado.

detrimento de uma mínima organização político-institucional, em favor do conjunto dos interesses políticos que havia se introduzido na ordem constitucional, em 1988.

Ressalta-se, neste sentido, a criação em 1996 do Ministério da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), do qual foi ministro Bresser Pereira, intelectual do governo FHC, que foi mentor e gestor da reforma do Estado Brasileiro. (MINTO, 2006). Diante da direção adotada pelo Estado brasileiro, na qual a sua ampliação se deu bem mais voltada para o mercado e que a sociedade civil assume novamente uma direção de complementariedade das ações do Estado, através de sua responsabilização pelas ações de natureza social, conforme Arretche (2000), a face social do Estado brasileiro se mostrou restrita a ações refratárias, de natureza compensatória.

De tal forma, a ampliação do Estado que, inicialmente, estava voltada às conquistas político-institucionais das classes subalternas, próprias da conjuntura da redemocratização, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 se consolidou voltada à lógica do capital. Doravante, conforme visto, a área social tivesse encontrado espaço no texto constitucional de 1988, com o capítulo da seguridade social, continuou a ser encaminhada, publicamente, por meio da continuidade das relações de parceria com a sociedade civil, as quais vão sendo cada vez mais regulamentadas sob uma perspectiva gerencial, na conjuntura da reforma gerencial do Estado brasileiro.

Denota-se, com a orientação proposta pelo governo brasileiro, após a redemocratização, que ao restringir ao mínimo as conquistas democráticas de 1988, o fez na perspectiva de atender a interesses da ordem geral do capital, mas também no sentido de proteger interesses econômico-corporativos, particulares a determinados grupos econômicos que se afirmam no Estado, no sentido de instrumentalizá-lo em favor de seus próprios interesses, tal como revelado por Marx e Engels (2002), desde 1847 no *“Manifesto do Partido Comunista”*.

Doravante, coloca-se em questão qual a perspectiva e o fundamento de tal ampliação. Aos moldes do apontado em Sader (1999) pode-se confirmar que a ampliação do Estado se deu, ao longo da década de 1990 em favor do capital em detrimento do trabalho.

Conforme Montaño (2010) no período da década de 1990, o Estado brasileiro se minimizou, em face do enfrentamento das expressões da ‘questão social’ e se ampliou como esfera de apoio à reprodução das relações econômicas, via mercado.

Assim, como consequência desta postura do Estado é novamente depositada na sociedade civil a responsabilidade das ações de natureza social, a qual se reatualiza neste contexto, aos moldes do que analisa Montaño (2010), como 'Terceiro Setor'[269]. Para o autor, o debate do terceiro setor aparece:

> [...] tanto no plano legal quanto na esfera financeira, como contrapartida à retirada paulatina da responsabilidade estatal no trato à 'questão social'". [...] O debate dominante sobre o 'terceiro setor' torna-se, assim, funcional ao processo de reformulação do padrão de resposta à sequelas da 'questão social', propiciado no interior da estratégia neoliberal de reestruturação do capital. (MONTAÑO, 2010, p. 15).

O terceiro setor atua na reposição das classes subalternas, numa lógica subsidiária e complementar ao Estado e ao Mercado, na medida em que reforça as lógicas de terceirização de recursos e a 'refilantropização' da questão social, pela via do recebimento direto de recursos do poder público, que se dá por meio de subvenções sociais[270] e ou através da sua contratação como prestador de serviços diretos ao Estado.[271]

Não obstante à lógica de reestruturação do Estado, em que sua minimização resulta numa maximização da intervenção da sociedade civil como coadjuvante ao Estado na execução de diferentes políticas públicas (educacionais, culturais, etc.), registra-se na respectiva conjuntura da década de 1990, o surgimento de novas organizações civis prestadoras de serviços sociais e culturais no âmbito da sociedade civil local em Carambeí. Tais, em sua maioria, passam a atuar em parceria com o poder público, somando-se ao conjunto das demais organizações já existentes no espaço local. A relação de parceria se intensifica após a municipalização.

---

[269] Nesta perspectiva do 'Terceiro Setor' "[...] definida como um conjunto indiferenciado de organizações, identificadas sob a denominação genérica de *entidades sem fins lucrativos*, passando por cima das clivagens de classe, da diversidade dos projetos políticos e das instâncias de representação política como sindicatos e partidos." (RAICHELIS, 2009, p. 385).

[270] Ressalta-se que todas as entidades assistenciais locais dependem continuamente do recebimento de recursos públicos para a execução dos serviços por ela disponibilizados à população local, via o recebimento de subvenções sociais. (CARAMBEÍ, Dados da Câmara de Vereadores de Carambeí, 2013).

[271] Cabe ressaltar que esta vem sendo a tônica de algumas parcerias firmadas pela prefeitura municipal com as organizações da sociedade civil em Carambeí. A modalidade de contrato de prestação de serviços por parte da prefeitura municipal e OSCIPs começou ser adotada no segundo mandato da gestão do prefeito Osmar Rickli. É a situação, por exemplo, da instituição de acolhimento institucional – Casa Lar Talita de Carambeí, inaugurada em 2009, que passou a ser administrada por contrato de prestação de serviços, estabelecidos pela prefeitura e uma OSCIP e do um Centro de Educação Infantil Canaã, inaugurado em 2010, que também passou a ser administrado por uma OSCIP. Neste caso, o contrato, foi estabelecido entre a prefeitura municipal com a Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí – AASEC.

Neste sentido, cabe destacar a criação da Associação Pe. Theodorus Kopp[272] (instituição vinculada à Igreja Católica[273]), em 1994, cujo objetivo configura-se pela prestação de atendimento assistencial a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social da região da vila Boqueirão, território em que se localiza um dos bolsões de pobreza de Carambeí.[274]

> Em 1996, houve a criação em Carambeí da Associação Cultural Brasil-Holanda - ACBH, organização que desde então se pôs na realidade local, no sentido de reforçar a cultura holandesa num contexto em que, ao menos em Carambeí, havia perdido a supremacia econômica na esfera produtiva local, materializando-se, assim, como um aparelho privado de hegemonia dado a fortalecer culturalmente o grupo holandês no território brasileiro. Sendo assim, nasceu vinculada a diversas colônias holandesas do Brasil. Conforme dados publicados pela ACBH tal organização objetiva "[...] preservar o patrimônio histórico artístico e cultural holandês e brasileiro para a posteridade. Também quer incentivar, desenvolver e divulgar as várias formas de expressão cultural." (CARAMBEÍ, Associação Cultural Brasil-Holanda, 2014).[275]

Outro movimento constatado na realidade local, neste período refere-se à criação de diversos sindicatos, sejam eles patronais e ou de trabalhadores, tanto vinculados a setores industriais como rurais. Há também o aumento das associações de natureza educacional, social, cultural e econômica e, ainda, o surgimento de instituições de caráter complementar aos serviços de saúde locais.

Na primeira metade da década de 1990, surgem então as seguintes organizações na sociedade civil carambeiense. Em 1991, o primeiro sindicato de trabalhadores de Carambeí, o dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes e Derivados e Rações Balanceadas de Castro, Carambeí e Região – Paraná - SINTAC[276]. Durante o ano de 1996, depois da abertura do capital da cooperativa Batavo e o setor de laticínios e derivados, carnes e rações ficou sob o domínio de

---

[272] Vinculada à igreja católica a respectiva associação, homenageia um reverendo holandês, que conforme visto anteriormente, foi presença religiosa marcante na história de Carambeí.

[273] São elas: a instituição Rainha da Paz, uma comunidade terapêutica que atua com dependentes químicos em regime de internamento e o Lar Santo Antônio que desde a década de 1980 atende idosos da região, em regime de acolhimento institucional. (Disponível em: http://www.diocesepontagrossa.com.br/. Acesso em: 24, ago., 2014).

[274] É o caso da ação social da Capela Nossa Senhora Aparecida, fundada em 02/07/1993.

[275] Disponível em: http://www.acbh.com.br/. Acesso em 20, jul.2014.

[276] O "[...] SINTAC foi fundado em 24 de março de 1991 e desde então vem defendendo e lutando pelos interesses econômicos e sociais da categoria que representa e da classe trabalhadora em geral." (CARAMBEÍ, SINTAC, 2014).

empresas multinacionais, houve o desmembramento do setor sindical, com a criação de um sindicato específico para o setor cooperativo. Nesta lógica, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas da Região Sul do Paraná - SINTRACOOSUL[277].

Ainda no movimento sindical local, surgem durante o ano de 1997 outros 4 (quatro) sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores, Motoristas, ajudantes e administradores de transportadoras[278]; o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de laticínios, carne e derivados de Carambeí; o Sindicato Rural de Carambeí e o Sindicato dos Empregados Rurais de Carambeí. Neste mesmo ano registra-se a criação da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Carambeí, órgão que atua como sindicato patronal dos respectivos setores na região.

Destaca-se, portanto, este ano de 1997, não somente como o primeiro ano da gestão pública municipalizada, mas também da reorganização e ampliação das organizações trabalhistas e patronais no município de Carambeí. A década de 1990 se constitui, portanto, como um marco importante para o processo de organização do movimento sindical na região. Diferentemente da organização patronal que se estruturou institucionalmente unificada, ressalta-se a fragmentação da classe trabalhadora local ao desmembrar a organização sindical inicial e ainda nos demais sindicatos que foram se formando no espaço local, o que evidenciou a lógica institucionalizada assumida pelo sindicalismo no Brasil e sua sujeição à dinâmica do capital[279].

Enquanto aparelhos privados de hegemonia sejam os vinculados às classes dominantes, (no caso dos sindicatos e associações patronais) ou os intelectuais orgânicos à classe trabalhadora, (no caso dos sindicatos e associações vinculadas aos trabalhares), tais organizações resultam-se ser, per si, na história mundial, importantes canais de aglutinação das demandas políticas de natureza econômico-corporativa, seja em favor dos interesses do capital, seja em favor do trabalho. A diferença está em como aglutinar tais demandas, sob uma mesma alavanca de comando, conforme apontara Gramsci (2012, p. 280)

[277] Segundo informações repassadas pelo representante do SINTRACOOSUL, entrevistado pela pesquisadora, tais sindicatos se diferenciam quando analisados em suas formas de atuação política. O primeiro é mais combativo e o segundo é mais conciliador em suas relações com os órgãos empregadores.
[278] (Disponível em: empresasdobrasil.com. Acesso em: 24, ago., 2014).
[279] Muito embora no Brasil, conforme Fausto (2012) os sindicatos, tenham servido historicamente aos interesses governistas, se institucionalizando e, por vezes, subordinaram-se às manobras econômicas e político-eleitoreiras das elites brasileiras, na conjuntura da redemocratização na década de 1980 se comportaram como importantes intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, contribuindo, inclusive para alavancar o processo constituinte (NOGUEIRA, 2003).

> Na luta, é preciso ter as posições ou as alavancas de comando, aquilo que se chama de chaves da situação etc. isto é, quando se têm forças determinadas e limitadas, é preciso distribuí-las de modo a ter nas mãos as posições estratégicas que dominam o conjunto da situação e permitem guiar o desenvolvimento dos acontecimentos.

Quanto à criação dos sindicatos rurais de Carambeí (patronal e dos trabalhadores), confirma-se no respectivo momento histórico, a entrada do respectivo setor[280] na correlação de forças políticas locais, o que se fez de forma independente da cooperativa Batavo. Com a criação desses sindicatos, juntamente a gênese das associações de produtores rurais, pode-se afirmar que começa haver uma maior complexificação institucional, no que se refere às relações de trabalho locais; incorporam-se a elas, diferentes posições políticas de comando, em face dos conflitos de interesses econômico-corporativos no conjunto das relações de forças em presença.

Os sindicatos passam, então, a atuar na dinâmica da sociedade civil carambeiense e, como aparelhos privados de hegemonia, passam a fortalecer a perspectiva de luta de classes na superestrutura local, ainda que, por esta via estejam eles fragmentados em lutas econômico-corporativas.

Tais registros históricos da formação de um conjunto de organizações sindicais em Carambeí indica o emergir de um movimento de maior articulação entre os diferentes segmentos da sociedade civil carambeiense. Um movimento que se encontrava em fase de ampliação, desde o início da década de 1990 e que se com a criação das novas organizações civis, as quais passaram a atuar no espaço local numa lógica complementar ao Estado caracterizando-se na perspectiva do “terceiro setor”, conforme apontado por Montaño (2011), em face do projeto de reforma gerencial do Estado, efetivado a partir de 1995 no Brasil.

É no bojo de tal reforma que a sociedade civil brasileira retoma sua condição instrumental e subsidiária à lógica de reprodução ampliada do capital, na medida em que na relação com o Estado assume parte das responsabilidades estatais (o enfrentamento das expressões da “questão social”) uma vez que o Estado brasileiro, sob este paradigma, vem se ampliando cada vez mais, restritivamente, em favor das demandas do mercado.

---

[280] No mesmo ano é criada a Associação de Produtores Rurais de Catanduva de Fora, em Carambeí. Em 2003 registram-se a criação da Associação dos produtores de leite de Catanduva de Fora e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Catanduva de Fora. (Disponível em: empresasdobrasil.com. Acesso em: 24, ago., 2014).

Questão importante de se refletir no âmago de tal conjuntura histórica brasileira é a premente desconstrução da crença da sociedade brasileira nos institutos democráticos liberais e ao culto a cidadania formal e aos direitos a ela inerentes, pois como tal, a emancipação política é concebida de forma transviada pela sociedade civil brasileira. Há que se analisar o conjunto de mediações presentes na dinâmica real das relações entre Estado e sociedade, para se verificar que na realidade o processo democrático brasileiro fora asfixiado pelo conservantismo dos grupos que ocuparam o bloco de poder estatal desde a redemocratização até a contemporaneidade.

Por óbvio que no respectivo contexto, a implantação dos mecanismos para efetivação dos direitos à participação política nos espaços democráticos participativos, bem como dos instrumentos necessários para a garantia dos direitos sociais dispostos na Constituição de 1988 sofreram com os revezes impostos pelas determinações econômico-políticas desse período. Contrariamente, à crença depositada pela sociedade brasileira nos institutos democráticos liberais, a realidade das instituições democráticas, em especial, no que se refere aos espaços democráticos participativos, sofreram um processo de esvaziamento de conteúdo político democrático e afirmaram no país, com um nítido sentido gerencial e burocrático, configurando-se, bem mais como espaços cartoriais, do que propriamente, políticos. Tal crítica é vista em autores como Gohn (2011), Tatagiba (2002), Perissinoto (2004), Nogueira (2005), Dagnino (2002), Arretche (2000), etc.

Sob as influências da respectiva tendência das ações estatais, a lógica da desregulamentação dos direitos perpassara a tônica das reformas do Estado. Conforme Arretche (2000), a centralização de recursos no governo federal continuava a ser uma característica marcante do Estado brasileiro no contexto democrático que sucedeu a ditadura militar.

Imerso em tais mediações históricas recentes do país, como fruto da dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil, em Carambeí confirma-se em meados da respectiva década de 1990, a guisa de sua municipalização, a elevação do então distrito do município de Castro, ao status de município perante a federação brasileira.

Oficialmente o processo emancipatório de Carambeí iniciou com um plebiscito em 1995, seguido das primeiras eleições municipais pelo seu processo emancipatório, pelo qual conquistou status de ente federado perante o Estado

Brasileiro, enquanto município. Conforme apontado, sua municipalização se deu no auge da conjuntura de liberalização da economia nacional e sua sujeição aos ditames da ordem econômica mundial imposta pelo neoliberalismo e da reestruturação do Estado brasileiro, sob a ótica da reforma gerencial. No auge deste contexto nacional, a primeira gestão municipal de Carambeí se deu em 1997[281], com a elevação de Carambeí ao *status* de município, perante o Estado federativo brasileiro, se iniciou a estruturação político-institucional local.

Conforme o exposto por Fiala (1997), uma das principais razões que motivou a emancipação de Carambeí decorreu do interesse da comunidade carambeiense por gerir os recursos provenientes da arrecadação dos impostos locais.[282] Ou seja, havia um interesse político explícito – a conquista de maior autonomia na gerência de seus próprios recursos.

Segundo o representante do grupo holandês de Carambeí, entrevistado pela pesquisadora, o interesse pela emancipação surgiu entre o próprio grupo alguns anos antes do processo se efetivar oficialmente. Vejamos o que diz esse sobre esse processo:

> [...] começou por que a gente sentia falta de um interesse. Em função do crescimento. [...] Então, éramos considerados brasileiros; nós todos éramos considerados e achávamos que poderíamos trabalhar numa emancipação. (CARAMBEÍ, APHC, 2014).

Durante a década de 1990, centrado também no interesse econômico, devido ao crescimento da região até então, lideranças políticas do Partido Trabalhista Brasileiro levaram a diante o projeto da emancipação de Carambeí [283], o qual embora já cultivado entre o grupo holandês de Carambeí viu-se materializado na superestrutura política sem a sua participação.

---

[281] Através da participação da comunidade carambeiense, no dia 13 de dezembro de 1995, foi realizado um plebiscito, no qual segundo Aardoom, Ferreira E. E Ferreira L. (2002, p. 4). “95% da população compareceu às urnas para a sua realização, sendo que 02% votou contra a emancipação e 93% votou a favor, consolidando pelo voto a oficialização da emancipação”. Assim, em 13 de dezembro de 1995, Carambeí é considerado desmembrado do município de Castro e elevado ao *status* de município, pela lei estatual nº. 11.225.

[282] “A comunidade carambeiense sentiu a necessidade de liberdade para poder ficar com a arrecadação que Carambeí dava a Castro, pois Castro não daria conta de atender Carambeí na proporção necessária às necessidades sociais da cidade.” (FIALA, 1997, p. 29).

[283] Nos primeiros anos da década de 1990 Carambeí contava com um vereador eleito no legislativo castrense, Sr. Alci Pedroso de Oliveira (primeiro prefeito eleito em Carambeí) o qual articulou politicamente o respectivo processo, conforme depoimento do presidente do respectivo partido, à época, em estreita articulação com o prefeito de Castro e com o presidente da assembleia legislativa do Paraná, apesar das divergências inscritas nos seio do poder legislativo castrense, em razão da significativa perda de tributos, caso Carambeí viesse a se emancipar.

Aos moldes do que Fiala (1997) havia afirmado anteriormente, nas palavras do presidente do PTB, verifica-se que ao pleitear a emancipação, o respectivo partido mantinha interesse pelos recursos financeiros arrecadados na região, conforme citado a seguir: “[...] se nós nos emancipássemos de Castro com aquela receita, com certeza os benefícios que teriam pra sociedade de Carambeí seriam muito melhores do que era antes.” (PTB, 2014).

Disso posto, pode-se perceber que os interesses pela emancipação circunscreviam questões econômicas e sociais, as quais, entretanto, não eram unânimes na sociedade civil local. Apesar da presença marcante dos interesses favoráveis à emancipação em Carambeí, contrariamente, no depoimento do representante do sindicato de trabalhadores de cooperativas, entrevistado pela pesquisadora, verifica-se que esta organização trabalhista se manifestava contrária ao respectivo processo, desde então.

> [...] a discussão que se passava na época, era que o município não tinha, na visão sindical, uma estrutura pra virar município. Então, não houve participação efetiva do sindicato na contribuição pra votação para o plebiscito, por que quem defendia a emancipação era de direita. E o sindicato não ia concordar com isso na época, (embora tivesse seus argumentos e fundamentos). A argumentação era que transformar um distrito, que na época era município de Castro, sem o mínimo de estrutura - hoje ainda é deficiente - mas não tinha nada na época, seria um absurdo. Era bom que fosse dependente de outra cidade, que conseguiria, talvez, trazer mais recursos pro município. (SINTRACOOSUL, 2014).

Apesar das divergências políticas apontadas, seja de parte do legislativo castrense, seja do próprio sindicato dos trabalhadores de cooperativa, conforme pode ser visto acima, no conjunto do processo, revelaram-se como fatores determinantes que justificavam a emancipação de Carambeí, os seguintes: o desenvolvimento agroindustrial da colônia; a consequente infraestrutura que se formou em torno da mesma e o aumento da arrecadação de impostos, somados ao engajamento político-institucional de lideranças locais concorreram, decisivamente, para que na década de 1990 ocorresse a emancipação político-institucional de Carambeí.

Conforme se pode observar na história da gênese do município de Carambeí, o interesse político pela emancipação centrou-se na intenção de maior autonomia na gerência dos recursos advindos dos tributos locais. O que não estaria desvinculado em tal intenção do desejo de melhor administrar, com tais recursos, as questões de ordem social da região.

Ao ser emancipado, embora autônomo político e administrativamente, ao se vincular às demais esferas da federação, passaria a interagir com o estado e o governo federal, de forma dependente e subordinada ao conjunto de normas jurídicas que regulam os recursos na federação. Esta é uma matéria que ao ser regulada pelo Estado Brasileiro, obteve menor potencial de descentralização no país, permanecendo a maior parte dos recursos no governo federal (ARRETCHE, 2000).

Tal postura do Estado brasileiro tornou os municípios da federação autônomos político e administrativamente e ao mesmo tempo dependentes financeiramente do governo federal. Ainda que se constituam municípios com potencial econômico importante e que a arrecadação seja elevada a um nível considerado relevante para o nível do desenvolvimento municipal, há uma condição estrutural no modus operandi da federação brasileira que determina a lógica de centralização dos recursos no governo federal.

Diante de tais condições interinstitucionais estabelecidas entre os diferentes entes federados do Brasil (governo federal, estadual, municipais e distrito federal), apesar do poder público em Carambeí ter sido municipalizado, não alçou condições de intervir, decisivamente, com a primazia das ações sobre a realidade municipal.

Contrariando, assim, aos argumentos favoráveis à emancipação como condição necessária à melhor atenção às demandas locais, aos moldes das análises de Montano (2011), pode-se afirmar que as expressões da questão social em Carambeí não poderiam ser resultantes da não absorção total dos recursos próprios arrecadados na região, mas, sobretudo, consequências das imposições burguesas particulares à entrada do país na conjuntura econômica nacional neoliberal, bem como à forma com que o Estado brasileiro respondia político, administrativamente e financeiramente a tal realidade, conjuntamente à histórica forma do país fazer política (de forma conservadora e particularista) sem atentar-se ao compromisso, ainda que liberal, de fazer desenvolver livremente o capitalismo no país.

Conforme visto anteriormente em Cunha (2011) a abertura do capital nacional ao capital internacional gerou em Carambeí a internacionalização do capital produtivo e financeiro do polo agroindustrial local, que embora, originalmente, tivesse se formado e se consolidado, por meio do cooperativismo, viu-se converter na respectiva conjuntura, em capitais de propriedade de empresas multinacionais.

Afirmando-se, portanto, como município, do respectivo cenário econômico e político brasileiro, Carambeí passou a se organizar institucionalmente como municipalidade, no interior Estado brasileiro, estruturando os espaços democráticos institucionalizados inerentes aos poderes públicos municipais no Brasil.

Neste movimento, em meio ao processo de estruturação político-institucional municipal, conforme dados da justiça eleitoral (2014), quanto à dinâmica democrática representativa, tem-se que no primeiro pleito eleitoral elegeram-se vereadores 2 (dois) representantes do PTB; 1 (um) do PMDB; 2 (dois) do PRP; 2 (dois) do PPB e dois do PDT, totalizando 9 (nove) vereadores eleitos. Da primeira gestão até a atual, outros partidos se estruturaram em Carambeí, totalizando atualmente 14 (quatorze) partidos políticos registrados no município.[284]

Desde a gestão 2001-2004, (primeira que o PFL/DEM[285] participou do pleito eleitoral), o respectivo partido obteve o maior número de candidatos eleitos para vereador no município (11 vereadores), seguido do PSDB[286] (7 vereadores) e do PTB (5 vereadores). Estes são também os partidos que elegeram os prefeitos do município durante suas 5 (cinco) gestões municipais.

Verifica-se que os partidos políticos com maior expressão (em número de candidatos eleitos no legislativo municipal em Carambeí) são aqueles localizados no âmbito da perspectiva democrática liberal. Tidos, nacionalmente, como partidos de "direita" o PFL/DEM e o PSDB estiveram, historicamente, vinculados aos interesses da classe dominante economicamente no país. Nos anos 1990 estes mantiveram uma política estreitamente ligada a vertentes conservantistas e liberalizantes do

---

[284] São eles: Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; Partido Social Cristão- PSC; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Partido Progressista Brasileiro – PPB; Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Partido da Frente Liberal – atual Democratas – PFL (DEM); Partido Republicano Progressista – PRP; Partido Democrático Trabalhista – PDT; Partido dos Trabalhadores – PT; Partido Liberal - atual Partido da República - PL – PR; Partido Humanista da Solidariedade – PHS; Partido Social Democrático – PSD; Partido Trabalhista Nacional – PTN e o Partido Progressista – PP. (PARANÁ, Justiça Eleitoral, 2013).

[285] "Art. 2° - O partido exercerá as suas atividades de conformidade com a Constituição Federal, a legislação eleitoral e partidária, e com base no seu programa, na declaração universal dos direito do homem, na legislação eleitoral e partidária e na Constituição Federal. Parágrafo único – O Programa do Democratas se fundamenta nos princípios do regime democrático, do Estado de Direito, da livre iniciativa e da justiça social." (BRASÍLIA, Estatuto do DEM, 2007). Disponível em: http://www.dem.org.br. Acesso em: 15, ago., 2014.

[286] "Art. 2º. O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais." (BRASÍLIA, Estatuto do PSDB, 2013). Disponível em: http://static.psdb.org.br. Acesso em: 17, ago., 2014).

Estado brasileiro. Confluindo com a conjuntura nacional da década de 1990, neste período partidos políticos originados em uma base politica de ‘esquerda’, não encontraram um espaço importante na estrutura político institucional carambeiense. Em todos os anos de gestão municipal, o PT elegeu apenas um vereador em Carambeí, tratando-se desta última gestão municipal (2013-2016).

Partidos políticos históricos como o PTB e o PMDB, tidos como partidos políticos fortes historicamente no Estado do Paraná, embora tenham alçado representação nas primeiras gestões, junto com o PPB e o PL/PR não conquistaram representação nas últimas eleições. O PHS, em toda a série histórica das gestões municipais, não registrou nenhum candidato eleito no município.

Verifica-se ainda na série histórica analisada uma maior diversificação nas representações partidárias no legislativo nas duas últimas gestões. O que na primeira gestão 1997-2000 ficou concentrada em 5 (cinco) partidos políticos na última gestão 2013-2016 aumentou para 9 (nove) partidos políticos representados. Com a maior diversificação nas representações, pode-se dizer que há uma tendência a se fortalecer o debate político no legislativo municipal, reduzindo a polarização de opiniões entre partidos políticos isolados e se fortalecendo a lógica das coalizões para a definição dos rumos políticos no município, em detrimento de uma perspectiva política personalista.

Quanto ao executivo municipal, nota-se, no quadro abaixo, que os partidos que elegeram candidatos a prefeito, são os mesmos partidos com maior representação na câmara de vereadores. São eles o PTB, o PSDB e o DEM (PTB e do PSDB por 2 (dois) mandatos seguidos, as duas primeiras gestões foram representadas pelo PTB, a terceira e a quarta pelo PSDB e a quinta pelo DEM).[287]

Confirma-se, portanto, ainda nos primeiros anos após a municipalização de Carambeí, além da parte administrativa e a estruturação dos espaços democráticos

[287] A gestão 1997-2000 foi encerrada pelo prefeito Alci Pedroso de Oliveira que se recandidatou atingindo sua reeleição para a gestão 2001-2004. Em 23 de abril de 2002 o então prefeito foi afastado judicialmente do cargo no executivo municipal, após ter sido realizada pelo ministério público, várias denúncias de corrupção e demais irregularidades em sua gestão. Com seu afastamento assumiu o executivo municipal o então vice-prefeito Nelson Crist. Neste período foi aberta Comissão Parlamentar de Investigação em relação à gestão do então prefeito, sendo que em meados de 2003 Alci Pedroso de Oliveira voltou a ocupar a cadeira no executivo municipal, após votação no plenário da câmara municipal de vereadores, onde foi concedido, por maioria de votos, o seu retorno ao cargo de prefeito, até o final da gestão em 2004. Nas eleições de 2004 candidataram-se a prefeito do município os senhores Osmar Rickli, coligação “Ghegou a Hora, Carambeí”, pelos partidos PSDB/PMDB/PFL/PDT/PTC, obtendo 5537 votos, Sergio Augusto Spinardi, coligação “Por um Carambeí melhor”, dos partidos PP/PT/PPS, obtendo 2659 votos e Juceli Ruths, da coligação UPC – Unidos por Carambeí, dos partidos PTB/PTN/PL/PRTB/PRP/PT do B. obtendo 1614 votos. Com este resultado nas urnas Osmar Rickli tornou-se por maioria de votos prefeito municipal de Carambeí, na gestão 2005-2008. (SILVA, 2008, p. 94).

representativos os quais foram sendo disputados pelos diferentes partidos políticos ao longo das gestões municipais, se organizou, também no âmbito do poder público municipal, o conjunto dos espaços democráticos participativos.

Conforme aponta Gohn (2001, p. 58)

> [...] ao final da década de 1980, parcelas da oposição política às elites tradicionais brasileiras ascenderam ao poder em várias cidades e no governo de alguns estados. Esse fato é de suma importância, por ele possibilitou requalificar a temática da participação em outras dimensões, que dizem respeito ao aprofundamento da democracia, à construção de um novo paradigma; às ações coletivas baseadas na categoria da cidadania; e à construção de novos espaços de participação, lastrados não em estruturas físicas, mas em relações sociais novas que se colocam entre o público e o privado originando o público não estatal.

Assim, no contexto da década de 1990 no Brasil, em contraposição à ordem burguesa, os setores progressistas da sociedade brasileira permaneceriam a lutar pela ampliação e abertura do Estado - para além da direção hegemônica burguesa - pela incorporação nas bases estatais dos interesses antagônicos ao capital, o que garantiu a regulamentação de diferentes direitos sociais, bem como o direito à participação da sociedade civil pela via da implantação dos conselhos gestores de políticas públicas. Somente na década de 1990 foram criados 22 (vinte e dois) conselhos nacionais no país. (PÓLIS, Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2011). Este movimento embora protagonizado pelo poder público nacional pode ser considerado uma conquista dos setores ‘de baixo’ da sociedade brasileira, uma vez que nestes atos de criação de espaços democráticos participativos por parte do Estado brasileiro se viu que a demanda por maior participação da sociedade civil no Estado teria sido incorporada pelo poder público brasileiro nesse momento restaurativo daquela revolução passiva protagonizada em seu momento renovador desde a década de 1980, com o processo de redemocratização. O avanço do ponto de vista político democrático se concretizava no Brasil contrário aos rumos econômicos que tomava o país, conforme visto em Behring (2003).

Em Carambeí, neste mesmo contexto econômico político da década de 1990, foram criados 7 (sete) conselhos gestores de políticas públicas e 1 (uma) comissão no município, conforme se verifica no quadro 2 abaixo. Já na primeira década do século XX, há uma ampliação do número de conselhos e comissões no espaço local. Entre os mapeados na pesquisa 13 (treze) espaços democráticos

participativos foram criados a partir dos anos 2000, sendo que destes 11 (onze) são conselhos gestores de políticas públicas.

Quadro 1 – Mapeamento dos Espaços democráticos participativos criados pelo PPM de Carambeí – 2014.

N.	MODALIDADE/ÁREA DE ATUAÇÃO/CARÁTER	ESPAÇO INSTITUCIONAL	LEI DE CRIAÇÃO OU ANO
1	Conselho/Educação//Deliberativo.	Conselho Municipal de Educação	Lei 024/1997
2	Conselho/Assistência Social/Deliberativo.	Conselho Municipal de Assistência Social	Lei 054/1997
3	Conselho/Criança e adolescente/Deliberativo.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Lei 051/1997
4	Conselho/Saúde/Deliberativo.	Conselho Municipal de Saúde	Lei 012/1997
5	Conselho/Trabalho/Deliberativo.	Conselho Municipal do Trabalho	Lei 018/1997
6	Comissão/Calamidade Pública/gestor.	Comissão de Defesa Civil - COMDEC	Lei 078/1998
7	Conselho/Habitação/Gestor	Conselho Municipal do Projeto Paraná 12 meses	Lei 070/1998
8	Conselho/consultivo/fiscalizador	Conselho Municipal de Desenvolvimento	1998
9	Conselho/Assistência Social/Acompanhamento/Controle Social.	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima	Lei 180/2001
10	Comissão/Ambiental/Fiscalizadora.	Comissão Florestal Municipal	Lei 188/2001
11	Comitê/Assistência Social/monitoramento e acompanhamento.	Comitê de Controle Social do Bolsa Família	Lei 180/2001
12	Conselho/Segurança/Deliberativo.	Conselho Comunitário de Segurança de Carambeí	Lei 300/2003
13	Conselho/deliberativo.	Conselho Municipal da Mulher	Lei 341/2004
14	Conselho/Cultura/Deliberativo/Normativo/ Fiscalizador.	Conselho Municipal da Cultura	Lei 389/2005
15	Conselho/Pessoa com deficiência/deliberativo.	Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência	2005
16	Conselho/Ambiental/Consultivo/Deliberativo	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Lei 433/2006
17	Conselho/Idoso/deliberativo	Conselho Municipal do Idoso	Lei 542/2007
18	Conselho/Juventude/deliberativo	Conselho Municipal da Juventude	2008
19	Conselho/Transito e Transporte/Consultivo	Conselho Municipal de Trânsito e Transporte	Lei 1007/2013
20	Conselho/Igualdade Racial/consultivo	Conselho Municipal de Promoção da Igualdade.	Lei 1026/2013
21	Conselho/Antidrogas/consultivo	Conselhos Municipal de Políticas sobre Drogas	Lei 1047/2014

Fonte: Dados da pesquisa.
Org.: a autora.

Cabe ressaltar que com a criação de tais espaços, as organizações da sociedade civil são incorporadas institucionalmente no âmbito do Estado, compondo

o movimento de sua ampliação, no sentido gramsciano do termo. Estabelece-se, com tal movimento, a relação entre a sociedade política e a sociedade civil, em face da dinâmica própria do Estado Ampliado que se traduz na fórmula: 'hegemonia couraçada de coerção'. (GRAMSCI, 2012).

Nos conselhos criados em Carambeí, conforme apresentados acima, ao longo dos anos após a sua municipalização, 18 (dezoito) organizações da sociedade civil encontram lugar de participação democrática institucionalizada no âmbito do poder público municipal. Assim, pode-se dizer que formalmente a participação política da sociedade civil local se vê fortalecida na sua relação com o PPM. Apesar das dificuldades e desafios enfrentados no exercício político democrático participativo, registram-se também conquistas desta experiência de participação política no espaço local[288].

No respectivo contexto de relações municipalizadas entre Estado e sociedade civil, novas organizações foram sendo criadas na SCC. Se por um lado tais organizações viram aberto um espaço de participação no PPM, o que veio a fortalecer as suas práticas políticas em Carambeí, por outro lado, houve na realidade municipal o reforço de suas intervenções numa perspectiva de prestação de serviços de interesse público, em face do enfrentamento das expressões da 'questão social' na região. Esta posição de executora de serviços públicos que de forma prioritária deveriam ser executadas pelo Estado, confirma a atuação da SCC como subsidiária na execução de ações em face da efetivação de diferentes direitos sociais. Esta

[288] Em 2008 quando da realização da dissertação do mestrado em que pesquisamos lideranças dos espaços representativos e participativos do PPM, sendo o prefeito municipal, o presidente da câmara de vereadores e dois presidentes de conselhos gestores de políticas públicas, sobre as dificuldades e conquistas da participação chegou-se aos seguintes resultados: "As dificuldades apontadas pelos sujeitos revelam-se como determinadas pela cultura política local, uma vez que resultam das relações que se estabelecem entre os diferentes espaços do poder local institucionalizado em Carambeí. Como bem apontou o PM o clientelismo e o assistencialismo configuram-se como práticas adotadas no município ao longo do histórico municipal. Verificamos ainda que as dificuldades dos sujeitos representantes dos conselhos estão relacionadas à fragilização das instituições democrática-participativas e ainda do desconhecimento e da inexperiência dos sujeitos no que se refere à prática participativa frente à burocracia estatal, e ainda devido a histórica não socialização da política no Brasil, questão esta visível nas relações entre os espaços do poder local institucionalizado em Carambeí, conforme verificamos. Podemos dizer sinteticamente, que em Carambeí as conquistas do poder local institucionalizado, na visão dos sujeitos pesquisados, foram as seguintes: a elevação da consciência da população brasileira em geral frente à realidade, (PCMV); uma ação de geração de renda, desenvolvidas no município, (PM); uma ação de investigação e diagnóstico da realidade local para subsidiar ações públicas, (PCMT); uma ação de controle social, frente à destinação de recursos sócioassistenciais, (PCMAS). Podemos observar, a partir da fala dos sujeitos, que as conquistas do poder local institucionalizado de Carambeí, embora tenham relevância do ponto de vista específico, constituíram-se ações desarticuladas e isoladas entre si, apontando para a não aproximação teleológica entre as ações. Ora, estes apontam conquistas, tomando por base um apontamento geral no contexto nacional, (PCMV); ora num sentido restrito apontando ações pontuais (PM, PCMT, PCMAS). Consideramos, então, que as conquistas do poder local institucionalizado em Carambeí podem ocorrer na medida em que os sujeitos reconheçam em suas práticas as possibilidades de melhor relacionar-se entre os espaços participativos e representativos, entendendo o processo político-institucional, num sentido mais amplo, e ainda aprendendo a operar e a controlar as questões de interesse público no espaço local." (SILVA, 2008, p. 134).

realidade local veio a corroborar com a perspectiva neoliberal adotada pelo governo federal, à época.

Carambeí assim, historicamente, contou com a atuação de diferentes grupos organizados da sociedade civil local, os quais, decisivamente, no contexto de sua municipalização continuaram a atuar no município, tendo em vista que a institucionalidade pública nasceria sem condições reais de absorver o atendimento do conjunto das demandas sociais da região.

Montaño (2011) verifica-se que a posição de minimização assumida pelo Estado levou a sociedade civil brasileira a assumir cada vez mais as responsabilidades que, juridicamente, seria de sua responsabilidade, em sentido estrito. Inscrita particularmente no âmbito desta conjuntura, conforme apontado acima, surgem novas organizações civis em Carambeí, as quais passam a atuar no município de forma complementar na prestação de serviços públicos à população local, como de saúde, assistência social, etc. Surgem ainda na respectiva conjuntura, outras organizações que passariam a atuar no fomento à participação e controle social no município.

No ramo da prestação de serviços em saúde e assistência social, surge em 1998, o Grupo de Apoio aos Doentes Alcoólicos de Carambeí – O GADAC, o qual desde à inauguração atua com a prevenção e recuperação de usuários e dependentes de álcool no município. Outra organização que se estrutura em Carambeí, no mesmo ano, é o Rotary Clube de Carambeí. Desde 1998 vem atuando na realidade local em ações de natureza social, envolvendo diferentes ações em interface com as políticas públicas, de saúde, educação e assistência social no município.

Ainda em 1998, é criada, no recente município, uma sede do Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR, organização que perfaz uma estreita relação com a sociedade política, tendo em vista que sua direção é delegada, peremptoriamente às primeiras damas dos municípios paranaenses. Assim, conforma-se, desde a sua concepção, como um braço da sociedade civil e ao mesmo tempo da política institucional[289].

[289] Por inspiração da Primeira Dama Nice Braga o Decreto n° 2.194 de 15 de abril de 1980 instituiu o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, vinculado à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social. Em 17 de junho de 1983, tendo como Presidente a Primeira Dama Arlete Richa, o PROVOPAR/PR foi desvinculado do Estado e passou a atuar em parceria com a sociedade civil e órgãos governamentais, colocando em prática programas de natureza social através de ações de caráter emergencial, mediante políticas compensatórias e de caráter estrutural e apoio aos projetos de geração de renda. (PARANÁ, Provopar, 2013).

Outro destaque do respectivo ano de 1998 é a criação da Associação de Moradores da Vila Batavo, a segunda associação de moradores de Carambeí e a primeira criada sob o contexto municipal. As demais associações de moradores do município seriam criadas apenas a partir dos anos 2000[290].

Conforme visto, apesar de se verificar uma ampliação do Estado no contexto democrático brasileiro, seu formato institucional e sua posição em face da economia, tornaram-se limitadores do poder de resistência das classes subalternas na sociedade política.[291]

A democratização, a federalização e a consequente descentralização político-administrativa, conforme efetuadas no Brasil, não asseguraram, portanto, autonomia financeira aos novos entes federados e a absorção das responsabilidades em face do conjunto de ações nas diferentes politicas públicas. Ao contrário, a lógica privatista das ações de natureza pública continuaria a ser uma realidade no país, seja durante os governos do PSDB, seja com a entrada no Partido dos Trabalhadores no governo federal. Tanto num, quanto no outro, a lógica das reformas neoliberais foi o carro chefe da política governamental no governo federal. Esta tendência confirmou uma lógica privatista e compensatória das ações estatais.

Com o encerramento da década de 90, nos primeiros anos do século XXI, ao ter o Estado brasileiro incorporado o PT no governo federal, com ele a vanguarda imanente aos movimentos sociais reorganizou suas bases no Estado, incorporando-se na ordem burguesa nacional[292].

Dessa conjuntura nacional de institucionalização dos movimentos sociais, ao serem os movimentos sociais radicados pelo PT no âmbito do Estado, houve um

---

Sobre o Provopar. Disponível em: http://www.provoparestadual.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1. Acesso em: 11, nov. 2013.

[290] No ano de 2002 é criada a Associação dos Moradores do Jardim Novo Horizontes e do Jardim Bela Vista I, II e III e em 2003 a Associação de Moradores do Jardim Central. (Disponível em: empresasdobrasil.com. Acesso em: 24, ago., 2014).

[291] "Vários analistas diagnosticaram que houve crise nos movimentos sociais populares urbanos nos primeiros cinco anos da década de 1990, no sentido de que tiveram reduzida, durante aquela época, parte do poder de pressão direta que haviam conquistado nos anos de 1980. Isso aconteceu em função de vários fatos novos na conjuntura política nacional, que explicam as alterações que ocorreram em suas dinâmicas cotidianas. É bom lembrar que o país saía de uma etapa de conquista de novos direitos constitucionais, a maioria dos quais precisava ser regulamentada." (GOHN, 2013, p. 216).

[292] Com a eleição do presidente Lula houve uma coalização de interesses entre determinados setores da 'direita' com o pretenso 'centralismo petista'. Assim, nessa conjuntura de introdução do PT no governo, houve o sequestro de um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia vinculados à classe trabalhadora brasileira, o que enfraqueceria a classe trabalhadora em seus movimentos de resistência à ordem burguesa. Presente na sociedade civil brasileira desde a década de 80 o PT constituía-se no aparelho privado de hegemonia que exercia o papel de catalisador das demandas da classe trabalhadora no campo da política institucionalizada, o que fortalecia os movimentos de resistência às imposições da ordem capitalista, na superestrutura. (OLIVEIRA, 2006).

processo de cristianização da sociedade civil brasileira. Neste, os movimentos radicados pelo Estado, deixariam sua condição de contra hegemonia e passariam a usufruir de uma condição de aliança com a institucionalidade burguesa, favorecendo o histórico modelo de fazer política no Brasil, aquele, conforme definido por Coutinho (2012) e Nogueira (1998) como modelo 'reformista pelo alto' e ou 'conciliador pelo alto'.

Diante deste cenário ideopolítico restaurativo, em que as forças de resistência se enfraqueceriam se avistou no Estado brasileiro, o alargamento das bases democráticas participativas no âmbito das estruturas estatais. A sociedade civil, nesta direção assumida pela sociedade política, foi cada vez mais se tornando passiva e complementar à direção proposta pelo Estado em sentido estrito. As relações de tensão entre Estado e sociedade civil resultariam amenizadas sob a perspectiva de institucionalização da participação.

Confirma-se no cenário nacional, durante os anos 2003-2010, um crescimento significativo do número de conselhos nacionais e comissões e suas composições descentralizadas no âmbito das unidades da federação; cresceu também o número de conferências no âmbito das políticas públicas[293], etc. Conquanto, tal crescimento, ainda que confirme um fortalecimento da participação política no Estado brasileiro no respectivo período governado pelo PT, não revela *per si* a abertura de um bloco histórico vinculado organicamente a perspectivas de resistência à ordem burguesa[294]. Neste movimento conciliador estabelecido pelo alto entre sociedade civil e sociedade política, ao mesmo tempo em que a sociedade civil sai fortalecida do ponto de vista formal, suas bases de resistência tendem a se enfraquecer, na medida em que há um terreno muito mais fértil para a formação do consenso ativo das massas.

Sob este viés, a tendência da sociedade civil é a sua atuação de forma institucionalizada em complementariedade à sociedade política, reduzindo-se, por

[293] De 2003 a 2010 foram realizadas 74 conferências nacionais de políticas públicas e foram criados 34 conselhos nacionais e comissões de políticas públicas, abarcando diferentes políticas, como: trabalho, transparência pública, direitos da pessoa humana, cidades, desenvolvimento econômico e social, aquicultura e pesca, assistência social, ciência e tecnologia, combate à discriminação, defesa civil, desenvolvimento rural sustentável, economia solidária, educação, imigração, criminal e penitenciária, cultura, política sobre drogas, previdência social, igualdade racial, recurso hídricos, saúde, segurança alimentar e nutricional, segurança pública, turismo, esporte, meio ambiente, criança e adolescente, direitos da mulher, direitos da pessoa com deficiência, direitos do idoso, desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, política indigenista, Mercosul social e participativo. (BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República, 2011).

[294] Considera-se que primeiro se avistou a incorporação da ideia de universalidade no Estado para então permitir a incorporação subordinada das demandas dos setores tidos como contra hegemônicos à ordem burguesa no bloco histórico que compôs as lutas pela redemocratização, que na década de 90, viram-se relegadas pela tendência neoliberal adotada pelo governo FHC.

consequência a sua capacidade de tensão e resistência em face da direção proposta pela sociedade política.

Desse movimento de institucionalização da participação decorre um processo de esvaziamento do conteúdo político de resistência, sob o qual se afirma um conteúdo político de natureza liberal-burguesa. Neste, os espaços democráticos institucionalizados de participação são tidos formalmente como materializadores de uma maior abertura do Estado à sociedade. Entretanto, quando analisados criticamente, verifica-se que sob as lacunas do discurso mantem-se reclusas as premissas de sustentação de tal processo como de legitimação dos interesses particularistas presentes na política estatal, sob o conjunto da sociedade civil. Há assim, a velha, porém revolucionária fórmula da burguesia de tornar universal os seus interesses particulares, ao elevá-los à dimensão estatal e legitimá-los socialmente, como universais, quando inscritos nos institutos democráticos. Este movimento, portanto, se vê mais uma vez materializado no Brasil, à luz do contexto democrático, antes e durante o governo petista, até a contemporaneidade.

Em consonância com a respectiva tendência nacional, neste período histórico em que nacionalmente verifica-se a ampliação dos espaços democráticos participativos no interior do Estado, em Carambeí, se por um lado houve a criação de novas organizações da sociedade civil, por outro também vão se estruturando os espaços democráticos participativos municipais – os conselhos gestores de políticas públicas – nos quais a sociedade civil local se faz representada institucionalmente no Estado.

Tal como afirmado por Montaño (2010) a tendência da minimização do Estado e da refilantropização da questão social, continua presente na realidade nacional e local nos primeiros anos do século XXI. Cabe ressaltar que em Carambeí registra-se a criação de outras organizações da sociedade civil que passariam a reforçar o conjunto de organizações que prestam serviços públicos para o município. Outra tendência identificada na sociedade civil carambeiense neste contexto e que reatualiza uma marca histórica desta é protagonismo do grupo holandês. Esse protagonismo se reatualiza, em particular, no início do século XXI, voltado à esfera cultural.

Os bens culturais, ou seja, o patrimônio histórico de Carambeí passa a ser preservado, publicizado e mercantilizado pelo grupo holandês com a criação, em 2001, da Associação Parque Histórico de Carambeí. Tal Associação, em articulação

com a Associação Cultura Brasil-Holanda, veio reforçar o projeto de fortalecimento do grupo holandês em Carambeí, através da implantação de ações e serviços culturais associados à histórica do respectivo grupo na região.

Diante do exposto, pode-se inferir que tal organização se confirma, atualmente, em Carambeí, como um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia, vinculados ao grupo holandês, no município, o qual ao lado da Cooperativa[295] é criado na intenção de consolidar na esfera cultural, a efetividade do projeto de hegemonia do grupo holandês em Carambeí. Assim, pode-se afirmar que se durante o século XX, a dimensão econômica foi o motor do respectivo projeto.

O século XXI demarca o fortalecimento da esfera cultural, como um fator importante para a continuidade da afirmação do grupo holandês, perante os demais grupos sociais e culturais da região. A APHC foi para manter economicamente o Parque Histórico. Segundo dados disponibilizados no sítio eletrônico do respectivo parque, o mesmo possui uma área de 100 mil metros quadrados onde há

> [...] um local com alas museais integradas, que retratam temáticas ambientadas na cultura e história da Imigração Holandesa, Cooperativismo, Agroindústria, Meio Ambiente e Turismo. Um projeto de cultua para a sociedade em geral, sustentado na diversidade étnica que compôs a raiz da nação brasileira, um espaço de memória do desenvolvimento da agroindústria através do cooperativismo pelos imigrantes holandeses que em Carambeí se estabeleceram. (CARAMBEÍ, Associação Parque Histórico de Carambeí, 2014).

Diante do exposto, se verifica que o Parque Histórico de Carambeí visa eternizar a cultura holandesa, publicizando-a a toda a sociedade brasileira por meio de ações e serviços socioculturais, os quais se encontram, atualmente, inseridos no conjunto de práticas turísticas mercantis da região.

Este processo de mercantilização dos bens culturais da região veio a se fortalecer economicamente com a criação de uma nova cooperativa – a Cooperativa Paranaense de Turismo - COOPTUR[296], em 2004, a qual foi estruturada no

[295] "O Parque Histórico de Carambeí é um projeto de caráter sociocultural que pretende eternizar a saga dos pioneiros holandeses e a evolução da história que constituiu a gente brasileira, as experiências que moldaram uma nova sociedade e a oportunidade de uma parceria duradoura entre o Brasil e a Holanda. Instalado em um terreno de 100 mil metros quadrados através de parceria entre a Associação do Parque Histórico de Carambeí e a Cooperativa Agroindustrial Batavo." (Disponível em: http://aphc.com.br/conheca-o-parque/sobre-a-aphc/. Acesso em: 25, ago., 2014).

[296] "Constituída em 2004, na sede da Cooperativa Batavo, a primeira cooperativa de empreendedores de turismo do Brasil conta atualmente com a participação de oito municípios (Colônia Witmarsum, Carambeí, Colônia Castrolanda, Tibagi, Arapoti, Sengés, Prudentópolis e Colônia Entre Rios), onde existem associações de produção formadas a partir de colonizações europeias. E também, como opção cultural, a cidade da Lapa. Todos trabalham juntos em busca de um turismo sustentável e de qualidade. A Cooptur é pioneira por criar uma

município com o incentivo Ministério dos Esportes e Turismo e a Organização das Cooperativas Brasileiras, em face do desenvolvimento do projeto “Turismo Rural Cooperativo”.

Este movimento do grupo holandês de Carambeí em organizar um conjunto de organizações culturais vinculadas à perspectiva do fomento ao turismo cultural no espaço local aponta para um fortalecimento da sociedade civil carambeiense na perspectiva do mercado, o que se construiu no município com base na efetivação de uma política cultural de caráter privatista centrada nos valores culturais holandeses, a qual passou a se sustentar pelas relações de mercantilização dos bens culturais inerentes à cultura holandesa da região.

Outro importante marco da dinâmica das organizações da sociedade civil em Carambeí é a importância política do Movimento de Ética e Cidadania de Carambeí, criado no ano de 2001. Este movimento obteve especial atenção no controle das ações políticas, concernentes à gestão executiva municipal, à época. O referido movimento realizou diversas denúncias crime junto ao ministério público, contra o prefeito de então, as quais contribuíram, decisivamente, para o seu afastamento do cargo de chefe do executivo em 2002. Depois de então, não se registram mais ações deste movimento na realidade local.

No ano de 2002, a Igreja Católica estrutura mais uma organização no espaço local. Trata-se da Comunidade Terapêutica Rainha da Paz que atua na recuperação de dependentes químicos. No ano seguinte, em 2003, registra-se a criação da Associação dos Estudantes de Carambeí - ASSEC cujo objetivo era fortalecer e criar ações de apoio estudantil, aos estudantes do município que necessitavam se dirigir a outros municípios da região para dar continuidade aos estudos. Ainda em 2003 surgem mais 3 (três) organizações: São elas: a Cooperativa Carambeiense de Trabalhadores e Reciclagem de Resíduos - COOPERCAR; a Associação de Produtores de Leite de Catanduva de Fora e a Associação dos pequenos produtores rurais de Catanduva de Fora.

---

estrutura empresarial cooperativista com estatuto e regimento interno próprios, seguindo os preceitos do Código Mundial de Ética no Turismo, os princípios do Cooperativismo e a Carta de Princípios do Turismo Cooperativo. Através do curso de Capacitação em Turismo Rural Cooperativo, cada localidade organizou uma associação de empreendedores em turismo, envolvendo diversos setores: hotelaria, artesanato, grupos culturais e folclóricos, propriedades rurais, museus, equipes de turismo de aventura, condutores de visitantes e agroindústrias. Cada associação buscou ressaltar as potencialidades locais através de um extenso plano de desenvolvimento turístico, seguindo critérios de segurança e qualidade.” (Disponível em: http://www.cooptur.coop.br/. Acesso em: 25, ago., 2014).

Tal como as Cooperativas Batavo e COOPTUR, a COOPERCAR atua em Carambeí, como uma empresa da área ambiental, que atua de forma subsidiária à estrutura econômica hegemônica, embora na logística de seu trabalho obtenha rebatimento no enfrentamento das expressões da 'questão, considerando-se que a reciclagem é um ramo da economia que contribui para o desenvolvimento sustentável do espaço local. Ainda no ramo ambiental, registra-se a criação de mais uma organização de natureza comercial durante o ano de 2003 - a Associação Carambeiense dos Catadores de Papel – ACAPEL. Em 2004, registra-se a criação da Associação de Árbitros Oficiais de Carambeí.

Diferentemente da COOPERCAR e da ACAPEL, que atuam comercialmente enquanto empresas do respectivo ramo econômico ambiental, a Cooperativa Ambiental de Carambeí (COOPAM)[297], criada em 2009 no município, apresenta-se como um empreendimento solidário e tem incentivo da prefeitura municipal. Pautado nos valores do associativismo, à época de sua criação iniciou com 20 famílias de baixa renda associadas. Ainda no ramo dos empreendimentos solidários, também com incentivo da gestão pública municipal, em 2005 foi criada a Associação de Costureiras de Carambeí. Esta associação foi incubada pela prefeitura com apoio de um projeto em parceria com a secretaria municipal de assistência social e a secretaria municipal de desenvolvimento, por meio de incentivos da política do trabalho.

Tratando-se da conjuntura histórica recente do município, registram-se ainda em Carambeí o surgimento de outros dois sindicatos (um patronal e um de trabalhadores), três associações e uma regional da Rede Feminina de Combate ao Câncer. Quanto aos sindicatos: em 2005, o Sindicato dos Empregadores em Empresas de Abatimento e Industrialização de Aves, suínos e derivados de Carambeí e em 2012 o Sindicato dos Servidores Públicos de Carambeí. Quanto às associações tratam-se das seguintes: Associação Movimento Tropeiro de Carambeí, criada em 2006, Associação dos artesãos de Carambeí em 2007 e a Associação do Voluntariado de Carambeí – SOS Carambeí e por fim a Rede Feminina de Combate

[297] A COOPAM fundada em 2009, conta com 20 associados que se dividem nos trabalhos de processamento de mais de 20 toneladas de material reciclado por mês. Boa parte desse material é proveniente do programa municipal de coleta seletiva "Recicle Agora Não Perca a Hora", que separa todo o material e revende às empresas recicladoras, garantindo desta forma o sustento de mais de 20 famílias carambeienses. Carambeí. Prefeitura Municipal. Disponível em: http://www.carambei.pr.gov.br/?q=node/399. Acesso em12, nov., 2013.

ao Câncer (RFCC) – regional Carambeí, criadas em 2013. Tais organizações são as mais recentes organizações da sociedade civil criadas no município de Carambeí.

De natureza assistencial, tanto a SOS Carambeí, quanto a RFCC, ambas possuem objetivos voltados ao atendimento da população carambeiense em situação de vulnerabilidade social. O objetivo da SOS - Carambeí é “desenvolver atividades de caráter beneficente de assistência social” (CARAMBEÍ, Estatuto SOS, 2013), e a Rede Feminina de Combate ao Câncer “[...] volta-se ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social acometidas pelo Câncer.” (BRASIL, Dados Institucionais, RFCC, 2014).

Diante do contexto de reformas neoliberais, sobretudo as implantadas no bojo da reforma gerencial do Estado, Carambeí, tanto quanto outros municípios da federação, sofreu com os revezes do respectivo processo. Conforme Cunha (2011) seu rebatimento trouxe consequências para a realidade econômica e social local. Nota-se em Carambeí que as criações das novas organizações da sociedade civil de natureza social continuam a reforçar a perspectiva do acesso aos direitos sociais pela via da privatização das ações estatais.

Ainda que positivados em lei, na sua materialização, tanto a nível nacional, como local, confirma-se que os direitos sociais permanecem mediatizados por relações privadas. O acesso aos mesmos continua perpassado pelo protagonismo das organizações da sociedade civil, pois o Estado brasileiro se restringe cada vez mais a uma postura regulatória das relações da sociedade civil, se isentando de suas obrigações sociais. (MONTAÑO, 2010).

Compreende-se que em face dos desafios econômicos e políticos históricos do Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou, peremptoriamente, o ‘limite do possível’ diante de uma imperiosa dominação burguesa (autocrática, autoritária e bonapartista), que historicamente se afirmara no país (pautada por um paradigma corporativista e patrimonialista).

Sob tais movimentos, próprios de uma revolução passiva, a Constituição de 1988 constituiu barreiras políticas e institucionais para os flancos desmedidos dos mandos e desmandos da classe burguesa dominante no Brasil; sobretudo, daqueles estratos mais afastados do Estado que, descomprometidos inclusive, com a ordem liberal, servem historicamente de um contrapeso à expansão da economia capitalista e ao aprimoramento da política democrática, nacionais.

Afirma-se, sobretudo, que a perspectiva da materialização da sociedade civil em Carambeí se constituiu historicamente para além de sua relação com o poder público municipal. Sem prescindir do PPM, a SCC esteve bem mais articulada a empreendimentos particularistas e corporativistas, próprios de 'Estados-maiores' do que propriamente pautada por um projeto de sociedade compromissado, ético e politicamente, com a totalidade das demandas políticas, econômicas e sociais da sociedade civil local.

Destacam-se, nesse processo uma tendência histórica de organização da sociedade civil carambeiense vinculada economicamente à estrutura produtiva local e à direção do grupo holandês. Outro aspecto importante da sociedade civil local é a mediação realizada pelas igrejas como aparelhos privados de hegemonia articuladores das ações, por meio da formação de organizações de caráter caritativo-religiosas que atuam no trabalho social no espaço local. Tais aspectos das trajetórias da sociedade civil em Carambeí se fazem presentes tanto na área educacional, social como cultural. Tais ações fazem parte historicamente do projeto de hegemonia levado a cabo em Carambeí, sob a perspectiva colonial holandesa. Os aparelhos privados de hegemonia criados pelo grupo holandês se irradiam sob a sociedade carambeiense na perspectiva de fazer valer nas diferentes áreas de atuação, os interesses do projeto liberal-burguês protagonizado pela elite burguesa local.

Esta particular trajetória de organização das ações no âmbito da sociedade civil (na qual diferentes aparelhos privados de hegemonia são formados sobre a direção da elite holandesa burguesa dirigente) possui estreita relação com a difusão de suas perspectivas ideopolíticas perante os demais estratos de classes que, conforme visto anteriormente, se formaram historicamente em Carambeí, em torno de seu desenvolvimento geopolítico.

Tal como apresentado nos itens anteriores, em torno da 'colônia' surgiram as 'vilas' e nestas passaram a residir outros grupos sociais, mormente, aqueles que se estruturavam economicamente em torno das oportunidades de trabalho que surgiam na 'colônia', seja no ramo agropecuário e ou industrial. De tal forma, o município de Carambeí foi se organizando em suas bases territoriais, sociais, culturais, econômicas e políticas, mediante as quais, considera-se que os dois grandes marcos geopolíticos que lhe dão sustentação constituem-se: a "colônia" e as "vilas".

Depois de formadas as “vilas”, viu-se organizar novas e variadas organizações na sociedade civil carambeiense, não mais exclusivamente vinculadas ao grupo holandês, mas como forma de organizações autônomas dos demais grupos que foram se formando, sobretudo, ao longo da segunda metade do século XX, com o processo de expansão territorial e urbanização, ocorridos como consequência da industrialização da base produtiva local. Surgem dessa nova condição estrutural, associações, sindicatos, entidades assistenciais, etc. que ganham importância no cenário político-institucional local, na medida em que passam a disputar, na correlação de forças superestruturais locais, a defesa de seus próprios interesses.

Ainda que sob uma lógica hierarquizada de relações socioculturais, econômicas e políticas, a ampliação dos aparelhos privados de hegemonia no contexto democrático brasileiro a guisa de sua municipalização, representa, decisivamente, uma maior complexificação das relações na sociedade civil carambeiense em um cenário político nacional, que apesar de sujeito à uma conjuntura de reformas neoliberais, abre caminhos para novas possibilidades no que se refere às relações Estado e sociedade civil.

Apesar de composto por dois delineadores geopolíticos distintos, os quais revelam a lógica hierarquizada e estratificada de organização dos diferentes grupos de sua sociedade civil em suas trajetórias históricas, no contexto democrático brasileiro, pode-se afirmar que a sociedade civil carambeiense se unifica, ainda que formalmente, devido a sua municipalização. A emancipação política e a sua elevação a *status* de município colocou Carambeí num novo patamar histórico-político, em meio ao qual, novos e importantes desafios políticos estariam postos na relação entre sociedade civil e sociedade política no âmbito do espaço local. Frutos de uma unidade de diversidade, os institutos democráticos seriam os novos canais de articulação e ou de tensão entre os diferentes grupos organizados presentes na sociedade civil local.

A correlação de forças locais perpassaria, desde a municipalização, pelos diferentes espaços democráticos institucionalizados, os quais, para além das trajetórias históricas percorridas desde o início do século XX, tomariam seu lugar no conjunto de relações hegemônicas locais.

Doravante, o município de Carambeí, embora, estratificado econômico, social e culturalmente pelas marcas históricas deixadas pelas trajetórias históricas de sua

sociedade civil, politicamente, torna-se uma “unidade de diversidade”, na qual “colônia” e “vilas” passam a fazer parte de uma mesma totalidade, ainda que formal.

Sob a vigência dos institutos democráticos instituídos pelo poder público municipal, a sociedade civil carambeiense passou a participar, ainda que formalmente da correlação de forças com a sociedade política local.

Faces conexas de um mesmo projeto – o da construção da hegemonia burguesa – o domínio e a direção – perfazem as trajetórias dos diferentes grupos organizados da sociedade civil em sua relação de tensão e articulação com a sociedade política. Isto, por que conforme visto anteriormente a hegemonia se constrói em plena articulação com a soberania do Estado em sentido estrito (sociedade política). Disso posto, após a municipalização, mediante a estruturação dos espaços democráticos representativos e participativos imanentes aos poderes públicos municipais no Brasil, as relações hegemônicas se complexificariam em Carambeí. As relações de domínio e direção ganhariam novo patamar, quando inscritas para além das relações endógenas à dinâmica da sociedade civil local e à sua histórica relação com a sociedade política brasileira, novas interações com os representantes da sociedade política nascente.

Disso posto, cabe ressaltar que tanto em Carambeí, como no Brasil a década de 1990 resultou ser um período de importantes mudanças político-institucionais e econômicas e sociais, a partir das quais as relações entre Estado e sociedade civil passaram por mudanças, como consequência de diferentes determinações estruturais.

Em síntese, sobre tais mudanças da década de 1990, do ponto de vista econômico, ressalta-se em Carambeí a abertura da economia cooperativista para o grande mercado de capitais, (o que se materializou na venda do setor de laticínios, carne e derivados para uma empresa multinacional) na época. Do ponto de vista da sociedade política local, destaca-se a emancipação, municipalização e a consequente estruturação político-institucional local, como as principais mudanças ocorridas em Carambeí, nesse período. Outro elemento de mudança, ainda no âmbito da superestrutura local, é o que se configurou pela dinâmica de ampliação de seus aparelhos privados de hegemonia e o início de seu engendramento nos espaços de participação democráticos municipais, instituídos depois da emancipação. Tais dinâmicas históricas conferem ao respectivo contexto histórico

uma tendência de maior organização e articulação entre a sociedade civil e a sociedade política, do ponto de vista jurídico formal na região.

Ante o exposto, confirma-se que foi diante do contexto global de expansão do neoliberalismo, como doutrina econômica hegemônica no ocidente e mediante a particular sujeição do país aos seus ditames (tanto na economia como na política), que localmente, vivendo os impactos desse processo, Carambeí experimentou seu processo de emancipação e municipalização, se constituindo um dos últimos municípios criados no Estado do Paraná. A partir desta nova condição política institucional, viu-se estruturar em Carambeí o conjunto de espaços democráticos representativos e participativos, no qual Estado e sociedade civil passaram a se relacionar formalmente.

Em meio a um conjunto de interesses presentes na correlação de forças existentes, desde a época, formaram-se em Carambeí as diferentes perspectivas ideopolíticas em torno do processo de sua emancipação, as quais comparecem como parte do processo de correlação de forças construído pelos representantes políticos locais, em torno dos movimentos de cooptação e conquistas empreendidos por eles nas relações entre Estado e sociedade civil. É assim que na respectiva década Carambeí conquista a sua emancipação política e alcança *status* de município perante a “nova institucionalidade pública” do Estado brasileiro, conforme os pressupostos jurídicos da Constituição Federal de 1988. (ARRETCHE, 2000).

Diante desta nova condição político-institucional, o município de Carambeí passa então a participar da correlação de forças políticas e econômicas nacionais, em meio à qual, Estado e sociedade civil constroem suas relações democráticas a nível municipal. Seja no sentido da afirmação dos interesses hegemônicos das classes dominantes, seja no sentido contrário, numa perspectiva de garantia de direitos e de cidadania, o conteúdo presente na dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil revelam as perspectivas de afirmação da política democrática na esfera municipal.

Por um lado, comparece no discurso dos representantes da sociedade civil carambeiense entrevistados o reforço de uma crença em uma perspectiva democrática “fetichista”, a partir da qual se acredita na universalidade democrática, nos limites da ordem burguesa liberal. Por outro, se avistam determinados elementos que convergem para uma visão mais ampla do processo democrático, donde surgem questões para se pensar o exercício democrático que, para além da

afirmação econômica, se caracteriza na perspectiva da defesa de direitos e de cidadania.

Considera-se que as reflexões abaixo construídas revelam as determinações da atual conjuntura global e nacional do capitalismo e suas proposituras em relação à ordem política e social. Neste processo, revelam-se, portanto, as contradições inerentes à relação de unidade-distinção, tal como comparece na interpretação hegeliana, acerca do princípio da unidade do diverso, tão bem trabalhado por Marx (2010) e Gramsci (2012) ao absorverem este mesmo princípio à luz dos elementos históricos materiais, pondo abaixo a perspectiva idealista, sustentada naquela matriz de pensamento proposta por Hegel (1997).

3.2 AS PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS DAS LIDERANÇAS DA SOCIEDADE CIVIL CARAMBEIENSE.

Para esta tese consideram-se perspectivas democráticas aquelas concebidas em meio à dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil sob as bases do Estado Democrático de Direito. Sob este prisma, consideram-se perspectivas democráticas tanto aquelas restritas ao ideário liberal-burguês, como aquelas que, em oposição ao referido modelo democrático hegemônico, defendem uma democracia radical, “de massas”. Conforme Coutinho (2006), em oposição ao modelo hegemônico de democracia

> [...] as classes subalternas e seus organismos associativos (partidos, sindicatos, movimentos sociais) têm apontado para um outro projeto de sociedade “ocidental”, aquele que poderíamos chamar de **“democracia de massas”** ou, simplesmente, de “democracia” **(em contraposição ao “neoliberalismo” do modelo alternativo)**. Trata-se de um projeto hegemônico que pressupõe a proliferação dos movimentos sociais de base, a presença de um **sindicalismo combativo e politizado** (o que não é sinônimo de “partidarizado”) e a mediação política de partidos programaticamente estruturados e socialmente homogêneos (o que não é sinônimo de “ideologizados” ou estreitamente classistas). (COUTINHO, 2006, p. 50, negrito nosso).

Considerando que sob o regime democrático convivem diferentes grupos social, econômico e politicamente determinados, compreende-se que há uma

dinâmica de correlação de forças democráticas estabelecidas, a qual norteia a construção dos rumos da sociedade. Esse processo se concebe por entre diferentes perspectivas ideopolíticas de democracia, conforme visto anteriormente, as quais possuem interesses determinados, a depender de seu enraizamento na estrutura social.

Em tais perspectivas convivem, em contraposição e debate, interpretações “fetichistas” e interpretações “críticas” da realidade democrática. Nestas últimas reside a tentativa de desconstruir o “fetiche” embutido nas primeiras, com vistas uma afirmação do ideal democrático, diverso da afirmação burguesa e da defesa da ordem do capital. Tal processo, entretanto, não se concebe na realidade de forma linear e estruturado por elementos binários que se contrapõem como se deles resultasse uma soma zero. Ao contrário, as perspectiva fetichistas e críticas presentes por entre os movimentos de cooptação e conquistas contidos no interior das relações democráticas, materializam as contradições e complementariedades entre os diferentes interesses em jogo nos diferentes contextos histórico políticos.

Tais contextos não se encontram presos a uma só dimensão socioterritorial e ou institucional, mas convergem para um complexo de relações que envolvem múltiplas dimensões da realidade, em meio às quais as diferentes perspectivas de democracia vão se revelando nas relações entre sociedade civil e sociedade política, conformando, assim, a noção de Estado Ampliado, conforme a interpretação gramsciana. Diante de tais considerações, pode-se afirmar que nas reflexões ora propostas estão presentes diferentes nuances do processo de correlação de forças democráticas que compõem as relações entre sociedade civil e sociedade política no município de Carambeí. Destas, surgem elementos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais que permitem a realização de uma reflexão sobre as diferentes perspectivas democráticas presentes no respectivo contexto histórico político local, em face da dinâmica democrática inscrita, hodiernamente, no Estado Democrático de Direito brasileiro.

Diante desta compreensão, que extrapola a estrutura democrática formal, por entender que a democracia se concebe em movimentos para além dos institucionalizados, desprivilegiou-se na pesquisa de campo realizada junto às lideranças locais (sujeitos da presente pesquisa), como critério de seleção, a representação formal das organizações da sociedade civil carambeiense nos conselhos municipais gestores de políticas públicas, uma vez que como tais não

representariam um ponto de partida universal para tratar das relações democráticas presentes na correlação de forças locais. Sem desconsiderar a sua importância no conjunto do debate democrático, os conselhos comparecem, na pesquisa, como parte do respectivo processo, mas não como elemento apriorístico para a seleção dos sujeitos pesquisados.

Tal como estão formatados institucionalmente no Brasil, os conselhos se despontam como espaços alternativos ao protagonismo da participação política dos sujeitos políticos oriundos da sociedade civil, não por que reproduzem a dinâmica do real das organizações da sociedade civil em suas diferentes relações com a sociedade política brasileira, ou por que gozam de uma universalidade no âmbito das instituições democráticas, mas por que no conjunto das lutas das classes subalternas em face do Estado, tais espaços democráticos revelam-se como parte importante dos avanços alcançados na organização política democrática das relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil. Embora em sua materialidade de façam parte do conjunto das relações democráticas liberais burguesas, a previsão legal constitucional de suas existências, *per si* são conquistas de contra hegemonia à ordem democrática liberal restrita. Embora, as instituições participativas revelem, por um lado, em sua constituição e funcionamento, o interesse pela renovação de uma velha estratégia de cooptação liberal-burguesa – a busca de legitimação de interesses particulares – o que não é, no todo e na parte, diferente das artimanhas democráticas liberais presentes nos demais espaços democráticos institucionalizados, por outro lado, tais instituições democráticas se constituem, hodiernamente, o que de mais avançado na ordem democrática liberal burguesa, as massas conquistaram no seio da institucionalidade do Estado brasileiro, o que confere a tais espaços, também o status de conquista.

A seguir, tais questões da ordem democrática, debatidas durante todo o percurso da presente pesquisa, veem-se particularizadas em reflexões sobre as relações entre a sociedade civil carambeiense e o poder público municipal. Tais vão apresentadas, a partir de um diálogo travado pela pesquisadora entre os conteúdos presentes nos depoimentos das lideranças das organizações da sociedade civil local e do poder público local.

Compõem os sujeitos da presente pesquisa um total de 12 (doze) lideranças, das quais 3 (três) são lideranças partidárias locais e 9 (nove) são representantes de diferentes organizações da sociedade civil. Das lideranças partidárias, foram

selecionados os seguintes partidos políticos: Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e o Democratas – DEM, pois partidos foram os quais elegeram maior número de representantes na câmara no legislativo municipal e obtiveram prefeitos eleitos ao longo das 5 (cinco) gestões públicas municipais em Carambeí. Das lideranças das organizações da sociedade civil, exceto os partidos que foram 3 (três), foram selecionadas mais 9 (nove) lideranças representantes de diferentes organizações locais, de natureza institucional distinta e atuantes em diversas áreas das políticas públicas. Para tal composição utilizou-se da técnica chamada “bola de neve”, por meio da qual se identificou as organizações atuantes no município, que na opinião das próprias lideranças locais, desenvolvem um trabalho na perspectiva de defesa de direitos e de cidadania em Carambeí. Assim, chegou-se às seguintes organizações: 1 (um) clube de serviços – Rotary Clube de Carambeí, atuante no município em diversas áreas (saúde, educação, assistência social); 2 (dois) sindicatos – o Sindicato dos Trabalhadores de Cooperativas de Carambeí e Região Sul do Paraná e o Sindicato dos Servidores Públicos de Carambeí; 4 (quatro) associações - Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí, atuante na área da assistência social e educação, Associação do Voluntariado Carambeiense, atuante nas áreas de assistência social e saúde, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, atuante nas áreas de saúde, educação e assistência social e a Associação Parque Histórico de Carambeí atuante na área da cultura; 2 (duas) entidades assistenciais – a Casa Padre Theodorus Kopp, atuante na área da assistência social e o Grupo de Apoio aos Alcoólicos de Carambeí, atuante nas áreas de assistência social e saúde no município.

Os respectivos sujeitos são caracterizados durante a análise dos dados das entrevistas, conforme determinado na última coluna à direita, do quadro abaixo, onde caracterizamos por natureza institucional o conjunto de OSC pesquisadas, resguardando-se assim a identidade pessoal dos entrevistados.

Quadro 2 – Natureza Institucional das Organizações Pesquisadas – Carambeí – 2014.

NATUREZA INSTITUCIONAL	NOME	SIGLA/ABREV.
PARTIDOS POLÍTICOS	Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
	Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB
	Democratas	DEM
ASSOCIAÇÕES	Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí	AASEC
	Associação do Voluntariado Carambeiense	SOSCAR
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	APAE
	Associação Parque Histórico de Carambeí	APHC
CLUBE DE SERVIÇO	Rotary Clube de Carambeí	ROTARY
ENTIDADES ASSISTENCIAIS	Casa Padre Theodorus Kopp	CPTK
	Grupo de Apoio aos Alcoólicos de Carambeí	GADAC
SINDICATOS	Sindicato dos Servidores Públicos de Carambeí	SINDISERV
	Sindicato dos Trabalhadores de Cooperativas de Carambeí e Região Sul do Paraná	SINTRACOOSUL

FONTE: Dados dos formulários de dados (2014).
ORG: a autora.

Quanto à caracterização dos sujeitos pesquisados, cabe ressaltar que do conjunto deles, 7 (sete) são lideranças formais das respectivas organizações da sociedade civil selecionadas; 1 (um) foi indicado pela liderança formal da respectiva organização como melhor conhecedor do assunto abordado na pesquisa e 4 (quatro) ao ser realizado o contato com a respectiva organização, o respectivo participante da pesquisa se declarou competente para participar da mesma, declarando-se como representante da organização, ao tomar conhecimento do assunto pesquisado.

Observa-se na tabela abaixo o sexo dos sujeitos pesquisados.

Tabela 1 – Sexo dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014.

SEXO DOS SUJEITOS	FREQ.
MASCULINO	7
FEMININO	5
Total	12

Fonte: Dados da pesquisa.
Org.: a autora.

Do resultado obtido pode-se perceber que 7 (sete) são do sexo masculino e 5 (cinco) são do sexo feminino, o que indica que embora exista predominância na representação masculina, há por outro lado, parcela expressiva de representatividade feminina nas OSC.

A seguir apresenta-se a faixa etária dos sujeitos pesquisados. Observa-se que a maior incidência encontra-se entre a faixa etária maior que 40 (quarenta) até 70 (setenta) anos, com 9 (nove) dos sujeitos, o que equivale a 75% do total dos sujeitos.

Tabela 2 – Faixa etária dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014.

SEXO DOS SUJEITOS	**FREQ.**
De 20 a 30	1
> que 30 a 40	1
> que 40 a 50	3
> que 50 a 60	3
> que 60 a 70	3
> que 70 a 75	1
Total	12

Fonte: Dados da pesquisa.
Org.: a autora.

Nota-se que especialmente entre a faixa etária maior que 60 (sessenta) anos encontram 4 (quatro) representantes, o que indica a presença de 33% dos sujeitos entrevistados entre pessoas idosas. Ressalta-se a expressão deste segmento da população local atuando como representante das OSC. Dois representantes encontram-se na faixa de 20 (vinte) anos a 40 (quarenta) anos e apenas 1 (um) depois dos 70 (setenta) anos.

A seguir encontra-se a exposição da escolaridade dos sujeitos pesquisados. A partir dos dados apresentados na tabela verifica-se que dos 12 (doze) entrevistados, a maior incidência encontra-se entre aqueles que possuem especialização completa, sendo 4 (quatro deles). 3 (três) dos sujeitos possuem ensino superior completo, outros 3 (três) possuem ensino fundamental completo, apenas 1 (um) com nível médio completo, com formação técnica e 2 (dois) que não completou o ensino fundamental. Disso verifica-se que o nível de escolaridade dos

sujeitos pesquisados é heterogêneo oscilando desde o nível fundamental incompleto à pós-graduação.

Tabela 3 – Escolaridade dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014.

ESCOLARIDADE	FREQ.
Ensino fundamental incompleto	2
Ensino fundamental completo	2
Ensino médio incompleto	0
Ensino médio completo (técnico)	1
Ensino superior incompleto	0
Ensino superior completo	3
Pós-graduação (especialização incompleta)	0
Pós-graduação (especialização completa)	4
Total	12

Fonte: Dados da pesquisa.
Org.: a autora.

Entre as áreas de formação acadêmica dos sujeitos pesquisados verifica-se que o conjunto varia entre a área das ciências sociais aplicadas e a área da educação.

Tabela 4 – Área de atuação, por nível de escolaridade dos sujeitos pesquisados – Carambeí – 2014.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	ÁREA DE FORMAÇÃO
Ensino médio completo (técnico)	Contabilidade
Ensino Superior (graduação)	Serviço social, Pedagogia, Direito, Administração e Gestão Pública
Pós-graduação (especialização completa)	Arte-terapia, Educação Infantil, Pedagogia Terapêutica, Educação Especial, Didática e Gestão Escolar, Direito Previdenciário.

Fonte: Dados da pesquisa.
Org.: a autora.

Quanto à área de atuação profissional dos sujeitos, 4 (quatro) deles atuam profissionalmente no âmbito da OSC que representou na pesquisa, o restante exerce outras funções no setor privado e ou público e ou ainda encontra-se aposentado. 3 (três) são atualmente aposentados e os demais exercem outras atividades profissionais como empresários, cargos políticos e ou autônomos.

Ao conjunto de sujeitos foi aplicado um formulário de dados e uma entrevista semiestrurada, com questões abertas e fechadas. As entrevistas, inteiramente gravadas e posteriormente transcritas, serviram de base para a realização das reflexões abaixo sistematizadas. Tais reflexões são resultado de um processo de análise dos dados coletados da realidade, no qual se utilizou a técnica de análise de dados por categoria desenvolvida com base na análise hermenêutico-dialética, (MINAYO, 2006). Fruto desse processo de análise, o texto que se segue foi organizado em 3 (três) itens distintos, as quais constituem-se as categorias aproximativas do objeto. O primeiro dele se denomina: o protagonismo da sociedade civil e a crença na democracia liberal: cooptações e conquistas; o segundo constitui-se: A afirmação econômica e a defesa de direitos e cidadania no município: limites e possibilidades e o terceiro e último chama-se: Ensaios do exercício democrático em Carambeí: perspectivas em debate.

3.2.1 O protagonismo da sociedade civil e a crença na democracia liberal.

Movido pela crença no Estado como ente soberano, acima e superior à sociedade civil, conforme visto em Lebrun (2004), o “fetiche” que envolve o culto à emancipação política como possibilidade última de universalização impõe aos diferentes sujeitos políticos presentes na contemporaneidade uma condição histórica hegemônica – da qual nem mesmo os setores progressistas da sociedade atual conseguem prescindir, apesar destes lutarem historicamente para a revelação de suas contradições, perante aqueles setores que o sustentam a fim de manter hegemônico o seu interesse privado.

O “fetichismo” conforme disposto em Gramsci (2012, p. 336) revela-se um organismo coletivo que

> [...] é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada. Se cada um dos componentes pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, mas se transforma num fantasma do intelecto, num fetiche. (GRAMSCI, 2012, p. 336, 337).

Considerando a reflexão sobre o “fetichismo” em Gramsci (2012), pode-se analisar a democracia e a cidadania formais, como aspectos de sustentação do

Estado Capitalista; instrumentos basilares para a preservação da visão fetichista em torno do Estado Moderno. Tal crença se torna viva e operante no conjunto dos instrumentos de afirmação da ideologia dominante sob o conjunto societário. Como tais, a democracia e a cidadania operam em favor do desenvolvimento e estabilidade das sociedades democráticas capitalistas. Somente quando se deflagram suas raízes substantivas, a cidadania e a democracia tornam-se, decisivamente, importantes para o desvelamento das contradições presentes nas lacunas dos construtos ideológicos que envolvem o “fetiche” que sustenta o estranhamento e a crença da sociedade civil em relação ao Estado. Tal tarefa vem sendo arduamente realizada pelos setores contra-hegemônicos à ordem do capital ao longo da história moderna. A luta de classes no capitalismo é o palco deste embate. Conforme Gramsci (2012, p. 337)

> [...] cada indivíduo é levado a pensar que acima dos indivíduos existe uma entidade fantasmagórica, a abstração do organismo coletivo, uma espécie de divindade autônoma que não pensa com nenhuma cabeça concreta, mas pensa, que não caminha com pernas humanas determinadas, mas mesmo assim caminha, etc.

Diante desta construção ideológica que impera sob o intelecto dos indivíduos na base “fetichista” que sustenta o Estado, cabe ressaltar que nas sociedades que vigoram Estados Democráticos de Direito, (afora os períodos em que se instauram guerras civis, revoluções, etc.) a sociedade vê-se diante de uma necessidade de participar politicamente das bases que formam o Estado, seja no sentido estrito, enquanto sociedade política, seja na sua forma ampliada, enquanto sociedade civil, compondo assim, o jogo democrático em complementariedade ou tensão com o Estado Capitalista. É neste jogo democrático que as bases contra-hegemônicas da sociedade moderna alçam romper com o fetichismo do Estado, quando de suas conquistas históricas, das quais a própria participação política constitui-se uma das principais conquistas, em meio ao conjunto de cooptações empreendidas pela classe dominante.

Sob tais pressupostos, confirma-se que inscrito sob um regime politico democrático, o Estado Brasileiro, opera-se institucionalmente como um Estado Democrático de Direito. Neste, de um lado, pressupõe-se a existência de uma crença em torno do protagonismo da sociedade civil no Estado; bem como na democracia liberal e na cidadania, os quais se tornam importantes aspectos de sua

sustentação, na relação com a sociedade. Por outro lado, o que pode ser considerado de modo linear como movimento de cooptação da classe dominante em face das classes dominadas no Estado, visto de outra maneira, em sua contraditoriedade, pode ser convertido em conquista dos setores progressistas ao protagonizar experiências de luta no interior do próprio Estado, a partir do que Gramsci (2012) denomina de ‘guerra de posição’.

Conforme visto anteriormente, sob este regime político se inscrevem as relações entre sociedade civil e sociedade política no Brasil, desde 1988. Desde, à época, vigem no país, relações democráticas entre os diferentes grupos sociais que nele coexistem. Sabe-se que depois da redemocratização, o país viveu um longo período de reformas políticas de caráter neoliberal, executadas pelo alto pelo governo FHC e posteriormente, viveu a entrada do Partido dos Trabalhadores no bloco de poder, o qual deu continuidade às respectivas reformas, com um diferencial do anterior governo, no que se refere à sua relação com a sociedade civil. Sob a vigência do governo petista, operou-se no país na conjuntura histórica recente, o que Oliveira (2006) chamou de o sequestro dos intelectuais, vinculados aos movimentos sociais, os quais foram incorporados à base da sociedade política brasileira. Tal movimento executado pelo alto pelo governo brasileiro petista contribuiu, decisivamente, segundo Oliveira (2006), para o enfraquecimento dos setores de resistência à democracia liberal burguesa no Brasil.

Com isso houve a cristianização da sociedade civil no país e a consequente confirmação da mistificação do Estado brasileiro como ente universal e ético, tal como a interpretação hegeliana. Mistifica-se, desta forma, a natureza de classe do Estado, tal como interpretado pelo marxismo. No Brasil, isso significou o reforço do véu que dificulta o seu desnudamento, tornando ainda mais difícil, na atual conjuntura nacional, destituí-lo de sua aparente universalidade. Vela-se, com tal situação, a função do Estado no capitalismo contemporâneo que opera como instância regulatória dos conflitos e sua forte atuação na correlação de forças estabelecidas entre os diferentes estratos de classe em disputa, na perspectiva de favorecer a lógica de autocomposição global do capital. Sua aparente universalidade, sustentada formalmente pelos aspectos da democracia e da cidadania no Estado Democrático de Direito brasileiro, (instituído no país desde 1988), impõe à sociedade civil brasileira a necessária articulação com os institutos democráticos (representativo e ou participativos) na atual conjuntura histórica, seja

participando diretamente da sociedade política enquanto agente político; seja participando na eleição de seus representantes no âmbito dos institutos democráticos representativos e ou indicando-os quando se referir aos institutos democráticos participativos.

Considerando-se que o Brasil é uma federação, o processo de participação política se concretiza no país no âmbito de suas três esferas federativas de governo (federal, estadual e municipal), cada uma com seu nível de complexidade institucional. Neste processo político, os diferentes grupos da sociedade civil brasileira se organizam para participar dos diferentes espaços políticos de participação, em contraposição e ou complementariedade à sociedade política, a depender os interesses em jogo na respectiva relação que compõem a noção de Estado Ampliado, própria da interpretação gramsciana. Compõe-se, desta forma, a correlação de forças institucionais nos diferentes contextos democráticos. Perpassam, portanto, pelo movimento político democrático institucionalizado, diferentes perspectivas democráticas e de cidadania, a partir das quais se definem os interesses pelos quais o protagonismo da sociedade civil se revela no Estado brasileiro. Tais interesses podem definir a direção assumida pela afirmação da sociedade civil na relação com a sociedade política, podendo ser mais próxima ou mais distante de uma perspectiva democrática. A flutuação que ocorre na direção em que se constrói a afirmação da sociedade civil em face do Estado importa para a revelação das contradições presentes nas lacunas das perspectivas ideopolíticas de democracia que se sustentam pelo “fetiche” construído acerca da universalidade do Estado e da emancipação política como fim último do processo de universalização.

Em face da soberania do Estado perante a sociedade civil, a hegemonia sustenta-se como substrato para a sua análise, por entre o “fetiche” que sustenta a democracia e a cidadania formais e as contradições que dele derivam; o que se evidencia quando da análise das relações de classe que se estabelecem na correlação de forças que compõe o próprio Estado, enquanto sociedade política + sociedade civil e ou “hegemonia couraçada de coerção”, tal como se apresenta na interpretação gramsciana. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Ao se analisar as relações entre a SCC com o PPM de Carambeí identificou-se, junto às lideranças das organizações da sociedade civil desse município que foram sujeitos dessa pesquisa, a reprodução de elementos ideopolíticos nessa relação. Objetivou-se, com isso, analisar se esses elementos se aproximavam de

uma visão “fetichista” da democracia e da cidadania e ou de uma visão crítica de sua representação e participação no poder público municipal.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que o conjunto dos representantes entrevistados se considerou representante da sociedade civil local e, enquanto tais, cada um retratou seu papel e a importância da participação política na relação com o poder público municipal, confirmando-se, no conjunto dos depoimentos a crença das lideranças da sociedade civil carambeiense, na democracia e na cidadania formais.

Compreendeu-se, a priori, que se posicionados de um lado, estariam os representantes da SCC reforçando a perspectiva democrática liberal burguesa, atuando em complementariedade ao Estado Capitalista; de outro, estariam eles, em sua contraposição, atuando na direção de reforçar uma perspectiva democrática de “massas” e ou “radical”, que, portanto, contrária ao Estado capitalista, ainda que sob a sua égide. (COUTINHO, 2006).

A partir dessa lógica, identificaram-se os primeiros elementos importantes à análise da relação entre as contribuições desses sujeitos e a compreensão que eles têm da sua relação de representação e participação, enquanto lideranças da SCC com o PPM. Desta relação, procurou-se demarcar as tendências encontradas em suas crenças, seja na perspectiva do reforço da democracia formal, seja na perspectiva de sua desconstrução e construção de novas perspectivas democráticas.

Como todos os entrevistados se identificaram como representantes da sociedade civil local pode-se perceber que as dimensões por eles, delimitados acerca dessa representação, revelam-se confluentes com princípios de uma política democrática: dimensão filosófico-política (a busca de uma vida boa para todos); político-institucional (articulações políticas e ocupação do bloco de poder); de mobilização e articulação social (articulação de grupos com suas causas específicas junto aos conselhos gestores de políticas públicas e com o executivo municipal) e humanitária, de caráter caritativo-assistencial (de ajuda ao próximo, aos necessitados).

Nas falas dessas lideranças entrevistadas, diferentes são os sentidos atribuídos à própria representação e participação como representantes da sociedade civil carambeiense, na sua relação com o poder público local. Tal como identificado anteriormente, esses sentidos convergem para reafirmar ideais democráticos; apontam sentidos de unidade, de organização, de busca de uma forma de

coexistência e de bem estar, questões estas, que vão ao encontro de princípios democráticos universais. Mais próximos ou mais distantes de uma ou outra perspectiva democrática, diga-se da perspectiva liberal e ou da radical ou de "massas", conforme dita Coutinho (2006), tais sentidos contribuem para se pensar a dinâmica da sociedade civil carambeiense em uma direção mais egoísta-corporativa e ou ético-politica, aos moldes do disposto em Gramsci (2012).

Conforme Coutinho (1984), hodiernamente, em meio à dimensão filosófico-política da participação democrática, verifica-se uma crença em torno do "valor universal" da democracia. Segundo os depoimentos acima expostos, se pode chegar à conclusão de que esta crença se faz presente por entre os representantes da SCC. Neste caso, não se avista na política democrática, ao interpretá-la como um ideal universal, as reais contradições presentes na sua objetivação histórica. Segundo Coutinho (1984), tal crença em seu "valor universal" situa a democracia para além da crítica à democracia representativa liberal. Pode-se ainda afirmar que se aproxima da ideia de democracia como protagonizada por Rousseau (19--).

Com efeito, consideramos que a compreensão universalista da democracia, presente no âmbito da dimensão filosófico-política da participação democrática, contribui para o obscurecimento das suas contradições reais no capitalismo. Estas que se encontram por entre as lacunas que sustentam a formação do "fetiche", em torno de sua perspectiva liberal burguesa.

Assim, o culto ao ideal democrático, sem a devida crítica à sua materialidade na sociedade capitalista, torna-se condescendente com a realidade de desigualdade em que sobrevivem as classes sociais nas democracias capitalistas.

Não obstante à respectiva crença confirmada entre os representantes da SCC, destacam-se nos depoimentos, alguns elementos importantes que convergem para uma demarcação de suas perspectivas em torno de um ideal democrático universalista, de base liberal e ainda em torno de um ideal democrático universalista, de base aristotélica.

O representante do PSDB foi o único que apresentou uma crítica à democracia liberal, tal como vem sendo operada no Brasil, confrontando os próprios membros de seu partido político. Ressalta o oportunismo político presente na política democrática e aponta a linha de sua atuação no PPM em Carambeí, a qual segundo sua percepção foi revolucionária;

"[...] uma ideia revolucionária que não foi aceita, principalmente no meio político que é viciado em fazer politicagem, no toma lá da cá e em permanecer no poder. Não era nosso ideal isso daí." (PSDB).

Nesta perspectiva, remonta-se Aristóteles (2009, p. 123) o qual analisando a conduta do cidadão e sua virtude cívica em relação à ocupação do governo, dizia que em determinadas situações

> [...] com o objetivo de obter vantagens no exercício dos cargos, os homens querem conservar esses cargos para si, [...]. A conclusão é evidente: os governos que têm em vista o interesse comum está constituído em conformidade com os princípios de justiça e, portanto , estruturados corretamente, mas aqueles que têm em vista apenas o interesse do governantes são todos falhos e formas desviadas das constituições corretas, visto que são despóticos, enquanto a Cidade é uma comunidade de homens livres.

Tal crítica feita por Aristóteles (2009), remonta à feita por Lenin aos partidos sociais democráticas existentes à sua época (LOSURDO, 2006). Tido desde Lênin, como oportunistas, os partidos da socialdemocracia na atualidade brasileira tem correspondido à respectiva crítica, conforme aponta o próprio representante do PSDB de Carambeí.

"Com certeza, uma coisa ainda que precisa ser aprimorada é que tem que conscientizar mais todos os políticos, os membros do PSDB**, **que é o partido da socialdemocracia.** É uma coisa assim, que a nossa democracia nós ainda estamos engatinhando, ainda refém de muitos obstáculos, pois têm muitos políticos ainda que fazem tudo pra manter o cargo. **Formam-se grupos, representando ilegalmente, talvez, até a sociedade. Não é o desejo da sociedade. (PSDB).

Na mesma linha, conquanto o fez não em uma perspectiva progressista e ou revolucionária dos valores liberais, ancorou-se em valores morais, nos quais considera ele estar a política democrática vinculada.

*"Então, pra que tenha uma mudança, nós temos que provocar, pensar mais politicamente, refletir mais sobre o que nos queremos no nosso Brasil e ter uma participação maior das pessoas, principalmente, **eu tenho falado que as pessoas de bem têm que se manifestar, tem que ter um pouco mais de força, mostrar seu poder. Só assim, nós vamos viver uma verdadeira democracia."*** (PSDB).

No fragmento acima, confirma-se na convocação feita pelo representante do PSDB para que as "pessoas de bem" se manifestem, evocando a força e o poder que tais haveriam de ter para se poder viver uma verdadeira democracia. No sentido apontado pelo respectivo sujeito remonta-se ao modo de compreender a política

democrática tal como idealmente concebida por Aristóteles. Este a interpretava como uma relação social de busca do “bem-comum” a todos os homens tidos como cidadãos da *polis* grega, o que neste caso, converge-se para “as pessoas de bem”, tal como mencionado pelo representante do PSDB de Carambeí. Cabe ainda retomar neste momento o conceito gramsciano de pequena politica, no qual o autor afirma ser este tipo de política aquela que se atém às questões parciais e cotidianas predominantes entre as diversas frações de uma mesma classe política. (GRAMSCI, 2012). Neste caso, verifica-se uma preocupação com o “bem comum” daquelas “pessoas de bem”, ou seja, de uma determinada classe política. O ideal democrático moderno de universalização da participação não é incorporado pelo depoimento do representante do PSDB.

A compreensão em torno do ideal em torno do “bem-comum” comparece também no depoimento do representante da CPTK, quando este retrata que

“[...] como membro deste município, como membro daqui desse local, o meu papel acredito que seja ***trabalhar por melhorias, a cada dia, com todas as pessoas que eu me relaciono, com todas as pessoas que eu convivo, buscando que o município, que minha cidade, que minha rua, que minha casa seja assim: tenha valores, tenha bons princípios.”*** (CPTK).

Há nesta compreensão apresentada pelo representante da CPTK um ideal de harmonia e bem estar de forma próxima ao depoimento do representante do PSDB, distinguindo-se por que neste não há o elemento moral da distinção das “pessoas de bem”. Nega-se, em tais perspectivas centradas num ideal de bem-comum, o conflito de classe existente nas relações sociais modernas, relegando do contexto democrático, as lutas de classe, tal como deflagradas por Marx e Engels (2002) a ela inerentes e materializadas na realidade histórica capitalista. Há que se ressaltar se considerarmos o ideal grego de universalização democrática, que neste eram excluídos da *polis*, as mulheres, os estrangeiros, os escravos e, sobretudo os homens sem propriedade (HELD, 1987) e que e ainda nas proposições lançadas por Rousseau (19--) a perspectiva contratualista se sustentara na ideia de uma comunidade imaginária, onde todos participavam, lançando mãos de alguns direitos particulares para contar com a liberdade e a igualdade democrática. Tanto em uma perspectiva de democracia, como na outra vigora uma visão “fetichista” em torno da de participação democrática.

Na democracia moderna contemporânea, conforme Lebrun (2004), a comunidade não é mais entendida pela congregação de homens que estão

encarregados de zelar pelo Todo; os homens modernos, aos moldes da democracia liberal, desejam que ao Estado seja conferida a responsabilidade de cuidar do todo, por que individualmente os homens estão preocupados em zelar por aquilo que é de sua propriedade, devendo ser protegidos pelo próprio Estado.

Não obstante ao ideal de democracia inscrito no sentido atribuído pela representante da CPTK à sua representação é possível verificar que, na realidade, tal ideal não encontra efetividade. Em seu depoimento, embora ainda se coloque em favo de um ideal democrático, comparece um elemento importante que confirma as contradições entre o "fetiche" inscrito no ideal democrático e a realidade democrática contemporânea na esfera municipal de Carambeí, o que confere materialidade às relações democráticas municipais, sob a afirmação de relações pautadas num particularismo clientelista, tal como historicamente a democracia é concebida no Brasil.

"Então, é muito importante que as pessoas se envolvam, seria bom demais que todo mundo tomasse realmente partido, brigasse por aquilo, lutasse por aquilo que acham que é certo, mas aqui, infelizmente, não acontece, por que se alguém se manifesta muito, é mal visto, é apontado, é excluído e as pessoas que nós atendemos aqui, mais ainda, eles acham bom quem dá mais. *Eles ainda vendem o voto e nós temos lutado muito por isso e quando chega a época de campanha eleitoral é um sofrimento, porque nós queremos mostrar que não é assim, eles não podem, não vendam o voto porque vocês vão comer o resto do ano, vocês vão precisar desse alimento e se não tiver uma boa administração, não vai ter emprego, a saúde vai de mal a pior, não vai ter uma infraestrutura adequada.* ***Por esse sentido, nesse sentido ainda é muito frustrante, é bastante precária."*** (CPTK).

Diante desta contribuição da liderança do CPTK, a crítica feita pelo representante do PSDB é complementar a esta perspectiva particularista presente no contexto democrático brasileiro. Trata-se, portanto, de uma crítica à degeneração moral do conteúdo democrático, que como tal, se faz pertinente ao se analisar historicamente os particularismos presentes nas relações políticas brasileiras. Tal como disposto por Coutinho (2012), Nogueira (1998), Faoro (2008), o particularismo presente nas relações democráticas brasileiras torna-se o terreno pelo qual há uma confusão entre o público e o privado no país. Ainda há determinações históricas que impõem relações mando e de favor entre o homem politico e o homem econômico no Brasil. Ao se deparar com fenômenos como a corrupção, práticas ilícitas e a busca do poder político como fim último da política, o representante do PSDB manifesta consciência do estágio democrático inicial em que a sociedade brasileira se encontra em face de um ideal democrático, ainda que sob as bases liberais.

Embora não se possa negar que a relação entre Estado e sociedade civil no Brasil, não é uma relação de mão única de cima para baixo. Há que se considerar as tensões existentes nas relações entre Estado e sociedade civil, as quais expressam as pressões vindas de baixo e que se reproduzem pela via das revoluções passivas no país. Tal como apontado por Nogueira (1998), a sociedade brasileira não estava preparada para a democracia; esta preparação se daria durante o exercício democrático. A lógica processual da democracia própria de sua apreensão no movimento histórico impõe à sociedade e ao Estado o exercício democrático efetivo como caminho real para seu fortalecimento, seja na direção do liberalismo, seja em direção à sua radicalização socialista.

Ainda no depoimento do representante do PSDB, ao retratar o período em que o respectivo partido elegeu por dois mandatos o prefeito municipal, por óbvio, reside uma fala que se afina com o conteúdo socialdemocrata, haja vista a natureza do respectivo partido que representa. Tal conteúdo não comparece, no entanto, como anseio, mas no sentido avaliativo do período em que o PSDB ocupou o bloco de poder municipal, no executivo. Neste período, apontou o representante do PSDB ter sido incompreendido pela SCC, ao buscar realizar ações, tida por ele de ideal transformador.

"Muitas vezes não sendo entendido, por estar com ideias novas de fazer uma verdadeira transformação e dando oportunidade para todos que era o nosso lema – a inclusão e a promoção social." (PSDB).

Muito embora, a transformação seja um movimento distinto do que se tem como mudanças graduais, confirma-se residir no depoimento do representante do PSDB uma intenção frustrada de transformação do município, pela via da inclusão e da promoção social. Há que se destacar que o respectivo partido no Brasil, se destacou efetivamente, durante a década de 1990, a nível nacional, conforme visto anteriormente em Behring (2003), como protagonista das reformas de caráter neoliberal, mantendo-se distante de perspectivas reformistas revolucionárias, tal como ensaiadas no depoimento do respectivo representante do PSDB na pesquisa. Estas, por sua vez, segundo Coutinho (2006), se distanciam de perspectivas reformistas revolucionárias, tidas por ele como estratégias progressistas de aprimoramento da democracia numa perspectiva radical. Referem-se, conquanto, a uma histórica forma das elites governarem o país – o chamado reformismo pelo alto,

declarado por Nogueira (1998) como o instrumento político definido pela classe dominante para governar o Brasil, por meio de processos de “revolução passiva”.

No depoimento do representante do SINTRACOOSUL, constata-se também uma clara intenção socialdemocrata na forma como expõe sobre o sentido de sua representação em relação ao poder público e aos órgãos empregados locais, enquanto líder sindical. Destaca-se que no depoimento comparece a preocupação do sindicado com questões pertinentes a esta perspectiva democrática.

“[...] a igualdade social, a busca da melhoria de condições de salário, de condições de moradia, de condições de vida mesmo.” (SINTRACOOSUL).

Tem-se conhecimento das conquistas salariais alcançadas pelo sindicato frente à cooperativa Batavo, conforme informações divulgadas no site da respectiva entidade sindical, onde se encontram os acordos coletivos realizados anualmente e ainda conforme o depoimento do próprio líder sindical. Verifica-se, também, no depoimento do respectivo líder, que tais avanços são conquistas de um movimento protagonizado por esta organização, que tal como avistado na perspectiva do representado do PSDB, se constitui um movimento “reformista pelo alto”, posição esta que, inclusive o diferencia da linha de atuação do outro sindicato de trabalhadores das indústrias – o SINTAC, do qual a base do SINTRACOOSUL já fez parte no passado e se separou devido em 1996 devido à abertura de capital da cooperativa no setor de alimentos, no respectivo ano, conforme visto anteriormente.

Quando se distanciaram e que foi criado um sindicato específico de cooperativa e ficou um pra alimentação, o de cooperativa se distanciou um pouco, até por que a realidade era outra. Como eu presto assessoria pros dois, a diferença é gritante. A mesa de negociações dos dois. Totalmente diferente, a mesa de negociação com a cooperativa é uma e a negociação com a indústria é totalmente outra. ***Ali (SINTAC) há uma visão de que tem que ser firme naquilo que você está defendendo e que não pode fraquejar nada*** *e no outro não,* ***no outro (SINTRACOOSUL) há um entendimento de que dá pra fazer, que pode chegar num meio termo, sem convocar os trabalhadores. O SINTAC tem uma atuação até diferente. Ele vai lá e convoca os trabalhadores e eles vão lá pra porta da fábrica. O Sintracoosul não consegue fazer isso por que se distanciou da linha que vinha o SINTAC e se ligou mais às áreas de direita na política. Por exemplo: hoje, difícil te dizer, mas a federação que representa o Sintracoosul, que seria a federação e a central sindical estão mais ligadas aos partidos de direita do que de esquerda e o SINTAC não vai pra esse lado. Digo isso por que acho que está mais ligado à formação, por exemplo: hoje os representantes do sindicato, os representantes do sindicato*** *(SINTRACOOSUL)* ***não foram formados na mesma vertente, onde está a direção do SINTAC. E não são todos também os diretores do SINTAC, são alguns. Eles vêm de uma formação diferente por que têm uma formação histórica, por que eles são ligados a isso, de ler Marx e assim por diante. E a direção dos sindicatos de cooperativas eles não são formados nessa vertente.*** *Então não tem esse embate que tem o SINTAC. O SINTAC tem uma outra visão.* (SINTRACOOSUL). (parêntese nosso).

Em se tratando de linha de atuação política, é possível perceber no depoimento do líder do SINTRACOOSUL como ocorreu o distanciamento deste sindicato de uma linha política marxista, devido a sua aproximação com partidos políticos de direita. Há no depoimento elementos para se afirmar que houve um "endireitamento" da linha de atuação sindical no município quando se verifica a atuação do SINTRACOOSUL, ainda que o SINTAC continue atuando em uma linha mais radical, a divisão institucional dos sindicatos representou para a luta dos trabalhadores de Carambeí um enfraquecimento perante as suas possibilidades políticas.

"Em 1996 foi o período de maior luta e mais dificuldade que o sindicato passou, *foi o ano em que* ***houve a greve e da greve os trabalhadores colhem frutos até hoje.*** *Por que entre outras coisas,* ***o avanço foi grande nas conquistas dos benefícios****."* (SINTRACOOSUL).

Registra-se assim, o ano de 1996, paradoxalmente, como um ano de importantes conquistas, conforme se pode verificar no depoimento acima, entretanto, seguido de uma perda na qualidade política da luta; a partir de então, decorrente do processo de fragmentação da luta dos trabalhadores, ocorrida na década de 1990.

A formação política marxista vem cedendo lugar a outra linha filosófico-politica a qual tem aproximado o SINTRACOOSUL de uma linha de atuação reformista pelo alto, incorporando-se na lógica das revoluções passivas, na medida em que deixa de lado as estratégias mais radicais de enfrentamento político, apesar do próprio representante sindical do SINTRACOOSUL reconhecer que os maiores resultados da luta sindical são frutos da década de 1990, quando ainda a luta sindical fazia uma única frente no município.

No que se refere aos sentidos atribuídos pelos sujeitos pesquisados que demarcaram suas posições mais próximas de uma dimensão político-institucional, conforme categorizada acima, pode-se perceber que, a depender do maior envolvimento histórico de cada organização, no tempo e no espaço local e na política institucional do município. Cabe aqui ressaltar que nesta dimensão situaram-se dois partidos políticos PTB e DEM. Ambos elegeram prefeitos municipais em Carambeí. O PTB no início logo após a emancipação do local e o DEM é atualmente o partido que ocupa a cadeira de prefeito municipal, tendo ainda o maior número de

vereadores eleitos na câmara de vereadores, no momento. Por óbvio, que são organizações com características políticas diferentes, conquanto com percepções em torno do sentido de sua representação e participação política na relação com o PPM que se assemelham quando analisados pela ótica aqui delimitada.

*"**Então, foi importante o PTB por que nós tivemos acesso à assembleia legislativa pra poder acompanhar naquela época já um projeto existente da emancipação e poder no caso trabalhar a emancipação de Carambeí através de um político pra poder ter êxito no caso da emancipação do município.**"* (PTB).

***"Bom além de ser presidente do partido, onde a gente tem mais de 200 filiados. Eu hoje também eu estou com uma função pública [...], onde a gente, de uma maneira ou de outra, a gente interfere na vida de muitas pessoas. A gente é procurado pra resolver problemas dos cidadãos e eu acho que a gente se torna automaticamente um representante**, onde a gente é procurado pra resolver várias questões e a nível partidário também [...]."* (DEM).

Ao se analisar os depoimentos acima, verifica-se que a liderança do PTB, resgata a importância da participação do respectivo partido político para a emancipação do município, sendo esta uma ação de caráter político- institucional. Destaca-se, no depoimento da respectiva liderança, que a articulação política junto da assembleia legislativa se fez necessária no decorrer do processo de emancipação de Carambeí. Com a emancipação, Carambeí passou por um reordenamento político-institucional a fim de se caracterizar como uma das unidades federativas do país. No Brasil, os municípios possuem *status* de ente federado, conquistando, com o processo emancipatório, autonomia político-administrativa em face das demais instâncias federadas (estadual e federal). (ARRETCHE, 2000). Conforme visto anteriormente, havia uma preocupação da liderança partidária do PTB, à época da emancipação, com a questão da municipalização dos recursos próprios de Carambeí, haja vista o potencial de desenvolvimento econômico da região. Questionado sobre a maior contribuição do PTB para Carambeí, o referido sujeito concordou em afirmar que foi a estruturação político-institucional do município.

***"[...] pra nós estruturarmos o município, toda a parte de estrutura, nós tivemos todo o apoio da parte técnica da assembleia legislativa, contratação de pessoal, os recursos através da secretaria da fazenda**. Então nós tivemos todo um auxílio da assembleia legislativa orientando o que nós deveríamos fazer. [...] nós nunca tínhamos trabalhado com isso. **Nós tivemos todo o apoio da parte técnica da assembleia para que nós conseguíssemos montar a parte de estrutura do município de Carambeí. Então o quê que eu fiz, eu tinha bastante intimidade com o presidente, então eu fui pedindo pra ele, então ele concedeu a parte jurídica [...] na verdade, pra nos podermos montar a primeira lei de estrutura de Carambeí – montar a prefeitura no** caso –*

processo licitatório, que eu nunca tinha feito; contratação de funcionários na época, que nós podíamos contratar sem concurso público, por que era um município criado recentemente; abertura das contas; como que funcionava o orçamento, por que na época não tinha ainda um orçamento, era o primeiro orçamento. Então, foram coisas assim que eu precisei muito da assembleia. [...] ***Então até onde eu lembro, nos primeiros dois anos de gestão, o PTB correu atrás de tudo. Então os outros partidos, na época os vereadores, nós tínhamos na época 9 vereadores (lógico por que era pela primeira vez também) mas ninguém correu atrás de nada, então ficou a cargo só do PTB mesmo todas as ações pro município, pra parte administrativa, foi do PTB."*** (PTB).

Diante do exposto, é possível perceber que, efetivamente, o sentido político-institucional atribuído à dimensão da representação do PTB e de sua participação, enquanto OSC na relação com o PPM encontra elementos históricos importantes que comprovam tal afirmação. Este partido elegeu, após a emancipação de Carambeí, seu primeiro prefeito municipal. O respectivo prefeito eleito permaneceu no cargo durante duas gestões municipais, a despeito de ter sido cassado do cargo durante 11 (meses) durante o ano de 2002. (CARAMBEÍ, Dados da Câmara de vereadores municipal, 2014).

O representante do DEM, na mesma linha do PTB atribuiu a sua representação e participação política enquanto representante da SCC, um sentido próximo à dimensão político-institucional, na medida em que enalteceu a sua posição como presidente do respectivo partido e a função pública por ele exercida atualmente no município como condição para a sua posição de representante da SCC, na relação com o poder público. Destaca-se aqui a importância conferida pelo respectivo sujeito da pesquisa à legitimidade institucional de sua representação e a sua responsividade em face da resolução dos problemas dos cidadãos, o que nos remete ao disposto em Dahl (1988). Sabe-se que a questão da legitimação e da responsividade são dois elementos político-institucionais caros à perspectiva democrática liberal, em face da necessária resposta das autoridades governamentais às preferências dos cidadãos. Esta é, segundo Dahl (2005) uma manobra político-ideológica elaborada pelos liberais como necessária à manutenção de seu governo do poder, o que nesta perspectiva de democracia é, na visão do autor, a sua "chave".

Ao que se sabe, a perspectiva democrática liberal é aquela que o DEM deita as suas raízes no país, o que não é diferente em Carambeí. Ao se analisar a tendência do partido na realidade municipal, segundo o depoimento do sujeito pesquisado, embora o DEM acolha, excepcionalmente, trabalhadores no respectivo partido, majoritariamente, está formado por agropecuaristas, empresários e

produtores. Essa é segundo o respectivo sujeito “A própria tendência do partido”. (DEM). Na perspectiva democrática liberal clássica, o que está em jogo é a manutenção do poder; a preocupação com a legitimidade e a responsividade do governo em face de todos os cidadãos considerados iguais perante a lei. O líder do DEM em Carambeí, ao ocupar um cargo público, ressalta:

“[...] *a gente é procurado pra resolver várias questões e a* ***nível partidário também*** *[...].”* (DEM).

De tal forma é importante, destacar que neste caso responder, efetivamente, às questões de ordem pública e às questões partidárias faz parte do modus operandi dos liberais ao ocuparem o bloco de poder, na medida em que com o domínio da máquina estatal por intelectuais vinculados aos grupos liberais burgueses, se conquista a garantia da segurança da ordem burguesa (LOCKE, 1979). Nesta, a propriedade privada permanece sob a proteção do Estado. Tal como visto em Lebrun (2004), a atuação do homem público, na perspectiva liberal, se dá em plena articulação e complementariedade aos interesses privados. Não obstante, é assim que historicamente os liberais governam o país.

Ao retratar a formação da equipe de governo do DEM para o executivo municipal em Carambeí, a respectiva liderança partidária apresenta ricos elementos que convergem para a dimensão político-institucional da participação partidária no governo municipal.

“Então a gente foi nome por nome, cargo por cargo e pelo perfil profissional da pessoa a gente tentou adequar no cargo. Talvez até um preço que a gente está pagando, por que a gente tentou colocar pessoas mais técnicas e daí falta nesses técnicos que estão ocupando falta a parte política. não tem. E como a administração pública é bem diferente e esse pessoal veio tudo da iniciativa privada, eu vejo que eles sentem dificuldades em muitos momentos de atuar, mas foi essa a opção que a gente fez. *No final do ano a gente vai sentar e fazer um balanço e ver que tem que ser mudado e o que não está indo bem.* ***É difícil de mudar por que envolve laços de amizade, envolve laços partidários, essa é a dificuldade talvez de você trazer gente da tua cidade. Você traz gente de fora, a não deu certo, muito obrigada não preciso mais do teu trabalho e a pessoa vai embora. Agora, AH! É o vizinho. Tem uns dois secretários que são vizinhos do prefeito. Além de amigos, são vizinhos. Se for dispensar eles, como é que vai ser, como é que vão se olhar. Vão se encontrar na esquina, como é que vai ser?*** *Então, infelizmente tem isso.”* (DEM).

Verifica-se, no depoimento, a afirmação de que houve a tentativa de valorizar a incorporação da técnica privada à gestão pública, sem ainda descartar a satisfação dos interesses em torno dos laços de amizade e partidários, opção esta declarada pela respectiva liderança partidária e que segundo sua própria análise

restou-se frustrada devido à observância de grande dificuldade de atuação dos indicados pelo partido para assumir funções públicas, por não dominarem a técnica inerente às funções correlatas à gestão pública municipal e ainda por não ter tradição no fazer político. Entretanto, observa-se que embora reconhecida tais dificuldades pelo líder partidário, a dificuldade do partido reside, exatamente, na necessária manutenção dos laços de amizade e partidários, diga-se nas relações de interesses particulares que envolvem as escolhas partidárias, para além do interesse público em questão. No dizer de Faoro (2008), a natureza patrimonialista das relações entre Estado e sociedade civil cristalizaria no país o domínio das elites dominantes no âmbito do poder institucionalizado, desde o império até a república. De uma forma mal assimilada, o homem público se converteria em homem privado, ainda que sob a condição jurídico-formal da universalidade estatal. Isto se confirma em Carambeí, quando analisado diante do depoimento do representante do DEM do município.

Categorizados como protagonistas de uma representação e participação mais próximas de uma dimensão de mobilização e articulação social, os representantes da AASEC, da APAE, da APHC, do ROTARY e do SINDISERV, destacam diferentes elementos que, embora semelhantes no sentido atribuído em face de uma dimensão do exercício político da representação e participação da sociedade civil na relação com o Estado, distinguem-se a depender da natureza institucional, de cada organização. Conforme destacado abaixo, verificam-se diferentes intenções que fazem referência à mobilização da comunidade para o debate das demandas voltas às áreas de atuação das respectivas organizações; delas mesmas em relação à participação junto ao poder público e ainda agindo como articuladoras de ações entre outras organizações civis com o PPM.

Comparece nas falas dos representantes de tais organizações uma preocupação geral com algumas questões sociais e culturais do município; as quais impõem à realidade municipal a apresentação de demandas ao PPM. Refere-se às áreas da criança e do adolescente; da pessoa com deficiência, à área da cultural e o debate em torno do funcionalismo público. Evidentemente, que tais são as áreas afins a cada uma das organizações entrevista; entretanto, o foco aqui não é necessariamente o escopo das respectivas organizações, mas o sentido atribuído pelas respectivas lideranças à sua representação e participação em relação ao PPM. Portanto, embora com escopos diferentes, tais organizações se voltam a

representar demandas públicas da sociedade civil local em face do PPM, buscando assumir uma dimensão de mobilização e articulação social em torno de sua ação.

Nota-se que no sentido atribuído pelo líder da APHC não se destaca a figura do PPM como canalizador da ação de mobilização, conquanto, reside nela uma preocupação em resgatar a cultura do município, de tal forma, que considera a considera como a razão para ter entrado para o "campo da sociedade civil". A sua entrada, portanto, na área da política cultural local, faz tal liderança sentir-se representante da sociedade civil carambeiense, ao lado dos demais representantes, tendo em vista que em sua fala destaca a diversidade de representantes, ao seu lado, assim, aludindo a sua interpretação de sociedade civil a uma ideia de coletividade, como destaca:

*"**Eu me considero, talvez, um dos representantes, por que são diversos e desde que me aposentei, que saí da minha atividade dentro do cooperativismo, eu me dediquei ao Parque Histórico** e isso aqui, pra mim foi uma satisfação, **talvez por contribuir com algo cultural dentro do** município. Nós precisávamos resgatar um pouco na nossa histórica. **E por essa razão a gente entrou nesse campo da sociedade civil.**"* (APHC).

Aos moldes do disposto em Bianchi (2006), pode-se afirmar estar implícito na fala da liderança da APHC o elemento de universalidade presente na sociedade civil, em que o particular, que tem sede na sociedade econômica, se universaliza na sociedade civil. Assim, ocorre para Bianchi (2006), a 'elaboração superior da estrutura em superestrutura'. Segundo o autor, dessa forma o particular se universaliza, na medida em que a burguesia se afirma como universal na superestrutura. "Não porque o particular somente porque universal e universal somente porque particular, mas porque o particular é oposição não antagônica ao universal." (HEGEL, 1997). Cabe ressaltar aqui, não se tratar de uma análise reducionista dos elementos que compõem a dinâmica do vir a ser da sociedade civil, na superestrutura. Refere-se neste caso a tal proposição, pois ao se analisar a fala do líder da APHC, aparentemente, pode-se confirmar como um movimento individual e particular da respectiva liderança em face de uma opção desvinculada do movimento de seu grupo, conquanto, revela, em sua essência um movimento associado à particular conjuntura histórica que remonta a dinâmica político-cultural do segmento que a respectiva organização civil representa no espaço local em Carambeí. Entende-se desta forma, por que tal movimento remonta uma ação

política de protagonismo civil executada por uma das principais lideranças históricas do grupo econômico dominante de Carambeí – dos imigrantes holandeses perante o espaço local.

O resgate cultural a que a respectiva liderança da APHC faz referência é o resgate da cultura hegemônica de Carambeí. Aquela que possui sua gênese histórica na formação e desenvolvimento da estrutura cooperativista local, associada ao protagonismo de seus pioneiros. Ressalta-se que inscritos num contexto econômico desfavorável à autonomia econômica do grupo cooperativista local[298] até então dominante na região, este grupo se lança na esfera da política cultural no município, com a construção da APHC, sendo esta ação uma estratégia político-cultural incorporada pelo respectivo grupo com vistas à continuidade do projeto hegemônico liberal-burguês no município. Assim, pode-se considerar que a saída do respectivo líder entrevistado de suas atividades profissionais na cooperativa e a sua dedicação à APHC, demarca, particularmente, um movimento histórico importante nas relações de hegemonia no espaço local.

Convém ressaltar que a APHC foi fundada e é mantida entre outras fontes por recursos da Cooperativa Batavo. Possui como um dos seus principais objetivos, conforme visto anteriormente "[...] eternizar a saga dos pioneiros holandeses [...]" em Carambeí, contribuindo, assim, significativamente para a afirmação político-cultural do grupo de holandeses perante o conjunto da sociedade civil local. Ressaltam-se no âmago do presente debate as construções teóricas elaboradas por Tarrow (2009) sobre a teoria do "enquadramento interpretativo" *[framing]* e formação de "identidade coletiva", a qual deriva de uma leitura contemporânea do que Gramsci chamava de consenso em torno dos objetivos do partido.

Assim, pode-se afirmar que a APHC ao ser analisada sob a chancela de tais pressupostos teóricos, apresenta-se, hodiernamente, em Carambeí como a principal organização da sociedade civil carambeiense, representante dos interesses políticos do grupo holandês no espaço local, ou seja – torna-se, potencialmente, o que em Gramsci se denominaria de partido, e que, modernamente, tem sido convertido por estudiosos liberais norte americanos, entre eles Charles Tilly (2013), em um movimento tido como de mobilização de repertórios culturais no âmbito do que se convencionou chamar de teoria da formação de "identidade coletiva". (TARROW,

[298] Década de 1990 – (conjuntura das reformas neoliberais e abertura do mercado nacional para o capital internacional).

2009). Já no depoimento da AASEC e da APAE, o sentido de mobilização está associado à mobilização da comunidade para debater assuntos a ela relacionados na sua interface com a área de atuação da organização e ainda à representação das respectivas organizações no âmbito dos conselhos gestores de políticas públicas, por meio do exercício da participação, conforme se verifica abaixo.

"*[...]* ***além de mobilizar a comunidade acerca de assuntos referentes às crianças e adolescentes, referentes à família e também da participação nossa no conselho municipal de assistência social e no conselho municipal da criança e adolescente, temos um representante também, um membro e a assistente social e o superintendente da AASEC são membros do conselho e acredito que basicamente desta forma.*** *O superintendente é o titular, o ano passado ele foi inclusive o presidente do conselho."* (AASEC).

"Nós enquanto entidade não governamental nós participamos das várias... Como que eu posso dizer? ***O nosso papel aqui no município é na questão dos diferentes conselhos existentes no município e representando realmente os nossos alunos, as nossas famílias. Então, a gente tem esse papel de representar esse segmento dessa sociedade perante o poder público****."* (APAE).

Nota-se nos depoimentos acima dispostos que há uma ênfase ao sentido de uma representação das demandas inerentes à realidade do público atendido pelas respectivas organizações no município. Sendo assim, na visão destas lideranças se verifica a valorização dos conselhos como canais de legitimação de suas representações e participação no âmbito do PPM. Aqui os conselhos comparecem como espaços de participação onde se procura pautar as demandas da população local.

O protagonismo presente nesta dimensão da participação decorre do interesse de mobilizar as respectivas instâncias democráticas de participação a debater sobre os assuntos que envolvem a realidade das famílias atendidas pelas respectivas organizações. Confirma-se em tais lideranças da sociedade civil local, para além de sua representação organizacional, uma identidade política associada à condição de participante dos conselhos municipais de políticas públicas na condição de representantes de um segmento e ou uma causa – aquelas das famílias atendidas pelas próprias organizações. Não há, nestes casos, uma dissociação entre a representação que têm em relação à organização e a que possuem no conselho, a despeito de serem e ou não conselheiras formalmente constituídas e ou se outros representantes da organização o são. Deflagra-se, nestas lideranças a presença de uma identidade política de representação da sociedade civil local derivada da experiência política enquanto conselheiras de políticas públicas. Tal

questão remonta ao debate da representatividade democrática no âmbito dos espaços democráticos participativos no Brasil.

Conforme Lüchmann (2011), a representação e a participação se complementam, superando-se, com tal concepção, perspectivas que afirmam tratar-se de questões distintas e contrapostas. Sendo assim, considera-se que na realidade dos conselhos gestores de políticas públicas constituem-se novos desafios de representação e participação que complexificam as relações entre as associações, os movimentos sociais e o Estado na perspectiva de pensar uma prática de representação alternativa que "[...] uma nova responsabilidade marcada pela dimensão da representatividade perante outros atores e com o Estado na formulação de políticas públicas que afetarão públicos mais amplos." (LÜCHMANN, 2011, p. 145).

No que se refere, especialmente, ao depoimento do líder do SINDISERV confirma-se nele estritamente o sentido formal de sua representação, enquanto representante dos servidores públicos em relação ao PPM.

"[...] ***a gente é representante dos servidores municipais.*** *E gente tem um problema no poder público que é essa troca de mandato de prefeito. Cada época, cada mandato vem um prefeito com uma visão diferente. Às vezes vem um administrador de empresa privada, às vezes já vem um que já era do setor público, às vezes vem um bem inexperiente no assunto, até aprender.* ***Então, tem que haver essas discussões para o bem do servidor."*** (SINDISERV).

Confirma-se na contribuição do respectivo líder do SINDISERV uma preocupação com a continuidade das discussões em relação ao PPM. O papel de articulação das demandas dos servidores públicos municipais, entre os diferentes governos municipais, comparece no sentido atribuído pelo respectivo líder sindical à sua representatividade numa perspectiva de abertura de um debate contínuo que ultrapasse os limites temporais atribuídos aos diferentes governos. De tal preocupação, pode-se destacar a importância do acúmulo de experiência de luta sindical, como importante fator a ser preservado por entre as mudanças governamentais realizadas no interior do Estado. Neste sentido, conforme Nogueira (1998b) é importante destacar que o sindicalismo público, se por um lado possui dificuldades de afirmar critérios econômicos às suas reivindicações em face dos critérios políticos atinentes à estrutura organizativa estatal, por outro abre um leque de possibilidades a uma "[...] maior politização da atuação sindical em torno dos

problemas da democratização e da própria natureza e limite do Estado brasileiro, bem como da gestão e qualidade dos serviços públicos.” (NOGUEIRA, 1998b, p. 9).

> A questão da democratização do Estado no Brasil é que está em jogo e exige mediações e articulações entre um problema que aparenta ser específico (o sindicalismo no Estado), mas que possui nexos e relações com dimensões globais. A democracia constitucional no Brasil está mostrando seus limites em torno de uma perspectiva apenas liberal-corporativa, abrindo possibilidades de avançar no sentido da democracia de massas ou da radicalização democrática. (NOGUEIRA, 1998b, p. 9, 10).

Quanto ao ROTARY, pode-se perceber que as questões da mediação e da articulação comparecem implicitamente na fala da liderança entrevistada, marcando o sentido atribuído por ela à representação e participação na realidade municipal. A sua condição de representante da sociedade civil carambeiense perpassa pelo reconhecimento de um movimento de articulação e mediação, entre grupos específicos da sociedade e o poder público e ainda ao se referir à prática organizacional do ROTARY ao realizar ações em parceria com outras organizações civis do município de Carambeí, numa perspectiva de auxílio e mobilização, em especial numa perspectiva de seu desenvolvimento e expansão, conforme depoimento a seguir:

“[...] a gente enquanto Rotary é um meio entre as pessoas necessitadas e o poder público, por que a gente faz esse elo [...]. Então na campanha, o ano passado, do agosto azul, pro combate ao câncer, a gente tomou frente a prefeitura e a gente ajudou bastante eles. No outubro Rosa também. A gente faz os nossos eventos e esse dinheiro todo é revertido pra uma instituição. **Então, nós ajudamos muito na construção da Casa Pe. Theodorus**, doando os móveis pra eles e sempre assim, que tem um evento, já tem um objetivo pra qual instituição a gente vai encaminhar. **Nós estamos agora lidando com a Rede de Combate ao Câncer que também é novinha, a gente faz as promoções, faz as festas pra direcionar pras pessoas doentes. Carambeí tem conta agora com mais ou menos de 20.000 habitantes e nos temos 70 casos de pessoas com câncer que são bem pobres, que precisam da rede pública pra se tratar e entre essas 70, 5 crianças. Nessa iniciativa da Rede de Combate ao Câncer, o Rotary tem uma ação de apoio, de incentivo**. Temos uma parceria, a gente está nascendo com a parceria do Rotary. Isso é muito importante.***”*** (ROTARY).

Conforme o disposto em Gramsci (2012) o ROTARY[299] faz parte de um conjunto de “intelectuais” que atuam em escala internacional e em contextos nacionais específicos, “[...] cuja função é de mediar entre os extremos, de ‘socializar’

[299] “Rotary Club, é um Clube de Profissionais, que congrega líderes das comunidades em que vivem ou atual, fomentando um elevado padrão de ética ajudando a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo, e que prestam serviços voluntários não remunerados em favor da sociedade como um todo ou beneficiando em casos específicos, pessoas necessitadas ou entidades que atuam em favor de desamparados. (BRASIL. Rotary Club). Disponível em: http://www.rotarybrasil.com.br/rotary.htm. Acesso em: 12, nov. 2013.

as descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre soluções extremas.” (GRAMSCI, 2012, p. 43).

Na fala da respectiva liderança, considerando o contexto determinado da atuação do ROTARY no município de Carambeí, esta faz referência a uma posição de articulação, adotada pela respectiva organização no espaço local. Confirma-se, portanto, a atuação da respectiva organização no respectivo contexto, como vocalizadora de suas demandas em face das autoridades constituídas no município, exercendo um papel de articulação no âmbito da SCC.

Segundo Lavalle, Castello e Bichir (2006), o papel de articulação tem sido uma característica assumida pelo protagonismo das organizações civis, sobretudo no que se refere à capacidade de tais organizações em “[...] coordenar e impulsionar as agendas de seus membros, bem como de representa-los perante o poder público e perante outros atores políticos, econômicos e inclusive civis.” (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 41, 42). Há nesta questão, conforme os autores uma relação de assimetria entre a organização articuladora e aqueles que são beneficiados pela respectiva articulação. Reside nesta modalidade de ação, ao se analisar as relações entre a SSC e o PPM, em nossa compreensão, o risco do apadrinhamento das ações e da dependência das demais organizações em relação àquela que se propõe como articuladora de suas ações, neste caso o ROTARY. Quando se tratar de articulação direta entre o poder público e o cidadão, tal risco aumenta em seu potencial de tutela das ações de cidadania, favorecendo a lógica do “favor” em detrimento da perspectiva do “direito”. Embora, tais ações de articulação estejam prenhes de fragilidades; por outro lado ao se analisar o protagonismo das organizações civil locais, no conjunto das organizações entrevistadas, apenas o ROTARY se inscreveu nessa modalidade de ação política de articulação, o que visto por outro ângulo, pode-se considerar um elemento importante no sentido do fortalecimento democrático no âmbito da sociedade civil carambeiense, haja vista que como possibilidade pode constituir uma nova forma de agir político democrático das organizações civil locais. Com efeito, se aproxima de uma perspectiva democrática, em acordo com os institutos liberais democráticos, em seu agir político.

Mais distante de uma definição precisa de seu agir político em relação a uma ou outra perspectiva democrática, as lideranças do GADAC[300] e do SOSCAR[301] definem sua representatividade e participação enquanto representantes da sociedade civil carambeiense mais próxima de uma dimensão humanitária, de caráter caritativo-assistencial, aproximando-se de uma ideia universal do Direito - aquelas inclusas nos princípios fundamentais do Direito (GONÇALVES, 2014).

"[...] ***a gente está ajudando no desenvolvimento dessa sociedade pra haver uma melhora, na própria sociedade, na própria comunidade, uma ajuda também, por que tem tantas pessoas que necessitam dessa ajuda da nossa entidade. Então, a gente tenta estar sempre ajudando, nesse sentido.*** *É, principalmente,* ***acolher essas pessoas, o itinerante que passa por Carambeí, dorme na rua, acolher essas pessoas pra pelo menos ter umas três noites de, um banho, uma alimentação, higiene pessoal e um lugar pra eles dormir adequadamente e dignamente.*** *[...] a gente ajuda também os daqui, sabe, os que são moradores de rua, daqui também quando eles necessitam de ajuda, né, um poso, tanto pra a alimentação, tudo."* (SOSCAR).

*"****Meu papel fica em torno da prestação de serviço voluntário que a gente faz e por ser um dos fundadores, inclusive, da ONG que é o GADAC é a atitude que a gente tem de ajudar as pessoas.*** *Eu acho que vale a pena."* (GADAC).

Conclui-se que em tais representações não estão implícitas uma dimensão democrática enquanto perspectiva, mas ainda que não expressa desta forma nos

[300] "O objetivo do GADAC é principalmente a prevenção, mas nós trabalhamos também com a parte curativa, que já foi mais forte antigamente. [...] Mas o objetivo do GADAC é tirar a pessoa do alcoolismo e da droga e inserir essa pessoa na sociedade." (GADAC, Entrevista, 2014).

[301] "Art. 2° - A entidade terá por objetivo geral desenvolver atividades de caráter beneficente de assistência social.
§1° - Terá como objetivos específicos:
A. Fortalecer vínculos familiares e comunitários;
B. Promover a proteção à família;
C. Promover gratuitamente a integração ao mercado de trabalho;
D. Promover o incentivo a uma alimentação saudável/nutritiva;
E. Promover o voluntariado, incentivando a ajuda solidaria entre os moradores de regiões nas mais diversas situações;
F. Promover gratuitamente a ajuda, proteção e orientação de famílias em situação de vulnerabilidade social;
G. Incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para uma maior participação;
H. Promover a integração do programa com órgãos oficiais que atuam no campo social para melhorar o atendimento no SOS CARAMBEÍ;
I. Realizar cursos de capacitação profissional em parceria com órgãos oficiais;
J. Participação em campanhas, bingos e bazares, que venham beneficiar as famílias em situação de vulnerabilidade social;
K. Oferecer atendimento em pequenos grupos e a participação na vida da comunidade;
L. Garantir a gratuidade dos serviços a indivíduos em situação de vulnerabilidade social, com renda per capita inferior a meio salário mínimo federal;
M. Prestar serviços permanentes sem discriminação, respeitando impreterivelmente os: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, gênero e orientação sexual;
N. Acolher famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência oferecendo abrigo, alimentação e higiene pessoal;
O. Contribuir para restaurar e preservar a integridade e autonomia da população de rua." (CARAMBEÍ, Estatuto do SOS-Carambeí, 2014).

depoimentos, ao se analisar o conteúdo presente nas falas, avista-se nas duas lideranças um particular compromisso com um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito - aquele disposto no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal – o princípio da dignidade humana, que ao lado do princípio da cidadania, inciso II, compõem os fundamentos do Estado Brasileiro, desde 1988. (BRASIL, Constituição Federal, 1988). Tal compromisso formal se faz necessário numa democracia liberal, uma vez que nela os homens alcançam a igualdade somente nesta condição, substancialmente os homens são desiguais. Em parte deles necessitam inclusive do amparo do Estado, para a satisfação de suas necessidades básicas.

Tal como afirmado por Marx (2005), em *"A Ideologia Alemã"*, para viver e fazer história, o homem precisa antes de tudo "[...] comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais." (MARX, 2005, p. 53). Sendo assim, a dignidade humana não haverá de prescindir, numa perspectiva radical de democracia, pois nesta o homem terá garantida a igualdade em sua substancialidade, não necessitando da metáfora do direito para o alcance de sua dignidade, pois ela estará garantida ao homem, na sua condição finita. O direito aos mínimos sociais, numa sociedade capitalista liberal, portanto, é uma condição básica da qual nenhum Estado Democrático de Direito pode prescindir, na medida em que nele a igualdade material não está assegurada ao conjunto da sociedade. Assim, ao examinar a dimensão da representatividade atribuída por tais lideranças, ao se colocarem como representantes da sociedade civil carambeiense, constata-se que como tais suas proposições encontram-se, *a priori*, mais distantes de uma preocupação com a política democrática estrita, aproximando-se o sentido atribuído ao que, genericamente, poderia fazer alusão ao sentido universal do conteúdo democrático, nos limites da ordem liberal burguesa. Dito da forma específica, como apareceu nas falas convencionou-se chamar de dimensão humanitária, de caráter caritativo-assistencial, a qual se aproxima de uma perspectiva socialdemocrática.

Compreende-se, com efeito, que tais perspectivas identificadas nas relações entre as lideranças das organizações da SCC e o PPM, de um lado ou de outro, no conjunto todas operam em favor do processo de ampliação do Estado em Carambeí, seja numa direção de dominação de classes, no caso do fortalecimento de uma política democrática liberal burguesa, seja numa perspectiva de ampliação da cidadania em favor da socialização política e do poder, ainda que sob as amarras

institucionais da democracia, enquanto regime político próprio do Estado Democrático de Direito Brasileiro.

Ao analisar o conjunto das lideranças entrevistadas confirmou-se nos sentidos atribuídos à sua representação e participação na relação com o poder público municipal que tais perpassam por diferentes nuances determinadas pelo “fetiche” construído em torno do Estado Democrático. Em nenhuma das falas comparece, explicitamente, um sentido contrário à perspectiva liberal de democracia. Tais não se restringiram aos seus preceitos liberais clássicos, apesar destes comparecerem ao se verificar em parte dos sujeitos uma preocupação especial com a legitimidade pública da representação e ainda às respostas enquanto governante às demandas particulares, de ordem geral e partidária na relação com a sociedade. Por outro lado, houve uma aproximação ao ideal democrático universalista, ao se fazer alusão à dimensão da representação e participação à possibilidade de se avistar a construção de uma sociedade voltada ao bem-comum, no sentido do alcance de uma vida boa para todos; de outro ainda se explicitaram intenções próprias de uma ideia de socialdemocracia. Tal ideia viu-se concretizada nas falas que sustentaram o desejo de maior inclusão social, promoção social, busca de um patamar de maior igualdade social, melhores salários, melhores condições de trabalho. Outras perspectivas centraram-se mais na dimensão institucional da democracia ao se preocupar com as conquistas da federação brasileira; busca de maior autonomia político-administrativa e ainda a possibilidade participar de seus espaços de representação e participação, de modo a comparecer maior materialidade à relação de representação e participação, seja nas esferas executivas, legislativas e ou no âmbito dos espaços participativos como o são os conselhos gestores de políticas públicas, situados como canais privilegiados da relação entre a sociedade civil e o poder público municipal.

Ainda sem prescindir da dimensão político-institucional, mas aproximando-se mais de uma relação de mobilização e articulação social verificou-se a existência de organizações que se preocupam mais com esta dimensão do que propriamente com um sentido universal, filosófico e ou político-institucional da democracia. Suas preocupações apontam uma intenção mais aberta ao movimento da própria sociedade civil, seja no que se refere à persistência de suas demandas em face do poder público, seja para por em pauta as demandas de um público mais amplo, como de outros segmentos da sociedade civil e ou das próprias organizações civis

locais ou ainda de determinadas áreas consideradas importantes para o desenvolvimento da sociedade em geral. Neste caso, avista-se a presença de uma preocupação com o movimento estratégico do fazer democrático no município, que pode ou não se colocar em articulação e ou tensão com o poder público municipal, ou ainda ocorrer para além dele, na própria sociedade.

Para além destas perspectivas delineadas, que demonstram, de uma forma ou de outra uma relação de unidade-distinção com o poder público, avistou-se ainda a presença de um movimento, que embora com uma preocupação específica na realidade municipal – a atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social – se mostrou com um potencial ideológico mais autônomo em relação ao Estado, às suas instituições, aos seus espaços de participação, voltando-se a uma dimensão mais humanitária quando em análise da representatividade da participação da sociedade civil. Tal preocupação conforme visto, explicita um compromisso com um dos fundamentos do Estado Democrático, qual seja o da dignidade da pessoa humana. Este comparece, portanto, como o pilar de sustentação desta ideia de representação e participação cultivada por algumas das lideranças entrevistadas. Tal ideia, embora particular, transpondo-a, em sua generalidade, pode corresponder a um conteúdo democrático mais libertário, que, portanto, desprovido e ou alheio à crença ao “fetiche” construído em torno do Estado, compromissado, porém, com seu fundamento.

Doravante, diante das análises do conjunto de dimensões identificado em torno dos sentidos atribuídos à questão da representatividade e da participação dos líderes da sociedade civil carambeiense na sua relação com o poder público municipal, conclui-se que cada qual pode ser categorizada, mais próximo do momento econômico-corporativo e ou mais próximo de uma dimensão ético-política em meio à dinâmica das relações entre a sociedade civil e a sociedade política em Carambeí, a depender dos elementos revelados, fazendo-se alusão ao disposto em Gramsci (2012, p. 42, 43) nos *“Cadernos do Cárcere”*, vol. 3, sobre os momentos atribuídos à natureza do próprio Estado, ao refletir sobre o processo de *“relação de forças”* entre a estrutura e a superestrutura, em meio ao qual se forma a noção de Estado Ampliado na respectiva interpretação.

3.2.2 A afirmação econômica e a defesa de direitos e cidadania no município.

Ainda que nos limites da democracia liberal-burguesa, as proposições que mais se aproximam de uma dimensão ético-política, conforme dispostas em Gramsci (2012), são aquelas proposições democráticas que, nos limites da ordem burguesa, em vez de buscarem a manutenção estrita da democracia, enquanto meio de afirmação econômica, as constroem enquanto mecanismos de defesa de direitos e de cidadania.

Conforme o disposto em Marx (2010) sobre os limites da emancipação política e as possibilidades de desbloqueio da ordem burguesa com vistas à afirmação da emancipação humana – aquela verdadeiramente universal, sob os pilares de sustentação da ordem democrática liberal – é possível afirmar que, em seu curso, desenvolvem-se (em maior e ou menor potencial) a luta pela efetivação do direito e da cidadania, os quais, nos limites históricos, sob esta lógica, se transformam em conquistas mais próximas da realidade dos seres humanos finitos que no capitalismo, não conquistam a liberdade e a igualdade, nos limites da ordem do mercado. Neste sentido, a luta pelo direito e pela cidadania situa-se mais distante de sua proposição meramente formal. Do âmago das lutas históricas próprias do limiar do século XX, conforme visto em Gramsci (2012), se avista um movimento de abertura das estruturas do Estado, em vista da incorporação dos ditos aparelhos privados de hegemonia, próprios da sociedade civil. A partir do respectivo movimento se conforma a ampliação do Estado no ocidente (BUCI-GLUCKSMANN, 1980) e com ele abre-se um período de lutas contra hegemônicas, nos quais se torna, historicamente, viável a luta pelo direito e pela cidadania, como demanda das classes subalternas.

Sob esta nova condição histórica do Estado, há, conforme Coutinho (2012), a demarcação de um processo de incorporação das demandas da classe trabalhadora no Estado, o que se materializou historicamente como forma da burguesia de deflagrar, estrategicamente, o bloqueio dos movimentos de resistência à ordem do capital. Tal processo se construiu através do controle das demandas da classe trabalhadora sob os limites de um conjunto de concessões demarcadas no Estado capitalista.

Assim, conforme visto anteriormente, dá-se início às “revoluções passivas” e à lógica das “conciliações pelo alto” no ocidente, que como tais, conforme visto anteriormente em Coutinho (2012) e Nogueira (1998), incorporam-se à lógica das relações entre Estado e sociedade civil enquanto *modus operandi* da burguesia para se manter no bloco de poder, sem o perigo da deflagração de uma revolução “vinda de baixo”, enquanto assalto ao Estado Burguês. Deste modo, ainda que nos limites da ordem burguesa, sob a égide dos regimes democráticos, instaurou-se uma complexa trama de relações entre Estado e sociedade civil, sob as quais as forças em presença, (vinculadas aos diferentes grupos sociais), buscaram desde então, defender a afirmação de seus interesses, sob o conjunto da sociedade. Doravante, de um lado – o do burguês – a democracia, em sua acepção liberal, se desenvolve como afirmação econômica das classes dominantes; de outro lado – o das classes subalternas - a via democrática apresentou-se como a única que, sob a égide do capital, torna possível a luta institucionalizada em favor da defesa de direitos e de cidadania, seja numa perspectiva estritamente liberal, seja numa perspectiva contra-hegemônica a esta lógica, uma vez que tais princípios são incluídos no ordenamento jurídico como princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito. (GONÇALVES, 2014).

Sob esta lógica de abertura do Estado para a sociedade civil abre-se, na correlação de forças democráticas institucionais, instauradas historicamente, uma série de relações de tensão entre as classes dominantes e as classes subalternas. Assim, nos diferentes blocos históricos, os aparelhos privados de hegemonia vinculados às diferentes classes sociais, ainda que contrários à lógica das “revoluções passivas” e das “conciliações pelo alto”, (posto que dela não prescindem ao se relacionar com o Estado, mesmo nos casos em que não comungam dos princípios da ordem democrática liberal), passam a disputar seus interesses no âmbito das relações democráticas, seja no sentido da afirmação econômica, seja na defesa do direito e da cidadania.

Conforme visto anteriormente, sob tais determinações genéricas próprias da ordem democrática ocidental, se constituiu a particular forma do Estado Brasileiro de se relacionar com a sociedade civil no país. A tais determinações genéricas soma-se o fato de que no Brasil há uma característica peculiar – a histórica cultura conservantista e patrimonialista, levada a cabo pelas classes dominantes ao longo do desenvolvimento nacional, desde a colônia até a república. Como tais, as

respectivas características históricas e culturais do Brasil, em sua materialização, no Estado, contribuem para a desconstrução do “fetiche” da ordem democrática liberal, na medida em que são reveladas e tomadas como parte das contradições inerentes aos antagonismos presente na luta de classes, de modo a servirem de base para a elucidação dos processos sociais e estes de fermento para o traço de estratégias de contra hegemonia à ordem do capital.

Sendo assim, ainda que em plena vigência de uma ordem democrática sob a qual vigoram os princípios da soberania, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político, conforme prevê o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, revela-se, hodiernamente, no cotidiano das relações de forças no Brasil uma série de elementos que materializam a perspectiva conservantista com que é operada a política democrática no país, o que se faz em detrimento da franca expansão dos valores liberais, sacralizados na constituição. Este quiproquó aumenta quando para além dos princípios democráticos estritamente liberais agregam-se na correlação de forças em presença as perspectivas voltadas à defesa de direitos e de cidadania, numa direção contra-hegemônica a ordem do capital. Se diante do centralismo liberal-burguês, as classes mais afastadas à direita, tendem a se tornar regressivas, quiçá quando diante de perspectivas que visem extrapolar a ordem liberal-burguesa de forma progressiva, rumo à implantação de uma democracia radical e ou de “massas”, no sentido anteriormente exposto em Coutinho (2006).

Sob tais pressupostos da ordem democrática universal e mediante as características particulares à ordem democrática brasileira, considerando que como tais se tornam características genéricas ao contexto democrático nacional, com a republicanização do Estado e a consequente ocidentalização da sociedade civil no país, ressalta-se que a SCC começa a se formar, efetivamente, a partir do limiar do século XX, em meio à deflagração dos movimentos de “revolução passiva” e aos processos de “conciliação pelo alto”, levados a cabo, desde então, pelas classes dominantes brasileiras. (NOGUEIRA, 1998).

A SCC resulta, assim, (conforme visto durante o capítulo dois da presente tese) se constituir produto da correlação de forças econômico-políticas empreendidas no Brasil, rumo ao desenvolvimento do capitalismo e à industrialização nacional. Processo este executado pelo governo brasileiro sob as determinações do movimento do capitalismo mundial e ainda condicionado pelo

modo como se desenvolveram as relações superestruturais no país. Há que se considerar, nesse processo, a afirmação marxiana acerca da anatomia da sociedade civil. Esta para Marx (2013) é revelada pela economia-politica.

Doravante, é importante perceber que em Carambeí, ao se considerar o contexto democrático contemporâneo, não se deve deixar a deriva as determinações históricas sob as quais se desenvolveu a SCC. Sob suas determinações históricas, identificam-se, na SCC (desde a sua gênese até a contemporaneidade) movimentos estruturais de afirmação dos interesses dos grupos dominantes economicamente na região, sob os demais estratos da sociedade civil local. Este movimento se confirmou sob a égide de relações “conciliativas pelo alto”, levadas a cabo, historicamente, na região, pelo protagonismo econômico-político do grupo de imigrantes holandeses, o que se fez sob a vigência da sua política econômica cooperativista até o final do século XX.

Num contexto posterior, sob a vigência do projeto nacional de contrarreforma neoliberal, em Carambeí se verificou a quebra da hegemonia do respectivo grupo holandês e a franca expansão do capital internacional na região, o que se deu, conforme visto anteriormente, a partir da capitalização do setor de alimentos da Cooperativa Batavo.

Do ponto de vista superestrutural, verificou-se que foram se formando em Carambeí, ao longo do século XX, complexos socioterritoriais particulares. Inicialmente formou-se a “colônia” de imigrantes. Dos imigrantes, o grupo holandês foi o que se destacou economicamente na região, com o desenvolvimento do complexo agroindustrial cooperativista e, na sequência histórica, surgiram as “vilas”, as quais se desenvolveram em torno da respectiva “colônia”, como resultado da expansão econômica desta ao ter fortalecido os seus investimentos econômicos, a partir da década de 1950, quando da abertura do país à lógica do capitalismo monopolista (BEHRING, 2003). Deste processo histórico, conforme apresentado no decorrer do capítulo dois, se forjam as relações superestruturais em Carambeí rumo à sua emancipação na última década do século XX. A partir de então, já considerado ente federado da nação, começaram a se estruturar no município os institutos democráticos no espaço local, nos quais passaram a se posicionar, na correlação de forças democráticas institucionais, as diferentes lideranças presentes na sociedade civil local. De lá para cá, conforme visto anteriormente, se estruturaram no município

diversos espaços democráticos de participação representativos e participativos, com vistas a se pensar a administração democrática da municipalidade.

É no âmago do respectivo contexto político-institucional, conforme apresentado acima, e sob um conjunto de determinações econômicas nacionais e locais, considerando ainda, entre outros determinantes, a demarcação de ambos delineadores da geopolítica local – a “colônia” e as “vilas” - que neste item procura-se refletir sobre a correlação de forças democráticas no município a partir da visão das lideranças da sociedade civil local. Tem-se neste processo o objetivo de se avistar os elementos presentes nos seus depoimentos que revelem aspectos dos interesses de afirmação econômica e ou apresentem interesses pela defesa de direitos e cidadania no município. Tais interesses comparecem nos depoimentos coletados junto das lideranças entrevistadas, em seu conjunto, mais próximos à perspectiva democrática em sua acepção liberal e, ainda apresentam elementos, que em sua contraposição, divergem, ainda que indiretamente, de tal perspectiva, sem dela prescindir. De tais elementos busca-se analisar, se como tais, possuem alguma relação com os delineadores geopolíticos da região e ou se deles prescindem, estando, mais próximos ou mais distantes de uma visão “fetichista” da política democrática.

Conforme o conjunto dos depoimentos das lideranças entrevistadas, analisando-se os interesses gerais das organizações da SCC na sua relação com o PPM, pôde-se identificar que de um lado existem na sociedade civil interesses econômicos corporativos das relações democráticas na relação com o PPM, e de outro, elementos que afirmam a perspectiva dos direitos e da cidadania, ambos mais ou menos travestidos de uma visão “fetichista”, cuja crença se situa nos limites da ordem democrática liberal.

Conforme Silva Filho (2008, p. 113)

> O discurso da cidadania herdado do liberalismo, portanto, baseia-se na igualdade abstrata entre os indivíduos que compõem a sociedade. Ao figurar como fundamento do Estado capitalista, a igualdade abstrata exerce a função de ocultamento das relações de exploração no seio da sociedade, bem como das diferenças positivas nela afirmadas. Assim, a ação coercitiva do Estado, quando empregada, não é vista como uma atitude em prol de uma dominação, mas sim como a legítima exigência de sujeitos juridicamente iguais que contrataram livremente o que está no Direito.

Conquanto, considerando a perspectiva da cidadania herdada do liberalismo, tal como afirmou Silva Filho (2008), diante dos resultados alcançados, não se

avistou, nos depoimentos, nenhum elemento que convirja para uma posição combativa à perspectiva democrática liberal-burguesa, que se aproximasse de uma perspectiva radical de democracia. Os elementos identificados nos respectivos depoimentos revelam-se, no conjunto, imbuídos de interesses reformistas, os quais, tal como vistos em Nogueira (1998) e Coutinho (2012), não visam colocar em xeque a estrutura democrática capitalista. Ao contrário, tais interesses visam implementar ações, que uma vez incorporadas pelo Estado, contribuem para a estabilidade da ordem do capital no país.

Conforme apontado por Gramsci (2012) nas relações entre a sociedade civil e a sociedade política se encontram em disputa diferentes interesses, os quais revelam na superestrutura questões que se enraízam no âmago das relações estruturais. Para refletir sobre tal questão, empreendeu-se a análise de tais interesses junto às lideranças da SCC, a fim de refletir sobre a direção assumida pelas relações democráticas locais, em face de sua inscrição enquanto afirmação econômica e ou da defesa dos direitos e cidadania.

No depoimento da liderança do PTB verifica-se que em sua opinião, na relação entre a SCC e o PPM impera uma preocupação voltada à satisfação de interesses emergenciais. Tal preocupação encontra-se, neste sentido, vinculada à ideia da concessão de benefícios eventuais à população.

"Viu! Não dá pra passar uma máquina, passar um cascalho na minha rua. Está bem feinha a minha rua, lá. Daí ele falou: Não temos cascalho, mas vou mandar o patroleiro passar a máquina lá. Passou mais uns dias, um dia na rua ele me viu e disse: Foi a máquina lá? Não foi. *Daí eu falei: mas viu nem adianta mandar a máquina lá, por que se não tem cascalho é melhor nem mandar. É! Infelizmente, não tem cascalho. Então é melhor nem mandar. E está hoje lá a minha rua cheia de buraco. Então se você entrar com o carro você tem que desviar, entendeu? Aqui no centro. Então, o quê que eu falei: Eu não vou mais pedir, deixa.* ***Eu acho que o administrador público tem que ver o quê que está errado e tem que fazer e não deixar a população ir cobrar ele. E depois cobra e ele não faz ainda. Então você fica desanimado, desacreditado com a administração pública."*** (PTB).

"A sociedade não é chamada pra participar quase de nada e não vai atrás por que diz: Eu vou fazer o quê, lá? Eu vou largar do meu aqui pra ir fazer tal coisa lá que acho que nem vão me atender, que de repente vão dizer que vão fazer e não fazem. *E depois lá na frente eu vou ficar mais desapontado ainda. Por que você pede alguma coisa, eles prometem pra você e depois... não, não fizemos."* (PTB).

Verifica-se, conforme o exposto, que na visão da liderança do PTB, a SCC ao se relacionar com o PPM busca a satisfação de interesses emergenciais e ao não ver satisfeitos tais interesses, acrescenta que ocorre, em sua opinião, um

desestímulo à participação. Tal visão remete ao disposto em Lebrun (2004) ao retratar o Estado como uma congregação de homens (*societas*). Sob esta perspectiva Lebrun (2004) afirmara que os homens não participavam dos afazeres do Estado, por que seus próprios afazeres os ocupavam demais para se dedicarem aos interesses do Todo. Neste sentido, os interesses da sociedade civil ao se relacionar com o poder público se desenvolvem na perspectiva de reivindicar a defesa de seus próprios interesses. Nesta perspectiva o sujeito se relaciona com o Estado, não como cidadão (*citoyen*), mas como homem da esfera privada (*bourgeois*).

Não diferente da perspectiva, apontada acima, mas associando-a a uma dimensão econômico-corporativa, identificam-se nos interesses evidenciados pelas lideranças da APHC, GADAC, APAE, AASEC e CPTK elementos voltados à satisfação dos interesses dos respectivos grupos na execução das ações das respectivas organizações civis e ainda voltados diretamente aos interesses dos grupos econômicos aos quais pertencem, como no caso do depoimento da liderança da APHC.

No que se refere ao depoimento da liderança da APHC, verifica-se que tal liderança articulada politicamente com outras organizações da sociedade civil e ainda com outras instâncias políticas federativas, ao retratar os interesses do ramo do cooperativismo, fez referência à questão da infraestrutura necessária ao município de Carambeí. Segundo Teixeira (2002, p. 134)

> Na atualidade, as atividades econômicas das cooperativas agroindustriais, ainda com grandes oscilações aplicativas, estão vinculadas às estratégias de desenvolvimento do Governo e à conjugação de recursos próprios de grupos econômicos regionais, em defesa contra a competição, principalmente internacional. Daí os motivos para o constante aprimoramento das cooperativas na produtividade de suas atividades geoeconômicas que, em torno desta, privilegiam o desenvolvimento regional e local. Tanto o Estado, com seu modelo de desenvolvimento de “cima para baixo”, quanto o modelo de desenvolvimento de “baixo para cima” que parte das potencialidades econômicas e sociais regionais – locais, podem facilitar o aumento do valor agregado à produção, aumentando a produtividade do sistema produtivo – neste caso, tanto para a agroindustrialização quanto para a agropecuária, e de modo geral esta dinâmica vai aumentar a agregação de valores à região e ao local.

Em sua visão os recursos e as ações para a infraestrutura local devem ser disponibilizados pelo poder público a fim de promover o desenvolvimento econômico da região, conforme se pode verificar abaixo.

"O que falta mesmo é a infraestrutura e não acontece. *Aqui em Carambeí, vou citar um exemplo:* ***Nós poderíamos ser, não sou eu que falo. Todos os que estudam Carambeí falam que Carambeí poderia ser um município modelo do Paraná. Por ser pequeno, bem capitalizado, bem industrializado, poucas carências assim. Havia, mas estava bastante razoável. Mas com a criação do município poderia melhorar muito mais. Só que estragaram tudo. Em vez de pensar: Agora vamos fazer isso aqui, o que Jaraguá do Sul fez, e outros municípios, principalmente, de Santa Catarina, aqui não aconteceu. Inchou né. Houve também muita má gestão e também desvios, etc. e como consequência nós não temos até hoje, nós não temos quase em Carambeí, comparado com outros municípios, poucas ruas, poucas estradas asfaltadas, mal conservadas,*** *com toda essa arrecadação que tem, digamos com todo o orçamento no município, hoje deve estar com uns 70 milhões por ano. Poderíamos, poderia sobrar uns 20, 30 por ano para investimentos. Não sobra nada. Falta! E a mesma coisa acontece em quase todos os municípios do Paraná e do Brasil."* (APHC).

No depoimento acima, constata-se uma insatisfação apresentada pela respectiva liderança diante da direção assumida pelo PPM em face do desenvolvimento do município. Verifica-se que em seus interesses encontram-se implícitos, em torno da crítica que realiza à "falta de infraestrutura", à "má gestão" e aos "desvios" de recursos públicos, a retratação de um cenário de incompetência política e corrupção, que conforme se pode observar teria direcionado, em sua opinião, o município a um crescimento desordenado.

Percebe-se no respectivo depoimento que o maior interesse apresentado por esta liderança da SCC em relação ao PPM refere-se a uma expectativa de que o Estado seja o provedor dos serviços de infraestrutura necessários ao crescimento econômico da região, o que faz aludindo ao montante de recursos advindos da arrecadação dos impostos municipais[302]. A lógica, portanto é a da afirmação econômica do Estado intervindo na realidade, como suporte ao crescimento econômico ordenado. Sendo assim, verifica-se a partir desta perspectiva o interesse de que o Estado favoreça amplamente o desenvolvimento das relações privadas, tal como dispõe a cartilha do neoliberalismo. (BEHRING, 2003). A face econômico-corporativa do Estado torna-se evidente nesta perspectiva apresentada pela respectiva liderança, tal como se torna evidente a natureza programática atribuída ao Estado em favor do desenvolvimento da iniciativa privada.

Ao retratar o potencial político do grupo cooperativista holandês na região, tal como se verifica no depoimento abaixo, a liderança da APHC afirmou que o considera "fraco" politicamente, embora reconheça o potencial político das cooperativas ao mencionar a existência da Organização das Cooperativas do Estado

[302] Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2013) o total das receitas tributárias em Carambeí, no ano de 2012 foram de R$5.460.166,31 (Cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e um centavos). Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84145. Acesso em: 28, set. 2014.

do Paraná - OCEPAR e a conquista da eleição de representantes do ramo cooperativista no legislativo federal.

"[...] politicamente, somos fracos. Embora, haja um respeito, cada vez maior pelas cooperativas. As cooperativas estão elegendo os seus representantes. Através da OCEPAR, eu tive três anos no comando da OCEPAR nos anos 90. Aí começamos a politicar um pouco mais a organização das cooperativas do Paraná. *Existe um respeito muito grande, mas mesmo assim, com toda esses representantes do Paraná.* ***São trinta e poucos deputados federais, nós temos uns quatro ou cinco que estão seriamente comprometidos com o cooperativismo. Mais uns 4 (quatro) ou 5 (cinco) com a agricultura, digamos assim e com o interior, mas a maioria estão comprometidos com grupos, grupos daqui, grupos de lá.*** (APHC).

Verifica nesta lógica do interesse privado que a relação entre sociedade civil e poder público é reveladora de uma articulação entre o público e o privado, em favor da satisfação de interesses econômico-corporativos, tal como se avista em Gramsci (2012) quando de sua menção à existência de Estados-maiores. Não há, nesta lógica de relações, espaço para uma visão "fetichista" da participação. Descreve-se, neste cenário de relações, conforme afirmado pelo próprio sujeito entrevistado, um comprometimento políticos *"com grupos, grupos daqui, grupos de lá."* (APHC). Deste modo, se confirma o particularismo com as relações políticas são concebidas no Brasil.

Neste sentido, retoma-se neste momento, a histórica afirmação marxiana acerca do Estado, na qual Marx e Engels (2002) destacam ser o Estado o comitê executivo dos negócios da burguesia. Como se sabe em Carambeí, o grupo econômico cooperativista, ao longo do século XX, dominou a economia local em articulação de interesses com a sociedade política brasileira, levando a cabo um projeto econômico, que apesar de cooperativista entre o respectivo grupo, possui natureza empresarial, na relação com o mercado capitalista brasileiro e internacional.

Discorda-se, portanto, da afirmação do sujeito entrevistado ao mencionar sobre "a fraqueza" política do grupo cooperativista, quando se examina o exercício hegemônico dos grupos cooperativistas na região e ainda os avanços econômicos galgados pelo respectivo grupo ao longo do século XX, conforme visto anteriormente na presente tese.

Quanto aos interesses da APHC nas suas relações com o PPM, pôde-se verificar que tais centraram-se no recebimento de recursos públicos, o que os aproxima de uma perspectiva afirmação econômica ao se relacionar com o Estado.

Conforme o disposto no depoimento da liderança da APHC e ainda conforme visto anteriormente, a respectiva organização é mantida por recursos disponibilizados pela Cooperativa Batavo e demais incentivos privados disponibilizados através Lei Rouanet e por recursos públicos municipais. Disso posto, identifica-se que na relação da APHC com o PPM impera o interesse pelo recebimento de recursos, embora na opinião da respectiva liderança, se a organização dependesse apenas do repasse direto de recursos públicos do PPM, não seria possível a sua manutenção.

"Um grande exemplo, nós tivemos na criação do Parque Histórico. Isso aqui eu vivi, nós tivemos 'n' vezes em Brasília. Até com o Rickli, ele tinha boa vontade e...Vamos fazer um parque! Que Beleza! Vamos fazer uma coisa bonita pra Carambeí. Então, além de ter o Parque Histórico, vamos criar uma cidade turística. ***E fizemos mais um projeto, então. Foi um projeto orçado em 30 milhões de reais. Conseguimos convencer toda a bancada do Paraná, os três senadores, com todos os deputados, todos assinaram e abalizaram o projeto. Então, nós tínhamos bastante fé que fosse aprovado - 6 milhões para o Parque Histórico e quase 30 milhões pra prefeitura pra fazer toda essa infraestrutura turística e fazer do município um modelo do Paraná, mas chegou na hora H, esse projeto desapareceu, foi aplicado não sei onde; foi mudado, tirado até o nome do projeto. Houve um trabalho nos bastidores. Então, nós acabamos não recebendo nem um tostão. Nem aqui, nem a prefeitura.*** *Agora esse ano pela primeira vez. Nós tínhamos uma pequena ajuda do município já desde do tempo do Rickli. Acho que uns cinco ou seis anos atrás. Um pequeno auxílio de dois mil reais. Esse ano nós conseguimos aumentar. Então, pela primeira vez nos conseguimos um auxílio razoável público, da prefeitura. Nós falamos pro prefeito****: é muito melhor vocês nos ajudarem com recurso financeiro, do que estar prometendo, buscando, tentando buscar emendas de deputados particulares ou do Estado****. E isso está acontecendo agora, mas dentro da necessidade nossa que gira em torno de 40 mil, que é o nosso gasto aqui, com manutenção e toda a estrutura e divulgação, etc. já é importante. Mas nós não temos condições e viver sem a lei Rouanet, sem a ajuda da cooperativa, sem uma parte da comunidade. Mas pela primeira vez agora, nós estamos tendo uma ajuda. Mas antes, nunca."* (APHC).

Ao se analisar tal fragmento identificam-se algumas questões importantes, sobretudo, por que delas se verifica a pertinência do disposto em Coutinho (2012) e Nogueira (1998) acerca da histórica lógica política "conciliativa pelo alto" efetuada no Brasil.

Conforme o exposto pela liderança da APHC confirma-se que na respectiva conjuntura política com que o projeto ora mencionado foi pautado na câmara de deputados federais e no senado federal, outros interesses estavam em jogo, a partir dos quais o respectivo projeto foi retirado da pauta das discussões políticas. Tal projeto, conforme apontado pela liderança da APHC, previa a liberação de recursos federais, da ordem de 6 (seis) milhões, a serem repassados diretamente à APHC e de 30 (trinta) milhões a serem repassados para a prefeitura municipal de Carambeí. Diante da não aprovação do respectivo projeto no legislativo federal, a APHC, então não alçou meios para o recebimento de recursos federais. Conquanto, a respectiva organização conta com o recebimento de recursos municipais, através de

subvenções culturais e de recursos concedidos pela iniciativa privada, por meio da Lei Rouanet[303].

Alinhado à mesma perspectiva econômico-corporativa da relação entre a sociedade civil e o poder público, destaca-se no depoimento da liderança do GADAC o interesse da respectiva organização pelo recebimento de recursos públicos municipais, tal como segue abaixo:

"[...] nós tivemos por capricho de ter um representante em todos os conselhos dentro da administração pública. *Em todos os conselhos nós tínhamos um representante pra a gente tem um conhecimento grande, ter conhecimento de como é que funciona a administração pública.* ***Por que hoje em dia é só através dos conselhos pra você ter uma ideia e saber quais os meios de você conseguir os recursos, e esse tipo de coisa."*** (GADAC).

"A princípio o GADAC necessita na área da saúde. Por que se trata de doença. Alcoolismo e drogas são considerados doenças. Em princípio a saúde. Agora através de ajuda, tem que ser através do social. ***Por que é o social que administra dinheiros pra entidades não só pro GADAC, mas pra outras entidades dentro do município. Então a área principal que o GADAC trabalha e tem inscrição dentro dos conselhos é saúde e social.****"* (GADAC).

Conforme dados da base legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Carambeí (2013), ressalta-se que o GADAC recebeu recursos públicos municipais no período entre 2001 a 2009, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, a título de subvenção social. A partir da vigência da Resolução 109/2009 (a qual trata da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais), a respectiva organização deixou de receber recursos da política de assistência social por ser considerada uma organização atuante na área de saúde, descaracterizando-se, portanto, como entidade assistencial.

A lógica do recebimento de recursos públicos por parte das organizações civis que prestam serviços de interesse público no Brasil, conforme Nogueira (2005) materializa uma perspectiva de atuação gerencial por parte das respectivas organizações, em relação ao Estado brasileiro. Conforme o disposto em Montaño (2010) em tais relações se concretiza uma perspectiva de desresponsabilização do Estado frente as suas obrigações, na medida em que este repassa para a sociedade

[303] Dos recursos municipais n estruturação da APHC à respectiva organização foi disponibilizado um valor único de R$12.000,00 (Doze mil reais) (CARAMBEÍ, Lei 237/2002); posteriormente, durante o governo do PSDB a APHC recebeu um montante de R$2.000,00 (dois mil reais) mensais e partir de 2014 a subvenção aumentou para a ordem de R$7.000,00 (Sete mil reais) mensais. (CARAMBEÍ, Portal da Transferência Municipal, 2014). Através de Portaria n. 1 de 14/01/2013 emitida pelo Ministério da Cultura, foi autorizado o recebimento de recursos aos moldes previstos pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), conforme seu art. 18. (BRASIL, Ministério da Cultura, 2013). Disponível em: http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/DOU/2013-1/01/DO1_2013_01_15.pdf. Acesso em: 15, set., 2014).

civil a execução de serviços públicos, mediante parcerias público/privadas. Tal é a lógica que imperava na relação do poder público com o GADAC, organização que deixou de receber recursos públicos municipais de natureza social, apenas por não se adequar à nova tipificação nacional imposta aos serviços socioassistenciais e não porque este tipo de relação se extinguiu no município e ou por que o PPM assumiu a demanda de trabalho realizada pelo GADAC a seus moldes.

Tal como apontado por Montaño (2010) tais relações desoneram cada vez mais o Estado de sua atuação, em especial, em face da execução de políticas sociais, restringindo-se, cada vez mais, à regulação das ações dessa natureza. Há, neste sentido, uma minimização do Estado, voltado para a área social e uma maximização voltada à área econômica. O quê se encontra em jogo nesta lógica de atuação do Estado é a relação custo/benefício em torno dos serviços a serem prestados à população. Tal como afirmado pela liderança do PSDB, (ao retratar a direção adotada por este partido ao ocupar o governo municipal durante os anos de 2005 a 2012), aponta que o PSDB protagonizou durante seu mandato no executivo a terceirização da educação infantil no município, conforme depoimento abaixo.

"[...] nós optamos pela terceirização e foi uma luta muito grande com o tribunal de contas para a gente legalizar a terceirização a educação. *Por incrível que pareça no Brasil é crime terceirizar a educação.* ***Eu não vejo nada de mais a não ser, desde que se justifique que você está fazendo com qualidade melhor e preço melhor."*** (PSDB).

A terceirização transforma-se, portanto, hodiernamente, o tema em questão ao se analisar a lógica da captação de recursos por parte das organizações civis frente aos poderes públicos no Brasil, o que não é diferente em Carambeí. Este tema, que revela a ampliação do Estado em favor de sua afirmação econômica, ocorre em detrimento da sua ampliação no que se refere à sua atuação na área social. (SADER, 1999), o que se verifica no depoimento da liderança do DEM, partido que atualmente ocupa o bloco de poder no executivo municipal.

"O nosso relacionamento com as entidades eu analiso como bom, um bom relacionamento, eles realizam um excelente trabalho e até por receberam a subvenção eles têm uma autonomia maior pra trabalhar, muito embora prestem contas dos recursos e tudo, mas é. ***Então e são muito importantes pra administração por que prestam serviços que se elas não tivessem prestando, o município teria que prestar e aí aumentaria, seria maior ainda o problema. Então, eu vejo que são muito importantes."*** (DEM).

Conforme o disposto em Sader (1999) pode-se afirmar que se de um lado o Estado se curva aos interesses dos grupos econômicos dominantes, por outro lado, há também a afirmação de uma lógica mercadológica na relação estabelecida com as organizações civis, prestadoras de serviços de interesse público, na qual o poder público se vale das ações realizadas pelas respectivas organizações, para não assumir efetivamente a execução destas, tal como evidenciado pela liderança do DEM em Carambeí.

Quanto às posições da liderança do PTB e do DEM sobre os interesses defendidos na relação com o PPM, durante o período em que ocuparam e ou ocupam o bloco de poder municipal, respectivamente, verifica-se que tais giram em torno do interesse pela prestação de serviços básicos à população, associados às políticas públicas de saúde e educação, além do provimento de infraestrutura (estradas), economia (indústrias) e segurança, tal como elencados pela liderança da APHC, no início do presente item.

"O nosso partido desde que ele começou a militar, desde que o município começou o nosso partido tem acompanhado, ***tem participado da vida política sempre com a ideia de melhorar a vida do cidadão, melhorar as condições da população e do próprio município que a gente vive. Você quer ter uma escola boa pros teus filhos, você quer ter boas estradas, você quer ter um posto de saúde adequado. [...]*** *A gente quando fez o nosso plano de governo. Quando a gente resolver lançar a nossa candidatura.* ***O nosso tema de prioridade é educação.*** *[...]* ***Não dá voto, a gente sabe que trabalhar na educação, não dá muito voto, não dá muita visibilidade, mas a gente entende que, pro futuro, é o caminho."*** (DEM).

"A primeira parte era a da saúde, que era uma parte carente o município sofria muito quando era administrada por Castro. Daí vinha a parte da educação que na época no município de Castro já tinha 150 profissionais da área da educação que nós já tivemos que já (na verdade já eram de Carambeí) mas nós tivemos que ficar, não tinha como nós pararmos*. [...] Então, veja a preocupação nossa em ter que manter essa parte. Depois veio a parte de emprego nós nos preocupávamos muito, a parte de* ***indústria****, a parte de segurança,* ***mas a prioridade é mesmo a educação e a saúde.*** *Isso foi a parte que mais nos preocupou pra manter aquele número de profissionais que tinha para dali pra frente melhorar mais****."*** (PTB).

Tal como apresentado nos depoimentos das respectivas lideranças, os interesses do DEM e do PTB ao ocupar o poder público municipal não superaram a lógica da prestação dos serviços básicos (saúde, educação, economia e segurança). Há uma justificativa financeira para tal priorização, conforme o depoimento da liderança do DEM, que se alinha a diretrizes econômicas de caráter neoliberal. Segundo a respectiva liderança os recursos são escassos para uma ampliação de investimentos para além do que é básico, conforme a legislação.

"[...] a gente pegou uma prefeitura já comprometida com 54% da folha com pessoal *[...]. Então, você chega já com um orçamento que é de 54%. Então, você tem só 46% e é tudo o que você tem.* ***Então, você tem investimento com educação e saúde que já come quase todo o resto.*** *Então, você trabalha praticamente com nada. Tudo comprometido, uma parte da manutenção da máquina.* ***Do investimento, praticamente, não sobra nada, do investimento próprio do município****. E aí qual que é a atuação do gestor?"* (DEM).

Conforme se verifica no depoimento, na lógica financeira apresentada, a ação estatal na área social é considerada onerosa para a máquina pública. Como se confirma em Montaño (2010) na perspectiva neoliberal há o entendimento de que tais ações prejudicam a lógica dos investimentos econômicos, dos quais o Estado em sua acepção neoliberal, não deve prescindir, levando à desresponsabilização progressiva pela atenção à área social.

Vinculadas ao Estado, pela via mercadológica contratual, as organizações da SCC, se transformam em um braço executor do PPM, a fim de suprir as deficiências financeiras da máquina estatal, pois tal como apontou a liderança do PSDB constitui-se de baixo custo ao Estado. Sobre a questão da autonomia nas relações de parceria público/privado, a liderança da APAE destaca que a organização continua com autonomia no desenvolvimento do trabalho, ponderando tal afirmação, no que segue:

"A única coisa, assim, nós temos um convênio, então com o poder municipal. Então a gente sabe que tem aquelas regras do quê que a gente tem que seguir com aquele convênio. Também temos convênio com o poder estadual, também na área da educação, então a gente sabe no quê que aquele convênio tem que ser aplicado." (APAE).

Apesar das lideranças do DEM e da APAE afirmarem que as organizações civis não perdem em autonomia para desenvolver o trabalho, quando inscritas na lógica da terceirização, considera-se, por outro lado, que a tomada de decisões por parte das mesmas fica prejudicada, tendo em vista que os critérios de destinação dos respectivos recursos passam a se vincular a uma política de desoneração de obrigações do Estado, mediante a qual as respectivas organizações ficam subordinadas ao recebimento de recursos financeiros, deixando assim de obter caráter de suplementação das ações para se responsabilizar efetivamente pela execução dos serviços públicos naquela área de política pública a que se vincular contratualmente. Esta perspectiva econômica de relação custo/benefício se fortalece sob a lógica de cooptação econômica exercida pela sociedade política ao relacionar

com as organizações da sociedade civil. Há, neste viés, um engessamento na lógica de atuação das organizações civis em troco do recebimento de recursos públicos.

Sob a vigência desta lógica de relação custo/benefício entre o PPM e as organizações da SCC, cabe ressaltar que embora tal questão não esteja explícita no depoimento das lideranças da APAE e da AASEC, tais são as organizações que mais recebem recursos públicos municipais, a título de subvenção social[304]. Diante do montante de recursos recebidos verifica-se na respectiva relação uma lógica de dependência econômica estabelecida entre as respectivas OSC em face do PPM.

*"**O interesse maior é do atendimento na área educacional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla.** Apesar da APAE atuar nas áreas de assistência social, saúde e educação, **o maior foco é voltado pra educação da pessoa com deficiência**. [...] A nossa atuação maior no momento é a **área da educação**. Então, nós temos a parte **da educação, da assistência social e da saúde**. A saúde nós temos o **convênio com o SUS** que é para o atendimento psicológico, fonoaudiológico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e neurologista e também a assistente social que faz parte do atendimento de saúde**. Mas, a atuação mais forte da entidade é a educacional. Até porque em 2012, o Paraná reconheceu as APAEs como mantenedoras de escolas de educação básica. Então, atualmente, o trabalho maior das APAEs está sendo desenvolvido na área da educação.** Então, não tem mais aquele foco do assistencialismo que existia muitos anos atrás. Ah não! A família não faz a APAE vai e faz tudo. Então, o nosso foco maior, o estímulo maior é a educação. Fazemos parte do conselho também. No Esporte não temos muito contato, saúde é o atendimento do postinho mesmo com encaminhamentos para acompanhamento de pressão, o aluno está doente a gente encaminha, passou a gente encaminha pra atendimento de emergência. Então, temos contato com a área de saúde, mas não é tanto quanto a área da educação."* (APAE).

***"Como serviço de convivência e fortalecimento de vínculos[305] nossos objetivos são acolher, prestar assistência a essas crianças de 6 a 15 anos que são encaminhadas pelo departamento de proteção social básica e pelo CRAS; é promover aquisições positivas nesses usuários,** que geralmente são usuários que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social,*

[304] De acordo com dados do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Carambeí o subsídio financeiro mensal repassado à APAE é de R$16.666,00 (Dezesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais) e da AASEC atualmente é de R$17,745,00 (Dezessete mil, setecentos e quarenta e cinco reais), dos recursos da assistência social para a execução de serviços de fortalecimento de vínculos e de R% 58,212,00 (Cinquenta e oito mil, duzentos e doze reais) provenientes dos recursos da educação, direcionados à prestação de serviços na área da educação infantil. (CARAMBEÍ, Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Carambeí, 2014).

[305] **"**Cada uma das situações de fragilidade encontradas pelos cidadãos deve receber um tipo de atenção diferenciada, de acordo com as necessidades de cada um. Além disso, as potencialidades das famílias devem ser ponto de partida para a organização dos serviços de proteção básica de assistência social, que estimular a participação social. Em razão disso, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que institui, na Proteção Básica, quatro serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Eles são organizados por faixa etária e têm como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida. Todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), sendo a ele articulados. Previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Ocorrem por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Podem ser ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), em outras unidades públicas ou entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao Cras, sempre supervisionados por um equipe de profissionais capacitada para atender as demandas específicas de cada faixa etária." (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014).

então esse seria o objetivo geral e ***os específicos são acho que fazer esse acompanhamento das famílias, fazer esse fortalecimento de vínculo tanto familiar como comunitário e fortalecer a função protetiva da família com essas crianças e adolescentes."*** (AASEC).

Sem dissociar-se do interesse pelo recebimento dos recursos públicos, nos depoimentos acima expostos, evidencia-se ainda o particular interesse de tais organizações em garantir o atendimento à população alvo de suas intervenções. Considera-se, com efeito, que o acesso aos recursos públicos é condição *sine qua non* para a sua manutenção, uma vez dele não prescindem tais organizações, ao contrário, conforme visto, tratam-se das que mais acessam recursos públicos municipais. Tais recursos são provenientes da política de educação, no caso atual da APAE e da política de educação e assistência social, no caso da AASEC, conforme dados do portal da transparência da prefeitura municipal de Carambeí. Não diferente das primeiras, a questão do recebimento dos recursos públicos perpassa pelos interesses e pautas da CPTK, conforme comparece no depoimento da respectiva liderança. Esta organização também é beneficiária de recursos públicos municipais via subvenção social,[306] conforme depoimento abaixo.

"A prefeitura ela contribui com a subvenção mensal. Mas como eu disse pra você anteriormente é sempre uma luta. Porque eles não veem o trabalho da entidade como o trabalho que eles deveriam desenvolver. Como eu disse: Fizeram a entidade, se virem. Vão vender cachorro quente pra conseguir. É, vão fazer eventos. Se virem pra arrumar recursos. *E, nós sempre buscamos, assim****, fazer reuniões, nós temos representação no conselho da criança e no conselho da assistência e os conselhos sempre buscam que as entidades não percam e que o município não perca o trabalho das entidades,*** *porque já duas, três entidades fecharam,* ***porque a burocracia e as leis e tudo mais, vai fechando mesmo o cerco,*** *só que se a entidade trabalhar certinho, se ela tem apoio, ela consegue se manter. Apesar de ser bem mais difícil mesmo."* (CPTK).

Conforme visto no depoimento da liderança do CTPK, apesar da respectiva organização se situar no conjunto das organizações que se interessam pelo recebimento de recursos financeiros do PPM, verifica-se que esta assinala uma realidade de luta em face do recebimento de tais respectivos recursos. Neste processo, surge a figura dos conselhos municipais gestores de políticas públicas como canais de apoio político das organizações civis locais na defesa do recebimento dos respectivos recursos municipais. Sendo assim, se por um lado, o recebimento dos recursos comparece como uma conquista, para uma parte das

[306] Conforme dados do Portal da Transparência da prefeitura municipal de Carambeí a Casa Pe. Theodorus) Koop recebeu do PPM neste ano de 2014, recursos da ordem de R$ 109.200,00 (Cento e nove mil e duzentos reais). (CARAMBEÍ, Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Carambeí, 2014).

lideranças entrevistadas, no reverso da moeda, a terceirização das ações sociais evidencia-se como estratégia de desresponsabilização do Estado, em face da afirmação de uma perspectiva de “refilantropização” da questão social (MONTAÑO, 2010).

Sendo assim, o repasse de recursos, pode ser analisado como uma concessão do PPM diante da reivindicação das organizações civis que prestam serviços de interesse público no município. Vigora-se assim, a lógica “conciliativa pelo alto” que se reforça nas relações entre Estado e sociedade civil no país, em face dos movimentos das “revoluções passivas” que conforme apontado por Nogueira (1998) e Coutinho (2012) se despontam como o *modus operandi* das relações políticas no Brasil. Nestas, a afirmação econômica prevalece sobre o conjunto das pautas “vindas de baixo”. Neste sentido, verifica-se nos depoimentos acima apresentados que a lógica de afirmação econômica vai prevalecendo sobre a lógica da luta pela defesa de direitos e cidadania na condução das relações entre Estado e sociedade civil em Carambeí.

Abaixo, no depoimento da liderança da AASEC (ao se referir ao trabalho de uma das entidades assistenciais vinculadas à respectiva organização – a ESCOLAR), confirma-se o apego de tal liderança às orientações técnicas, conforme o disposto na Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência social, em detrimento da dimensão multidimensional assumida pela prática institucional, historicamente.

“Da instituição é a política de assistência social. Estamos inscritos no conselho de assistência, então tem que ser a assistência mesmo. *Então, estamos tentando explicar para os funcionários que eles tem muito aquela visão de escola, que isso aqui não é uma escola que é um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.* ***Então, não é educação, se fosse educação nós estaríamos inscritos no conselho de educação****. As atividades que a gente tem que desenvolver não podem ser voltadas para a educação, tem que ser voltadas para a assistência.”* (AASEC).

Há no depoimento uma explicitação de uma tentativa da organização em afirmar de “cima para baixo” nos seus trabalhadores a lógica da execução do serviço socioassistencial de fortalecimento de vínculos, em detrimento dos valores culturais da organização em torno das práticas educacionais, o que se faz devido à sujeição da respectiva organização à direção imposta pelo Estado na condução do trabalho social desenvolvido pela AASEC. Nega-se, neste processo, que a assistência social dialoga, em sua condição ontológica, com a educação e que o reverso da moeda,

também é verdade, assumindo-se, com efeito, uma postura departamentalista e setorizada das ações, o que acaba por reproduzir com isso na OSC a mesma setorização que assola, historicamente, as ações estatais.

A APAE também se revela sujeita à dependência do PPM no trato do trabalho com a população atendida. Não há no trabalho realizado pela respectiva organização, conforme o disposto no depoimento de sua liderança, práticas de politização junto da população atendida, o que não se faz, primando por uma relação harmônica da respectiva organização com o PPM. Conforme o depoimento a seguir, a própria liderança entrevistada faz uma avaliação crítica desta realidade, afirmando por isso que, neste quesito, o trabalho da APAE é razoável. Considera-se, porém, que devido à relação de parceria público/privado entre a APAE e o PPM, não há uma perspectiva de superação de tal questão, o que se revela, obviamente, por motivos econômico-corporativos.

"Isso é razoável. Não é tão bom por que assim, ***pra gente poder chamar os pais aqui e poder falar especificamente de política é complicado,*** *nós temos as nossas restrições, devido às legislações, você não pode fazer debate político aqui, quando vêm candidatos a gente não pode distribuir santinhos nada e mesmo digamos assim, a gente chamar os pais e falar pros pais. Olha!* ***Vocês têm direitos de exigir isso, vão lá no prefeito e briguem, vocês tem direito de exigir isso lá na saúde, vão lá e briguem, é uma faca de dois gumes, por que de repente você pode estar colocando a própria entidade contra o poder público. Então, realmente nisso o trabalho é razoável por que você não pode incitar muito, por que a gente sabe que tem pessoas que escutam e que entendem, mas tem pessoas que não, que já chegam e vão brigar. Foi justamente um fato que aconteceu ontem, de um aluno.*** *Terminou a passeata ontem e o vice-prefeito, ele estava lá no momento e daí um aluno nosso disse: Eu quero falar com o senhor. Por que não tem remédio no postinho, por que as estradas estão ruins, e isso e aquilo. Só que assim, a maneira que o aluno falou, ele falou num tom meio alterado, num tom bravo assim sabe. Então, as vezes isso também, a gente tem que tomar esse cuidado, por que eles tem direito de falar, mas também tem que saber o momento certo de falar e a maneira correta de falar, também pra não criar atrito.* ***Ah! A APAE está dizendo pros pais virem brigar com a gente. Então, por isso que é razoável por que a gente tem que ter esse cuidado, pra daí a gente não colocar a entidade contra o poder público, por que conforme você fala a família chega lá e fala, mas foi a APAE que mandou eu falar isso. Então, realmente, você tem que tomar muito cuidado."*** (APAE).

Conforme se verifica, a lógica de trabalho desenvolvida pela APAE sugere uma perspectiva conciliativa com o PPM, a ponto de haver uma preocupação com o silenciamento da população atendida no trato de questões que fazem alusão à perspectiva de defesa de direitos e cidadania. Decorre disso, mais um elemento presente nas reações entre as organizações da SCC em face do PPM, que vai ao encontro do velho modo de se operar a política no Brasil. Neste impera a "lógica do apaziguamento dos conflitos" cultivada historicamente em favor da perspectiva de "conciliação pelo alto" (COUTINHO, 2012). Este processo se pauta numa relação de

harmonização política em favor da satisfação de interesses econômico-corporativos em detrimento da real observância das demandas “vindas de baixo” das classes subalternas. Revigoram-se, com tais elementos, os históricos movimentos de “revolução passiva” no país. Neste caso, tais elementos materializam dinâmicas de tais movimentos no município de Carambeí.

Convoca-se para refletir sobre a posição da liderança da APAE, apresentada acima, o disposto em Gramsci (2001) in Coutinho (2011, p. 208) sobre a função dos intelectuais. “Os intelectuais são ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...].” Não se trata aqui de afirmar que a APAE não desenvolve um trabalho na perspectiva do acesso ao direito, conquanto afirmar que na relação com o PPM em Carambeí a perspectiva de trabalho da respectiva liderança infere uma postura de “silenciamento” das demandas de seus usuários quando pensadas na relação direta com o poder público municipal, conforme a respectiva liderança expressou em seu depoimento. A crítica se refere, portanto, à posição da respectiva liderança, quanto à formação política dos usuários de seus serviços ao relacioná-la com as manifestações em forma de protesto realizadas pela população atendida pela organização em relação ao PPM.

Contrárias a essa lógica, mas cientes das consequências caso não haja o respectivo silenciamento se reporta a liderança da CPTK, conforme segue.

“[...] quando o município é pequeno, quem se manifesta muito. Quem levanta a bandeira é mal visto. Principalmente por ser entidade que recebe recursos públicos. *E daí todo mundo..., pra você ter uma ideia! Não é a entidade, mas quem faz parte da entidade, membro da diretoria,* ***só um exemplo, em campanhas políticas, não põe adesivo, não participa de comícios, justamente porque sabe: Se o cara me vê aqui, eu sou lá da entidade. Não vai pegar bem. O outro né. Então, ninguém se manifesta politicamente, nessa questão partidária mesmo.*** *Então, todo mundo briga. Infelizmente todo mundo briga pelo o que é seu [...] Por ser um local pequeno, por todo mundo se conhecer. Existe um certo receio assim.” (CPTK).*

Verifica-se, no depoimento acima, que apesar do recurso público ser um direito adquirido pela respectiva organização através de convênio devidamente legalizado com o poder público municipal, (mediante critérios técnicos de partilha dos recursos), essa lógica do “silenciamento” resulta ser uma consequência da cultura política do “favor político”, historicamente cultivada no país, tal como visto em (FALCÃO, 1999). O que impera nas relações políticas, conforme se pode perceber nos depoimentos das lideranças acima citadas (APAE e CPTK), é a lógica da

“conciliação pelo alto” (COUTINHO, 2012). Por meio desta lógica de relações o interesse privado das organizações, neste caso – a garantia do acesso aos recursos públicos - é assegurado, em detrimento de uma maior abertura para um aprimoramento político acerca do exercício democrático.

Em face das dificuldades apontadas nas relações de interesses entre as organizações da sociedade civil e do poder público municipal, a luta por direitos e cidadania surge no depoimento das lideranças da SOSCAR, CPTK, GADAC, ROTARY, DEM, PSDB, SINDISERV e SINTRACOOSUL, no sentido da mediação das demandas da população atendida em face do PPM e ainda em relação a outras organizações da sociedade civil local. Não se verifica, nestes casos, de igual forma aos depoimentos das lideranças da APAE e da CPTK, uma posição de enfrentamento político com o PPM, as relações permanecem na direção da mediação e não do confronto. Aproximando-se da luta pela defesa do direito e cidadania como perspectiva de trabalho na relação com o PPM, nos depoimentos das lideranças confirma-se a presença marcante de elementos mais próximos de uma visão liberal do direito, ora centrada, no seu aspecto formal, em face de suas demandas em relação ao Estado, ora, numa perspectiva de inclusão social do indivíduo nas relações sociais capitalistas. Centrados no aspecto formal da relação indivíduo/Estado, afirmam-se os depoimentos das lideranças da SOSCAR, CPTK, DEM, PSDB e GADAC.

Seguem os depoimentos das lideranças da SOSCAR, do GADAC e do ROTARY.

*“**Além do objetivo de atender os itinerantes e os moradores de rua,** também têm outros objetivos que fazem parte do nosso estatuto, que são as pessoas necessitadas, **tanto na parte de roupas, de alimentação, às vezes móveis que estão precisando, a gente fez campanha do agasalho, campanha de natal, cesta básica, pra gente doar pras pessoas.** [...] **Acho que os interesses (da SOSCAR) é daquele mais necessitado”**.* (SOSCAR). (parêntese nosso).

***“[...] a gente vai estar ajudando no desenvolvimento do município, numa coisa que eles também tem interesse por que essa ONG [...] vai estar ajudando na parte dos itinerantes que passam por aqui.** As vezes eles chegavam aqui e eles não tinham pra onde encaminhar. [...]”* (SOSCAR).

“O objetivo do GADAC é principalmente a prevenção, mas nós trabalhamos também com a parte curativa, que já foi mais forte antigamente. [...] ***Mas o objetivo do GADAC é tirar a pessoa do alcoolismo e da droga e inserir essa pessoa na sociedade.”*** (GADAC).

“A missão do Rotary é mais essa mesma. Ser o elo. É interceder entre o problema e quem pode resolver o problema pra ver se a gente junto, a gente consegue resolver.** [...] Então, de repente quanto você chega assim, o Rotary aqui em Carambeí, **ele é visto de uma forma assim, bem respeitado, de pessoas sérias. Então, parece que dão mais atenção pra gente, do que pra

aquela mãe. Não deveria ser mais é. *Então, não é o fato da gente sempre ajudar com dinheiro, mas é de tentar resolver o problema. Essa intermediação. A intermediação de serviços e o financiamento. Bem o nosso lema do Rotary é:* ***Dar de si, antes de pensar em si. Então, eu acredito que de todas as formas não somente com dinheiro, por que a gente não é um banco, mas com uma palavra, com um conselho, com uma orientação, com uma visita, nesse sentido, com esclarecimento pras pessoas, a gente vai caminhando."*** (ROTARY).

Conforme o exposto, nos depoimentos acima citados, evidenciam-se elementos que dispõem sobre interesses associados ao atendimento de diferentes expressões da 'questão social' no município, vistos numa perspectiva de atendimento liberal restrita.

No caso dos elementos que caracterizam as ações da SOSCAR e do GADAC, verifica-se que como tais seus interesses estão voltadas à satisfação de interesses imediatos de uma parcela específica da população que se encontra em situação de desproteção em relação aos direitos básicos de sobrevivência (alimentação, estadia, vestuário, moradia, cuidados com a saúde, etc.) e ou questões de outras naturezas que assolem a vida cotidiana das pessoas atendidas, com é o caso do ROTARY.

Conforme apontado pela autora acima citada, os elementos presentes nos depoimentos das lideranças da SOSCAR, GADAC e ROTARY, apontam para a uma perspectiva de atendimento da população em suas necessidades básicas e especiais, partindo de ações de caráter assistencial, como de atendimento em saúde e de articulação social (acionamento dos serviços públicos).

Compreende-se que, em especial, na perspectiva da defesa do direito e de cidadania, tal como apresentada pela liderança da SOSCAR e do GADAC, destaca-se uma perspectiva do direito com estreita aproximação à perspectiva liberal do direito. Nestas, o direito configura-se para o homem desprovido de propriedade e ou desprovido de condições para "viver em sociedade" o mecanismo para a obtenção do acesso apenas aos mínimos sociais, uma vez que deve alçar meios para a sua promoção pessoal e social, via mercado. Assim, refere-se ao direito enquanto metáfora do real, travestido de condições para o exercício de uma cidadania formal. (NAVES, 2012). Sob a égide de tal perspectiva, o atendimento do "homem finito", (desprovido de propriedade e de condições ao provimento de sua própria sobrevivência), se dá no limite da sua manutenção com vida, mas não na condição de fazer história, enquanto "homem genérico", tal como o disposto em Marx e Engels (2005) em "A ideologia Alemã".

Assim, de uma forma ou de outra, nos depoimentos dos sujeitos entrevistados se revela ainda uma visão “fetichista” do direito, seja por que no caso da liderança da SOSCAR e do GADAC, o direito é avistado restritivamente vinculado à condição mínima de sobrevivência e condições básicas de saúde para a sua reinserção na sociedade, seja por que no caso do ROTARY se percebe a relação de mediação entre a população e o PPM, devido à presença de uma perspectiva clientelista.

Ainda na perspectiva liberal de pensar o direito, no depoimento apresentado a seguir, a liderança da CPTK o associa à lógica tributária da relação entre cidadão/Estado: “*eles são cidadãos que pagam impostos”.* Nesta lógica, o indivíduo comparece como cidadão por que é contribuinte; desconsidera-se, neste sentido, a relação de cidadania para além do fator econômico, da relação indivíduo/Estado. Confirma-se, assim, que a premissa básica da relação de cidadania, condicionada ao fator econômico da relação indivíduo/Estado, somou-se no decorrer do mesmo, à compreensão da autonomia humana, vinculada à lógica do mercado. Para tanto, a respectiva liderança associou a conquista da autonomia ao protagonismo individual, precedido pelo necessário desenraizamento social do indivíduo, como condições a uma real possibilidade de ascensão social e econômica, com vistas ao alcance de melhores condições de vida na ordem do capital. Conforme se evidencia, no conjunto do depoimento, as noções de direito e de cidadania nele contidas não se vincula a uma perspectiva de plena realização humana, conquanto, de mera mobilidade social na ordem capitalista liberal.

“Nós sempre buscamos mostrar isso pras crianças, pros adolescentes e pras famílias que nós atendemos, que eles são cidadãos de direitos, que o que eles ganham entre aspas não é um favor que eles estão recebendo. Então, nós buscamos [...] estimular neles esse protagonismo, essa vontade e esse conhecimento de que eles são cidadãos que pagam impostos, [...] que eles têm direito a reivindicar, eles têm direito a lutar por aquilo que eles querem, que eles podem ter uma vida um pouco melhor do que a que eles possuem. *[...] Nós queremos que eles tenham uma profissão, incentivamos muito isso e queremos que as famílias também busquem novas condições, melhorias pra vida dos filhos. Nesses anos todos que eu trabalho aqui, eu vi muitas famílias crescerem, eu vi muitas famílias se emanciparem. Como vi muitas que continuam do mesmo jeito mandando os filhos, mandando os netos e é isso que nós não queremos.* ***Eu acho que o papel da entidade é esse é buscar esse protagonismo mesmo, essa independência das famílias da questão dos programas de transferência de renda, que eles tenham um emprego, que eles consigam por si próprios caminhar e dar um futuro melhor do que a vida que eles tiveram pros filhos, pros netos, que não fiquem todos aqui nesse bairro, que cresçam, que vão pra frente.*** (CPTK).

Vigora na visão de direito e cidadania apresentado pela liderança da CPTK, o modelo meritocrático-particularista (DRAIBE, 1993) que envolve a perspectiva do

direito no liberalismo. Este modelo "[...] fundamenta-se, por sua vez, na premissa de que cada um deve estar em condições de resolver suas próprias necessidades, em base a seu trabalho, a seu mérito, à performance profissional, à produtividade." (DRAIBE, 1993, p. 16).

Associadas a esta perspectiva de inclusão produtiva, apresentada pela liderança da CPTK, as lideranças do SINTRACOOSUL e do PSDB, tal como se verifica nos depoimentos abaixo, apresentam elementos que vão ao encontro do apontado anteriormente em relação à inclusão produtiva como parte dos interesses das respectivas organizações ao se relacionar com o PPM. Tal perspectiva remonta a defesa do direito e da cidadania vinculada ao meritocrático-particularista.

"A busca enquanto representante do sindicato na época era pra gente conseguir encaixar, não a questão dos trabalhadores que estão dentro da empresa hoje. Por que eles estão lá, estão dentro da empresa, estão lá, estão lá registrados, estão trabalhando, estão tendo renda. ***A questão era a pessoa questão nesse meio, o trabalhador não está aposentado e que foi dispensado da empresa numa certa altura de idade já, que o mercado já está conseguindo absorver e que ele não está conseguindo se virar. Então, a ideia era que se criasse alguma coisa, um fomento, alguma coisa para este período."*** (SINTRACOOSUL).

*"[...] nós fomos premiados em Brasília com práticas inovadoras do Bolsa Família. Esse foi um projeto muito bom, que avançou bastante, infelizmente está parado, que é você criar as alternativas****, eu defendia sempre o bolsa família, não vou dizer um mal necessário, mas saber usar o Bolsa Família, como uma alavanca pra levantar quem está caído e não como uma muleta. Então, a muleta é aquela que você usa definitivamente e é o que está sendo feito no Brasil. Nosso projeto era trabalhar com as crianças, trabalhar com os pais e trabalhar com a família e fazer uma verdadeira inclusão e promoção social pra ele jogar fora a muleta, não precisar mais do Bolsa Família.*** *Usa enquanto saída, depois passa pra outro e isso nós estávamos conseguindo [...].* (PSDB).

*"****Eu volto na habitação. Todo mundo fala na educação em primeiro lugar. Concordo em certo ponto, agora eu pergunto. Eu que assisti, presenciei uma pessoa morando numa invasão, onde que não tem luz não tem água, a criança está lá. Com que tipo, como que ela vai receber uma educação. Então, eu priorizei a habitação.*** *Então a habitação é onde abriga o quê? A família. E o que é a família? A família é a célula mather da sociedade. Se você quer destruir uma sociedade, você tem que destruir a família. Que é o que está acontecendo no nosso país.* ***Então, pra mim a habitação era o foco principal e dali nós vínhamos com a educação, com a assistência social, com curso, treinamento, capacitação, vem tudo, daí vai abrindo um leque de oportunidade. A própria construção das casas já nós estávamos fazendo treinamento, as cooperativas."*** (PSDB).

Na perspectiva revelada por tais lideranças, avista-se uma articulação da defesa do direito vinculado à articulação das políticas públicas, enquanto meio ao atingimento de um fim que se constitui a inclusão social produtiva do indivíduo e das famílias atendidas.

> Compreende-se como inclusão produtiva, todo processo conducente à formação de cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho e tem como perspectiva a conquista de autonomia para uma vida digna sustentada por parte de todas as pessoas apartadas ou fragilmente vinculadas à produção de renda e riqueza. (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

Conforme se verifica acima os interesses que envolvem tal perspectiva de trabalho no país pressupõem um compromisso com a inclusão dos indivíduos na lógica da produção e reprodução das relações sociais na ordem do capital, de modo que assim, convivam em sociedade enquanto cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho. Verifica-se, neste sentido, que a preocupação apontada pela liderança do SINTRACOOSUL é, especialmente, com aqueles trabalhadores que são dispensados do mercado de trabalho e encontram dificuldades para serem incluídos na sequência no mundo do trabalho formal. Ao participar dos conselhos do trabalho a respectiva liderança revela que tal foi uma das bandeiras do sindicato na relação de participação com este espaço de participação do PPM.

Nesta mesma lógica de interesses na defesa do direito e da cidadania da classe trabalhadora, protagonizada pela liderança do SINTRACOOSUL, a liderança do SINDISERV se destacou na luta por melhores condições de trabalho à sua base filiada, perante seus empregadores, neste caso, junto da Prefeitura Municipal de Carambeí.

Pode-se analisar no depoimento da liderança do SINDISERV, além da defesa dos direitos previdenciários dos servidores, a defesa dos direitos previdenciários e trabalhistas. Diante do exposto, pode-se verificar que a respectiva liderança sindical faz referência, especialmente, a uma questão que, hodiernamente, comparece na relação do funcionalismo público com a prefeitura municipal. Trata-se do que a respectiva liderança define como *"mania forte de abrir sindicâncias".*

*"**Veja, a gente tem a parte jurídica e tem a parte de previdência social.** Tem uma parte de aposentadorias. Ações trabalhistas. A prefeitura, os órgãos públicos hoje tem uma **mania forte de abrir sindicância**, qualquer motivo, pra averiguar a verdade, mas essa averiguação acaba expondo o servidor. Então, a gente não acha uma coisa legal. Por que nunca, digamos assim, nunca deu em nada**. Daí então o advogado vai e defende; a gente pega e vai e acompanha a sindicância, ouvindo, pode opinar e sempre está participando."** (SINDISERV).

Em tais situações, conforme se reporta a liderança do SINDISERV, o sindicato presta apoio jurídico aos servidores públicos. Esta frente de trabalho do sindicato deriva de uma preocupação da organização sindical com a segurança

jurídica do servidor, em suas relações de trabalho com o PPM. Esta preocupação se repete em outra pauta de discussões aberta pelo respectivo sindicato junto do PPM. Trata-se, conforme o depoimento, de uma luta em relação ao regime jurídico de trabalho dos servidores.

*"**Ontem até a gente teve uma manifestação muito bonita que reuniu em torno de 220 servidores aqui na José Pedro,** onde a gente conseguiu que estivessem todos os vereadores, a gente conseguiu que não votassem, **por que eles querem mudar o regime jurídico da prefeitura, de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) pra Estatutário, por que não é vantagem, nós temos CLT há 17 (dezessete) anos. Hoje seria a votação, terça-feira né, aí a gente conseguiu tirar de pauta."*** (SINDISERV).

Atualmente, os servidores públicos municipais são regidos contratualmente pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a discussão entre o respectivo sindicato e o PPM se refere à possibilidade de mudança do respectivo regime jurídico para o estatutário, conforme prevê um projeto de lei que se encontra em discussão na câmara de vereadores (CARAMBEÍ, Base de dados da Câmara Municipal de Vereadores, 2014). Sobre a luta sindical no setor público no Brasil é importante ressaltar que a abertura do Estado para a possibilidade dos servidores públicos empreenderem lutas trabalhistas em relação ao Estado, foi uma conquista desta categoria de trabalhadores a partir da Constituição Federal de 1988. Tal conquista foi de extrema importância para o conjunto das lutas dos trabalhadores no país, uma vez que até então era proibido no Brasil, o sindicalismo no setor público. Conforme Nogueira (1998b) apesar de ser historicamente recente no país, este campo do sindicalismo, o mesmo contribuindo, decisivamente, para o reforço das relações democráticas no poder público no Brasil e ampliando o debate democrático na perspectiva da luta sindical desta categoria de trabalhadores do país.

> Na transição da abertura do regime militar para a Nova República e dessa para a democracia constitucional o movimento associativo-sindical dos servidores públicos experimenta uma expansão organizatória e mobilizatória. (NOGUEIRA, 1998b, p. 8).

Conforme apontado por Nogueira (1998b) com a expansão organizatória e mobilizatória desta categoria de trabalhadores no Brasil avista-se em tais organizações um novo canal de luta por direitos, o que tem se revelado no município de Carambeí, na perspectiva da abertura do debate em torno de diversas questões pertinentes a esta categoria de trabalhadores no espaço local. Conforme se pode

perceber na continuidade do depoimento da respectiva liderança sindical entrevistada, na relação estabelecida por esta organização com o PPM houve alguns avanços, nos últimos anos, na perspectiva da conquista de melhores condições de trabalho. Tais foram, segundo a opinião da respectiva liderança sindical resultado de negociações, debates e inclusive de movimentos de greve protagonizados pelos servidores. Tais avanços se referem à conquista da data-base e de melhorias salariais, conforme se verifica abaixo.

*"**Uma coisa que a gente não tinha até 2006 era a data base.** Então se chegava no mês de março, que hoje a nossa data-base é 1º de março, não havia reajuste nenhum. Havia reajuste quando o prefeito queria dar. Então, hoje nós temos garantidos pelo menos o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), de 6%, 7%, 5%, mas sempre já está garantido em lei. **Outras situação foi a greve dos professores que acabou dando um respeito maior tanto para os servidores, como para o próprio sindicato. Aí, a partir daquele momento a administração começou a escutar mais os servidores.** Era mais fácil o acesso. [...] **Agora nesse mandato começou um novo momento.** [...] **Começou num plano de um ou dois meses atrás, a gente montou comissões e começou a conversar com o prefeito algumas coisas ele não cumpriu o reajuste salarial que era os 10%, só veio o INPC,** então até a prefeitura entrou com uma ação na justiça contra o sindicato, pra dizer que a greve foi ilegal. A gente ganhou em Curitiba, foi tudo normal lá. Eles se comprometeram até setembro voltar a conversar."* (SINDISERV).

Nesta mesma lógica da busca de melhores condições de trabalho, a liderança do SINTRACOOSUL também apresentou alguns avanços alcançados na relação com a Cooperativa Batavo. Tal como o SINDISERV, o respectivo sindicato tem trabalhado na defesa dos interesses dos trabalhadores, que vai além da melhoria salarial, trata-se do alcance de benefícios como participação nos lucros e resultados da empresa.

*"**Em relação à representatividade sindical o Sintracoosul herdou algumas lutas do SINTAC da época e não perdeu. É importante dizer por que não perdeu e avançou com relação a isso. Por exemplo: programa de participação dos lucros e resultados que está muito em voga na defesa dos sindicatos, hoje o maior programa de participação dos resultados o Sintracoosul tem em relação à Batavo.** [...] **Não que o sindicato busque só isso enquanto melhoria. Em parceria com o outro sindicato, implantou nesta sede e na sede em Castro um consultório odontológico sem cobrar nada do trabalhador. Isso o sindicato que consegue bancar em relação a isso. Tanto a participação nos lucros, quanto uma clínica odontológica não é o principal na vida das pessoas, mas é um diferencial em relação ao outros sindicatos da região, que às vezes não tem isso e que isso traz de outra forma um pouco da melhoria na questão da renda da família. Não é diretamente um salário, mas você acaba evitando essa despesa por que para o trabalhador e para o dependente**."* (SINTRACOOSUL).

Conforme se verifica no depoimento acima, além desta conquista destacou a disponibilização de serviço odontológico como uma conquista do sindicato na relação com os trabalhadores sindicalizados, posto que considera se tratar de um serviço de saúde que para o trabalhador se transforma em salário indireto.

Confirma-se, segundo os depoimentos, que as organizações sindicais desenvolvem um trabalho de defesa do direito e da cidadania no município, fazendo parte da luta pela satisfação dos interesses da classe trabalhadora local. Ainda na perspectiva da luta sindical, seja no âmbito das relações com o Estado, no caso da luta pelos direitos dos servidores públicos municipais, seja em relação à Cooperativa Batavo, no caso da luta em favor dos direitos dos trabalhadores de cooperativas da região, verifica-se que ambas as entidades sindicais, o SINTRACOOSUL e o SINDISERV, trabalham pela melhoria das condições de trabalho de parcela da classe trabalhadora local.

Diante do exposto, verifica-se que os interesses defendidos pelas lideranças sindicais encontram-se mais próximos de uma perspectiva socialdemocrata do direito e da cidadania. Tais organizações foram as únicas que fizeram referência à defesa da classe trabalhadora em Carambeí. Por óbvio, que como tais, era esperado que empreendessem esforços à defesa do direito e da cidadania da classe trabalhadora, o que é revelador, neste caso, é a ausência de elementos nos depoimentos das demais lideranças no sentido da defesa do direito, do cidadão carambeiense, enquanto classe trabalhadora.

Do pluralismo de interesses presentes nas organizações da sociedade civil entrevistadas, verificou-se que se destacaram interesses associados à satisfação de interesses emergenciais e ou econômico-corporativos, vinculados ou não ao acesso a recursos públicos e à requisição de serviços de infraestrutura e interesses associados a uma à luta pela defesa do direito da cidadania. Os que se caracterizaram nesta direção da defesa do direito e da cidadania vincularam-se à questão da prestação de serviços públicos à população; à inclusão social produtiva, defesa de segurança jurídica nas relações de trabalho, conquista de benefícios sociais. Disso posto verifica-se que, embora numa dimensão formal, a defesa do direito e da cidadania perpassa pelas organizações da sociedade civil carambeiense, oscilando entre a perspectiva democrática liberal e a socialdemocracia. Não se evidenciam, portanto, na relação entre as organizações da SCC e o PPM, interesses associados à perspectiva democrática radical e ou de “massas”, conforme apontado por Coutinho (2012).

3.2.3 Ensaios do exercício político democrático em Carambeí: perspectivas em debate.

Em Carambeí, conforme lógica hegemônica operante no país nega-se, na prática política adotada pelas lideranças das organizações da sociedade civil local, a luta frontal em relação ao Estado. Assim, ao se analisar o contexto das relações democráticas atuais no município, a "conciliação pelo alto" evidencia-se, na maioria absoluta das lideranças entrevistadas nesta pesquisa, como estratégia prioritária de relações com o PPM, conforme se verifica abaixo:

"Diretamente com o prefeito. Porque como a cidade é pequena e todo mundo se conhece. O prefeito inclusive já fez parte da diretoria dessa entidade. Então existe uma certa ligação maior, uma certa facilidade, intimidade não, talvez uma facilidade, de ter esse contato com ele. Vereadores não, nem tanto, já foi mais, mas assim com o prefeito, diretamente.[...] Os conselhos e o prefeito. Secretária de assistência social. Acredito que só. (CPTK).

"É mais através de conversa direta assim, sabe. As vezes a gente manda um ofício assim, sabe, mas a gente prefere ir lá e conversar diretamente com a pessoa do departamento ou o secretário né, direto com a pessoa. É desse jeito. *[...] Lá a gente conversa mais com a secretária e ela passa pros vereadores e, às vezes, conversa direto com eles, também. [...]* ***O contato direto né com todas as secretarias que se fizerem necessárias e o contato com os conselhos****, tanto o da assistência social, como outros que a gente venha a precisar no desenvolvimento de nossos objetivos."* (SOSCAR).

"Eu acredito que o contato direto. Uma importância muito grande que nós estamos dando, agora, nesse momento, é os vereadores. Eles, veja, mas também por que eu estou conseguindo um número grande de pessoas se manifestando. *Agora os vereadores começaram a se manifestar e estão dizendo nós vamos fazer o que a maioria quer. Por que não adianta, como uma vereadora citou ontem. – Não adianta o executivo mandar o projeto e os vereadores votarem, eles estão mexendo com a vida de 700 pessoas, servidores, e ali envolve quantas famílias? Então, é nesse sentido,* ***eu acredito que foi nesse contato com os vereadores que nós estamos conseguindo até segurar até esses projetos, ruins, vamos dizer, que o prefeito está mandando."*** (SINDISERV).

"Ah! A gente vai diretamente falar com a pessoa responsável pela aquela área. Vai diretamente, sempre a gente forma uma equipezinha e vai conversar*. Se for necessário a gente vai, com certeza."* (ROTARY).

"Conselho. Já por ter membros do conselho, a gente tenta pautar tudo via conselho. O nosso superintendente ele tem uma relação maior com o chefe de gabinete, que é quem acaba resolvendo tudo. Então, ele acaba sempre entrando em contato com o chefe de gabinete também, mas a maioria é via conselho." (AASEC).

"A questão dos conselhos e o contato direto também com cada secretaria. *[...] então a gente se reporta diretamente a cada secretaria, ou pessoalmente, ou através de ofício."* (APAE).

"Seria os conselhos, a secretaria, senão o próprio prefeito, e com o apoio, claro, da câmara, que a gente tem muito conhecimento, apoio, por que a câmara tem força também. Então, a gente vai buscando por ordem, também. Nós usamos a câmara como um total. Por que o

GADAC não se refere à religião, não se refere à cor, preto, branco seja lá o que for, a classe social. Então, nós obedecemos a uma instituição – a câmara. *Então nós vamos se for convocar pra uma reunião, a qual nós fizemos na semana passada, reunião com todos os vereadores que quiserem participar,* ***quem não quiser participar tudo bem, a gente não sabe por que, mas o convite que nós fizemos pra câmara, através do presidente da câmara, com todos os vereadores, não demos preferência política."*** (GADAC).

Neste processo confirma-se, efetivamente, o contato direto e individual com as autoridades políticas constituídas, (como prefeito, secretários de governo, vereadores) como o canal de articulação privilegiado para apresentar as demandas da sociedade ao Estado. Somados a este privilegiado canal, evidenciam-se ainda os conselhos gestores de políticas públicas e a câmara municipal, como outros canais de articulação, sem, prescindir do primeiro – qual seja: do contato direito com o executivo, no respectivo processo.

Conforme se evidencia, nos depoimentos abaixo, há imputado na consciência das lideranças da SCC, em articulação com a lógica apresentada acima, a rejeição pela estratégia política de confronto direto em face do Estado e a participação em demais movimentos que possam vir a expor as respectivas organizações em face do Estado, haja vista o receio das consequências políticas de tal exposição.

Conforme depoimentos das lideranças da CPTK, ROTARY, SOSCAR, APAE há, para tais organizações, a opção por manifestações pacíficas, como campanhas educativas, passeatas, desfiles, eventos comemorativos e beneficentes, organizados pelo próprio poder público e ou pelas próprias entidades, etc., recusando, em qualquer hipótese, a participação em movimentos caracterizados como protestos em face ao poder público municipal.

"Então, a gente não participa de tudo assim, não. Daí já tem divergência entre nós lá mesmo, né. Por exemplo: o protesto que teve contra o prefeito, aqui, a gente não vai. Por que a gente não quer criar inimizade, entende. O nosso sentido é sempre somar, não quer dividir. *Mas tem as passeatas do câncer, a gente está presente.* ***Esse ano nós não participamos, mas a gente participa sempre do dia do desafio****. Tem uma coisa que a comunidade holandesa faz que todo mundo leva alguma coisa pra ser vendido lá no dia e aquilo reverte pra alguma instituição também. A gente sempre participa sabe.* ***Vai nos desfiles que eles fazem, a gente vai junto****. Então, na maioria das vezes a gente participa.* (ROTARY).

"Quando existem campanhas. Por exemplo, agora, vai ter dia quinze, com relação ao abuso e a exploração, nós vamos participar de um evento o dia todo no CRAS*.* ***Quando tem a campanha do câncer. Que é a saúde que promove.*** *De certa forma a entidade participa.* ***Mas nessas assim, mais pontuais! Nada que exponha. Nada que: OH! Quem está lá? Então essa questão política democrática não existe. Não existe democracia****."* (CPTK).

*"****Foi no ano passado, assim, que a gente viu, por que outros movimentos, não tem. Greve essa coisarada. As vezes aparece assim, nas empresas, assim, dos sindicatos.*** *(E nessas*

manifestações do ano passado, vocês chegaram a participar?) ***Não, a gente não gosta disso****."* (SOSCAR). (parêntese nosso).

"[...] a ***gente não vai com alunos pra esses protestos, muitas vezes fazer algumas coisas.*** *[...] Então, normalmente, o que que a gente faz.* ***Primeiramente, a gente tenta negociar, a entidade tenta negociar com o órgão público. Então, assim, protesto, desde que eu estou aqui não aconteceu. E, pelo o que eu lembro de nenhuma entidade, de reivindicar, sair na rua, porque não estão sendo atendidos e ou pra pedir alguma coisa específica****."* (APAE).

A partir desses depoimentos, verifica-se que tais organizações da SCC fogem à lógica do conflito em relação ao PPM ao participar de movimentos sociais no município. Confirma-se que, por parte de tais lideranças, há significativo receio em optar por movimentos de resistência, devido ao que se pode inferir ser um sentimento de "medo" de possíveis revezes políticos por parte das lideranças do poder público, em especial, no que se refere a cortes de recursos públicos, uma vez que na maioria, neste caso a CTPK, APAE, AASEC, GADAC e SOSCAR, recebiam, recebem e ou ainda almejam receber recursos público, conforme dados coletados junto à secretária técnica do Conselho Municipal de Assistência Social e Gestora técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social de Carambeí.

Confirma-se, assim, na realidade local, dificuldades por parte das organizações da SCC no que se refere à demarcação de posição contrária à direção assumida pela sociedade política local. Infere-se que tal dificuldade se dá, entre outros fatores, pela dependência financeira em relação ao Estado. Este movimento indica uma situação de sujeição das organizações da sociedade civil local ao grupo ocupante do bloco de poder do Estado, no município que alerta para a lógica das relações hegemônicas em Carambeí.

Ao constatar a presente realidade, conforme apresentado acima, reporta-se ao que dispõe Secco (2006) ao definir hegemonia. Tal como o identificado nas relações entre a sociedade civil e o poder público em Carambeí, o autor faz referência a um tipo de direção consensual exercida por um grupo diante daqueles que aceitam ou consentem tal direção, na qual há a possibilidade, ainda que, episodicamente, da inclusão de uma dimensão coercitiva, sobre os que se recusam a aceita-la e extrapolam os meios de oposição considerados legítimos. (SECCO, 2006).

Em Carambeí, ao que se verifica, na relação entre as organizações da sociedade civil local com o PPM, apenas os conselhos gestores de políticas públicas e demais espaços formais de participação são considerados meios legítimos para

tratar das questões políticas no município, a não ser que deles prescindam para articular-se diretamente e particularmente com as autoridades constituídas, conforme se pode observar nos depoimentos acima. Tais questões podem se confirmar, na sequência, quando se apresentam as estratégias utilizadas pelos diferentes grupos políticos que ocuparam e ou ocupam o bloco de poder do Estado, ao longo das gestões municipais. Nos depoimentos, constata-se que as estratégias utilizadas, prioritariamente, foram: reuniões em bairros, reuniões com lideranças, audiências públicas, participação nos conselhos e busca ativa de filiação partidária nos bairros. Destas, conforme o exposto a seguir, verificou-se que o PTB priorizou a realização de reuniões nos bairros e reunião com lideranças de segmentos organizados, por meio dos conselhos, que, conforme visto anteriormente, estavam em fase de implantação no município, à época.

"Então, a sociedade, claro que é importante a sociedade organizada, que nem na nossa época que nós reuníamos, por exemplo lá, o bispo, o padre, fazia aquelas reuniões que nós fazia com o prefeito. Por que nós sempre dizia pro prefeito: - ***Prefeito, vamos fazer uma reunião, reunindo todos os representantes de cada segmento, independente de raça, aquelas coisas lá..., Então, naquela época eu tinha uma boa relação com essas pessoas. Então, nós vamos fazer uma reunião para discutir tal assunto. Sim! E as pessoas iam. Eu lembro que as pessoas participavam. Iam lá. Ficavam animadas.*** *Eu falava pra secretária na época. Faça um café colonial, vamos fazer um café pro pessoal. Fazer um bate-papo. Deixe as pessoas falar. Eu falava pro prefeito: - Deixe as pessoas falar. Escute as pessoas falarem.* ***É muito importante escutar as pessoas. Eu dizia: - Escute as pessoas. Não fale. Deixe só as pessoas falar. Então, elas tinham interesse de participar, dar ideia, de fazer algumas cobranças."*** (PTB).

O PSDB, diferentemente do PTB, aponta que não realizou reuniões nos bairros, mas realizou diversas audiências públicas e promoveu a criação de conselhos. Segundo dados do relatório oficial de atividades do processo de elaboração do Plano Diretor do município de Carambeí, foram realizadas 3 (três) audiências públicas durante o ano de 2006[307]. (CARAMBEÍ, Plano Diretor Municipal, 2007).

"Reuniões em bairros não tinha. Audiências públicas foram feitas. Isso foi feito. Isso que eu digo, nós começamos do zero. *Então apesar de ter dado muito resultado positivo, os conselhos tinha oque. Só o conselho de segurança. Nós criamos o conselho de educação, meio ambiente de*

[307] Segundo o Estatuto das Cidades, Lei 10.257/2001, art. 40, inciso 4, parágrafo I, as audiências públicas são requisitos obrigatórios durante a realização dos planos diretores. (BRASIL, Presidência da República, Lei 10.257/2001). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 01, out. 2014.

desenvolvimento[308]*. Sei que foram vários.* ***Plano diretor, tudo isso foi se fazendo, tudo ao mesmo tempo.*** *Agora não, agora a máquina está montada."* (PSDB). (notas nossas).

Não obstante às estratégias relatadas pelas demais lideranças partidárias, a liderança do DEM, partido do atual prefeito e de 3 (três) vereadores eleitos, afirma que a principal estratégia do respectivo partido na relação com a sociedade é a participação de liderança partidárias nos conselhos gestores de políticas públicas municipais.

"Os conselhos foi uma maneira... muito embora a população em si não quer participar. Nossa o que eu tenho visto as pessoas pedindo pra sair dos conselhos. *Entrega uma carta pedindo pra sair,* ***mas é um canal da sociedade estar participando das coisas que acontecem no poder público, podendo até decidir algumas coisas e ou até orientar, o que vai ser investido****. Mas aqui na nossa cidade se você for pegar, são sempre os mesmos. Não é por mal. Mas são os únicos que erguem o dedinho e que... numa audiência pública se habilitam. Então, você vê sempre a mesma pessoa que faz parte daquele conselho, daquele, daquele e daquele. E é complicado, por que as pessoas, não sei as pessoas acabaram caindo no descrédito de ah! Isso aí não resolve nada e ou por falta de tempo, mas foram se afastando****. Então ficam sempre os mesmos e daí tem o lado do poder público e os que entram lá são, na outra parte,* ***não governamental, são representantes de outros partidos, que de alguma maneira ou outra pra estar naquele embate, pra saber onde que está sendo investido e pra..."*** (DEM).

Ainda que de forma predominante o contato direto com o chefe do executivo e seus "prepostos", se revelam como os primeiros canais de relações das organizações da SCC com o PPM em Carambeí, nos depoimentos também comparece a importância da articulação de tais organizações com os conselhos gestores de políticas públicas. Este elemento se justifica no conjunto dos depoimentos, devido ao reconhecimento de tais espaços, como canais para o pleito de recursos públicos voltados à manutenção das ações realizadas pelas organizações da sociedade civil.

"O nosso partido desde que ele começou a militar, desde que o município começou o nosso partido tem acompanhado, tem participado da vida política sempre com ***a ideia de melhorar a vida do cidadão, melhorar as condições da população e do próprio município que a gente vive. Você quer ter uma escola boa pros teus filhos, você quer ter boas estradas, você quer ter um posto de saúde adequado.*** *Então, sempre foi com esse objetivo e a gente vem caminhando até que no ano de 2012 a gente chegou a eleger um prefeito do partido pra que pudesse executar as metas nossas****. A gente mesmo executar, por que até então a gente tinha apoiado outros candidatos. Nos frustramos nesses apoios. Não conduziram como a gente achava, até que em 2012 nós lançamos candidatura própria e fomos vencedores."*** (DEM).

[308] Faz-se aqui referência à previsão da criação dos conselhos de meio ambiente e do conselho municipal de desenvolvimento no Plano Diretor de Carambeí. Esclarece-se que o conselho municipal de educação foi criado no município pela lei 062/1997. (CARAMBEÍ, Câmara Municipal de Vereadores. Lei 062/1997). Disponível em: www.carambei.pr.leg.br. Acesso em: 09, set. 2007.

Tal como apresentando pela liderança do DEM que vislumbra a participação democrática a partir da ocupação do bloco de poder do Estado, associado ao modelo democrático liberal, a liderança do GADAC associa a participação política ao respectivo bloco institucional de espaços democráticos liberais, vislumbrando nele uma hierarquia. Desta feita, considera os conselhos gestores de políticas públicas o canal primário de apresentação de demandas ao PPM. Na sequência, situa as secretarias de governo, o prefeito municipal e por fim o legislativo, como demais canais de pleito da sociedade civil junto ao PPM. Neste sentido, verifica-se que em sua compreensão o exercício democrático exige a sujeição da sociedade civil a uma ordem hierárquica entre diferentes espaços democráticos institucionais e sujeitos nele inscritos, conforme abaixo.

"Nós vamos pela ordem de hierarquia. Em primeiro lugar nós vamos nos conselhos. *A gente entende de administração pública.* ***Se o conselho não resolver a gente parte pra secretaria e se houver ocasião da secretaria não resolver, daí a gente vai até o próprio executivo. Então, mas a gente sempre obedecendo a uma hierarquia. Nunca se pode tomar uma iniciativa de pular. Passar por cima do que é direito pra resolver problema. Seria os conselhos, a secretaria, senão o próprio prefeito, e com o apoio, claro, da câmara, que a gente tem muito conhecimento, apoio, por que a câmara tem força também.*** *Então, a gente vai buscando por ordem, também."* (GADAC).

Dessa compreensão, decorre a luta pelo direito e cidadania exercida pela respectiva liderança do GADAC, junto dos espaços democráticos institucionalizados, respeitando a ordem burocrática do Estado burguês, em sua hierarquia e divisão de poderes, motivada pela sua interpretação acerca da política institucionalizada, na qual os conselhos, conforme aponta Bava (2000), acabam por representar importância menor na relação de seus representantes com seus representados.

"É muito importante, é muito importante, por que queira ou não queira você vive através da política. Você precisa, é ela a porta de abertura pra qualquer coisa, é através da política. Queiramos ou não, nós temos que levar em consideração isso aí. *Ultimamente que está meio apagado, mas eu acho interessante."* (GADAC).

Conforme se evidencia no depoimento da liderança do GADAC, a participação política se materializa como uma porta através da qual o sujeito busca atingir a um fim determinado. Tal perspectiva se verifica ao analisarmos o depoimento abaixo, quando a respectiva liderança apresenta em sua própria experiência de participação política um exemplo desta relação de participação.

Trata-se da luta, por ele protagonizada no município em busca da formação do Conselho Municipal Antidrogas em Carambeí.

"Inclusive hoje nós estamos com um trabalho agora fundante. É uma ideia do GADAC e da área de saúde do município. Nós estamos fundando o COMAD. Até foi uma ideia minha, que é o conselho municipal antidrogas. *Então, está em andamento, nós tivemos reunião e agora sexta-feira, nós vamos ter uma audiência pública pra formar o conselho. Iniciativa do GADAC, uma ideia que eu levei, [...]. E daí como eu faço parte da equipe multidisciplinar, eu levei essa ideia ao psicólogo e ele achou uma boa, acatou e estamos engatinhando, mas acho que está só faltando agora vir a lei do executivo para o legislativo, mas a câmara já está conversada e está certinho e eu acho que dentro de uns 30 dias já está formada.* ***Por que na realidade esta lei já existe desde 2002, mas foi feita e é uma lei que não é compatível com o município de Carambeí. É uma lei que foi muito direcionada à administração do prefeito, direção do prefeito e esse tipo de coisa um conselho não pode deixar acontecer. Quem administra um conselho são os conselheiros.*** *Inclusive até o regimento interno, quem dirige, quem vão ditar o regimento interno são os próprios conselheiros****. Então essa lei foi revogada e nós recebemos uma lei nova de um promotor, agora que nos mandou e nós estamos trabalhando em cima dessa agora que está pra ser aprovada por esses dias."*** (GADAC).

Extraiu-se da fala da liderança do GADAC, o seguinte fragmento "*Quem administra um conselho são os conselheiros",* para tratar do reconhecimento desta liderança da sociedade civil carambeiense acerca do poder político dos conselhos municipais, enquanto instâncias democráticas participativas. Neste sentido, Bava (2000) afirma que como instâncias de decisão política, os conselhos são um instrumento da sociedade civil, enquanto que esvaziados dessa condição não suprem o interesse da defesa dos direitos coletivos. Na perspectiva do esvaziamento político, os conselhos acabam por se efetivar na condição de instrumento gerencial de políticas públicas e não de controle social e tomada de decisões no Estado. Conquanto, imbuídos de uma dimensão ético-política e articulados aos demais movimentos sociais e aos intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas os conselhos podem se tornar espaços importantes para o exercício democrático numa perspectiva de ruptura com a ordem democrática liberal. Neste fragmento de sua fala, em contraposição, ao apontado no depoimento anterior e complementando a ideia do conselho como instância de tomada de decisão coletiva dos conselheiros, a liderança do GADAC confronta a influência do prefeito, na condução do trabalho nos respectivos conselhos. Evidencia-se, com isso, uma perspectiva de defesa do direito e da cidadania atrelados à participação política democrática, ainda que a respectiva liderança ainda encontre-se imersa numa perspectiva de crença no poder politico dos espaços democráticos representativos como hierarquicamente superiores aos espaços participativos na escala hierárquica

dos espaços democráticos do Estado. Alerta-se para o fato de que autonomia não é sinônimo de atuação isolada. O isolamento de tais instâncias esvazia o sentido político de sua atuação, reiterando-os na condição de “ilhas” isoladas das demais estruturas do Estado (DAGNINO, 2002). Tal como apontado por Bava (2000), os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil devem caminhar para uma maior qualificação política, o que requer maiores investimentos na qualificação técnica e política dos conselheiros e na lógica de atuação de tais instâncias no sentido do tensionamento efetivo da máquina estatal. O fortalecimento dos espaços políticos institucionalizados se dá quando articulados à perspectiva de luta de classes que ocorre na sociedade civil. Reporta-se a Naves (2008) para ressaltar que a defesa do direito numa perspectiva de ruptura da ordem, deve apresentar reivindicações jurídico-formais e ao mesmo tempo negar o campo jurídico. Remonta-se ainda a Marx (2010) para lembrar que a emancipação política não é fim último da emancipação, mas dela não há como prescindir no caminho da transformação social.

Sob a respectiva condição histórica, tal como visto anteriormente, os conselhos gestores de políticas públicas declinam, materialmente, do poder político que lhes é conferido, em sua condição formal. Materialmente, se configuram no país como espaços de legitimação das decisões previamente tomadas pela sociedade política brasileira (GOHN, 2005). Deixam assim de ser instâncias de caráter universalista para se transformarem em espaços corporativos onde, aos moldes de Rousseau (19--) a vontade geral se confunde com a vontade de todos. Neste sentido, desconstrói-se a visão “fetichista” que cercam tais espaços, nas diferentes esferas governamentais.

No depoimento da liderança da APAE de Carambeí, identifica-se ainda uma visão centrada no “fetiche” da participação nos respectivos espaços democráticos, tal como permanece presente no depoimento da liderança do GADAC. Na visão da liderança da APAE, a experiência política como conselheira lhe possibilita atender aos interesses da sociedade como um todo. Há em seu depoimento o cultivo de uma ideia embrenhada por uma perspectiva democrática universalista que se vincula à participação política nos espaços democráticos participativos, a partir da qual se reconhece como representativa de um todo – da sociedade, (embora representando uma organização não governamental), conforme segue abaixo:

Eu estou lá fazendo parte do conselho, representando, fazendo parte de uma organização não governamental, mas representando a sociedade como um todo, não só defendendo o interesse da minha entidade, do meu aluno que está sendo atendido. ***Então, realmente, quando a gente faz parte desses conselhos a gente tem que ter essa visão. Você não vai lá defender só a tua entidade, você vai defender a comunidade.*** *Então, se de repente, nesse momento, existem dois projetos, duas entidades estão precisando, logicamente, a gente tem total consciência. Não! Esse aqui eu abro mão disso, pra atender outra entidade. Já houve momentos assim em reunião de conselho, de uma entidade abrir mão de uma verba pra ceder pra outra entidade. Então, assim, as entidades elas sabem do trabalho um do outro. Então, eu vejo que assim, elas também se unem. Então, vamos nós nos unirmos. Vamos nós, defender a sociedade e vamos nós trabalhar juntos.* ***Então, assim, não existe concorrência entre as entidades aqui no município. AH! Não! Eu quero chegar lá primeiro por que eu quero toda a verba da prefeitura*****.** (APAE).

Conforme o depoimento acima citado, sobre a visão da conselheira acerca de sua participação nos conselhos gestores de políticas públicas, verifica-se tal perpassa por uma perspectiva mais próxima de um universalismo democrático. Entretanto, conforme o seu próprio depoimento, ao se verificar o objeto real das discussões nos conselhos gestores de políticas públicas revela-se que a lógica operante no âmbito destes é a partilha e destinação de recursos públicos. Nesta, ocorre uma imperativa lógica de fatiação dos respectivos recursos, conforme o enquadramento de cada uma das organizações civis às linhas de financiamento do poder público. Assim, aquela que melhor se enquadrar nos critérios de partilha, previamente delimitados, técnico e ou politicamente pelo Estado, é a que será beneficiada.

Disso posto, ao analisar as relações entre a sociedade civil e a sociedade política, a visão universalista presente no depoimento da referida liderança, desconstrói-se, revelando-se como um “fetiche”. Ainda que os conselheiros gestores de políticas públicas, representantes da sociedade civil, se elevem a uma condição de generalidade e de universalidade em sua prática política e que conquistem uma posição de reciprocidade na defesa de suas demandas organizacionais, tal não é a postura do Estado ao se relacionar com a sociedade civil. Dele, conforme visto anteriormente, decorre a prática de afirmação político-econômica determinada pela relação custo/benefício, conforme o disposto particularmente nos depoimentos do DEM e do PSDB. Esta posição se afirma em detrimento de uma substancial perspectiva da defesa do direito e da cidadania que esteja compromissada com o suposto universalismo defendido pela respectiva liderança entrevistada.

Diante do exposto, decorre que no Brasil a participação política vem sendo franqueada aos moldes do que Nogueira (2005) afirmar ser um *recurso gerencial*. Considera-se que este recurso, quando adotado pelo Estado, serve a legitimação

das decisões da sociedade política, junto da sociedade civil, de modo a garantir a manutenção do consenso democrático, sob os limites da democracia liberal.

Diferentemente da perspectiva gerencial, no caminho de uma nova perspectiva democrática, ou seja, rumo à radicalização da democracia, a participação democrática pode ser considerada um canal de afirmação de direitos e cidadania, em contraposição à ordem liberal.

Não se trata, no sentido acima exposto, da defesa de um universalismo democrático "fetichizado", mas do reconhecimento de que os espaços democráticos participativos podem ser instrumentalizados em favor das classes subalternas. Quando tomados no sentido da defesa do direito e da cidadania, numa perspectiva material, possuem o potencial de dirigir a sociedade, rumo a novos patamares de socialibilidade, mais próximos de uma perspectiva de radicalização democrática.

Como disposto em Wood (2005), desse processo de radicalização democrática pode ser viabilizada uma perspectiva democrática operária. Nesta, a defesa do direito e da cidadania seria materializada, conforme Coutinho (2008), por meio de práticas progressivas numa direção reformista revolucionária, em franca oposição ao ideário burguês. Este conteúdo radical presente no ideário democrático operário foi criticado, de forma contundente, pela liderança do PSDB de Carambeí, conforme depoimento abaixo. No respectivo depoimento, percebe-se o medo real frente ao que considera ser uma possibilidade concreta de implantação do comunismo no Brasil.

Diante da desconstrução do "fetiche" acerca da participação e avistando as suas contradições em face do Estado burguês, a respectiva liderança do PSDB, declinou, radicalmente, de sua defesa em favor da participação no Estado Democrático, para defender o estreitamento das possibilidades de socialização da política.

"Eu acho que é fundamental isso aí. Desde que... por que foi toda vida essa a minha bandeira essa participação pra tomar as decisões. ***As últimas decisões aqui, nenhuma decisão, eu respeitava muito mais os conselhos que tinha um representante da comunidade, do que os próprios vereadores, por que ali tinha quem não ganhava nada. Então, a pessoa que está lá sem ganhar nada, está realmente por ideal, mesmo.*** *Mas, daí esses dias eu vi* ***uma reportagem sobre a Dilma querendo fazer esse tipo de coisa a nível nacional e foi. Nossa! Deu uma briga no senado. Daí na hora eu fiquei assim, mas, meu Senhor!? Foi uma bandeira que toda vida eu defendi e a Dilma está querendo fazer isso!?. Mas, daí eu vi o Hauly brigando e tudo e outros deputados, com isso ali, daí eu comecei a entender o outro lado!. É uma ferramenta perigosíssima!.*** *Se você usar... Eu entrei com a melhor das intenções. Então, eu vou pegar representantes da madeireira, da granja, dois lá Perdigão, outro da área da educação...* ***Só que o PT está fazendo com cartas marcadas e querendo tirar o poder do próprio legislativo e dá mais poder pra esse.***

***Aí que eles explicaram! Aí é a implantação do comunismo. Mas, daí, mas meu Senhor! Veja que coisa! Eles podem**...”* (PSDB).

Nota-se que a liderança do PSDB de Carambeí faz referência em depoimento ao decreto presidencial n. 8243 de 23 de maio de 2014 o qual institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências[309]. Neste, a Presidência da República normatiza a respectiva política e cria o sistema nacional de participação social como método de governo. Há, no respectivo decreto, um conteúdo formalizador das relações entre Estado e sociedade civil no país (na perspectiva da regulamentação do direito à participação social no país), na medida em que contempla a participação social uma política pública. Ao analisar a respectiva proposição governamental efetuada pelo atual governo federal, considerando a interpretação realizada pelos intelectuais de seu partido, a respectiva liderança viu no decreto ora exposto, uma real preocupação. Aquela de que, tomada pelas bases operárias, a estrutura liberal-burguesa do Estado possa vir a desfalecer. Esta possibilidade fora assim, inteiramente rejeitada pela respectiva liderança partidária, ao que afirmou ter sido alertado pelas bases de seu partido.

Assim, conforme o disposto no depoimento da liderança do PSDB pode-se perceber que suas divergências em relação à respectiva política pública da participação social surgem de uma posição de comando efetivada pelo seu partido político, a qual é politicamente avessa a qualquer ação que coloque em xeque a supremacia da democracia liberal-burguesa nas relações entre Estado e sociedade civil no país. Disso posto, percebe-se que os interesses do PSDB, tal como avistados pela respectiva liderança municipal, passam ao largo de uma visão reformista revolucionária. Ao contrário, se posiciona claramente em favor da defesa da ordem liberal-burguesa, ao ponto de rejeitar a defesa da participação social,

[309] Art. 4º São objetivos da PNPS, entre outros: I - consolidar a participação social como método de governo; II - promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social; III - aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes; IV - promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal; V - desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento; VI - incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente, softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro; VII - desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis; VIII - incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e IX - incentivar a participação social nos entes federados. (BRASIL, Presidência da República, 2014).

enquanto direito, ao vê-la sendo incluída na perspectiva da cidadania formal, sob a égide do Estado Democrático de Direito no Brasil.

De tal forma, no âmbito deste campo de tensões que se define a sociedade civil, quando os diferentes interesses nela constituídos se embrenham na sociedade política, se estabelece no interior do Estado uma correlação de forças aos moldes gramscianos, conforme visto nos depoimentos das diferentes lideranças entrevistadas. Neste processo, cada uma das organizações da sociedade civil empreende os esforços necessários à afirmação de seus próprios interesses, sob o conjunto dos demais interesses. Este processo se define, então, dependendo das forças em presença. Em Carambeí, confirmou-se que do lado das forças governamentais, os grupos que ocuparam o PPM, atuando na condição de sociedade política, reproduziram as condições para a manutenção da ordem democrática liberal, a fim de satisfazer os interesses dos respectivos grupos. De outro lado, da sociedade civil, há um pluralismo de interesses, com os quais a sociedade política se relaciona, buscando formular o consenso e imprimir a direção das ações no município. Imprime-se, desta forma, a direção das ações estatais em face do conjunto da sociedade.

Em face ao exposto, considera-se que diante deste modo de operar a política em Carambeí, (em que a “conciliação pelo alto” torna-se o imperativo das relações de hegemonia, no âmbito da superestrutura municipal), verifica-se que, além de residir nas relações das organizações da sociedade civil com o poder público municipal, o elemento conciliativo se reproduz nas relações de conflito trabalhistas na região.

Segundo o depoimento da liderança sindical do SINTRACOOSUL, que é o sindicato dos trabalhadores de cooperativas de Carambeí e região, nota-se que a “conciliação pelo alto” se constitui, atualmente, a estratégia adotada pelo respectivo sindicato ao negociar em Carambeí, junto da Cooperativa Batavo, uma vez que a estratégia combativa (adotada atualmente pelo SINTAC junto das indústrias de alimentos da cidade) se inviabiliza no setor cooperativo, considerando-se a cultura política dos grupos de holandeses, empregadores em Carambeí.

Desta forma, confirma-se que embora não se negligencie que a classe trabalhadora brasileira tenha conquistado, formalmente, no Estado Democrático de Direito Brasileiro, direitos constitucionais para se manifestar livremente, realizar protestos, fazer greve, ao se analisar o depoimento da liderança do

SINTRACOOSUL, verifica-se que diante dos elementos reais do cenário atual da luta trabalhista no setor cooperativo em Carambeí, a lógica do direito torna-se condescendente à antiga lógica da conciliação, uma vez que o direito não encontra efetividade no espaço local. Adota-se esta direção de conciliação, em detrimento da lógica do direito, por que além das razões primárias dimensionadas anteriormente, considera-se as vantagens econômico-corporativas que dela derivam, as quais se materializam via concessões aos trabalhadores, tais como aumentos salariais e outros benefícios, conforme o exposto no item anterior da presente tese e no depoimento abaixo.

"Nós temos conquistado com o Sintracoosul, de outra forma, em uma conversa tranquila, sem partir para esse lado mais crítico, temos conseguido mais avanços que a luta propriamente dita. Em relação, por exemplo, um comparativo: *No ano passado os reajustes, os benefícios que o Sintracoosul conseguiu foram maiores que o SINTAC, com tudo, inclusive, indicativo de greve. Até por que as empresas também, elas estão preparadas pra isso também."* (SINTRACOOSUL).

Diante do apontado anteriormente e ainda conforme abaixo citado pela respectiva liderança sindical, as manifestações de greve e demais manifestações de natureza combativa exercidas historicamente na luta sindical, ainda são vistas pelo grupo de holandeses como atos de afronta à classe de empregadores e não como um direito da classe trabalhadora.

"*Se restringe a isso. Já no passado teve algumas participações que o sindicato participou e acabou gerando mais tumulto, na verdade né.* ***Por que aí envolveu a classe lá da colônia holandesa e eles não admitem esse tipo de comportamento, por que eles não admitem esse tipo de comportamento. Eles entendem que é uma afronta pra eles. Por que na visão deles eles vieram pacificamente pra Carambeí, colonizaram, fizeram crescer, desenvolveram e hoje tem gente querendo atrapalhar o andamento das coisas em Carambeí."*** (SINTRACOOSUL).

Neste mesmo sentido, a respectiva liderança, afirma acompanhar, hodiernamente, a abertura crescente de ações judiciais diante de situações de indicativo de greve, o que em sua opinião se dá na tentativa de criminalizar os movimentos sindicais.

"Eles estão usando hoje muito, essa questão do interdito proibitório de greve, que não é especificamente pra isso. Na legislação ele foi criado pra questão agrária. *Pra proibir que o pessoal faça o* ***esbulho de posse. Só que a justiça tem entendido que isso vale pra propriedade privada. Não há um risco de que os trabalhadores vão esbulhar a posse do empregador, da indústria, mas eles usam pra proibir a greve.*** *Como forma de coibir o movimento.* ***E isso tem acontecido aqui também."*** *(SINTRACOOSUL).*

Ao examinar a colocação acima, feita pela liderança do SINTRACOOSUL sobre a tendência do tratamento judicial da luta sindical na contemporaneidade brasileira, indicando ser esta uma realidade deflagrada em Carambeí, reporta-se ao disposto em Sanson (2008, p. 2)

> Não é de hoje que o movimento social brasileiro é tratado como caso de política. A célebre afirmação de que 'a questão social é uma questão de polícia' atribuída ao ex-presidente da República Velha, Washington Luís, permanece mais viva do que nunca. A direita brasileira demoniza os movimentos sociais. Acusa-o de violento, de baderneiro, de fora da lei. Pretende com isso assustar a sociedade, principalmente os setores da classe média, e ganhar o seu apoio. A direita assusta-se quando o povo sai às ruas e utilizando os meios de comunicação procura criminalizar os movimentos sociais e jogá-los contra a sociedade.

Confirma-se, desta forma, (nas relações de classe na realidade municipal) o mesmo poder de hegemonia, exercido através do Estado na sua relação com as organizações da sociedade civil, conforme visto anteriormente. Neste caso a relação de hegemonia é exercida pela classe burguesa em face das organizações representativas da classe trabalhadora, sob a ameaça de sua criminalização. Nesta relação, pode-se reportar às afirmações de Arguello (2005, p. 11): "Não se trata, pois, de discutir uma criminalidade em si, mas o processo de criminalização que atribui o status de 'criminoso' aos indivíduos concentrados nos setores mais vulneráveis da sociedade."

Ao examinar, portanto, a realidade apresentada pelas lideranças das organizações da sociedade civil carambeiense e ao relacioná-la com o disposto em Sanson (2008) e Arguello (2005), compreende-se que se, na relação entre sociedade civil e Estado, a sujeição perpassa pela sabida demanda das respectivas organizações em face de sua dependência econômica de recursos públicos, (motivada ainda pelo receio de uma situação de exposição em face aos possíveis revezes políticos), na relação direta da classe trabalhadora com a classe burguesa, impera a necessidade econômica do trabalhador, (o qual na relação de trabalho com o capitalista, traduz-se pela necessidade de conquistar melhorias salariais – digam-se melhores condições de vida - e ainda o receio de que, senão adoção de uma lógica de sujeição aos interesses do "patrão", há, em contrapartida, o risco de uma demissão e ou ainda os riscos da manifestação do braço coercitivo do Estado burguês). Não há de se negligenciar, por ora, nesta relação comparativa, a afirmação marxiana de que um – no caso o Estado - é comitê executivo do outro –

neste caso da classe burguesa e que, nessa relação de interesses, o Estado, tal como concebido por Gramsci (2012) e explicado por Buci-Glucksmann (1980) torna-se resultado da junção entre a hegemonia e a coerção, ou seja, trata-se da "hegemonia encouraçada de coerção", ou ainda, do que se considera, nesta linha de interpretação, tratar-se da noção de Estado Ampliado.

Eis o vigor hodierno do velho *modus operandi* do exercício político brasileiro. De tal forma, em Carambeí confirma-se que a "conciliação pelo alto" continua a ser a estratégia política prioritária entre as lideranças das organizações da sociedade civil local e do poder público municipal, seja no âmbito das relações públicas como nas relações privadas, confirmando-se com isso que na esfera municipal a ampliação do Estado se dá na direção da dominação das classes burguesas em face do conjunto da sociedade local. Tal como disposto no segundo capítulo desta tese, a SCC conforma-se hegemonicamente, em sua gênese e formação aos moldes do domínio e direção da classe burguesa.

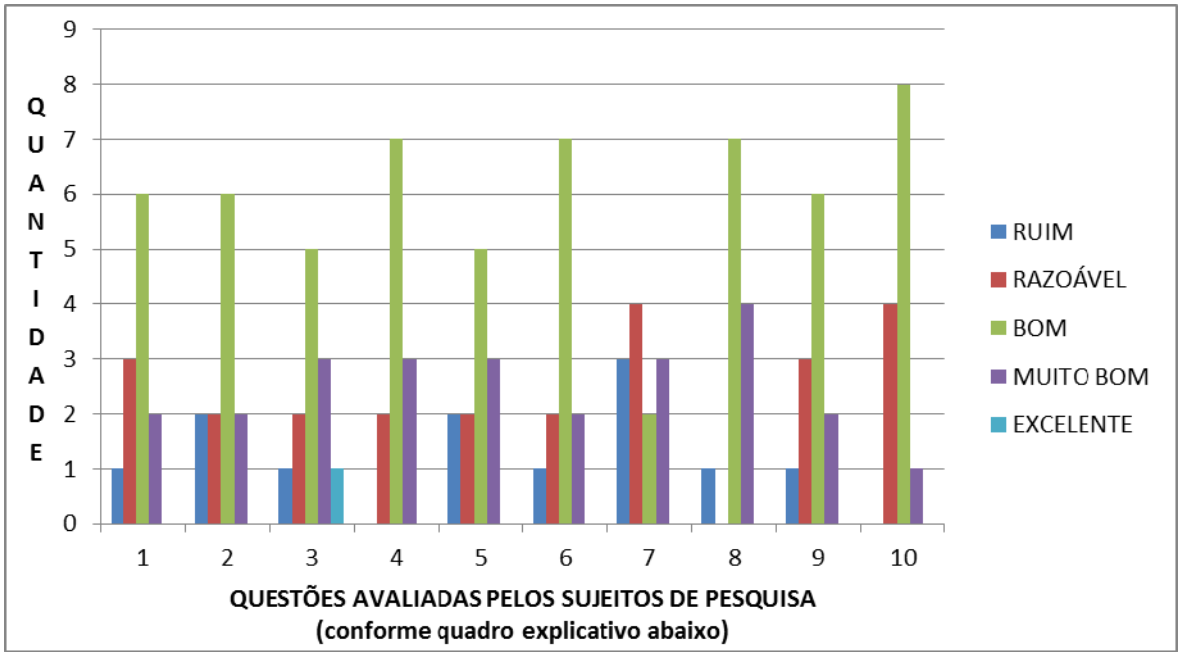
Disso posto, diante da realidade histórica da formação da sociedade civil carambeiense e considerando a correlação de forças estabelecidas, hodiernamente, no exercício democrático municipal em Carambeí reflete-se, a seguir, sobre suas particularidades. Para tanto, apresenta-se, inicialmente, um gráfico que dispõe sobre uma avaliação realizada pelas lideranças das organizações da sociedade civil local acerca da atual configuração do exercício democrático protagonizado pelas organizações que representam na relação com o poder público.

Tal como explicitados durante esta tese, o exercício democrático em Carambeí se constrói, cotidianamente, sob a égide de processos "conciliativos pelo alto". Tais processos, tal como no histórico das relações democráticas brasileiras, encontram-se vivos e operantes nas relações hegemônicas em Carambeí, Construídos no decorrer da gênese e formação da sociedade civil carambeiense, por entre os históricos processos revolucionários passivos determinam, hodiernamente, a "correlação de forças" que compõe as particularidades do Estado Ampliado no município. A partir desta aproximação, parte-se para as reflexões finais sobre elementos inscritos, cotidianamente, nos ensaios do exercício democrático na esfera municipal carambeiense, os quais compõem as perspectivas em debate, presentes no âmbito dos poderes públicos municipais no Brasil.

Apresenta-se a seguir 2 (dois) gráficos nos quais as lideranças das organizações da SCC, pesquisadas, realizam uma breve avaliação acerca do

exercício político das organizações representam na relação com o poder público municipal. Para tanto, foram realizadas 10 (dez) questões fechadas que versaram sobre temáticas importantes ao exercício democrático nas esferas municipais[310]: angariamento de recursos financeiros; conhecimento das demandas da comunidade local e construção de respostas conjuntas para os diferentes problemas locais; busca de parcerias para a realização de ações; acesso a informações e conhecimentos sobre as políticas públicas e demais questões referentes à administração pública municipal; planejamento, fiscalização, monitoramento e deliberação sobre as diferentes ações no âmbito das políticas públicas; busca de estratégias para a melhoria das relações entre as organizações da sociedade civil local e o PPM; controle e fiscalização do poder público municipal; capacidade de exigir a realização de ações voltadas às áreas de atuação de seu interesse, capacidade de influenciar nos rumos das políticas públicas no município e por fim capacidade de ampliar e aprimorar o debate democrático no município.

Gráfico 1 – Avaliação do exercício político democrático das organizações da SSC na relação com o PPM, na visão dos sujeitos pesquisados, por temáticas – Carambeí – Paraná – 2014.



[310] As respectivas questões sobre as temáticas acima elencadas dispunham de uma escala avaliativa com 5 (cinco) variáveis, em ordem crescente, das quais o entrevistado optaria por uma única resposta, conforme as variáveis a seguir: ruim, razoável, bom, muito bom ou excelente, sendo livre a manifestação para fins de justificar as respostas, a opção realizada.

N.	QUESTÕES AVALIADAS
1	**Se OSC**: Angariar recursos financeiros para a organização da sociedade civil **Se PPM:** Angariar mais investimentos para o município.
2	Conhecer as demandas da comunidade local e construir respostas conjuntas para os diferentes problemas locais;
3	Buscar parcerias para a execução de ações e serviços;
4	**Se OSC**: Acessar informações e ou conhecimentos sobre as diferentes políticas públicas e demais questões referentes à administração pública municipal; **Se PPM**: Conhecer a realidade e o trabalho das organizações da sociedade civil;
5	Planejar, fiscalizar, monitorar e deliberar sobre programas, projetos, serviços e ações das diferentes políticas públicas no município, em conjunto
6	Buscar estratégias de melhoria da relação entre organizações da sociedade civil e poder público municipal;
7	**Se OSC:** Controlar e fiscalizar o poder público municipal **Se PPM:** Controlar e fiscalizar as organizações da sociedade civil
8	**Se OSC:** Exigir do poder público municipal a efetivação de ações voltadas à área de atuação da OSC que representa. **Se PPM:** Exigir das organizações da sociedade civil que realizem suas ações pautadas nos parâmetros legais exigidos pelas legislações correlatas à cada área.
9	Influenciar nos rumos das políticas públicas no município;
10	Ampliar e aprimorar o debate democrático no município;

FONTE: Dados das entrevistas (2014).
ORG: a autora.

Avaliando-se os resultados do gráfico anterior, considerando-se as temáticas, referentes ao exercício político democrático em Carambeí e fazendo uma comparação ao gráfico 2, optou-se por enfatizar as análises nas temáticas melhor e pior avaliadas, afim de possibilitar uma reflexão sobre as principais conquistas e as principais dificuldades encontradas pelas lideranças da sociedade civil carambeiense na dinâmica do exercício democrático na esfera municipal, sem no entanto deixar de apresentar os elementos significativos das demais temáticas os quais mereçam destaque no conjunto de suas particularidades. A análise dos resultados será realizada em diálogo com os depoimentos das lideranças a eles associados.

Doravante, verificou-se que as 3 (três) temáticas melhor avaliadas foram as seguintes. Em primeiro lugar na avaliação se configurou a capacidade de exigir do poder público municipal a efetivação de ações voltadas à respectiva área de atuação das organizações; em segundo lugar com melhor avaliação evidenciou-se o acesso a informações e ou conhecimento sobre as diferentes políticas públicas e ainda sobre o trabalho das organizações da sociedade civil local e em terceiro lugar a busca de estratégicas de melhoria da relação entre as organizações da sociedade civil e o poder público municipal.

Quanto à capacidade de exigir do poder público municipal a efetivação de ações voltadas à respectiva área de atuação das organizações, conforme se verifica

nos depoimentos abaixo, nota-se que foram identificados três elementos importantes ao exercício democrático.

*"**O que a gente exige, por exemplo, se vem um recurso do FUNDEB específico pra educação especial, então que esse recurso venha pra nós.** Então, isso eu acho que assim, é bom, a gente exige veio pra... **quando eu fazia parte do conselho de assistência social... veio recurso pra implantar o CRAS, então vamos implantar o CRAS.** Então isso pode ser considerado bom. **Veio um recurso de uma emenda parlamentar que o deputado destinou pra APAE, mas como é via assistência social e a entidade não é mais considerada de assistência social**. Então, não foi possível fazer o projeto pra nossa entidade, mas a gente então colocou. **Tá, o recurso veio destinado pra nossa entidade. Já que não dá então faça um trabalho pro município, mas que seja executado um projeto naquela área."*** (APAE).

***"Eu acho que o parque é bastante respeitado. Quando nós chegamos e criamos, temos uma certa capacidade de convencimento.** A gente esbarra no aspecto econômico. Tudo gira em torno."* (APHC).

"Eu acho muito bom. Hoje eu poderia falar muito bom. Por que estou vendo que o pessoal também, por que eu sozinho não vou conseguir fazer nada. Eu estou vendo que o pessoal está vindo com a mesma linha de pensamento.** Tanto que está só aumentando o número de manifestantes. Se a administração não dá a resposta, eles estão cobrando. Então, a gente está todos juntos. A gente está se unindo. Então tem a dos professores agora. **Eu tenho 60 professores filiados, mas tenho 35 que estão filiados numa outra entidade e eles mesmos procuraram a gente pra fazer essa união e a gente aceitou como eu respondi até na imprensa, com muito carinho, isso fortalece a classe. Isso fortalece a classe." (SINDISERVI).

O primeiro diz respeito ao reconhecimento da *capacidade de direcionamento dos recursos públicos* através da participação nos conselhos gestores de políticas públicas; o segundo refere-se à *capacidade de convencimento da organização junto ao poder público,* e o terceiro menciona *a capacidade de pressão dos grupos organizados*. Cabe aqui destacar tais elementos por considerá-los, no conjunto do exercício democrático, como importantes para a definição dos rumos da política democrática no município. Há que se ressaltar que é preciso, além da capacidade de ação, o planejamento e a execução da ação política, segundo estratégias de articulação entre os diferentes segmentos organizados da sociedade civil.

Conforme afirma Gramsci (2012), em face da lógica de ampliação do Estado, tal como ocorrido no ocidente, a luta política deve assumir a dimensão de uma "guerra de posição", na qual a definição de "alavancas de comando" são importantes elementos estratégicos para se galgar novos patamares em face da correlação de forças em presença, estabelecida no Estado. O elemento organizativo é de suma importância para pensar a direção do Estado, seja no exercício da hegemonia, seja no sentido da defesa de uma ordem contra hegemônica. Identifica-se tal questão na realidade do exercício democrático de Carambeí, no depoimento da liderança do

SINDISERV quando este aponta "*Eu estou vendo que o pessoal está vindo com a mesma linha de pensamento."* Doravante, à definição de linhas de pensamento é tão importante quanto a definição de linhas de ação na luta política, seja pela via do convencimento, no caso da definição de uma linha de ação democrática "deliberativa"[311], conforme os exposto pela liderança da APHC, seja pela via da pressão de grupos, assumindo uma linha mais combativa "radical", como aventado pela liderança do SINDISERV. Ambas as estratégias são parte do ideário democrático "universal", ocupando lugares importantes no movimento histórico das lutas democráticas. Nestas, travam-se as lutas pelo exercício da hegemonia nas relações entre governantes e governados, seja na direção da afirmação da democracia liberal, seja na direção da afirmação da democracia de massas.

O acesso a informações e ou conhecimento sobre as diferentes políticas públicas e ainda sobre o trabalho das organizações da sociedade civil local foi uma das 3 (três) questões melhor avaliadas pelas lideranças da sociedade civil carambeiense ao refletir sobre o exercício democrático municipal. Sobre esta questão, cabe mencionar como um dos elementos de destaque nos depoimentos *a importância da obrigatoriedade da publicização das ações do Estado.* Cabe ressaltar que a prefeitura municipal de Carambeí possui um portal da transparência[312], vinculado ao seu sítio eletrônico, no qual divulga todos os atos fiscais do município. De acordo com as lideranças entrevistadas, comparecem como meios de acesso às informações públicas municipais, além da divulgação via internet, a divulgação através dos conselhos gestores de políticas públicas, no diário oficial e ainda mediante contato direto com secretários municipais e ou diretamente na prefeitura, tal como apontado abaixo nos depoimentos.

"Por que assim, a gente sempre está nas resoluções dos próprios conselhos. *Então, a gente sabe o que está acontecendo, o que pode acontecer, o que não pode acontecer****. Então, eu acho que é sempre muito bom a gente sempre estar antenado com tudo. Estar ligado com tudo, como as resoluções, com as leis, com o quê que pode, com o que que não pode."*** (APAE).

"A capacidade do GADAC de acessar esse tipo de politicas públicas é através dos conselhos. *Pessoas que nós tínhamos inseridos dentro dos conselhos que nós não tínhamos um conselho*

[311] "Sem abrir mão dos procedimentos próprios da organização de poder dessas sociedades – regra da maioria, eleições periódicas e divisão dos poderes – a teoria democrática deliberativa afirma que o processo de decisão do governo tem de ser sustentado por meio da deliberação dos indivíduos racionais por meio de fóruns amplos de debate e negociação. Essa deliberação não resulta de um processo agregativo das preferências fixas e individuais, mas de um processo de comunicação em espaços públicos, que antecede e auxilia a própria formação da vontade dos cidadãos." (FARIA, 2000, p. 47, 48).

[312] Endereço eletrônico do respectivo portal: http://200.102.9.164:7474/esportal/esportalprincipal.index.logic.

dentro do município que nós não tivéssemos alguém participando como membro. ***Por que isso é a melhor coisa tem pra captar falhas e as necessidades."*** (GADAC).

"A gente tem diário oficial no município, então tudo, tanto quanto às ***agendas públicas, pregões,*** *assim, a gente pode encontrar* ***no site, diretamente na prefeitura*** *e também por ser membro do* ***conselho,*** *de novo, a gente tem o acesso."* (AASEC).

"Isso ai, nós não temos o que se queixar. ***Todas as vezes que nós procuramos nós conseguimos****."* (SOSCAR).

Quanto à questão do acesso da sociedade civil às informações referentes às ações do Estado, cabe ressaltá-la como uma importante conquista da democracia brasileira. Apesar de ainda o país, em termos históricos, estar ensaiando os primeiros passos democráticos, a inclusão da publicidade no conjunto dos princípios da administração pública foi de fundamental importância para o fortalecimento do exercício do controle social democrático, ainda que Cruz *et al* (2012) faça uma ressalva alertando que

> [...] uma gestão pública transparente vai além da divulgação dos instrumentos de transparência fiscal, mas estende-se à concretização do conceito de *accountability*, quando possibilita que os cidadãos acompanhem e participem efetivamente dos atos da administração pública que causam impactos em toda a sociedade. (CRUZ *et al*, 2012, p. 159).

Apesar da ressalva realizada pelos autores acima, a qual se considera pertinente, destaca-se que a obrigatoriedade da implementação dos portais eletrônicos para a divulgação das contas públicas tornou o controle fiscal das ações dos poderes públicos, mais facilitado à sociedade, o que no conjunto do exercício democrático não pode deixar de ser valorizado, no sentido da contribuição que oferece ao conjunto de práticas de controle social das contas públicas.

No que se refere à busca de estratégicas de melhoria da relação entre as organizações da sociedade civil e o poder público municipal, sendo esta temática a terceira melhor avaliada entre aquelas que obtiveram melhor avaliação, no conjunto dos depoimentos sobre esta questão, verifica-se alguns pontos importantes para a reflexão do conjunto do exercício democrático municipal. No depoimento da liderança da APAE comparece a valorização desta questão como uma *prática da respectiva organização*, tal como se verifica a seguir: *"Por que a* ***gente sempre teve isso****, então é considerado muito bom."* (APAE). (negrito nosso). A seguir, evidenciam-se demais elementos.

"Hoje a gente pode dizer que está bom, mas sempre tem que estar cobrando*. Você às vezes vai protocolar. Então, protocole um ofício! Você protocola o ofício e não tem aquela resposta imediata, esperada da gente.* ***Então, a gente volta, protocola novamente. Até que chega ao ponto que eles vão dando uma resposta."*** (SINDISERV).

"Eu acho que a gente sempre está tentando, enquanto Rotary está muito bom, mas a gente não tem retorno." (ROTARY).

"A gente tinha que ser melhor. [...] ***faltou articulação."*** (PSDB).

"Em relação à disponibilidade pra fazer isso, ***não tem aceitação."*** (SINTRACOOSUL).

No depoimento da liderança do SINDISERV constata-se *a importância da persistência das organizações da sociedade civil ao protagonizar ações no sentido da melhoria das relações, em face de ocasiões do silenciamento do poder público às suas proposições.* Tal questão vai ao encontro da demanda apresentada pela liderança do ROTARY e do SINTRACOOSUL que conforme o exposto no primeiro caso, a liderança afirma tentar melhorar as relações, mas não obtém retorno por parte do poder público municipal e no segundo, a liderança demonstra compreender a necessidade, porém reconhece não haver aceitação por parte do poder público.

Complementando seu depoimento, a liderança *do SINTRACOOSUL* reporta-se à condição de distanciamento entre a respectiva organização sindical e o poder público, afirmando sobre a inexistência da relação entre as respectivas instâncias.

"Não. Nunca. Desde 1996 que existe, (o sindicato) da emancipação até hoje. Nunca. Que eu tenha sabido, nunca. Eu estou desde 1997 no sindicato." (SINTRACOOSUL).

Esta condição de distanciamento entre o PPM e o SINTRACOOSUL é confirmada pela liderança do DEM que atualmente ocupa o bloco de poder no executivo municipal, tal como pode se verificar no depoimento abaixo.

"Eles têm a luta deles, não se mistura muito com o poder público*, muito embora, nessa eleição eles elegeram um vereador do SINTAC, pela primeira vez,* ***mas fica mais na esfera empresa-sindicato, não envolve muito o poder público."*** (DEM).

Tais depoimentos, tanto do SINTRACOOSUL como do DEM, corroboram com o contido no depoimento da liderança do PSDB que avaliando seu governo afirma ter faltado articulação entre o poder público municipal e a sociedade civil local. Disso posto, encontra-se aqui um aprendizado, de que a demanda por uma maior articulação entre o PPM e a SCC constitui-se, reciprocamente, reconhecida

entre as lideranças locais, ainda que tenham avaliado, no conjunto, de forma positiva esta questão.

Dentre as temáticas que obtiveram pior avaliação entre as lideranças entrevistadas destacam-se as 3 (três) seguintes, ainda que no conjunto praticamente nenhuma delas foram avaliadas negativamente: em primeiro lugar entre as três questões evidenciou-se a dificuldade para o exercício do controle e da fiscalização das relações entre a SCC e o PPM. Empatadas como segunda pior avaliação destacam-se as questões de angariamento de recursos financeiros para as organizações da sociedade civil e para o poder público municipal e a capacidade das organizações de influenciar nos rumos das políticas públicas no município.

Quanto ao controle e a fiscalização das ações resultantes da dinâmica das relações entre a SCC e o PPM, destacam-se os seguintes depoimentos:

"Bom nós nunca entramos nisso aqui. Alguma coisa nós ficamos sabendo através de um secretário. Uma pessoa ligada ao município, mas nós não. A capacidade existe, agora nós nunca exercitamos. Eu acho que não está bom não, poderia ser feito mais, acompanhar mais de perto. *Por que hoje se o prefeito vai e não tem condições. Se você vai, você está junto, você tem condições. Poderia colocar que está ruim por que poderia melhorar isso aí."* (APHC).

***"Por que a gente está afastado de muitas coisas**, a gente nem está sabendo o que que está ocorrendo."* (GADAC).

"É só quem participa dos conselhos pra estar por dentro mesmo. *Por que quem não participa, se um dos nossos não participa das reuniões dos conselhos nós ficamos por fora.* ***Por que é só quem está lá pra ficar por dentro.*** *A gente vê no jornal, mas..."* (SOSCAR).

Contrariando a tendência apresentada pela maioria das lideranças, abaixo segue o depoimento da liderança da CPTK e do PTB, as quais consideraram muito bom o exercício do controle e a fiscalização, nos caso de tais organizações.

"Inclusive na época eu fui secretário de finanças 2003 e 2004 e eu lembro que a gente tinha que fazer aquele repasse pra entidades e daí tinha que fazer aquelas prestações de contas. *Que era um chute aquilo lá. Apesar que, lógico,* ***o tribunal de contas exigia muito. Então tinha que ter um cuidado redobrado com essas prestações de contas com essas entidades. Então, na época era umas quinze entidades que nós fazíamos o repasse e mensalmente nós tínhamos que fazer essa prestação de contas**. **Então, nós tínhamos que cobrar mesmo, mas centavo por centavo.*** *Então, era muito bem cobrada essa parte do repasse desses recursos."* (CPTK).

No caso do PTB, evidencia-se o controle exercido pelo poder público das organizações da sociedade civil, prestadoras de serviços no município. Chama a atenção no depoimento desta liderança, o destaque feito ao controle e a fiscalização exercida pelo tribunal de contas, a partir do qual o controle e a fiscalização dos recursos públicos devem ocorrer com exatidão financeira. Assim, requisita-se tanto

ao poder público, como às organizações da sociedade civil o compromisso com a destinação adequada dos recursos públicos. Por outro lado, no depoimento da liderança da CPTK há destaque para o exercício do controle social exercido pela sociedade em relação ao Estado.

***"Ah! Nisso nós somos muito bons. Não chega a ser excelente por causa daquilo que eu te falei que ninguém consegue se manifestar totalmente**, mas nós somos muito bons."* (CTPK).

É importante ressaltar a importância do controle das ações do Estado, tanto por parte dos órgãos de controle interno, como por parte da sociedade civil, no caso do controle social. Estes são instrumentos fundamentais para o aprimoramento do exercício democrático. Do ponto de vista do controle interno, conforme se verificou no depoimento do PTB, o Tribunal de Contas comparece como um órgão importante no controle e fiscalização do uso dos recursos públicos. Refletindo sobre a perspectiva da interação entre o controle social e o controle interno Pascoal e Farias (2009, p. 159) apontam que

> [...] a Constituição Federal prevê um canal de comunicação direto entre a sociedade e os tribunais de contas (arts. 74, § 2º, e 75), facultando àquela denunciar a ocorrência de irregularidades e ilegalidades na gestão pública. Adicionalmente, embora diga respeito ao âmbito municipal, nossa Carta (art. 31, § 3º) abre espaço para a sociedade ter acesso às contas anuais dos gestores, um dos objetos essenciais para o exercício do controle externo, o que possibilita um diálogo mais efetivo com os tribunais de contas. (PASCOAL E FARIAS, 2009, p. 159).

Considera-se, neste sentido, que tanto o controle interno por parte dos órgãos do próprio Estado, como o controle social realizado pela sociedade civil, ambos fortalecem o exercício democrático, sobretudo, quando operam um em articulação ao outro. Destaca-se o disposto por Dagnino (2002) ao alertar que os conselhos acabam por atuar como "ilhas" isoladas do conjunto da institucionalidade pública burguesa.

Disso posto, ainda que os conselhos ocupem um lugar importante no exercício democrático, apenas a sua atuação, sem uma maior articulação com demais instâncias da sociedade civil e do próprio Estado não há como realizar um controle social efetivo das ações do Estado. Tal questão é de extrema importância para o aprimoramento do exercício democrático, haja vista constada dificuldade em realiza-lo, como se evidenciou na visão da maioria das lideranças, ao avaliar esta temática no município de Carambeí. Constata-se que embora desde a Constituição

Federal, o controle social esteja previsto na norma jurídica, conforme se verifica em Pascoal e Farias (2009), é facultado à sociedade o direito de evocar tal prescrição para a efetivação do exercício do controle e da fiscalização dos órgãos públicos. Neste caso, se verifica que a dificuldade não é de ordem jurídica, nem de ausência de transparência nas contas públicas, considerando-se a obrigação do poder público em publicar suas contas nos diários oficiais e ou ainda portais da transparência. Confirma-se tratar-se de uma questão cultural que impõe o necessário aprimoramento do exercício da participação política.

No que tange angariamento de recursos financeiros para as organizações e para o poder público municipal, este tema foi considerado, no geral, entre aqueles de pior avaliação. Entretanto, destaca-se entre as organizações que consideraram muito bom o exercício político frente ao presente tema, a APAE. Segundo dados do portal da transparência municipal (2014), a APAE de Carambeí é atualmente a organização da sociedade civil carambeiense, prestadora de serviços ao município, que recebe o maior volume de recursos públicos municipais, entre rubricas orçamentárias da política de educação, além de manter convênio com o poder público estadual, na área da educação e saúde.

Do outro lado, com índice avaliativo inferior a todas as demais se encontra o GADAC. Ressalta-se que esta organização, com as adequações propostas pela resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social, deixou de receber recursos públicos municipais por não se enquadrar na nova tipificação das organizações prestadoras de serviços na área da assistência social. Tal realidade, segundo a respectiva liderança, impactou no conjunto dos serviços prestados pela organização junto da população loca. *“É por que se tivesse recurso, a gente prestaria mais serviço.”* (GADAC).

Dentre as que consideram bom tal questão, situam-se a CPTK e a AASEC, organizações que são beneficiadas, atualmente, com recursos públicos municipais da área da assistência social, tendo elas passado pelas adequações necessárias em 2009, para continuar usufruindo dos respectivos recursos, conforme dados coletados junto à gestora técnica da secretaria municipal de assistência social de Carambeí. A APHC, conforme visto anteriormente também recebe recursos públicos municipais, segundo consta na previsão orçamentária municipal e ainda recebe incentivos fiscais de terceiros, conforme autorização emitida pelo ministério da Cultura, estando

de acordo com os requisitos da Lei Rouanet. (BRASIL, Presidência da República, Imprensa Oficial, Portaria 01/2013).

Entre os partidos que ocuparam o governo municipal durante as gestões que sucederam a sua emancipação, verifica-se que a centralização dos recursos no governo federal e estadual é o que se destaca na análise partidária acerca desta questão que impacta no exercício democrático no âmbito dos poderes públicos municipais. Esta questão encontra maior expressão no depoimento da liderança do PSDB que situa o respectivo partido como razoável na questão da angariação de recursos para investimentos no município, conforme se observa abaixo.

"Municipalização. Desde a arrecadação. Vamos citar Carambeí. Uma arrecadação excelente. Então tem lá: 10 milhões. Vai tudo pra Brasília. Então parece um caminhão que vem com a caçamba furada, vem derrubando e chega. *Então não chega 25% do que nós produzimos aqui em Carambeí. Então, fica pedindo favor: Emendas.* ***Tinha que ser ao contrário, nós tinha que ter mais autonomia e tínhamos que ser monitorados.*** *Minha proposta é o seguinte:* ***Arrecada 10 milhões, manda 2,5 milhões pra lá e 5 fica aqui e eles tem que fazer oque ficar nos orientando, nos monitorando e por último nos fiscalizando e punindo. E nós apresentar o que nós queremos. Nós queremos crescer o município."*** (PSDB).

Apesar de considerar boa a situação do respectivo partido nesta temática, a liderança do DEM também faz esta observação acerca da centralização de recursos nas instâncias federativas superiores, destacando a insuficiências dos recursos municipais para o provimento das demandas do município.

"A distribuição dos recursos ela é ultrajante. O município hoje é um elo da corrente, o mais sacrificado. O município, o governo federal e o estadual, mas mais o municipal, do que o estadual, foram passando cada vez mais atribuições para o governo municipal e tirando a responsabilidade dos seus ombros e repassando pro município, mas não repassaram, na proporção adequada, os recursos. *Hoje, até nós estávamos brincando, o nosso prefeito aqui é presidente da associação dos municípios dos Campos Gerais. Nós estávamos brincando que daqui a alguns anos, nós vamos ter que pegar a laço o prefeito, por que vai ser um cargo tão pesado ser prefeito, por que você é obrigado a dar saúde; você é obrigado a dar educação, você é obrigado a suprir as vagas de creche.* ***O governo federal ele te constrói a creche, ele te constrói o posto de saúde e é o que está acontecendo aqui. Quer dizer, só! Daí você compra o equipamento, você contrata os médicos e daí o que acontece. Eles impuseram um limite de gastos. Então, eles impuseram as coisas, quer dizer eles vão empurrando goela a abaixo."*** (DEM).

Os depoimentos das respectivas lideranças, do DEM e do PSDB, são emblemáticos nesta temática da centralização de recursos nas esferas federal e estudais. Tal temática remonta a discussão proposta por Arretche (2000) ao analisar os determinantes da descentralização das políticas sociais no âmbito do Estado federativo. Em sua análise, a autora aponta que desde a década de 1990, vem sendo operada no Brasil uma transformação institucional na forma de operar o Sistema Brasileiro de Proteção Social, no qual cada vez mais os municípios arcam

com parcelas maiores de responsabilidades, ao passo que o repasse dos recursos públicos não está sendo transferido em proporção adequada às respectivas obrigações transferidas às municipalidades.

O respectivo processo não esgota nos limites da institucionalidade do Estado, ao passo que acaba por rebater na realidade das relações dos poderes públicos municipais com as organizações da sociedade civil, pois uma vez solapados com o montante de obrigações prestacionais a ele imputados pelos governos federal e estadual, repassa-os, em boa parte, para as organizações da sociedade civil, motivados pelo baixo custo com que tais prestam serviços ao Estado, na área das políticas sociais, corroborando neste sentido com a discussão realizada por Montaño (2010), sobre a questão social e o terceiro setor no Brasil, na qual o autor evidencia a crescente desresponsabilização do Estado em face das expressões da questão social.

Quanto à capacidade das organizações de influenciar nos rumos das políticas públicas no município, conforme os depoimentos das lideranças entrevistadas verifica-se que esta é uma temática na qual a maioria considerou ruim e ou razoável indicando dificuldade no exercício político. Desta realidade dispõe-se que o problema está relacionado ao exercício da hegemonia no município.

Dos depoimentos das lideranças entrevistadas, destaca-se o da liderança da APHC, tal como explicitado anteriormente, o reconhecimento desta liderança acerca da capacidade de direção que possui a organização que representa no município. O faz, ponderando, que considera ruim a capacidade da APHC de influenciar nos rumos do município, atualmente, confirmando que tal condição se justifica pelo não exercício político da respectiva organização. Conquanto, indica que considera viável definir a direção dos rumos das políticas públicas no município, caso a respectiva organização se envolva mais, citando diferentes áreas da política cultural.

"Hoje está ruim. A gente não exercitou também. ***Não procurou influenciar, mas poderia ser uma questão, por que quanto mais o Parque se envolve no Turismo, na Cultura, da Gastronomia, nos eventos que acontecem aqui, nós poderíamos exercitar melhor isso aqui****."* (APHC).

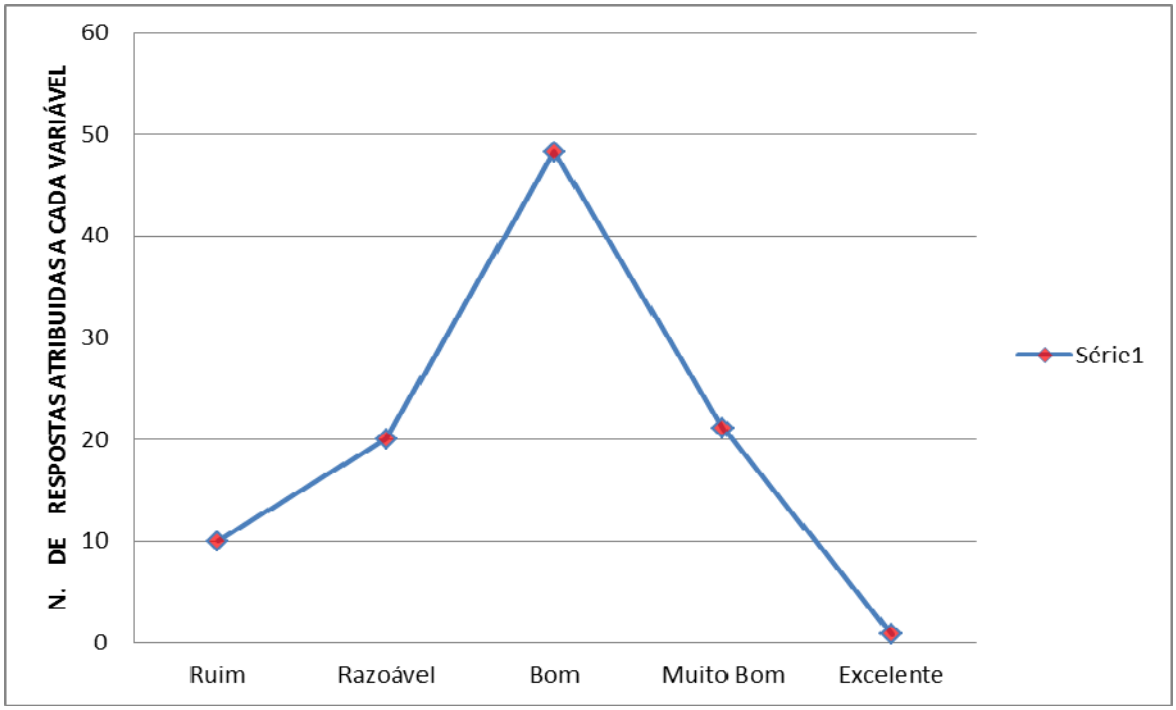
Em uma das reflexões realizadas anteriormente nesta tese destacou-se a capacidade de direção política da APHC para o município de Carambeí, tendo em vista o potencial poder de hegemonia cultural que possui, tema este trabalhado por Gramsci (2012) ao retratar o poder atribuído aos partidos.

Diante do exposto considera-se que embora haja participação por parte das lideranças da sociedade civil na relação com o poder público em Carambeí e que nesta participação, majoritariamente, avaliem como positivo para o exercício democrático, um conjunto de questões[313], verifica-se que tais fatores não são suficientes para o aprimoramento do exercício democrático. Destaca-se que existem dificuldades a serem superadas em relação ao controle e a fiscalização das ações do poder público e das organizações da sociedade civil, ao acesso aos recursos públicos para a devida realização das respectivas ações e ainda à definição dos rumos destas mesmas ações. Disso posto, constata-se que há dificuldade entre as lideranças entrevistadas em definir a direção política das ações do Estado no município. Evidencia-se, assim, no exercício democrático de Carambeí, o que na interpretação gramsciana se configura como um problema de hegemonia. Aos moldes de Gruppi (1978), confirma-se que a hegemonia diz respeito à direção da sociedade, considerando-se um determinado contexto ou período histórico.

Diante de tais resultados, pode-se dizer que embora ávidos a participar das relações democráticas no município, ainda que disponham dos instrumentos legais e do acesso às informações e conhecimentos sobre o exercício democrático, há um gargalo no âmago das relações democráticas no município, o qual reside entre a previsão e a capacidade de agir politicamente e a efetividade da ação política propriamente dita, uma vez que os resultados evidenciam dificuldades na definição dos rumos das políticas públicas no município. Obviamente que a definição do uso dos recursos públicos e o controle e fiscalização das ações são questões que interferem decisivamente na definição de rumos das políticas públicas no município e sendo eles mal avaliados também, verifica-se que a dificuldade de agir na direção da ação política, deriva, entre outros fatores, da ineficácia do agir político estratégico. No gráfico a seguir verifica-se que no conjunto da avaliação realizada pelas lideranças entrevistadas, o panorama geral apresentado sobre o exercício democrático no município foi considerado mediano.

[313] Temas com avaliação positiva por parte das lideranças da sociedade civil carambeiense: capacidade de exigir a realização de ações voltadas às suas respectivas áreas de atuação; acesso a informações e conhecimentos relacionados às diferentes políticas públicas, demais questões referentes à administração pública municipal e ainda sobre o trabalho das organizações da sociedade civil local e busca por melhoria das relações entre a sociedade civil e o poder público municipal.

Gráfico 2 – Avaliação panorâmica do exercício político democrático municipal, na Visão das Lideranças Pesquisadas – Carambeí – Paraná – 2014.



FONTE: Dados das entrevistas (2014).
ORG: a autora.

Ao analisar os dados do gráfico, anteriormente, acerca do panorama geral avaliativo do exercício político democrático realizado pelas lideranças das organizações da sociedade civil carambeiense, constatou-se que do conjunto das respostas apenas 0,8% consideraram excelente o exercício político entre algumas das temáticas avaliadas; 21% das lideranças consideraram o exercício político muito bom; 48,3% avaliaram como bom e os demais 30% consideraram o exercício político entre razoável e ruim, sendo 20% razoável e 10% ruim. Dos resultados alcançados, pode-se constatar que há um equilíbrio entre as variáveis consideras medianas para melhor ou para pior (razoável, bom e muito bom), totalizando entre elas 89,3% das opções de respostas, das quais 48,3% situaram-se ao centro, ou seja, quase atingindo 50% do conjunto das respostas.

Diante do exposto, constata-se que a avaliação realizada pelas lideranças pesquisadas não apontou uma tendência nem para uma avaliação mais negativa do exercício político, nem para uma avaliação mais positiva do respectivo exercício, o que evidencia no resultado da avaliação a confirmação do *modus operandi* "conciliativo pelo alto" (COUTINHO, 2012) com que, efetivamente, o exercício democrático em Carambeí tem sido ensaiado no âmbito das relações entre a

sociedade civil e o poder público municipal. Verifica-se que o equilíbrio de forças pelo alto, identificado anteriormente, resulta ser também o modo como as lideranças avaliam a participação das organizações que representam no exercício democrático no município.

Destaca-se que a conciliação pelo alto é um modo de agir político que favorece o equilíbrio das forças em presença, favorecendo a manutenção da ordem democrática liberal, em seu conjunto. Disso posto, faz-se aqui importante indagar sobre o fato de que apesar de avaliada em quase 50%, como bom o exercício democrático em Carambeí, encontrara-se em meio aos depoimentos das lideranças pesquisadas questões que revelam, em boa parte, a necessidade seu aprimoramento, em especial, no sentido progressivo do termo, ou seja, em sua radicalidade.

Faz-se aqui importante retomar a reflexão com vistas a realizar uma síntese integrativa do presente item no qual se analisou as perspectivas democráticas das lideranças da sociedade civil carambeiense e ao mesmo tempo concluir o presente capítulo no qual se refletiu sobre a correlação de forças entre a sociedade civil carambeiense e o poder público municipal, no sentido de pensar os movimentos de cooptação e conquistas forjados, modernamente, em torno da democracia liberal.

Considera-se que em Carambeí, tal como no Brasil e em todo o ocidente, a democracia liberal-burguesa converteu-se no regime político, que consagrado no Estado Democrático de Direito, modernamente, favorece, de forma determinada no tempo e no espaço, o exercício da hegemonia por parte das classes dominantes. Por outro lado é ainda o único regime político que tornou possível o exercício político institucionalizado à classe ‘não proprietária’. A socialização do Estado não prescinde deste regime político na modernidade, quando pensada do ponto de vista da estratégia gramsciana da guerra de posição.

A partir dos pressupostos teórico-filosóficos norteadores da presente tese, ao analisar o contexto democrático brasileiro atual, particularizando-o à realidade das relações democráticas no município de Carambeí, a partir da visão das lideranças da sociedade civil carambeiense, pode-se concluir que o exercício democrático, tal como determinado historicamente no município, circunscreve-se, hodiernamente, nos limites da democracia liberal-burguesa. De um lado por que assim se concretiza por um ato racional esclarecido de parte de suas lideranças políticas; de outro por que ainda se constitui determinado por uma visão ‘fetichista’ do Estado ou ainda por

que, no caso da existência de lideranças contrárias ao modelo democrático liberal, estas não encontram na atual conjuntura do agir democrático, vazão para a afirmação de estratégias democráticas radicais.

Embora sob esta direção hegemônica tornou-se possível desvelar parte de suas contradições na atualidade, revelando movimentos não só de cooptação, como também movimentos de conquistas provenientes do protagonismo da sociedade civil local. No que se refere às conquistas relacionadas à defesa do direito e da cidadania, citadas por parte de algumas das lideranças entrevistas, tais conquistas ainda que de caráter cooperativo, mostram-se importantes no conjunto das relações democráticas locais, quando analisadas sob o crivo de perspectiva democrática radical, enquanto possibilidades reais num contexto de plena hegemonia liberal burguesa.

Ainda que sob a égide desse contexto hegemônico, ao se realizar o devido tensionamento de posições políticas determinadas, cuja *"paixão"* pela defesa da ordem liberal, queira prevalecer sobre a real *"virtude"* democrática, tem-se aqui a necessidade de fazer uma última observação, tomando por base a noção de *"virtude"* em Aristóteles (1991), para fins de contribuir com a reflexão daqueles cuja crença no "fetiche" acerca da democracia liberal-burguesa lhes impedem de desvelar as reais contradições do regime democrático em sua perspectiva liberal, bloqueando-os na adoção de práticas democráticas progressivas, no sentido "radical". Eis a última observação: Considera-se que o sentido real da defesa do sumo bem e da justiça, tal como afirmado por Aristóteles em *"A Ética ao Nicômaco"*, modernamente, prescinde da adoção de uma posição "*mediania*", por que, ao tomar como base o sentido atribuído ao ideal de bem e de justiça pelo filósofo grego, percebe-se que o Estado liberal-burguês ocorre como *exceção* à respectiva regra geral da defesa do bem comum - enquanto defesa do sumo bem e da justiça - para ocupar-se da defesa do interesse privado - da propriedade, dos bens e das coisas de uma parcela determinada da sociedade - em detrimento do real desenvolvimento de todos. Tem-se, portanto, que numa sociedade dividida em classes sociais, tal como o são as democracias capitalistas, o ideal do sumo bem e da justiça não encontra materialidade enquanto mediania, pois tal como se materializa no interior destas, não se trata de nada mais do que a universalização da particularidade burguesa. O ideal do sumo bem e da justiça numa perspectiva de universalidade real, não prescinde do movimento histórico em face da superação da sociedade de

classes, da superação da emancipação política e do alcance da emancipação humana. Em uma sociedade verdadeiramente livre, justa e boa para todos o ideal de sumo bem e de justiça se traduz no preconizado por Marx (2012, p. 31) ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’. Para tanto, conforme a premissa gramsciana ‘é preciso tomar partido’. Numa sociedade de classes, a luta pela radicalização da democracia e pelo livre desenvolvimento de todos impõe esta condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Das relações democráticas entre Estado e sociedade civil na modernidade à sua afirmação no Brasil: um campo de tensões!"

Ao perpassar pela totalidade do processo de elaboração da presente tese, a qual se centra na análise dos aspectos de afirmação da SCC em suas relações com o PPM em Carambeí/Pr, partindo especialmente da revisão de literatura realizada chegou-se à conclusão de que a representação da sociedade civil em face do Estado se construiu, modernamente, como um campo de tensões. Estas por sua vez, originadas dos antagonismos de classes inerentes à lógica de organização da sociedade aos moldes capitalistas. A luta de classes entre o capital e o trabalho urge, peremptoriamente, como o substrato histórico concreto para a análise das relações entre Estado e sociedade civil na modernidade.

A luta de classes se materializa na sociedade moderna mediada pela figura do Estado, quando vista do ponto de vista superestrutural. Em Gramsci (2012) estrutura e superestrutura convergem para a formação dos diferentes 'blocos históricos' onde a histórica luta de classes toma suas diferentes facetas. Conquanto, sem prescindir do princípio de unidade-distinção (BIANCHI, 2007), a estrutura e as superestruturas modernas se inter-relacionam a depender da correlação de forças estabelecidas pelos diferentes grupos sociais que, modernamente, se articulam na disputa pela hegemonia na sociedade.

No decorrer do percurso de sucessivas aproximações ao objeto de pesquisa, foram incorporados à sustentação desta tese, os fundamentos marxianos de crítica à obra hegeliana "Os princípios da Filosofia do Direito" e aqueles presentes na obra "Questão Judaica", "Ideologia Alemã" e demais fundamentos pertinentes à análise do objeto em estudo, elaborados pelo autor em suas diferentes obras, sobretudo, em "O capital".

Neste processo de apropriação dos fundamentos da crítica marxiana, se aprofundou o entendimento efetivo das contradições de dois dos aspectos de sustentação do Estado capitalista - a cidadania e a democracia.

Tal como fora exposto no decorrer do primeiro capítulo, as leituras referenciadas acima oportunizaram inicialmente à pesquisadora a compreensão acerca das limitações materiais da igualdade formal, como canal de afirmação dos

interesses dos grupos subalternos no Estado democrático brasileiro. Para tanto, houve a apropriação da lógica de estruturação do capitalismo e de sua íntima relação com a formação da hegemonia no Estado Moderno, o que faz dele, objetivamente, conforme Marx (2002) um “comitê executivo dos negócios da burguesia” (MARX, 2002), diferentemente, portanto, de uma esfera universalista tal como Hegel (1997) o concebia, enquanto princípio e fundamento da liberdade na ordem burguesa.

Verificou-se, portanto, no processo de apropriação da crítica marxiana que a perspectiva de universalização da cidadania não ultrapassa a lógica da universalização de uma condição metafórica e não real, que *per si*, não é universal, por que desta condição prescindem os burgueses para participarem do Estado. Apenas a classe não proprietária, ou seja, a classe não livre no capitalismo, é que dela necessita para participar das estruturas estatais.

Desse modo, enquanto o burguês é livre por que detém propriedade e se realiza no Estado, enquanto princípio e fundamento de sua liberdade de mercado, no capitalismo; o trabalhador dele não partilha, livremente. Neste modo de produção, o trabalhador só participa do Estado na condição de cidadão, por que na condição de homem real, continua explorado na estrutura produtiva. Doutro modo, o burguês participa do Estado, enquanto homem real, assim como o trabalhador alça esta condição apenas enquanto homem em sua idealidade – pela igualdade forjada em sua constituição formal. Assim, o trabalhador incorpora-se ao Estado Moderno, na condição de ‘sujeito de direitos’.

Na perspectiva radical de sociedade democrática, a participação não é reduzida a uma experiência condicionada à igualdade formal e ao ‘direito’ como mecanismos de sua afirmação na ordem burguesa. Conquanto, a participação envolve a reunião de homens reais iguais materialmente, e, portanto, concretamente livres em sua singularidade. Nesta perspectiva de democracia, os homens seriam livres e iguais, porque iguais seriam na sua condição de homens reais, e, portanto, verdadeiramente livres, porque seriam efetivamente iguais em sua finitude – de homem real.

Em meio aos imbróglios econômico-políticos pertinentes à análise do objeto de pesquisa, outro fundamento passou a ser incorporado à hipótese da tese. Sem negar a relevância da emancipação política, como importante passo na história da humanidade para o desenvolvimento da sociedade, começa-se, neste momento do

percurso da análise, se verificar que, embora, não se renegue as conquistas liberais burguesas para o avanço da história, não se pode entendê-las como condições necessárias à conquista da liberdade para a classe trabalhadora, conquanto encarar a emancipação política como uma conquista necessária e apriorística para o alcance de novos patamares de emancipação. Afinal, a emancipação política, foi considerada pelo próprio K. Marx, como um importante passo dado pela humanidade, nos limites da ordem do capital. Conquanto, não seria ela, passo suficiente para a materialização da liberdade, enquanto pressuposto concreto do real – uma vez que esta condição só será possível ao se atingir o que K. Marx (2002) denominou de emancipação humana – o que seria possível somente no comunismo.

A liberdade e a igualdade no capitalismo são interpretadas na ordem burguesa como pontos de partida do raciocínio formal e não como resultado concreto da realidade, assim como o é do ponto de vista democrático radical.

Assim, não podem ser tais princípios evocados como substratos concretos à superação do capitalismo, tomando por base a estrutura argumentativa liberal, mas sim, à luz dos pressupostos da crítica da economia política. Iluminados pela teoria crítica, liberdade e igualdade formal são importantes conquistas da humanidade, porém não resumem, nem sintetizam as conquistas da luta de classes na sociedade modernas. São elas fruto da luta de classes na ordem do capital, que elevadas às superestruturas traduzem os mesmos antagonismos presentes na relação estrutural, em unidade-distinção com estes, pois como tais não são meros reflexos da produção e reprodução das relações sociais, mas delas não se autonomizam, ao contrário convivem numa relação de contradição e complementariedade.

Conforme Engels e Kautsky (2012, p. 21), ao compreender a realidade da classe trabalhadora, ou seja, ‘enxergar a realidade das coisas’, é necessário abdicar das coloridas lentes jurídicas da burguesia e, ainda assim, em meio à luta, formular reivindicações jurídicas. Tais fundamentos foram calcados no disposto em Marx (2012). Para o autor, embora haja uma maior amplitude dos processos sociais em face dos processos políticos, estes processos não se tornam inócuos, por isso, diante do processo de luta da classe trabalhadora perante o Estado.

Com estes novos elementos teóricos, passou-se a compreender que a participação política no âmbito dos espaços institucionalizados da democracia, embora não sejam eles canais para o pleno exercício político da contra hegemonia, não podem eles ser negligenciados na dinâmica das resistências à ordem

econômico-política instituída. Esta constatação surge, portanto, como resultado da incorporação de novos marcos da teoria crítica de K. Marx; encontra subsídios na obra de F. Engels e de K. Kaustsky e nas elaborações teóricas de Antonio Gramsci.

Ao criticar o socialismo associado ao direito, Naves (2012), desmistifica uma ideia contida no socialismo jurídico que seria a de que poderia se alçar o socialismo através de uma transição controlada, forjada pela ampliação de direitos. Por outro lado, Naves (2012), afirmara que a classe operária, ao participar dos espaços de participação jurídico-formais deveria apresentar demandas jurídicas e *ao mesmo tempo* deveria recusar o campo jurídico. A crítica ao reformismo realizada, inicialmente por F. Engels e K. Kautski (2012) era realizada por Naves (2012) sem recair na negação da participação no campo jurídico. Assim, compreendeu-se que a participação da sociedade civil no âmbito dos espaços democráticos institucionalizados pode ser incorporada no conjunto de estratégias das classes subalternas, em face da lógica dominante impressa pela ordem do capital, pois as relações entre Estado e sociedade civil comportam contradições e complementaridades que não se resumem numa dimensão superestrutural, conquanto numa relação de unidade-distinção entre a estrutura e a superestrutura.

A respectiva tese considera como pressuposto teórico que em meios a tais relações de contradição e complementaridade existe um campo de tensões entre sociedade civil, participação e emancipação – o qual deve ser compreendido a guisa de suas possibilidades, em face do processo de ampliação do Estado, nas sociedades ocidentais, o que, no Brasil, viu-se materializado a partir do início do século XX.

O Estado Ampliado no Brasil nasce a partir da proclamação da república, com o surgimento da sociedade civil brasileira. Esta se separa do Estado, quando este rompe sua relação com a Igreja Católica, a qual desde a colônia era o principal aparelho ideológico do Estado. Com a respectiva separação, a igreja deixa de ser um aparelho ideológico do Estado para se constituir, aos moldes gramscianos, o primeiro aparelho privado de hegemonia do país. Estes aparelhos privados de hegemonia, conforme visto durante o capítulo II da pesquisa, passam a fazer parte cada vez mais da sociedade civil brasileira ao longo do século XX, na sua maioria, vinculados aos grupos dominantes. Na contramão de tais aparelhos vinculados às classes dominantes, são construídos historicamente aparelhos privados de

hegemonia articulados às lutas de resistência à hegemonia burguesa no país, os quais foram e ainda são importantes para o exercício da contra hegemonia no Brasil. Diante destas expressões, compreende-se que no Brasil formou-se durante o século XX o que Gramsci (2012) denominou de Estado Integral, o qual fora traduzido por Buci-Glucksmann (1980) como Estado Ampliado.

Para tanto, leva-se em conta os processos histórico-políticos acerca da ampliação do Estado e da socialização da política, em face do surgimento dos aparelhos privados de hegemonia, os quais, desenvolvendo-se na sociedade civil, tornam concretas as condições para a afirmação das potencialidades da perspectiva democrática nas sociedades ocidentais, tal como apresentam os elementos teórico-políticos, incorporados ao capítulo I, com base na perspectiva gramsciana.

Embrenhada em tais discussões e iniciada academicamente num campo de pesquisa que se preocupa em discutir numa perspectiva crítica as questões da sociedade civil, da participação democrática e do Estado brasileiro, tal como explicitado na introdução desta pesquisa, passou-se a problematizar os resultados alcançados em pesquisa anterior[314] a partir da qual se construiu a hipótese da presente pesquisa.

Doravante, para analisar o objeto da pesquisa, não foi suficiente entender apenas a dinâmica de sua participação formal; foi necessário ainda compreender, historicamente, a trajetória política da sociedade civil na sua relação com o Estado; compreender como se deu a organização da sociedade civil em sua conformação sócio-histórica no interior da ordem burguesa; analisar ainda nas relações nacionais, os seus particularismos e corporativismos como movimento de afirmação da burguesia no Brasil. Tal percurso foi realizado, a fim de se identificar os aspectos históricos que permitiram a compreensão acerca da inscrição e construção da hegemonia no âmbito do espaço local em Carambeí. Somente na dinâmica de tais elementos foi, portanto, possível analisar as trajetórias da SCC na sua relação com o PPM, em face da correlação de forças contemporâneas.

Ao refletir sobre os espaços democráticos institucionalizados no contexto democrático brasileiro, pós 1988, considerando-os como ponto de partida para a

[314] Monografia de Graduação em Serviço Social, intitulada “Assistência Social e Pobreza em Carambeí/Pr” e Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, intitulada “A configuração do Poder Local Institucionalizado em Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal”. A pesquisa e versou sobre a realidade da participação política da sociedade civil na sua relação com o PPM, em um município de pequeno porte, localizado interior do Estado do Paraná, donde surgiu a proposta de construção da presente tese.

análise das relações entre Estado e sociedade civil, questionou-se quais os grupos sociais, políticos e econômicos se afirmam politicamente no seu interior? Quais as possibilidades e limites do protagonismo da sociedade civil em uma democracia formal?

Tais indagações fizeram parte de um conjunto de inquietações em face de uma realidade histórica, tal como a brasileira, na qual as relações entre Estado e sociedade civil sobrevivem sobre a égide de uma democracia formal a pouco mais de duas décadas.

Verificou-se que tais relações democráticas se afirmaram e se afirmam ainda hoje no país com base numa relação política particularista e corporativista de grupos dominantes, em face da qual o Estado e a sociedade brasileira se formaram não como resultado frutífero de um processo de construção democrático universal, mas inscritos num processo que comporta movimentos de cooptação e conquista.

Identificou-se que a representação política da sociedade civil brasileira se concebeu, historicamente, no país, por entre as conjunturas democráticas e ou ditatoriais, enquanto resultado dos processos de revolução passiva experimentados pelo Brasil desde a colônia até a república. Estes processos históricos emergiram de forma recorrente, em meio à correlação de forças estabelecidas no país, como mecanismos de afirmação da classe dominante, em detrimento dos interesses das classes contra hegemônicas à ordem capitalista burguesa. Conquanto, incorporando parte das demandas ‘vindas de baixo’, uma vez que a sociedade brasileira não prescindiu de uma luta por direitos, sobretudo durante o século XX. (NOGUEIRA, 1998).

No contexto democrático brasileiro, formalmente constituído após a Constituição Federal de 1988, a afirmação dos interesses particularistas dos grupos dominantes embora não tenha extinguido na estrutura democrática estatal, passou a conviver institucionalmente com interesses divergentes, os quais adentram, cotidianamente, o Estado brasileiro, sobretudo, por meio dos novos espaços políticos democráticos conquistados.

A democracia participativa no Brasil nasceu com a Constituição Federal de 1988 e com ela foram se instituindo novas figuras jurídicas na institucionalidade democrática, dois obtém destaque os conselhos gestores de políticas públicas (espaços democráticos participativos formados por membros governamentais e da sociedade civil nas diferentes instâncias da federação).

Além dos conselhos, foram se instituindo outros espaços democráticos participativos, como conferências, audiências públicas, etc., em meio aos quais, desde os primeiros anos de suas formações (década de 90) até a contemporaneidade no Brasil, foram surgindo diversos questionamentos. Tais questionamentos quais vão desde a legitimidade, configuração e efetividade de tais espaços nas democracias liberais até questões sobre a relação destes com outras perspectivas democráticas, tais como aquelas interpretadas numa perspectiva crítica – democracia substancial, radical e ou de “massas”.

Sem dúvida, tais questões irão perpassar ainda muito tempo por temáticas imanentes à ciência política e ao imaginário coletivo brasileiro, senão continuar existindo, *ad eternun*, uma vez que, tal como materializada hodiernamente, a democracia é um regime político tanto defendido pelos estratos mais progressistas, os mais diversos; como pelos estratos mais tradicionais, associados a uma perspectiva liberal-burguesa.

A igualdade formal conquistada em 1988 pela sociedade civil brasileira em relação à sociedade política, materializada desde então no âmbito das instituições jurídico-formais de participação política no Brasil, se por um lado pode ser considerada uma conquista dos setores progressistas do país (que lutaram pela redemocratização), por outro são expressões da cooptação dos setores conservantistas da sociedade brasileira que mediante o processo de renovação democrática empreenderam estratégias de restauração da ordem burguesa, (sem prescindir da incorporação de parte das demandas vindas de baixo, as quais obtiveram condições históricas de fazer pressão na ordem ditatorial estabelecida).

Diante desta nova realidade política democráticas, constatou-se que embora os conselhos gestores de políticas públicas, tal como inscritos no Estado democrático brasileiro, situem-se historicamente como uma conquista da sociedade brasileira ao redemocratizar o país, não podem eles, per si serem tomados, imediatamente, como espaços de concretização do exercício político da contra hegemonia. Conquanto, articulados a outros espaços de luta tornam-se mecanismos importantes de fortalecimento da luta política em favor da democratização do Estado e da própria sociedade civil no Brasil, uma vez que são instituições democráticas resultantes de uma luta política árdua e decisiva para a socialização do Estado em favor da participação da sociedade civil na estrutura estatal.

Diante da nova estruturação democrática do Estado brasileiro, confirma-se que aos moldes “conciliativos pelo alto” tanto a burguesia como a classe militar, continuaram a operar o exercício da hegemonia na sociedade política, visto que a democracia organizada no país, não ultrapassou os limites de uma democracia formal de caráter liberal-burguês e se ergueu no Brasil, sob a égide de um processo restaurativo da ordem. Entretanto, os novos espaços institucionalizados de participação política organizados no interior do Estado, sejam eles representativos e ou participativos, não podem ser considerados apenas como espaços estratégicos para a legitimação das decisões tomadas pela sociedade política brasileira, mas sim como espaços de luta e resistência à ordem do capital, quando articulados a outros espaços de luta e resistência mais amplos. Cooptação e conquista resumem as contraditórias relações estabelecidas no interior dos espaços democráticos no contexto democrático brasileiro, pós 1988.

Tais espaços democráticos institucionalizados nascem do interior de uma política ditatorial, mediante as reivindicações oriundas das classes progressistas da sociedade civil brasileira as quais são incorporadas no Estado por meio de “conciliações feitas pelo alto”, as quais se reatualizam no Brasil, inscritas no âmbito das novas estruturas do Estado federativo brasileiro. Nesta, a estruturação formal de instituições democráticas representativas e participativas foi materializada nas suas diferentes instâncias federativas – federal, no distrito federal, estaduais, municipais.

Viu-se no decorrer da pesquisa que as questões federativas se põem no cenário nacional como uma determinação político-administrativa para a fragilização dos processos de participação política no interior do próprio Estado, sobretudo, em suas dinâmicas nos poderes públicos municipais. Sabe-se que no Brasil, após 1988, se descentralizaram aos estados e municípios as ações a serem executadas pelas diferentes políticas públicas. Conquanto, os recursos financeiros continuaram, ainda, centralizados no governo federal. A distribuição dos tributos aos estados e municípios e a descentralização do poder político não foram igualmente descentralizados, tal como ocorreram com as obrigações atribuídas aos demais entes da federação. (ARRETCHE, 2000).

A realidade acima apresentada fragilizou ainda mais a autonomia dos espaços democráticos institucionalizados nos municípios brasileiros - o que faz dos poderes públicos municipais no país, instâncias dependentes dos grupos hegemônicos, atrelados aos setores dominantes da economia, que como tais

tornam-se os agentes do desenvolvimento nos município brasileiros. Afirma-se, portanto, que nas realidades dos municípios brasileiros, encontra-se a vigência de uma lógica determinante para a construção da hegemonia – qual seja a prevalência da lógica da afirmação econômica na concretização das trajetórias da relação entre a sociedade civil e os poderes públicos, sobre as demais variáveis políticas inscritas nos espaços democráticos institucionalizados de participação, ainda que não se negligencie aqui a articulação existente entre a economia e a política nos processos de correlação de forças levados a cabo no Estado.

Conquanto, apesar desta lógica de construção da hegemonia nos municípios brasileiros, considera-se que a participação da sociedade civil no âmbito dos conselhos municipais gestores de políticas públicas e demais instâncias democráticas institucionalizadas constitui-se uma das estratégias a serem adotadas pelas classes subalternas na dinâmica das lutas políticas democráticas, em face da ordem liberal-burguesa, conquanto, jamais se possa restringir-se a elas. Tem-se esta consideração, uma vez que neles se fazem representar hegemonicamente, os interesses das classes dominantes (seja por que deles participam como representantes governamentais daqueles estratos já incorporadas na sociedade política; seja por que neles participam como representantes da sociedade civil, enquanto prepostos de aparelhos privados de hegemonia, vinculados a outros estratos dos grupos dominantes, que ora encontrem-se na correlação de forças superestruturais, contrários e ou distanciados daqueles que operam na sociedade política, seja, ainda por que atuam no reforço da perspectiva de dominação).

Entretanto, é importante ressaltar que as relações políticas no Brasil, historicamente, não são efetivadas somente na correlação de forças superestruturais que se desencadeiam entre os grupos dominantes, restando-se ainda constituírem-se pelas classes subalternas, em suas históricas lutas reivindicatórias de direitos junto do Estado brasileiro. Tais lutas, que se materializaram historicamente aos moldes de revoluções passivas, encontram no Estado o mediador de suas demandas, em face do desejo das classes subalternas verem suas reivindicações incorporadas nas relações sociais de produção e reprodução na ordem capitalista burguesa, numa perspectiva de ampliação da cidadania.

Nesse processo de luta política, o qual implica movimentos de cooptação e de conquistas, as classes subalternas brasileiras revelam manter em suas convicções históricas, tal como os elementos apresentados no decorrer do capítulo II, a defesa

da perspectiva de participação do Estado, a partir da apropriação da metáfora do ‘sujeitos de direitos’, o que considerando o percurso de luta e resistência experenciados desde os albores da modernidade até a contemporaneidade, resulta ser a emancipação política, conforme visto anteriormente, uma conquista histórica das classes subalternas em face da ordem do capital.

Assim, o poder econômico no Brasil se afirma sobre o debate democrático, por entre movimentos de cooptações e conquistas. Destes movimentos, não prescindem as relações democráticas institucionalizadas, materializadas por entre as trajetórias da sociedade civil em face dos poderes públicos tanto no âmbito dos espaços democráticos institucionalizados participativos como nos espaços democráticos representativos. Entretanto, outras determinações, para além das relações democráticas formais, imperam sobre a lógica de produção e reprodução das relações sociais no país, as quais, embora sejam estruturadas universalmente, pela lógica da universalização da particularidade burguesa, se particularizam por entres as diferentes realidades no âmbito de um só Estado, de uma só sociedade civil. Os marcos sócio-históricos de cada região do país revelam suas determinações, de modo a proporcionar movimentos de singularização das determinações estruturais e particulares ao Estado e à sociedade civil brasileira.

“Das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil à análise da gênese e formação da sociedade civil carambeiense.”

Cabe ressaltar que a hipótese construída fora resultado de um longo percurso de pesquisa, que desde a graduação tem sido forjado pela pesquisadora no intuito de compreender os fundamentos do real, tomando por base a realidade do município de Carambeí/Pr. Cultiva-se desde então, como objetivo alçar caminhos teóricos capazes de orientar práticas profissionais e políticas em face do alcance da melhoria das condições de vida de parte da população local carambeiense, que inscrita na realidade municipal, se vê subalternizada diante da construção da hegemonia capitalista burguesa e de uma sociedade civil que se expressa historicamente na superestrutura local como afirmação dos grupos hegemônicos, os quais detêm o poder econômico na região e, mediados por seus ‘prepostos’, intelectuais subalternos, exercitam a democracia em favor de interesses particulares, realidade esta que a define numa direção hegemônica burguesa.

Sendo assim, na consolidação deste percurso de pesquisa, verificou-se que os fundamentos da realidade, expressões da relação entre a SCC e o PPM em Carambeí, não seriam transpostos à consciência, enquanto ponto de partida efetivo para a compreensão do real, se não fossem estas mesmas expressões imbuídas de uma análise crítica, na sua inteira apropriação pelo materialismo histórico dialético. Sem esse processo objetivado (enquanto caminho para a compreensão do objeto de pesquisa), não seria possível a compreensão de suas relações enquanto mediações entre o particular e o universal.

Ao particularizar os fundamentos da presente tese à realidade do município de Carambeí/Pr verificou-se que se construíram, na realidade local, diversos determinantes da lógica da construção da hegemonia aos moldes históricos nacionais. Conquanto, existem outros determinantes que se põem para além da estrutura e da particularidade nacional, revelando-se, nesse processo, como elementos particulares ao espaço local. Tais se delimitam como delineadores geopolíticos da construção da hegemonia no âmbito da esfera municipal. São eles: a formação da ‘colônia’ holandesa e a consequente estruturação das “vilas” de Carambeí. Tais delineadores, conforme se organizaram no espaço local, apontam para a dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas da região.

Os respectivos delineadores, vão, a seguir, explicitados, como resultantes de determinações fundamentais, as quais se estruturaram historicamente na região, para além, das estruturas democráticas e de seus marcos jurídico-políticos, mas que, em contrapartida, tal como em Marx (2012) explicam-se a partir do determinante fundamental das relações de produção e reprodução das relações sociais – pelo fator econômico; tal como em Engels e Kautsky (2012) se afirmam como capazes de revelar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas da burguesia e, tal como em Gramsci (2012) revelam elementos fundamentais que explicam a construção da hegemonia, como resultado de uma correlação de forças estruturais e superestruturais, por entre a sociedade civil e a sociedade política.

Disso posto, verificou-se que ao longo do século XX, o município de Carambeí, tal como outros municípios brasileiros, se constituiu fruto de um processo cuja gênese histórica se explica a partir do contexto de abertura do Brasil às imigrações, a qual se deu no início do respectivo século.

A política das imigrações no país se estruturou com base na produção e reprodução das relações sociais em torno da estruturação econômica do Brasil em

face de sua introdução na lógica do capitalismo monopolista. Doravante, a formação das colônias e a estruturação de suas vilas derivaram das necessidades oriundas deste projeto nacional. Tais delineadores geopolíticos revelaram as particularidades das diferentes regiões no âmbito do cenário nacional, os quais estão presentes na formação de muitas das cidades brasileiras e foram determinantes para a emancipação de muitos dos atuais municípios da federação.

Assim, como resultado histórico da formação da região de Carambeí, a hegemonia da SCC se expressou, portanto, ao longo do século XX e início do século XXI não somente como derivada da correlação de forças estruturais, conquanto, o fator econômico se revelou como um determinante fundamental para a sua compreensão. Este fator determinante, na sua relação com as demais determinações, compõe os substratos para a construção e manutenção da direção política da SCC na sua relação com o poder público no âmbito do município. Esta se faz, na esfera local, bem mais pela ação dos diversos aparelhos privados de hegemonia, organizados no decorrer do século XX, do que pela sua mediação em face da estruturação do PPM, o qual se deu somente no final do respectivo século, com a emancipação política da região.

Assim, a direção política e econômica de Carambeí se faz atrelada às mais diferentes áreas de atuação dos grupos dominantes na SCC. A atuação dos aparelhos privados de hegemonia na sua relação com a população local e, nas suas trajetórias de relação com o PPM, tal como explicitados no decorrer do capítulo II, contribuem para a sustentação histórica da construção e manutenção da hegemonia no âmbito do espaço local. Esta se constrói na sua correlação de forças com o movimento do capitalismo mundial, como também em face dos movimentos e aparelhos privados de hegemonia que se constituíram centrados na defesa de interesses econômicos e políticos no âmbito da sociedade civil no município, por meio de sua afirmação perante o poder público, antes e depois de sua emancipação.

Determinados por um contexto político nacional de fomento à estruturação da economia brasileira, centrado num modelo de desenvolvimento de base agrário-exportadora, as colônias construídas, durante o século XX ao sul do Brasil, tornaram-se elementos fundantes para o que seria a gênese sócio-histórica de muitos dos atuais municípios brasileiros dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais foram resultando das terras concedidas pelo

governo brasileiro à *Brazil Railway Company*, em torno da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul.

Movidos pela lógica das relações estabelecidas pelos grupos dominantes, à época, a então “Colônia de Carambehí”, surge como o primeiro grande delineador geopolítico da gênese e conformação da sociedade civil local.

Diante deste primeiro delineador geopolítico, o surgimento das ‘vilas’, resultou ser consequência da complexificação das relações sociais em torno da estrutura econômica de base agraria-industrial formada pela própria ‘colônia’. Assim, as ‘vilas’ forjaram-se historicamente como o segundo grande delineador geopolítico do processo de gênese e construção da sociedade civil em Carambeí.

Historicamente, com o surgimento da cooperativa, da igreja, da escola, do comércio, das associações e entidades assistenciais, etc. verificou-se que a superestrutura local vai sendo delineada como resultado nas novas necessidades que iam surgindo ao longo do processo de colonização, associadas, às perspectivas de desenvolvimento econômico e tecnológico que desencadearam o processo de urbanização da região até a estruturação da cidade.

A ‘colônia’ e as ‘vilas’, confirmaram-se, portanto, dois grandes delineadores geopolíticos que explicam, historicamente, a formação da sociedade civil em Carambeí. Seja como ‘colônia’, seja como ‘vilas’, seja ainda vista enquanto cidade e ou município, Carambeí revela nas trajetórias de sua sociedade civil em relação ao PPM reflexos de uma histórica realidade nacional na qual a construção da hegemonia se deu pela afirmação dos interesses privados dos grupos dominantes, em detrimento da estruturação e universalização das instituições democráticas.

No segundo capítulo, no qual se realizou uma exposição do movimento das trajetórias da SCC, em face da dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil, identificou-se que tais relações se constituíram, historicamente, no país por entre as várias revoluções passivas ocorridas nos diferentes blocos históricos do Estado republicano, não sendo diferente na realidade carambeiense, na qual a formação e o desenvolvimento da sociedade civil se deu determinada pelos movimentos econômico e políticos nacionais.

Nas históricas revoluções passivas, portanto, verificou-se no Brasil a ocorrência de diferentes e complexas transições pelo alto, cujos resultados, conforme o disposto por Gramsci (2012), em seus *“Cadernos Miscelânicos”,* sempre oscilaam entre uma condição de luta contra o novo para conservar o antigo e uma

condição de expressão do novo, que busca esmagar as resistências que encontra ao se desenvolver, alterando-se com isso as manifestações do Estado e da sociedade civil no decorrer do processo histórico. Em Carambeí confirmou-se, em meio a estes movimentos estruturais, o desenvolvimento do Estado Burguês desde as primeiras décadas do século XX, tal como ocorreu no país, e nesse processo, como não poderia ser diferente, a sociedade civil carambeiense foi se desenvolvimento, estruturalmente, em conformidade com princípios liberais-burgueses. A sua particularidade reside na adoção do cooperativismo como elemento agregado à filosofia liberal-burguesa como base de sustentação para a afirmação político-econômica da sociedade civil local. A partir da formação de uma cooperativa de produção, o grupo de imigrantes holandeses se destacou no decorrer do século XX como elite econômica da região, formando a base estrutural da colônia holandesa a qual se centrou no ramo agrário industrial.

Neste processo de desenvolvimento econômico liberal-burguês, levado a cabo nacionalmente no Brasil, verificou-se que a sociedade civil brasileira, em sua expressão radical, permaneceu débil e enfraquecida, não havendo reais transformações na estrutura. Conquanto, com o surgimento de movimentos renovadores da ordem burguesa instituída no país, o Estado brasileiro se ampliou, incorporando, materialmente, cada vez mais em suas estruturas, os aparelhos privados de hegemonia, vinculados às classes dominantes, em cujo processo, a incorporação dos aparelhos vinculados às classes subalternas, ocorreu sob uma perspectiva mistificadora das relações democráticas. Em Carambeí não foi diferente, desde as primeiras décadas do século XX, iniciando-se com a criação da cooperativa, a partir do protagonismo do grupo de imigrantes, na sociedade civil carambeiense passou-se à formação de um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, que ao longo do desenvolvimento histórico da região, foram cumprindo suas funções de hegemonia social, e dentro de tais funções, diversas delas ao menos *in thesi* seriam funções que deveriam ser executadas pelo Estado. Deste modo, em Carambeí confirma-se um elevado desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia, os quais, hodiernamente, prevalecem fortalecidos no espaço local, enquanto aparelhos vivos e operantes nas relações hegemônicas, mantendo a sociedade civil carambeiense nos limites da ordem liberal-burguesa. Considera-se, assim, que no processo de ampliação do Estado Brasileiro, em Carambeí, a respectiva ampliação se deu historicamente em estreita vinculação à

formação e o desenvolvimento de aparelhos privados de hegemonia, vinculados à classe burguesa local. Tal como ocorre nacionalmente, em Carambeí, os aparelhos privados de hegemonia em sua maioria evidenciam vínculos orgânicos com a lógica econômico-politica proposta pelos grupos dominantes.

Esta tendência de ampliação do Estado no Brasil determinou uma realidade de esvaziamento das possibilidades de sua ampliação numa direção radical democrática e serviu historicamente de sustentação para a legitimação da ordem burguesa nos institutos democráticos institucionalizados. Tal processo ocorreu, historicamente, sob a falsa noção de efetividade da participação política da classe trabalhadora no âmbito da sociedade política brasileira. Neste sentido, ao refletir sobre a afirmação da política democrática em Carambeí, verificou-se que com a sua municipalização na década 1990, os espaços democráticos institucionalizados foram estruturados na esfera local, sendo que, hodiernamente, encontram-se fragilizados diante da lógica gerencial com que a participação vem sendo efetivada, no município. Tal direção assumida nos espaços democráticos institucionalizados confirma a direção assumida pela própria sociedade civil local ao se relacionar com a sociedade política. Há, na esfera municipal uma franca expansão de uma política democrática liberal, a qual prevalece sobre o conjunto de intenções radicais presentes na esfera local. Estas, conforme visto durante a pesquisa, não se evidenciam hegemonicamente na correlação de forças estabelecidas entre as organizações da sociedade civil local e o poder público municipal.

Diante desta reflexão, constatou-se, no decorrer da pesquisa, que o polo agrário industrial, somado à formação de uma superestrutura voltada à sustentação da ideologia dominante como universal à população local, reforça a direção hegemônica do município, à luz dos interesses dominantes. O projeto de afirmação liberal-burguês, empreendido pelos grupos holandeses na região, resulta ainda na definição dos rumos da SCC, na contemporaneidade. Concebidos em torno do desenvolvimento da “colônia” e vinculados aos grupos dominantes que representam seus interesses, diferentes aparelhos privados de hegemonia de Carambeí, ainda operam sob a tutela do grupo holandês, no município.

Embora tenham se estruturado outros aparelhos privados de hegemonia em Carambeí, ainda que não propriamente vinculados ao respectivo projeto de hegemonia liberal-burguesa, protagonizado pelo grupo holandês “na colônia”, mas criados por outras lideranças surgidas no interior das “vilas”, tais resultam ser, em

seu conjunto, dependentes da crença na universalização dos institutos democráticos (representativos e ou participativos) no espaço local, a qual em síntese reforça a mesma direção hegemônica empreendida desde o início do século XX no Brasil e em Carambeí – a do fortalecimento de relações democrático liberais, sob as quais se reforçam as possibilidades de afirmação de uma política democrática nos limites do universalismo burguês e de uma perspectiva de cidadania formal, centrada na defesa de direitos.

Para chegar a tal compreensão acerca das relações entre a SCC e o PPM, entendeu-se, portanto, ser necessário, primeiramente, deixar de lado o 'fetiche' construído no Brasil, por meio da utilização das 'coloridas lentes jurídicas', em face dos objetivos de internalização e aceitação da universalização das instituições democráticas a partir de sua estruturação em 1988, para assumir a 'lógica das coisas' a partir do movimento do real concreto. Nesta lógica, a democracia não se resume à universalidade particularista burguesa, conquanto, compreende a própria superação da lógica do direito e da cidadania – quando vinculada à perspectiva da luta pela superação da democracia capitalista.

Compreende-se, portanto, que nesta empreitada foi necessária, *a priori*, a revelação da lógica da economia política, no sentido de desmistificar e ou desconstruir o 'fetiche' construído em torno da universalidade democrática, tal como defendida no Brasil, desde a demarcação do ideal democrático republicano. A opção por deixar o exame de tais relações, livre das 'coloridas lentes jurídicas', encontrou sustentação, conforme visto anteriormente, desde Engels e Kautsky (2012) quando os autores alertavam que tais não forneceriam os elementos necessários para se avistar a realidade das coisas.

Assim, no percurso realizado para se analisar as trajetórias da sociedade civil em suas relações com o poder público em Carambeí, foi necessário retomar e reconstruir os movimentos reformistas executados pelo alto, ocorridos a nível nacional, como forma de desmistificar os reais interesses das classes dominantes ao se relacionar com a sociedade política brasileira ao incorporar à estrutura estatal, parcelas das demandas das classes subalternas. Como tais, não passavam de concessões necessárias, efetuadas pelas classes dominantes, enquanto estratégia de dominação e sua manutenção no bloco de poder.

Ao retornar ao início do século XX para compreender a dinâmica da formação e desenvolvimento da SCC, identificou-se o surgimento da "colônia" e das "vilas"

como parte importante deste processo, à luz da correlação de forças estruturais e superestruturais forjadas no país, enquanto resultado do processo de sua inserção na lógica do capitalismo mundial, em sua fase monopolista.

Assim, para se analisar a dinâmica da SCC abandonaram-se, portanto, nesta tese, ao longo do processo de aproximação ao objeto de estudo, as tais 'coloridas lentes jurídicas' que dão sustentação à crença dos institutos democráticos liberais (enquanto espaços de representação autônoma da sociedade civil) para se incorporar os dois novos elementos que emergiram do real, como grandes delineadores de natureza geopolítica da constituição da sociedade civil local, ao se analisar as suas trajetórias históricas ao longo do século XX. Assim, foi possível realizar uma aproximação mais condizente com as expressões sócio- históricas que circunscreveram a realidade. A "colônia" e as "vilas" demarcam, portanto, conforme visto no capítulo II, a lógica de estruturação geopolítica da sociedade civil em Carambeí, os quais serviram de pontos de partida efetivos para a análise e compreensão de sua economia política em face da reflexão sobre as relações da SCC com o PPM, na contemporaneidade.

Em suma, a compreensão das trajetórias da SCC nas suas relações com o PPM só se consolidou quando amparada pelas narrativas dos sujeitos de pesquisa – os quais com suas experiências de vida, oportunizaram ricos elementos de análise para a compreensão efetiva do objeto de pesquisa – que ora resultou na síntese da presente tese – haja vista que os respectivos sujeitos entrevistados se trataram de representantes de aparelhos privados de hegemonia presentes no município de Carambeí. Como tais, expressam-se na história do município enquanto reais 'protagonistas' das trajetórias da SCC nas suas relações com o PPM na contemporaneidade. Tais sujeitos, inseridos na correlação de forças em presença perfazem, atualmente, as relações democráticas entre Estado e sociedade civil no espaço local, seja no sentido da afirmação de interesses liberais-burgueses, seja no sentido contrário, rumo a uma democracia de "massas".

"Das relações entre a sociedade civil e o poder público municipal em Carambeí – Pr aos limites e possibilidades do exercício democrático contemporâneo"

Tem-se a compreensão de que, no primeiro capítulo, realizou-se uma exposição dos argumentos que levaram a pesquisadora a desmistificar uma série de

crenças que, ela própria, cultivava em relação à democracia no início da presente pesquisa e que, no percurso investigativo, com o aprofundamento teórico realizado à luz da perspectiva materialista histórica dialética, tal crença foi se desconstruindo, conforme apresentado anteriormente. Fruto desta análise apriorística, um novo olhar sobre o objeto foi lançado, não mais centrado na crença no universalismo democrático, mas na análise das relações entre Estado e sociedade civil sob suas condições históricas reais. Tal como o disposto em Marx e Engels (2005) a sociedade civil é o palco da história. Por sua vez, confirma-se que o Estado se constitui resultado da trama de relações históricas construídas sob o respectivo palco que é a própria sociedade civil.

Doravante, no decorrer da pesquisa, fora condição *sine qua non* para a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil o reconhecimento de que o Estado não está acima e superior à sociedade, tal como, a soberania do Estado não passa de um construto ideológico necessário à afirmação da burguesia como classe dominante na modernidade. Estas 'falsas verdades' empreendidas pela classe burguesa não condizem com o movimento concreto do real, sob o qual a hegemonia da burguesia é revelada. Assim, a crença na universalização da democracia, sob um regime político liberal, não passaria de um 'fetiche' criado e cultuado para manter veladas, sob as lacunas do projeto hegemônico burguês, as contradições do próprio sistema capitalista e, consequentemente, das democracias liberais.

Nos marcos do processo histórico de ocidentalização da sociedade civil brasileira, sob o qual se confirmou a construção da hegemonia burguesa no país, em Carambeí, viu-se por consequência, a materialização do projeto de hegemonia liberal-burguês, o qual foi protagonizado pelos grupos de imigrantes holandeses ao longo do século XX, desenvolvendo-se, socioterritorialmente, no espaço local sob a lógica de formação e desenvolvimento dos dois grandes delineadores geopolíticos: a "colônia" e as "vilas". Verificou-se que tais delineadores geopolíticos demarcaram, materialmente, a dinâmica de organização da SCC ao longo do século XX, a partir da qual foram se estabelecendo, historicamente, as relações entre Estado e sociedade civil no espaço local. No entanto, ao se analisar a correlação de forças estabelecidas entre sociedade civil e poder público em Carambeí, ainda não se evidenciam nos discursos das lideranças locais esta divisão. Confirmou-se que a participação política ainda é interpretada pelas respectivas lideranças, na sua

maioria, por uma visão “fetichista” das relações democráticas, seja por que, de um lado, ainda não reconhecem na “realidade” os elementos de sua constituição material, seja por que, de outro, não há interesse de torná-la evidente no conjunto das relações democráticas municipais.

Verificou-se que a democracia quando tomada a partir de seus construtos materiais, radicais e ou de “massas” ainda não comparece nas relações entre a sociedade civil e o PPM no município de Carambeí, tão pouco o é concebida pelas lideranças como “horizonte do desejo político”. Surgiu, no conjunto dos depoimentos, destacada por uma das lideranças da sociedade civil entrevistada, associada a uma perigosa ferramenta de implantação do comunismo, a qual por sua vez seria indesejada.

Quanto ao **protagonismo da sociedade civil na relação com o PPM e a crença torno da democracia liberal**, presente nos depoimentos das lideranças das organizações da SCC, confirmou-se que há um conjunto de sentidos atribuídos à representatividade e à participação na institucionalidade pública que se inscrevem no limiar de uma visão “fetichista” da realidade e das suas próprias contradições. No conjunto dos depoimentos analisados se confirmou a materialização de uma tendência das lideranças entrevistadas a uma perspectiva econômico-corporativa na relação com o PPM, o que se fez em detrimento de perspectivas ético-políticas. Ainda que em alguns depoimentos existissem elementos mais próximos desta dimensão, tais se evidenciaram nos limites dos fundamentos democráticos liberais. Não foram identificados no conjunto dos depoimentos elementos democráticos no sentido da radicalização da democracia, uma vez que não se explicitaram intenções de transformação da ordem burguesa. Na perspectiva econômico-corporativa, tal como evidenciada, identificou-se uma maior aproximação ao ideal democrático universalista ao se fazer alusão a um compromisso com um ideal de bem-comum e ainda a um ideal social-democrático, ao se explicitaram intenções relacionadas a uma maior inclusão social, promoção social e mobilidade social, derivadas do acesso a bens e serviços públicos e de processos de inclusão produtiva.

Quanto **à afirmação econômica e a defesa de direitos e cidadania no município**, no conjunto dos depoimentos foram identificados interesses que oscilaram na direção da perspectiva democrática liberal e da perspectiva da socialdemocracia. No que se refere à primeira perspectiva identificaram-se

interesses de natureza econômico-corporativa, vinculados ou não, ao acesso a recursos públicos, à requisição de serviços de infraestrutura e à inclusão social produtiva. Na segunda perspectiva os interesses se voltaram à luta pela defesa do direito e da cidadania voltados à questão da prestação de serviços públicos à população; defesa de segurança jurídica nas relações de trabalho e conquista de benefícios sociais. Em tais elementos verificou-se que não se evidenciaram, na relação entre as organizações da SCC e o PPM, a presença de interesses associados à perspectiva democrática radical e ou de “massas”.

No que se refere **às perspectivas em debate acerca do exercício político democrático** no âmbito das relações entre a SCC e o PPM, verificou-se que, não diferente da lógica hegemônica operante no país, na prática política adotada pelas lideranças das organizações da sociedade civil local nega-se como estratégica política a luta frontal em relação ao Estado e adota-se a “conciliação pelo alto” como estratégia política prioritária nas relações entre a SCC e o PPM.

Da avaliação realizada pelas lideranças entrevistadas acerca do respectivo exercício político democrático no município, evidenciaram-se um conjunto de elementos importantes que apontam para os limites e possibilidades da democracia na esfera municipal, dos quais se destacaram os seguintes temas: direcionamento dos recursos públicos; participação nos conselhos gestores de políticas públicas; relações de convencimento e pressão; publicização das ações do Estado; valorização das práticas organizacionais voltadas ao protagonismo por uma maior articulação com o poder público; controle e fiscalização da ações públicas; angariamento de recursos financeiros; capacidade das organizações de influenciar nos rumos das políticas públicas; prevalência do interesse econômico-corporativo na partilha dos recursos públicos; dependência financeira das organizações civil em face dos recursos públicos; centralização dos recursos no governo federal e estadual e a descentralização de obrigações prestacionais positivas aos municípios e por fim a definição dos rumos das políticas públicos nos municípios.

Diante de tais temas imersos na reflexão sobre o exercício democrático em Carambeí, concluiu-se que tais, em sua generalidade, desafiam a realização de novas reflexões sobre o aprimoramento do exercício democrático nos municípios brasileiros tal como analisados no decorrer do terceiro capítulo, tendo em vista que em seu conjunto tornam-se o reflexo de um apego das lideranças políticas ao arraigado modo “conciliativo pelo alto” de fazer política no Brasil, somado a uma

visão “fetichista” das relações democráticas, os quais articulados ou não, contribuem para o bloqueio dos movimentos democráticos progressivos no Brasil, rumo a uma radicalização da democracia.

Assim, diante dos resultados alcançados com a presente tese, se confirma, hodiernamente, a hegemonia liberal-burguesa, na qual a ampliação do Estado brasileiro se volta cada vez mais à afirmação dos interesses das classes dominantes e a democracia liberal constitui-se, peremptoriamente, o instrumento político oficial da legalização da dominação no Estado Democrático de Direito. Diante disso, não é estranho verificar que as intenções democráticas radicais permaneçam à margem do debate democrático hegemônico. A fragmentação da classe trabalhadora e a sua, consequente, desorganização tornaram-se históricos determinantes para colocar as perspectivas democráticas reformistas revolucionárias, aos moldes do apontado por Coutinho (2012), enfraquecidas na correlação de forças hegemônicas. Este processo se confirmou historicamente no país ao longo das sucessivas revoluções passivas levadas a cabo pelas classes dominantes ao ocuparem o bloco de poder do Estado no Brasil. A lógica da incorporação das demandas “vindas de baixo” e as consequentes concessões “vindas de cima”, bloquearam, historicamente, o processo democrático em seu sentido progressivo no país.

Assim sendo, vinculados institucionalmente à federação brasileira, tais como as outras instâncias federadas, os municípios brasileiros permanecem, historicamente, reclusos ao ordenamento jurídico-político que dá suporte ao pacto federativo, aos moldes liberais burgueses. Disso posto, confirma-se uma lógica de dependência político-econômica dos municípios em relação às demais instâncias federadas. Nessa lógica se confirma no Brasil uma histórica cultura política de centralização de recursos e de descentralização de obrigações, mantendo um gargalo na lógica da distribuição obrigacional do Estado, no qual os municípios brasileiros são os que acabam arcando com a maior fatia de responsabilidades, ao passo que o governo federal além de manter o inteiro domínio da política econômica, desonera-se cada vez mais de suas obrigações prestacionais positivas em relação à sociedade, repassando-as aos demais entes federados da nação, quando não as terceiriza para a iniciativa privada, mediante parcerias público/privadas.

Disso posto, verifica-se que a lógica das relações entre Estado e sociedade civil, tanto quanto a lógica interna do próprio Estado federativo, se concretizam de

forma verticalizada no país. Tal lógica de verticalização de relações materializa-se na correlação de forças interinstitucionais internas ao Estado e ainda na relação do Estado para com a sociedade civil. Em tais relações, impera no Brasil a supremacia do interesse econômico sobre a defesa do direito e da cidadania.

Assim, compreende-se que, genericamente, as perspectivas democráticas radicais permanecem no país ainda no ‘horizonte do desejo’ de uma vanguarda esquerdista politicamente interessada, porém, materialmente, impossibilitada de torná-las realidade no Brasil, no presente bloco histórico contemporâneo, seja a nível nacional, seja a nível local, uma vez que no país a democracia é concebida, estruturalmente, sujeita a dinâmica interinstitucional da federação brasileira e que esta se estrutura de forma submissa e complementar à dinâmica estrutural do capital. Não obstante a isso, não soa estranho que a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, recentemente instituídos no Brasil, possam ser considerados uma conquista para a democracia brasileira em sentido progressivo, ainda que tenha sido efetivado de “cima para baixo”, enquanto decreto presidencial e que, de outro lado, sejam considerados um “perigo” para a democracia liberal.

Tal constatação, não implica o abandono da perspectiva de luta revolucionária como orientadora da presente análise, mas implica entender que num momento histórico de plena hegemonia liberal-burguesa no país, lutar pela socialização da política e por uma maior abertura do Estado às demandas da classe trabalhadora, deve ser um compromisso de uma vanguarda científica e politicamente interessada no avanço progressivo da democracia.

Senão vivo e operante nas bases democráticas institucionais, tal compromisso deve ser, progressivamente, objeto de atenção de estudos que visem identificar caminhos objetivos de contra hegemonia e ou ainda desmistificar a institucionalidade burguesa contemporânea, a qual sob a institucionalidade imanente à lógica particular da democracia liberal-burguesa, não deixa de se instituir hegemônica na realidade atual.

Embora, historicamente, determinados pela hegemonia liberal-burguesa, considera-se que a afirmação de espaços mais próximos de uma perspectiva democrática compromissada com a luta pelo direito e pela cidadania e centrada na via do consenso e não da coerção pode ser considerada o “limite do possível” da luta na realidade contemporânea, sem perder de vista o objetivo maior de superação

da ordem burguesa. No entanto, não se considera que tais espaços são aqueles restritos à institucionalidade democrática liberal-burguesa conforme disposta no país a partir de 1988. Há que se avançar e construir novos espaços de participação democrática, que não atrelados e ou engessados à institucionalidade liberal-burguesa. Relembra-se o disposto por Gramsci (1989) sobre o momento de síntese entre Estado e Sociedade, como sinônimo de - sociedade regulada.

> Na doutrina do Estado – sociedade regulada, é uma fase em que o 'Estado' será igual 'governo' e 'Estado' se identificará com 'sociedade civil', dever-se-á passar a uma [...] organização coercitiva que tutelará o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em contínuo crescimento, e, portanto, reduzindo gradativamente as suas intervenções autoritárias e coercitivas. (GRAMSCI, 1989, p.150).

Não foi a pretensão, desta tese, simplificar os processos estruturais, nos quais se encontra engendrada a luta econômico-política; tão pouco, reduzi-los ao campo da institucionalidade jurídico-formal, o que implicaria na negligência do movimento real dos processos de transformação que a sociedade capitalista exige a um esgotamento de todas as forças produtivas que tal sociedade possa conter e ainda que relações de produção novas e superiores não surgem em seu lugar, sem antes serem incubadas na velha sociedade. Desde 1857 K. Marx, em sua "*Contribuição à crítica da economia política"* havia declarado esta ser uma condição histórica socialmente determinada para a transformação de um modelo de sociedade a outro superior, o qual ele próprio afirmou ser – a sociedade comunista. Segundo Netto (2012) vive-se atualmente um momento de crise de projetos alternativos para a ordem social capitalista, ainda que esta também se encontre igualmente num período de crise.

Conquanto, constituiu-se a intenção da presente tese, ao longo de sua elaboração, refletir sobre a seguinte indagação, que dita de uma forma genérica, pode se descrever da seguinte forma:

Diante dos diversos aspectos que compõem as trajetórias das relações entre a SCC e o PPM, quais os elementos presentes em tais relações reforçam perspectivas democráticas vinculadas à dominação liberal-burguesa e quais proporcionam meios para instaurar e fortalecer o debate democrático na contemporaneidade, no sentido contrário à respectiva dominação.

Dado tais pressupostos, no desenvolvimento da presente de tese indagou-se, universalmente, sobre uma possível compreensão acerca da encruzilhada a que se

submeteram historicamente, não somente no Brasil, como no ocidente de modo geral, os projetos de transformação social, em face da dinâmica estrutural do capital e de suas particularidades nos diferentes contextos econômicos, ideopolíticos e socioculturais, diante dos quais se constituíram as diferentes revoluções passivas como o modo pelo qual as revoluções se materializaram ao longo de suas formações sócio-históricas, como alternativas revolucionárias reformistas em oposição às perspectivas vinculadas a uma transformação radical do sistema capitalista.

Assim, refletiu-se, acerca dos aspectos históricos, teóricos e conceituais que corroboraram para a hegemonia do capital em face do trabalho. Pautou-se, para tanto, no desvelamento dos aspectos da igualdade formal e da democracia, imanentes ao projeto de modernidade e à estruturação do Estado, enquanto uma instituição soberana, aos moldes da imposição e hegemonia da ideologia liberal na sociedade moderna, e em seus desdobramentos em face dos processos de luta que foram sendo forjados, historicamente, pelas as classes sociais em formação e consolidação nas democracias capitalistas no ocidente.

Tratou-se, enfim, de analisar como se desenvolveu e se constituiu historicamente uma sociedade civil, que forjada no interior de uma estrutura produtiva determinada – a capitalista –, foi se constituindo, hegemonicamente, à baila das contradições imanentes às relações de tensão entre a estrutura e a superestrutura, no interior do desenvolvimento de uma sociedade democrática capitalista que emergia no cenário moderno, como uma sociedade dependente da dinâmica da lógica de reprodução ampliada do capital. Assim, nascia a SCC no início do século XX no Brasil, juntamente com a formação e o desenvolvimento da sociedade civil brasileira, que se forjava, por entre as estratégias pelo alto, executadas pelo Estado republicano, a fim de criar as bases para sua sustentação aos moldes ocidentais.

Este panorama reflexivo retratou brevemente por onde se caminhou ao longo do desenvolvimento, desta pesquisa, as indagações que sustentam universalmente a hipótese da presente tese, as quais, conforme explicitado no decorrer das considerações finais, desencadearam um conjunto de reflexões que deram vasão à sua confirmação no decorrer da pesquisa. Sendo assim, ao serem desvelados os diferentes aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e econômicos de formação da SCC, confirmou-se a materialização da hipótese da presente tese - a de que na

trajetória histórica da SCC em suas relações com o PPM, existem aspectos a serem desvelados que concorrem para estabelecer canais de afirmação dos interesses liberais burgueses no âmbito da política democrática em Carambeí, embora se reconheçam importantes avanços democráticos na perspectiva de defesa do direito e da cidadania no município.

REFERÊNCIAS

AARDOOM, A. A. K.; FERREIRA, E. M.; FERREIRA, L. J. M. Histórico do Município de Carambeí. In: _____. **Diagnóstico Municipal na Área a Criança e do Adolescente**. Carambeí, 2002, p. 3-4.

ACANDA, Jorge L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2006.

AGGIO, A. A revolução passiva como hipótese interpretativa 161 da história política latino-americana. AGGIO, A. **A vitalidade de um pensamento.** São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998, P. 161-176.

ARGUELLO, K. **Do Estado Social ao Estado Penal:** invertendo o discurso da ordem. Anais do 1º Congresso Paranaense de Criminologia de Londrina. Disponível em: www.cirino.com.br/artigos/Artigo%20Katie.pdf. Acesso em: 30, jul., 2014.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ARRETCHE, M T. da S. **Estado Federativo e Políticas Sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2000.

ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

AVRITZER, L. SANTOS, B. de S. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BADALONI, L. **Filosofia da práxis.** 2006. Disponível em: http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=127#indice. Acesso em: 26, mai. 2013.

BARATTA. G. **Antonio Gramsci em contraponto:** diálogos com o presente. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BAVA, S. C. Os conselhos como instrumentos da sociedade civil. In: CARMO, M. do C. A. A., TEIXEIRA, A. C. C. (orgs.) **Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.** São Paulo: POLIS, 2000, p. p. 68-70.

BENTO, L. V. **Governança e governabilidade na reforma do Estado:** entre a eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.

BEOZZO, J. O. O Vaticano II e as transformações culturais na América Latina e no Caribe. **Revista de Teologia e Cultura**. Edição n. 02, Out. Nov. Dez. 2005. Disponível em: http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wpcontent/uploads/2009/05/ciber02_vaticano.pdf. Acesso em: 13, out. 2013.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIANCHI, A. **Revolução passiva**: o **futuro** do **pretérito**. Crítica Marxista, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 34-57, 2006.

_____. **Gramsci além de Maquiavel e Croce:** Estado e sociedade civil nos Quaderni del carcere. Utopía y Praxis Latinoamericana, v. 12, p. 25-55, 2007. Disponível em: www.e-science.unicamp.br. Acesso em 15, mai, 2013.

BOBBIO, N. **As teorias das formas de governo.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 6. ed., 1992.

BOBBIO, N. Marx e o problema do Estado. In: MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 129-141.

BONAVIDES, P. **Ciência Política.** São Paulo: Malheiros Editores, 14. ed., 2007.

BRANDÃO, G. M. Hegel: o Estado como realização histórica. In: WEFFORT, F. (org.). **Os Clássicos da Política 2**. São Paulo: Ática, 10. ed., 2000.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. **Experiências de Democracia Participativa**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Editais de inclusão produtiva**. Disponível em: www.fomezero.gov.br/editais-de-inclusão-produtiva. Acesso em: 28, set., 2011.

BRASIL. Instituto Pólis. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios.** 2011. Disponível em: http://www.forumdca.org.br/arquivos/forumdca/publicacoes/file_8341f109f1dd6aa7effd72d95aa42884_146.pdf. Acesso: 15, jun. 2014.

BRASIL, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Unidades Federação 2010.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx. Acesso em: 30, out. 2013.

BRASIL, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013. Acesso em: 22, out. 2013.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto n. 8243/2014.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em: 01, out. 2014.

BRASIL, Lions Clube Internacional. **Quem são os leões?** Disponível em: http://www.lions.org.br/. Acesso em: 12, nov. 2013.

BRASIL. Rotary Club. **Mundo Rotário Brasileiro.** Disponível em: http://www.rotarybrasil.com.br/rotary.htm. Acesso em: 12, nov. 2013.

BRASIL, Datasus,. **Identificação.** Disponível em: http://cnes.datasus.gov.br/cabecalho_reduzido.asp?VCod_Unidade=4104652781557. Acesso em 12, nov. 2013.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Movimento da População:** 1941 a 1945. Disponível em: http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1946/populacao_m_1946aeb_36.pdf. Acesso em: 27, jul. 2014.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Movimento da População:** 1941 a 1945. Disponível em: BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Movimento da População:** 1948 a 1950. Disponível em: http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1946/populacao_m_1946aeb_36.pdf. Acesso em: 27, jul. 2014.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população:** 1996. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/prcont97.shtm. Acesso em: 27, jul., 2014.

BRASIL. **Cadastro de empresas do Brasil.** Disponível em: http://empresasdobrasil.com. Acesso em: 24. ago., 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadastro no Conselho Nacional de Saúde**. Disponível em: http://cnes.datasus.gov.br/. Acesso em: 24, ago., 2014.

BRASIL, Imprensa Nacional. **Portaria n. 1/2013**. Disponível em: http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/DOU/20131/01/DO1_2013_01_15.pdf. Acesso em: 27, set., 2014.

BRASIL, Presidência da República. **Lex: Lei 10.257/2001.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 01, out. 2014.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Portaria 01/2013.** Disponível em: http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/DOU/2013-1/01/DO1_2013_01_15.pdf. Acesso em: 15, set., 2014.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto 8243/2014.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/.../**Decreto**/D**8243**.htm. Acesso em: 11, set. 2014.

BRASIL, Presidência da República. **Lex: 8313/1991.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/556981.pdf. Acesso em: 28, set., 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 27. In: Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL, Rotary Club. **Manual de Estatutos.** Disponível em: https://www.rotary.org/myrotary. Acesso em: 20, ago., 2014

BRASÍLIA. Estatuto. (2007). **Estatuto do Democratas.** Disponível em: http://www.dem.org.br. Acesso em: 15, ago., 2014.

BRASÍLIA. Estatuto. (2013). **Estatuto do PSDB.** Disponível em: http://static.psdb.org.br. Acesso em: 17, ago., 2014).

BRASÍLIA. Estatuto. (2006). **Estatuto do PTB.** Disponível em: http://www.ptb.org.br. Acesso em: 18, ago., 2014.

BUARQUE DE HOLANDA. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTRO, Poder executivo municipal. **Lex: Lei 770/1995**. www.camara**castro**.pr.gov.br/interlegis.php?id=1103. Acesso em: 27, jul., 2014.

CASTRO, Poder executivo municipal. **Lex: Lei 887/1997**. www.camara**castro**.pr.gov.br/interlegis.php?id=1103. Acesso em: 27, jul., 2014.

CASTRO, Câmara de Vereadores. **Galeria de Vereadores.** Disponível em: http://www.camaracastro.pr.gov.br/galeria.php?tipo=vereadores. Acesso em: 11, nov. 2013.

CARAMBEÍ, Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí (2010). **Estatuto da AASEC.** 2010.

CARAMBEÍ, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carambeí (2012). **Estatuto da APAE.** 2012.

CARAMBEÍ, Câmara Municipal de Vereadores. **Lex: Lei 062/1997.** Disponível em: www.**carambei**.pr.leg.br. Acesso em: 09, set. 2012.

CARAMBEÍ, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Municipal.** Carambeí: SEDU, 2007.

CARAMBEÍ. Câmara Municipal de Vereadores. **Lex: Lei 006/1997**. Disponível em: http://www.camaracarambei.pr.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2:janeiro&Itemid=552. Acesso em: 20, fev. 2013.

CARAMBEÍ. Câmara Municipal de Vereadores. **Lex: Lei 237/2002**. Disponível em: http://www.camaracarambei.pr.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2:janeiro&Itemid=552. Acesso em: 20, fev. 2013.

CARAMBEÍ, Cooperativa Batavo. **Histórico.** Disponível em: http://www.batavo.coop.br/site/index.php?option=historia&Itemid=80. Acesso em: 11, nov. 2013.

CARAMBEÍ. Prefeitura Municipal. **Prefeito visita COOPAM**. Disponível em: http://www.carambei.pr.gov.br/?q=node/399. Acesso em: 12, nov. 2013.

CARAMBEÍ, Câmara Municipal. Banco de Dados Legislações. Disponível em: http://www.camaracarambei.pr.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2:janeiro&Itemid=552. Acesso em: 20, fev. 2013.

CARAMBEÍ. **Igreja Reformada de Carambeí:** história. Disponível em: http://ierb.org.br/nossasigrejas/historia#link_03. Acesso em: 02, fev. 2014.

CARAMBEÍ. **Escola Evangélica de Carambeí:** história. Disponível em: Disponível em: http://www.escolaevangelicadecarambei.org/#!nossa-história. Acesso em: 03, mar. 2014.

CARAMBEÍ, Associação Cultural Brasil-Holanda. **Histórico da Instituição**. Disponível em: http://www.acbh.com.br/. Acesso em 20, jul., 2014.

CARAMBEÍ, Prefeitura Municipal. **Portal da Transparência.** Disponível em; http://200.102.9.164:7474/esportal/esportalprincipal.index.logic. Acesso em: 28, set., 2014.

CARAMBEÍ, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de laticínios, Carnes e Derivados e Rações Balanceadas de Castro, Carambeí e Região. **Histórico do Sindicato.** Disponível em: http://sintaccombativo.blogspot.com.br/. Acesso em: 07, ago., 2014.

CARAMBEÍ, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de laticínios, Carnes e Derivados e Rações Balanceadas de Castro, Carambeí e Região. **Com a palavra o presidente.** Disponível em: http://sintaccombativo.blogspot.com.br/. Acesso em: 20, ago., 2014.

CARAMBEÍ, Associação Brasil-Holanda. **Histórico.** Disponível em: http://www.acbh.com.br/. Acesso em 20, jul.2014.

CARAMBEÍ, SOS-Carambeí (2014). **Estatuto.** Disponível em: https://www.facebook.com/pages/SOS-Carambei. Acesso em: 12, ago., 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 34.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política.** 4 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

CARVALHO, M. do. C. A. A**. Participação social no Brasil hoje**. Disponível em: http.//www.polis.org.br/obras/arquivo. Acesso em: 09. Jun. 2008.

CAVALCANTE, J. L. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf. Acesso em: 26, ago. 2013.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, M. **Brasil:** Mito fundador e sociedade autoritária. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 11. ed., 2006.

CHAVES, N. B**.** et al. (Orgs.) **Imigrantes:** Perspectivas da Imigração Holandesa no Brasil. Quatro séculos de patrimônio. 1. ed. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2010.

CHAVES, N. B. et al (Orgs.). **Imigrantes:** Falando de Histórias 1. 1. ed. Carambeí: APHC Editorial, 2011.

CHAVES, N. B. et al (Orgs.). **Imigrantes:** Falando de Histórias 2. 1. ed. Carambeí: APHC, 2011.

COHEN, J. L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Revista Dados – Revista de Ciências Sociais.** v. 46, n.3, 2003, p. 419-459. Disponível em: **http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf**.

COSTA, L. C. da. **O capitalismo brasileiro: uma particularidade histórica construída a partir da dinâmica geral do capital**. 1994. 379 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

_____. **Os impasses do Estado Capitalista:** uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, Ponta Grossa: UEPG, 2006.

COSTA, S. Modelos de espaço público e seus usos no Brasil: In: _____. **As cores de ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CORDEIRO, S. V. A. L., NASCIMENTO, M. I. M. Escola evangélica: uma instituição educacional da imigração. **Revista HISTEDBR,** On-line, Campinas, n.2, mar. 2006, p. 100-113. Acesso em: 19, jun. 2005.

_____. A educação holandesa em Carambeí. **Revista HISTEDBR,** On-line, Campinas, n.2, mar. 2006, p. 121-130. Acesso em: 11, nov. 2013.

COUTINHO. C. N. Vontade Geral e Democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci. In: _____. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Democracia e Socialismo: questões de princípio. In: _____. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-48.

_____. O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica. In: _____. **Intervenções:** O marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006, p. 29-56.

_____. **Contra-corrente:** Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. (org). **O leitor de Gramsci.** Escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CORREIA, M. V. C. A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** n. 77, mar. 2004, p. 148-176.

CRUZ, C. F*. et al.* Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro: n. 46(1), jan./fev. 2012, p.153-76. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 07, set. 2014.

CUNHA, L. A. G. Cooperar é preciso, viver também: a Batavo Cooperativa Agroindustrial e sua obra nos campos gerais. In: CHAVES, N. B. (Org.) **Imigrantes:** História da Imigração holandesa na região dos Campos Gerais 1911-2011. Falando de Histórias I: Sociabilidades, mulheres, arquitetura, arte e cultura, cooperativismo. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011, p. 129-143.

DAGNINO, E. **Anos 90:** Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: _____. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

DAHL, R. **Análise Política Moderna.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2 ed. 1988.

_____. **Poliarquia:** Participação e Oposição. São Paulo, 2005.

DOWS. A. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: EDUSP, 1999.

DRAIBE, S. M. **O Welfare State no Brasil:** características e perspectivas. Disponível em; http://www.nepp.unicamp.br/arquivos/caderno%2008.pdf. Acesso em: 15, set., 2014.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

ENTREVISTA com a liderança da Associação de Assistência Social Evangélica de Carambeí – AASEC. [maio 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. AASEC, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. [maio 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. APAE, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança da Associação do Voluntariado de Carambeí – SOS Carambeí. [maio 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. SOS Carambeí, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança da Associação Parque Histórico de Carambeí – APHC. [junho 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. APHC, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança da Casa Pe. Theodorus Kopp. [maio 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. Casa Pe. Theodorus Kopp, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança do Democratas – DEM. [set. 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. DEM, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança do Grupo de Apoio aos Doentes Alcoólicos de Carambeí – GADAC. [maio 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. GADAC, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. [agosto 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. PSDB, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. [agosto 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. PTB, 2014. 1 gravador digital. Entrevistado indicado pelo atual presidente do PTB de Carambeí.

ENTREVISTA com a liderança do Rotary Clube de Carambeí. [junho 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. ROTARY CARAMBEÍ, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança do Sindicato dos Servidores Públicos de Carambeí – SINDISERV. [maio 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. SINDISERV, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a liderança do Sindicato dos Trabalhadores de Cooperativas de Carambeí e Região Sul do Paraná – SINTRACOOSUL. [junho 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. SINTRACOOSUL, 2014. 1 gravador digital.

ENTREVISTA com a gestora técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e Secretária Técnica do Conselho Municipal de Assistência Social de Carambeí - CMAS. [maio 2014]. Entrevistadora: Silmara Carneiro e Silva. Carambeí. SMAS, 2014. 1 gravador digital.

ENDERLE, R. Apresentação. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo**: Boitempo, 2010, p. 11-26.

ENGELS. F., KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico.** São Paulo: Boitempo, 2012.

FALEIROS, V. de P. Cidadania e Política. In: LUIZ, D. E. C. (org). **Sociedade Civil e Democracia: expressões contemporâneas.** São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 275-303.

FAORO, Raymundo. A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista. **Revista USP**, nº 17, 1993, p. 14-29.

_____. **Os donos do Poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo Universidade de São Paulo, 1975.

FALCÃO, M. do C. A seguridade na travessia do Estado assistencial brasileiro. SPOSATI, A., FALCÃO, M. do C., TEIXEIRA, S. M. F. Os Direitos (dos desassistidos) Sociais. São Paulo: Editora Cortez, 1999. Parte III, p. 109-126.

FARIA, C.F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Revista Lua Nova.** n 9, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a04n50.pdf. Acesso em: 03., set. 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios Paranaenses:** origens e significados de seus nomes. Cadernos Paraná da Gente, n. 5., Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FIALA, A. M. **A Emancipação de Carambeí:** As Determinações Políticas do Processo. 1997, 77f. Monografia, (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997.

FISCHER, T. Poder Local: Um tema em Análise. In: _____. **Poder Local:** governo e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 1993, p. 10-20.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GEUS, D. C. de. Apresentação. CHAVES, N. B**.** et al. (Orgs.) **Imigrantes:** Perspectivas da Imigração Holandesa no Brasil. Quatro séculos de patrimônio. 1. ed. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2010, p. 9-11.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil**: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro:** Parte Geral. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade.** n. 62, ano XX, mar. 2000, p. 5-35.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Escritos Políticos (1921-1926)**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Cadernos do Cárcere:** os intelectuais e o princípio educativo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Cadernos do Cárcere:** Introdução ao Estudo da Filosofia de Bebeditto Croce. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

HECKER, A. Proposta de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, J., REIS, D. A. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HEGEL, G. W. F. **Princípio da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBES, T. A. '**O Leviathan'.** São Paulo: Abril cultural 1979.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos:** O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções:** 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

HOBSBAWM, E. J. **A Era do Capital:** 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

IAMAMOTTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: brasiliense, 2004.

JELIN, E. Cidadania Revisitada: solidariedade, responsabilidade e direitos: In: JELIN, E. HERSHBERG (org). **Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina.** São Paulo: EDUSP, 2006, p. 155-180.

KLIKISBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social:** superando dogmas e convencionismos. São Paulo: Cortês, 2002.

KOOY, H, A. **Carambeí 75 anos:**1911 –1986. Castro: Kugler, 1986.

KUNTZ, R. **Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade**: Texto da Conferência realizada por Rolf Kuntz no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 1997. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos. Acesso em: 01, out., 2012.

LEBRUN, G. **O que é Poder.** São Paulo: Brasiliense. 2004.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

LESBAUPIN, I. O enfrentamento da Exclusão Social pelas Prefeituras Democráticas no Brasil. In: _____. **Poder local x exclusão social:** a experiência das prefeituras democráticas no brasil. Petrópolis: Vozes, 2000, parte 2, p. 39-76.

LOCKE, J. **Os pensadores:** Carta acerca da tolerância. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural. 1ª ed. 1973.

LOCKE, J. **Segundo Tratado do Governo Civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LOSURDO, D. **Gramsci, do liberalismo ao 'comunismo crítico'**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

LÖWY, M. A história não terminou. In: _____. **Revoluções.** São Paulo: Boitempo, 2009, p. 521-542.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social:** a potencialidade da prática profissional. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2011.

LUCHMANN, L. H. H. **Associações, participação e representação: combinações e tensões**. *Lua Nova*, 2011, no.84, p.141-174.

MAACK, R. 1948. Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná. Curitiba, Arquivos de Biologia e Tecnologia, v.II, p.102-200. _____. PONTA GROSSA. **Dicionário dos Campos Gerais.** Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm. Acesso em: 20, jul., 2014.

MARX, K. **A Questão Judaica**. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert S. A., 1969.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Politica**. São Paulo: Expressão Popular, 2. ed. 2008.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-,1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARTINS, A. M. **Contratualismo.** In: Dicionário de Filosofia Moral e Política. Disponível em: http://www.ifl.pt. Acesso em: 12, mar. 2013

MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil:** Origens da Autocracia Burguesa. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

MENEZES, J. S. de. O conselho nacional de Saúde Pública na atualidade: reflexões sobre os limites e desafios. In: BRAVO, M. I. S., MENEZES, J. S. de. **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos.** São Paulo: Cortez, 2012, p. 253-272.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social:** teoria, métodos e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2006, p.9-29.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2. ed., 2011.

MOTA, A. Sobre Contexto (s) e História (a): o centralismo como limite concreto à possibilidade de efetivação de práticas de participação política ampliada. In: AVRITZER, L. (org). **A dinâmica da participação local no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 305-333.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOURA, C. O Quilombo de Palmares. In: Löwy, M. **O Marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2ª ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2006, p. 260-265.

NAVES, M. B. **Marxismo e direito:** um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.

NAVES, M. B. Democracia e dominação de classe burguesa. **Revista Crítica Marxista.** n. 4, 1997. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Naves.pdf. Acesso em: 23. out, 2012.

NETTO, J. P. **Marxismo impenitente:** contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, M. V. et al. (org.). **Serviço Social e Ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOGUEIRA, A. M. **Emergência e Crise do Novo Sindicalismo no Setor Público Brasileiro.** Anais XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. São Paulo, 1998b.

NOGUEIRA, M. A.. Ruídos democráticos. In: _____. **Em defesa da política**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

_____. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N., TEIXEIRA, A. de P. (orgs). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 215-234.

_____. **Um Estado para a Sociedade Civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, H. M. J. Cultura Política e Assistência Social: desafios à consolidação de uma singular política pública no âmbito da proteção social. **Revista Ser Social.** Brasília, v. 1, n. 1, p. 9-33, jan/jun. 2003.

OLIVEIRA, F. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. In: **O silêncio dos intelectuais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PASCOAL, V. F., FARIAS, W. V. de. O papel dos tribunais de contas no fortalecimento do controle social: o Programa TCEndo Cidadania do TCE-PE. **Revistas do Tribunal de Contas de Minas Gerais.** Disponível em: http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1685.pdf. Acesso em: 09, set., 2014.

PARANÁ, Programa do Voluntariado Paranaense. **Sobre o Provopar.** Disponível em: http://www.provoparestadual.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1. Acesso em: 11, nov. 2013.

PARANÁ, Federação das Apaes. **História da APAE.** Disponível em: http://www.apaepr.org.br/artigo.phtml?a=77. Acesso em: 11, nov. 2013.

PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e social. **Caderno Estatístico:** município de Carambeí. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84145. Acesso em: 28, set. 2014.

PEREIRA, M. A. M. Os pés no chão e os olhos em Deus: religião e religiosidades na imigração holandesa em Carambeí. In: CHAVES, N. B. (org.). **Imigrantes:** Falando de Histórias I – sociabilidades, religiosidades, mulheres, arquitetura, arte e cultura e cooperativismo. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2010, p. 39-57.

PERISSINOTTO, R. M. Poder e participação no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba. In: FUKS, M., PERRISSINOTTO, R. M., SOUZA, N. R. de. **Democracia e Participação:** os conselhos gestores do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

PORTELLI H. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 6. ed. 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RADE, K. Apresentação. In: CHAVES, N. B**.** et al. (Orgs.) **Imigrantes:** Perspectivas da Imigração Holandesa no Brasil. Quatro séculos de patrimônio. 1. ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2010, p. 7.

RAICHELIS, RAMOS, L. C. S. **A Sociedade civil em tempos de globalização**. 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

REIS, F. W. O Estado, o Mercado e Cidadania Democrática. In: JELIN, E., HERSHBERG, E. (org.). **Construindo a Democracia:** Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 181-206.

RIDENTI, M. **Classes Sociais e Representação.** São Paulo: Cortez, 2. ed., 2001.

RIBEIRO. R. J. **Ao leitor sem medo:** Hobbes escrevendo contra seu tempo. São Paulo. Brasilense. 1984.

_____. Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero. In: BORON, A. (Org). **Filosofia Política Moderna:** De Hobbes a Marx. São Paulo: CLACSO, DCP-FFLCH, USP, 2006, P. 19-43.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUANET, S. P. A crise dos universais. In: NOVAIS, A. **O silêncio dos intelectuais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 69-83.

ROUSSEAU, J. J. **O Discurso sobre a desigualdade humana.** São Paulo, Abril Cultural, 1979.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social.** São Paulo: Editora Escala, [19 –] .

SADER, E., GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANSON, C. O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. **Revista Criminalização e Direitos Humanos**. Ano IX nº 24, out., 2008. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal24/12sanson.pdf. Acesso em: 01, ago., 2014.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SÃO PAULO, Ordem dos Advogados do Brasil. **Problematização do Interdito Proibitório de Greve.** Disponível em: Disponível em:

www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-sindical/artigos/. Acesso em: 05, ago. 2014.

SCHLESENER, A. H. Hegemonia e cultura: Gramsci. 3. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SECCO, L. **Os Comunistas e as idéias de Gramsci no Brasil.** São Paulo: Ed. Alameda, 2006, p. 129-157.

SEMERARO, G. **Da sociedade de massa à sociedade civil:** a concepção da subjetividade em Gramsci. *Educ. Soc.* [online]. 1999, vol.20, n.66, pp. 65-83.

_____. G. **Gramsci e a sociedade civil:** cultura e educação para a democracia. Petrópolis: RJ: Vozes, 2. ed. 1999.

_____. G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Ed. Idéias & Letras, 2006.

_____. G. **(Neo)marxismo e (neo)pragmatismo em embate no século XXI.** Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx. Acesso em: 20. Mai., 2012.

SEVERINO, A. J. **Filosofia.** São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, S. C. **Assistência Social e Pobreza em Carambeí.** Monografia de Conclusão de Curso. 2005. Curso de Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2005.

_____. **A configuração do poder local institucionalizado em Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal.** 2008. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2008, 222 f.

SILVA FILHO, J. C. M. Criminologia e Alteridade: o problema da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. In: GAUER, R. M. C. **Criminologia e Sistemas Jurídico-penais contemporâneos.** 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 108-124.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social:** biblioteca básica de serviço social: São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

SIMIONATTO, I. Marxismo gramsciano e o serviço social: interlocuções mais que necessárias. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 17-33, Jul. 2011.

SIMIONATTO, I. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Rev. katálysis.** vol.12 no.1 Florianópolis, Jan./Jun, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo. Acesso em: 20. jul. 2012.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência e histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização**

Brasileira. III. O Brasil Republicano. 4. Economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984, p. 209-245.

SOARES, R. D. **Gramsci, o estado e a escola**. Ijuí: Unijuí, 2000, 488 p.

SOUZA FILHO, R. de. **Gestão Pública e democracia:** a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SUBTIL, M. J. D. **A educação na colônia holandesa:** instituições e processos educativos em Carambeí. In: In: CHAVES, N. B. (Org.) **Imigrantes:** História da Imigração holandesa na região dos Campos Gerais 1911-2011. Falando de Histórias II: Imigrantes, Educação, Culinária, Meio Ambiente, Tecnologia, Memórias. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011, p. 33-51.

STEWART JR, D. **O que é o liberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 3ª ed., 1988.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, P. 47-103.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TEIXEIRA, W. A. **O Processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo industrial cooperativista na região norte central paranaense.** 2002. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002, 376 f.

VACCA, G. **Guerra de posição e de movimento.** Disponível em: www.acessa.com/gramsci. Acesso em: 05, mai. 2014.

VÁRNAGY, T. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, A. (Org.). **Filosofia política moderna:** de Hobbes a Marx. São Paulo: CLACSO, DCP-FFLCH, USP, 2006, p. 45-79.

VASCONCELOS, B. A. O escravo como coisa e o escravo animal: da Roma Antiga ao Brasil contemporâneo. **Revista UFG**: Ano XIII nº 12, jul. 2012, p. 137-153. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/julho2012/arquivos_pdf. Acesso em: 02. Jun. 2013.

VÁZQUEZ, A. S. Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

WEIRICH NETO, P. H. “Aqui nunca passamos fome: a tecnologia agropecuária holandesa em Carambeí. In6: CHAVES, N. B. (Org.) **Imigrantes:** História da Imigração holandesa na região dos Campos Gerais 1911-2011. Falando de Histórias

II: Imigrantes, Educação, Culinária, Meio Ambiente, Tecnologia, Memórias. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011, p. 101-119.

WEFFORT, Francisco. (org). **Os clássicos da política:** Maquiavel, Hobbes, Locke Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. São Paulo: Ática, 13ª ed. 2001, 287 p.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Titulo da pesquisa:

"A SOCIEDADE CIVIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ/PR: SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA FRENTE AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL."

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa: A SOCIEDADE CIVIL NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ/PR: SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA FRENTE AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

O objetivo da pesquisa é **analisar os aspectos de afirmação da sociedade civil carambeiense em suas relações com o poder público municipal.**

A sua participação é muito importante e se dará por meio da concessão de uma entrevista. Esta será **semiestruturada, com questões abertas e fechadas. O instrumental de pesquisa versa exclusivamente sobre questões pertinentes ao objetivo da pesquisa e será aplicada pelo pesquisador, em data e local combinado previamente.**

A entrevista será inteiramente gravada e posteriormente transcrita para ser utilizada na pesquisa, exclusivamente como dado coletado da realidade pesquisada para servir de base para a compreensão do objeto de estudo. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade pessoal, reservando-se o direito de divulgar, apenas, a natureza de sua representação no âmbito da sociedade civil carambeiense.

Os benefícios esperados com os resultados da pesquisa referem-se à sua **contribuição para a reflexão acerca dos aspectos que concorrem para o fomento da política democrática no município e para o aprimoramento do debate acadêmico sobre a participação da sociedade civil no âmbito dos poderes públicos municipais no Brasil.**

Caso o (a) senhor (a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contatar: Silmara Carneiro e Silva, Rua Manoel Machuca, n. 255, ap. 11, Edifício Saraceno, Ponta Grossa – Pr, telefone: (42) 99172701, e-mail: verdesilmara@yahoo.com.br, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 3371-2490.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a (o) senhor (a).

Carambeí, ___ de _____de 2014.

Pesquisador Responsável:	**Sujeito Pesquisado:**
Nome: Silmara Carneiro e Silva.	**Nome:** _____.
RG: 7.569.489-0.	**RG:** _____.
Assinatura: _____.	**Assinatura**:_____.

APÊNDICE B

FORMULÁRIO DE DADOS E ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADOS AOS SUJEITOS DA PESQUISA

1 – IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Pessoal:

Nome:_____

Idade: _____ **Sexo:** masculino ( ) feminino ( )

Naturalidade:_____

Reside em Carambeí: ( ) sim ( ) não.

Área rural ( ) **Área Urbana** ( )

Na colônia/localidade: _____

Na cidade/vila: _____

E-mail:_____**Telefone**:_____

1.2 Educacional:

Fundamental incompleto ( ) **Fundamental completo ( ) Médio incompleto ( ) Médio completo**

( ) Curso técnico. Qual curso? _____

( ) Superior incompleto ( ) Superior completo.

Qual curso? _____

( ) Especialização incompleta ( ) Especialização completa:

Qual curso? _____

( ) Mestrado incompleto ( ) Mestrado incompleto.

Qual curso? _____

( ) Doutorado incompleto ( ) Doutorado completo.

Qual curso? _____

1.3 Profissional:

Profissão:_____

Função Atual: _____

Local de Trabalho: _____

1.4 – Representatividade na sociedade civil/poder público municipal:

Poder Público Municipal/partido político ( ) **Organização da sociedade civil** ( )

Nome: _____

2 – QUESTÕES:

BLOCO 1 – AFIRMAÇÃO POLÍTICA/CORRELAÇÃO DE FORÇAS

B1 – 1) Você se considera um representante da sociedade civil/do poder público municipal de Carambeí? Sim ( ) Não ( ). Se sim por quê? Se não por quê? Qual é o seu papel?

B1 – 2) Você identifica na história do segmento o qual você representa momentos e ou ações de enfrentamento político com o poder público municipal/com a sociedade civil em Carambeí?

Sim ( ) Não ( ). Sim ( ) Não ( ).

Se sim. Por quê?

Se não. Se partido político: Como você interpreta a relação do partido político que representa ou representou no poder público municipal, com as organizações da sociedade civil em Carambeí?

Se não. Se organização da sociedade civil: Como você interpreta a relação da organização da sociedade civil a qual representa como o poder público municipal?

B1 – 3) Qual é o objetivo da organização da sociedade civil/do partido político?

Fale sobre qual ou quais segmento (s) da sociedade civil carambeiense o partido político/ a organização da sociedade civil se volta para defender interesses, propor ações.

Quais são tais interesses e quais ações realiza?

B1 – 4) Durante os debates, as discussões políticas, os conflitos de interesses entre as organizações da sociedade civil de Carambeí e o poder público municipal se manifestam? Como? Quais os motivos mais frequentes? De que forma são administrados?

B1 – 5) Quais as áreas de maior interesse da organização da sociedade civil/do partido político no que se refere às políticas públicas?

Nas Setoriais: Educação, esporte, lazer, cultura, habitação, assistência social, saúde, trabalho, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, cidade, meio ambiente, etc.? Por quê?

Por segmento: crianças e adolescente, juventude, pessoa com deficiência, mulheres, produtores rurais, idosos, minorias, etc.). Por quê?

BLOCO 2 – ESTRATÉGIAS DE CONCILIAÇÃO PELO ALTO

B2 – 1) **Como a organização da sociedade civil/o partido político o qual representa costuma pautar suas reivindicações junto ao poder público municipal/às organizações da sociedade civil em Carambeí?**

B2 – 2) Há negociação entre **a organização da sociedade civil/o partido político e o poder público municipal/organizações da sociedade civil?**

Como se dá este processo?

Quais as dificuldades?

Quais as conquistas?

B2 – 3) A organização da sociedade civil/o partido político tem retorno quanto ao encaminhamento de suas demandas para o poder público municipal/para as organizações da sociedade civil? Se sim, de que forma?

B2 – 4) Você já enfrentou dificuldades na relação com o (os) segmentos da sociedade civil o qual o qual o partido político/a organização da sociedade civil se volta a defender interesses?

O poder público municipal/as organizações da sociedade civil, auxilia (m) no enfrentamento de tais dificuldades?

De que forma?

BLOCO 3 – POTENCIALIDADES DE PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA COM VISTAS À AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA

B3 – 1) Em que momentos da história de Carambeí a organização da sociedade civil/o partido político se fez presente politicamente?

B3 – 2) É costume da organização da sociedade civil/do partido político participar de movimentos sociais (protestos, passeatas, manifestações públicas, campanhas, etc.) no município?

Se sim. Por quê?

Se não. Por quê?

B3 – 3) Qual a importância da participação política da organização da sociedade civil/do partido político junto ao poder público municipal/as organizações da sociedade civil, na sua opinião?

BLOCO 4 – ANÁLISE DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADOS A PARTIR DAS CONQUISTAS DE 1988.

B4 – 1) Como a organização da sociedade civil/poder público municipal se relaciona com o poder público municipal/com as organizações da sociedade civil em Carambeí?

Quais os canais mais utilizados?

Se organização da sociedade civil: (contatos com vereadores, prefeito, funcionários públicos, secretários de governo; reuniões, participa em conselhos, comissões, no período eleitoral, ocupa cargos públicos eletivos e ou nomeados, utilização da mídia, etc.)?

Se partido político: (contatos com as lideranças, via conselhos, comissões, no período eleitoral, reuniões, utilização da mídia, etc.)?

B4 – 2) No âmbito do debate nos espaços de participação institucionalizados municipais, a organização da sociedade civil/poder público municipal encontra espaço de fala, de defesa de seus interesses e de argumentação, ou não?

Há participação? É regular, esporádica?

Como se dá esse processo?

B4 – 3) Na sua opinião, quais são as pautas de maior interesse do poder público municipal/das organizações da sociedade civil, na relação com as organizações da sociedade civil/com o poder público municipal?

B4 – 4) Como avalia a capacidade do poder público municipal/ das organizações da sociedade civil de influenciar na tomada de decisões da organização da sociedade civil/do poder público municipal?

B4 – 5) Em relação às questões, abaixo relacionadas, avalie a participação política da organização da sociedade civil/poder público municipal na sua relação com o poder público municipal/com as organizações da sociedade civil em Carambeí:

PAUTAS	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom	Excelente
Se OSC: Angariar recursos financeiros para a organização da sociedade civil **Se PPM:** Angariar mais investimentos para o município.					
Conhecer as demandas da comunidade local e construir respostas conjuntas para os diferentes problemas locais;					
Buscar parcerias para a execução de ações e serviços;					
Se OSC: Acessar informações e ou conhecimentos sobre as diferentes políticas públicas e demais questões referentes à administração pública municipal; **Se PPM**: Conhecer a realidade e o trabalho das organizações da sociedade civil;					
Planejar, fiscalizar, monitorar e deliberar sobre programas, projetos, serviços e ações das diferentes políticas públicas no município, em conjunto					
Buscar estratégias de melhoria da relação entre organizações da sociedade civil e poder público municipal;					
Se OSC: Controlar e fiscalizar o poder público municipal **Se PPM:** Controlar e fiscalizar as organizações da sociedade civil					
Se OSC: Exigir do poder público municipal a efetivação de ações voltadas à área de atuação da OSC que representa. **Se PPM:** Exigir das organizações da sociedade civil que realizem suas ações pautadas nos parâmetros legais exigidos pelas legislações correlatas à cada área.					
Influenciar nos rumos das políticas públicas no município;					
Ampliar e aprimorar o debate democrático no município;					

_____, ___ de _____de 201__.

Pesquisador Responsável: **Nome:** Silmara Carneiro e Silva. **RG:** 7.569.489-0. **Assinatura:** _____.	**Sujeito Pesquisado:** **Nome:** _____. **RG:** _____. **Assinatura**:_____.